

**DA «POBRE VIDA» À CONGREGAÇÃO DA SERRA DE OSSA:
GÉNESE E INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA EXPERIÊNCIA EREMÍTICA
(1366-1510)**

João Luís Inglês Fontes

Tese de Doutoramento em História

Setembro, 2012

JOÃO LUÍS INGLÊS FONTES

**Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Doutor em História,
especialidade em História Medieval,
realizada sob a orientação científica do
Professor Doutor José Mattoso**

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio.

Setembro, 2012

Ao Prof. Luís Krus.

À minha avó Maria.

Por me recordarem

que a sabedoria só pode nascer

da bondade de coração.

À Paula e aos meus filhos, Madalena e Francisco.

Por darem um sentido novo à minha vida.

**A presente tese não obedece ao Novo Acordo Ortográfico,
por discordância do seu autor com as normas nele ditadas.**

AGRADECIMENTOS

Se todos os caminhos que percorremos são sempre feitos com os outros, mais ainda o é uma investigação que, por motivos diversos, acabou por revelar-se longa e difícil. O seu resultado, no que ela possa ter de melhor, deve-se em muito àqueles que nos apoiaram e acompanharam ou que, com o seu saber, nos ajudaram a ver mais longe. Mais do que uma simples obrigação, gostaríamos que este agradecimento fosse testemunho da sincera gratidão por quantos não nos deixaram desanimar e mantiveram acesa a possibilidade de um percurso académico também tecido por relações de partilha e de amizade.

Esta gratidão dirige-se, em primeiro lugar, aos orientadores que acompanharam o desenrolar da investigação: o Professor Luís Krus, pelo seu constante estímulo e pela confiança que sempre nos dedicou; e o Professor José Mattoso, que aceitou assumir, com muita paciência e saber, a orientação deste trabalho. O seu apoio e, em particular, o acolhimento que nos dispensou na fase final de redacção da presente dissertação e a leitura atenta que foi fazendo dos textos que daí resultaram, revelaram-se fundamentais para que esta empresa pudesse chegar a bom termo.

Recordamos também o nome de muitos amigos que, desde os tempos de trabalho na Torre do Tombo ou na Biblioteca Pública de Évora, não cessaram de nos manifestar a sua amizade e apoio, partilhando referências documentais e bibliográficas, discutindo as hipóteses suscitadas pelo que íamos descobrindo acerca dos eremitas e das suas comunidades, criticando alguns dos textos que íamos produzindo, alentando-nos em momentos mais difíceis. Lembramos o Luís Filipe Oliveira, a Filomena Andrade, o Mário Farelo, o Luís Rêpas, o Miguel Martins, a Ana Cláudia Silveira, a Teresa Lopes Pereira, a Lurdes Rosa, o Gilberto Moiteiro, a Marta Castelo Branco, a Isabel Branquinho, a Isabel Castro Pina, a Marisa Costa, a Vanda Lourenço, o Pedro Pinto. Outros Professores e amigos acompanharam também atentamente o nosso trabalho, com o seu estímulo e amizade. Com muitos colaborámos em diversos projectos e iniciativas no âmbito do Instituto de Estudos Medievais e do Centro de Estudos de História Religiosa: os Professores Amélia Andrade, Iria Gonçalves, Adelaide Miranda, Adelaide Millán Costa, Maria João Branco, Bernardo Vasconcelos e Sousa, António Matos Ferreira, Paulo Fontes, Ana Maria Jorge. Fora do âmbito académico, não podemos

deixar de evocar outros amigos, sobretudo o João Nogueira, a Ana Cordeiro, o Pedro Mendes, a Fernanda Reboredo, o João Bento e muitas pessoas da comunidade paroquial de Campolide com quem convivemos e trabalhamos nestes últimos anos.

Um agradecimento também à Filomena Andrade e ao Luís Nascimento, na ajuda prestada na elaboração dos mapas que acompanham a tese, à Maria João Pereira, que os trabalhou graficamente, e ao Ricardo Naíto, que generosamente se dispôs a ajudar-nos na preparação do quadro relativo aos percursos da documentação dos eremitérios.

Em termos institucionais, cumpre também agradecer o apoio dado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, por meio da concessão de uma bolsa de doutoramento, feita ao abrigo do Programa Praxis XXI, e ao Instituto de Estudos Medievais, pelo apoio concedido a uma deslocação a Madrid para efeitos de actualização bibliográfica.

Por último, mas não menos importante, a minha família. Dos meus pais aos meus irmãos e cunhados passando pelos meus sogros, todos foram inextinguíveis no seu apoio e amizade. À Paula e aos meus filhos uma palavra em particular, não só pelo apoio mas também pela paciência e pela generosidade. Se não podemos medir a real dimensão do sacrifício que lhes foi pedido, entre o tempo retirado para a investigação e as férias sistematicamente reduzidas ou adiadas, sabemos que partilham agora a alegria de um trabalho concluído e de um objectivo alcançado. Este trabalho também é muito deles.

**Da «pobre vida» à Congregação da Serra de Ossa:
génese e institucionalização de uma experiência eremítica
(1366-1510)**

João Luís Inglês Fontes

A presente dissertação procura estudar a génese, expansão e institucionalização dos grupos eremíticos que, desde 1366, se documentam em torno da Serra de Ossa, no sul de Portugal e que, a partir de 1482, se constituem como Congregação. Viriam, em 1578, a filiar-se, como Congregação autónoma, na Ordem dos Eremitas de S. Paulo Primeiro Eremita. Nesta data, a força dos ditames impostos por Trento quanto à vida religiosa ditaria a gradual clericalização das suas comunidades, a normalização da sua vida litúrgica, a obrigatoriedade da profissão solene dos três votos e a necessidade de preparação letrada dos seus efectivos.

A nossa atenção recai, contudo, sobre o período anterior. Partimos de uma sentença apostólica emitida em 1378, que documenta a surpreendente expansão então alcançada pelos eremitas junto dos concelhos do sul de Portugal, bem como o precoce sancionamento dado ao seu modo de vida pelo Papado, que, inclusive, os envolve nos seus projectos de reforma da vida religiosa do reino português. Os indícios documentais sobreviventes e o estudo do itinerário de Fr. Vasco, associado às origens dos Jerónimos portugueses e espanhóis, permitem reforçar a tese da ligação inicial dos eremitas portugueses à influência dos círculos próximos dos *fraticelli* italianos, nascidos da herança dos espirituais franciscanos.

Estudamos, num segundo momento, a evolução e expansão dos grupos eremíticos ao longo de todo o século XV. Procuramos analisar a relação dos eremitas com o poder régio, com as autoridades e populações urbanas e com as instituições eclesiásticas, em ordem a perceber as razões do seu sucesso e as distintas soluções institucionais adoptadas em ordem à salvaguarda e disciplinamento do seu modo de vida. A tendência será a de uma gradual institucionalização destes grupos, entre as pressões internas, as iniciativas ordenadoras conduzidas pela monarquia e as tentativas de anexação das suas comunidades por parte de outras ordens (Lóios e Jerónimos). Assim, em 1466, os eremitas constituem entre si uma irmandade em torno da comunidade da Serra de Ossa e, em 1482, aceitam o modelo mais centralizado da *Congregatio*. Desta decisão resulta a produção dos primeiros textos normativos mais articulados, que configuram, juntamente com a imposição pontifícia da profissão do voto de castidade, a forma de vida dos eremitas ligados à Serra de Ossa até à grande reforma operada em 1578.

O recrutamento e composição destas comunidades permitem também perceber de forma mais clara a capacidade de resistência dos eremitas a uma mais rápida normalização do seu modo de vida. Mantêm-se, assim, afastados dos núcleos urbanos, em pequenas comunidades, maioritariamente laicais, conciliando a dimensão contemplativa com o trabalho manual e a opção por uma vida pobre e austera. Até 1536, não estão sujeitos a nenhuma Regra já aprovada e, até 1578, professam apenas o voto de castidade.

A reconstituição das biografias dos eremitas, feita na segunda parte do trabalho, permite perceber melhor os percursos daqueles que integraram, ao longo deste período, as comunidades da pobre vida, evidenciando muitos dos aspectos estudados na primeira parte da dissertação.

PALAVRAS-CHAVE: Portugal, Idade Média, Eremitismo, Congregação dos Eremitas da Serra de Ossa, Reforma da Vida Religiosa, Espiritualidade.

From «Poor Life» to the Congregation of the Serra de Ossa: Genesis and Institutionalization of a Heremital Experience (1366-1510)

João Luís Inglês Fontes

The present thesis studies the origins, expansion and institutionalization of the groups of hermits which, attestable as such since 1366, in the region of Serra de Ossa, South Portugal, were to become an institutionalized congregation in 1482, and to affiliate themselves as an autonomous community within the Order of the Hermits of St. Paul in 1578. At this latter date, the enforcement of the decisions of the Council of Trent in what concerned the religious life, would end up determining the progressive clericalization of its communities, the standardization of its liturgical life, the mandatory nature of the profession of the three vows, and the prohibition of accepting illiterate members.

This study, however, focuses especially on the period which anteceded this last phase.

We take as our starting point an apostolic sentence issued in 1378, which testifies with particular strength not only to the surprising expansion of these hermits close to the councils of Southern of Portugal, but also to the precocious papal approval of such form of religious life, to the point of including them in its religious reformation policies for the Kingdom of Portugal. The surviving documentary evidence and the study of the itinerary of Fr. Vasco, closely associated to the origins of the Jeronimous Friars in Portugal and Spain, allows for the reinforcement of the thesis which proposes to connect the first Portuguese Hermits to the influence exerted by circles close to the Italian *fraticelli*, and the Franciscan Spiritual Movements.

On a second moment, we study the evolution and the expansion of the heremital groups, during the Portuguese 15th century. We analyze the relationship of these hermits with the Royal Power, with the local and regional authorities and with the urban populations as well as with the other ecclesiastical institutions, so as to try and understand the reasons behind their success and popularity, and also the different institutional solutions adopted bearing in mind the preservation of their very specific way of life and discipline. The tendency would be that of a progressive institutionalization of the different groups, whilst managing to steer themselves away from the pressures to get them under the sphere of royal influence or the annexation by other religious orders (Lóios e Jerónimos). As a result of this, the hermits form, in 1466, a brotherhood in the Serra de Ossa and later on, in 1482, they would agree to accept to live under the more centralized model of *Congregatio*. The first articulate normative texts that came to our knowledge, date from this period, and they configure, together with the papal obligation of chastity vows, the form of life that these men of the community of Serra de Ossa were to live until the Great Reformation of 1578.

The recruitment and composition of these communities allow us to understand in a clearer form, their capacity for resisting the consecutive attempts at including them into a more normal form of “religious” life. They, therefore, kept themselves away from the urban *nuclea*, living in communities mainly composed of lay members, who conciliated the contemplative dimension with the manual work and the option for a poor and austere life. Until 1536, they wouldn’t even be submitted to any kind of Rule, and until 1578 the only vows they took were the vow of chastity.

Finally, the reconstitution of the biographies of the hermits, which takes up all the second part of this thesis, allows us to understand more clearly the parcourses of those who integrated these communities of poor life, thus bringing to life and exemplifying many of the aspects studied in the first part of this thesis.

KEY WORDS: Portugal, Middle Ages, Hermitic Life, Congregation of the Hermits of Serra de Ossa, Reformation of Religious Life, Spirituality.

ÍNDICE

Introdução	1
-------------------------	----------

PARTE I: DA «POBRE VIDA» À CONGREGAÇÃO DA SERRA DE OSSA	29
--	-----------

Capítulo I: Emergência Documental (1366-1385)	31
--	-----------

1378: um documento revelador	
Uma expansão surpreendente.....	
O problema das origens.....	
O eremitismo de influência franciscana.....	
Uma nova política pontifícia.....	
Entre Itália e a Península Ibérica: Tomasuccio, os Jerónimos e Fr. Vasco	
Fr. Vasco entre os pobres da Serra de Ossa?	
Um tempo de instabilidade.....	

Capítulo II: A Expansão (1385-1452).....	69
---	-----------

As fundações ligadas à Serra de Ossa.....	
As fundações espontâneas e o seu modo de vida.	
O apoio dos concelhos e dos seus habitantes.	
Os eremitas e a família de Avis: entre a protecção e a vigilância.....	
Os eremitas e o Papado.	
As tensões de um crescimento.	

Capítulo III: A Institucionalização (1452-1510) 131

As primeiras intervenções régias e o regimento de 1452.....	
A intervenção dos Lóios em Santa Margarida do Aivado e Montemuro.	
Cedências e avanços: a irmandade da Serra de Ossa.	
Entre a norma e a realidade: a persistência dos problemas	
A procura de soluções: a tentativa de apropriação da Serra de Ossa pelos Jerónimos	
Entre uma configuração institucional própria e o modelo das ordens reformistas.....	
Coesão e autoridade: a reacção da Serra de Ossa.	
A constituição dos pobres em Congregação.....	
Uma Congregação coesa e estabilizada	
As fundações mais tardias.	
Um novo quadro normativo.	
Um modo de vida salvaguardado.....	
A caminho da institucionalização definitiva.....	

PARTE II: OS EREMITAS: ORIGENS, PERCURSOS E IDENTIDADE 207

Conclusão..... 471

Bibliografia	477
Lista de Mapas	517
Lista de Quadros	519
Anexo I: Eremitérios	523
Anexo II: Juizes dos Pobres e Provinciais	599
Anexo III: A População dos Eremitérios	601
Anexo IV: Os Benfeitores	629

Anexo IV/A: Os Benfeitores por Eremitério	683
Anexo V: O elemento humano em torno dos Eremitas	711
V/1: Procuradores.	
V/2: Lavradores e Foreiros.....	
V/3: Outros Servidores.....	

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACSE – Arquivo do Cabido e Sé de Évora

ADBEJA – Arquivo Distrital de Beja

ADE – Arquivo Distrital de Évora

ADPTG – Arquivo Distrital de Portalegre

AMC – Arquivo Municipal de Coimbra

apres. – apresentação /apresentado(a) por

art. cit. – artigo citado

AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra

BN – Biblioteca Nacional

BPE – Biblioteca Pública de Évora

cap./caps. – capítulo / capítulos

cf. - confronto

C.E.H.R. – Centro de Estudos de História Religiosa

ChDD – *Chancelarias Portuguesas. D. Duarte*

ChDJI – *Chancelarias Portuguesas. D. João I*

Cód. – Códice

Col. - *Colecção*

col./cols. – coluna / colunas

coord. – coordenação

CUP – *Chartularium Universitatis Portugalensis*

cx. – caixa

doc./docs. – documento / documentos

ed./Ed. – edição, editado por / Edições, Editora, Editorial

ed. cit. – edição citada

fasc. – fascículo

F.C.S.H. – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

F.C.T – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

fl./fls. – fólio /fólios

F.L.U.L. – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

I.N.I.C. – Instituto Nacional de Investigação Científica

introd. – introdução

J.N.I.C.T. – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica

lv. – livro

mç. – maço

MH – *Monumenta Henricina*

MNARQ – Museu Nacional de Arqueologia

MPV – *Monumenta Portugaliae Vaticana*

Ms. – manuscrito

nº - número

ob. cit. – *obra citada*

org. – organização

p. / pp. – página / páginas

policop. – policopiado

pref. – prefácio / prefaciado por

publ. – publicado

r. – rosto

s.d. – sem data

s.e. – sem edição

séc./sécs. – século / séculos

sep. – separata

s.l. – sem local

s.n. – sem editor

TT – Torre do Tombo

U.C.P. – Universidade Católica Portuguesa

U.N.L. – Universidade Nova de Lisboa

v. – verso

vol./vols. – volume / volumes

INTRODUÇÃO

Em 1972, José Mattoso publicava, na revista *Lusitania Sacra*, um estudo sobre os «Eremitas Portugueses no século XII»¹. Fazendo-se eco da renovação que, em outros quadrantes historiográficos, se fazia sentir em torno dos estudos sobre o eremitismo, de que a Semana de Estudos de La Mendola, realizada uma década antes², era já um claro sinal, intentava este autor um ensaio sobre o mesmo tema com base em documentação dispersa, recenseada a partir das suas investigações sobre o monaquismo beneditino na diocese do Porto e enriquecida com outra recolhida em diversas colectâneas documentais ou entretanto detectada por ocasião de pesquisas posteriores. Apesar de se reportar a um período anterior ao aqui tratado, este trabalho marca a primeira tentativa, entre nós, de compreensão do fenómeno eremítico dentro de um quadro historiográfico renovado, ligando o florescimento desta procura voluntária da solidão com o respectivo contexto social, económico e político, procurando entender a sua geografia e evolução, o seu ideário e modo de vida, o perfil daqueles que a demandavam e a relação destes com os diversos poderes em presença ou com as formas institucionalizadas de vida monástica e canonical, algumas delas surgidas no contexto reformista dos séculos XI e XII (Cister, Premonstratenses, Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...) que, em grande parte, acabariam por absorver muitos dos eremitérios recenseados.

José Mattoso não deixava também de anotar os indícios que apontavam para a persistência do fenómeno eremítico nos séculos finais da Idade Média, numa geografia que consumaria definitivamente a deslocação para sul destas comunidades. No entanto, via-se obrigado a reconhecer a falta de estudos sobre o assunto, que permanecia ainda muito impreciso nos seus contornos e evolução, a exigir uma investigação mais

¹ José Mattoso, «Eremitas Portugueses no século XII», *Lusitania Sacra*, [1ª série], tomo IX, 1972, pp. 1-40. Reeditado em *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982, pp. 103-145 e em *Obras Completas*, vol. 9, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2002, pp. 62-86, com o acréscimo de alguns outros documentos recenseados após a publicação original (cf. *ibidem*, nota 178, p. 63).

² *L'eremitismo in Occidente nei secoli XI e XII. Atti della seconda settimana internazionale di studio (Mendola, 30 agosto – 6 settembre 1962)*, Milano, Società Editrice Vita e Pensiero, «Miscellanea del Centro di Studi Medioevali, IV», 1965.

INTRODUÇÃO

aprofundada³. Não deixaria, contudo, de intentar um primeiro olhar sobre este movimento, a pedido dos organizadores do *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, redigindo para esta obra, em 1976, a entrada relativa aos Eremitas de S. Paulo da Serra de Ossa⁴, bem como uma outra notícia biográfica sobre uma das suas figuras mais emblemáticas, o eremita Mendo de Seabra⁵. Apesar de dispor apenas das informações veiculadas por Fortunato de Almeida na sua *História da Igreja em Portugal* e dos dados facultados pela cronística moderna da Ordem, sobretudo por Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, José Mattoso conseguiu, por meio de um arguto e crítico aproveitamento dos documentos transcritos ou sumariados por este autor⁶, traçar os principais marcos da evolução deste movimento eremítico e da sua gradual institucionalização, até à aprovação definitiva da Congregação da Serra de Ossa e a sua integração na Ordem dos Eremitas de S. Paulo Primeiro Eremita. Mário Martins basear-se-ia, em larga medida, nas mesmas informações para intentar uma primeira incursão sobre o modo de vida destes eremitas⁷, podendo, contudo, aproveitar já, para o efeito, alguma da documentação entretanto publicada por António Domingues de Sousa Costa nos *Monumenta Portugaliae Vaticana*.

Caberia a Maria Ângela Beirante um novo e decisivo contributo para o conhecimento deste fenómeno, ao publicar, em 1985, o estudo intitulado «Eremitérios da pobre vida no Alentejo dos séculos XIV-XV»⁸. Embora sem descurar os dados já facultados pelo citado cronista dos Paulistas, esta autora recenseou e aproveitou com minúcia numerosas informações sobre estes eremitérios facultadas pela documentação régia, sobretudo a contida nas *Chancelarias* ou copiada nos livros de *Leitura Nova*, carreando ainda um ou outro diploma das *Gavetas* da Torre do Tombo ou informações

³ Cf. «Eremitas Portugueses no séc. XII», *Obras Completas*, vol. 9, pp. 64-65, 69, 77-78 e nota 181, p. 65.

⁴ «Eremiti Paolini Portoghesi», *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, dir. Gerrino Pellicia e Giancarlo Rocca, vol. III, Roma, Ed. Paoline, 1976, cols. 1195-1199.

⁵ Cf. «Mendo Gomes de Seabra», *ibidem*, vol. V, 1978, col. 1212-1213.

⁶ Sobre este assunto, ver o que fica referido mais adiante na introdução.

⁷ Cf. Mário Martins, «De como eram os Eremitas da Serra de Ossa», *Brotéria*, vol. CXXIX, 1989, pp. 403-410.

⁸ In *1383/1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV-XV: Jornadas de História Medieval – Actas*, Lisboa, História & Crítica, 1985, pp. 257-266. Recentemente reeditado in Maria Ângela Beirante, *Territórios do Sagrado. Crenças e Comportamentos na Idade Média em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, pp. 131-144.

dispersas colhidas no acervo do Arquivo Municipal de Évora. Este conjunto documental permitiu-lhe um primeiro inquérito mais minucioso do movimento eremítico em torno da Serra de Ossa, procurando traçar um perfil destes homens da *pobre vida*, do seu modo de vida e da sua forma de organização. Conseguiria assim identificar cerca de 27 comunidades eremíticas, em regra de pequenas dimensões (4 a 5 elementos, à excepção da Serra de Ossa), concentradas sobretudo no sul do país, com um recrutamento predominantemente regional, incluindo diversos membros da média e pequena nobreza. Como traços fundamentais do seu modo de vida, apontaria a procura do isolamento – sempre relativo, como já salientara José Mattoso, face à prática da hospitalidade e à sua relação multifacetada com os núcleos urbanos –, a oração, a penitência, a pobreza e o trabalho manual. A intervenção régia aparece particularmente realçada neste trabalho, atestando ainda o crescente ascendente da Serra de Ossa sobre as restantes comunidades e a sua conversão em cabeça da “irmandade” estabelecida consensualmente entre os pobres na segunda metade de Quatrocentos. Os dados aí apurados serviriam ainda de base à entrada sobre o «Eremitismo» que redigiria, já em 2000, para o *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, estendendo a sua análise à evolução da Congregação até 1834, data da sua definitiva extinção⁹.

Seria a partir destes estudos que Maria de Lurdes Rosa procuraria integrar este fenómeno eremítico no quadro mais complexo das vivências religiosas dos leigos nos finais da Idade Média, em texto a vários títulos inovador, redigido em 2000 para a *História Religiosa de Portugal*¹⁰. Nele procurou a autora equacionar o significado deste fenómeno no âmbito mais lato dos movimentos religiosos de cariz rigorista e reformista surgidos em Portugal nos finais do século XIV, em larga medida apoiados pelos monarcas e por importantes membros da Corte régia, e no contexto de um protagonismo crescente dos leigos na vida religiosa. Integrando, com perspicácia, muitos dos contributos da renovada historiografia portuguesa e estrangeira, alertava para a importância de um estudo deste fenómeno tendo também em conta os percursos, quer daqueles que aderiam ou protagonizavam estes movimentos mais rigoristas, quer dos

⁹ Maria Ângela Beirante, «Eremitismo», *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, tomo II, Lisboa, Círculo de Leitores – CEHR da UCP, 2000, pp. 149-154.

¹⁰ Cf. Maria de Lurdes Rosa, «A religião no século: vivências e devoções dos leigos», *História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores – CEHR da UCP, 2000, pp. 423-510, em particular as pp. 492-505, com o título «Entre a corte e o ermo: reformismo e radicalismo religiosos (fins do século XIV - século XV)».

INTRODUÇÃO

que os apoiavam e tutelavam. Na sua recente tese de doutoramento, a mesma autora não deixaria de retomar o percurso destas comunidades, agora no contexto da política desenvolvida pela Coroa portuguesa em vista ao ordenamento e reforma da vida religiosa do reino¹¹. Apesar da pertinência e justeza de muitas das observações aí apresentadas, a sua base documental continuava, em larga medida, limitada aos dados já compilados por Maria Ângela Beirante.

Este panorama, mesmo algo esquemático e sintético, não deixa de evidenciar a escassez de estudos, entre nós, sobre o fenómeno eremítico, tanto mais notória quanto, em outras historiografias, nomeadamente a italiana e de expressão francófona, as últimas décadas se têm traduzido num desenvolvimento exponencial da investigação em torno desta mesma temática, apontando novas problemáticas e linhas de análise e demonstrando a pertinência do eremitismo como objecto de estudo no contexto das vivências religiosas medievais. Na verdade, os numerosos estudos aí produzidos não só vêm colocando em evidência a importância e vitalidade do fenómeno eremítico no âmbito da vida religiosa medieval como deixam transparecer a diversidade de formas em que este se traduziu – seja no âmbito monástico ou fora dele, desde as formas mais extremas às mais mitigadas de semi-eremitismo. Neles também se sublinham as estreitas relações destas experiências, quer com o universo dos leigos, das suas vivências espirituais e devocionais, quer com os movimentos que reivindicam ou procuram uma renovação da vida religiosa. Demonstram, simultaneamente, como nele confluem debates e problemáticas que atravessam os séculos finais da Idade Média: participação laical na vida religiosa, lugar e enquadramento das suas formas mais carismáticas no interior do tecido eclesial, a reivindicação de autenticidade da vida religiosa, os distintos entendimentos da austeridade e da pobreza, a diversidade de traduções concretas da procura de observância do Evangelho e do seguimento de Cristo ou a emergência e afirmação de formas mais pessoais e afectivas de relação com o Sagrado.

A vitalidade desta temática ficaria provada pelo conjunto de mais de duas dezenas de investigadores que, em Maio de 2000, integrariam o grupo participante no Colóquio então promovido pela École Française de Rome sob o tema *Ermites de France*

¹¹ Cf. Maria de Lurdes Rosa, «*As Almas Herdeiras*». *Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*, Lisboa, Tese de Doutoramento em História Medieval apresentada à École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, e à FCSH da UNL, policop., 2005, pp. 142-144.

*et d'Italie (XI^e-XV^e siècle)*¹². Embora colocando um particular enfoque no mundo mediterrânico e nos séculos mais tardios da Idade Média, acabaria por integrar contributos relativos a outras geografias (Borgonha, Norte de França, Hungria e Suíça), entre nomes reconhecidos e jovens investigadores, facultando ainda algumas sínteses sobre o fenómeno eremítico para as centúrias anteriores. Em 1995, também já a revista *Médiévales* dedicara um dos seus números a estas temáticas, com o sugestivo título *La choix de la solitude. Parcours érémitiques dans les pays d'Occident*¹³ e, anteriormente, diversos dos conhecidos *Convegna di Studi Franciscani* haviam abordado o fenómeno eremítico nas suas múltiplas relações com o multifacetado universo do franciscanismo¹⁴. Teses como a de Cécile Caby sobre os Camáldulos vinham também mostrar, de modo exemplar, a possibilidade de estudar as experiências eremíticas no seu processo de formação e crescimento, acompanhando ainda as suas graduais transformações e adaptações até ao definitivo enquadramento institucional e integração no mundo urbano¹⁵. Os exemplos poder-se-iam multiplicar, tal a diversidade de estudos sobre esta temática e as problemáticas e perspectivas de análise que este tem suscitado¹⁶.

A produção medievalística anglo-saxónica, embora significativa também neste domínio, parece evidenciar sobretudo uma crescente preferência pelos estudos «de

¹² Sob a direcção de André Vauchez. As respectivas actas sairiam três anos depois: *Ermîtes de France et d'Italie (XI^e-XV^e siècles)*, Roma, École Française de Rome, 2003.

¹³ *Médiévales. Langue, Textes, Histoire*, nº 28, Printemps 1995.

¹⁴ Veja-se, em particular: *I frati penitenti di San Francesco nella società del duecento e trecento. Atti del II Convegno di Studi Franciscani* (Roma, 12-14 ottobre 1976), a cura di Mariano d'Alatri, Roma, Istituto Storico dei Cappuccini, 1977; *Prime manifestazioni di vita comunitaria maschile e femminile nel movimento francescano della penitenza (1215-1447). Atti del IV Convegno di Studi Franciscani* (Assisi, 30 giugno – 2 luglio 1981), a cura di R. Pazzelli e L. Temperini, Roma, Commissione Storica Internazionale T.O.R., 1982; *Eremitismo nel francescanesimo medievale. Atti del XVII Convegno Internazionalale* (Assisi, 12-14 ottobre 1989), Assisi, Università degli Studi di Perugia – Centro di Studi Franciscani, 1991.

¹⁵ Cécile Caby, *De l'érémitisme rural au monachisme urbain. Les Camaldules en Italie à la fin du Moyen Âge*, Roma, École Française de Rome, 1999.

¹⁶ Vejam-se, a título de exemplo, as conclusões do referido encontro de 2000, da autoria de Sofia Boesch Gajano, nas quais inventaria questões e problemáticas associadas ao estado actual dos estudos sobre o eremitismo ou colocadas pelos textos então apresentados (cf. Sofia Boesch Gajano, «Alla ricerca dell'identità eremítica» in *Ermîtes de France...*, pp. 479-492). Os contributos aí reunidos e a bibliografia utilizada pelos seus autores espelham bem a importância assumida pelo tema na historiografia medieval italiana e francófona, ultrapassando já em muito a selecção bibliográfica apresentada em 1995 no citado número da revista *Médiévales* dedicado ao eremitismo [cf. Sofia Boesch Gajano, Cécile Caby e Odile Redon, «Bibliographie (1963-1994)», *Médiévales*, nº 28, Printemps 1995, pp. 113-117].

género», com o consequente investimento na análise de similares vivências femininas, desde a reclusão à beguinagem e aos beatérios¹⁷. Na historiografia castelhana, após a já antiga Semana de Estudios Monásticos sobre a *España Eremitica*¹⁸, os contributos sobre o eremitismo têm sido menos numerosos e com preferência para cronologias mais recuadas¹⁹, denunciando também um mesmo investimento preferencial nos estudos sobre os fenómenos paralelos da reclusão feminina e dos beatérios, que têm merecido uma particular atenção dos autores e autoras espanhóis²⁰.

¹⁷ Veja-se, por exemplo, a bibliografia final da obra *Anchorites, Wombs and Tombs. Intersections of Gender and Enclosure in the Middle Ages*, ed. Liz Herbert McAvoy and Mari Hughes Edwards, Cardiff, University of Wales Press, 2005. O mesmo transparece da colectânea mais recente, *The Anchoritic Traditions of Western Europe in the Middle Ages*, ed. Liz Herbert McAvoy, Cambridge, D. S. Brewer, 2009.

¹⁸ *Actas de la VI Semana de Estudios Monásticos (Abadía de San Salvador de Leyre, 15-20 de septiembre de 1963)*, Pamplona, Monasterio de San Salvador de Leyre, «Analecta Legerensia, I», 1970.

¹⁹ Inocencio Cadiñanos Bardeci, «Necropolis, eremitorios y monasterios altomedievales en el Valle de Tobalina (Burgos)», *Hispania Sacra*, vol. XXXVIII, nº 77, 1986, pp. 9-51; Isabel Corullón, «El eremitismo en las épocas visigoda y altomedieval a través de las fuentes leonesas», *Terras de León*, ano XXVI, nº 63, Jun. 1986, pp. 47-62; nº 64, Set. 1986, pp. 23-36; Joan Cuscó i Clarasó, *Els Beguins. L'heretgia a la Catalunya medieval*, Barcelona, Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 2005; M. C. Díaz y Dáz, «El eremitismo en la España visigótica», *Revista Portuguesa de História*, tomo VI, vol. I, 1955, pp. 217-237; Eufemià Fort i Cogul, «L'eremitisme a la Catalunya Nova», *Studia Monastica*, vol. VII, fasc. 1, 1965, pp. 63-126; Agustín Azkarate Garai-Olaun, «El eremitismo de época visigótica: testimonios arqueológicos», *Codex Aquilarensis. Cuadernos de Investigación del Monasterio de Santa Maria La Real*, nº 5, Ag. 1991, pp. 141-179; Ramón Grande del Brío, *Eremitorios altomedievales en las Provincias de Salamanca y Zamora. Los monjes solitarios*, Salamanca, Librería Cervantes, 1997; Bartolomé Guasp Gelabert, «La *Lectio Divina* y los eremitas mallorquines», *Studia Monastica*, vol. IX, fasc. 1, 1967, pp. 189-193; Manuel González Jiménez, «Beguinos en Castilla. Nota sobre un documento sevillano», *Historia. Instituciones. Documentos*, nº 4, Sevilha, 1977, pp. 109-114; Luis Alberto Monreal Jimeno, «Centros eremíticos y semieremíticos en el Valle del Ebro: aspectos metodológicos», *II Semana de Estudios Medievales (Najera, 5-9 de agosto 1991)*, Logroño, Gobierno de la Rioja – Instituto de Estudios Riojanos, 1992, pp. 49-63; José María Miura Andrades, «Beatas, eremitas y monasterios de Carmona», *Archivo Hispalense*, 2ª série, tomo LXXX, nº 243-245, 1997, pp. 565-582; José Orlandis, «La disciplina eclesiástica española sobre la vida eremítica», *Ius Canonicum – Revista de la Facultad de Derecho Canonico de la Universidad de Navarra*, vol. IV, fasc. I, Jan.-Jun. 1964, pp. 147-163; José María Pou y Martí, *Visionarios, beguinos y fraticelos catalanes (siglos XIII-XV)*, Madrid, Ed. Colegio Cardeal Cisneros, 1991; Eugenio Riaño Pérez, «Eremitorios rupestres y colonización altomedieval», *Studia Historica. Historia Medieval*, Salamanca, vol. 13, 1995, pp. 47-58; E. Rubio, *Montes y eremitas. Santuarios de roca del sureste de Burgos*, Burgos, Diputación de Burgos, 1986.

²⁰ A bibliografia não pode ser senão indicativa: José María Miura Andrades, «Beatas y beaterios andaluces en la Baja Edad Media. Su vinculación con la Orden de Predicadores», *Andalucía entre Oriente y Occidente (1236-1492). Actas del V Coloquio Internacional de Historia de Andalucía (Córdoba, 27-30 de noviembre de 1986)*, Córdoba, Diputación Provincial de Córdoba, 1988, pp. 527-535; idem, «Algunas notas sobre las beatas andaluzas», *Las mujeres en el cristianismo medieval. Imágenes teóricas y cauces de actuación religiosa*, ed. Ángela Muñoz Fernández, Madrid, Asociación Cultural Al-Mudayna, 1989, pp. 289-302; idem, «Formas de vida religiosa femenina en la Andalucía medieval: emparedadas y beatas», *Religiosidad femenina: expectativas y realidades (ss. VIII-XVIII)*, ed. Ángela Muñoz e María del Mar Graña, Madrid, Asociación Cultural Al-Mudayna, [1991], pp. 139-164; idem, *Frailas, monjas y conventos. Las Órdenes Mendicantes y la sociedad sevillana bajomedieval*, Sevilha, Diputación de Sevilla, 1998, pp. 231-266; Ángela Muñoz Fernández, *Beatas y santas neocastellanas: ambivalencia de*

Este interesse pelo universo das vivências religiosas femininas mais marginais acompanha, aliás, o que acontece também na historiografia italiana e francófona²¹, começando-se agora entre nós a investigar de forma mais autónoma este tipo de comunidades²². Não as abordamos aqui por se tratar de um universo com características muito próprias, apesar das estreitas relações que muitas vezes estabelecem com os grupos eremíticos e com os círculos reformistas, sobretudo os mendicantes. O nosso interesse por elas, como referiremos, é aqui mais marginal, e só as mencionaremos na medida em que, pelo menos no caso das mulheres da pobre vida instaladas em Évora, se atesta a sua relação com os eremitas seus congéneres.

Importa ainda referir, entre nós, o desenvolvimento, nas últimas décadas, de diversos estudos que nos permitem conhecer com um pouco mais de clareza os contornos de alguns dos movimentos que, a par com o eremítico, visavam uma renovação da vida religiosa. Surgidos, na sua maioria, em finais do século XIV ou no início da centúria seguinte, estavam marcados por um rigorismo que, pelo menos nos seus primeiros tempos, evidencia uma grande proximidade com os ideais eremíticos. Assim acontece com os Jerónimos, estudados por Cândido dos Santos²³ e cujas origens em Portugal foram analisadas com argúcia por José Adriano Freitas de Carvalho²⁴, com

la religión, correctoras del poder (ss. XIV-XVII), Madrid, Instituto de Investigaciones Feministas de la Universidad Complutense de Madrid – Comunidad de Madrid / Dirección General de la Mujer, 1994; Gregoria Caveró Domínguez, «*Inclusa intra parietes. La reclusión voluntaria en la España medieval*», Toulouse, Méridiennes, 2010.

²¹ Veja-se, a título de exemplo, a bibliografia reunida por Gilberto Coralejo Moiteiro, disponível em <http://iem.fcsh.unl.pt/disponibilizar/bibliografias/bibliografia-religiosidadePDF.pdf/view> [consultado a 27.04.2012].

²² Permitimo-nos remeter para três trabalhos nossos: João Luís Inglês Fontes, «Cavaleiros de Cristo, monges, frades e eremitas: um percurso pelas formas de vida religiosa em Évora durante a Idade Média (sécs. XII a XV)», *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo XVII, 2005, pp. 52-53, 57-59; idem, «A pobre vida no feminino: o caso das Galvoas de Évora», *O Corpo e o Gesto na Civilização Medieval*, Lisboa, Edições Colibri, 2005, pp. 157-178; «Reclusão, eremitismo e espaço urbano: o exemplo de Lisboa na Idade Média», *Lisboa Medieval – Os rostos da cidade*, coord. Luís Krus, Luís Filipe Oliveira e João Luís Fontes, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 259-277. Vejam-se, a este propósito, as considerações tecidas por Maria de Lurdes Rosa, «Sociabilidades e espiritualidades na Idade Média: a historiografia portuguesa sobre os comportamentos religiosos dos leigos medievais», *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo XXI, 2009, pp. 115-118.

²³ Cândido Dias dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal. Das origens aos fins do século XVII*, Porto, INIC – Centro de História da Universidade do Porto, 1980.

²⁴ José Adriano Freitas de Carvalho, «Nas origens dos Jerónimos na Península Ibérica: do Franciscanismo à Ordem de S. Jerónimo – o itinerário de Fr. Vasco de Portugal», *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, Porto, 2ª série, vol. I, 1984, pp. 11-131.

INTRODUÇÃO

os movimentos da Observância, em particular a Franciscana, estudada por Vítor Teixeira²⁵ e com importantes contributos da parte de José Garcia Oro²⁶ e ainda com os Lóios, objecto da recente dissertação de Doutoramento de Maria Isabel de Castro Pina²⁷. Conhecemos também outras tentativas de reforma que acabariam por se cruzar com estes movimentos, inclusive no âmbito de ordens monásticas mais antigas, como os beneditinos²⁸, ou conduzidas por prelados em ordem ao reordenamento da vida das respectivas dioceses, cujo caso mais exemplar e melhor estudado é o do arcebispo bracarense D. Fernando da Guerra²⁹. Os limites destas iniciativas reformistas foram alvo do olhar perspicaz de José Sebastião da Silva Dias, no clássico estudo sobre as *Correntes do sentimento religioso em Portugal*³⁰ e, mais recentemente, de um importante artigo de José Adriano Freitas de Carvalho³¹.

Contudo, é forçoso reconhecer o muito caminho que ainda há a percorrer para um conhecimento mais sistemático de muitos destes movimentos, dos seus protagonistas, daqueles que os apoiaram e dos que se lhes opuseram, em ordem a

²⁵ Vítor Gomes Teixeira, *O Movimento da Observância Franciscana em Portugal (1392-1517). História, Património e Cultura de uma Experiência de Reforma Religiosa*, Porto, Centro de Estudos Franciscanos – Editorial Franciscana, 2010.

²⁶ José García Oro, «Los “Frades da Prove Vida”: un nuevo franciscanismo en Galicia y Portugal», *Los Franciscanos Conventuales en España. Actas del II Congreso Internacional sobre el Franciscanismo en la Península Ibérica (Barcelona, 30 de marzo – 1 de abril de 2005)*, ed. Gonzalo Fernández-Gallardo Jiménez, Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 2006, pp. 245-274.

²⁷ Maria Isabel Pessoa Castro Pina, *Os Lóios em Portugal: origens e primórdios da Congregação dos Cônegos Seculares de São João Evangelista*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História apresentada à FCSH da UNL, policop., 2011.

²⁸ Cf. António Domingues de Sousa Costa, «D. Gomes, reformador da abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV», *Studia Monastica*, vol. V, fasc. I, 1963, pp. 59-164; João Luís Inglês Fontes, «Frei João Álvares e a tentativa de reforma do mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa no século XV», *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo X, 1998, pp. 217-312.

²⁹ Cf. José Marques, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

³⁰ José Sebastião da Silva Dias, *Correntes de sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, tomo I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1960.

³¹ José Adriano Freitas de Carvalho, «A Igreja e as reformas religiosas em Portugal no século XV. Anseios e limites», *El Tratado de Tordesillas y su época. Congreso Internacional de História – Actas*, vol. II, Madrid, Sociedad “V Centenario del Tratado de Tordesillas” – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses – Junta de Castilla y León, 1995, pp. 635-660.

alcançarmos um olhar mais integrado destes fenómenos³². Não são excepção os eremitas, esses *homens da pobre vida* que, apesar do estudo exploratório de Maria Ângela Beirante, se mantinham em larga medida ainda desconhecidos, dada a manifesta escassez da base documental de que esta autora então dispusera.

Com efeito, tratando-se de uma primeira prospecção sobre a documentação produzida pela Coroa, mesmo esta confinava-se, no referido artigo, aos diplomas conservados nos registos da Chancelaria régia ou copiados nos livros da *Leitura Nova*, um acervo em si mesmo limitado, dado que, até ao reinado de D. Duarte, a esmagadora maioria dos livros de Chancelaria são já fruto de uma selecção documental, reduzindo em muito o registo do que foi a efectiva produção deste organismo régio³³. Por outro lado, tratando-se de um movimento eremítico que, após 1578, acabaria por ver muitas das suas antigas comunidades convertidas em casas da novel Congregação da Serra de Ossa, algumas delas ainda com uma longa vida – muitas só seriam extintas em 1834 –, nada era dito sobre a documentação por elas produzida, para além dos poucos diplomas que haviam sido copiados ou resumidos por Fr. Manuel de S. Caetano Damásio em finais do século XVIII.

O reconhecimento desta documentação revelava-se, pois, fundamental para o estudo deste movimento eremítico, tanto mais que as Crónicas modernas produzidas no âmbito da Congregação que chegaram até nós enfermavam, como tantas outras, de claros intuitos apologéticos, agravados, neste caso, por construções completamente fantasiosas e desprovidas de suporte documental quanto aos primórdios destas comunidades da pobre vida.

Com efeito, o texto memorialístico mais antigo que chegou até nós, da autoria de Fr. Henrique de Santo António, publicado entre 1745 e 1752³⁴, dedicava os seus dois

³² Veja-se, a este propósito, o balanço traçado por José Mattoso, «Perspectivas de investigação em história religiosa medieval portuguesa», *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo XXI, 2009, pp. 153-171.

³³ Cf. A. H. de Oliveira Marques, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, Ed. Estampa, 1988, pp. 188-192. Sobre os aspectos ideológicos da chamada reforma da Chancelaria operada por Zurara, veja-se a recensão à edição da Chancelaria de D. Pedro I feita por Luís Krus («Leituras» in Luís Krus, *A Construção do Passado Medieval. Textos Inéditos e Publicados*, Lisboa, IEM, 2011, pp. 189-197).

³⁴ Fr. Henrique de Santo António, *Chronica dos Eremitas da Serra de Ossa No Reyno de Portugal, e dos que floresceram em todos os mais Ermos da Christandade; dos quaes nos seguintes séculos se formou a Congregação dos Pobres de Jesu Christo; e muitos depois a Sagrada de S. Paulo primeiro Eremita, chamada dos Eremitas da Serra de Ossa*, tomo I – *Que contém a Historia Anachoretica, e Cenobitica dos primeiros cinco séculos do Mundo Christão*; tomo II – *Que contém a Historia Anachoretica, e Cenobitica*

grossos volumes a comprovar a antiguidade da presença eremítica na Serra de Ossa, que o cronista fazia remontar ao século I e que afirmava como ininterrupta desde então. Apesar da pretensa perda das memórias sobre esses tempos primordiais, decorrente, segundo ele, da conturbada ocupação muçulmana, tal facto não o impedia de coleccionar feitos gloriosos e biografias de virtuosos varões, não chegando, aliás, a ir além do século IX, onde cessava o segundo volume da sua Crónica, o último dado à estampa³⁵.

O seu sucessor, Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, que projectara uma história da Congregação em quatro volumes mas que, muito possivelmente, só acabou por poder concretizar os dois primeiros, ambos publicados em 1793³⁶, manteria a mesma visão sobre as origens da sua família religiosa. O título escolhido – *Thebaida Portuguesa* – evocava claramente a relação da sua família religiosa com os tempos primordiais do eremitismo dos primeiros séculos, sem questionar toda a mitificação em torno das respectivas origens, aliás prestigiante e legitimadora para uma congregação cujos princípios não eram claros e para os quais, admitiria o próprio autor, não encontrara documentos nos cartórios dos seus mosteiros³⁷. Apesar de transcrever ou sumariar diversos diplomas, quer dos cartórios da Congregação, quer da Torre do Tombo³⁸, na sua maioria ainda sobreviventes, não deixa de manter muitas das notícias fixadas nos

dos Seculos Sexto, Settimo, Oitavo e Nono Lisboa, na Officina de Francisco da Sylva, 1745- 1752. O autor apresenta-se, em 1745, como sendo natural da vila de Cascais, Lente Jubilado em Teologia, Qualificador do Santo Ofício, Examinador das Ordens Militares e Consultor da Bula da Santa Cruzada. Em 1752, acresce a esta descrição o cargo de Sinodal do Patriarcado e Geral da Congregação, cargo que, segundo Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, desempenhou por duas vezes (cf. Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, *Thebaida Portuguesa...*, tomo I, Lisboa, Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1793, p. XII).

³⁵ Segundo Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, esta Crónica fora projectada para ser editada em cinco tomos. Conhecemos hoje dois deles, embora este autor refira que foram impressos três e que um quarto ficou por editar. A morte de Fr. Henrique de Santo António tê-lo-ia impedido de concluir o seu projecto (cf. Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, *Thebaida Portuguesa...*, tomo I, pp. XII-XIII).

³⁶ Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, *Thebaida Portuguesa. Compendio Historico da Congregação dos Monges Pobres de Jesu Christo da Serra de Ossa, chamada depois de S. Paulo I Eremita, em Portugal*, tomos I e II, Lisboa, Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1793. O seu projecto para quatro tomos é explicado nas pp. XIV-XVI do tomo I. Dito no frontispício da obra como «Ex-Reitor Geral da dita Ordem», sabemos, pelo seu próprio testemunho, tê-la redigido em 1792, quando desempenhava funções como procurador-geral da Congregação (*ibidem*, tomo II, pp. XVII, 8 e 27).

³⁷ Cf. *ibidem*, tomo II, pp. XVII, 2-6.

³⁸ Neste caso, com recurso aos préstimos de José Vitoriano Xavier de Carvalho e Sousa (*ibidem*, tomo I, p. XX). O livro dos traslados dos documentos por ele efectuados conserva-se actualmente na Torre do Tombo, no fundo do *Mosteiro do Santíssimo Sacramento de Lisboa* (livro 82).

escritos memorialísticos utilizados pelo seu antecessor, nomeadamente da obra *Retiro Manifesto da Vida Eremitica*, um texto da autoria de Mestre Fr. José de Santo António de Xara, hoje desaparecido³⁹. Para além disso, a sua história não vai além dos finais do século XIV, por o seu projecto ter ficado incompleto, deixando no silêncio muitos dos dados que tinha recolhido sobre o período posterior.

Ainda assim, Fr. Manuel de S. Caetano Damásio foi importante na recuperação de um ou outro documento, hoje perdido, outrora existentes nos cartórios da Congregação, bem como na reconstituição da história custodial de alguns destes acervos, pelas menções que faz à data de extinção de certos eremitérios e mosteiros ou pelos elementos que, pontualmente, faculta sobre o destino dos respectivos arquivos. Esta história custodial e institucional revelava-se crucial para a identificação do paradeiro da documentação dos antigos eremitérios, alguns extintos ainda nos séculos XV e XVI e outros posteriormente a esta data, já após a sua conversão em mosteiros da Congregação.

Deste modo, fomos reconstituindo o percurso de muitas destas comunidades e compreendendo o paradeiro actual da respectiva documentação. As que se mantiveram até à extinção das ordens religiosas veriam os seus cartórios seguir o percurso normal, embora não menos atribulado, com a sua incorporação na Torre do Tombo ou nos respectivos arquivos distritais ou bibliotecas públicas, nem sempre evitando, contudo, perdas documentais ou a dispersão do respectivo acervo. Outras, extintas ainda em vida da Congregação, veriam os respectivos bens e, com eles, os seus cartórios, transitarem para outras casas, por vezes não de forma definitiva.

Assim, foi necessário proceder à localização e inventariação sistemática dos fundos relacionados com os antigos eremitérios, ou passíveis de reterem algum do seu primitivo acervo documental. A falta, para a maioria dos arquivos, de quaisquer

³⁹ Em 1792, esta obra encontrava-se já truncada (*ibidem*, tomo I, p. XI e tomo II, pp. 28-32), não se conhecendo hoje o seu paradeiro. Fr. Henrique de Santo António já refere o seu autor entre os escritores da Congregação (*ob. cit.*, tomo I, «Noticias preliminares, e Prologo ao Leytor» [não numerado, pp. 10-11]), a par de outros confrades que, antes deste, teriam escrito sobre a história da sua família religiosa, ainda na centúria de Seiscentos (os Padres Fr. Francisco da Natividade, Fr. Isidoro de S. Fulgêncio e Fr. António de S. Francisco, falecidos entre 1626 e 1633, e os padres Frei Martinho de S. Paulo e Fr. Jerónimo da Anunciação, cujo trabalho permaneceria inacabado, em larga medida devido ao envolvimento deste último nas obras do mosteiro de Lisboa, fundado em 1647 - *ibidem*, tomo I, «Noticias preliminares, e Prologo ao Leytor» [não numerado, pp. 9-10]). Da obra destes últimos já não havia vestígio por alturas da redacção da *Thebaida Portuguesa* (conforme refere Fr. Manuel de S. Caetano Damásio no tomo I, p. XI).

INTRODUÇÃO

instrumentos de descrição actualizados obrigou à inventariação integral e sistemática de muitos dos fundos relacionados com os mosteiros pertencentes à Congregação da Serra de Ossa, bem como de outros pertencentes a outras entidades, sobretudo eclesiásticas, que com eles se relacionaram. Este levantamento seria, aliás, aproveitado no âmbito da nossa colaboração com o projecto *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento. Guia Histórico*⁴⁰, em ordem à identificação e delimitação dos fundos documentais de muitas das casas religiosas aí inventariadas, sobretudo dos acervos com documentação anterior aos finais do séc. XVI. No caso da Biblioteca Pública de Évora, a deficiência de alguns instrumentos de descrição ou a ausência quase completa dos mesmos para os fundos monástico-conventuais já constituídos e para a *Colecção de Pergaminhos Avulsos* obrigou a um levantamento integral da documentação aí existente, posteriormente sistematizado e disponibilizado no *Inventário dos Fundos Monástico-Conventuais da Biblioteca Pública de Évora*⁴¹.

Vejamos, pois, caso a caso, a documentação disponível para cada um dos eremitérios aqui tratados.

Começando pelo sul, a antiga diocese de Silves albergava, desde inícios do século XV, um eremitério da pobre vida em **Vale Formoso, no termo de Tavira**, convertido depois em mosteiro dedicado a Nossa Senhora da Ajuda de Tavira⁴². O respectivo cartório encontra-se depositado no Arquivo Distrital de Faro, entre a documentação da Direcção de Finanças de Faro, juntamente com outros conventos extintos após 1834. Infelizmente, e em concordância, aliás, com o que acontece para a maioria dos fundos documentais das instituições religiosas e eclesiásticas sedeadas em território algarvio, duramente afectados por diversas vicissitudes que levariam à perda

⁴⁰ Deste Projecto, sedado no Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica e coordenado por Bernardo Vasconcelos e Sousa, com uma equipa constituída por Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, resultaria a publicação da obra *Ordens Religiosas em Portugal: Das Origens a Trento – Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

⁴¹ João Luís Inglês Fontes, Joaquim Bastos Serra e Maria Filomena Andrade, *Inventário dos Fundos Monástico-Conventuais da Biblioteca Pública de Évora*, apresentação de José Mattoso, Lisboa, Ed. Colibri – CIDEHUS/UE, 2010.

⁴² Para a história dos diversos eremitérios e o seu destino após o período medieval, cf. Anexo I.

quase irremediável de grande parte da sua documentação mais antiga⁴³, também o acervo primitivo do mosteiro desapareceu por completo, não se conservando quaisquer diplomas relativos ao período medieval. Os livros e maços aí recolhidos apenas permitem documentar a história desta comunidade para o período posterior a 1592⁴⁴. Do mesmo modo, não foi de maior ajuda a pesquisa desenvolvida no Arquivo Municipal de Tavira, cuja documentação copiada nos conhecidos tombos elaborados no século XVIII se revelou omissa quanto ao nosso eremitério, pelo menos no que diz respeito ao período anterior ao século XVII⁴⁵. Do antigo eremitério apenas seria possível recuperar, além de alguns diplomas régios recenseados noutros arquivos, duas escrituras antigas de doação, relativas aos primeiros tempos da provença, copiadas em memórias enviadas pela casa à Província já no século XVIII, embora não isentas de problemas de datação, que foi necessário recuperar criticamente⁴⁶.

A antiga diocese de Évora⁴⁷ integrava a maioria dos eremitérios da pobre vida documentados no período medieval. Mais a sul, o eremitério de **Serpa**, fundado em finais do século XV e dedicado a Nossa Senhora da Consolação, manter-se-ia como mosteiro da Congregação da Serra de Ossa após 1578, tendo a respectiva documentação sido incorporada no Arquivo Distrital de Beja. Sob o título de “mosteiro de S. Paulo de Serpa”, o fundo que hoje subsiste é composto por sete unidades de instalação, entre livros de escrituras, tombos e códices factícios, com documentação que se estende entre 1406 e 1841, compreendendo, não só diversos diplomas respeitantes ao período da sua fundação como outros que lhe são anteriores, referentes a bens que viriam a pertencer a esta comunidade. No mesmo arquivo, dispersos pelos fundos dos Conventos do *Carmo* e da *Conceição de Beja* e ainda do *Carmo da Vidigueira*, foi também possível recuperar

⁴³ Vejam-se, a este propósito, as considerações tecidas por Alberto Iria na Introdução à obra *O Algarve e os Descobrimentos*, vol. II dos *Descobrimentos Portugueses*, prefácio de João Martins da Silva Marques, tomo 1, Lisboa, INIC, 1988 (reprodução fac-similada da ed. de 1956), pp. 3-93

⁴⁴ A sua documentação encontra-se identificada com o título de “S. Paulo de Tavira”.

⁴⁵ Sobre os mesmos tombos, cf. Alberto Iria, *ob. cit.*, pp. 41-48.

⁴⁶ Cf. TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Ajuda de Tavira*, maço único, nº 2, 3 e 5.

⁴⁷ Sobre os limites medievais da diocese de Évora, cf. Joaquim Chorão Lavajo, «Évora, Arquidiocese de», *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, tomo II, Lisboa, Círculo de Leitores – CEHR da UCP, 2000, pp. 211-212). A diocese incluía, como é sabido, todo o território que hoje corresponde à diocese de Beja, parte da actual diocese de Setúbal e o território a sul do Tejo hoje integrado na diocese de Portalegre-Castelo Branco.

INTRODUÇÃO

alguns documentos relativos ao eremitério existente, desde finais do século XV, junto a um templo dedicado a **S. Miguel o Anjo, no termo de Beja**, onde, em 1526, os carmelitas haveriam de fundar um novo mosteiro.

Muitos dos acervos relativos aos eremitérios desta diocese viriam, contudo, a ser incorporados na Biblioteca Pública de Évora. Aí, mercê da atribulada história das incorporações dos fundos monásticos do distrito e dos distintos critérios arquivísticos que presidiram à sua paulatina arrumação, acabariam por se ver dispersos por distintos “fundos” e “coleções”⁴⁸. Mas o levantamento feito apontou ainda para a própria dispersão de alguns dos fundos dos antigos eremitérios presentes na diocese eborense também por outros arquivos, em grande parte motivada pela complexa história destas comunidades.

A casa da **Serra de Ossa**, cabeça da Congregação reconhecida pelo Sumo Pontífice em 1578, é um desses casos. Sede da província dos Paulistas, deixaria este estatuto após a fundação do mosteiro do Santíssimo Sacramento de Lisboa, em 1647. Grande parte da sua documentação – quer a da comunidade, quer a da Província – manter-se-ia na Serra de Ossa, vindo a ser incorporada na Biblioteca Pública de Évora, enquanto outra acabaria por transitar para o mosteiro lisboeta, vindo, por isso, a ser incorporada na Torre do Tombo⁴⁹.

O acervo conservado em Évora é de longe o mais significativo, com documentação que se estende entre 1351 e 1842, para além, por isso, da própria extinção do mosteiro, quando a gestão dos respectivos bens passara já a ser assegurada pela Fazenda Nacional. O cartório seria disperso por diversas “secções” da Biblioteca: 41 unidades de instalação manter-se-iam autonomizadas, entre os fundos monástico-conventuais, sob o título de «Convento de S. Paulo da Serra de Ossa»⁵⁰, enquanto que

⁴⁸ Se alguma desta documentação seria organizada de acordo com a respectiva proveniência – dando origem aos fundos conventuais – outra foi integrada dentro de coleções já em construção, como a “Coleção dos Códices”, a “Coleção ou Fundo Rivara” ou a “Coleção de Pergaminhos Avulsos”. Outra, ainda, acabaria por ser recuperada por meio da aquisição, em 1955, da Biblioteca ou Coleção da Manizola. Sobre este assunto, veja-se a introdução à obra *Inventário dos Fundos Monástico-Conventuais da Biblioteca Pública de Évora* (cf. nota 41).

⁴⁹ A presença de documentação, no mosteiro lisboeta, oriunda da Serra de Ossa, é confirmada pelos inventários da livraria do cenóbio feitos nas primeiras décadas do séc. XIX (cf. TT, *Mosteiro do Santíssimo Sacramento de Lisboa*, lv. 31).

⁵⁰ A estas acrescem mais sete livros, que se encontram mal identificados, pertencentes aos conventos de Nossa Senhora da Assunção de Arraiolos (lv. 5), S. Domingos de Montemor-o-Novo (lv. 10), Santo

outras 46 seriam integradas na “Colecção de Códices” e na “Colecção ou Fundo Rivara”; muitos diplomas seriam ainda encaminhados para a “Colecção de Pergaminhos Avulsos”, reunidos, na sua maioria, nas pastas 7 e 8 (*Pergaminhos de S. Paulo da Serra de Ossa*), embora diversos outros espécimes acabassem por ser arrumados noutras pastas da mesma Colecção⁵¹. Alguns códices oriundos deste cartório seriam ainda integrados, por identificação incorrecta, noutros fundos monástico-conventuais da Biblioteca⁵², enquanto alguns pergaminhos e manuscritos acabariam por regressar a esta instituição integrados na Colecção Manizola⁵³.

Na Torre do Tombo, integrada no cartório do Santíssimo Sacramento de Lisboa, viria, pois, a ingressar outra parte da documentação da Serra de Ossa, que os arquivistas autonomizariam em fundo próprio, com dois maços contendo 31 documentos, entre originais e cópias (1439-1813). Possivelmente, pertenceriam a este núcleo documental muitos dos pergaminhos relativos aos eremitas que ainda hoje se mantêm na *Colecção Especial*, como referiremos mais adiante. Importa referir que o arquivo da Serra de Ossa acabou por reunir um importante conjunto de documentos relativos a muitos dos eremitérios a ela sujeitos, dado o hábito, desde cedo incentivado, de aí manter os originais dos privilégios outorgados a outras provenças, de modo a garantir a sua devida salvaguarda.

Dos eremitérios próximos da casa da Serra de Ossa, o de **Vale Abraão** viria a ser extinto em 1593 e os seus bens incorporados na casa-mãe. O respectivo cartório deve ter acompanhado o mesmo movimento, embora hoje se torne difícil distinguir a documentação daí oriunda entre o acervo da Serra de Ossa⁵⁴. Quanto a **Vale da Infante**, eremitério antigo fundado na Serra de Ossa cerca de 1374, o seu arquivo teria destino

António do Redondo (lv. 16) e Santo António de Montemor-o-Novo (lv. 38), ao Colégio de S. Paulo de Évora (lv. 6) e aos mosteiros de Jesus de Viana do Alentejo (lv. 24) e de S. Paulo de Portel (lv. 31).

⁵¹ Nas pastas 9, 10, 13, 14, 15, 16 e 17 (cf. João Luís Inglês Fontes *et al.*, *Inventário dos Fundos Monástico-Conventuais...*, pp. 105-106).

⁵² Caso dos livros 8, 9 e 15 e do fundo do *Convento de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, que efectivamente pertencem à Serra de Ossa.

⁵³ Cf. João Luís Inglês Fontes *et al.*, *Inventário dos Fundos Monástico-Conventuais...*, pp. 96-106.

⁵⁴ Da documentação conservada na BPE, apenas dois códices aparecem claramente referidos a este mosteiro, um contendo sentença relativa ao cenóbio (1551-1552) e outro com o traslado dos privilégios a ele outorgados (1591). Cf. João Luís Inglês Fontes *et al.*, *Inventário dos Fundos Monástico-Conventuais...*, p. 106.

diferente, vindo a transitar para o mosteiro lisboeta do Santíssimo Sacramento logo em 1642, com a anexação a este cenóbio das respectivas rendas⁵⁵. Assim se compreende que o acervo de Vale da Infante se encontre na Torre do Tombo, autonomizado em fundo próprio – *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante* – incluindo dois maços com 55 documentos (1390-1828) e dois livros, o primeiro reunindo dois tombos do mosteiro (1542-1543 e 1591) e o segundo com cópia de numerosas escrituras, ordenadas de acordo com o elenco das propriedades pertencentes ao cenóbio (1637).

À Serra de Ossa seriam anexados outros pequenos eremitérios, como os da **Amieira**, no termo de Estremoz, extinto em 1440 ou o de **Santa Maria de Monte Virgem**, cuja ermida se manteria na posse dos pobres até à sua conversão em igreja paroquial, em 1569⁵⁶, razão pela qual alguns diplomas relativos a estes núcleos podem ser recenseados entre a sua documentação.

Os cartórios dos mosteiros sucedâneos dos eremitérios fundados nos termos de Vila Viçosa, de Borba e de Portel viriam também a ingressar na BPE após a respectiva extinção, em 1834. Assim, a documentação respeitante ao eremitério de **Valbom, no termo de Vila Viçosa**, pode ser encontrada quase integralmente no fundo do *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, que reúne 15 unidades de instalação, entre livros e maços, com documentação que se estende de 1409 a 1833. Cerca de duas dezenas de diplomas oriundos do arquivo deste cenóbio encontram-se reunidos na pasta 6 da *Colecção de Pergaminhos Avulsos*, incluindo também alguma documentação medieval (1434-1792)⁵⁷. Este acervo integra também alguma documentação dispersa sobre os eremitérios do **Ameal do Gorjão**, sito no termo de Vila Viçosa, de **Viana do Alentejo** e da **Asseiceira, no termo de Olivença**, dado que estes lugares e os respectivos bens acabariam por ingressar, por doação dos respectivos eremitas, no património da comunidade de Valbom, os dois primeiros em 1425 e o último em 1502.

⁵⁵ Embora se aponte o ano de 1647 como a data da respectiva fundação, já em 1611 os Paulistas solicitavam do arcebispo de Lisboa licença para erigirem uma casa nesta cidade (cf. TT, *Mosteiro do Santíssimo Sacramento de Lisboa*, mç. 3, nº 17 - petição de 1611.03.05). A necessidade de suportar a nova fundação com um conjunto suficiente de rendas levou certamente à anexação precoce a este mosteiro da casa de Vale da Infante.

⁵⁶ Cf. Anexo I.

⁵⁷ Para uma descrição mais pormenorizada, cf. João Luís Inglês Fontes *et al.*, *Inventário dos Fundos Monástico-Conventuais...*, pp. 107-109.

Quanto ao eremitério de **Água das Infantes, no termo de Portel**, a sua documentação conservou-se no fundo do *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, que reúne em oito códices factícios a esmagadora maioria dos diplomas avulsos oriundos do seu cartório (livros 1 a 7, com documentos entre 1397 e 1815, e livro 8, com índice dos tomos anteriores, acrescido de outros documentos em papel, até 1821). Parece terem-se perdido os livros mais tardios associados ao registo da gestão dos bens do mosteiro ou à vida da comunidade (entradas, profissões e óbitos), à excepção do que seria, por lapso, integrado entre os pertencentes à Serra de Ossa⁵⁸. Outra documentação avulsa seria integrada na “Colecção dos Códices” (Cód. CLXVI/2-41, 1572-1807) ou reunida na referida pasta 6 da “Colecção de Pergaminhos Avulsos” (18 documentos, 1409-1745).

Por último, o eremitério de **Montes Claros, no termo de Borba**, veria a sua documentação conservada no fundo actualmente designado por *Convento de S. Paulo de Borba*. Abarcando um período que se estende de 1384 à data de extinção do mosteiro (1834), este acervo contempla 7 unidades de instalação, entre livros ligados à gestão dos seus bens e das obrigações de capelas a códices factícios e maços com documentação avulsa, que se deve juntar um outro maço, com documentação oitocentista (1801-1816), integrado no chamado “Fundo Rivara” (Cód. CLXIX/1-21). Este fundo é distinto do pertencente ao *Colégio de S. Paulo de Borba*, instituição fundada em 1703 junto ao mosteiro com estudos de Teologia e de Teologia Moral, que apresenta livros próprios relativos à gestão dos bens a ele adscritos⁵⁹.

A documentação dos eremitérios fundados nos termos de Évora e Montemor-o-Novo teria um destino bem diferente, dada a extinção dos mosteiros seus sucedâneos em época anterior ao decreto liberal de 1834. **Montemuro** seria a primeira casa a ser extinta, logo em 1593, sendo os respectivos bens anexados ao Colégio de S. Paulo de Évora, fundado em 1578 com o patrocínio do arcebispo eborense, o Cardeal-Infante D. Henrique⁶⁰. Estranhamente, o acervo documental deste Colégio incorporado na BPE é manifestamente pobre no que respeita a diplomas oriundos da antiga comunidade de

⁵⁸ BPE, *Convento de S- Paulo da Serra de Ossa*, lv. 31 – Livro das entradas e saídas do dinheiro das rendas do mosteiro de S. Paulo de Portel (1816-1822).

⁵⁹ Cf. João Luís Inglês Fontes *et al.*, *Inventário dos Fundos Monástico-Conventuais...*, pp. 112-114. Pertence a este Colégio o lv. 4, classificado como respeitante ao Convento de S. Paulo de Borba.

⁶⁰ Sobre este Colégio, cf. Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. VII – *Concelho de Évora*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1966, pp. 236-238.

INTRODUÇÃO

Montemuro: apenas um maço com documentação tardia (Cód. CLXIX/1-21, posterior a 1539) e dois singelos pergaminhos conservados na pasta 6 da “Coleção de Pergaminhos Avulsos” (1451-1478). O mesmo acontece com o acervo oriundo deste cartório, depositado na Torre do Tombo, também ele sem documentação do antigo eremitério⁶¹. Mais estranho é ainda o aparecimento de alguns dos diplomas mais antigos relativos à história desta proveniência entre os *Pergaminhos* dos Reservados da Biblioteca Nacional – cerca de cinco, respeitantes a actos celebrados entre 1415 e 1450⁶² - sem que se possa esclarecer a razão para tal. Não deixa, é certo, de indiciar a dispersão do cartório do antigo Colégio de S. Paulo, que apenas em parte seria encaminhado para a biblioteca eborense.

Quanto ao eremitério de **Santa Margarida do Aivado**, também ele fundado no termo de Évora, na primeira década do século XV, a sua documentação viria a ingressar nos fundos do Colégio de S. Paulo de Coimbra, ao qual o mosteiro seu sucedâneo viria a ser anexado na sequência de determinação régia de 1797⁶³. Apesar das indicações que apontavam, no *Guia do Arquivo da Universidade de Coimbra*, para a existência de documentação medieval no fundo deste Colégio⁶⁴, foram infrutíferas as tentativas, nas nossas visitas a este Arquivo, para recuperar o seu paradeiro, não se tendo conseguido identificar os maços ou códices passíveis de conter a referida documentação. Apenas na Torre do Tombo, no que aí se guarda do cartório do Colégio de S. Paulo de Coimbra, foi possível recuperar algum do acervo respectivo, reunido em dois códices factícios, originalmente os tomos 2 e 4 dos «títulos do Colégio Paulista de S. Paulo de Coimbra»⁶⁵, com numerosos diplomas que documentam a história do eremitério desde

⁶¹ O fundo do *Colégio de S. Paulo de Évora* inclui um livro e um maço com 17 documentos (1678-1813).

⁶² Cf. *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 146.

⁶³ O Colégio conimbricense de S. Paulo Primeiro Eremita foi fundado pela Ordem na sequência de provisão do Desembargo do Paço de 27 de Setembro de 1779, que confirmava uma anterior licença para o efeito dada pelo rei João V, em 1745. O projecto inicial, ainda importante, no dizer de António de Vasconcelos, nunca seria concluído, sendo o Colégio extinto em 1834. Cf. António de Vasconcelos, «Os Colégios Universitários de Coimbra (Fundados de 1539 a 1779)», *Escritos Vários*, reedição da ed. de 1938-41, vol. I, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1987, pp. 286-287; Virgílio Correia e Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. II – *Cidade de Coimbra*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947, pp. 153-154.

⁶⁴ Cf. «Guia do Arquivo da Universidade», *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. I, 1973, p. 137, onde refere um volume e uma pasta com «instrumentos de propriedade», reunindo documentação desde 1337.

⁶⁵ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, livros 1 e 2.

1406. É possível que no Arquivo da Universidade se guarde o tomo 1 destes «títulos», sabendo-se que o tomo 3º se havia já perdido aquando da extinção do Colégio⁶⁶.

Nestes livros do Colégio conimbricense dos Paulistas se reúne também o que sobrevive dos cartórios de outros dois mosteiros, que a ele se uniram, com o de Santa Margarida, por determinação do referido decreto, ambos com origem em eremitérios fundados no período medieval: os de Santa Cruz de **Rio Mourinho, no termo de Montemor-o-Novo** e o de **S. Julião de Alenquer**. A documentação aí conservada é mais generosa para o primeiro, recuando a 1377, resumindo-se a pouco mais de meia dúzia os diplomas respeitantes ao eremitério de Alenquer anteriores a 1510.

No extremo nordeste da antiga diocese eborense, já no actual distrito de Portalegre, é escassa a documentação hoje conhecida sobre os lugares da pobre vida do período medieval. O acervo do mosteiro de **Santa Maria da Azambujeira ou de Fonte Arcada, do termo de Avis**, desapareceu quase integralmente após um violento incêndio que atingiu o cenóbio em 1566, nada se conservando do seu antigo cartório nos fundos do mosteiro de Santo António de Sousel, cenóbio ao qual seria definitivamente anexado em 1618⁶⁷. Do mosteiro de S. Paulo de **Elvas**, sucedâneo do eremitério de **Rio Torto**, fundado no termo desta vila no último quartel do século XIV, é escassa a documentação medieval hoje sobrevivente. O seu cartório, que acabou por se repartir entre o Arquivo Distrital de Portalegre e a Torre do Tombo, conserva sobretudo documentação posterior⁶⁸, resumindo-se a uma dezena os poucos diplomas medievais disponíveis, individualizados na “Colecção de Pergaminhos” do arquivo de Portalegre (1383-1518),

⁶⁶ Cf. TT, *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças*, caixa 2208, nº 119 – *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, fls. 29v e 43-43v.

⁶⁷ Fundado em 1605 (cf. Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, *Thebaida Portuguesa...*, tomo I, p. 326 e tomo II, p. 258; Luís Keil, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. I – *Distrito de Portalegre*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1943, pp. 156-157), deste mosteiro conservam-se, no Arquivo Distrital de Portalegre, três tomos com documentos avulsos, entre cópias e originais, produzidos entre 1528 e 1825, e cinco diplomas insertos na “Colecção de Pergaminhos”, com datas igualmente tardias (1661-1780). Na Torre do Tombo foram também incorporados 12 livros oriundos deste mosteiro, reunidos no fundo “Mosteiro de Santo António de Sousel”, todos posteriores ao período que nos interessa (1675-1834). Um maço que foi integrado neste fundo contém documentação que pertence ao cartório da Província, com memórias diversas e alguma correspondência por ela recebida deste cenóbio (séc. XVII-1828).

⁶⁸ Em Portalegre, para além dos 17 pergaminhos atribuídos a este mosteiro (dado que o último refere-se, com efeito, ao Convento de Santo António de Fronteira), conservam-se mais 25 unidades de instalação, entre maços e livros, com datas compreendidas entre 1533 e 1834. Na Torre do Tombo, o fundo do “Mosteiro de S. Paulo de Elvas” é constituído por 3 maços e 24 livros, com documentação produzida entre 1567 e 1834, integrando alguma documentação oriunda do cartório da Província.

a que acresce um outro documento, de 1380, copiado num dos tombos de escrituras do mosteiro conservado no mesmo arquivo⁶⁹. Mesmo estes pergaminhos integram quatro espécimes respeitantes ao eremitério da **Espadaneira, no termo de Estremoz**, que se extinguiu já no século XVI e cujos bens seriam unidos ao seu congénere de Elvas, justificando assim a presença destes diplomas entre o acervo do mosteiro elvense⁷⁰.

Um último eremitério fundado na diocese de Évora, o da **Junqueira, no termo de Sines**, seria integrado entre as casas a extinguir pelo Capítulo celebrado pela Ordem em 1592, acabando por ser anexado ao mosteiro de **Nossa Senhora da Consolação de Alferrara, sito no termo de Palmela**, em 1645. A Alferrara seria também unido o lugar de **Mendoliva**, fundado por Mendo Seabra **no termo de Setúbal** nas primeiras décadas do século XV e abandonado, por falta de água, em 1531.

Alferrara e Mendoliva constituíam, com o lugar de **Barriga, ou Cela Nova (futuro mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica)**, um núcleo de eremitérios fundados em torno das vilas de Almada, Palmela e Setúbal, numa zona de forte presença santiaguista e com o apoio régio e dos mestres da Ordem. Sitos em território da diocese lisiponense⁷¹, acabariam, todos eles, por ser anexados ao mosteiro do Santíssimo Sacramento de Lisboa, fundado nessa cidade em 1647 e posteriormente escolhido como nova sede da Província dos Paulistas. Com a extinção das casas de Alferrara e de Nossa Senhora da Rosa da Caparica, já concluída em 1813, os cartórios de todos os eremitérios acima referidos acabariam assim por migrar para Lisboa e, após 1834, com o arquivo desta casa, viriam a transitar para a Torre do Tombo. No tratamento dado a este fundo, acabar-se-ia por autonomizar parte destes cartórios, separados do seu núcleo de origem.

Assim, o fundo designado como *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara* é actualmente composto por 4 maços, com 175 documentos, e 6 livros, com

⁶⁹ Cf. ADPTG, CVSPÉLV/Tb N° 28 – cx. 10 [*Tombo das capelas e títulos de propriedades* (1664-1781)], fls. 17-17v.

⁷⁰ Vejam-se os pergaminhos n° 2, 3, 5 e 8 (1453-1494).

⁷¹ Sobre os contornos territoriais da diocese lisboeta em tempos medievais, cf. Manuel Clemente, «Lisboa, Diocese e patriarcado de», *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, tomo III, pp. 93-113. As dioceses de Santarém e de Setúbal só seriam erectas em 1975.

documentação desde 1380 a 1827⁷². Neste se encontram, como seria expectável, os documentos que restam dos cartórios de Mendoliva e de Santa Maria da Junqueira, dispersos pelo maço 3 deste fundo, embora se tenham autonomizado três pergaminhos oriundos desta última casa em fundo próprio, intitulado de *Mosteiro de S. Paulo (!) da Junqueira* (1454-1485). No fundo do *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, conservam-se 8 livros (1557-1817) e 84 documentos avulsos (1414-séc. XIX)⁷³.

Alguns livros oriundos dos cartórios destes mosteiros manter-se-iam, contudo, integrados no fundo do *Mosteiro do Santíssimo Sacramento de Lisboa*⁷⁴. Pertenciam também a este último acervo muitas memórias e correspondência diversa remetidas para a Província por diferentes casas, que acabaram por ser indevidamente autonomizadas em fundos próprios⁷⁵.

Na diocese de Lisboa, também o eremitério do **Alentejo**, fundado **no termo de Óbidos** em inícios do século XV, lograria conservar alguma da sua documentação medieval. Anexado aos Lóios em 1434, por iniciativa dos seus ocupantes, a sua documentação acabaria por integrar-se no cartório de S. Bento de Xabregas, casa-mãe da Congregação, arrumada actualmente no maço 18 deste fundo, também ele depositado na Torre do Tombo.

⁷² Rectificam-se aqui as datas extremas deste fundo publicadas no *Guia Histórico das Ordens Religiosas em Portugal* (cf. p. 140), dado a análise crítica de alguns documentos e dos eremitas neles referidos ter obrigado a corrigir a respectiva datação.

⁷³ Estes últimos, inicialmente agrupados em dois maços, foram reordenados de acordo com antigas cotas inscritas nos respectivos versos, dando origem aos maços 1 a 3 de “Pergaminhos” e 1, 2, 3, 4, 12 13 e 14 dos “Documentos em Papel”. As lacunas denunciadas por esta arrumação revelam o volume das perdas que afectaram este acervo até à sua incorporação na Torre do Tombo e a dispersão de muitos dos seus documentos por outras colecções e instituições. É o caso do *Códice CLXIX/1-8* da BPE, que inclui um livro de profissões (1640-1646) e um outro com o registo das covas e sepulturas deste mosteiro (1595-séc. XVII). Cf. João Luís Inglês Fontes *et al.*, *Inventário dos Fundos Monástico-Conventuais...*, p. 294.

⁷⁴ É relativo ao mosteiro da Rosa da Caparica o livro 4 deste fundo (Livro das capelas e suas obrigações do Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica, 1746-1821), e ao de Alferrara os livros 12 (Livro das obrigações de capelas do mosteiro, 1743-1765) e 18 (Livro do gasto do mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara, 1804-1817).

⁷⁵ Assim acontece para os “fundos” dos *Colégios de Nossa Senhora de Borba* e de *Montemuro* [sic] e dos mosteiros de *Nossa Senhora da Luz de Montes Claros*, *Santa Margarida de Évora* [sic], *S. Paulo de Portel*, *Santa Cruz de Rio Mourinho*, *Nossa Senhora da Consolação de Serpa*, *Nossa Senhora da Ajuda de Tavira* e *Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, bem como com os maços de documentação avulsa identificados como pertencentes aos Colégios de S. Paulo de Coimbra, S. Paulo de Évora e Santo António de Sousel.

Muitos outros eremitérios, de mais curta duração, acabariam por não deixar documentação própria, por vezes recenseados apenas a partir de referências em documentos alheios, muitos deles de produção régia. Outros veriam alguns (poucos) dos seus documentos guardados no arquivo da Serra de Ossa, como os de **Vale de Flores, no termo de Portalegre** ou de **Santa Maria da Virgem, no termo do Redondo**. Mesmo os dois eremitérios que posteriormente viriam a ingressar na órbita franciscana (Franqueira, no termo de Barcelos e Vale de Mourol, nas imediações de Santarém), convertendo-se em sedes de comunidades regulares, não deixaram, nos respectivos acervos, quaisquer vestígios documentais, verificando-se quase a mesma penúria para os lugares da pobre vida ligados às primeiras fundações jerónimas portuguesas.

A par do reconhecimento e inventariação destes fundos, ligados directamente à vida das comunidades e fundações eremíticas tardo-medievais, também foi necessário proceder ao levantamento da documentação com interesse para a compreensão deste fenómeno em outros acervos. Desde logo, aqueles ligados à actividade governativa dos monarcas. Apesar das limitações impostas por sucessivas “reformas” na Chancelaria Régia, que reduziram em muito os diplomas actualmente conservados para os governos de grande parte dos monarcas de finais da Idade Média (sobretudo entre Afonso IV e D. Duarte) e dos problemas sempre colocados pela cópia de muitos deles (quer na Chancelaria quer na Leitura Nova), a consulta desta documentação permitiu inventariar largas dezenas de actos régios relativos às comunidades da pobre vida, atestando a estreita e multifacetada relação assumida pelos monarcas face a estes grupos.

Ainda na Torre do Tombo, foram igualmente inquiridos outros fundos, desde a colecção das *Gavetas*, aos *Manuscritos da Livraria* ou à documentação das ordens militares integrada no acervo da *Mesa da Consciência e Ordens* (Ordens de Avis e Santiago e Mosteiro de Santos-o-Novo). Apesar das notícias que davam como extinta a antiga *Colecção Especial*⁷⁶, o facto é que este núcleo documental contém, ainda hoje, um importante conjunto de diplomas que não chegou a ser desmembrado pelos seus cartórios de origem, nomeadamente nas séries relativas aos *Documentos Pontifícios* (a partir da caixa 3) e aos *Documentos Régios* (a partir da caixa 32), onde foram

⁷⁶ Cf. A. H. de Oliveira Marques, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, ed. cit., pp. 197-198.

recuperados muitos documentos, sobretudo de natureza régia, relativos às comunidades da pobre vida. Alguns diplomas com interesse para o estudo em causa foram ainda recuperados entre as caixas dos *Conventos por identificar*. Também no *Arquivo da Casa de Abrantes*, depositado nesta instituição, foi possível identificar alguns diplomas sobre o eremita Gonçalo da Silveira.

Apesar da conhecida escassez de documentação municipal relativa à Idade Média, foram igualmente inquiridos os fundos da Câmara Municipal de Évora e o acervo medieval de pergaminhos relativos a Elvas, guardados, quer no respectivo Arquivo Municipal, quer no Arquivo Municipal de Coimbra⁷⁷. Dos fundos diocesanos, e dado o desaparecimento de grande parte da documentação medieval do antigo bispado de Silves e do patriarcado de Lisboa, apenas o Arquivo do Cabido da Sé de Évora, quer no acervo capitular, quer entre os *Pergaminhos dos Bacharéis*, facultou alguns elementos documentais com utilidade para o estudo em questão⁷⁸. Ainda em Évora, também os fundos relativos às suas instituições de assistência, reunidos no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora⁷⁹, permitiram recuperar alguns diplomas relativos às comunidades masculinas e femininas da pobre vida presentes na urbe e no seu termo.

No levantamento da documentação feita a propósito do Projecto do *Guia das Ordens* ou no trabalho de pesquisa desenvolvido nos fundos de outras casas religiosas depositados na Biblioteca Pública de Évora, foi ainda possível reunir diversos diplomas sobre os eremitas ou as comunidades femininas da pobre vida a partir dos acervos dos mosteiros eborenses do Espinheiro (Jerónimos), Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora do Paraíso e Santa Catarina de Sena (Dominicanas) e de S. João Evangelista (Lóios), bem como dos cartórios do mosteiro de S. João da Penitência de Estremoz e da casa lóia de Nossa Senhora da Assunção de Arraiolos. Na Torre do Tombo, alguma documentação com interesse para a nossa investigação foi também recenseada entre os acervos de diversos outros mosteiros e conventos: Santíssima Trindade de Lisboa e de Santarém, São Francisco de Lisboa (OFM), Santa Clara de Santarém, S. Domingos de Santarém, Nossa Senhora da Saúde de Penha Longa e Nossa Senhora da Conceição de

⁷⁷ AUC, *Pergaminhos de Elvas*. Agradecemos ao Doutor Luís Filipe Oliveira os dados facultados sobre a documentação presente nestes fundos.

⁷⁸ Agradecemos aqui a generosidade do Cónego Doutor Joaquim Chorão Lavajo, pelo acesso facultado a esta documentação.

⁷⁹ Depositado no respectivo Arquivo Distrital.

INTRODUÇÃO

Vale Benfeito (Óbidos). Algumas colegiadas, como as de Santa Maria de Óbidos, S. Jorge de Arroios de Lisboa e Santa Maria e Santiago de Almada, conservavam também diplomas e referências pertinentes para o nosso estudo, bem como alguns dos testamentos copiados no século XVIII nos tombos integrados na Provedoria das Capelas e Resíduos de Lisboa⁸⁰.

Por último, importa ainda referir a documentação oriunda das colegiadas de Óbidos conservada no Museu Nacional de Arqueologia (Sta. Maria, S. Pedro, S. João de Mocharro), também ela com referências a alguns homens da pobre vida estantes no termo daquela vila medieval.

Todo este trabalho heurístico foi completado por um tratamento crítico da documentação, identificando originais e cópias, rectificando erros de datação (sobretudo em diplomas contidos em cópias e traslados) ou definindo criticamente as datas de produção de alguns outros diplomas quando esta não era apresentada ou estava claramente errada⁸¹.

Ordenado cronologicamente o núcleo documental disponível e definidos os principais marcos da história institucional deste movimento eremítico, foi possível estabelecer uma data *ad quem* para o nosso estudo, que fixámos em 1510, no *terminus* de uma década que marca a estabilização definitiva do número de fundações de comunidades eremíticas da pobre vida, com a anexação à casa de Valbom, no termo de Vila Viçosa, em 1502, do eremitério de Asseiceira (termo de Olivença). Os tempos seguintes seriam de uma crescente conformização e controle das antigas comunidades da pobre vida, com a sujeição dos pobres da Serra de Ossa à Regra de Santo Agostinho (1536) e a sua posterior erecção em Congregação autónoma, no âmbito da Ordem dos Eremitas de S. Paulo Primeiro Eremita (1578). O contexto de tal movimento tendente ao enquadramento das antigas experiências eremíticas em ordem à sua conformização com o modelo reconhecido das ordens religiosas, é marcado por uma grande complexidade, com a paralela integração, no universo mendicante, das antigas comunidades femininas

⁸⁰ Sobre este fundo, cf. Maria de Lurdes Rosa, «Catálogo de testamentos e tombos (1296-1521) da Provedoria das Capelas de Lisboa», in *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, dir. Maria do Rosário Themudo Barata e Luís Krus, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, pp. 539-552.

⁸¹ Algumas datas seriam ainda rectificadas com o avançar da nossa investigação, sobretudo por ocasião da identificação dos eremitas presentes na documentação e na elaboração das respectivas biografias.

da pobre vida, com consecutivas reformas, mais estruturadas, das antigas famílias religiosas, com a crescente consolidação da intervenção régia e eclesiástica na vida religiosa e, em simultâneo, com a emergência e rápida expansão de novas comunidades com um forte pendor eremítico, desta feita no âmbito da Ordem Franciscana, com os Capuchos, que em breve se multiplicariam em casas e províncias.

O nosso estudo centrou-se, assim, no estudo das origens deste movimento eremítico, a si próprio designado como da pobre vida, e a sua gradual expansão desde o último quartel do século XIV até ao dealbar de Quinhentos, quando cessam as novas fundações e se encontra estabilizado um modelo de organização que só sofrerá significativas alterações a partir de meados dessa centúria.

Para o fazer, dispúnhamos agora de uma significativa base documental, com cerca de 1130 diplomas, naturalmente desiguais no tempo ou nas informações relativas às diferentes comunidades eremíticas recenseadas – dadas também as vicissitudes sofridas pelos cartórios dos mosteiros da Ordem e a diversidade dos percursos dos diferentes núcleos eremíticos – mas, ainda assim, surpreendentemente volumosa face às nossas expectativas iniciais.

É certo que não deixava de ser uma documentação com características muito próprias. Com efeito, em comunidades que assumiam a pobreza e a busca da solidão como uma opção central na sua vivência religiosa, com formas de organização bastante informais e maleáveis, a documentação por elas produzida ou conservada parece centrar-se no esforço de passar para escrito e assim preservar sobretudo os actos que lhes asseguravam privilégios e liberdades ou provavam a posse das terras onde habitavam ou que, pelo trabalho dos seus ocupantes ou pelo de outrem, eram garante da sua subsistência: cartas régias, instrumentos de doação, venda ou escambo, sentenças, cartas de sesmaria, alguns testamentos. O desejo de ocultamento que conduz estes homens ao ermo impede que o grupo que num lugar vive essa experiência eremítica surja, na sua totalidade, nos actos de interesse para a comunidade: ela age sempre através daquele que a governa ou de um ou outro pobre por ela nomeado como seu representante. Do mesmo modo, se exceptuarmos alguns testamentos, os eremitas raramente falam directamente de si, não sobrevivendo qualquer correspondência mais pessoal redigida pelos mesmos ou textos de cariz espiritual da sua autoria.

Mesmo a documentação de cariz normativo é muito escassa, conhecendo-se apenas, para a época medieval, alguns capítulos por eles sujeitos à confirmação dos monarcas. De outras reuniões magnas celebradas pelos pobres apenas dispomos de notícias indirectas, sem que tenham sobrevivido quaisquer actas. Mesmo as primeiras constituições, que sabemos terem sido “reformadas” em 1567, sob influência do Cardeal-Infante D. Henrique, são-nos hoje desconhecidas, sendo, por isso, difícil aquilatar que costumes terão perdurado, desde os tempos medievais, até às Constituições seguintes, as mais antigas que chegaram até nós, aprovadas em 1584⁸². Abundantes são, ao invés, os diplomas pontifícios conservados nos fundos por nós consultados, permitindo, juntamente com as súplicas publicadas por António Domingues de Sousa Costa e algumas outras recenseadas nos sumários publicados pela École Française de Roma, acompanhar a relação da Sé Apostólica com estes grupos, suprimindo, em parte, a impossibilidade de levantamento, nos acervos do *Archivio Segreto* do Vaticano, de toda a documentação a eles referentes, tendo em conta o ainda longo período aqui tratado e o volume do acervo vaticano em causa.

Deste modo, e com base na documentação atrás apresentada, a presente dissertação desenvolve-se em duas partes. Na primeira, procuraremos caracterizar este fenómeno eremítico desde as suas origens, quando os primeiros eremitas emergem na documentação, no terceiro quartel do século XIV, até ao dealbar de Quinhentos. Votaremos uma particular atenção, nesta abordagem, à dimensão institucional, percebendo as formas como esta experiência eremítica se irá paulatinamente expandir, afirmar e organizar, numa relação complexa e multifacetada com os núcleos urbanos do sul em cujos termos estes grupos se instalam, com os poderes que neles se cruzam, com as autoridades eclesiásticas e restantes ordens e movimentos religiosos e com o monarca e os círculos sociais que o rodeiam e servem. Este percurso permitirá também, assim o esperamos, evidenciar as etapas de uma evolução que acabará por afirmar definitivamente o papel central da Serra de Ossa como instância congregadora e reguladora da vida destas comunidades, denunciando simultaneamente o papel

⁸² Estas constituições foram publicadas em 1594: *Livro da Regra de Sancto Agostinho: e das constituições perpetuas dos Religiosos pobres hermitãos da Serra D ossa, da ordem de S. Paulo primeiro hermitão. Feitas & confirmadas com autoridade Apostolica*, s.l., Por Manoel de Lyra, 1594. A referência às constituições antigas é feita no fl. 49v. Em inventário dos livros existentes na Secretaria da Ordem, redigido cerca de 1804, ainda se encontrava um «volume em 4º» das «Constituiçoens impressas no anno de 1567» (TT, *Mosteiro do Santíssimo Sacramento de Lisboa*, lv. 31, fl. 5v). Não conseguimos encontrar qualquer exemplar das mesmas.

fundamental desempenhado pela Coroa na adopção de um modelo de organização cada vez mais centralizado, próximo do conhecido para as ordens mendicantes. É integrado nesta perspectiva que procuraremos ainda olhar para o seu modo de vida, as razões eventuais da sua afirmação e capacidade de atracção, as suas comunidades e o universo humano que as povoa. Apenas neste ponto mencionaremos algumas das comunidades femininas da *pobre vida* que se colocam sob a orientação espiritual destes eremitas, como sinal da influência do seu modo de vida sobre outras experiências religiosas também protagonizadas por leigos e igualmente alheias à sujeição de qualquer Regra canonicamente aprovada.

Na segunda parte, procuraremos traçar os percursos biográficos dos eremitas que, neste período, nos surgem entre a documentação consultada, esclarecendo as suas ligações familiares e proveniência geográfica e social, bem como o seu percurso no interior das comunidades da pobre vida. Pretende-se, não apenas suportar, aprofundar e esclarecer muito do que fica dito na primeira parte, como criar um *corpus* que futuras investigações poderão certamente potenciar em ordem a uma percepção mais clara das redes relacionais que se entrecem entre os protagonistas de muitos dos movimentos religiosos em expansão durante este período, os seus apoiantes e os que com eles se relacionam, sejam eles eclesiásticos ou detentores de importantes cargos concelhios, abastados proprietários ou gente oriunda de famílias da nobreza.

Em anexo, disponibilizaremos ainda um conjunto importante de informações que, em larga medida, suportam a análise desenvolvida nas duas partes da tese: fichas para cada um dos eremitérios, com indicações sobre o seu destino no período posterior aos tempos medievais, complementadas com um gráfico sobre a evolução das implantações eremíticas; listagens dos juízes e provinciais dos pobres, da população dos eremitérios, dos benfeitores dos eremitas e do universo humano que em torno deles se desenvolve, entre caseiros, lavradores e outros servidores, tendo sempre como limite a data proposta para este estudo, ou seja, o final da primeira década de Quinhentos.

PARTE I

DA «POBRE VIDA» À CONGREGAÇÃO DA SERRA DE OSSA

CAPÍTULO I

EMERGÊNCIA DOCUMENTAL

(1366-1385)

1378: um documento revelador

A 2 de Fevereiro de 1378, Vasco Domingues, chantre de Braga, encontra-se na Quinta de Cambeses, em terras pertencentes ao cabido da arquidiocese¹. Emite uma sentença relativa a certos «pobres Ermitãaes», na sua maioria viventes «nas montanhas e logares Ermos do bispado d euora e comarca d aalem teio». Fá-lo na qualidade de «Enqueredor e visitador do Senhor o papa em nos Regnos de Portugal e do algarue», dando cumprimento a mandato do próprio Gregório XI que, por bula expedida em Avinhão a 19 de Julho de 1376, o incumbira, juntamente com D. Pedro Dias Tenório, bispo de Coimbra e D. João, bispo de Tui, de inquirir sobre a vida, costumes e ortodoxia desses pobres «qui appellantur heremite»². Vasco Domingues havia delegado tais

¹ Cf. José Marques, *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p. 1082.

² BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 24 (em traslado de 1389.08.19, Évora). A sentença transcreve a referida bula, cujo original se conserva em BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 3 (bula *Cum uobis uisitationem prelatorum*). O bispo de Tui é D. João de Castro, nomeado para essa diocese por Clemente VI a 8 de Junho de 1351, vaga pela saída de D. Gómez Manrique para a sé compostelana. Manter-se-ia à frente desta diocese até à data da sua morte, ocorrida em 1383 (cf. Ana Arranz Guzmán, «Las elecciones episcopales durante el reinado de Pedro I de Castilla», *En la España Medieval*, nº 24, 2001, pp. 437-438). Tais dados desmentem a afirmação de Fr. Manuel de S. Caetano Damásio que afirma ter este integrado os eremitas estantes na Serra de Ossa (*Thebaida Portuguesa...*, t. II, pp. 266, 272, 323-337), afirmação para a qual, aliás, também não encontramos qualquer indício probatório na documentação existente. Sobre Vasco Domingues e D. Pedro Tenório, ver adiante, notas 11 e 12.

funções em D. João, bispo de Coimbra, em Guilherme Carbonel, vigário de D. Agapito, bispo de Lisboa e em Mem Peres de Oliveira, chantre de Évora. Recebida entretanto a inquirição resultante de tal mandato, trazida pelos próprios eremitas, Vasco Domingues podia finalmente emitir um juízo definitivo sobre as matérias contempladas na bula papal.

A sentença de 1378 é surpreendente, quer por aquilo que afirma e dá a conhecer, quer pelo contexto em que acontece, quer, ainda, pelas interrogações que levanta. Vejamos tudo isto com mais pormenor.

Surpreendente, desde logo, pelo teor da bula que a desencadeia, passada, como referimos, em Avinhão, a 19 de Julho de 1376. A iniciativa pontifícia pode interpretar-se como uma tentativa de controlo eclesiástico sobre um fenómeno que, pela sua natureza, podia suscitar suspeitas de eventual heterodoxia. Contudo, do texto da bula depreende-se um olhar benevolente sobre estes «pauperes», expresso nos seguintes termos: «quique relictis seculi uanitibus in statu paupertatis famulantur altissimo contemplatura et exemplari uita in diuersis heremis et locis alijs solitarijs dictorum Regnorum commorentur». A Santa Sé, todavia, pretende informações seguras. Por isso, ordena o inquérito. Manda que se verifiquem os seus costumes, modo de vida e fidelidade à fé católica. Se nada houver a apontar ou a reformar, determina que não sejam molestados ou importunados. Admite o recurso ao braço secular para garantir a sua defesa e protecção³.

As expressões utilizadas ganham ainda maior significado quando comparadas com outras informações. Uma delas assume particular importância. Referimo-nos ao facto de pelo menos um destes «pobres eremitas», João Fernandes, se ter então deslocado à Corte de Avinhão. Desconhecemos os pormenores de tal deslocação, nomeadamente se alguém o acompanhou e apoiou⁴. Embora nos falem outros

³ Cf. nota anterior.

⁴ O levantamento proposto por Mário Farelo das embaixadas portuguesas enviadas à Corte pontifícia de Avinhão atesta a presença, junto do Pontífice, de um único grupo de diplomatas portugueses em 1376, aí estante entre Março e Maio desse ano. Este integrava o bispo de Silves, Martinho Eanes de Zamora, um outro Martinho, abade de Alcobaça e Álvaro Gonçalves de Moura. É possível que João Fernandes tivesse acompanhado esta comitiva, embora não tenhamos outras informações que o confirmem. Cf. Mário Farelo, «La représentation de la Couronne Portugaise à Avignon et ses agents (1305-1377)», *Anuario de Estudios Medievales*, tomo 40/2, Julho-Dez. 2010, p. 758.

elementos que as suportem, são verosímeis as afirmações de Fr. Manuel de S. Caetano Damásio acerca de João Fernandes, que lhe atribui formação universitária, adquirida em Salamanca e Paris. Tal formação era obviamente útil ou mesmo necessária em negócios desta importância...⁵

O facto é que, a 8 de Agosto desse mesmo ano, menos de um mês depois da referida bula, Gregório XI expede nada menos do que nove letras concedendo graças diversas a um conjunto de doze eremitas, oriundos das dioceses de Braga, Porto, Lamego, Coimbra, Lisboa, Évora, Zamora, Leão e Toledo⁶. Entre eles, note-se bem a coincidência, aparecem dois pobres chamados João Fernandes, um oriundo de Lamego e outro de Braga⁷. De alguns não voltamos a ter notícia. Não sabemos em que lugar viviam a opção eremítica⁸. Outros encontram-se entre os eremitas dos primeiros tempos que a restante documentação permite conhecer⁹.

As letras pontifícias contemplam graças importantes, como absolvições plenárias em artigo de morte e licenças para terem altar portátil sobre o qual podiam fazer celebrar a eucaristia por sacerdotes idóneos à sua escolha. Estes pormenores indicam, desde logo, que se esperava o sancionamento do modo de vida dos beneficiados e a sua confirmação pela visitação ordenada pela bula do mês anterior.

Por carta dada pelo rei Fernando a 2 de Dezembro de 1376, sabemos que um dos eremitas chamado João Fernandes já nessa data se encontrava de regresso ao reino. O monarca concede-lhe a sua protecção, a ele e aos seus companheiros. Através do mesmo

⁵ Cf. Parte II, biografia n  223 (doravante designadas pela letra B, seguida do respectivo n ).

⁶ *Grégoire XI (1370-1378). Lettres communes analysées d'apr s les registres dits d'Avignon et du Vatican*, années IV   VII, Rome,  cole Française de Rome, 1997-2008, p. 4, n  41726, 41727, 41728, 41729; p. 310, n  44045, 44046, 44047, 44048; p. 311, n  44049.

⁷ Cf. parte II, B 223-226.

⁸ Caso de André Gonçalves de Toro, natural da diocese de Zamora (B47); Diogo Vasques, oriundo da diocese de Lisboa (B82), Gonçalo de Illescas, também castelhano, da diocese de Toledo (B152), Gonçalo de Podentes, com origem na região de Coimbra (B162), João Comunaus (B 190), o presbítero bracarense João Peres (B 235), Pedro Francisques (B 335) e Tom  Esteves (B374).

⁹ Caso de  lvaro Esteves da Prata (B41), João Domingues Cepelheiro (B217) e Vasco Peres de Avis (B390). O mesmo acontece em relação a João Fernandes, embora, como referimos, se documentem diversos pobres com este nome, quer entre os beneficiários das letras expedidas em 1376, quer entre os eremitas documentados na Serra de Ossa por esta altura (cf. B223-226).

diploma, ficamos a saber que certas bulas do papa de Avinhão, dirigidas ao bispo de Coimbra e ao Chantre de Braga, haviam sido dadas a João Fernandes, em virtude das inquirições e visitas que se haviam de fazer sobre o arcebispo [de Braga] e os outros prelados do reino¹⁰.

Esta indicação é de particular importância, pois indicia a emissão de mais do que uma bula dirigida aos referidos dignatários (o prelado conimbricense e o chantre de Braga), de algum modo relacionadas com os pobres, ao mesmo tempo que estende o seu alcance para além dos assuntos relacionados com os problemas então vividos no âmbito do arcebispado de Braga.

Com efeito, a iniciativa de Gregório XI em nomear o chantre de Braga, Vasco Domingues¹¹, e D. Pedro Dias Tenório, bispo de Coimbra¹², como visitantes

¹⁰ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 91, fls. 25-25v (em traslado de 1591).

¹¹ Vasco Domingues surge documentado como cônego da Sé de Braga a partir de 1349, sendo confirmado por Clemente VI no chantrado desta diocese em 1352. Aparece no desempenho destas funções a partir de Dezembro de 1355, e nelas se mantinha, segundo documento transcrito por Sousa Costa, ainda em 1402, por ocasião da assinatura da concórdia estabelecida entre o rei João I e o arcebispo bracarense sobre a transferência para a Coroa da jurisdição sobre a cidade de Braga e respectivo termo. Atesta-se assim a sua permanência na diocese mesmo após o regresso de D. Lourenço Vicente, com quem se deve ter reconciliado, dado que integra as testemunhas presentes em 1391 aquando da redacção do testamento deste e se envolve directamente na respectiva execução. Desempenhou ainda significativo papel diplomático ao serviço do rei Fernando, intervindo, em seu nome, na negociação do tratado celebrado com a Inglaterra em 1373 e na sua ratificação em 1380 (sobre o seu percurso, cf. Ana Maria S. A. Rodrigues, João Carlos Taveira Ribeiro, Maria Antonieta Moreira da Costa e Maria Justiniana Pinheiro Maciel, *Os Capitulares Bracarenses (1245-1374). Notícias Biográficas*, Lisboa, CEHR – UCP, 2005, pp. 91-93, bem como os dados facultados por António Domingues de Sousa Costa nos *MPV* – vol. II, *Súplicas de Clemente VII*, doc. nº 233-247, pp. 49-52; vol. III/1, pp. 174-176, 182-208, 304-305, 322, 326, 478, 543, 550, 557, 575-579).

¹² Sobre D. Pedro Dias Tenório, originário de Talavera de la Reina, diocese de Toledo, é já ampla a bibliografia existente, atestando-se a sua formação em Direito Canónico e percurso académico nas Universidades de Perugia e Roma, a sua ligação às dioceses de Toledo, Zamora e Sevilha, onde acumula diversos canonicatos e outros benefícios antes de 1366, e a sua posterior opção por terras portuguesas, certamente pela sua oposição à política de Pedro I de Castela. Nomeado como bispo de Coimbra, cargo que ocupa entre 1371 e 1377, transitaria posteriormente para a sé de Toledo, para a qual já se encontrava nomeado em Janeiro deste último ano e onde viria a falecer, em 1399 [cf. Mário Sérgio da Silva Farelo, *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos (1277-1377)*, vol. II; Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policop., 2003, pp. 328-332; idem, «Les clercs étrangers au Portugal durant la période de la papauté avignonnaise: un aperçu préliminaire», *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo XXII, 2010, p. 109; Rafael Sánchez Sesa, «Don Pedro Tenório (c. 1328-1399). Aproximación a la vinculación eclesiástica, familiar y política de un arzobispo toledano al reino de Portugal», *Revista da Faculdade de Letras – História*, Porto, 2ª série, vol. XV. tomo II, 1998, pp. 1479-1492; idem, «Obispos procedentes de Castilla y proyectos de reforma de la Sede de Coimbra (1358-1407)», *Hispania Sacra*, tomo LI, 1999, p. 771; Manuel Augusto Rodrigues, «D. Pedro Tenório (1371-1378) segundo o *Livro das Vidas dos Bispos da Sé de Coimbra*», in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Prof. Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, coord. Luís

apostólicos, concretizada a 8 de Junho de 1376 por meio da bula *Cum vobis visitationem prelatorum*, é normalmente associada ao propósito de evitar o agravamento dos conflitos decorrentes da intransigente política desenvolvida pelo prelado bracarense D. Lourenço Vicente na defesa dos bens da diocese e da disciplina eclesiástica¹³. Os dois visitantes, que depressa juntariam a si o bispo de Silves, Martinho Eanes de Zamora¹⁴, acabariam por suspender o arcebispo das suas funções ainda em Outubro de 1377, motivando um longo contencioso que apenas se resolveria dois anos depois, quando Urbano VI determina a restituição da diocese bracarense ao seu legítimo prelado¹⁵. É certamente no contexto destes conflitos que se pode compreender a decisão de Vasco Domingues, desamparado entretanto do auxílio de Pedro Tenório, que acabaria por transitar, ainda em 1377, para a sede toledana¹⁶, em delegar noutros eclesiásticos o encargo da visitação aos eremitas.

Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos, vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Livraria Civilização, 2003, pp. 827-834; Maria do Rosário Morujão, «Bispos em tempos de guerra: os prelados de Coimbra na segunda metade do século XIV», in *A guerra e a sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas Luso-espanholas de Estudos Medievais (6 a 8 de Novembro de 2008)*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho, Saul António Gomes e António Manuel Rebelo, vol. I, Coimbra, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 540, 544-545].

¹³ Cf. José Marques, «D. Lourenço Vicente visto de Avinhão», *Theologica*, 2ª série, vol. XXXIII, 1998, pp. 342-343. O prelado fora nomeado para a referida diocese a 19 de Dezembro de 1373 e, em 1374, chegara a obter de Gregório XI diversas faculdades para proceder contra alguns clérigos (cf. *MPV*, vol. III/1, pp. 182-183). Segundo súplica apresentada pelo próprio Vasco Domingues a Clemente VII, a bula da nomeação dos dois visitantes fora publicada em Leiria, no paço régio, perante o monarca, o próprio arcebispo de Braga e outros prelados e dignatários do reino (cf. *MPV*, vol. II, *Súplicas de Clemente VII*, nº 235, p. 50). Por ela ficavam os ditos visitantes encarregues de «fazer visita canónica à igreja de Braga e todas as outras, bem como colegiadas, paróquias, mosteiros, prioratos, hospitais e outros lugares pios, tanto seculares como regulares, [...] com poderes de reformar, corrigir, punir e estabelecer quanto julgassem necessário a tal escopo, inclusive de suspenderem da administração das funções episcopais e de todos os ofícios e benefícios» (*MPV*, vol. III/1, p. 183).

¹⁴ Bispo de Silves entre 1371 e 1379, donde transitaria para Lisboa, por decisão de Clemente VII de 7 de Fevereiro de 1379; viria a ser assassinado em 1383, no contexto dos tumultos despoletados na cidade pelo rumor de assassinato do Mestre de Avis. Foi igualmente nomeado como Nuncio Apostólico em 1373 (cf. Mário Farelo, «Les clercs étrangers au Portugal...», p. 109 e bibliografia aí citada; *MPV*, III/1, pp. 219, 223-264).

¹⁵ A bula foi emitida a 6 de Março de 1379 (*MPV*, vol. III/1, pp. 183-208). Clemente VII tentará ainda privá-lo do governo da arquidiocese, transferindo-o para a sé de Trani, na segunda metade de 1380, e proibindo-o de governar a sé primaz de Braga (cf. *ibidem*, pp. 270-271), vindo a ser definitivamente reempossado da diocese por determinação régia de 16 de Novembro de 1381 (cf. *ibidem*, pp. 287-288).

¹⁶ Para sua substituição, seria nomeado como visitante apostólico o bispo de Lamego, D. Lourenço, prelado desta diocese desde 1363 (cf. *MPV*, vol. III/1, pp. 304, 476-478).

Mas, na sentença que emite em 1378, o referido chantre refere que o Papa expedira outra bula, decerto relacionada com o conjunto de diplomas pontifícios confiados a João Fernandes, pela qual associava os próprios eremitas ao projecto de visitaçom e reforma dos prelados do Reino. Assim o refere explicitamente na sentença, ao afirmar:

«E Porquanto per o dicto Senhor papa per outra ssua letera que ia perante nos e perante os outros visitadores nosos companheyros ffoy mostrada a estes pobres Ermitãaes foy dado encarrego de exercitarem e Requererem o officio da visitaçom tambem em este Regno de portugal como fora del e os o dicto Senhor papa fez exercitadores dela per a qual rrazom eles e cada hũu deles som theudos de andar per desuayradas partes excitando a dicta visitaçom e cumprindo o mandado do dicto Senhor papa a que sendo presumimos podem fazer farã (?) em hodio dos prelados e hordinhayros e por a qual rrazom esses prelados e hordinhayros e algũas outras pessoas buscando algũas ocasiones pera lhes enpeeçerem e fazerem dampno queiram proçeder ou proçederam contra elles ou contra algũu deles a algũas prisões, ou penas e sentenças contra dereyto por Requererem e excitarem a dicta visitaçom em Saude de suas almas deles pela guisa que lhis o papa manda Porem nos querendo a esto proueer de Remedio conuenhauil pera os dictos Ermitãaes pobres conseguirem seguramente o mandado do dicto Senhor papa pela autoridade apostolica sobredicta em estes scritos amoestando a primeira segunda e terçeyra uezes, todos los bispos prelados e hordinhayros e totalas outras pessoas ecclesiasticas sagraaes de qualquer degnidade hordem stado e condiçom que seiam dos dictos Regnos de portugal e do algarue e cada hũu deles dando lhis por cada hũa amoestaçom dous dias mandando lhis a todos e a cada hũu que do dia que lhes esta nossa carta for leuda e publicada ou dela uerdadeyra noticia ouuerem ata seis dias primeiros seguintes que lhis damos por todas tres amoestações canonicas cessem e quedem de quaaesquer toruas enbargos prisões Inpedimentos e molestações se as em algũa guisa ffezerem ou ham fectas per si ou per

outrem de seu mandado aos sobredictos pobres Ermitães ou a cada hũu deles pera os enbargarem e toruarem em algũa guisa ou desuyarem de bõa vida que ffazem em seruiço de deus ou da excitaçom da dicta visitaçom que lhis o dicto Senhor papa mandou»¹⁷.

Desconhecemos o original ou originais de tais diplomas. Fr. Manuel de S. Caetano Damásio ainda encontrou, no cartório da Serra de Ossa, a versão castelhana de duas bulas, ambas de 8 de Agosto de 1376, uma dirigida ao monarca português e outra de âmbito mais geral (dirigida à Universidade), nas quais o Papa informava ter associado os ditos pobres ermitães, enquanto «solicitadores», ao trabalho dos visitantes apostólicos por ele escolhidos. Incumbia o rei de conceder a necessária protecção e pedia à Universidade e ao povo cristão o apoio e bom acolhimento dos visitantes¹⁸.

Infelizmente, não dispomos de outras informações que nos permitam conhecer melhor os contornos da decisão pontifícia, nem de outros indícios documentais que atestem o envolvimento activo dos eremitas nesta tentativa de reforma da disciplina eclesiástica empreendida por iniciativa papal. Todavia, é certo que a actividade dos visitantes apostólicos ultrapassou o âmbito estrito da arquidiocese bracarense. Assim o provou António Domingues de Sousa Costa, que conseguiu documentar a presença dos mesmos visitantes no mosteiro de Pombeiro, em 1378¹⁹, um cenóbio pertencente ao território da diocese portuense²⁰. Talvez uma investigação mais pormenorizada e alargada permita, no futuro, esclarecer o âmbito da sua acção. De qualquer maneira, é surpreendente a designação dos homens da pobre vida como agentes capazes de promover a reforma religiosa no reino. Embora ignoremos os percursos e origens de muitos dos indivíduos que, nesta altura, integram os grupos eremíticos – a eventual

¹⁷ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 24 (em traslado de 1389.08.19, Évora).

¹⁸ Cf. *Thebaida Portuguesa...*, t. II, nota tt, pp. 273-276.

¹⁹ Cf. *MPV*, vol. III/1, pp. 304-305, e nota 306, p. 478.

²⁰ O mosteiro de Pombeiro pertencia já à diocese do Porto (cf. *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 68).

formação letrada de alguns, os círculos de onde provêm, ou as ligações que lhes poderiam proporcionar –, a decisão de Gregório XI não deixa de significar o reconhecimento da notoriedade já atingida pelo menos por alguns dos «pobres ermitães» e da sua autoridade moral, julgada como capaz de se impor ao conjunto do reino.

No decorrer de 1378, o despoletar do Cisma do Ocidente afectou profundamente a vida da Cristandade. As cisões por ele provocadas entre os prelados e eclesiásticos do reino²¹ e a instabilidade política e militar dos anos subsequentes devida às guerras com o reino de Castela, viriam impedir o desenvolvimento do projecto de reforma. A mudança dinástica entretanto operada viria também alterar profundamente o quadro dos eclesiásticos colocados à frente das dioceses portuguesas, na sua maioria indivíduos próximos de D. João I, fiéis ao monarca e a Urbano VI²², criando um novo jogo de forças e um novo contexto político e religioso.

Seja como for, a sentença ditada por Vasco Domingues em 1378 constituiu, indubitavelmente, um instrumento e a confirmação do apoio eclesiástico e pontifício à forma de vida adoptada pelos eremitas então existentes na diocese de Évora e dispersos pela comarca alentejana.

Como referimos, Vasco Domingues acabara por delegar o encargo da visitação aos «pobres ermitães» em três eclesiásticos ligados a dioceses situadas mais a sul: o prelado de Coimbra, D. João Cabeza de Vaca²³, Guilherme Carbonel, vigário de D.

²¹ Sousa Costa estuda aprofundadamente o posicionamento dos bispos das dioceses portuguesas face ao Cisma, pouco depois do seu despoletar, atestando como a maioria dos prelados acabou por aderir ao papa de Avinhão, posicionamento também assumido por grande parte do cabido bracarense, apesar da oposição de D. Lourenço Vicente, que se manteve fiel a Urbano VI (cf. *MPV*, III/1, pp. 264-276).

²² Veja-se a análise do episcopado que emerge após 1383-85 em *MPV*, III/1, p. 461 e ss.

²³ Deão de Toledo, é nomeado para Coimbra a 13 de Janeiro de 1377, embora ainda em Outubro do ano seguinte os actos escritos do cabido considerem a Sé vacante, datando de Janeiro de 1379 as primeiras provas documentais da sua presença à frente do bispado. Manter-se-á à frente da diocese conimbricense até ao deflagrar da crise de 1383-85, devendo ter fugido com os castelhanos e portugueses favoráveis ao monarca de Castela. Ainda aparece em documentos da Sé de Agosto de 1383 mas, em 1385, a diocese já aparece referida como vacante (cf. Maria do Rosário Morujão, «Bispos em tempos de guerra...», pp. 545-546; *MPV*, III/1, p. 484 e nota 311, pp. 484-485; Mário Farelo, «Les clercs étrangers...», p. 109).

Agapito Colona, bispo de Lisboa²⁴ e o chantre de Évora, Mem Peres de Oliveira²⁵. A escolha do primeiro implica que a delegação destas funções e, logo, a inquirição aos eremitas, começaria já durante o ano de 1377, após a saída de D. Pedro Dias Tenório de Coimbra para Toledo. A sentença informa que o executante do mandato seria Mem Peres de Oliveira, de acordo com a «*comisom e Capitulos*» redigidos para o efeito pelo chantre bracarense, inquirindo testemunhas e recolhendo os seus depoimentos. Não conhecemos o original do documento daí resultante - «*hũa Enquiriçom sso scripta e assijnaada per ssua mǎao e çerrada e sseelada do seu seelo*» - entregue pelos próprios pobres a Vasco Domingues. Com base nesta inquirição, o chantre bracarense apressa-se a atestar a ortodoxia dos eremitas e do seu modo de vida, assegurando-lhes, por isso, a protecção e o sancionamento da Igreja, conforme fora determinado pela bula de Gregório XI:

E porquanto achamos pela dicta Enquiriçom e examinaçom que todos os ssobredictos pobres Ermitãaes e cada hũu deles viuem em nos sobredictos logares e Ermidas apartadamente e honestamente e fazem ssuas vidas em seruiço de deus como pobres Ermitãaes pela guisa que deuem e som teudos como fiees christãos creendo uerdadeiramente toda a nossa ffe catholica pela guisa que o tem e cree a nossa madre ssanta egreja em que nom cumpria outra reformaçom nem correiçom

Porem pela Autoridade apostolica que nos em esta parte he cometuda pelo dicto Senhor papa em scpritos pronunciamos que os dictos pobres Ermitãaes em que as Ermidas e logares todos e cada hũu viuem bem e honestamente e fazem sas vidas exemplares em seruiço de deus quaaes

²⁴ Clérigo originário da diocese de Cavaillon, bacharel em Decretos, surge como oficial em Santarém durante o episcopado de D. Teobaldo de Castillon, bispo de Lisboa, entre 1354 e 1356, e de novo como vigário-geral já durante o governo de D. Agapito, também prelado dessa diocese, de 1372 a Dezembro de 1379; detinha também um benefício na igreja de Santiago de Beja desde 1357 (cf. Mário Farelo, *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cónegos...*, vol. II, pp. 12, 170, 226, 260 e anexo 2, pp. 487 e 489; idem, «Les clercs étrangers...», p. 124).

²⁵ Nomeado como chantre de Évora por bula de 1376, aparece documentado nestas funções até pelo menos 1400 (cf. Hermínia Vasconcelos Vilar, *As Dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Ed. Estampa, 1999, pp. 330-331).

deuem e pela guisa que deuem sobre a qual vida que assi ffazem nom deuem sseer molestados nem enbargados nem toruados per nenhñus bispos nem prelados nem pessoas outras Infferiores ecclesiasticas nem sagraaes segundo sse contem na dicta letera do dicto Senhor papa Suso scprita

Ao mesmo tempo, sumariando certamente a inquirição feita por Mem Peres de Oliveira, a sentença traça a geografia dos eremitérios visitados pelo chantre de Évora, anotando o nome de alguns dos homens que aí levavam «pobre vida». O itinerário apresentado percorre, em larga medida, os termos de muitas das vilas situadas nas proximidades da fronteira com Castela: Redondo (em cujo termo ficava a Serra de Ossa), Montemor-o-Novo, Cabeço de Vide, Arraiolos, possivelmente Elvas, onde cremos situar-se o topónimo de S. Domingos «da brunheda»²⁶ e a mata de Serpa. Os lugares dos pobres ficavam «acerca» das ditas vilas, por vezes a uma distância mencionada pelo inquiridor, como no caso do eremitério próximo de Montemor-o-Novo, «a hũa meya legoa do dicto logo». Em alguns, encontramos eremitas que viviam decerto em perfeita solidão, sem outros companheiros. Tal é o caso de Martim Ovelheiro, instalado junto a uma ermida de Arraiolos, do pobre «Goterre», que vivia em S. Domingos «da brunheda», e o de Martim Velho, que escolhera a mata de Serpa para aí fazer vida eremítica. Noutros casos, formavam pequenos grupos, que não ultrapassavam os quatro elementos, como acontecia com os que viviam perto de Montemor-o-Novo, ou na ermida sita junto a Cabeço de Vide, onde se haviam instalado os eremitas Gonçalo da Beira e João Espartim²⁷. Entre os locais visitados, destacava-se já a Serra de Ossa, onde são referidos sete eremitas, apenas alguns dos «*pobres Ermitãaes*» que aí viviam, «*quatro quatro pelas Serras como lhis he mandado pelo dicto Senhor papa*».

²⁶ Cf. Anexo I.

²⁷ Possivelmente no Monte de S. Pedro, onde aparecem documentados em 1385 (cf. Anexo I – Cabeço de Vide).

Uma expansão surpreendente

Esta distribuição geográfica é surpreendente. Contrasta vivamente com a escassez de documentação para o período anterior a 1378, que, só por si, pouco diz acerca de tal difusão de eremitérios e da sua concentração em torno da Serra de Ossa. Mas a pujança da vida eremítica demonstrada pela sentença desse ano justificava já a provável iniciativa de João Fernandes, tomada dois anos antes, ao procurar assegurar, junto da Sé Apostólica, o reconhecimento da sua forma de vida e lograr a concessão de graças que lhes permitiam celebrar a Eucaristia e outros sacramentos nos lugares onde viviam. Mas, antes de 1378, os documentos disponíveis são muito escassos – não mais do que 14 –; e só dão a conhecer os eremitas da Serra de Ossa e os que vivem junto às vilas de Montemor-o-Novo, Portalegre e Avis. Nada dizem acerca dos restantes eremitérios mencionados na visitação de 1378.

Mesmo atendendo a eventuais perdas documentais posteriores à extinção das ordens religiosas em 1834 – as quais, de resto, não devem ter sido muito significativas, dado que já Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, em finais do séc. XVIII, não conheceu, para este período, outros documentos para além daqueles que chegaram até nós –, o fenómeno eremítico não parece ser muito antigo. Os testemunhos documentais mais precoces remontam a 1366, data em que Gil Afonso, vassalo do Infante D. Fernando e Maria Afonso, sua mulher, moradores e vizinhos em Estremoz, fazem doação aos eremitas Mateus [Jacobo], João, Luís e Martinho, «pobres por Amor de deus», de um lugar apartado no termo da mesma vila, outrora pertencente a uma certa Sancha da Ribeira. A doação incluía uma casa e pardieiro, um pedaço de chão e um poço «pera Rezarem e beuerem da Agua delle». Devia ser um lugar bem servido de água, dado que tinha uma azenha nas suas confrontações²⁸. Data do ano seguinte outra doação, feita aos «pobres Pendençaaees», de umas casas em Évora, sitas na Rua de Pedro Seco. Estas

²⁸ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 40, macete 1 (Pergaminhos), nº 36 (1366.03.09, Estremoz).

casas serviam para se alojarem quando viessem à cidade²⁹. Os beneficiários eram, decerto, os pobres da Serra de Ossa, pois as mesmas casas aparecem depois integradas no património desta comunidade³⁰. Em 1368, o já mencionado João Fernandes figura como um dos eremitas da Serra de Ossa. Nesse ano, obtém do monarca um alvará, destinado a resguardar a solidão daqueles que aí residiam, com a permissão para recorrer às autoridades dos concelhos limítrofes, de forma a impedir a instalação de pessoas estranhas aos eremitérios nas suas imediações³¹.

No termo de Montemor-o-Novo, no lugar de Felgueira, documenta-se a presença dos eremitas desde 1369, ano em que lhes é feita doação de um pomar de regadio, com suas águas, árvores, casas e rossio. Os benfeitores são João Eanes, mercador, e sua mulher, Catarina Domingues, ambos vizinhos e moradores na vila. O lugar era entregue a Mateus Jacobo, «Jrmj tam», para aí viver e «ffazer serujço a deus»³². Em 1377, o mesmo casal faria nova doação de um outro lugar cerrado, com casas, árvores e valada «açjma da agua da felgeira termho da dicta vjlla», sendo então o eremitério ocupado, pelo menos, por três «pobres Jrmjtãaes», Tomé, Gonçalo e Lourenço³³.

Em 1371, dois outros eremitas, Afonso Galego e João, «creljgo da pobre vida», instalavam-se no termo de Avis, graças à doação de uma horta, sita além do Ribeiro da vila, feita por dois casais aí moradores³⁴.

²⁹ *Ibidem*, lv. 44, n° 20 (1367.01.10, Évora, em traslado de 1367.08.20, Évora). A doação é feita por Martinha Eanes, viúva de Soeiro Zagalo, moradora e vizinha em Évora.

³⁰ Assim o atesta o privilégio de isenção de aposentadoria concedido aos pobres pelo Infante D. Duarte logo em 1415, que atesta como estas casas pertenciam a João Fernandes e aos «outros pobres da sera que poussam em ellas E lhes prestam daquello que mester am quando ueem a esta cidade [de Évora]» (TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, mç. 1, n° 7 – 1415.10.25, Évora, em traslado de 1433.06.13, Évora).

³¹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), n° 75 (1368.05.10, Évora); TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 4, fls. 144v-145 (em confirmação de 1475.03.16, Évora).

³² BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, n° 20 (1369.06.01, Montemor-o-Novo, em traslado de 1376.01.14).

³³ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, n° 57 (1377.10.14, Montemor-o-Novo, em traslados de 1390.06.10 e 1399.09.06, Montemor-o-Novo).

³⁴ Doações celebradas em Avis a 5 de Março de 1371 (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, n° 20, em traslado de 1376.01.14, Evoramonte).

Três anos decorridos, a Infanta D. Beatriz, filha do rei Pedro I e viúva de D. Sancho, doava ao eremita Mateus, possivelmente o mesmo que vivia no termo de Montemor-o-Novo pelo menos desde 1369, todos os bens que detinha na Serra de S. Gens, termo da vila do Canal³⁵. A documentação posterior associaria a este acto a fundação do eremitério de Vale da Infante, assim chamado em memória da sua ilustre benfeitora.

Outras propriedades sitas na Serra de Ossa seriam, nestes anos iniciais, doadas aos pobres³⁶, permitindo-lhes a formação de diversos núcleos, ainda informais e de pequenas dimensões, a crer na inquirição de 1377-78, que estariam na origem das comunidades eremíticas aí sedeadas.

Em Vale de Flores, no termo de Portalegre, encontramos atestada a presença de alguns eremitas, que já haviam abandonado o lugar em 1375, quando o rei Fernando o deu a Fernando Álvares Pereira, um dos filhos de Álvaro Gonçalves Pereira, prior do Hospital e de Iria Gonçalves do Carvalhal³⁷. Entre esses eremitas, devia contar-se Álvaro [Esteves] da Prata, que aí fizera erguer certos muros cujos vestígios ainda se mantinham em 1385, quando o lugar voltava a ser dado aos pobres³⁸.

Nem este eremitério nem o de Avis vêm referidos na inquirição de 1377-78. Se tal ausência significa o abandono destes lugares, ignoramos as suas razões. Com efeito, sabemos que Álvaro Esteves da Prata permaneceu na *pobre vida* depois de deixar Vale

³⁵ TT, *Colecção Especial*, cx. 34, nº 8 (em confirmação régia de 1466.07.26, Estremoz) e cx. 35, nº 37 (em traslado de 1386.08.24, Estremoz, inserto em confirmação régia de 1466.07.23, Estremoz). Sobre a datação crítica desta doação, cf. Anexo I, na entrada relativa a Vale da Infante.

³⁶ Em 1372, Mateus Jacobo, eremita, que entretanto transitara para a Serra de Ossa, doa a Pedro Meirinho, a João [Domingues] Cepelheiro e a João Fernandes, natural do Porto, e a todos os seus irmãos, um lugar na mesma Serra, que houvera por compra (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 24 – 1372.05.11, Redondo); no ano seguinte, o mesmo Mateus Jacobo, juntamente com João Domingues Cepelheiro, doa aos eremitas Pedro Meirinho, João e Álvaro e a todos os seus irmãos, um outro cerrado na Serra de Ossa [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 15 (*Pergaminhos Avulsos*, 80), nº 22 – 1373.10.09, Redondo, em traslado de 1432.09.20, Évora].

³⁷ A doação refere-se a este lugar como aquele «em que soyam de morar os da pobre vida» (TT, *Chancelaria de D. Fernando*, lv. 1, fl. 177v – 1375.09.23, P6).

³⁸ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 3 (1385.05.25, Portalegre, em doação de 1419.03.23).

de Flores, pois consta do grupo dos eremitas agraciados por Gregório XI em 1376³⁹. No caso dos de Avis, também nada sabemos, a não ser que o lugar foi abandonado durante algum tempo, num período que se estenderia até perto de 1423, ano em que voltou a ser ocupado por homens da pobre vida⁴⁰.

É possível que, nestes tempos de maior espontaneidade, ainda sem costumes estabelecidos nem laços hierárquicos fixos, os percursos pessoais fossem muito individualizados. A vida eremítica devia caracterizar-se por uma efectiva precariedade e pela procura livre dos espaços mais aptos à vida solitária e pobre⁴¹.

O problema das origens

Os dados disponíveis evidenciam, pois, a dificuldade em determinar as origens do fenómeno eremítico sancionado em 1376 por Gregório XI e confirmado na sua ortodoxia e autonomia pela sentença emitida por Vasco Domingues em 1378. A partir de 1366, aparecem alguns «pobres ermitães», mas de modo fragmentário. A sua forma de vida começa a atrair a atenção de outros e a suscitar doações que exigem actos escritos. Este conjunto de factos pode-se tomar como sinal de um crescimento e de uma capacidade de atracção que faz romper o anonimato, ora pelo aumento do número dos adeptos desta forma de vida e sua consequente expansão, ora pela sua visibilidade crescente, cativando, dessa forma, a generosidade de benfeitores.

Mas a sentença de 1378 acentua o laconismo das fontes quanto ao período anterior. A sua escassez e o seu carácter fragmentário dificultam qualquer investigação sobre as origens do fenómeno. As Crónicas da Ordem não nos ajudam neste domínio,

³⁹ Cf. Parte II, B 41.

⁴⁰ Conforme o testemunho da súplica apresentada em 1426 pelos eremitas Fernando Gonçalves, Afonso Eanes e Pedro Eanes, que se apresentam como estantes há três anos no eremitério da Azambujeira, termo de Avis (MPV, vol. IV, nº 987, pp. 122-123).

⁴¹ Veja-se o caso de Mateus Jacobo, que deambula entre a Serra de Ossa, onde se encontra em 1366, o eremitério da Felgueira, no termo de Montemor-o-Novo, que lhe é doado em 1369, e diversos lugares na Serra de Ossa, onde volta a ser documentado a partir de 1372, doando terras a outros eremitas e aceitando novos lugares onde possa estar em pobre vida (cf. parte II, B 299).

marcadas como estão pela sua efabulação acerca dos tempos primordiais, e pela sua deformação da memória em virtude do ângulo de visão cenobítico que pressupõe formas de organização bem estruturadas entre as comunidades eremíticas desde os tempos iniciais⁴². Tenta-se, inclusive, suprir o silêncio das fontes documentais pelo recurso a pretensas memórias que levariam a remontar aos primeiros séculos do Cristianismo a instalação de anacoretas na Serra de Ossa, aproximando-os assim dos prestigiosos e exemplares tempos dos Padres do Deserto e fazendo do solo pátrio uma nova *Thebaida*.

Vejamos, ainda assim, o que se pode inferir a partir da documentação disponível. Até 1378, consegue-se identificar nada menos do que quarenta eremitas. Desconhecemos onde viviam doze deles, mencionados apenas nas bulas de Gregório XI em 1376. Mas sabe-se a proveniência de alguns. Vinham de várias regiões do reino: das dioceses de Braga, Porto, Lamego, Coimbra e Lisboa e, é claro, de Évora. Atendendo aos topónimos associados aos seus nomes, contavam-se também eremitas oriundos das Beiras ou mesmo do Algarve⁴³. Também vinham alguns de terras castelhanas, como Afonso Galego; André Gonçalves de Toro, da diocese de Zamora; João Domingues Cepelheiro, da diocese de León; Fernando de Barcarrota, perto de Badajoz; Gonçalo de Illescas, da região de Toledo. Mencionemos também João Comunaus, cujo apelido parece remeter para uma origem não portuguesa⁴⁴.

O considerável número de castelhanos, em termos proporcionais por comparação com o conjunto dos eremitas deve ser assinalado. É verdade que, na época, se verificam deslocações análogas de certos nobres, por razões políticas⁴⁵ e de

⁴² Sobre esta tendência para uma cenobitização das origens na memória das Ordens religiosas ligadas a iniciais experiências ou fases eremíticas, vejam-se as considerações tecidas por Cécile Caby, «*Finis eremitarum?* Les formes régulières et communautaires de l'érémitisme medieval», in *Ermîtes de France et d'Italie (XI^e-XV^e siècles)*, dir. André Vauchez, Roma, École Française de Rome, 2003, pp. 48-49.

⁴³ Álvaro Esteves da Prata, da diocese do Porto (B 41); Diogo Vasques, da de Lisboa (B 82); Gonçalo Peres, de Podentes, perto de Coimbra (B 162); três João Fernandes, um de Braga, outro do Porto e outro de Lamego (B 223, 225, 226); João Peres, da diocese de Braga (B 235); Gonçalo da Beira (B 150); Vasco Peres de Avis (B 390); João de Lagos (B 202).

⁴⁴ Cf. respectivamente, B 23, B 47, B 217, B 107, B 152, B 190.

⁴⁵ A par da longa tradição de emigração galega para Portugal, assiste-se, a partir de 1360, ao aumento do número de exilados castelhanos e galegos em terras lusas, em consequência das perturbações políticas verificadas no reino vizinho. Sobre os seus reflexos no tecido cortesão, cf. Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Carnaxide, Difel, 1995, pp. 98-102.

eclesiásticos, em virtude das conturbações vividas no reino vizinho e da prática de concessões benéficas seguida pela corte pontifícia de Avinhão⁴⁶. Todavia, pode significar também uma forte atracção de carácter religioso sobre uma área geográfica muito vasta. Embora nos escapem as origens e percursos de muitos dos eremitas documentados para este período, o número dos que sabemos serem oriundos do norte de Portugal (diocese do Porto (3), Coimbra, Braga (2), Lamego e Beiras) confirma e acentua a singularidade do movimento eremítico alentejano. Note-se também a sua precocidade. Na Itália era relativamente frequente, mas na Espanha, sobretudo em território castelhano, era ainda raro⁴⁷. Veremos mais adiante que este fenómeno pode ser indício de um possível contacto directo do primeiro eremitismo alentejano com algum movimento italiano.

Em segundo lugar, deve-se notar que muitos destes eremitas se designam a si mesmos como «da pobre vida»⁴⁸. Alguns deles são designados com o título de «frei» - assim acontece com um «ffrey vaasco da pobre vida» que, em 1376, solicita traslado de

⁴⁶ Para uma panorâmica geral desta questão, cf. Mário Farelo, «Les clercs étrangers au Portugal durant la période de la papauté avignonnaise: un aperçu préliminaire», *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo XXII, 2010, pp. 85-147.

⁴⁷ O nosso conhecimento é, aqui, limitado pela escassez de estudos sobre o eremitismo castelhano para este período. Como veremos, as primeiras implantações eremíticas em torno de Toledo parecem retroceder aos inícios da segunda metade do século XIV. A observância franciscana, que entra em Portugal a partir da Galiza, só aparece documentada nessa zona a partir do último quartel do século XIV. Os dados reunidos por Miura Andrades para o território sevilhano apontam também para a presença, nessa região, de terceiros ou beguinos a partir de 1371 e para um maior florescimento eremítico a partir de 1395 (cf. José María Miura Andrades, *Frailles, monjas y conventos. Las Órdenes Mendicantes y la sociedad sevillana bajomedieval*, Sevilla, Diputación de Sevilla, 1998, pp. 200-210). O retrato traçado por García Oro para o conjunto do território espanhol atesta precisamente o carácter aparentemente mais tardio do despoletar de grupos eremíticos, muitos deles na origem de posteriores fundações jerónimas ou de franciscanos observantes, aparentemente não anteriores às últimas décadas do século XIV (cf. José García Oro, «La Reforma de las órdenes religiosas en los siglos XV y XVI», in *Historia de la Iglesia en España*, dir. Ricardo García-Villoslada, tomo III-1º - *La Iglesia en la España de los siglos XV y XVI*, Madrid, La Editorial Católica S.A., «Biblioteca de Autores Cristiano, Maior 18», 1980, pp. 237-247). Mas é forçoso reconhecer que ainda estamos ainda longe de conhecer com segurança a geografia das implantações eremíticas para o resto da Península, no que a este período diz respeito.

⁴⁸ Assim Afonso Galego e João, nas doações que lhes são feitas, em 1371, de quinhões de uma horta no termo de Avis (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 20 – em traslado de 1376.01.14, Evoramonte); em 1372, o eremita Mateus é também designado como «homem da pobre vida», em doação feita a certas mulheres pobres também residentes em Avis (*ibidem*) e, em doação que no ano seguinte faz a outros eremitas da Serra de Ossa, juntamente com João Domingues Cepelheiro, o mesmo Mateus e o seu companheiro intitulam-se como «moradores na proue vida» [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 15 (*Pergaminhos Avulsos*, 80), nº 22 – 1373.11.09, Redondo, em traslado de 1432.09.20, Évora]. Assim designa também o rei Fernando os eremitas outrora instalados em Vale de Flores, no termo de Portalegre - «os da pobre vida» (cf. nota 37).

certas doações feitas aos eremitas⁴⁹; com um Frei Rodrigo Fulcaz, morador em Évora mas que levava pobre vida junto à ermida de Santa Maria de Monte Virgem, na Serra de Ossa⁵⁰ - e até com a categorização mais explícita atribuída a Frei Pedro, «ffrade que sse chama da terceira Ordem»⁵¹. Maioritariamente leigos, tanto quanto a documentação deixa perceber, estes eremitas deviam viver isoladamente ou em pequenos grupos (não mais do que quatro elementos, segundo a inquirição de 1377-78), e pareciam zelar pela conservação do seu modo de vida dentro da ortodoxia. Embora raros na documentação eremítica desta época, os títulos referidos apontam para a relação dos primeiros eremitas alentejanos com movimentos de vida regular e não apenas com experiências espontâneas de vida solitária. Antes de continuarmos o nosso inquérito, notemos ainda a importância do documento de 1376 em que figura Fr. Vasco «da pobre vida». É nele que se baseia a nossa revisão da biografia de Fr. Vasco de Portugal, e do seu papel nas origens do eremitismo português e da ordem dos Jerónimos.

O eremitismo de influência franciscana

Os indícios aqui apontados não são suficientes, só por si, para excluir um hipotético eremitismo espontâneo, carismático, sem qualquer relação com movimentos mais organizados ou historicamente mais marcados, como foram, por exemplo, os que, a partir da Ordem franciscana, não cessaram de se multiplicar nos finais do século XIII e ao longo da centúria seguinte. Herdeiros das reivindicações dos Espirituais, distanciaram-se da comunidade dos Frades Menores para viverem, no ermo, uma

⁴⁹ Cf. BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, n° 20 (1376.01.14, Evoramonte).

⁵⁰ Cf. parte II, B 366.

⁵¹ Solicita, em Évora, a 20 de Agosto de 1367, traslado de doação feita aos pobres da Serra de Ossa (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, n° 20 – em traslado de 1376.01.14, Evoramonte).

fidelidade mais estrita à vida contemplativa, ao isolamento e à pobreza, conforme o determinado por S. Francisco na sua Regra e no seu Testamento⁵².

A ausência de testemunhos explícitos acerca de uma possível influência do franciscanismo radical sobre os eremitas portugueses não significa, porém, que estes o desconhecessem. Sem deixar de admitir que os homens da pobre vida alentejanos pudessem representar um fenómeno carismático independente, não podemos, todavia, deixar de tentar averiguar a ligação possível com o franciscanismo italiano, cujas características e evolução histórica inspiraram já numerosos estudos e investigações internacionalmente conhecidos. Vejamos, pois, o que se pode averiguar acerca da possível relação entre o eremitismo português e o movimento franciscano italiano do século XIV.

De acordo com a excelente síntese apresentada por Mário Sensi sobre estes movimentos, adoptaram expressões muito diversas, que se podem classificar, do ponto de vista canónico, em dois grupos diferentes: uns acabaram por optar – ou por se ver obrigados a optar – pela ruptura para com as autoridades eclesiásticas; outros procuraram manter-se na ortodoxia e aceitaram a obediência aos bispos locais para contornar a exigida submissão aos Gerais da Ordem⁵³.

O mesmo autor demonstra que o papado, sobretudo a partir do pontificado de João XXII (1316-1334), assume uma atitude de claro confronto com estes grupos mais ou menos informais que se inspiram no franciscanismo radical. Ignorando a sua diversidade e reduzindo os problemas controversos a meras questões disciplinares, a Santa Sé vai procurar obter a todo o custo a sua submissão ao Geral dos frades menores. Não hesita em recorrer à Inquisição para alcançar os seus objectivos. Os principais núcleos de franciscanos que reclamavam o regresso à austeridade inicial situavam-se entre a França meridional e a Itália. Na Provença e no Languedoc, muitos grupos de beguinos e beguinas haviam florescido em torno da figura carismática de Pedro João Olivi ou de Olieu († 1298). Na Toscânia, sob a chefia de Ubertino de Casale († 1330),

⁵² Cf. *Fontes Franciscanas. I – S. Francisco de Assis: Escritos, Biografias, Documentos*, 2ª ed., Braga, Editorial Franciscana, 1994, pp. 156-163 (2ª Regra) e 170-173 (Testamento).

⁵³ Mario Sensi, *Le Osservanze Francescane nell'Italia Centrale (Secoli XIV-XV)*, Roma, Collegio San Lorenzo da Brindisi – Istituto Storico dei Cappuccini, 1985.

encontram-se diversos grupos rigoristas, conhecidos como «frades espirituais da pobre vida»; os *fratticelli*, também ditos «fratres de paupere vita», instalados na região da Umbria, eram liderados por Pedro de Macerata (Fr. Liberato, † 1307) e Pedro de Fossombrone (Ângelo Clareno, † 1337). No Vale Spoletano, idênticos grupos florescem em torno de Ângela de Foligno († 1308) e do convento franciscano desta cidade.

As perseguições movidas por João XXII a estes grupos e movimentos, sobretudo após a sua condenação explícita por meio da bula *Sancta Romana* (30.12.1317), provocam a sua pulverização e a procura de soluções religiosas diversificadas. Se alguns serão violentamente perseguidos, sobretudo por meio da Inquisição – como acontece com os beguinos e beguinas associados a Olivi⁵⁴ –, outros são considerados ortodoxos, aceitando sujeitar-se a uma das regras já aprovadas – quer a beneditina, quer sobretudo a de Santo Agostinho –, ou tentando prosseguir o seu modo de vida sob a protecção de alguns prelados e de patronos leigos mais influentes. Os grupos de obediência episcopal, compostos maioritariamente por leigos, buscavam a solidão do ermo, viviam do seu trabalho e praticavam uma rigorosa pobreza; reivindicavam o carisma franciscano na sua vertente mais contemplativa e penitencial. Entre os núcleos de *fraticelli* de obediência episcopal nasce, a partir de 1374, a primeira geração de observantes, ligada a Fr. Paoluccio Trinci, aproveitando uma fase de maior acalmia nas relações com o papado, após a morte de Urbano V (1370)⁵⁵. Os adeptos da Observância ficariam conhecidos como «frades da pobre vida», a mesma designação que veio a ser dada aos seus congéneres galegos que, a partir de 1392, fundaram as suas primeiras casas no norte de Portugal⁵⁶.

⁵⁴ Sobre este assunto, veja-se a síntese proposta por André Vauchez, «Contestations et hérésies dans l'Église latine», in *Histoire du Christianisme: des origines à nos jours*, dir. Jean-Marie Mayeur, Charles Petri, André Vauchez e Marc Venard, tomo VI – *Un temps d'épreuves (1274-1449)*, coord. Michel Mollat du Jourdin e André Vauchez, Paris, Desclée-Fayard, 1990, pp. 332-333.

⁵⁵ Cf. Mário Sensi, *ob. cit.*, pp. 2-17, 32-54, 295-299; idem, «La Regola di Niccolò IV dall Costituzione "Periculoso" alla Bolla "Pastoralis Officii" [1298-1447]», in *La "Supra montem" di Niccolò IV (1289): genesi e diffusione di una regola. Atti del V Convegno di Studi Francescani (Ascoli Piceno, 26-27 ottobre 1987)*, a cura di R. Pazzelli e L. Temperini, Roma, Ed. Analecta T.O.R., 1988, pp. 155-160.

⁵⁶ Cf. José García Oro, «Los "frades da prove vida". Un nuevo franciscanismo en Galicia y Portugal», in *Los Franciscanos Conventuales en España. Actas del II Congreso Internacional sobre el Franciscanismo en la Península Ibérica (Barcelona, 30 de marzo – 1 de Abril de 2005)*, ed. Gonzalo Fernández – Galhardo Jiménez, Madrid, Franciscanos Conventuales – Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 2006, pp. 245-274.

Uma nova política pontifícia

A década de 1370 marca, pois, o início da gradual autonomização e distinção destes movimentos marcados pela pluriforme influência do *fraticelismo* franciscano. A pacificação deve-se, em larga medida, à eleição para o sólio pontifício de Gregório XI. Com efeito, este papa altera a política da Cúria para com estes grupos, a qual se torna mais apaziguadora e integradora, sem deixar de velar pela ortodoxia e pelo controlo jurisdicional do seu modo de vida⁵⁷.

Assim, logo em 1373, o Pontífice emite a bula *Salvatoris humani generis* (15 de Outubro), pela qual aprovava a Ordem de S. Jerónimo, sujeitando os seus membros à Regra de Santo Agostinho e à observância das constituições do mosteiro de Santa Maria do Sepulcro de Florença. A par do bispo desta cidade, Pedro Corsini, a iniciativa é apoiada por Afonso Fernandez Pecha, irmão de Pedro Fernandez Pecha, um dos fundadores da Ordem e primeiro prior de Lupiana. Afonso Pecha cultivava uma estreita ligação com os círculos dos *fraticelli* italianos de obediência episcopal. Depois de renunciar ao governo da diocese castelhana de Jaén, faz-se eremita em Santa Maria del Sasso, em Montemalbe (Perugia), onde aparece documentado em 1368. Nesse mesmo ano, toma a defesa dos eremitas face à contestação pontifícia ao seu modo de vida. Em 1369 ou inícios de 1370, passa a integrar o grupo de servidores de Santa Brígida da Suécia, ligada aos terceiros franciscanos, e torna-se seu confidente e confessor. Os seus contactos estendem-se igualmente a Pedro Gambacorta, fundador dos Jerónimos de Fiesole e a Santa Catarina de Sena. Em Outubro de 1373, a pretexto da entrega de uma carta de Santa Brígida ao Papa, Afonso Pecha encontra-se com Gregório XI e obtém a referida bula de aprovação da Ordem. No mês seguinte, testemunha a profissão do irmão na presença do Papa e consegue o sancionamento do seu projecto de reorganizar o movimento eremítico-cenobítico em Itália em torno de Santa Maria do Sepulcro de

⁵⁷ Cf. Mario Sensi, *Le Osservanze Francescane...*, pp. 45-46.

Florença, animado certamente pelo sucesso de similar modelo para a recém-fundada Ordem dos Jerónimos de Espanha⁵⁸.

Em 1373, Gregório XI estende a sua protecção aos embrionários grupos de eremitas ligados a Fr. Paoluccio de Trinci e aos inícios da observância franciscana. Com efeito, em letra dirigida a Pedro, bispo de Orvieto, datada de 22 de Junho de 1374, o Papa atesta, conforme informação obtida a partir de testemunhos autorizados, a austeridade de vida e a sinceridade de espírito destes frades da pobre vida, comunicando que lhes concedera já indulgência plenária *in articulo mortis* e determinando que o prelado exortasse os ministros provinciais, custódios e oficiais da Ordem para não molestarem os referidos religiosos⁵⁹.

Estava aberto o caminho para a gradual reintegração dos *fratricelli* na ordem franciscana, mas, ao mesmo tempo, para a sua separação em ramos distintos: por um lado os claustrais, que prolongavam a sucessão da ordem fundada por S. Francisco e oficialmente aprovada pela Santa Sé; e, por outro lado, os observantes, que acabaram por constituir uma ordem religiosa inteiramente autónoma. A divisão não se fez sem uma longa sucessão de polémicas doutrinárias e processos jurídicos. Antes de se consumir a separação definitiva, ensaiaram-se várias fórmulas de enquadramento canónico do novo ramo religioso, sob o olhar atento da cúria pontifícia.

De qualquer modo, pode-se também verificar a tendência seguida pelo papado para aprovar as reformas religiosas inspiradas na pobreza, na austeridade e no isolamento, mas impondo-lhes uma regra (a de Santo Agostinho para os Jerónimos e a de S. Francisco para os Observantes), favorecendo a vida cenobítica, a formação de comunidades e o enquadramento canónico, quer por meio da obediência ao bispo da diocese, quer por meio da obediência a um superior religioso.

Não foi outra a conduta do mesmo Pontífice, cerca de dois anos depois, em relação aos eremitas portugueses. Embora se desconheçam, como referimos, os pormenores da embaixada que se encontra em Avinhão entre Julho e Agosto de 1376, é provável que já decorresse no conhecimento do ambiente de abertura da Sé Apostólica

⁵⁸ Cf. Mario Sensi, «La Regola di Niccolò IV...», pp. 160-169.

⁵⁹ Cf. Mario Sensi, *Le Osservanze Francescane...*, pp. 47-49.

para com estes grupos de extracção fraticellesca e talvez da recente aprovação dos Jerónimos espanhóis. A sanção pontifícia outorgada a estes últimos, bem como aos incipientes grupos da Observância franciscana, estendia-se agora aos eremitas que, no sul de Portugal, procuravam também a pobre vida e partilhavam com os anteriores boa parte da herança religiosa saída dos círculos dos espirituais franciscanos.

Entre Itália e a Península Ibérica: Tomasuccio, os Jerónimos e Fr. Vasco

Haverá alguma relação entre os eremitas portugueses e os movimentos italianos de obediência episcopal? Ou entre eles e os Jerónimos castelhanos? Parece-nos que ambas as interrogações devem ter resposta afirmativa, embora, no primeiro caso, sem base documental explícita e, no segundo, mais por relações mútuas do que por filiação directa. Vejamos os argumentos em favor desta tese.

Retomemos a história dos *fraticelli* de obediência episcopal. Entre eles, destaca-se a importante figura de Tomasuccio de Foligno. Mario Sensi procurou reconstruir criticamente o seu percurso, a partir de uma aturada investigação documental e de uma cuidadosa análise da sua *Legenda*, redigida por Fr. Justo da Rosa e compilada em ambientes clarenos ortodoxos entre 1406 e 1436. Contestatário da sociedade de Trezentos, partilha com os grupos de *fraticelli* o seu ideal de observância estrita da Regra franciscana e do ideal de pobreza. Torna-se conhecido pela longa experiência eremítica que, desde 1343, pratica na Serra Santa de Gualdo Tadino, na Umbria, apenas interrompida, em 1368, pela nova ofensiva lançada por Urbano V contra o *fraticellismo*. Deve datar precisamente desta altura o processo que lhe é movido pela Inquisição, que acaba por reconhecer a sua inocência. Com a morte de Urbano V, em 1370, e o apaziguamento das relações entre o Papado e os *fraticelli*, os grupos de obediência episcopal reorganizam-se. Tomasuccio, possivelmente após uma peregrinação a Compostela e Montserrat, escolhe a Toscana como seu campo de acção, associando a itinerância a uma intensa actividade de pregação⁶⁰. Embora a sua morte seja

⁶⁰ Cf. Mario Sensi, *Le Osservanze...*, pp. 97-123.

tradicionalmente associada ao ano de 1377, Mário Sensi propõe, com base na sua *Legenda*, datá-la do ano seguinte, depois do início do Cisma do Ocidente⁶¹.

Recordemos também o que mais acima dissemos acerca da aprovação pontifícia da Ordem dos Jerónimos. As suas tradições associam-se simultaneamente ao movimento de Tomasuccio e à figura do português Fr. Vasco. Infelizmente, a reconstituição da sua biografia e a determinação do seu papel na história do primeiro período do eremitismo português suscitam alguns problemas de resolução difícil, devido ao laconismo das fontes e à alteração das narrativas posteriores, que interpretam as memórias do passado em função da época em que foram escritas. Há, pois, que fazer uma simultânea tentativa de preenchimento das lacunas de informação, e uma interpretação dos relatos fundacionais em função de um passado que só podemos conhecer indirectamente. A compreensão do fenómeno eremítico em Portugal e da sua relação com o contexto europeu exige, com efeito, uma interpretação dos dados disponíveis que nem sempre é segura. Tentemos, mesmo assim, reconstituir o puzzle. Apesar do seu carácter inseguro dá-nos algumas pistas importantes.

Fr. Vasco aparece, de facto, como personagem importante na historiografia antiga e nas tradições fundacionais dos Jerónimos. Historicamente, beneficiaram da alteração da política pontifícia acerca dos movimentos eremíticos e do «fratricellismo» depois da morte do papa Urbano V e da eleição de Gregório XI (1370). Como vimos, foram aprovados em 1373, datando do ano seguinte a bênção papal dada aos primeiros franciscanos observantes. Apenas dois anos volvidos, também o movimento eremítico português obteve a aprovação de Gregório XI, solicitada por um dos pobres da Serra de Ossa, João Fernandes, que deve ter estado em Avinhão entre Julho e Agosto de 1376. Talvez os eremitas já tivessem tido conhecimento da recente abertura da Santa Sé para com os adeptos da pobreza radical e sobretudo da aprovação concedida três anos antes aos Jerónimos espanhóis. É neste contexto que aparece a figura de Fr. Vasco de Portugal.

⁶¹ *Ibidem*, p. 114. Nesta obra, propunha mesmo que a sua morte pudesse ter acontecido entre 1382 e a. 1409, afirmação que modera em artigo posterior, aceitando que a sua morte tivesse ocorrido ainda em 1378, logo após o deflagrar do Cisma (cf. *idem*, «La regola di Niccolò IV...», p. 173).

Fr. Vasco de Portugal é uma personalidade conhecida dos historiadores da vida religiosa. O seu percurso foi estudado, em 1984, por José Adriano de Freitas Carvalho⁶². Beneficiando de um bom conhecimento da bibliografia estrangeira recente sobre Tomasuccio, da investigação de Cândido dos Santos sobre a história dos Jerónimos portugueses⁶³ e de Josemaría Revuelta Somalo sobre os Jerónimos espanhóis⁶⁴, Freitas de Carvalho apresentou uma nova interpretação dos dados facultados pela cronística da Ordem, sobretudo por Siguenza⁶⁵. Admitiu que Fr. Vasco tenha, na sua juventude, participado nas experiências religiosas daquele eremita italiano, situando na década de 1350 o seu regresso à Península. Depois de uma curta permanência em Castela, estaria em Portugal cerca de 1356 e teria levado vida eremítica algures antes de se fixar em Penha Longa, por volta de 1390. Daí sairia para, finalmente, fundar o mosteiro jerónimo de Valparaíso (Córdova), onde viria a morrer.

Os dados sobre as origens dos jerónimos e sobre o percurso de Frei Vasco foram revistos, em 1994, por Sophie Coussemacker, em dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Paris X – Nanterre, infelizmente ainda inédita⁶⁶. Sob a orientação de André Vauchez, esta autora desenvolveu uma cuidadosa investigação sobre as origens da Ordem, utilizando directamente as fontes narrativas do século XV até agora conhecidas apenas através da sua interpretação por Siguenza, nomeadamente as memórias do mosteiro de Guisando, elaboradas por Fr. Anton de San Martín de Valdeiglesias pouco depois de 1459⁶⁷ e um conjunto de crónicas oriundas do mosteiro

⁶² «Nas origens dos Jerónimos na Península Ibérica: do franciscanismo à Ordem de S. Jerónimo – o itinerário de Fr. Vasco de Portugal», *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, Porto, 2ª série, vol. I, 1984, pp. 11-131.

⁶³ Cândido dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal. Das origens aos fins do século XVII*, Porto, INIC – Centro de História da Universidade do Porto, 1980.

⁶⁴ Josemaría Revuelta Somalo, *Los Jerónimos. Una orden religiosa nacida en Guadalajara*, Guadalajara, Institución Provincial de Cultura «Marqués de Santillana», 1982.

⁶⁵ Cronista jerónimo, autor de uma *Historia de la Orden de San Gerónimo*, publicada em dois volumes em Madrid entre 1600 e 1605.

⁶⁶ *L'Ordre de Saint Jérôme en Espagne (1373-1516)*, tomos I-IV, Thèse de Doctorat en Histoire Médiévale, Université de Paris X – Nanterre, policop., 1994.

⁶⁷ Antigo monge Jerónimo (morara no mosteiro de Guisando entre 1411 e 1418), acabou por abandonar a Ordem após esta data para integrar as fileiras dominicanas. É como membro dos Pregadores que redige este texto, c. 1459 (*ibidem*, tomo I, pp. 97-99).

de Valparaíso (Córdova), cuja versão primitiva deve ter sido redigida entre 1460 e 1480, com o recurso provável aos documentos do cartório monástico, a antigas biografias do seu fundador, o português Fr. Vasco, e às memórias de alguns monges da casa, ainda contemporâneos destes tempos primitivos⁶⁸.

Apoiando-se nestes dados, Sophie Coussemacker propôs a existência de dois grupos distintos oriundos dos círculos próximos de Tomasuccio que fundaram eremitérios na Península Ibérica: um deles teria partido para a Espanha durante a sua experiência eremítica em Monte de Pedro Gualdo (1343-1367); seguir-se-ia outro depois da sua morte (1377). O português Fr. Vasco e um certo Rodrigo, o Lógico, fariam parte do segundo.

A memória conservada do itinerário do primeiro grupo conta que saiu de Itália directamente para Portugal de onde, após haver recrutado outros adeptos da pobre vida, acabou por partir com destino a Castela. Esta primeira viagem para terras lusas teria sido feita por mar, não se esclarecendo as motivações da escolha de Portugal como destino prioritário do grupo. Implicaria tal escolha a existência de laços anteriores com grupos adeptos de um semelhante modo de vida? Seja como for, Coussemacker aventa a hipótese de ter sido por contacto com este grupo que o português Vasco tomou conhecimento destas experiências eremíticas e se decidiu a partir para Itália, onde permaneceria, junto de Tomasuccio, durante cerca de três décadas. A hipótese de Coussemacker é perfeitamente verosímil. É possível que os primeiros eremitas mencionados na documentação portuguesa (1366), entre os quais havia, como vimos, um certo número de castelhanos e de membros vindos do Norte de Portugal, tivessem iniciado as suas experiências de solidão a partir de uma ou mais fundações efectuadas pelo primeiro grupo de discípulos de Tomasuccio, antes de eles se transferirem para Castela. Os dados cronológicos, embora imprecisos, confirmam esta hipótese, justificando ainda a própria geografia da sua implantação, numa zona próxima da fronteira e de uma das principais vias de acesso ao reino vizinho⁶⁹.

⁶⁸ *Ibidem*, tomo I, pp. 98, 102-110. O mosteiro é fundado em 1405.

⁶⁹ Veja-se, sobre este assunto, o mapa proposto por Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – JNICT, 1995, p. 441.

Depois de uma longa permanência junto do seu mestre, Fr. Vasco teria regressado à Península com outros companheiros, contactando com os Jerónimos espanhóis, na região de Toledo, já após a aprovação da Ordem (ocorrida em 1373), atraído pelas afinidades que observou entre eles e a sua anterior experiência italiana. Coussemacker, situando esta presença em terras castelhanas em 1378, ligaria à opção pela obediência a Avinhão assumida pelos Jerónimos o móbil da sua partida para Portugal⁷⁰.

Fr. Vasco entre os pobres da Serra de Ossa?

A releitura das origens dos Jerónimos proposta por Sophie Coussemacker tem o mérito de se basear nas memórias quatrocentistas que referimos, mas é pouco segura quanto à questão que mais nos interessa, isto é, os passos seguidos por Fr. Vasco de Portugal entre a Itália e a Península Ibérica. Torna clara uma certa divergência sua para com a orientação que depois prevaleceu entre os Jerónimos, sem chegar a enveredar pela dissidência. Provavelmente, Fr. Vasco não concordava com as inflexões cenobíticas que entre eles se foram acentuando desde a aprovação pontifícia de 1373. Coussemacker, todavia, pouco nos esclarece acerca do percurso português de Fr. Vasco, em virtude da ausência de balizas cronológicas seguras para esta fase da sua vida.

O problema tem, para nós, uma importância capital. Com efeito, trata-se de saber se o eremitismo português nasceu espontaneamente no Alentejo, ou se foi o resultado de uma corrente religiosa vinda de Espanha ou Itália; e, por outro lado, se constituía um movimento predominantemente popular inspirado no franciscanismo e que, por isso, rejeitou até muito mais tarde a organização comunitária, permanecendo fiel aos valores da solidão, da penitência, do trabalho manual e da pobreza, e sem enveredar por qualquer espécie de apostolado, nomeadamente da pregação popular, afastando-se, neste ponto, do exemplo dado por Tomasuccio na última fase da sua vida.

⁷⁰ Cf. Sophie Coussemacker, *ob. cit.*, tomo I, pp. 97, 102-111, 135-142.

A falta de textos doutrinários e de fontes narrativas produzidas pelos monges da Serra de Ossa dificulta a resposta a tais interrogações.

Vejam, porém, o que se pode saber ou supor acerca de Fr. Vasco de Portugal. Tendo nascido em Leiria por volta de 1330,⁷¹ pode ter contactado, na sua juventude, com o primeiro grupo de discípulos italianos de Tomasuccio que devem ter estado em Portugal não muitos anos depois de 1343, como pensa Sophie Coussemacher⁷², antes de passarem à região de Toledo, onde, mais tarde, se documentam diversos grupos de eremitas⁷³. Fr. Vasco resolveu juntar-se ao grupo de Tomasuccio em Itália, onde teria vivido cerca de trinta anos, conforme atesta a sua biografia. Depois de ter de provar a sua ortodoxia perante o tribunal da inquisição, que o absolveu de todas as acusações em 1368, é possível que Tomasuccio tenha empreendido uma viagem à Península Ibérica. Com efeito, os seus biógrafos afirmam que teria ido em peregrinação a Montserrat (Catalunha) e a Santiago de Compostela, o que poderia ter acontecido por volta de 1371⁷⁴. Sophie Coussemacker atribui pouca credibilidade a este facto porque o considera um cliché hagiográfico⁷⁵. Mas não podemos deixar de o mencionar como verosímil. Se a peregrinação a Espanha aconteceu de facto, é natural que Fr. Vasco tivesse acompanhado o seu mestre, dada a sua origem peninsular.

⁷¹ A data pode ser inferida, por um lado, da referência à partida de Fr. Vasco para Itália pouco depois de 1343, quando ainda era *mancebo*, e do facto de o sabermos falecido cerca de 1419/1420 (cf. *ibidem*, tomo I, pp. 104, 108-109). A sua origem leiriense é atestada pela documentação de Penha Longa (cf. parte II, B 375).

⁷² Cf. nota 70.

⁷³ Cf. Sophie Coussemacker, *oc. cit.*, tomo I, pp. 114-117, 120, 131-132, 146. A escassez documental para este período é notória e muitas as contradições entre as diversas memórias conservadas quanto à geografia inicial dos eremitérios que pontuavam, por essa data, a região de Toledo (Guisando, mais próximo de Guadalajara; El Castañar, nos Montes de Toledo; Bella Excusa ou Villaescusa, entre os povoados de Orusco e Ambite, na actual província de Madrid). Fernando Yañez de Figueroa e Pedro Fernandez Pecha, considerados como fundadores da Ordem, ingressam na vida eremítica cerca de 1366, abandonando a Corte régia em tempos de plena guerra civil entre Pedro I e Henrique de Trastâmara. O primeiro juntar-se-ia ao grupo estante em El Castañar, transitando depois para Villaescusa, onde Pedro Fernandez se junta ao grupo; em 1367, passariam para Lupiana, lugar mais próximo de Guadalajara, que se converteria no primeiro mosteiro da Ordem (cf. *ibidem*, tomo I, pp. 146-148).

⁷⁴ Cf. Mario Sensi, *Le Osservanze...*, p. 108.

⁷⁵ Cf. Sophie Coussemacker, *ob. cit.*, tomo I, pp. 125-126. A autora, na linha de outros estudos, entende-a sobretudo como um recurso literário e simbólico utilizado pelo seu biógrafo

Coincidindo ou não com esta viagem, o certo é que Fr. Vasco se encontra no eremitério de Toledo por volta de 1372 ou 1373. Com efeito, é nesta ocasião que, na nossa opinião, se dá um episódio referido pelas memórias do mosteiro de Valparaíso do século XV, embora se ignore a sua efectiva natureza. O referido texto afirma ter havido um desacordo grave entre Fr. Vasco, de um lado, e o arcebispo de Toledo e um legado apostólico, do outro. Sophie Coussemacker, que situa o episódio em 1378, liga-o a divergência de posicionamentos face ao Cisma e à obediência prestada pelos Jerónimos a Avinhão. Temos a este respeito uma interpretação diferente. Esta autora identifica o cardeal, referido pelas memórias como «cardeal de Santa Sabina», com D. Pedro de Luna, Cardeal de Santa Maria *in Cosmedin*, efectivamente legado apostólico na Hispânia entre 1378 e 1390, e o arcebispo de Toledo com Pedro Dias Tenório (1377 e seguintes).⁷⁶ A identificação do cardeal, porém, parece-nos muito discutível⁷⁷. Na nossa opinião, é mais provável que se trate de Gui de Boulogne, cardeal-bispo do Porto e de *Santa Rufina*⁷⁸, nomeado legado para a Hispânia por Gregório XI em Maio de 1372 e atestado nestas funções até ao ano seguinte, em que morreu⁷⁹. Nesse caso, o arcebispo de Toledo seria Gómez Manrique, que ocupou a cátedra episcopal entre 1372 e 1375.⁸⁰

⁷⁶ Cf. *ibidem*, tomo I, pp. 106, 135-138.

⁷⁷ Seria, com efeito, estranha a confusão para uma figura tão conhecida como Pedro de Luna ou mesmo a omissão do seu nome. Com efeito, não só era de origem castelhana como desempenhara importantes funções enquanto legado pontifício durante mais de uma década em terras peninsulares (1378-1390), antes de atingir o sólio pontifício, em 1394, como Bento XIII, sucedendo a Clemente VII na sede avinhonense e aí se mantendo até ser compulsivamente deposto em 1417, por decisão do Concílio de Constança. Cf. José Manuel Nieto Soria, *Iglesia y génesis del Estado moderno en Castilla (1369-1480)*, Madrid, Editorial Complutense, 1993, pp. 85-86, 445.

⁷⁸ Cf. Pierre Jugie, «L'activité diplomatique du Cardinal Gui de Boulogne en France au milieu du XIV^e siècle», in *Bibliothèque de l'École des Chartes*, tomo 145, 1987, pp. 99-100. Neste caso, as memórias jerónimas teriam confundido «Rufina» por «Sabina», perante um legado apostólico estranho ao universo castelhana e de curta presença no reino.

⁷⁹ Cf. José Manuel Nieto Soria, *ob. cit.*, pp. 83-85. Neste caso, as memórias jerónimas teriam confundido «Rufina» por «Sabina», o que seria mais compreensível face a uma legacia tão curta e desempenhada por alguém estranho ao universo eclesiástico castelhana.

⁸⁰ Bispo de Tuy (1348-1351), arcebispo de Santiago de Compostela (1351-1362) e arcebispo de Toledo (1362-1375). Apoiante incontestado de Pedro I, desempenhou, entre 1354 e 1363, importantes funções na sua corte, quer como notário-mor de Castela, quer como chanceler-mor da rainha D. Blanca. Contudo, a partir de 1366, passa para o partido trastâmara, desempenhando posteriormente importantes funções ao serviço de Enrique II. A confiança deste monarca justificaria também as importantes doações que dele obtém, muitas delas em favor da sé toledana. Sobre o seu percurso, cf. Ana Arranz Guzmán, «Un personaje y un episodio de la guerra civil castellana: el arzobispo don Gómez Manrique y el Ordenamiento de Toledo de 1366», *Anuario de Estudios Medievales*, tomo 18, 1988, pp. 309-321; *idem*, 58

Com efeito, sabe-se que este arcebispo protegeu os Jerónimos, favoreceu o seu estabelecimento em Lupiana e interveio no reconhecimento e aprovação da ordem, em 1373.⁸¹ Quanto ao segundo, haveria o simples equívoco de o memorialista ter confundido «Santa Sabina» com «Santa Rufina». Sendo assim, o conflito teria surgido em virtude de o cardeal e o arcebispo defenderem posições diferentes das de Fr. Vasco acerca da organização da Ordem, a respeito da aplicação prática da aprovação papal de 1373. Com efeito, por fidelidade para com o seu mestre, é provável que Fr. Vasco defendesse uma forma de vida mais radical, a manutenção mais estrita do eremitismo e uma menor cedência ao cenobitismo.

Se esta reconstituição se confirmar, é lógico que Fr. Vasco tivesse então abandonado Toledo e regressasse à pátria para retomar a vida de penitência e de pobreza que nessa altura predominava na Serra de Ossa. Nesse caso, ainda, seria ele próprio o «ffrey vaasco da pobre vida» que em Janeiro de 1376 solicitava a Estêvão Eanes, juiz de Evoramonte, o traslado de um conjunto de doações feitas anteriormente aos eremitas do mesmo lugar, do qual se possui o original⁸². Infelizmente a homonímia, tão frequente nessa época em Portugal, não permite uma identificação segura. Todavia, tem de se admitir que o referido «ffrey vaasco» devia ter alguma preponderância entre os seus companheiros para ser ele a pedir tão importantes documentos. Este argumento, todavia, é forçoso reconhecê-lo, não se coaduna com o facto de não aparecer nenhum «vaasco» entre os 16 eremitas referidos na visitação de 1376-1377. Se era uma personalidade importante por que razão omitiriam o seu nome? Por outro lado, nada indica que os eremitas mencionados na documentação dessa época constituam sequer a maioria dos que de facto aí viviam. A dúvida permanece, mas a identificação do eremita alentejano com Fr. Vasco de Portugal mantém a verosimilhança.

«La presencia de prelados en cargos políticos y actividades de gobierno durante el reinado de Pedro I de Castilla», *Estudios de Historia y Arqueología Medievales*, tomo IX, 1993, pp. 24-25; idem, «Las elecciones episcopales durante el reinado de Pedro I...», pp. 436-437, 450; José Manuel Nieto Soria, *ob. cit.*, pp. 258-259, 445.

⁸¹ Cf. Josemaría Revuelta Somalo, *Los Jerónimos. Una orden religiosa nacida en Guadalajara*, Guadalajara, Institución Provincial de Cultura «Marqués de Santillana», 1982, pp. 136-137.

⁸² Cf. BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, n° 20 (1376.01.14, Evoramonte).

O certo é que, nos catorze anos seguintes, de 1376 a 1390, «ffrey vaasco» desaparece da documentação portuguesa conhecida. Nota-se a sua ausência na conhecida doação do paço de Frielas a Fr. Lourenço Eanes, feita pelo rei Fernando I em 1378, em ordem a viabilizar uma primeira fundação jerónima em solo português⁸³. Em 1390, vamos encontrá-lo de novo, agora perfeitamente identificado, como fazendo vida eremítica na Penha Longa, na Serra de Sintra.⁸⁴ A austeridade do lugar coaduna-se bem com o perfil do monge que procuramos. A dureza de vida que necessariamente adoptou então harmoniza-se com as opiniões que supomos terem dado origem à sua dissensão com o cardeal de Santa Rufina, e até com os próprios Jerónimos que aceitaram sem discutir a aprovação e a «cenobitização» da ordem em 1373.

Frei Vasco de Portugal, no entanto não rompeu com os Jerónimos. Como se sabe, foi a partir do seu eremitério que a Penha Longa se transformou em mosteiro jerónimo aprovado por bula apostólica de Bonifácio IX, *Piis votis fidelium* datada de 1400, que admitia os eremitas na ordem, com a possibilidade de erigir duas casas em Portugal, uma em Penha Longa, outra em S. Jerónimo do Mato, no termo de Alenquer⁸⁵. Fr. Vasco parece ter-se mantido à margem destas decisões. As memórias da Ordem sugerem até a existência de desentendimentos entre ele e o novo prior do cenóbio⁸⁶.

Os passos seguintes do nosso eremita são bem conhecidos. Talvez por discordar da passagem do seu eremitério a mosteiro, Fr. Vasco pouco tempo permaneceu na Serra de Sintra. Segundo afirmam as memórias quatrocentistas de Valparaíso, mandou alguns dos seus discípulos à região de Córdova para verificarem a viabilidade de uma nova fundação nesse lugar. Tendo obtido informações favoráveis, deixou a Penha Longa em 1405 e instalou-se no novo mosteiro. Esta comunidade manteve durante muito tempo

⁸³ O documento foi publicado por José Adriano Freitas de Carvalho, «Nas origens dos Jerónimos...», pp. 127-128.

⁸⁴ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Saúde de Penha Longa*, maço 1, nº 30 (1390.08.05, Penha Longa). Publ. in Cândido dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal. Das origens aos fins do século XVII*, Porto, INIC – Centro de História da Universidade do Porto, 1980, Apêndice Documental, doc. 1, pp. 259-261.

⁸⁵ Publ. in *ibidem*, Apêndice Documental, doc. 2, pp. 261-262.

⁸⁶ Cf. Sophie Coussemacker, *ob. cit.*, tomo I, pp. 107 e 140, nota 66.

um claro pendor eremítico e um discreto distanciamento para com os órgãos cada vez mais centralizados do governo da Ordem⁸⁷. Foi aí que Fr. Vasco morreu em 1420⁸⁸.

Se a reconstituição aqui apresentada for aceite, explicar-se-iam, assim, vários fenómenos de grande importância para a compreensão das origens do eremitismo português e cuja configuração requer uma atenção especial: em primeiro lugar, a precocidade das mais antigas referências; em segundo lugar, a concentração inicial num circuito relativamente restrito em torno da Serra de Ossa; em terceiro lugar, a aparente relação com o primeiro eremitismo castelhano (aliás reforçada pela presença de muitos castelhanos, alguns oriundos da região toledana, entre esta primeira geração de eremitas ligados à Serra de Ossa, facto que não se verificará no período posterior); por fim, a protecção apostólica, aliada à incumbência de uma acção reformadora da Igreja portuguesa no seu conjunto, de que papa os encarregou em 1376-1378 (compreensível se de facto o movimento resultava de uma expansão do fenómeno italiano).

Apontemos como argumentos que reforçam a tese da inspiração italiana e franciscana: o carácter popular do movimento português; a designação do Fr. Vasco e de outros eremitas da Serra de Ossa como frades «da pobre vida», isto é, por meio de uma fórmula idêntica à que os *fratricelli* usavam em Itália; a persistência do eremitismo, aliado à pobreza voluntária, ao trabalho manual e à mendicância; a resistência ao cenobitismo por oposição à corrente representada pelos Jerónimos.

Todavia, o debate não está encerrado. Pode e deve ser esclarecido por uma revisão da reconstituição da investigadora francesa, por um exame mais detalhado da documentação sobre as origens dos Jerónimos, em Portugal e em Espanha, e por uma

⁸⁷ Cf. Sophie Coussemacker, *ob. cit.*, tomo I, pp. 139-141, secundando opinião já expressa por Freitas de Carvalho («Nas origens...», pp. 80-88). Fr. Vasco nunca participou nos Capítulos da Ordem, realizados a partir de 1415, enviando então um procurador, acto que repete em 1416. Em 1418, ninguém é enviado a esta magna assembleia em representação de Valparaíso, sendo necessário esperar pela morte de Fr. Vasco para atestar a presença na mesma de um prior do mosteiro. Contudo, tal acto podia também ser facilmente explicável pela avançada idade de Fr. Vasco e pela distância de Valparaíso em relação a Lupiana, argumento este, aliás, invocado repetidas vezes ao longo do século XV para explicar a ausência de representantes daquela casa nas assembleias capitulares (cf. Sophie Coussemacker, *ob. cit.*, tomo I, pp. 108-109).

⁸⁸ Sobre os argumentos de suporte a esta data, cf. Sophie Coussemacker, *ob. cit.*, tomo I, pp. 108-109.

investigação aprofundada acerca das primeiras manifestações da Observância franciscana da qual só se conhecem documentos a partir de 1392, mas que podia ser bem mais precoce. Merece também a pena referir que é indispensável procurar com cuidado eventuais alusões a textos de carácter doutrinal marcados pelo espírito franciscano mais radical anteriores a 1350⁸⁹, assim como recuperar, coordenar e ampliar os testemunhos que a respeito do franciscanismo foram descobertos por Mário Martins⁹⁰ mas têm sido escassamente aproveitados pela historiografia da vida religiosa portuguesa. Urge ainda desenvolver os trabalhos iniciado por Fernando Félix Lopes, de modo a perceber-se com maior clareza os percursos e origens dos franciscanos que, no século XIV, habitam ou circulam pelas casas dos Menores e, inclusive, desses terceiros que gravitam e florescem em torno da Ordem e cuja identidade e estatuto nos são ainda praticamente desconhecidos⁹¹.

Noutro registo cronológico, é curioso verificar que a Serra de Ossa tivesse, nas décadas seguintes, acentuado o seu carácter popular ou mesmo *fraticellesco*, ao passo que os Jerónimos enveredaram por um modo de vida mais intelectual e por um entendimento cada vez maior com a política religiosa da Coroa e com um generoso mecenato da nobreza.

Os indícios reunidos apontam, por isso, para uma forte influência do eremitismo *fraticellesco* italiano sobre o português no precoce período de 1340-1380, que a possibilidade de identificação do frei Vasco da Serra de Ossa com o fundador de Valparaíso vem confirmar e reforçar. O contacto directo dos eremitas com esta corrente

⁸⁹ Freitas de Carvalho, em artigo recente, chama precisamente a atenção para o pouco que se conhece neste domínio, ao tratar da difusão das ideias de Joachim de Flore em Portugal, as quais tiveram, como é sabido, uma grande importância nos meios franciscanos mais radicais. Este autor alerta ainda para a necessidade de documentar cuidadosamente tais influências, afastando ideias feitas e atribuições não suportadas por uma investigação consistente (cf. José Adriano Freitas de Carvalho, «Joachim de Flore au Portugal: XIII.^{ème}-XVI.^{ème} siècles. Un itinéraire possible», *Il profetismo gioachimita tra Quattrocento e Cinquecento. Atti del III Congresso Internazionale di Studi Gioachimiti (S. Giovanni in Fiore, 17-21 settembre 1989)*, dir. Gian Luca Potestà, Genova, Marietti, 1991, pp. 415-432).

⁹⁰ Cf. Mário Martins, «O ciclo franciscano na nossa espiritualidade medieval» in *Biblos*, vol. XXVII, 1951, pp. 141-247.

⁹¹ Cf. Fernando Félix Lopes, «Franciscanos de Portugal antes de formarem província independente – ministros provinciais a que obedeciam» e «Franciscanos portugueses pretridentinos – escritores, mestre e leitores», in *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II – *A Ordem Franciscana na História e Cultura Portuguesa*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, pp. 1-93 e 407-460, respectivamente.

ligada ao franciscanismo mais radical, implicaria assim uma forma de vida pobre e solitária, com uma certa estrutura, e não apenas um isolamento religioso pessoal, penitente, espontâneo, fragmentário e carismático, mas alheio a orientações doutrinárias e a qualquer forma de organização. Estas características tornar-se-ão muito mais claras nos capítulos II e III da nossa investigação.

Um tempo de instabilidade

Apesar da sanção pontifícia outorgada aos eremitas e da sua associação ao projecto de reforma da vida eclesiástica do reino, o seu desenvolvimento e as funções que lhes foram atribuídas foram afectados por diversos acontecimentos externos. Com efeito, ainda em 1378, a contestação da eleição de Urbano VI e a eleição de outro papa, Clemente VII, coroado a 31 de Outubro, abria um Cisma na Cristandade Ocidental que rapidamente dividiria os reinos peninsulares entre as duas obediências. O Cisma provocou fracturas graves entre bispos e outros dignatários eclesiásticos e no interior das ordens tradicionais, muitas delas ligadas por laços institucionais a províncias sedeadas em território castelhano. O alinhamento pelo papa de Avinhão, ou pelo de Roma, viria agravar os conflitos políticos que opunham entre si os reinos da Península Ibérica.

A partir de Maio de 1381, acenderam-se os confrontos militares entre Castela e Portugal, desta feita com o apoio inglês, em virtude do acordo celebrado em Estremoz, em Julho do ano anterior. As campanhas militares, que se prolongariam até à assinatura de um novo tratado de paz com Castela, em Agosto de 1382, revelar-se-iam particularmente danosas para a região alentejana, quer devido às incursões castelhanas chefiadas pelos mestres de Alcântara e de Santiago (em Maio-Junho de 1381, nas direcções de Veiros, Sousel e Cano, e entre Julho e Agosto, com cerco à praça de Elvas), quer, já no final de 1381 e inícios do ano seguinte, pela depredação e destruição infligidas pelos mercenários ingleses colocados na região de Vila Viçosa, afectando muitas das vilas mais próximas (Borba, Monsaraz, Redondo, Avis e Evoramonte). A par

do prolongamento das escaramuças fronteiriças na região de Elvas-Badajoz durante a Primavera de 1382, a região de Lisboa seria também alvo de devastadoras incursões por parte dos castelhanos, que atingiram duramente os arredores da cidade (Xabregas, Vila Nova da Rainha, Frielas) e se estenderam aos arrabaldes das vilas da margem sul (Almada, Palmela, Coina)⁹².

A crise dinástica desencadeada pela morte do rei Fernando, em 22 de Outubro de 1383, daria lugar a um novo período de conflitos militares com Castela e a uma situação endémica de guerra no interior do reino, agravada pelos distintos posicionamentos dos concelhos face às partes em conflito. A guerra luso-castelhana, mesmo após a vitória portuguesa conseguida em Aljubarrota (14 de Agosto de 1385), manter-se-ia activa até 1402. Só então deu lugar a uma fase de apaziguamento e finalmente ao acordo de paz de 31 de Outubro de 1411. No interior do reino, instalava-se, entretanto, a estabilidade tão ansiada pelo novo monarca, o rei João I, como tal aclamado nas Cortes celebradas em Coimbra em Março-Abril de 1385⁹³.

As perturbações trazidas pela guerra não podiam ter deixado de afectar a vida dos «pobres ermitães» instalados nos arrabaldes de diversas vilas alentejanas. Os diplomas anteriores ao início da 3ª guerra fernandina dão ainda sinais do seu dinamismo, quer pela obtenção de novas doações, quer pela sua expansão noutros concelhos do sul. Com efeito, os eremitas instalam-se também, a partir de 1380, nos termos de Elvas e de Palmela. No primeiro caso, o lugar escolhido – Rio Torto – ficava situado junto à Ribeira de Chinchas, hoje conhecida por Ribeira do Cêto, em zona pontuada por hortas, moinhos, almoinhas e lagares, e com bons recursos aquícolas⁹⁴ – o próprio chão então doado incluía duas fontes. Aí se instalaram dois eremitas – João Lopes e Lourenço Mateus -, agraciados com a doação da dita propriedade feita por um

⁹² Para os pormenores sobre a 3ª Guerra Fernandina, cf. João Gouveia Monteiro, «As campanhas que fizeram a história», in *Nova História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I, coord. José Mattoso, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2003, pp. 256-261.

⁹³ Cf. *ibidem*, pp. 261-282.

⁹⁴ Fernando Manuel Rodrigues Branco Correia, *Elvas na Idade Média*, vol. I, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à FCSH da UNL, policop., 1999, pp. 412-414.

casal de moradores e vizinhos da vila⁹⁵, a qual incluía também umas casas e árvores⁹⁶. Em Alferrara, no termo de Palmela, três outros «Erremjtaees da proue ujda» - João Gouvinhas, Miguel e Vasco – recebem, no mesmo ano, a doação de uma herdade a par da Fonte Santa, com sua água, de um casal morador em Setúbal⁹⁷; no ano seguinte, outra moradora da urbe sadina, a viúva Domingas Bacias, oferecia-lhes mais uma parcela no mesmo lugar⁹⁸. O eremitério, situado na encosta sul da Serra dos Gaiteiros, apesar de pertencer ao termo de Palmela, ficava próximo de Setúbal, uma vila em pleno crescimento e cabeça da mesa mestral de Santiago⁹⁹, o que explica a atracção exercida pelos eremitas sobre os habitantes da urbe.

Os grupos residentes na Serra de Ossa também se multiplicavam. Em 1378, os seus eremitas compraram duas parcelas de terra – ambas com horta e pomar – sitas no termo do Redondo, uma em Vale de Roçadas¹⁰⁰ e outra em Vale de Inferno¹⁰¹. No ano seguinte, encontramos a primeira carta de sesmaria dada aos pobres por um dos concelhos do sul. A iniciativa partiu do concelho do Redondo, que cedeu a Vasco Peres de Avis, «ermjtam que viue na vida ermjtana», um chão «que jaz em mato» na Serra de S. Gens, junto às «casas e logar dos dictos ermjtãaes» e ao caminho que conduzia a

⁹⁵ ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas*, CVSPELV/Tb nº 28 – cx. 10 (Tombo das capelas e títulos das propriedades), fls. 17-17v (1380.06.03, Elvas, em traslado de 1664 sobre cópia de 1651). A doação é feita por Lourenço Eanes Reguengo e Margarida Domingues, moradores na Rua da Feira, em Elvas.

⁹⁶ Cf. ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas, Colecção de Pergaminhos*, nº 1 [C5 ELV 01, nº 12] (sentença de 1383.09.24, Elvas).

⁹⁷ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 2 (1380.10.05, Setúbal).

⁹⁸ *Ibidem*, mç. 3, nº 9 (1381.03.13, Setúbal). Em 1385, a mesma benfeitora faria nova doação de terras nesse lugar, embora fosse já outra a composição da comunidade (*ibidem*, mç. 3, nº 3 – 1385.12.03, Setúbal).

⁹⁹ Aliás, o concelho de Setúbal permanecera durante bastante tempo integrado no de Palmela. Autonomizado deste em 1249, as suas rendas seriam integradas na mesa mestral de Santiago em 1327. O seu termo só seria delimitado em 1343 (cf. Ana Cláudia Silveira, «O espaço peri-urbano de Setúbal na Baixa Idade Média: produções e estruturas produtivas», in *La ciudad medieval y su influencia territorial. Nájera, Encuentros Internacionales del Medievo 2006 – Actas*, ed. Beatriz Arízaga Bolumburu, e Jesús Ángel Solórzano Telechea, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2007, p. 163).

¹⁰⁰ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 20 (1378.05.23, Évora). A compra é feita por João Fernandes e Álvaro «pobres ermitãaes».

¹⁰¹ *Ibidem*, lv. 35, nº 19 (1378.09.12, Estremoz). A horta, que «jaz em mortorio», é comprada por João Domingues [Cepelheiro] e seus irmãos.

Estremoz. O acto não refere qualquer pedido feito pelos eremitas para a cedência da propriedade, nem estabelece quaisquer condições para a sua posse, para além da proibição de a alienarem, invocando apenas o «Amor de deus» como motivação para o mesmo¹⁰².

Entre 1379 e os primeiros meses de 1385, desaparecem os diplomas respeitantes a estes pobres¹⁰³. Em Abril de 1385, porém, a produção documental retoma a normalidade. O contexto político e militar parece ser o motivo da interrupção do movimento expansivo dos eremitas alentejanos.

Outros elementos atestam também o impacto da guerra sobre a implantação dos grupos da *pobre vida*. Com efeito, referimos que a geografia de implantação dos eremitas se circunscreve preferencialmente aos termos das vilas fronteiriças do sul, numa região que, mais tardiamente conquistada mas de fulcral importância defensiva, fora alvo, sobretudo a partir do reinado dionisino, de um forte investimento régio em ordem a assegurar a fortificação dos respectivos núcleos urbanos e, simultaneamente, organizar e estimular o respectivo povoamento por meio da concessão de forais e de diversificados privilégios e isenções¹⁰⁴. Esta região tornava-se, pela sua proximidade com Castela e com as principais vias de comunicação que ligavam ambos os reinos, alvo fácil e indispensável para as investidas inimigas, quase sempre secundadas por pilhagens e pela destruição dos campos cultivados ou corte de árvores, sobretudo de fruto, particularmente eficazes, quer como fonte de abastecimento dos exércitos, quer como meio de minar as possibilidades de abastecimento das urbes a conquistar. Isto para não falar da destruição de infraestruturas habitacionais e agrícolas, ou mesmo da

¹⁰² *Ibidem*, lv. 35, nº 6 (1379.05.01, Redondo).

¹⁰³ Os únicos diplomas produzidos dentro deste intervalo são as doações feitas aos pobres de Elvas (1380.06.03) e de Alferrara (1380.10.05 e 1381.03.13), bem como uma sentença também relativa aos pobres de Rio Torto (1383.09.24) – cf. notas 95-98.

¹⁰⁴ Cf. Miguel Gomes Martins, “*Para Bellum*”. *Organização e prática da guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)*, Coimbra, Dissertação de Doutoramento em Letras, na área de História, na especialidade de História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policop., 2007, pp. 382-453.

morte ou aprisionamento daqueles que não conseguiam atempadamente aceder ao refúgio das muralhas do núcleo urbano mais próximo¹⁰⁵.

Como é sabido, os habitantes dos arredores das vilas e cidades amuralhadas refugiavam-se no seu interior mas não podiam impedir a devastação dos campos, que fazia parte inevitável da estratégia militar de então. Muitas comunidades religiosas, situadas na periferia dos núcleos urbanos ou no seu entorno rural, acompanhavam, em tempos de guerra, este movimento em direcção aos recintos muralhados dos lugares mais próximos¹⁰⁶. O mesmo deve ter acontecido a alguns dos «pobres ermitães». Com efeito, os que, pelo menos desde 1380 viviam em Rio Torto, no termo de Elvas, procuraram refúgio no interior da vila, instalando-se numas casas junto à cerca velha e Porta Nova. Ainda aí permaneciam em 1385, «em oração em serviço de Deos», altura em que pediram licença ao juiz da vila para erguer uma taipa na rua junto às ditas casas, para poderem viver mais apartadamente¹⁰⁷. Outro tanto sucedeu em Vila Viçosa, onde, ainda em 1401, se encontravam alguns pobres recolhidos num quintal junto aos paços da Ordem de Avis, e que aí, «por naçyçydade da gerra», tinham construído umas choças¹⁰⁸.

¹⁰⁵ Sobre estes aspectos, cf. Miguel Gomes Martins, «*Ficou aquela terra estragada que maravylhosa cousa era de ver. Guerra e paisagem no Portugal medieval (1336-1400)*», in *Paisagens Rurais e Urbanas: Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Segundas Jornadas*, coord. Iria Gonçalves, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2006, pp. 125-146; Maria Helena da Cruz Coelho, «No rasto da guerra – o antes e o depois», in *A Guerra e a Sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais – Actas*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho, Saul António Gomes e António Manuel Ribeiro Rebelo, vol. I, Campo Militar de S. Jorge (CIBA) – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 287-306.

¹⁰⁶ Vejam-se os exemplos aduzidos por Aires Gomes Fernandes, «No interromper da oração ou o perturbante reflexo da guerra nalguns mosteiros», in *A Guerra e a Sociedade na Idade Média...*, vol. I, pp. 310-318.

¹⁰⁷ Documento publicado por Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, *Thebaida Portuguesa...*, tomo II, nota (III), p. 385 (1385.04.10, Elvas) e sumariado por Aires Varela, *Theatro das Antiguidades d'Elvas com a historia da mesma cidade e descripção das terras da sua Comarca*, prólogo de António Thomaz Pires, Elvas, António José Torres de Carvalho, 1915, cap. XXVIII, p. 101. Sobre este assunto, veja-se ainda Fernando Manuel Rodrigues Branco Correia, *Elvas na Idade Média*, vol. II, pp. 441-444.

¹⁰⁸ TT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Avis /Convento de S. Bento*, mc. 8, nº 782 (1401.09.01, Vila Viçosa). O mestre Fernão Rodrigues mandou então que «derrybasem e tirassem dally suas choças que el queria tapado seu qujntaal e tapado o dicto portal», declarando que não o fazia por violência ou injúria contra os pobres, mas para continuar na posse dos ditos bens, como sempre fora.

Não sabemos, porém, até que ponto terão sido afectados pela guerra os alojamentos dos eremitas e as terras por eles cultivadas. Não encontramos informação alguma a esse respeito. Mas podemos imaginar que algumas destruições tivesse havido, dado o que aconteceu no paço de Frielas, que o rei Fernando deu ao eremita Lourenço Fernandes em 1378 e que foi duramente afectado pelas razias levadas a cabo pelas tropas de Juan I de Castela no entorno lisboeta, o que explica, decerto, o insucesso da fundação jerónima¹⁰⁹.

Chegados às vésperas da subida ao trono do rei João I, e apesar de toda a instabilidade vivida no reino nas décadas anteriores, os eremitas, originalmente instalados na Serra de Ossa, haviam alcançado já uma significativa expansão. Já ultrapassavam a região do nordeste alentejano. Chegavam aos termos de importantes vilas como Montemor-o-Novo ou Palmela/Setúbal. Tendo obtido da Sé Apostólica a aprovação do seu modo de vida e a protecção eclesiástica para as suas comunidades, vieram também a receber do monarca o apoio necessário à sua opção religiosa. A multiplicação dos seus eremitérios e do número de eremitas e o alargamento das terras que cultivavam atraíam já a atenção das populações locais e das autoridades dos concelhos em cujos termos se foram instalando. A guerra, que trouxe alguns deles às cidades e vilas dos arredores, teve como efeito secundário a necessidade de uma certa reorganização. Esta aconteceria, contudo, num quadro que, sem excluir efectivas continuidades, seria marcado por um apoio bastante mais activo por parte da nova dinastia, que assumiu claramente o apoio dos homens de vida pobre e viria a fomentar a sua expansão e a institucionalização gradual da sua forma de vida em torno da comunidade da Serra de Ossa.

¹⁰⁹ Vejam-se os dados compilados na entrada sobre «Frielas», no Anexo I.

CAPÍTULO II

A EXPANSÃO

(1385-1452)

A 25 de Maio de 1385, Iria Gonçalves do Carvalhal, mãe do Condestável Nuno Álvares Pereira, encontrava-se em Portalegre. Nesse mesmo dia, fez uma doação a favor de dois eremitas, João Espartim e Gonçalo da Beira¹. Invocando «a onra e seruyço de deus e de sua madre virgem santa marja e de toda a corte çellystiyal», cedeu a estes pobres, então instalados em «ssam pedro de montam», o seu lugar de Vale de Flores, sito no termo dessa vila, junto à Ribeira de Nisa, onde em tempos um outro eremita, Álvaro da Prata, também aí fizera «ujda pobre»². O lugar, que herdara por morte de um dos seus filhos, Fernando Álvares Pereira³, voltava agora a ser habitado por eremitas, que assim deixavam o seu anterior eremitério. Era provavelmente a mesma «Ermida acerca da cabeça da vide» onde aqueles pobres já surgiam documentados em 1378⁴.

O acto implicava, assim, um abandono e um recomeço. Não eram os únicos, entre os finais do século XIV e os primeiros anos da centúria seguinte. Com efeito, verificando a geografia da implantação dos eremitas deduzida da sentença de 1378 (cf. mapa I), outros lugares da pobre vida haviam sido ou seriam entretanto abandonados pelos seus ocupantes, alguns deles, possivelmente, em virtude das perturbações trazidas pelos conflitos militares com Castela. Talvez tenha sido esse o caso de Serpa, em cuja

¹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, n.º 3 (1385.05.25, Portalegre, em doação de 1419.03.23, Provença da Ribeira de Nisa).

² A doação refere, entre as confrontações do lugar, os «muros que ffez aluaro da prata da ujda pobre».

³ Cf. Anexo I, Vale de Flores.

⁴ Deve referir-se ao lugar do Monte de S. Pedro, entre os termos de Cabeço de Vide e Alter do Chão (cf. Anexo I, Cabeço de Vide)

«mata» encontramos, em 1378, o eremita Martim Velho e do qual se perdem as notícias após essa data; o mesmo acontece, decerto, com a ermida situada «acerca d array[olos]», onde Martim Ovelheiro levava, pela mesma altura, vida eremítica e que parece ter deixado de ser ocupada por pobres após 1396⁵; ou ainda S. Domingos de Brunheda, aparentemente situado no termo de Elvas, de que não temos notícia após 1405⁶.

Noutros lugares, pelo contrário, verificar-se-ia o regresso dos pobres. Assim aconteceria com o eremitério de Avis, abandonado, como vimos, ainda antes de 1377, e que sabemos ter sido reocupado por um novo grupo de pobres pelo menos desde 1423⁷. O mesmo deve ter acontecido noutros lugares, como o de Rio Torto, no termo de Elvas, aos quais os eremitas puderam regressar, uma vez sossegadas as perturbações que os haviam levado a procurar refúgio no interior das vilas mais próximas⁸.

Contudo, a referida doação de 1385 feita por Iria Gonçalves atesta outros dois elementos importantes: a ligação que, desde cedo, se estabelece entre muitas das novas fundações e a Serra de Ossa; e a identificação do modo de vida dos seus ocupantes com o núcleo de vida eremítica mais precocemente documentado. Com efeito, nas condições estabelecidas pela mãe do Condestável no referido acto, determina-se que os dois eremitas a quem cede o lugar nele morem e façam morar «pobres de sua ujda boons e de boas condyções pellos quaees deus seya serujdo e o sseu nome seya llouuado», e que, à

⁵ Como referimos, a sentença de 1378 não é explícita quanto à localização deste eremitério. É possível que se trate de uma ermida dita «das graças», onde, em 1396, se documenta a presença de um Álvaro Martins «jrmj tam» (BPE, *Convento de Nossa Senhora da Assunção de Arraiolos*, lv. 12, nº 6 – 1396.03.20, Arraiolos, onde surge como testemunha de um contrato de compra e venda). Contudo, não é claro se se trata de alguém que de facto aí levava vida eremítica ou tão simplesmente o indivíduo encarregue de cuidar do templo.

⁶ A 11 de Setembro desse ano, ainda encontramos referências a um Pedro Lourenço, ermitão de S. Domingos de *Broída* (cf. Arquivo Municipal de Coimbra, *Pergaminhos de Elvas*, nº 5). Sobre a identificação deste lugar, cf. Anexo I.

⁷ Em 1426, os eremitas Fernando Gonçalves, Afonso Eanes e Pedro Eanes vêm favoravelmente atendidas, por parte de Martinho V, diversas súplicas relativas ao eremitério onde, desde há três anos, habitavam, sito na Azambujeira, no termo de Avis, «in loco montaneo, deserto et solitario», onde haviam já edificado um oratório (MPV, vol. IV, nº 987, pp. 122-123 - 1426.06.07, Roma).

⁸ É muito escassa a documentação sobrevivente deste eremitério, pelo que não é possível precisar a data de regresso dos eremitas a este lugar. Contudo, é certo que ele foi de novo habitado por pobres, dado que, em 1452, o rei Afonso V lhes reconhece os mesmos privilégios e liberdades já outorgados à Serra de Ossa (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 12, fl. 22 – 1452.03.23, Évora).

sua morte, ambos ou o que deles sobreviver, aí ponham pobres «de sua vyda». Pormenor importante, identifica-os como «os pobres da ssera d ossa»⁹. Mas a doação é feita, claramente, a João Espartim e a Gonçalo da Beira, tal como diversas outras doações semelhantes, a indivíduos determinados, e não a qualquer instituição de carácter religioso, como veremos adiante. Este facto marca bem a autonomia inicial do lugar face a outros núcleos eremíticos, e o carácter pouco rígido da ligação que mantinha com a Serra de Ossa.

Estes dados são importantes para compreendermos o complexo processo de expansão desta forma de vida, patente na multiplicação de fundações, que ocorre desde 1385 até ao final da primeira metade do século XV, assim como a gradual afirmação e ainda a institucionalização do movimento eremítico em torno da Serra de Ossa. Com efeito, este crescimento reveste modalidades inicialmente diversas, conjugando fundações autónomas e espontâneas com outras que, desde a sua origem, assumem uma relação umbilical com a Serra de Ossa, e reconhecem a este núcleo eremítico uma autoridade moral e uma função de garante da autenticidade do seu modo de vida. O seu carácter modelar decorre, não só da sua maior antiguidade, como também do sancionamento e protecção que desde 1376-1378 lhes foram garantidas por parte não só das autoridades eclesiásticas mas também da própria realza. Uma protecção e um sancionamento que, como veremos, serão não só renovados ao longo desta fase de expansão dos seus eremitérios como também enriquecidos e ampliados com novos privilégios e enquadramentos.

Nesta fase que agora estudamos, o processo reveste, assim, as especificidades do modo de vida eremítico e do seu carácter ainda não institucionalizado. Ao contrário das ordens religiosas, que obedecem a um quadro normativo estabelecido que suporta e legitima as novas fundações, num processo certamente complexo mas com etapas reconhecidas e estabelecidas pelo Direito Canónico¹⁰, aqui as fundações precedem o

⁹ Cf. nota 1.

¹⁰ Vejam-se, sobre este assunto, as considerações tecidas por José María Miura Andrades, *Friles, Monjas y Conventos. Las Órdenes Mendicantes y la sociedad sevillana bajomedieval*, Sevilla, Diputación de Sevilla, 1998, pp. 123-137.

estabelecimento do quadro institucional, numa maior liberdade de variantes e de situações. Elas não correspondem, assim, a um modelo reconhecido e canonicamente validado mas, simplesmente, à concretização de uma presença eremítica. A evidência documental por vezes dá a conhecer o seu início numa determinada data, outras só permite afirmar a sua existência antes da data deduzida dos testemunhos documentais. Muitas vezes ignora-se se têm ou não uma qualquer ligação com o ponto de referência comum. Com o avançar do tempo, as formas de institucionalização das comunidades e das ligações que as unem ir-se-ão definindo e estruturando gradualmente, em virtude, quer da sua própria evolução interna, quer das pressões vindas das autoridades eclesiásticas e dos próprios monarcas, que, com a sua protecção e concessão de privilégios, reforçam os laços entre estes grupos e a sua gradual sujeição à Serra de Ossa.

As fundações ligadas à Serra de Ossa

Vejamos, pois, com mais atenção as numerosas fundações documentadas entre os finais do século XIV e meados da centúria seguinte. Neste conjunto, um grupo significativo denuncia já uma intervenção clara da Serra de Ossa, cujos eremitas promovem a expansão do seu modo de vida por meio da fundação de novos agrupamentos, fruto, necessariamente, do afluxo crescente de candidatos atraídos por esta opção religiosa. Ao mesmo tempo, o incremento de doações permite-lhes instalarem-se em novos lugares. Os efeitos deste movimento são, desde logo, visíveis na própria Serra de Ossa e na região envolvente, quer pela constituição ou emergência de diversas comunidades que, até então, pareciam mais diluídas e indistintas – atente-se às referências anteriores a diversos eremitas como estando simplesmente “na Serra de Ossa”, sem qualquer ligação com uma comunidade concreta –, quer pelo aumento exponencial de novas fundações nos termos dos concelhos mais próximos.

Com efeito, a partir de finais do século XIV e inícios da centúria seguinte, multiplicam-se as referências individualizadas a distintas comunidades instaladas na Serra de Ossa, que se desenvolvem a partir do núcleo eremítico algo indiferenciado atestado pela sentença de 1378, que aludia aos pobres que viviam «quatro quatro pelas

Serras». Estes grupos engrossaram ou multiplicaram-se, sem dúvida, graças ao afluxo de novos candidatos à vida eremítica. Assim, o grupo instalado na Serra de S. Gens, no termo do Canal, em terras dadas aos pobres pela Infanta D. Beatriz cerca de 1374, começa a aparecer sob a designação de **Vale da Infante** (hoje Vale de Infante) a partir de 1397¹¹; **Vale Abraão**, pertencente, tal como a Serra de Ossa, ao termo do Redondo, surge claramente individualizado a partir de 1425, embora associado a dois eremitas – Álvaro Martins (I) e Afonsilho – que documentamos na pobre vida a partir de 1390 e 1397, respectivamente¹². É possível que também tivesse existido, durante algum tempo, um eremitério junto à ermida de **Santa Maria de Monte Virgem**, também situada na Serra de Ossa, a qual sabemos ter sido dada em sesmaria a um Frei Rodrigo Fulcaz, que aí levou pobre vida e que a doou aos eremitas da Serra de Ossa em 1397¹³.

As fundações, contudo, alastram bem para além da Serra de Ossa. Assim, em 1395, sabemos que já existiam pobres instalados junto à ermida de **S. Pedro de Bencatel**, no termo de Vila Viçosa¹⁴. A sua ligação à Serra de Ossa é atestada, desde logo, pelos laços de discipulado que unem os seus primeiros ocupantes – Domingos Peres e João Afonso – a Mateus Jacobo e a João Fernandes, dois dos mais antigos eremitas que se documentam na Serra de Ossa e no Vale da Infante¹⁵. Os mesmos laços mantinham-se ainda em 1441, quando Lourenço Gomes, escudeiro e Maria Vasques,

¹¹ A expressão torna-se recorrente a partir de 1410 (cf. Anexo I, Vale da Infante)

¹² Cf. Anexo I, Vale Abraão.

¹³ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 15 (1397.11.17, Évora). Desconhece-se a data da referida carta de sesmaria, embora saibamos que Frei Rodrigo Fulcaz já levava pobre vida em 1385 (cf. Parte II, B 366). Em 1440, a mesma ermida aparece ligada a Vale da Infante, afirmando-se que junto a ela os pobres haviam feito «p[asci]lgo e hortas E cassas e outras bemffeytorias» e que traziam na ermida «hũu Jrmitam proue de ssua mãam». É possível que este «ermitão» fosse simplesmente alguém da confiança dos pobres encarregue de cuidar do templo, tanto mais que em torno do mesmo havia um culto ainda significativo, com o afluxo de círios vindos de Borba e de outros lugares por alturas da oitava pascal, motivo pelo qual o vigário de Santa Maria do Redondo, de quem esta ermida era sufragânea, reivindica então o direito sobre as esmolas aí recolhidas (BPE, *Mosteiro de S. João da Penitência de Estremoz*, lv. 103, nº 35 – 1440.07.15, Santarém).

¹⁴ Cf. BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 8, fls. 39v-41 (1395.04.16, em traslados de 1409.02.05, Vila Viçosa, e 1542.12.08, Redondo).

¹⁵ Cf. Parte II, B 299 e B 223-226. No documento de 1395, os dois eremitas ligados a Bencatel são ditos «da chamaçam de matheu [sic]» e, no traslado que, do mesmo diploma é solicitado em 1409, João Afonso apresenta-se como «pobre da sera da chamaçam de Yoham ffernandez» (*ibidem*).

sua mulher, moradores em Vila Viçosa, doaram ao eremita Gonçalo e aos pobres da Serra de Ossa um mortório de vinha e um olival para ajuda do «mantijmento e subportamento E gouernança da Ermja de sam Pedro de bemcatell que aos dictos pobres perteence»¹⁶.

Em Setembro de 1405, é também aos pobres da Serra de Ossa que é feita a primeira doação de bens em **Água das Infantes, no termo de Portel**, com a indicação de que possam «hy poher taaes omeens que nom uenha escandalo nem maaio exemplo aos da terra»¹⁷. É claro o intuito de aí levar a efeito uma nova fundação que, em Dezembro do mesmo ano, já se havia concretizado, visto que se conhecem os nomes dos seus primeiros ocupantes: Vasco, Lourenço e João de Torres¹⁸. Destes, pelo menos os dois primeiros deveriam ter vindo da Serra de Ossa, pois constam entre os pobres nomeados como destinatários da primeira doação.

Processo idêntico ocorre para a fundação do eremitério de **Montes Claros, no termo de Borba**, para o qual os pobres da Serra de Ossa recebem as primeiras doações em finais de Outubro de 1407. Com efeito, também então lhes é cedida uma courela de terra para eles e «todollos outros proues deste estado que ao dicto lloguo ujerem pobrar»¹⁹, manifestando, assim, idêntico propósito de aí instalar um novo grupo de eremitas. Os dois primeiros que aparecem associados a esse lugar – Gonçalo Neto e o clérigo Pedro Afonso – já surgem entre os pobres da Serra de Ossa mencionados na referida doação de Outubro de 1407. No mês seguinte, a 9 de Novembro, os mesmos eremitas, com outros pobres da Serra de Ossa, comparecem em Lisboa, no mosteiro de Santo Agostinho, e assinam o consentimento do provincial dessa Ordem para a doação que os Agostinhos de Vila Viçosa lhes pretendiam fazer de certa terra bravia que

¹⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 10 (*Pergaminhos Vários*, 50), nº 49 (1441.07.21, Vila Viçosa).

¹⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 61 (1405.09.01, Vidigueira, em traslado truncado e, por isso, sem data). A doação é feita conjuntamente por cinco casais a «joham fferrnandez da sserra d oossa e a vasco e a lourenço e viçente e a aluaro E a gill martjnz que foy adayom d euora E a todolos proues Jrmjtâaes de uossa v[j]da».

¹⁸ Nesta data, é-lhes feita uma nova doação de certos quinhões de terra no mesmo local [*Ibidem*, lv. 1, nº 53 (1405.12.05, Portel, de difícil leitura) e nº 48 (em traslado de 1460.08.03, Portel)]. O mesmo grupo é referido em doação de 6 de Janeiro de 1406 (*ibidem*, lv. 1, nº 53, doc. B).

¹⁹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 1 [4] (1407.10.31, Borba, em traslados de 1436.10.16 e 1441.02.02, Vila Viçosa).

detinham junto ao lugar que os eremitas pretendiam fundar no termo de Borba. A 15 de Dezembro, quando a decisão favorável do provincial dos Eremitas de Santo Agostinho foi apresentada perante os frades do convento de Vila Viçosa e por eles ratificada, já os referidos eremitas estavam «em o lugar que fizeram onde chamam a dos frades»²⁰.

A par destas fundações, a Serra de Ossa vai também assumir a responsabilidade de reformar diversos outros eremitérios, possivelmente afectados pela instabilidade vivida nas últimas décadas do século XIV, ou em risco de desaparecerem por falta de vocações. Fá-lo-á, em larga medida, através de Mendo Seabra, um eremita oriundo dos meios cortesãos e que havia ingressado na pobre vida em data anterior a 1407, possivelmente após ter servido o monarca nas lutas contra Castela²¹. Começaria precisamente pelo eremitério que os pobres detinham, desde 1369, em **Felgueiras, no termo de Montemor-o-Novo**. Uma doação feita em 1410 por uma viúva de Montemor-o-Novo atesta como Mendo Seabra e os seus companheiros aí levavam vida eremítica de acordo com o «conselho e consentimento dos antygos proues hermytãaes da serra da oosa»²². Provavelmente foi na terra então doada por essa benfeitora, sita na **Ervedeira**, em local próximo daquele em que se encontravam, que o grupo liderado por Mendo Seabra viria a estabelecer-se. Sabe-se que já aí estava instalado em Julho de 1419²³. Voltariam a mudar-se para **Rio Mourinho**, talvez pela maior proximidade com o curso de água aí existente. Foi, decerto, por essa razão que Mendo Seabra se apresentaria, mais tarde, como fundador deste eremitério²⁴. A documentação deixa transparecer o apoio de João Fernandes, regedor da Serra de Ossa, a tal iniciativa. Com efeito, não

²⁰ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, n.º 1 [5] (1407.12.15, Mosteiro de Santo Agostinho de Vila Viçosa).

²¹ Sobre o seu percurso, cf. Parte II, B 301.

²² TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, n.º 47 (1410.05.25, Montemor-o-Novo).

²³ Cf. MPV, vol. III/2, doc. n.º 275, pp. 187-188 (1419.07.31).

²⁴ Cf. TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, n.º 8 e ChDD, vol. I, tomo 2, doc. 1162, pp. 369-370 (1435.12.05, Alcácer do Sal, em carta régia de confirmação de 1436.07.09, Sintra). Rio Mourinho ficava, aliás, próximo da Ervedeira [cf. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 11 (*Vários, 100*), n.º 33, doc. 2 (1452.03.07, Montemor-o-Novo)].

hesitou em aplicar o dinheiro da venda de uma outra propriedade pertencente aos pobres para viabilizar o projecto de Mendo Seabra para Rio Mourinho²⁵.

A acção reformadora de Mendo Seabra, conduzida em concertação com a Serra de Ossa, dirigir-se-ia, entretanto, para o conjunto de eremitérios fundados em torno das vilas de Setúbal, Almada e Palmela. Na verdade, em data próxima de 1420²⁶, procede, no termo da vila sadina, à fundação de um novo ermitério, dito de Mendoliva, não longe de Albarquel²⁷. Conforme afirmaria, mais tarde, no seu testamento, o lugar para esta nova fundação fora-lhe concedido a título de sesmaria. Desconhecemos a data. Mas sabemos que contou, na edificação do ermitério, com o apoio de diversos benfeitores e dos próprios monarcas²⁸. Sabemos também que a sua acção se estendeu ao ermitério de Alferrara, já existente, como vimos, desde 1380, e ao de Barriga, no termo de Almada, documentado a partir de 1414²⁹. Ignoramos as circunstâncias da fundação deste último. Mas um testemunho bastante posterior afirma que «senpre antigamente fora dos pobres Jrmjtaees da dicta uida» da «Regra dos pobres da sserra d oossa»³⁰.

Mendo Seabra parece ter mantido uma forma de governo original sobre o conjunto destes três eremitérios, em estreita articulação com a Serra de Ossa. Manteve-os conjuntamente sob a sua autoridade e colocou em Alferrara e Barriga pobres capazes de assegurar uma eficaz gestão desses lugares e a fidelidade dos respectivos ocupantes ao seu modo de vida. Após a morte de João Fernandes, o regedor da Serra de Ossa,

²⁵ Cf. TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 51 (1437.05.16, Lisboa, em traslado de 1438.04.10, Évora).

²⁶ Data desta altura a estadia de João Vicente, o fundador dos Lóios, junto de Mendo Seabra, conforme o testemunho deixado pelo Padre Paulo de Portalegre (cf. Paulo de Portalegre, *Novo Memorial do Estado Apostólico. Primeira Crónica dos Lóios*, edição crítica, introdução e notas por Cristina Sobral, apresentação de José Mattoso, Lisboa, Roma Editora, 2007, parte I, cap. VII-VIII, pp. 86-89). Sobre este assunto, cf. Maria Isabel Pessoa Castro Pina, *Os Lóios em Portugal...*, pp. 80, 89-96.

²⁷ É com este topónimo que o ermitério surge referido em súplica apresentada pelo infante D. Duarte a Martinho V em 1422 (cf. MPV, vol. III/2, doc. nº 616-618, pp. 439-440 – 1422.01.21, Roma) e na bula correspondente, emitida na mesma data (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 1, nº 65).

²⁸ Cf. TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mc. 3, nº 17 (1442.02.12).

²⁹ Embora date de 1414 o primeiro documento que a ele se refere [cf. TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, maço 2 de pergaminhos, nº 30 (1414.12.10, Almada)], o mesmo atesta uma doação anterior feita aos eremitas e supõe já a sua presença neste lugar.

³⁰ Cf. *ibidem*, maço 2 de pergaminhos, nº 34 (1445.09.29, Setúbal).

ocorrida provavelmente em 1428³¹, Mendo Seabra parece ter assumido um papel mais activo no acompanhamento dos ermitérios ligados a esta casa, obviando então ao despovoamento e degradação que afectavam sobretudo o lugar de Barriga. Procurou recuperar «assy as casas delle come ujnhas e terras que no cerco delle som aproueitadas», concitando para isso o apoio de particulares, dos monarcas e do próprio Infante D. João, administrador da Ordem de Santiago. Ao mesmo tempo, procurou garantir o exemplar governo da comunidade escolhendo como responsável um certo Fernando, pobre da sua confiança³².

As fundações espontâneas e o seu modo de vida

A par deste conjunto de fundações e re-fundações associadas à Serra de Ossa, surgem durante este período outros núcleos eremíticos aparentemente independentes e sem outra relação com ela para além da adopção de um similar modo de vida. Vejamos cronologicamente os casos detectados e o que é possível saber-se sobre eles.

Assim, em 1401, encontramos a primeira doação feita a João, «Ermitão da pobre uida», natural de Lamego, de um quinhão de horta sito na Serra de **Tavira**, em local também conhecido por Vale Formoso, para que aí pudesse «poisar, e morar, e servir a deus»³³. A esta parcela de terra juntar-se-ia uma outra, também por doação, poucos anos volvidos, certamente não muito depois de 1406³⁴. Ambos os doadores são oriundos dos quadros do oficialato régio: o primeiro, Afonso Pais, era então almoxarife em Tavira e o segundo, Álvaro Gonçalves, apresenta-se como escudeiro e chanceler-mor do rei³⁵.

³¹ Cf. Parte II, B 223.

³² Segundo o testemunho do mesmo Fernando, dado em 1445, já após a morte de Mendo Seabra (cf. nota 29).

³³ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Ajuda de Tavira*, maço único, nº 2 (em cópia do século XVII). Sobre a respectiva datação crítica, cf. parte II, B 171, nota 519.

³⁴ *Ibidem*, maço único, nº 5, fls. 1v-2 (em traslados sucessivos de 1508.03.25 e 1570.04.27, copiados em memória de 1741). Sobre a respectiva datação crítica, cf. parte II, B 171, nota 520.

³⁵ Sobre estes doadores, cf. parte II, B 171 e Anexo V.

Contudo, nada mais sabemos do eremita que se instala no termo desta vila algarvia, dado o desaparecimento integral da documentação deste eremitério anterior a finais do século XVI.

De 1406 data a instalação de outros homens da pobre vida junto à ermida de **Santa Margarida do Aivado**, no termo de Évora. Os dois eremitas envolvidos, Gomes e João de Lamego, ditos simplesmente «homeens pobres», apresentam como seu propósito aí fazerem «sua morada e hũu oratorio pera serujrem deus», obtendo, entre Setembro e Outubro desse ano, um conjunto significativo de doações que lhes permitiriam a rápida instalação nesse local. Os benfeitores, todos eles residentes em Évora³⁶, sugerem a possível origem local do eremita Gomes. As suas relações familiares com algumas pessoas de Évora confirmam a mesma hipótese³⁷.

Três anos volvidos, encontramos os primeiros indícios documentais da instalação de outros eremitas no Ameal do Gorjão, no termo de Vila Viçosa, em S. Brissos de Xarrama, junto à Ribeira com o mesmo nome, no termo de Alcáçovas, e no oratório dito do Alentejo, perto da vila estremenha de Óbidos. Do primeiro ermitério é possível, contudo, alguma ligação à Serra de Ossa. Com efeito, o seu primeiro benfeitor, um tal Mestre Joane, morador em Vila Viçosa e casado com Catarina Eanes, que em 1409 concede a dois eremitas o referido lugar de **Ameal do Gorjão** para aí viverem e servirem a Deus³⁸, contempla também os pobres da Serra de Ossa e os eremitas de S. Pedro de Bencatel no testamento que redige quatro anos depois³⁹. Dois outros pobres oriundos da Serra de Ossa, Gonçalo Peres e Gomes, testemunham também o codicilo

³⁶ Entre 9 e 10 de Setembro, doam os seus quinhões da herdade que detinham no Aivado o casal Fernão Lourenço e Inês Eanes, moradores em Évora, bem como a respectiva filha e genro, João Mendes e Mor Lopes (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 100); a 14 de Setembro, outras duas doações de quinhões de uma vinha morta sita no mesmo local, pelos descendentes e testamentário de um Pedro Pombeiro, também originário de Évora (*ibidem*, lv. 2, nº 81 e 82); a 26 de Setembro, duas outras doações, de um pedaço de chão e de umas panasqueiras «que forom vinhas e herdade», também no Aivado, de novo por gente de Évora (Lopo Fernandes e Beatriz Rodrigues, sua mulher; Lourenço Eanes, filho de Catarina Magra, e Clara Peres, sua mulher) (*ibidem*, lv. 2, nº 79 e 80).

³⁷ Cf. Parte II, B 136.

³⁸ Cf. BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. C4 (1409.01.28, Vila Viçosa).

³⁹ Cf. Anexo IV.

que a sua mulher faz ao seu próprio testamento ainda em 1409⁴⁰. Em **S. Brissos de Xarrama** vamos encontrar um certo Gonçalo, que podemos identificar com alguma probabilidade com Gonçalo da Silveira, natural de Évora, primo de Nuno Martins da Silveira, escrivão da puridade do infante D. Duarte⁴¹. No mesmo ano, o mesmo Gonçalo recebe em sesmaria do concelho de Alcáçovas um assentamento junto à Ribeira de Xarrama para aí construir um «moynho pera moer pam»⁴². Há mais algumas informações acerca dele: habitava nas proximidades de uma ermida dedicada ao mártir S. Brissos⁴³ e acabaria, pouco tempo depois, por alienar o moinho que entretanto construía no dito lugar, abandonando mesmo o eremitério alguns anos depois para se instalar no lugar de Zarco, no termo de Viana do Alentejo⁴⁴. Em **Óbidos**, a presença dos eremitas devia ser anterior a esta data. O eremitério, dito do **Alentejo**, fundado por um clérigo, João Eanes do Baleal, recebe nesta data do papa Alexandre V, uma bula de privilégio isentando os seus pobres do pagamento de dízimas sobre os produtos das terras por eles cultivadas⁴⁵.

Em 1410, regista-se a presença de alguns eremitas junto ao mosteiro hospitalário da **Flor da Rosa**. O grupo, constituído por três eremitas, devia ser liderado por um certo Álvaro, e possuía, em conjunto com a comunidade instalada em Vale de Flores, umas casas no interior da vila de Portalegre. A ligação à Ordem do Hospital e aos Pereiras associa as duas comunidades entre si. Recorde-se que Vale de Flores nasce da doação feita aos pobres por Iria Gonçalves do Carvalhal, mãe do Condestável Nuno Álvares Pereira, e que o mosteiro da Flor da Rosa, no Crato, se convertera em sede da Ordem do

⁴⁰ Cf. BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 16 (1409.01.31, Vila Viçosa).

⁴¹ Cf. parte II, B 151.

⁴² TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 40 (1409.05.27, Ribeira de Xarrama).

⁴³ *Ibidem*, lv. 2, nº 39 (1412.10.18, Ribeira de Xarrama).

⁴⁴ Cf. parte II, B 151.

⁴⁵ Sobre este eremitério, cf. João Luís Inglês Fontes, «Percursos de um antigo eremitério medieval: o oratório do Alentejo, no termo de Óbidos», *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, dir. Maria do Rosário Themudo Barata e Luís Krus, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, pp. 233-251.

Hospital em 1356, precisamente durante o priorado de Álvaro Gonçalves Pereira, pai do mesmo Condestável⁴⁶. O documento que atesta a presença dos pobres junto ao referido mosteiro indicia também a existência de laços desta comunidade com a Serra de Ossa, dado que as casas de Portalegre que os dois eremitérios partilhavam eram também do logramento dos pobres da Serra de Ossa, como aí explicitamente se afirma⁴⁷.

No termo de Évora, desta feita junto à mata de **Montemuro**, funda-se um novo eremitério em 1415. Sito numa reserva florestal pertencente ao concelho eborense e por ele ciosamente vigiada⁴⁸, o estabelecimento dos pobres exigiu, por isso, a concordância expressa da edilidade para a sua fundação. Para tal, obteria a intervenção favorável do infante D. Duarte que, a 11 de Fevereiro desse ano, escreve às autoridades eborenses instando-as a acolherem favoravelmente o propósito dos pobres que, nesse lugar, pretendiam «fazer <hũu> oratoryo em que serujsem a deus»⁴⁹. A carta seria lida em reunião da vereação do concelho que, após enviar dois oficiais para verificarem o lugar escolhido pelos pobres, aceitou a presença dos pobres em Montemuro e lhes doou a terra, no lugar dito do Pacheco, onde se haviam instalado, «com seu pardeiro e fonte E valle»⁵⁰. Este acto seguia-se já a doações anteriores ao pequeno grupo aí instalado – não mais do que três pobres -, dado que já a 25 de Fevereiro do mesmo ano um Rui Peres, escudeiro, e Maria Gonçalves, sua mulher, ambos moradores em Évora, cediam aos eremitas um pardieiro, vale e fonte que tinham na dita herdade «que foy do pacheco»⁵¹.

Em 1416, o concelho de Vila Viçosa viabiliza uma nova fundação de eremitas no seu termo, ao conceder em sesmaria a Pedro Afonso e a seus companheiros, que já levavam pobre vida (não refere onde) uma «montanha de grandes esstevãees [sic] e

⁴⁶ Cf. Luís Filipe Oliveira, «Convento da Flor da Rosa (Crato)», in *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 471.

⁴⁷ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 16 (*Pergaminhos Avulsos*, 98), nº 103 (1410.12.13, Portalegre).

⁴⁸ Cf. Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – JNICT, 1995, pp. 389-390.

⁴⁹ Carta inserta no documento citado na nota seguinte.

⁵⁰ BN, *Colecção de Pergaminhos, Série Roxa*, PGS 3R (1415.04.06, Évora); ADE, *Arquivo Municipal de Évora*, lv. 67, fls. 69-69v (em traslado de 1421.07.30, Évora).

⁵¹ BN, *Colecção de Pergaminhos, Série Vermelha*, PGS 37V (1415.02.25, Évora).

souerãees [sic] que essta herma», dita de Vasco Eanes, com uns pardieiros e um curral que se encontravam em ruínas. O lugar, que estaria na origem do eremitério de **Valbom**, era-lhes doado para que eles e os que depois deles viessem aí viverem «sserujndo e louuando a deus», com o compromisso de, no prazo de três anos, aproveitarem o dito lugar e arrancarem todo o mato que denunciava o seu anterior abandono⁵². E assim fariam, pois três anos volvidos, o eremitério de Valbom integrava, juntamente com a Ervedeira e o Aivado, o conjunto de lugares da pobre vida para os quais o infante D. Duarte obteve de Martinho V um importante conjunto de graças e privilégios⁵³.

As duas fundações seguintes reportam-se ambas ao termo de Estremoz, muito próximas, por isso, da Serra de Ossa. A primeira liga-se a um tal Fernando Esteves que, já na pobre vida, solicita do concelho, em 1428, uma terra no termo da vila, no lugar de **Amieira**, que «avja grandes tempos que nom fora aproueytada»⁵⁴. A carta de sesmaria que então obtém informa que a referida propriedade confrontava com outras terras do dito eremita, e sabemos, por outras fontes, que este era filho de um Estêvão Vicente, outrora almoxarife na vila⁵⁵. É provável que tenha iniciado o seu percurso eremítico, possivelmente sozinho, nas referidas terras, dado que só lhe documentamos um outro companheiro em 1431. Não encontramos, nesta fase, qualquer indício de ligação à Serra de Ossa, para onde só transitaria mais tarde, e à qual, no final da vida, faria então doação do seu eremitério⁵⁶. A fundação do eremitério da **Espadaneira** seguiu o mesmo processo. Em 1433, dois pobres, Pedro de Avis e Pedro de Borba, instalaram-se no lugar, após obterem do concelho de Estremoz carta de sesmaria que lhes permitia aí fazerem sua morada e levarem «sua prove vida», com o compromisso de desbravarem e

⁵² TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 103 (1416.10.20, Vila Viçosa).

⁵³ MPV, vol. III/2, doc. nº 275, pp. 187-188 (1419.07.31, Florença).

⁵⁴ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, mç. 1, nº 5 (1428.09.20, Estremoz).

⁵⁵ Cf. Parte II, B 113.

⁵⁶ Cf. *ibidem*.

meterem a proveito as ditas terras. O local beneficiava de bons recursos aquíferos, pois era também designado por Fonte da Espadaneira⁵⁷.

Já no final da década de 1440, há a registar duas outras fundações, uma junto a Sines e outra, ultrapassado o Tejo, no termo de Figueiró dos Vinhos. A primeira segue um percurso similar às anteriores, pois o eremitério é fundado, em 1447, em terras que o concelho cede em sesmaria a um João Gonçalves, clérigo morador na vila, para aí poder, com outros pobres, servir a Deus. As terras em causa, outrora vinhas e searas, sitas na **Junqueira, termo de Sines**, não eram aproveitadas há mais de dez anos, encontrando-se então «perdidas E em matos». A cedência exigia o compromisso de as porem a cultivo no prazo de dois anos⁵⁸. No caso da fundação do eremitério da **Amieira, no termo de Figueiró dos Vinhos**, os dados são mais escassos, dado que apenas podemos constatar a existência deste eremitério em 1448. Fora talvez fundado com o apoio de João Rodrigues de Vasconcelos e Ribeiro, senhor de Figueiró, Pedróvão e Nóbrega, que nessa data pediu ao monarca a extensão a esta «prouença de proues» dos privilégios usufruídos pelos pobres da Serra de Ossa⁵⁹. Conhecemos o nome de um dos seus eremitas, Fernão Vasques, que em 1449 é referido em nova carta régia que colocava o eremitério sob a sua protecção⁶⁰. Esta carta, porém, marca o último traço documental deste grupo, que deve ter desaparecido pouco tempo depois.

A par destas fundações, encontramos ainda referências dispersas a alguns eremitães acerca dos quais pouco sabemos dada a escassez das informações disponíveis. Assim acontece com um Gonçalo Fernandes, documentado em 1416 como «hermjtam morador em Sancta Maria da Azambugia», que nessa data empraza uma casa em Santarém⁶¹. O mesmo se diga de um Geraldo «pobre» que, em 1446, aparece como

⁵⁷ ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas, Colecção de Pergaminhos*, nº 5 [C5 ELV 05, nº 16] (1433.05.20, Estremoz, em traslado de 1480.10.15, Veiros).

⁵⁸ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 21 (1447.06.20, Sines).

⁵⁹ TT, *Leitura Nova, Estremadura*, lv. 5, fls. 174v-175 (1448.11.11, Lisboa). Sobre este fidalgo, vejam-se os dados compilados no Anexo I, Amieira (termo de Figueiró).

⁶⁰ TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 3, fls. 231v-232 (1449.10.02, Almeirim). Sobre Fernão Vasques, cf. Parte II, B 123.

⁶¹ TT, *Convento de S. Domingos de Santarém, 2ª incorporação*, mç. 10, nº 6 (1416.06.22, Santarém).

«ermitão» de Santa Maria do Espinheiro, no termo de Évora, poucos anos antes da fundação, no local, do homónimo mosteiro de Jerónimos⁶². Em ambos os casos, não é impossível que o termo «ermitão» corresponda apenas a alguém associado ao cuidado de determinada ermida, e não a alguém pessoalmente comprometido com a vida religiosa na solidão. O mesmo deve acontecer com o ermitão associado à capela de S. Gregório, no termo de Óbidos, que em 1387 é autorizado pelos clérigos de S. Pedro, de cuja matriz essa ermida era sufragânea, a recolher as esmolas que os fiéis dessem para a reparação do templo e a assegurar o bom curso das obras⁶³.

Mais enigmática é a referência a uma «casa da prouença» sedeadada na povoação de Olho Marinho, também no termo de Óbidos, em 1416⁶⁴. Com efeito, o termo «provença», como veremos, aparece recorrentemente para designar os lugares destes homens da pobre vida. Citada como proprietária de certo quinhão de um moinho sito na Amoreira, não encontrámos, contudo, quaisquer outras informações sobre esta «provença» ou outros indícios que permitam considerá-la como implantação eremítica. Tratar-se-ia, talvez, de alguma instituição de cariz assistencial ou mesmo da própria ermida da localidade⁶⁵.

De distinta natureza são as referências a outros dois ermitérios, ambos posteriormente associados à órbita mendicante. Referimo-nos a **Santa Catarina de Vale de Mourol**, no termo de Santarém, e ao eremitério da **Franqueira**, no termo de Barcelos. Do primeiro, a referência documental mais antiga remonta a 1433, quando Afonso Domingues, «proue que mora em Sancta catarynha d almourom», arrenda ao

⁶² ADE, *Santa Casa da Misericórdia de Évora*, cód. 62, fls. 93v-94 (1446.10.03). Agradecemos ao Dr. Joaquim Serra a informação relativa a este documento.

⁶³ Cf. TT, *Colegiada de S. Pedro e Santiago de Óbidos*, mç. 1, nº 12 (1387.10.20, Óbidos). Distinta opinião é expressa por Manuela Santos Silva, *Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média*, vol. I, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História apresentada à FLUL, policop., 1996, p. 260.

⁶⁴ TT, *Convento da Santíssima Trindade de Santarém, 1ª incorporação (Antiga Colecção Especial)*, mç. 7, nº 11 (1416.12.08, Óbidos).

⁶⁵ Veja-se, sobre este lugar, as informações facultadas por Manuela Santos Silva, *Óbidos e a sua região...*, vol. I, p. 237. Viterbo atesta o uso, no século XV, dos termos «provença» ou «província» também para designar uma ermida (cf. Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, ed. crítica por Mário Fiúza, vol. II, Porto, Livraria Civilização, 1966, pp. 499-500, s.v. «Provencia», «Província»).

mosteiro da Santíssima Trindade de Santarém, por nove anos, a metade de dois moinhos⁶⁶. Era casado com Catarina Vasques, que, após a sua morte, em Julho de 1434, recebe em herança o circuito da mesma ermida⁶⁷. Tratar-se-ia de uma experiência eremítica individual, aceite por ambas as partes do casal? O certo é que Catarina Vasques parece reservar para si o usufruto das terras que envolviam a mesma ermida, e promete, após a sua morte, deixar o mesmo assentamento «aos pobres Jrmjtãaes» que aí estivessem e quisessem estar «pera em elle serujrem a deus»⁶⁸. Três anos depois, em 1437, já encontramos referências à presença de «bigujnos» nesse mesmo lugar⁶⁹ e, em 1446, são os próprios «pobres de santa Caterina de vall de mourom» que solicitam confirmação da carta régia outorgada a Catarina Vasques em 1434, por morte da qual adquiriam a posse plena do lugar⁷⁰. Os dados disponíveis mostram a continuidade da ocupação do lugar por «pobres» até pelo menos 1451⁷¹, talvez já na órbita dos terceiros mendicantes, aos quais, aliás, segundo Frei Manuel da Esperança, o rei Afonso V entregaria definitivamente o lugar em 1470⁷².

Quanto ao lugar da Franqueira, onde existia uma ermida dedicada a Nossa Senhora, documentada desde 1429, e um hospital anexo desde 1436, sabemos-lo também habitado por «quondam pauperum heremitarum» cerca de 1439⁷³. As informações são

⁶⁶ TT, *Convento da Santíssima Trindade de Santarém, 1ª incorporação (Antiga Colecção Especial)*, mç. 8, nº 21 (1433.01.07, Santarém).

⁶⁷ Cf. Parte II, B 19.

⁶⁸ Cf. TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 5, fl. 26 (1434.07.29, Santarém, em confirmação de 1446.04.07, Santarém). Publ. in *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, coord. José Pedro Paiva, vol. II – *Antes da Fundação das Misericórdias*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas – CEHR da UCP, 2003, doc. 111, pp. 224-225.

⁶⁹ Cf. *ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 785, pp. 64-65 (1437.01.10, Santarém).

⁷⁰ Cf. nota 68.

⁷¹ Nessa data, um «gill proue» solicita permissão ao monarca para viver junto do mesmo «horatorio» com «outros algũs probres de semelhante vida que em elle siruam a deus assy em suas vidas como daqui em diamte pera sempre», dado o recente falecimento do seu anterior ocupante, um certo «frey Fernando» (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 11, fl. 127v – 1451.09.01, Lisboa).

⁷² Cf. Anexo I, Santa Catarina de Vale de Mourol.

⁷³ Cf. António Domingues de Sousa Costa, «Hospitais e albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XV», *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1^{as} Jornadas Luso-espanholas de História Medieval* (Lisboa, 25-30 de Setembro 84

mais dispersas após esta data. Em 1476, um certo «viçente pobre» que então morava junto da mesma ermida, possivelmente dedicado ao acolhimento dos pobres e doentes, procura atrair mais homens para o serviço desse lugar. Para isso pedia ao rei autorização para poder recolher esmolas para esta ermida no arcebispado de Braga, no bispado do Porto e na administração de Tui⁷⁴. É possível que também neste caso se tratasse de grupos e indivíduos associados à órbita franciscana, tanto mais que, após o fracasso da tentativa régia para revitalizar o lugar, este seria, pouco depois, efectivamente confiado à Ordem dos Frades Menores⁷⁵.

O apoio dos concelhos e dos seus habitantes

A diversidade de fundações que acabamos de verificar torna, pois, evidentes o dinamismo alcançado pelo fenómeno eremítico ao longo da primeira metade do século XV, a capacidade de atracção da sua proposta religiosa centrada na pobreza e na vida solitária e, simultaneamente, a simpatia e apoio que colhe entre os concelhos do sul, onde continua a centrar-se a maioria das novas fundações. A diversidade de situações acima apontadas revela também uma coexistência complexa, mas aceite, entre iniciativas espontâneas e formas mais articuladas de expansão. O apoio dos concelhos emerge como um elemento fundamental para o sucesso das novas fundações e para a subsistência dos grupos eremíticos que se instalam nos seus termos.

Sinal inequívoco deste facto é, antes de mais, a multiplicação de cartas de sesmaria dadas pelos concelhos aos eremitas, permitindo-lhes a instalação nos seus termos, ou o reforço das terras postas à sua disposição. Os concelhos garantiam-lhes, assim, as condições essenciais para a sua subsistência, pois viviam do seu próprio

de 1972), tomo I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Históricos anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1973, p. 271.

⁷⁴ Cf. TT, *Leitura Nova, Além-Douro*, lv. 3, fl. 247v (1476.07.01, Porto).

⁷⁵ Cf. Anexo I, Franqueira, e bibliografia aí citada.

trabalho. As comunidades eremíticas também traziam vantagens para os próprios concelhos, pois asseguravam a exploração e o cultivo de terras que, em muitos casos, haviam sido abandonadas há décadas, e garantiam o povoamento dos seus termos, assim como a recuperação de não poucas estruturas habitacionais ou de transformação.

Recordando os dados apresentados no parágrafo anterior, verificamos que, durante a primeira metade do século XV, algumas fundações eremíticas beneficiaram de significativas concessões concelhias: S. Brissos de Xarrama, no termo de Alcáçovas (1409); Valbom, em Vila Viçosa (1416); Mendoliva, junto a Setúbal (a. 1420); Amieira e Espadaneira, no termo de Estremoz (1428 e 1433); Junqueira, no termo de Sines (1447). Muitas outras viriam ainda a beneficiar outras comunidades já existentes, em particular as da Serra de Ossa.

Com efeito, durante o governo de João Fernandes na Serra de Ossa (c. 1368-c. 1428), os seus pobres obtêm do concelho do Redondo cinco cartas de sesmaria, acumulando assim numerosas parcelas de terra do termo concelhio. Algumas delas viriam mais tarde a converter-se em herdades⁷⁶. Os pobres de Vale Abraão alcançam do mesmo concelho, em 1425, a concessão em sesmaria de uma «terra brauya toda em mato» para «meterem pam E a laurarem»⁷⁷. Em 1437, o Vale da Infante recebe do concelho de Evoramonte um assentamento de terras para colocarem silhas de colmeias, junto ao Ribeiro de Pero Crespo⁷⁸. A respectiva carta de sesmaria, secundada por uma carta de encoutos, vedava a estranhos a actividade venatória, assim como a recolha de madeira, de lenha ou de pedra⁷⁹. Enfim, o concelho de Borba concede em sesmaria aos

⁷⁶ 1379.05.01, Redondo: um chão que jaz em mato, na Serra de S. Gens (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 6); 1385.12.03, Redondo: pequeno chão na Serra, acima do lugar que foi de Pedro Quinteiro (*ibidem*, lv. 36, nº 115); 1390.05.22, Redondo: Vale do Sobreiro, na Serra de Ossa (*ibidem*, lv. 35, nº 10); 1390.11.13, Redondo: terra «metida em mato e em sserra branca» junto ao ermitério e ao caminho de Estremoz (*ibidem*, lv. 35, nº 27); 1393.05.18, Redondo: pequeno chão na Serra de Ossa, onde chamam Colmeal de Palhais [*ibidem*, lv. 40, macete 1 (Pergaminhos), nº 31 – em traslado de 1518.04.28, Vila Viçosa];

⁷⁷ *Ibidem*, lv. 44, nº 10 (1425.09.10, «em o lugar d afonsilho prouue termo do Redondo»).

⁷⁸ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale da Infante*, maço 1, nº 9 (1) (1437.03.17, Evoramonte).

⁷⁹ *Ibidem*, maço 1, nº 9 (2) (na mesma data).

pobres de Montes Claros, em 1421, um «chãao e mato» abandonado «ha çinquoeenta anos e majs», o qual confrontava com o respectivo ermitério⁸⁰.

Recorde-se ainda que o concelho de Évora, embora por iniciativa do infante D. Duarte, não deixou de apoiar a fundação de Montemuro, cedendo-lhes as terras onde estes se haviam instalado em 1415⁸¹. Em 1421, também a requerimento do mesmo infante e dos pobres de Montemuro, a edilidade eborense acrescenta à doação anterior uma significativa área, que cuidadosamente demarca, «em que podesem Auer Eruas e pasturas pera suas bestas E pera as casas que lhe compriem» e onde houvessem de «guardar dos gaados E Eguas», sem serem importunados pelos oficiais encarregados de velar pela mesma mata concelhia⁸². Contudo, o documento salvaguarda a possibilidade de usufruto do mesmo espaço pelos moradores da cidade, que aí poderiam continuar a colher «lenha E paaos e Recanchooees, E o all que mester ouuerem segundo senpre foy de costume», trazendo, se necessário, as bestas necessárias para o respectivo carroto. O concelho continuava a vigiar essa mata através dos seus rendeiros, confiando-lhes a faculdade de acoimar quem infringisse as normas fixadas quanto ao que era lícito aí colher⁸³.

Além da concessão de terras, os concelhos praticam também outras formas de protecção aos homens da pobre vida. Assim, os eremitas, instalados no termo de Avis desde 1423, recorrem, logo no ano seguinte, às autoridades municipais para assegurarem a sua liberdade de usufruto dos recursos da área envolvente e para

⁸⁰ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 1 [4] (1421.05.23, Borba, em traslados de 1436.10.16 e 1441.02.02, Vila Viçosa).

⁸¹ BN, *Colecção de Pergaminhos, Série Roxa*, PGS 3R (1415.04.06, Évora); ADE, *Arquivo Municipal de Évora*, cód. 67, fls. 69-69v (em traslado de 1421.07.30, Évora).

⁸² ADE, *Arquivo Municipal de Évora*, cód. 67, fls. 67v-68v (1421.06.30, Montemuro). Publ. in *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, ed. Gabriel Pereira, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998 [fac-símile da ed. de Évora, Typographia da Casa Pia – Typographia Economica de José d'Oliveira, 1885-1891], parte II, doc. XIV, pp. 35-36 [247-248].

⁸³ Com efeito, as posturas da cidade proibiam que aí se colhesse árvore ou arbusto, à excepção da esteva para os fornos, estabelecendo coimas para cada pé de freixo, amieiro ou sobreiro indevidamente cortado e limites para a chamiça aí colhida pelos chamiceiros. Do mesmo modo, estava vedada a recolha de diversa madeira ou a produção de carvão, excepto em tempo de guerra (cf. Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora na Idade Média*, p. 390).

protegerem o isolamento do próprio lugar. A edilidade concede-lhes então carta de coutada, fixa os limites da área por ela abrangida e impede quaisquer estranhos de a invadir, fosse para cortar lenha ou mato, para caçar ou simplesmente para a atravessar por ocasião de qualquer deslocação⁸⁴. No ano seguinte, o concelho de Borba, a pedido dos pobres instalados em Montes Claros, compromete-se não só a respeitar o lugar por eles ocupado e ampliado por diversas doações, mas também a demarcar o perímetro das terras a eles reservadas. Além disso, proíbe a doação a outros proprietários de toda e qualquer parcela de terra em sesmaria dentro da área então marcada, garantindo assim a estabilidade e a sustentabilidade do eremitério⁸⁵. Em 1445, o concelho de Portel emite alvará favorável ao pedido apresentado pelos eremitas de Água das Infantes, dando-lhes licença para manterem as suas colmeias, apesar de estarem em terras defesas para tal⁸⁶. Esta decisão obtém o aval do Conde de Arraiolos, senhor da mesma vila, o qual fixa em duzentas o número de colmeias que aí podiam manter⁸⁷. Três anos volvidos, os mesmos eremitas pedem que lhes coutem as suas terras, por as verem frequentemente invadidas por caçadores da vila que, com seus cães, lhes devassavam a vinha e o pomar, bem como os redeiros com que eles próprios obtinham alguma caça para comer. Apesar do parecer favorável da maioria dos vereadores, não se conseguiu chegar a um consenso. Por isso, os eremitas recorreram ao rei, que, por sentença, lhes confirmou os seus intentos⁸⁸. A edilidade ver-se-ia obrigada, ainda no mesmo mês, a ratificar a decisão régia por se manterem as queixas dos eremitas acerca do mesmo problema⁸⁹.

Estes actos revelam, pois, o acolhimento favorável que os concelhos do sul dão aos eremitas. Os seus responsáveis defendiam os seus próprios interesses, pois, desse

⁸⁴ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 31, fl. 135 (1424.07.12, Avis, em carta régia de confirmação de 1469.01.28, Avis).

⁸⁵ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 3 [9] (1425.12.09, Borba).

⁸⁶ TT, *Colecção Especial*, cx. 72, mç. 14, doc. único (1445.06.16, Portel, inserta em alvará de confirmação dado por D. Fernando, Duque de Bragança – 1480.12.26, Portel).

⁸⁷ *Ibidem* (1445.09.10, Água das Infantes, inserto na mesma carta de confirmação).

⁸⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Portel*, nº 17 (1448.02.06, Évora).

⁸⁹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 5 (acta de vereação de 25.02.1448, em traslado de 1448.05.05, Portel).

modo, incentivavam o cultivo e o povoamento das terras situadas nos seus vastos termos, normalmente pouco povoados. Mas as vantagens económicas e sociais não excluía o respeito pelo testemunho religioso dos homens da pobre vida. É o que se depreende, por vezes, quando a rigidez dos formulários jurídicos se rompe, e deixa transparecer os sentimentos dos outorgantes. Sintomática é, por exemplo, a carta de sesmaria dada em 1390 pelo concelho do Redondo a João Fernandes, na qual se reconhecem «as mujtas boas obras que o dicto Conçelho rreçbeo do dicto Joham ffernandez e de sseus hirmanos E entendem reeçber ao deante», razão pela qual a dádiva se classifica como «obra de piadade e seruiço de deus»⁹⁰. Em 1416, o concelho de Vila Viçosa, em diploma da mesma natureza, declara como «Pedro affonssso pobre E outros sseus parçeiros uyuem no ermo sserujndo e louuando a deus», e acrescenta que o seu bom exemplo de vida era notório para todos, pois eles «uyuem bem ssegundo vyssta e entendimento dos homeeens [*sic*]»⁹¹.

Esta afirmação permite-nos, aliás, compreender o impacto que o eremitismo teve sobre os núcleos urbanos mais próximos, concitando rapidamente a generosidade crescente dos seus habitantes. Com efeito, os homens da pobre vida encontram a maioria dos seus benfeitores entre as populações das vilas e cidades do sul. Dos dados facultados pela documentação, sistematizados no Anexo IV, percebemos claramente o alcance regional desta influência. O bom entendimento entre as gentes dos concelhos e os eremitas explica-se, decerto, não só em virtude da concordância dos interesses do povoamento e da sensibilidade aos testemunhos de pobreza e humildade, já referidos, mas também pela ausência de qualquer actividade pastoral por parte dos eremitas. Com efeito, não se conhece qualquer envolvimento seu em actividades de pregação e são raras as referências à prática da mendicância; é evidente o seu empenho em assegurar o seu próprio sustento por meio do trabalho manual e pelo cultivo das terras que, graças à generosidade dos seus benfeitores ou à sua própria gestão, conseguiam reunir em torno dos eremitérios. A posse e o trabalho da terra eram, aliás, as melhores garantias de estabilidade e de permanência no ermo. O isolamento só se rompia quando era

⁹⁰ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 27 (1390.11.13, Redondo).

⁹¹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 103 (1416.10.20, Vila Viçosa).

necessário ir à vila mais próxima tratar algum assunto do interesse da comunidade ou para entregar, para venda a miúdo, os produtos do seu trabalho.

Entre a visibilidade da sua presença ocasional nos centros urbanos mais próximos e o testemunho da sua vida pobre, conduzida no retiro do ermo, passava a percepção de uma opção religiosa exemplar, votada à oração, à penitência e ao trabalho. As populações dos concelhos mais próximos conheciam-na da forma mais clara e imediata.

Com efeito, os benfeitores documentados para este período constituem um grupo de extracção maioritariamente urbana e local. Os seus locais de residência e as suas ligações familiares reportam-se aos núcleos urbanos mais próximos dos eremitérios contemplados pelas suas doações⁹². Muitos deles são indivíduos com um nível de fortuna modesto, sem outros qualificativos ou funções que indiciem uma posição social mais relevante. De vez em quando, aparecem alguns escudeiros, aparentemente membros de uma pequena ou média nobreza de implantação local, como Diogo Álvares da Silveira, morador no Redondo e benfeitor, em 1404, da Serra de Ossa; como Álvaro Machado, morador em Vila Viçosa, que em 1425 doa uma herdade aos pobres de Montes Claros; como Lourenço Gomes, escudeiro da mesma vila, autor de uma doação feita em 1441 aos pobres da Serra de Ossa e de S. Pedro de Bencatel; como Rui Peres, morador em Évora, que em 1415 faz uma doação a Montemuro; como Diogo Valente, morador em Juromenha, que em 1439 deixa aos eremitas de Valbom diversas terras no termo dessa vila; ou ainda como Diogo Lopes Brandão, escudeiro e criado do Infante D. João e morador em Évora, este último certamente pessoa de maior fortuna e com ligações familiares à Ordem de Santiago. Com efeito, Diogo Brandão favoreceu os dois eremitérios sítos no termo de Évora, quer pela doação que em 1442 fez aos pobres de Santa Margarida do Aivado, quer pelo papel que certamente assumiu na resolução de uma contenda que em 1450 opunha os eremitas de Montemuro a Gonçalo Boto, mercador de Lisboa.

Outro grupo de benfeitores liga-se ao oficialato concelhio ou régio e ao corpo de servidores das Ordens militares que tutelam muitas das vilas a sul do Tejo. Assim

⁹² Tal transparece claramente do Anexo IV/2, onde agrupámos os benfeitores por ermitério. Para os dados documentais e outras informações sobre os benfeitores aqui tratados, cf. Anexo IV/1.

acontece com o já citado Afonso Pais, almoxarife em Tavira, que cede ao eremita João um quinhão de horta no termo dessa vila em 1401; com Afonso Eanes, tabelião em Setúbal, que faz doação de um olival com seu chão aos pobres de Alferrara em 1426; com Martim Eanes, que fora almoxarife do Mestre de Santiago em Setúbal, documentado como benfeitor de Alferrara em 1448.

A natureza maioritariamente laical destes benfeitores contrapõe-se à escassez do número de clérigos. O seu grupo resume-se a dois indivíduos: Rui Gonçalves, «o Velho», clérigo de missa e morador em Estremoz, que em 1401 doa à Serra de Ossa e Vale da Infante umas casas na vila; e Rui Lopes, morador em S. Vicente da Beira, que em 1433 cede todos os seus bens ao eremitério de Mendoliva.

Alguns benfeitores destacam-se pela excepcional protecção dispensada a certos eremitérios. Tal é o caso de Fernando Afonso Cicioso, ligado de forma particular aos pobres de Montemuro, em favor dos quais efectua sucessivas doações entre 1432 e 1434, aplicando inclusive para o efeito parte do pecúlio deixado por Pedro Eanes de Génova, criado do bispo D. Diogo Álvares de Brito⁹³, de quem fora constituído testamenteiro⁹⁴. Escudeiro⁹⁵ e depois cavaleiro⁹⁶, residente em Évora, pertenceu à casa do Infante D. Henrique⁹⁷ e tinha importantes ligações à edilidade eborense⁹⁸. Da sua importância social falam o significativo conjunto de criados que se lhe documentam⁹⁹ e

⁹³ Bispo de Évora entre 1406 e 1415 (cf. Hermínia Vasconcelos Vilar, *As Dimensões de um Poder...*, pp. 99-100).

⁹⁴ Cf. Anexo IV/1.

⁹⁵ Cf. BN, *Colecção de Pergaminhos, Série Azul*, sem nº (1429.02.28, Évora). Usaria ainda dos mesmos bens mais tarde, para fazer nova doação, desta feita à Serra de Ossa (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 4 – 1452.02.25, Évora).

⁹⁶ Já aparece como tal em 1438 (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 51).

⁹⁷ Cf. MH, vol. VII, doc. nº 189, pp. 275-276. Veja-se ainda João Silva de Sousa, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, p. 413, embora este autor confunda, para alguns documentos, este cavaleiro com o seu filho homónimo, que foi cónego da Sé de Évora.

⁹⁸ Exerceu funções como regedor da cidade em 1427 e como vereador em 1434 (cf. Maria Ângela da Rocha Beirante, *Évora na Idade Média*, pp. 623, 625).

⁹⁹ Fernando Airas, escudeiro e criado; Vasco Martins, amo; João Vasques, amo; Vasco Martins, mordomo e amo (cf. Anexo IV/1).

o facto de dispor ainda de um avultado cabedal¹⁰⁰, engrossado com a concessão de duas abundantes tenças outorgadas pela Coroa¹⁰¹. Casado com Inês Mendes de Oliveira, já falecida em 1452¹⁰², teve pelo menos quatro filhos: Fernando Afonso, que viria a integrar o cabido eborense; João Fernandes, que ingressaria na Ordem de Cristo, aparecendo já em 1452 como comendador das Olalhas; Nuno Fernandes e ainda uma filha, cujo nome se desconhece¹⁰³. A sua proximidade com os homens da pobre vida levá-lo-iam, como veremos, a assumir um importante protagonismo ao serviço da Serra de Ossa, a partir de 1437, e a integrar, em 1452, o triunvirato de regedores nomeados pelo monarca para a resolução dos assuntos relativos aos pobres.

Associada a Mendoliva sobressai outra importante benfeitora, Catarina Afonso Guilhelma. Referida em 1458 como «ujuua honrrada», estava ligada a uma família com importantes recursos fundiários na região de Coina e Azeitão. Devia ter também alguns rendimentos de carácter mercantil. A sua relação com Mendoliva documenta-se num

¹⁰⁰ Só assim se compreende que pudesse assegurar ao Infante D. Henrique um empréstimo no valor de 500 moios de trigo, que seria saldado em 1439 (cf. *MH*, vol. VI, doc. n.º 101, pp. 286-287). Fernando Afonso procedeu ainda a importantes investimentos a favor de diversas instituições religiosas. Assim, em 1424, doa 30 marcos de prata ao cabido de Évora para a celebração de aniversários por alma dos bispos D. João e D. Diogo, este último seu tio (cf. Maria Ângela da Rocha Beirante, *ob. cit.*, p. 546) e, em 1445, o monarca dá-lhe licença para doar à sé de Évora bens de raiz no valor de 200 escudos ouro para capela instituída por alma dos mesmos prelados (cf. *MH*, vol. VII, doc. n.º 158, pp. 248-249). Por documento de 19 de Maio de 1453, também sabemos que o mesmo doara anteriormente uma herdade da Represa ao mosteiro de Santa Clara de Beja (cf. *MH*, vol. XI, doc. n.º 194, pp. 267-268).

¹⁰¹ Em 1441, o rei Afonso V concede-lhe uma tença anual de 50.000 libras, a acrescentar às 300.000 que já auferia desde os tempos de D. Duarte (cf. *ibidem*, vol. VII, doc. n.º 182, pp. 266-267; Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, p. 546).

¹⁰² Cf. BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, n.º 4 – 1452.02.25, Évora.

¹⁰³ Embora desconheçamos a identidade desta filha, sabemos-la criada pela mulher de um Vasco Martins, moradores em Évora (*ChDD*, vol. III, doc. 564, p. 405 – 1435.04.23, Évora). De Fernando Afonso, cónego da sé de Évora, conhece-se carta posterior de legitimação para seis filhos que teve de Isabel Fernandes, mulher solteira (cf. *MH*, vol. XII, doc. n.º 3, p. 6 – 1454.06.07, Lisboa), documentando-se ainda a sua presença no cabido eborense entre 1446 e 1479 (cf. Joaquim Bastos Serra, «Entre a promoção do *bem comum* e a defesa dos interesses próprios. A oligarquia concelhia de Évora no século XV», *Media Aetas – Cadernos de Estudos Medievais*, 2ª série, vol. 3, 2008-2009, p. 92, nota 64). Este aparece, juntamente com o pai e o irmão João Fernandes, então já comendador das Olalhas, a fazer uma doação aos eremitas da Serra de Ossa em 1452 (cf. nota anterior). João Fernandes (de Oliveira) encontra-se documentado como comendador das Olalhas pelo menos até 1486 e assumiu por diversas vezes o cargo de claveiro da Ordem, conhecendo-se ainda a sua pertença ao conselho régio pelo menos desde 1460 [cf. Isabel L. Morgado de Sousa e Silva, «A Ordem de Cristo (1417-1521)», in *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 6, 2002, pp. 401-402, 461-462, 480]. Nuno Fernandes aparece entre as testemunhas de uma doação feita por Fernando Afonso aos pobres de Montemuro em 1434 (cf. *ChDD*, vol. I, tomo 1, doc. n.º 632, pp. 380-384 – 1434.08.30, Évora, em carta régia de confirmação de 1434.12.24, Évora).

período posterior à morte de Mendo Seabra (1442), quando doa a este eremitério diversas casas em Coina e um importante conjunto de terras junto à Fonte do Sol, no termo de Palmela¹⁰⁴. Esta benfeitora cultivou também estreitas relações com a Observância franciscana, razão pela qual, no seu testamento, redigido em 1474, viria a beneficiar os seus frades. Não admira, por isso, que declarasse o seu desejo de morrer e ser sepultada com o hábito de S. Francisco. Aliás, o próprio Fr. João da Póvoa, então vigário provincial da Observância, surge presente ao acto, assumindo pessoalmente a redacção do testamento então celebrado¹⁰⁵.

Vejamos, por fim, as escassas referências a benfeitores da alta nobreza. Entre o fim do século XIV e as primeiras décadas da centúria seguinte, certos membros da família dos Pereiras intervêm a favor dos eremitas. Recordemos a já referida doação de Iria Gonçalves do lugar de Vale de Flores aos eremitas Gonçalo da Beira e João Espartim, em 1385, a qual, segundo documento publicado por António Caetano de Sousa, seria em 1401 renovada em favor de Gonçalo da Beira, possivelmente devido à morte do seu anterior companheiro¹⁰⁶. O autor da *Crónica do Condestável* afirma que Nuno Álvares Pereira chegou a recorrer aos préstimos de «dous pobres da serra» para poder auxiliar devidamente os muitos castelhanos que, em determinado período de carestia, haviam atravessado a fronteira em busca de alimentos¹⁰⁷. Deve decorrer

¹⁰⁴ Vejam-se os dados compilados no Anexo IV/1.

¹⁰⁵ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 27 (em traslados de 1475.03.07, Coina e 1479.02.20, Coina). Sobre Fr. João da Póvoa, cf. José Adriano Freitas de Carvalho, “*Nobres Leteras... Fermosos Volumes*”. *Inventário de Bibliotecas dos Franciscanos Observantes em Portugal no século XV. Os traços de união das reformas peninsulares*, Porto, Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade – Instituto de Cultura Portuguesa – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995; idem, «Benfeitores dos franciscanos portugueses em tempos de Fr. João da Póvoa», *Via Spiritus*, nº 6, 1999, pp. 227-231; Vítor Gomes Teixeira, «Frei João da Póvoa e o movimento da Observância Franciscana Portuguesa entre 1447 e 1517», *Lusitania Sacra*, tomo XVII, 2005, pp. 227-254; idem, *O movimento da Observância Franciscana em Portugal (1392-1517). História, Património e Cultura de uma Experiência de Reforma Religiosa*, Porto, Centro de Estudos Franciscanos – Editorial Franciscana, 2010, pp. 421-440.

¹⁰⁶ Cf. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, tomo III, parte II, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, Lda., 1949, nº 33, pp. 89-91 (1401.03.26, Lisboa, em traslado de 1528.JULHO.17, Vila Viçosa).

¹⁰⁷ *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, edição crítica da «Coronica do Condestabre» com introdução, notas e glossário de Adelino de Almeida Calado, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1991, cap. LXXX, pp. 200-201. O episódio também é relatado por Fernão Lopes (*Cronica del Rei Dom Joham I de boa*

também desta proximidade com os Pereiras e com a Ordem do Hospital a instalação, junto ao mosteiro de Flor da Rosa, no Crato, de um grupo de eremitas, documentada, como vimos, em 1410. Uma década depois, Álvaro Pereira, freire da mesma Ordem e comendador da Santa Vera Cruz e de S. Brás de Lisboa, doava aos pobres de Água das Infantes uma cova na igreja de Santa Maria de Portel para aí se poderem sepultar, fazendo memória das «boas obras que a ordem e eu recebemos delles»¹⁰⁸.

Estes indícios revelam a protecção dos Pereiras às comunidades eremíticas. Os seus pobres puderam, decerto, contar com a benevolência do Condestável ao instalarem-se no termo de alguns dos concelhos cujo senhorio lhe pertencia por doação régia¹⁰⁹. O seu exemplo foi continuado pelo Conde de Arraiolos. Contudo, não encontramos apoios similares por parte de outras famílias nobres, se exceptuarmos casos pontuais, como o de Beatriz de Melo, viúva de Álvaro da Cunha, que em 1421 doa aos pobres de Vale da Infante um quintal em Estremoz, em cumprimento de promessa que o marido lhes fizera em vida, ou do almirante Carlos Pessanha, que em 1425 doa aos pobres da Serra de Ossa umas casas em Lisboa, junto ao mosteiro da Santíssima Trindade¹¹⁰. A presença ao acto de Mendo Seabra parece, aliás, indicar a possibilidade de a anterior relação deste com a Corte e a proximidade que mantinha com o monarca e com os seus filhos poder ter pesado na decisão do almirante em escolher os eremitas como destinatários de tal doação.

O escasso apoio da nobreza a estas comunidades eremíticas contrasta com o conhecido investimento que muitos dos seus membros fazem em casas ligadas a outros movimentos reformistas (Jerónimos, Lóios, Franciscanos e Dominicanos da

memória e dos Reis de Portugal o decimo, parte II, ed. William J. Entwistle, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977, cap. CC, p. 451), que acrescenta que estes castelhanos afluíram à zona de Estremoz, em tempos da trégua, embora seja omissa quanto à ajuda prestada pelos pobres da Serra de Ossa.

¹⁰⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Portel*, nº 2 (1420.03.30, Água das Infantes).

¹⁰⁹ Vejam-se os dados que sobre o assunto foram reunidos para cada eremitério no Anexo I.

¹¹⁰ Sobre estes benfeitores, cf. Anexo IV/1.

Observância)¹¹¹. Contudo, estes encerravam diversas possibilidades que não encontramos entre os eremitas e que respondiam mais eficazmente às procuras religiosas de uma nobreza que aliava cada vez mais o apreço pela exemplaridade de vida dos clérigos e religiosos com a possibilidade de garantir, não só uma assistência religiosa mais qualificada, próxima e continuada, mas também uma participação espiritual na capacidade intercessora destas comunidades, passível de se estender, de forma estruturada e visível, para além dos limites da sua vida terrena.

Maria de Lurdes Rosa demonstrou, com efeito, a complexidade e diversidade de relações que muitos destes grupos sociais mais abastados mantinham com os círculos reformistas, quer recrutando entre eles os confessores e capelães capazes de assegurar um qualificado acompanhamento espiritual e a celebração exemplar dos sacramentos, quer desenvolvendo com as suas comunidades, já em vida, laços de filiação espiritual que levavam à constituição de verdadeiras “irmandades” com as ordens, quer fundando capelas fúnebres que lhes garantiam a perpetuação desta participação na vida e nos benefícios espirituais das suas comunidades¹¹². Os eremitas, pelo contrário, durante todo o período aqui estudado, rejeitavam a fundação de capelas fúnebres ou de outras formas mais ou menos estruturadas de intercessão pelos defuntos, restringindo-se o seu “acompanhamento espiritual”, como veremos mais tarde, ao acolhimento pontual nos eremitérios de pessoas que procuravam os seus conselhos ou à eventual supervisão de algumas comunidades femininas, adeptas da pobre vida, que surgiram em alguns núcleos urbanos do sul¹¹³. Os benfeitores que se recomendam à sua oração fazem-no, em geral, de forma muito genérica, confiando na eficácia da sua intercessão e embora

¹¹¹ Cf. Maria de Lurdes Rosa, «A religião no século: vivências e devoções dos leigos», *História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. I, Rio de Mouro, Círculo de Leitores – Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, pp. 494-505; Cândido dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal. Das origens aos fins do século XVII*, Porto, INIC – Centro de História da Universidade do Porto, 1980, pp. 17-24; Maria Isabel Pessoa Castro Pina, *Os Lóios em Portugal...*, pp. 129-140, 161-168, 175-181; Vítor Gomes Teixeira, *O movimento da Observância Franciscana em Portugal...*, pp. 139-340.

¹¹² Cf. Maria de Lurdes Pereira Rosa, «*As Almas Herdeiras*». *Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*, Lisboa, Tese de Doutoramento em História Medieval apresentada à École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, e à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policop., 2005, pp. 302-311.

¹¹³ Sobre estes assuntos, ver o que dizemos infra, no cap. III.

não deixassem de nomear os defuntos em sufrágio dos quais faziam as suas doações ou a cujas almas associavam os benefícios espirituais daí decorrentes.

Os eremitas e a família de Avis: entre a protecção e a vigilância

É conhecido também o apoio dado pela dinastia de Avis aos movimentos reformistas nascidos nos finais do século XIV e primeiras décadas da centúria seguinte, consciente, como estava, da sua importância na renovação da vida religiosa. Esta atitude estender-se-ia também aos grupos de eremitas nascidos na e a partir da Serra de Ossa, bem como de outros que, mais autonomamente, procuravam seguir idêntico modo de vida. Se o apoio aos eremitas já não era novo (como vimos, o rei Fernando colocara João Fernandes e os seus companheiros sob a sua protecção; Gregório XI também a concedeu), ele ganhava agora, com o advento da nova dinastia, outra amplitude e outro significado.

Com efeito, a literatura sobre a Corte de Avis¹¹⁴, o ambiente culto e devoto nela cultivado¹¹⁵, as suas ligações aos movimentos reformistas, as relações entre a Coroa e a Igreja ao longo do século XV¹¹⁶, tem acentuado o papel que a nova dinastia assume na renovação e ordenamento da vida religiosa. Os reis da dinastia de Avis encontram nos movimentos reformistas e no apoio que lhes dispensam um argumento legitimador da

¹¹⁴ Rita Costa Gomes, *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Carnaxide, Difel, 1995.

¹¹⁵ João Gouveia Monteiro, «Orientações da cultura da Corte na 1ª metade do séc. XV (a literatura dos Príncipes de Avis)», *Vértice*, 2ª série, nº 5, Ag. 1988, pp. 89-103; Sebastião Tavares de Pinho, «O Infante D. Pedro e a “escola” de tradutores da Corte de Avis», *Biblos*, vol. LXIX, 1993, pp. 129-153; José Adriano Freitas de Carvalho, «Príncipes, armas e letras», *Nos Confins da Idade Média*, Porto, Instituto Português de Museus, 1992, pp. 69-73; Aires A. Nascimento, «As livrarias dos príncipes de Avis», *Biblos*, vol. LXIX, 1993, pp. 265-287; Maria de Lurdes Rosa, «As Almas Herdeiras», pp. 113-114.

¹¹⁶ Margarida Garcês Ventura, *Igreja e Poder no Séc. XV. Dinastia de Avis e Liberdades Eclesiásticas (1383-1450)*; Lisboa, Ed. Colibri, 1997; José Marques, *O Poder Real e a Igreja em Portugal na Baixa Idade Média*, sep. de *Bracara Augusta*, vol. XLIV, Braga, Câmara Municipal de Braga, 1995; idem, «Igreja e Poder Régio», *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-medieval. Ciclo de Conferências*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 1999, pp. 217-256; Maria de Lurdes Rosa, «As Almas Herdeiras», pp. 109-201.

sua política, sobretudo quando se confrontam com vincadas resistências do clero tradicional, cioso das suas liberdades e privilégios. Estes movimentos vão, aliás, de encontro à reflexão ética, moral e religiosa que marca também a sua visão paternalista e caritativa do relacionamento do poder régio com o corpo social, assim como a vivência pessoal dos próprios monarcas e da sua *entourage*, num ambiente onde se cruzam cultura e devoção, humanismo e austeridade¹¹⁷. No seu empenho pela renovação religiosa, o monarca será amplamente acompanhado e secundado pelos filhos e pela mulher, que de uma forma ou de outra se ligam aos emergentes movimentos reformistas¹¹⁸. Fazem-no de formas diversas: ora apoiando novas fundações, ora incentivando a adopção das renovadas observâncias em conventos ou mosteiros já existentes, ora dispensando privilégios ou distribuindo doações, ora acompanhando e incentivando a acção daqueles que, oriundos dos círculos da sua Corte, acabam por abandonar para ingressar nas fileiras destes novos movimentos, ora chamando de novo ao seu serviço alguns dos homens formados em ambientes exemplares e austeros¹¹⁹.

Compreende-se, neste quadro, o apoio dispensado também aos eremitas por parte da nova dinastia e que, para eles, se revelaria essencial, quer pela protecção régia, com o implícito reconhecimento da sua opção religiosa, quer pelo avolumar de privilégios que foram consolidando e enquadrando legalmente a autonomia das suas comunidades. A emissão de cartas e alvarás régios dirigidos aos pobres acompanhou a

¹¹⁷ Cf. Maria de Lurdes Pereira Rosa, «*As Almas Herdeiras*», pp. 110-114.

¹¹⁸ Para além da bibliografia citada nas notas anteriores e na nota 111, vejam-se ainda as biografias dos monarcas (Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I, o que re-colheu “Boa Memória”*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005; Luís Miguel Duarte, *D. Duarte: requiem por um rei triste*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005) e das respectivas rainhas (Manuela Santos Silva, *A rainha inglesa de Portugal: Filipa de Lencastre*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2012; Maria Helena da Cruz Coelho, *D. Filipa de Lencastre: a inglesa rainha (1360-1415)*, Vila do Conde, QuidNovi – Academia Portuguesa da História, 2011; idem, *D. Leonor de Portugal: a imperatriz (1434-1467)*, Vila do Conde, QuidNovi – Academia Portuguesa da História, 2011), bem como alguns estudos de síntese sobre alguns dos Infantes (João Luís Inglês Fontes, *Percursos e Memória: do Infante D. Fernando ao Infante Santo*, Cascais, Patrimonia, 2000; Monique Sommé, *Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne: une femme au pouvoir au XV^e siècle*, Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, 1998).

¹¹⁹ Cf. Maria de Lurdes Pereira Rosa, «*As Almas Herdeiras*», pp. 113-114; Rita Costa Gomes, *A Corte...*, pp. 120-129; João Francisco Marques, «Franciscanos e Dominicanos confessores dos reis portugueses das duas primeiras dinastias», *Espiritualidade e Corte em Portugal (Séculos XVI a XVII)*. Porto, 28 a 30 de Maio de 1992, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa – Faculdade de Letras do Porto, «Anexo V da Revista da Faculdade de Letras, Série Línguas e Literaturas», 1993, pp. 53-60.

expansão dos seus eremitérios, contemplando, desde logo, as comunidades mais antigas, a começar pela Serra de Ossa que, ainda antes de 1390, recebe do rei João I carta de protecção e as suas primeiras isenções de pagamento de peitas, fintas, talhas, pedidos, empréstimos, sisas, portagens e quaisquer outros direitos ou tributos de origem régia ou concelhia¹²⁰.

O monarca concede novas isenções logo em 1406, por meio de duas importantes cartas, dadas em Santarém a 11 e 21 de Maio, nas quais, além de voltar a colocar os eremitas e os seus bens sob a sua guarda e protecção, e de proibir que lhes fizessem qualquer mal ou dano, renovava as referidas isenções, inclusive sobre sisas e portagens. Estendia estes privilégios aos que vivessem noutros lugares «sob o dicto modo» e especificava que as referidas isenções se deveriam aplicar aos concelhos onde morassem «e per onde quer que elles per nossos Reynos andarem»¹²¹. Por diploma de 14 de Janeiro de 1410, sabemos que estas isenções se aplicavam aos produtos do seu trabalho que, sempre que possível, procuravam vender nas vilas mais próximas ou na cidade de Évora, incluindo «fruitas» e «colheres» (de madeira), privilégio que o monarca estendia então aos produtos que vendessem nos próprios eremitérios, dado que muitas pessoas aí os procuravam com esse fim¹²². Dois anos volvidos, tal isenção era de novo alargada, de modo a poder ser usufruída mesmo que os referidos produtos fossem vendidos a miúdo por interposta pessoa, o que acontecia pelo menos em Évora, onde os pobres se viam por vezes obrigados a recorrer a uma mulher, certamente uma vendedeira, para esse efeito¹²³.

¹²⁰ TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 2, fls. 189v-190. A carta não está datada, sendo certamente anterior a 18.05.1390, data em que um outro diploma joanino a refere, reiterando a isenção do pagamento de sisa nela referida, contra as objecções do concelho de Évora (TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale da Infante*, mç. 1, nº 1 – em instrumento de publicação de 1390.06.06, Évora).

¹²¹ São inúmeros os testemunhos destes diplomas, insertos em recorrentes traslados e confirmações. Do primeiro, conserva-se um original em ADBEJA, *Convento de S. Paulo de Serpa*, lv. 1, nº 54 e, do segundo a versão mais antiga reporta-se a traslado de 1406.08.06, solicitado em Estremoz pelo eremita Gonçalo Peres [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 49].

¹²² TT, *Colecção Especial*, cx. 32, nº 39.

¹²³ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 27 (1412.08.13, Sintra, em confirmação régia de 1434.02.25, Santarém).

Tais concessões eram muito importantes para a sustentabilidade económica das pequenas comunidades eremíticas, razão pela qual viriam a ser inúmeras vezes trasladadas e apresentadas para confirmação aos monarcas seguintes. Do mesmo modo, os eremitas pediram também a confirmação régia de diversas doações anteriores, para ratificar direitos sobre as terras nelas consignadas¹²⁴.

Além disso, o monarca beneficiou alguns eremitérios libertando terras e bens, obtidos por doação ou compra, de encargos fiscais¹²⁵. Aos pobres de Montemuro, a quem o concelho de Évora fizera nova doação em 1421, em larga medida por influência do infante D. Duarte, o rei dispensa as limitações impostas no documento pela edilidade, pois couta aos eremitas a terra então demarcada, apesar do concelho ter mantido expressamente a possibilidade de usufruto do mato aí existente por parte dos moradores da cidade¹²⁶. A João Fernandes, o regedor da Serra de Ossa, concede também que, apesar das limitações impostas pelo direito, possa livremente solicitar, em Évora, traslados de certas bulas que lhe eram necessárias para comprovar certos privilégios entretanto outorgados aos pobres pelo Papado¹²⁷.

¹²⁴ Encontramos referência a uma carta dada aos pobres de Vale da Infante quando o monarca era ainda «meestre e Regedor e defensor destes Regnos», confirmando-lhes a doação feita pela Infanta D. Beatriz, a qual voltaria a ratificar em 1392 (TT, *Colecção Especial*, cx. 36, nº 5 – 1392.11.26, Lisboa, em confirmações régias de 1467.07.31, Estremoz e 1482.05.29, Évora) e em 1405 (TT, *Colecção Especial*, cx. 32, nº 40 e *ChDJI*, vol. III, tomo 1, doc. 278, pp. 177-178 – 1405.11.26, Lisboa). Procede do mesmo modo para com os eremitas de Vale de Flores, confirmando-lhes a doação feita por Iria Gonçalves em 1385 e ordenando que o lugar fosse retirado das propriedades registadas no «liuro do tombo nos nossos contos de lixboa» e do livro do almoxarifado de Portalegre, ficando assim definitivamente em posse dos pobres (*ChDJI*, vol. II, tomo 3, doc. nº 1084, pp. 22-23 – 1397.01.31, Évora).

¹²⁵ Assim faz em 1388, dispensando os pobres da Serra de Ossa do pagamento da jugada devida pela herdade das Cortes, sita no termo de Evoramonte (*ChDJI*, vol. II, tomo 1, doc. nº 182, p. 116 – 1388.08.03, Évora) e, de igual modo, em 1400, sobre os direitos que lhe fossem devidos sobre certa azenha junto à Ribeira de Monte Virgem (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 3 – 1400.04.25, Avis).

¹²⁶ *ChDJI*, lv. 4, fls. 16v-17 (1421.07.15, Évora). A doação feita pelo concelho datava de 30 de Junho do mesmo ano: ADE, *Arquivo Municipal de Évora*, cód. 67, fls. 67v-68v; publ. in *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, ed. Gabriel Pereira, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998 [fac-símile da ed. de Évora, Typographia da Casa Pia – Typographia Economica de José d'Oliveira, 1885-1891], parte II, doc. XIV, pp. 35-36 [247-248].

¹²⁷ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 12 (1408.04.24, Évora, em traslado da mesma data).

O monarca tornar-se-ia gradualmente uma instância normal de recurso dos eremitas para a solução dos mais diversos problemas relativos à vida dos seus eremitérios. Interessava-se pela protecção das terras que cultivavam (em 1406, o monarca escreveu às autoridades concelhias do Redondo para respeitarem, por altura das vindimas, o afastamento das colmeias das proximidades das vinhas que os pobres haviam plantado junto às suas *provenças*, para defender as uvas maduras do ataque das abelhas)¹²⁸; vigiava a transmissão do governo dos eremitérios a novos regedores, como aconteceu em 1427, quando ratificou a decisão do eremita Gonçalo Neto, que doou o lugar onde levava pobre vida, em Montes Claros, no termo de Borba, a Martim Barbosa e a Martim Escrivão, seus companheiros, partilhando com eles o governo e confiando-lhes tal função após a sua morte¹²⁹.

D. Duarte, associado à actividade governativa desde 1412 ou talvez já em 1411¹³⁰, assumiria desde cedo um particular cuidado para com os eremitas. Vimos já que, em 1415 e em 1421, escreve ao concelho de Évora instando-o a favorecer com terras da sua mata de Montemuro os eremitas que aí levavam pobre vida. Os argumentos que para tal invoca, em 1415, revelam o seu perfil e a simpatia que já então lhes votava, pois apresenta a sua profissão como «obra myritorya E de que se sege seruiço a deus»¹³¹. Ainda no mesmo ano, concedia isenção de aposentadoria às casas que os pobres da Serra de Ossa traziam na cidade de Évora¹³² e, em 1423, temos notícia de haver emitido um alvará privilegiando um lavrador que trabalhasse nas terras trazidas pelos pobres do oratório do Alentejo, no termo de Óbidos¹³³. Já perto do final do

¹²⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 18 (1406.04.24, Santarém, em traslado de 1425.09.10, Redondo).

¹²⁹ *ChDJI*, vol. IV, tomo 2, doc. 670, pp. 157-159 (1427.01.22, Lisboa).

¹³⁰ Cf. Luís Miguel Duarte, *D. Duarte. Requiem por um rei triste*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, pp. 61-62.

¹³¹ BN, *Colecção de Pergaminhos, Série Roxa*, PGS 3R (1415.02.11, Camarate, inserta na carta de doação feita pelo concelho a 06.04.1415).

¹³² TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale da Infante*, mç. 1, nº 7 (1415.10.25, Évora, em traslado de 1433.06.13, Évora).

¹³³ TT, *Convento de S. Bento de Xabregas*, mç. 18, nº 21 (1423.06.22, referido em carta régia de 1434.08.15; em traslados de 1555.07.20 e 1599.09.14).

reinado de D. João I, é o Infante que, em 1432, confirma a carta de coutada dada aos eremitas da Azambujeira, no termo de Avis¹³⁴.

Ao longo do seu reinado, D. Duarte manteria a sua política de protecção aos grupos eremíticos que, entretanto, haviam alcançado uma impressionante expansão. Se a sua acção para com eles revela uma grande continuidade com a política já encetada pelo pai, o facto é que o mostra também, como acentuou Maria de Lurdes Rosa, um profundo empenho na reforma da vida religiosa, consciente da responsabilidade que, como rei, devia ter neste domínio¹³⁵. Esta convicção reflectiu-se claramente no modo como agiu para com as comunidades da pobre vida.

Com efeito, é impressionante o número de diplomas que emitiu durante o seu reinado relativos a estes pobres: contra as 16 cartas joaninas que chegaram até nós, datadas entre 1383 e 1433 (com o seu pico na primeira década do século XV, a que pertencem 6 dos referidos diplomas), D. Duarte contabiliza, em apenas cinco anos (incompletos) de governo (Agosto de 1433 – Julho de 1438), pelo menos 44 actos relativos aos eremitas, a juntar aos outros 4 conhecidos para o período anterior. Estes, aliás, concentram-se nos três primeiros anos do seu reinado (24 em 1434, 7 em 1435 e 10 em 1436, contra apenas 2 em 1437 e nenhum em 1438, com um diploma sem data). O número de comunidades eremíticas tinha-se multiplicado; mas com a mudança de reinado deu-se também um salto qualitativo e quantitativo na concessão de documentos régios.

Com efeito, o monarca continua a dispensar cartas de protecção aos eremitas¹³⁶, a confirmar-lhes anteriores privilégios outorgados durante o reinado de seu pai¹³⁷, a

¹³⁴ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 31, fl. 135 (1432.11.19, Sardoal, em confirmação de 1469.01.28, Avis).

¹³⁵ Cf. Maria de Lurdes Pereira Rosa, «*As Almas Herdeiras*», pp. 111-114.

¹³⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), n.º 34 (1434.02.20, Santarém).

¹³⁷ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 9, fl. 2 (1434.05.21, Santarém, em confirmação de 1463.01.24, Estremoz).

ratificar-lhes as doações de que haviam sido beneficiários¹³⁸ e a dar a sua licença para eventuais alienações de propriedades, sempre que justificadas¹³⁹. Do mesmo modo, renova várias isenções de aposentadoria para casas detidas pelos pobres em diversos núcleos urbanos¹⁴⁰ e clarifica a anterior concessão de isenção de sisa sobre os produtos colocados para revenda pelos pobres, estendendo a sua aplicação para além da cidade de Évora¹⁴¹.

O aumento do número de terras, fruto de doações e, por vezes, a sua dispersão geográfica, levam os pobres a recorrer a lavradores para a sua exploração e para o arrendamento de estruturas de produção, como azenhas e moinhos. O monarca favorece a fixação de gente nestas terras, concedendo-lhes numerosas cartas de privilégio¹⁴². Acompanha igualmente as preocupações dos pobres quanto à integridade dos seus bens,

¹³⁸ Assim as três cartas passadas aos pobres de Montemuro a 24 de Dezembro de 1434, confirmando-lhes todas as doações até então obtidas (*ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 969-970, pp. 221-226, e vol. I, tomo 1, doc. 632, pp. 380-384, esta última também no vol. III, doc. 60, pp. 49-53).

¹³⁹ Assim procede para com a comunidade de Rio Mourinho que, em 1436, lhe solicita a possibilidade de ficar com determinados bens deixados em testamento por um dos seus eremitas e de vender os restantes (*ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 1175, pp. 377-378 – 1436.01.30, Estremoz). No mesmo ano, voltariam a recorrer ao monarca para poderem vender uma destas herdades, sita no termo de Olivença, por outra «comarcante ao lugar onde elles estom» (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 19, fl. 64 – 1436.03.26, Montemor-o-Novo, em confirmação de 1439.06.23, Lisboa).

¹⁴⁰ Casas em Montemor-o-Novo, pertencentes aos pobres de Rio Mourinho (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 19, fl. 38v – 1434.02.20, Santarém, em confirmação de 1439.06.23, Lisboa); em Évora, dos pobres da Serra de Ossa (BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 8, fl. 45 – 1434.12.06, Évora, em traslado de 1542.12.08, Redondo).

¹⁴¹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 35 e 36 (1436.02.26, Estremoz, em traslado de 1436.03.11, Estremoz); TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 19, fls. 27v.82 (em confirmação de 1439.08.07, Lisboa).

¹⁴² Assim faz para os lavradores das herdades das Cortes e do Campo da Palheta, pertencentes à Serra de Ossa, e a um seu azenheiro (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 19, fl. 77a – 1434.02.20, Santarém, em confirmação de 1439.08.07, Lisboa; *ibidem*, lv. 19, fl. 84 – 1435.02.23, Évora, em confirmação de 1439.08.07, Lisboa; BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 12 – 1436.02.26, Estremoz); a um moleiro que os pobres de Rio Mourinho tinham no seu moinho e pisão junto à Ribeira de Xarrama, no termo de Alcáçovas (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 19, fl. 38v – 1434.02.20, Santarém, em confirmação de 1439.06.22, Lisboa) e a um lavrador de uma sua herdade no termo do mesmo concelho (*ibidem*, lv. 19, fl. 38v, em confirmação de 1439.06.23, Lisboa) e outro que laborava em terras que tinham no termo de Olivença (*ibidem*, lv. 19, fl. 64 – 1436.01.30, Estremoz, em confirmação de 1439.06.23, Lisboa); a um lavrador dos eremitas instalados no termo de Óbidos (TT, *Convento de S. Bento de Xabregas*, mc. 18, nº 21 – 1434.08.05, Óbidos, em traslados de 1555.07.20 e 1599.09.14); a um lavrador e um moleiro dos eremitas de Montemuro (*ChDD*, vol. I, tomo 1, doc. 631, pp. 379-380 e vol. III, doc. 59, pp. 47-48 – 1435.12.24, Évora).

concedendo cartas específicas de protecção a algumas herdades¹⁴³, proibindo a abertura indevida de canadas por parte das autoridades concelhias¹⁴⁴, confirmando cartas de coutada¹⁴⁵ ou dando licença para a colocação de colmeias em locais anteriormente vedados por legislação concelhia¹⁴⁶.

Encontramos também as primeiras referências a outros servidores ligados a estas comunidades, como um alfaiate, documentado em 1434 como estando ao serviço dos pobres da Serra de Ossa¹⁴⁷, e um outro homem que, pela mesma altura, servia os pobres de Rio Mourinho¹⁴⁸. Ambos usufruíram da mercê régia. O mesmo aconteceu aos mesteiros e serviçais que, em 1434, trabalhavam em certas obras que decorriam na Serra de Ossa; alguns eram pagos pelos eremitas, enquanto outros ofereciam o seu trabalho aos pobres «pello amor de deus». O monarca proibiu que fossem incomodados por qualquer razão enquanto estivessem ocupados em tais tarefas¹⁴⁹.

Esta multiplicidade de diplomas e situações revela o papel cada vez mais importante assumido pelo monarca na protecção destas comunidades. O reconhecimento da sua autoridade por parte dos eremitas transparece, por exemplo, da iniciativa tomada

¹⁴³ Assim faz em 1434 em relação à herdade das Cortes, «asy como sta çarrado pera os Jrmytãees» - BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 32 (1434.02.20, Santarém).

¹⁴⁴ Em carta dirigida ao concelho de Evoramonte, sobre a herdade do Campo da Palheta, pertencente aos pobres da Serra de Ossa [BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 23 – 1435.03.01, Vale de Palma (?)].

¹⁴⁵ Confirmação da carta de coutada concedida aos pobres da Azambujeira, no termo de Avis (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 31, fl. 135 – 1435.04.25, Évora, em confirmação de 1469.01.28, Avis).

¹⁴⁶ Assim procede para com os pobres de Santa Margarida do Aivado, que traziam as suas colmeias para o mato de Montemuro (*Ibidem*, lv. 23, fl. 14 – 1436.05.26, Montemor-o-Novo, em confirmação de 1442.01.26, Évora). Pelo mesmo diploma, o monarca autorizava-os ainda a tirar do dito mato «qualquer cousa que lhes conprir e fezer mester».

¹⁴⁷ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 33 (1434.05.01, Vimieiro).

¹⁴⁸ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 19, fl. 38 (1434.03.01, Santarém, em confirmação de 1439.06.22, Lisboa).

¹⁴⁹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Vila Viçosa*, nº 2 (1434.02.20, Santarém, em traslado de 1434.04.11, Estremoz).

em 1436 pelos pobres que viviam em Zarco, no termo de Viana do Alentejo, os quais lhe pediram para validar o seu propósito de venderem esse lugar e de transitarem para outro, não muito distante. Apesar de o haverem recebido em doação com a condição de ser sempre habitado por «homens de pobre uida» e não poderem, por isso, aliená-lo, os pobres pretendiam instalar-se noutro lugar melhor provido de água, evitando assim «o grande escandallo que se lhes seguia em hirem onde a dicta agoa estaua por a conuersaçom das gentes». Na resposta que o monarca lhes dá, não deixa de referir que só deu a sua autorização após consultar «mujtos pobres da dicta uida da dicta comarca», os quais consideraram a mudança «seer Justa por tirar escandallo e eujtar pecado»¹⁵⁰.

Esta afirmação de D. Duarte revela outro propósito da sua acção: fortalecer gradualmente os laços dos eremitérios com a Serra de Ossa e sancionar o seu papel na vigilância e controle sobre os restantes grupos adeptos do mesmo modo de vida. cremos ser também este o significado das diversas cartas pelas quais o monarca estendeu a outros eremitérios a possibilidade de usufruírem dos privilégios outorgados à Serra de Ossa. Com efeito, em diploma com o traslado de tais privilégios, emitido em 1434 a pedido dos pobres de Rio Mourinho, D. Duarte afirmava taxativamente que «os lugares que am de goujir desstes prjujllegios que lhe assy outorgamos sseJam os que [...] nos mosstrarem nossos aluaras assynados per nos per que lhos outorgamos que nos pllaz auerem esstes prjujllegios E nom outros nenhũs»¹⁵¹. Apesar das prováveis perdas documentais, pelo menos seis eremitérios solicitaram ao monarca diplomas semelhantes: Montes Claros, no termo de Borba¹⁵², Água das Infantes, em Portel¹⁵³, Mendoliva¹⁵⁴, os dois eremitérios do termo de Évora – Montemuro¹⁵⁵ e Santa Margarida

¹⁵⁰ ChDD, vol. I, tomo 2, doc. 1037, pp. 307-308 (1436.08.29, Torres Vedras).

¹⁵¹ TT, *Colecção Especial*, cx. 33, nº 29 (1434.02.25, Santarém, em traslado de 1434.04.11, Estremoz).

¹⁵² TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 20, fl. 137 (1434.02.26, Santarém, em confirmação de 1440.07.26, Santarém).

¹⁵³ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Portel*, nº 8 (1434.02.26, Santarém).

¹⁵⁴ TT, *Colecção Especial*, cx. 33, nº 25 (1434.02.26, Santarém).

¹⁵⁵ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 19, fl. 101 (1434.02.26, Santarém, em confirmação de 1439.08.28, Lisboa).

do Aivado¹⁵⁶ –, Rio Mourinho¹⁵⁷ e Vale da Infante¹⁵⁸. Fiel ao seu propósito, D. Duarte teve o cuidado de, em tais cartas, acrescentar que o «orreginal destes priujlegios ste sempre no lugar da serra d ossa pera se per el tirar algũa duuida se sobre isto acontecer»¹⁵⁹, promovendo, assim, a constituição de um arquivo centralizado onde se conservava uma memória documental comum, pela guarda dos diplomas que consagravam um conjunto de privilégios partilhado por cada vez mais comunidades.

O Eloquentes desenvolveu esta política apoiando-se em algumas figuras oriundas do meio cortesão que o haviam abandonado para ingressar na pobre vida. Entre eles, contavam-se os eremitas Mendo Seabra e Gonçalo Vasques. Do primeiro¹⁶⁰, vimos já que, tendo ingressado na pobre vida antes de 1407, iniciara o seu percurso “refundando” o antigo eremitério de Felgueiras, no termo de Montemor-o-Novo. Com a ajuda de João Fernandes, regedor da Serra de Ossa, acabaria por se fixar definitivamente em Rio Mourinho. Do mesmo modo, levava a cabo, ainda antes de 1420, uma nova fundação em Mendoliva, junto a Setúbal, desenvolvendo, a partir daí, uma cuidada supervisão sobre os eremitérios de Alferrara e Barriga, que lhe ficavam próximos. Através do seu testamento, redigido em 1442, sabemos que manteve uma «boa amistança» com o «boom Rey dom Joham», com D. Duarte e com os seus irmãos, cuja ajuda na edificação de Mendoliva também aí evoca¹⁶¹. Como vimos, Mendo Seabra assumiria um papel importante na relação da Serra de Ossa com os restantes eremitérios após a morte de

¹⁵⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 28 (1434.02.25, Santarém, em traslado de 1434.03.18, Évora).

¹⁵⁷ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 31 (1434.02.26, Santarém).

¹⁵⁸ Sumariado, sem referência à respectiva data, em TT, *Colecção Especial*, cx. 33, nº 32 (1434.04.11, Estremoz).

¹⁵⁹ Cf. nota 154.

¹⁶⁰ A sua biografia encontra-se mais desenvolvida na Parte II, B 301.

¹⁶¹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 17 (1442.02.12). A proximidade de Mendo Seabra com D. Duarte justificará o pedido, que lhe é feito, segundo Rui de Pina, pelo Infante D. Pedro, para se deslocar a Santarém, em Outubro de 1437, a fim de animar o monarca, contrastado com as notícias do cerco das forças portuguesas enviadas nesse ano para Tânger (cf. Rui de Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Duarte in Crónicas de Rui de Pina*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão Editores, 1977, cap. XXXVI, p. 562).

João Fernandes, ocorrida possivelmente em 1428, procedendo então a uma reorganização e revitalização de alguns lugares. Sabe-se que repovoou e reedificou Alferrara, com o apoio de diversos benfeitores, incluindo o próprio Infante D. João, irmão de D. Duarte, e desde 1418 administrador da Ordem de Santiago. Possivelmente, foi por influência de Mendo Seabra que Rio Mourinho foi entregue a outro criado de D. João I entretanto ingressado na pobre vida, o eremita João Rodrigues¹⁶². Gonçalo Vasques, antigo capelão do Infante D. Fernando, outro irmão de D. Duarte e também colocado, desde 1434, à frente de uma outra ordem militar, a de Avis, estabeleceu-se seguramente na Serra de Ossa a partir de Maio de 1437.

Estes dois eremitas associam-se para tentarem resolver os graves problemas entretanto surgidos nos eremitérios de Montes Claros e Rio Mourinho, nos quais também o monarca se verá envolvido. Com efeito, em inícios de 1436, encontrando-se D. Duarte em Estremoz, compareceu perante ele o eremita Martim Escrivão, que lhe apresentou uma carta do rei João I pela qual lhe havia confirmado uma outra doação, feita por Gonçalo Neto, fundador do eremitério de Montes Claros, no termo de Borba, na qual nomeava o dito Martim Escrivão e um outro seu companheiro, Martim Barbosa, como seus sucessores à frente do dito lugar¹⁶³. Contudo, eventos posteriores haviam complicado a sucessão, pois Gonçalo Neto anulara, pouco depois, a mesma doação, afirmando-se enganado pelos ditos companheiros e declarando o acto inválido, por não haver pedido o prévio conselho e autorização «de meus Jrmãoos e conpanheiros da ssera»¹⁶⁴. Contudo, esse diploma nunca chegaria a ser confirmado pelo monarca, porque, como declarou o próprio Martim Escrivão em 1436, Gonçalo Neto havia entretanto falecido¹⁶⁵ e Martim Barbosa acabara por deixar a pobre vida para ingressar no mosteiro de Alcobaça¹⁶⁶. Face à evolução dos acontecimentos, também a Serra de Ossa viera contestar a posse do eremitério por parte de Martim Escrivão, dado que o

¹⁶² Sobre a sua biografia, cf. Parte II, B 237.

¹⁶³ Tal documento é conhecido precisamente pela confirmação que o rei João I dá a tal acto, em 1427 (*ChDJI*, vol. IV, tomo 2, doc. 670, pp. 157-159).

¹⁶⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, n° 1 [6] (1427.11.30, Borba).

¹⁶⁵ Sobre Gonçalo Neto, cf. Parte II, B 160.

¹⁶⁶ Sobre o seu percurso, cf. Parte II, B 290.

segundo documento emitido por Gonçalo Neto acabava por doar a esta casa o eremitério de Montes Claros.

O monarca vê-se, assim, perante o conflito surgido entre um acto ratificado pelo pai e outro estabelecido por si próprio. Martim Escrivão tinha conseguido que D. Duarte escrevesse a Mendo Seabra ordenando-lhe que lhe desse a posse do dito lugar. Esta decisão, todavia, infringia os direitos invocados sobre o eremitério pela Serra de Ossa, que o rei certamente desejaria também acautelar. Contudo, ainda não estava alcançada uma coesão interna suficiente entre a Serra de Ossa e os restantes eremitérios, para que a sua posição pudesse vingar. O monarca acabaria por favorecer a decisão anterior, ratificando a confirmação feita por D. João I e, com ela, o direito de Martim Escrivão sobre o eremitério. A Serra de Ossa acataria a decisão régia e o próprio Mendo Seabra associar-se-ia, pouco depois, juntamente com outros pobres, ao regedor de Montes Claros para pedir o traslado dos diplomas que atestavam a legítima propriedade desse lugar sobre as terras onde havia sido edificado ou que lhe pertenciam por direito¹⁶⁷.

Os problemas com Rio Mourinho apareceriam pouco tempo depois. Mendo Seabra deixara definitivamente o governo do lugar em Dezembro de 1435, doando-o aos pobres aí estantes, e colocando-o sob os cuidados do eremita Luís. Tratava-se, certamente, de um homem da sua confiança, que ingressara em Rio Mourinho havia mais de uma década, e aí levava pobre vida sob a anterior liderança de João Rodrigues¹⁶⁸. Contudo, Mendo Seabra impunha que se observasse «aquelles modo de uiuer que ora estes teem», e salvaguardava a possibilidade de intervir pessoalmente caso ocorressem «antr elles alghũas cousas nom onestas segundo deus»; também admitia a possibilidade de a própria Serra de Ossa tomar posse do lugar, caso ficasse despovoado de pobres¹⁶⁹.

¹⁶⁷ Cf. BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 5 [11] (1436.10.16, parcialmente ilegível) e lv. 7, nº 1 [4] (em traslado de 1441.02.02, Vila Viçosa).

¹⁶⁸ Documentamo-lo neste eremitério ainda antes de 1425 (cf. parte II, B 271).

¹⁶⁹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 8 e *ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 1162, pp. 369-370 (1435.12.05, Alcácer do Sal, em confirmação régia de 1436.07.09, Sintra).

Seria o próprio regedor do lugar a solicitar de D. Duarte, em Julho de 1436, a confirmação deste acto¹⁷⁰. Contudo, depressa estalaria o conflito entre ele e a Serra de Ossa em torno do «rregimento E gouernança E Jurdiçam que antre elles auya d auer Sobre o dicto llugar de rryo mourynho». Em causa estavam os direitos de intervenção da Serra de Ossa sobre o eremitério e a definição da precisa autonomia do lugar que, como vimos, fora edificado por Mendo Seabra com o apoio daquela casa, e que, em 1434, assumira a ligação com a Serra de Ossa solicitando a partilha dos mesmos privilégios. Mendo Seabra tentou certamente intervir, mas sem sucesso. Escrevendo ao monarca nos primeiros meses de 1437, este acusava já a sua impossibilidade de resolução do conflito, até pela debilidade da sua saúde e pelos encargos que tinha para com o seu pai, entregue, segundo o mesmo, aos seus cuidados. Propôs, então, o nome de Gonçalo Vasques, o já referido capelão de D. Fernando, para o governo do eremitério¹⁷¹. Apesar da carta enviada a este eremita, em Maio de 1437, instando-o a aceder aos pedidos de Mendo Seabra, tal solução não se deve ter concretizado, possivelmente devido à oposição da comunidade de Rio Mourinho.

Com efeito, menos de um mês depois, Fernando Afonso Cicioso, o já referido benfeitor de Montemuro, foi escolhido pelas partes para comparecer junto de D. Duarte e procurar obter uma solução definitiva do problema. Compreende-se a sua escolha, por ser uma figura familiar aos pobres mas independente, dado nunca ter ingressado na pobre vida, e com suficiente experiência jurídica para conduzir a questão da forma mais adequada¹⁷². O conflito dá então lugar a um compromisso: o rei reconhece a autonomia de Rio Mourinho, cujos pobres ficavam «Jssentos E quytes de nenhũu Sobre elles auer Jurdiçam nem poderio», mas salvaguarda a intervenção da Serra de Ossa caso «elles ou cada hũu delles» venham a fazer «em Seu uyuer coussa que nom deuam». Neste caso, mandava «que os pobres da sserra d oossa os possam llançar ffora E proueer Sobre elles Segundo Entenderem que he bem E seruyço de deus». Concluída a sentença, o monarca

¹⁷⁰ Cf. nota anterior.

¹⁷¹ Não conhecemos esta missiva, cujo teor é resumido na carta enviada por D. Duarte a Gonçalo Vasques a 16 de Maio de 1437 (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 51, em traslado de 1438.04.10, Évora).

¹⁷² Relembre-se que fora regedor em Évora em 1427 e vereador da edilidade em 1434 (cf. supra, nota 98).

reservava-se o direito a intervir sobre a comunidade, «quando tall coussa ffezerem que mereçam penna de Justiça»¹⁷³.

Em ambos os casos transparece bem a política eduardina face a estas comunidades, em que a protecção do seu modo de vida se conjuga com um intervencionismo crescente, tendente, sempre que possível, ao gradual reforço do papel da Serra de Ossa na vigilância e corregimento dos restantes eremitérios.

Neste domínio, o período seguinte será de perfeita continuidade. Tal como os outros Infantes (lembre-se o apoio prestado por D. João a Mendo Seabra relativamente aos eremitérios de Mendoliva e Alferrara, e a protecção reiterada pelo Infante D. Fernando, enquanto esteve à frente do mestrado de Avis, ao eremitério da Azambujeira¹⁷⁴), também D. Pedro continuará a velar por estas comunidades. Até ao fim da regência do reino, em Julho de 1448¹⁷⁵, contabilizámos 44 diplomas relacionados com as comunidades da pobre vida. Contudo, mais de metade – cerca de 25 – datam de 1439. Na sua maioria (20), são confirmações de diplomas régios anteriores¹⁷⁶, atestando uma efectiva continuidade da política régia desenvolvida pelo irmão e pelo pai para com os eremitas. A produção legislativa diminui significativamente nos anos seguintes, conforme se pode ver pelo quadro seguinte:

Quadro II – Diplomas régios relativos aos eremitas emitidos durante a regência do Infante D. Pedro (Novembro de 1438-Julho de 1448)

¹⁷³ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 51 (em traslado de 1438.04.10, Évora) e *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 19, fl. 38 (em confirmação régia de 1439.06.22, Lisboa; publ. in *MH*, vol. VI, doc. nº 33, pp. 64-65).

¹⁷⁴ Cuja carta de coutada renova, a 05.04.1437 (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 31, fl. 135 – em confirmação régia de 1469.01.28, Avis). Sobre a relação destas comunidades com as ordens militares, cf. João Luís Ingês Fontes, «Entre a tolerância e a protecção: as ordens militares e as comunidades de eremitas da *pobre vida*» in *Ordens militares e religiosidade. Homenagem ao Professor José Mattoso*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela – Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, 2010, pp. 91-104.

¹⁷⁵ D. Pedro é afastado definitivamente da regência a 11 de Julho desse ano (cf. Saul António Gomes, *D. Afonso V, o Africano*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p. 64).

¹⁷⁶ Dos restantes, outros cinco são também confirmações de diplomas anteriores, totalizando 30 confirmações no universo dos 44 diplomas recenseados.

Anos	Nº de diplomas	%
1438 (Nov-Dez)	0	0%
1439	25	56,9%
1440	5	11,4%
1441	0	0%
1442	4	9,1%
1443	2	4,5%
1444	2	4,5%
1445	0	0%
1446	3	6,8%
1447	2	4,5%
1448 (Jan-Jul)	1	2,3%
	44	100%

Assim, para além das cartas de confirmação, D. Pedro renova as isenções de aposentadoria sobre as casas que os pobres traziam em Évora¹⁷⁷ e estende-as a casas dos

¹⁷⁷ Um dos diplomas é interessante, dado que os pobres da Serra de Ossa se queixam do uso indevido das casas que detinham em Évora por parte de eremitas de outros lugares, determinando o monarca que não o possam fazer sem mostrarem «sseu certo Recado»: BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 45 (1440.04.25, Santarém). Em 1444, nova carta régia insiste sobre a isenção de aposentadoria que recaía sobre as ditas casas (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 24, fl. 37v – 1444.02.08, Évora).

respectivos caseiros¹⁷⁸, acrescenta novas mercês aos respectivos lavradores¹⁷⁹ ou mesmo a familiares de alguns eremitas¹⁸⁰, confirma doações¹⁸¹ e autoriza a venda de bens¹⁸², alguns deles cedidos originalmente como legados pios¹⁸³. Como D. Duarte, também ele favorece a extensão dos privilégios da Serra de Ossa a outros eremitérios, confirmando cartas anteriores nesse sentido, ou concedendo-as a outras comunidades, como acontece com os eremitas de Viana do Alentejo, que solicitam tal mercê em 1439¹⁸⁴.

¹⁷⁸ BPE, *Col. Manizola*, cód. 317, nº 18 e TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 25, fl. 85 (1444.04.06, Évora).

¹⁷⁹ Em 1443, a pedido dos pobres de Rio Mourinho, o monarca privilegia um segundo caseiro que laborava na herdade de Rio de Moinhos, no termo de Montemor-o-Novo (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 35, fl. 29).

¹⁸⁰ Em regra, as mercês concedidas revelam a atenção dos eremitas para com alguns familiares em situações de maior fragilidade. Assim, o eremita Gomes, muito possivelmente o regedor de Santa Margarida do Aivado, solicita isenção de aposentadoria para as casas de uma sua cunhada, moradora em Évora, por ter entretanto enviuvado (*ibidem*, lv. 23, fl. 14 – 1442.02.05, Évora); Gonçalo Vasques, o já referido eremita da Serra de Ossa, pede ao monarca privilégio para um homem que quisesse casar com uma Catarina, sua sobrinha, moradora em Braga, «a qual por seer pobre nom achaua quem com ella casasse» (*ibidem*, lv. 37, fl. 75 – 1442.02.06, Évora), renovando idêntico pedido para os maridos de uma sua sobrinha e de uma sua urmã, ambos moradores na mesma cidade (*ibidem*, lv. 5, fls. 90v e 91 – 1446.08.22, Estremoz).

¹⁸¹ Assim, confirma aos pobres de Valbom doação feita por Diogo Valente, vizinho e morador em Juromenha, a 08.04.1439 (BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. A4 e TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 19, fls. 59-59v – 1439.07.09, Lisboa).

¹⁸² Assim procede para com certas casas, sitas em Faro, que os pobres de Santa Margarida do Aivado haviam recebido de um João do Algarve, seu parceiro, e que agora pretendiam vender, e para cujo acto o almoxarife régio da vila exigia a licença do rei, por serem foreiras (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 27, fl. 11 – 1443.02.04, Évora).

¹⁸³ É o caso de certos moinhos, sitos junto à Ribeira do Degebe, no termo de Portel, que Gonçalo da Silveira, eremita estante em Viana do Alentejo, recebera em testamento de sua irmã Mor Afonso, com condição de, após a morte do dito Gonçalo, fossem vendidos e o dinheiro obtido aplicado por alma da sua irmã e do marido. O mesmo eremita obtivera já do monarca licença para o moinho poder ficar para os pobres após a sua morte, com o encargo de estes «sempre a deus fazerem oraçom» por alma da doadora e das pessoas por ela encomendadas. Mas algumas cheias recentes haviam destruído o moinho por três vezes e já não laborava, não dispondo os pobres de recursos para novamente o reconstruir, pedindo-se assim licença para o vender e comprar outra coisa para o eremitério. O monarca acede, com condição que o dinheiro obtido fosse aplicado em outros bens de raiz, que o dito moinho fosse vendido a pessoa leiga e não isenta e que os bens assim adquiridos, caso o eremitério se extinguisse, voltassem à posse dos executores do testamento da dita Mor Afonso (TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 3, fls. 187-188).

¹⁸⁴ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 19, fl. 101 (1439.08.28, Lisboa).

Das escassas sentenças arbitradas pelo regente relativas aos pobres, ressalta idêntica preocupação em salvaguardar os seus interesses e o seu modo de vida. Assim, em 1440, face a contenda movida aos pobres da Serra de Ossa pelo vigário de Santa Maria do Redondo sobre a ermida de Santa Maria de Monte Virgem, o regente acabaria por reconhecer o direito dos pobres sobre as casas construídas junto ao templo e o circuito a ele envolvente, conforme doação que há muito lhes fora feita por Frei Rodrigo Fulcaz, destinando ao dito vigário as esmolas que aí fossem recolhidas e a posse do templo. Os pobres ficavam também com o direito de nomear o respectivo ermitão, evitando assim a escolha de pessoas menos próprias ao seu modo de viver¹⁸⁵. Em 1447, conseguem que o regente impeça o coutamento de uma parcela de terra situada junto a uma herdade que os pobres traziam no termo de Alcáçovas¹⁸⁶. No ano seguinte, os pobres de Água das Infantes obtêm de D. Pedro o sancionamento de uma composição feita com o concelho de Portel impedindo que os caçadores, com seus cães, entrassem pelo espaço do eremitério, e causassem dano às vinhas e pomares que aí tinham, bem como aos redeiros que junto ao mesmo haviam colocado para haverem «algũa caça pera ajuda de seu mantijmento»¹⁸⁷.

Os eremitas e o Papado

A estratégia da monarquia face aos eremitas tinha o seu prolongamento natural na política desenvolvida, junto do Papado, em ordem à obtenção de diversos privilégios para as comunidades nascentes. Nem sempre é explícita a intervenção régia na obtenção das bulas que, desde finais do século XIV, foram emitidas pelos pontífices com graças e

¹⁸⁵ BPE, *Mosteiro de S. João da Penitência de Estremoz*, lv. 103, nº 35 (1440.07.15, Santarém). Com efeito, os eremitas haviam-se queixado da iniciativa tomada pelo dito vigário de expulsar o ermitão que estes aí haviam colocado e de ter posto, em sua substituição, um certo Domingos Esteves Gouveia, com sua mulher, filhos e netos, «a quall coussa era muyto desonesta a elles pobres estar com elles hũu homem com sua molher e ffilhos».

¹⁸⁶ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 14 (1447.06.26, Lisboa).

¹⁸⁷ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Portel*, nº 17 (1448.02.06, Évora).

licenças para os «pauperes heremite». Mas existe ainda um certo número de súplicas a que as respectivas bulas dão resposta. Por meio delas verifica-se terem sido solicitadas por D. João I e por D. Duarte. Não há dúvida que usaram da sua influência junto da Corte pontifícia para garantir aos homens da pobre vida um conjunto significativo de isenções e privilégios.

Contudo, as bulas pontifícias desempenhavam uma função dupla. Por um lado, representavam uma forma de sancionamento e de estímulo ao seu modo de vida, na sequência, aliás, das bulas emitidas pelo papa Gregório XI em 1376. Por outro lado, porém, constituíam um instrumento normativo tendente ao seu gradual enquadramento, e ao estabelecimento de vínculos com as autoridades eclesiásticas, promovendo a vivência litúrgica e comunitária, mantendo os grupos no respeito pela ortodoxia e ligando a dimensão carismática à celebração dos sacramentos. Solicitadas pelos monarcas ou com o seu apoio, elas constituíam, assim, mais um canal da crescente intervenção da monarquia, apoiada e negociada com a autoridade pontifícia, no quadro do ordenamento e da reforma da vida religiosa do reino¹⁸⁸.

As primeiras bulas relativas aos eremitas emitidas já sob a égide da nova dinastia reportam-se ao pontificado de Bonifácio IX (1389-1404). Dirigidas especificamente aos pobres da Serra de Ossa, definiam um conjunto de privilégios que, no essencial, seriam reforçados por diversos diplomas posteriores e alargados a outros eremitérios, à medida que se dava a expansão das suas comunidades. Assim, pela bula *Inter ceteras*, de 8 de Outubro de 1397, o pontífice concedia a estes «pauperes heremite» a isenção do pagamento dos dízimos eclesiásticos sobre as terras – vinhas, hortos, campos – por eles cultivadas com as suas próprias mãos, e sobre os respectivos

¹⁸⁸ Conforme salienta Paul Ourliac, o Cisma e os Concílios contribuíram para fortificar a independência das Igrejas nacionais e a sua diversidade, bem como para a crescente afirmação do papel das próprias monarquias na imposição e viabilização da disciplina e das reformas necessárias ao nível religioso [«Le schisme et les conciles (1378-1449)», in *Histoire du Christianisme: des origines à nos jours*, dir. Jean-Marie Mayeur, Charles Petri, André Vauchez e Marc Venard, tomo VI – *Un temps d'épreuves (1274-1449)*, coord. Michel Mollat du Jourdin e André Vauchez, Paris, Desclée-Fayard, 1990, p. 132]. Para uma panorâmica das implicações e aproveitamento político deste contexto no reinado de D. João I, no que ao aspecto religioso diz respeito, veja-se a análise proposta por Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I, o que re-colheu “Boa Memória”*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, pp. 210-219.

produtos¹⁸⁹. Sendo a única bula do conjunto em que a intervenção do rei João I é referida, prolongava as importantes isenções fiscais já atribuídas por ele aos eremitas ainda antes de 1390 e que depois ampliou. Em 1402, outras duas bulas vinham retomar privilégios já outorgados aos pobres por Gregório XI: a possibilidade de terem altar portátil e sino, de celebrarem a eucaristia e outros sacramentos por meio de sacerdote idóneo,¹⁹⁰ e de escolherem confessor que os pudesse absolver plenariamente, incluindo em artigo de morte¹⁹¹. A crer em testemunho posterior de D. Duarte, é possível que tivessem obtido pelo menos outra bula que os autorizava a serem sepultados nos seus próprios eremitérios¹⁹².

Estas bulas marcariam, em larga medida, os privilégios que os pontífices posteriores, ao longo da primeira metade do século XV, renovariam, quer à Serra de Ossa, quer a outros eremitérios entretanto fundados. Assim acontece logo em 1407, quando Gregório XII isenta do pagamento de dízimas o lugar onde Mendo Seabra e os seus companheiros levavam vida eremítica¹⁹³. Os eremitas do oratório do Alentejo, no termo de Óbidos, também obtiveram o mesmo privilégio, conforme refere a bula que no ano seguinte o renova¹⁹⁴.

Em 1419, o infante D. Duarte intervém junto de Martinho V, solicitando para os eremitérios da Ervedeira (Rio Mourinho), Santa Margarida do Aivado e Valbom, não só a isenção de dízimas, mas também a licença para terem altar portátil e a faculdade de

¹⁸⁹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 7.

¹⁹⁰ Bula *Sincere deuotionis affectus*, de 13.09.1402: *Ibidem*, nº 2.

¹⁹¹ Bula *Prouenit ex uestre deuotionis affectu*, de 15.11.1402: *ibidem*, nº 4.

¹⁹² Cf. doc. citado infra, nota 195.

¹⁹³ Bula *Vacantinus studio*, do papa Gregório XII (28.05.1407) dirigida a Mendo Seabra e outra, de idêntico teor, dando conhecimento de tal concessão aos arcebispos de Lisboa e Braga e ao deão de Évora, e instando-os a que defendam os ditos eremitas em ordem a que se cumpra a isenção concedida: TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 1, nº 64, e BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 11.

¹⁹⁴ Bula *Rationi congruit*, do papa João XXIII (1410.05.25): TT, *Convento de S. Bento de Xabregas*, maço 18, nº 1.

escolherem confessor e de aí se poderem sepultar¹⁹⁵. O mesmo infante renova em 1422 idêntico pedido a favor das comunidades de Mendoliva (aí designada como Albarquel), Rio Mourinho e Aivado¹⁹⁶, como se verifica por meio das bulas então emitidas¹⁹⁷. No ano seguinte, o eremitério do Alentejo solicita, junto de Martinho V, a renovação da isenção de dízimas¹⁹⁸ e obtém a possibilidade de os seus pobres escolherem para si um confessor¹⁹⁹.

Entre 1425 e 1426, apresentam-se na Cúria Romana novas súplicas de isenção de dízimas, indulto de altar portátil, escolha de confessor e graça de indulgência plenária em artigo de morte, em favor dos eremitérios de Montemuro²⁰⁰ e da Azambujeira, no termo de Avis²⁰¹. Também em 1426, o infante D. Duarte volta a impetrar tais graças para as comunidades da Serra de Ossa, Água das Infantes (Portel) e Valbom, alargadas por um prazo de dez anos²⁰², ao mesmo tempo que D. João I solicitava a renovação da isenção de dízimas para a Serra de Ossa²⁰³. Algumas dessas

¹⁹⁵ MPV, vol. III/2, doc. n.º 275, pp. 187-188 (1419.07.31). Pede isenção de dízimas, indulto de altar portátil, licença para escolha de confessor e sacerdote para celebrar a eucaristia e os sacramentos e que possam aí fazer sua sepultura.

¹⁹⁶ MPV, vol. III/2, doc. n.º 616-618, pp. 439-440 (1422.01.21).

¹⁹⁷ Todas elas emitidas também a 21.01.1422. Mendoliva: bula *Ea libenter*, com concessão de isenção de dízimas (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 1, n.º 65); Rio Mourinho: bulas *Ea libenter*, com concessão de isenção de dízimas (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 1, n.º 62), *Sincere deuotionis affectus*, com licença para posse de altar portátil e faculdade para escolherem confessor e se fazerem sepultar no eremitério (*ibidem*, lv. 1, n.º 681, em cópia do séc. XVIII) e *Prouenit ex uestre deuotionis*, com nova licença para terem confessor (*ibidem*, lv. 1, n.º 68G, em cópia do séc. XVIII); Santa Margarida do Aivado: bula *Ea libenter*, com concessão de isenção de dízimas (*Ibidem*, lv. 1, n.º 61)

¹⁹⁸ MPV, vol. III/2, doc. n.º 718, pp. 512-513 (1423.05.20).

¹⁹⁹ Bula *Prouenit ex uestre deuotionis* (1423.05.28): TT, *Convento de S. Bento de Xabregas*, maço 18, n.º 2.

²⁰⁰ MPV, vol. IV, docs. n.º 859-861, pp. 27-28 (1425.05.25).

²⁰¹ MPV, vol. IV, doc. n.º 987, pp. 122-123 (1426.06.07).

²⁰² MPV, vol. IV, doc. n.º 228, pp. 133-134 (1426.06.19) e 234, pp. 141-142 (1426.08.14).

²⁰³ Assim o indica a bula *Quanto acceptuis*, dada nesse mesmo ano aos eremitas da Serra de Ossa atendendo, segundo o texto da mesma, a pedido apresentado ao papa pelo rei João I (cf. nota seguinte).

bulas chegaram até nós²⁰⁴. Martinho V nomeou D. Álvaro Gonçalves de Abreu, bispo de Silves e o bispo de Maiorca como executores e juizes delegados, encarregues de vigiar pela correcta execução das mesmas, nomeadamente no que respeitava à erecção de altares fixos (e logo, de novos templos) nos eremitérios da Serra de Ossa, Água das Infantes, Montemuro e Valbom²⁰⁵.

O mandato apostólico foi cumprido. Em Junho de 1427, após consulta ao bispo de Évora, D. Vasco Peres, e de comissão obtida do prelado de Maiorca, D. Álvaro Gonçalves de Abreu emitia sentença executória, autorizando «que os dictos hermitães assi os presentes como os que ao deamte veerem possam hedifficar e aleuamtar nos dictos logares altares em os quaes se celebre o diuinal offiçio per saçerdotes ydoneos Segundo no dicto Rescprito he conthiudo e da dada delle ataa dez anos pella guisa que sse em elle comtem contanto que nom ffaçam perJuizo algũu aas egreias parrochiaes em cuJas freguisias assi hedifficarem os dictos altares em algũa cousa de seus dirreitos»²⁰⁶.

²⁰⁴ Bula *Eximie deuotionis affectus*, aos eremitas da Serra de Ossa, Água das Infantes, Montemuro e Valbom, permitindo-lhes escolher sacerdote idóneo que lhes ministre os sacramentos (1426.06.19): BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 22; Bula *Prouenit ex uestre deuotionis*, aos mesmos eremitas, concedendo-lhes ter confessor idóneo que os absolva *in mortis articulo* (1426.06.24): BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Portel*, nº 12 (em traslado de 1427.01.07, Évora); Bula *Sincere deuotionis affectus*, aos mesmos eremitas, concedendo-lhes isenção do pagamento de dízimas (1426.06.24): BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 19; bula *Quanto acceptuis*, aos eremitas da Serra de Ossa, com a mesma isenção (1426.08.09): *ibidem*, nº 17; bula *Benigno sunt*, ao conjunto dos eremitas acima citados, com licença paa escolherem confessor e aí poderem ser sepultados (1426.09.09): BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Portel*, nº 10.

²⁰⁵ Bula *Humilibus supplicum*, de 24.06.1426: BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 20. D. Álvaro Gonçalves de Abreu foi transferido para a Sé de Silves a 25.06.1421 e daí passaria para a diocese de Évora, a 11.02, 1429 (cf. António Domingues de Sousa Costa, *Bispos de Lamego e de Viseu no século XV (Revisão crítica dos autores)*, vol. I (1394-1463), Braga, Editorial Franciscana, 1986, pp. 30-35). Nesta data, era bispo de Maiorca Luís de Pradés, que ocupou esta sede episcopal durante dois períodos: entre 28 de Junho de 1390 e 17 de Agosto de 1403 e desde 20 de Junho de 1407 até à sua morte, ocorrida em 1429; no permeio, passou pela diocese de Tortosa (cf. L. Pérez Martínez, «Mallorca, diócesis de» in *Diccionario de Historia Eclesiastica de España*, dirigido por Quintino Aldea Vaquero, Tomas Marin Martinez, José Vives Gatell, vol. II, Madrid, Instituto Enrique Florez, CSIC, 1972, pp. 1401-1405; J. Vives, «Tortosa, diócesis de» in *ibidem*, vol. IV, 1975, pp. 2585-2587). Desconhecemos os motivos da escolha deste prelado para executor da referida bula por parte da Santa Sé.

²⁰⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 21 (1427.06.16, Santarém).

A consulta ao prelado eborense não era inócua. Com efeito, a erecção de novos templos, independentemente da sua configuração, exigia a licença canónica do respectivo bispo diocesano²⁰⁷. Mas esse era o único motivo, dado que os eremitas, segundo o testemunho dado em 1578 por bula de Gregório XIII, sempre haviam estado isentos da jurisdição episcopal²⁰⁸. Assim o confirma, aliás, uma bula emitida em 1407 por Gregório XII, que recomendava ao bispo de Évora um particular cuidado e protecção para com os pobres, sem, contudo, lhe conferir qualquer tipo de poder sobre eles²⁰⁹.

A edificação de templos no interior destes eremitérios implicava também, entre outros aspectos, a existência de comunidades de tamanho já considerável. Tal possibilidade fora-lhes garantida logo em 1407, por meio de uma outra bula, que fixava em 12 o número máximo de pobres por eremitério²¹⁰, contrariando assim a limitação, até então em vigor, que os impedia de viverem em grupos com mais de quatro pessoas²¹¹. Segundo o texto da bula, esta alteração teria sido solicitada pelos próprios eremitas, face à insegurança em que muitos viviam perante a ameaça do recomeço da guerra com Castela.

²⁰⁷ Cf. Hermínia Vasconcelos Vilar, *As Dimensões de um Poder...*, p. 235 e nota 84.

²⁰⁸ Bula *Creditum nobis* de 1578.09.01 (BPE, *Cód. CLXIX/1-7*). A mesma bula é traduzida e publicada juntamente com as Constituições aprovadas pelos eremitas em 1584, afirmando-se, na versão aí publicada, que os pobres sempre haviam vivido «liures, & isentos de toda a jurisdição, correçam, visitaçam & superioridade dos ordinários dos lugares» (*Livro da Regra de Sancto Agostinho: e das Constituições perpetuas dos Religiosos pobres hermitãos da Serra D ossa, da ordem de S. Paulo primeiro hermitão. Feitas & confirmadas com autoridade Apostolica*, s.l., Por Manoel de Lyra, 1594, fls. 51-51v).

²⁰⁹ Bula *Ad dominici gregis curam* de 01.07.1407 [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 1]. De tal decisão dava o mesmo pontífice conhecimento aos eremitas por meio da bula *Audientes uitam uestram*, emitida na mesma data (*ibidem*, nº 16).

²¹⁰ Bula *Decet Romanum Pontificem* de 04.11.1407 (*ibidem*, nº 9). Na mesma data, o pontífice dela dava conhecimento ao abade de Alcobaça e aos deães de Lisboa e Alcobaça, por meio de bula com o mesmo teor (*ibidem*, nº 15).

²¹¹ Tal era referido, como vimos, na sentença emitida em 1378 por Vasco Domingues, associando tal limitação a uma determinação pontifícia (cf. *supra*, cap. I).

Seria preciso esperar pelo pontificado de Eugénio IV para que este número fosse de novo alterado, passando para vinte o número de eremitas permitido em cada comunidade. A bula, dada em Roma a 25 de Setembro de 1433, de novo a pedido dos pobres, invocava agora a necessidade de assistir aos que entre eles se encontravam enfermos e idosos²¹². A autorização para o alargamento das comunidades evidencia o crescimento e a expansão dos grupos eremíticos, mas traduz também uma difícil tensão entre a austeridade eremítica que requeria a solidão, e as facilidades de uma vida comunitária que garantia a ajuda mútua e a resolução das necessidades individuais e colectivas.

As tensões de um crescimento

Com efeito, quando Eugénio IV emitiu a referida bula, estava praticamente consumado o movimento de expansão dos eremitérios que, desde finais do século XIV, se haviam multiplicado em pequenos grupos instalados nos termos de muitos concelhos do Sul, alcançando o Algarve, a península de Setúbal e algumas vilas estremenhas a norte do Tejo, como Óbidos e Santarém. A partir dos núcleos mais antigos fundados na Serra de Ossa e nas suas proximidades, o isolamento eremítico plasmou-se em inúmeras fundações, algumas desde cedo submetidas ou mesmo fundadas pela Serra de Ossa. Outras parecem mais espontâneas. Não se encontram indícios de qualquer laço com a Serra de Ossa além da partilha do mesmo modo de vida.

A região em que os eremitas aparecem era propícia a esta expansão. Na documentação da época que estamos a examinar, encontram-se muitos sinais que denotavam um grande esforço de recuperação e reorganização demográfica e económica da região em que o eremitismo eclodiu e se multiplicou. Lembre-se a política desenvolvida pela Coroa no sentido de atrair e fixar população em muitas vilas reguengas, a criação de novos concelhos, a outorga recente de muitos forais, a

²¹² Bula *Circa singulorum* (*ibidem*, nº 31).

fortificação de muitos lugares²¹³. Apesar dos sucessivos surtos de peste que se seguiram à epidemia de 1348, apesar das destruições das culturas e dos instrumentos de produção deixadas pela passagem das tropas em marcha desde os tempos das guerras fernandinas, apesar dos repetidos maus anos que traziam a esterilidade aos campos, a carência de sementes sem as quais não havia colheitas no ano seguinte, as deslocções das hordas de famintos, apesar das terríveis calamidades que se abateram sobre o território português e que afectaram também o Centro e o Sul do país, a documentação da época testemunha inesperados sinais de um certo dinamismo²¹⁴, como acontece, por exemplo, na Península de Setúbal, com a autonomização e crescimento da vila sadina²¹⁵. Em Setúbal e em todo o Sul, verificava-se também uma forte implantação das ordens militares, duas das quais (Avis e Santiago) tinham aqui a sua sede. O rei João I fez nesta região importantes doações de terras e direitos a Nuno Álvares Pereira. Contudo, os monarcas mantinham o senhorio sobre um considerável número de concelhos. Só mais tarde vieram a reparti-los a favor de vários dignatários da nobreza. O povoamento concentrado implicava a existência de vastos termos onde, fruto da crise demográfica e do êxodo populacional, se haviam multiplicado as terras deixadas ao abandono e sem cultivo. Pode-se também notar a ausência quase total de conventos e mosteiros existentes na região, para além das comendas e residências das ordens militares²¹⁶.

Como vimos²¹⁷, os concelhos haviam acolhido e apoiado a implantação dos eremitas nos seus termos, interessados certamente em fixar gente no seu território e em

²¹³ Vejam-se, a este propósito, os dados reunidos e trabalhados por Miguel Gomes Martins, “*Para Bellum*”. *Organização e prática da guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)*, Coimbra, Dissertação de Doutoramento em Letras, na área de História, na especialidade de História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policop., 2007, pp. 382-453.

²¹⁴ Veja-se, sobre estes aspectos, o balanço feito por A. H. de Oliveira Marques em *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV* (vol. IV da *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Ed. Presença, 1987, pp. 15-46). Para o Alentejo, vejam-se os indícios reunidos por Maria Ângela da Rocha Beirante, *Évora na Idade Média*, pp. 141-169.

²¹⁵ Cf. os elementos apresentados sobre esta vila no Anexo I, na entrada relativa a Mendoliva.

²¹⁶ Veja-se, a este propósito, o quadro traçado por Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, «As ordens religiosas na diocese de Évora - 1165-1540», *Eborensia*, nº 39, 2007, pp. 185-201.

²¹⁷ Cf. supra, neste capítulo, «O apoio dos concelhos e dos seus habitantes».

recuperar terras para o cultivo, mas também impressionados ou edificados com a pobreza e exemplaridade do seu modo de vida. As populações destes núcleos urbanos também reagiriam favoravelmente à presença próxima dos eremitas, multiplicando-se em doações, nas quais se confiavam à sua oração, procurando associar os seus defuntos aos benefícios espirituais daí decorrentes.

A maior parte dos membros da nobreza parece ter ficado à margem deste movimento favorável à implementação eremítica. Interessavam-lhe mais outras ordens religiosas, igualmente reformistas e exemplares, que aliavam a exemplaridade de vida à actividade pastoral e à pregação, e que manifestavam uma crescente atracção por formas mais estruturadas, seguras e visíveis de intercessão pelos mortos, nomeadamente a fundação de capelas fúnebres. Contavam-se neste campo as recentes fundações jerónimas, iniciadas com os mosteiros de Penha Longa e de S. Jerónimo do Mato (1400)²¹⁸, os Lóios, que se fixaram em 1425 em Vilar de Frades (arcebispado de Braga) mas que rapidamente lograriam obter novas fundações mais a sul (Santo Elói e S. Bento de Xabregas, ambas em Lisboa, confiadas à Congregação em 1442 e 1455)²¹⁹ e as várias casas da Observância franciscana e dominicana, que rapidamente se multiplicaram após as primeiras fundações, ocorridas em finais do século XIV (os observantes franciscanos entrariam em Portugal em 1392²²⁰ e os primeiros mosteiros dominicanos da Observância seriam fundados em Lisboa no final da centúria – S. Domingos de Benfica em 1399 e o mosteiro feminino do Salvador ainda em 1392²²¹).

Estes movimentos teriam a protecção dos monarcas da novel dinastia de Avis, que se empenharam pessoalmente na reforma da vida religiosa e admiravam a exemplar austeridade que eles propunham e viviam, transmitindo os mesmos sentimentos aos seus próprios Infantes. Este espírito e a sua tradução prática não deixaram de se repercutir num importante sector da nobreza cortesã. Como vimos, a atitude dos monarcas para

²¹⁸ Cf. Cândido dos Santos, *ob. cit.*

²¹⁹ Cf. Maria Isabel Pessoa Castro Pina, *Os Lóios em Portugal...*, pp. 99-140.

²²⁰ Cf. Vítor Gomes Teixeira, *O movimento da Observância Franciscana em Portugal...*, pp. 99-234.

²²¹ Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal...*, pp. 386 e 394-395, e bibliografia aí citada.

com os eremitas revelar-se-ia coerente com este quadro, concedendo a sua protecção aos grupos de adeptos da pobre vida, e outorgando-lhes privilégios que a tornavam sustentável. Contudo, não deixaram também de procurar as condições e os meios tendentes a uma gradual definição institucional do seu modo de vida, favorecendo de forma particular as comunidades instaladas na Serra de Ossa e a ligação a estas dos restantes grupos eremíticos. Além disso, a Corte régia exerceu a sua influência junto da Corte Pontifícia, no sentido de obter bulas que favoreciam a gradual concentração dos eremitas num mesmo lugar, o desenvolvimento da sua coesão interna por meio da regularidade da vida litúrgica e sacramental e das práticas comunitárias e, por outro lado, o seu enquadramento no tecido eclesial por meio da protecção dispensada pelos respectivos prelados.

Passado quase um século sobre o aparecimento dos primeiros indícios documentais relativos a estes eremitas (1366), através dos quais se pode pressupor a sua maior antiguidade, não admira que durante este largo período se possam verificar certas tensões, quer internas, quer na relação com outros movimentos, igualmente rigoristas mas institucionalmente mais enquadrados, e também em processo de expansão durante o mesmo período em território português. A opção pelo ermo e pela vida solitária e, com ela, a marginalização procurada e consentida face às formas tradicionais de vida religiosa, de cariz cenobítico e enquadradas por uma normativa aprovada e reconhecida pela autoridade eclesiástica, confrontavam-se com o crescimento destes grupos e com o reforço natural de espaços de vivência comunitária. Os privilégios outorgados por papas e monarcas e o afluxo crescente de doações, inicialmente vitais para a sua fixação num lugar e para a possibilidade de subsistência a partir do seu trabalho, acabaram por levar à necessidade de recorrer a lavradores e caseiros para assegurar a exploração das terras cedidas pela generosidade dos benfeitores. O usufruto de muitos destes privilégios trazia como condição o reforço dos laços de dependência face à Serra de Ossa e a natural contrapartida de aceitarem o controlo sobre a sua fidelidade ao modo de vida que professavam.

Para além de uma eventual atenuação do rigor primitivo ou de uma diminuição do fervor carismático próprio das origens, verifica-se, pouco a pouco, o aparecimento de documentos sobre questões disciplinares por razões muito concretas, em virtude do

desaparecimento paulatino dos fundadores dos eremitérios, a necessidade de regulamentar a sua sucessão, a transmissão dos bens adquiridos (os eremitérios e as propriedades a eles ligadas) e a definição canónica das relações com a comunidade da Serra de Ossa.

Vimos já que estas questões se colocaram com particular acuidade nos eremitérios de Rio Mourinho e de Montes Claros. No primeiro caso, apesar da estreita relação dos eremitas desse lugar com Mendo Seabra, que, em 1435, procurara assegurar o seu adequado governo, a autoridade sobre a comunidade e a posse dos bens, não foi possível manter a pretendida sujeição do lugar à Serra de Ossa ou, pelo menos, exercê-la nos moldes pretendidos pelo seu “refundador”. Apesar disso, vimos também que D. Duarte procurou salvaguardar a possibilidade de intervenção da Serra de Ossa em caso de infracção grave do seu modo de vida.

Montes Claros é um caso igualmente interessante, por revelar a ainda frágil posição da Serra de Ossa que, em 1436, não foi capaz, apesar da doação que lhe fora feita por Gonçalo Neto, de estender sobre esse lugar a sua autoridade. Através de Mendo Seabra, ela mostrou acatar a decisão do rei, e procurou acompanhar Martim Escrivão na posse plena do governo desse eremitério. Contudo, em 1443, o mesmo Martinho faz, também ele, nova doação do lugar, agora a um certo Rodrigo, seu antigo companheiro nesse eremitério²²². Pelo mesmo documento, sabemos que Martim Escrivão assumira, entretanto, o cargo de capelão da igreja hospitalária de S. Brás de Lisboa, indiciando, assim, um afastamento do eremitério que, de qualquer modo, não o levava a desistir da respectiva posse, referida como algo pessoal: «ueendo em como Eu tenho hũu lugar de proues que he chamado montes montes [*sic*] claros». Invocando a sua avançada idade e o facto de ser «creligo de mjsa», decide deixar o eremitério ao dito Rodrigo, para que o lugar seja sempre «de proues serujdores [a] deus por tal que o Senhor deus senpre por elles Seia louuado». A posse é, aliás, dada também a título pessoal ao dito Rodrigo, sem referência a qualquer intervenção, consulta ou assentimento da Serra de Ossa, que fica, assim, impedida de se apropriar do lugar.

²²² Cf. BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 10 [16] (1443.01.12, Évora). Sobre o eremita Rodrigo, cf. Parte II, B 344.

Na mesma doação, Martim Escrivão não deixa de recordar a sua anterior doação do mesmo eremitério a um certo Estêvão, pobre, que agora considerava nula. Acusava-o de se ter revelado «Engrato E desconhecido nom me teendo as condições que comigo pos segundo deus E conçiências E ssegundo boo Jrmãao E conpanheiro em christo porque husou das coussas da casa nom segundo d[eus n]em segundo ateençam boa E uoontade E desejo dos Jmãaos».

A esta doação assemelha-se uma outra, celebrada muitos anos antes, em 1419, relativa ao lugar de Vale de Flores, no termo de Portalegre. O eremitério, doado por Iria Gonçalves aos pobres Gonçalo da Beira e João Espartim em 1385, era agora cedido pelo primeiro, já «velho e mujto doente do corpo», ao seu companheiro, Gonçalo de Paredes, com a determinação de o haver em sua vida e à sua morte o poder deixar «a outros pobres Em tal gysa que o serujço de deus e seu nome seya senpre no dicto logar louuado de bos pobres pella gyssa que o el dicto Gonçalo da beira tynha». De novo, tudo se passa a um nível pessoal, entre companheiros do mesmo eremitério²²³. Estes penitentes escolhiam o seu modo de vida por sua conta e risco, sem se integrarem, pois, em nenhuma organização determinada, e sem aderirem a nenhum programa de vida para além da pobreza e da solidão.

O que se passa nos eremitérios da Península de Setúbal, colocados desde cedo sob o governo de Mendo Seabra, é diferente. Aí, encontramos uma sujeição clara e voluntária dos eremitas ao programa de vida e à dependência da comunidade da Serra de Ossa. Assim o dizem explicitamente dois eremitas de Alferrara, Rodrigo e Salvado, em 1428: «assy era uerdade que bem sabja que os pobres que de senpre esteuerom no djcto llog d alfferrara forom senpre sobdjtos E ssoffreganhos ao mandado E objdiença dos pobres da ssera d oossa E per mandado do mayoral dos djctos pobres da dicta serra era dado o dicto logo d alfferrara aos pobres que hy queiram estar pera a deus serujr E per ell erom tiradas e Remoujdas algũuas pessoas que a deus nom quirjam aprazer segundo modo dos pobres pella quall Razam os djctos pobres que no djcto logo d alfferrara senpre steuerom com os djctos pobres da ssera forom senpre auudos per hũa

²²³ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 3 (1419.03.23, «na Rybeira de nyssa dentro na pobre vyda»).

casa E gouujrom senpre das liberdades E [...] e franquezas que pellos santos padres de Roma foram e som fejtas ao dicto logo da dicta serra assy no tenporal come no spritual. E esso medes dos peruilegios e merçees que os Rejs que taa quj foram fezerom ao dicto lugar»²²⁴.

Tal situação seria mantida por Mendo Seabra no seu testamento, redigido em 1442, no qual nomeia como seu sucessor no governo de Mendoliva e na supervisão dos eremitérios de Alferrara e Barriga um seu antigo companheiro, o clérigo João Eanes²²⁵. Esta determinação foi efectivamente cumprida pois, três anos mais tarde, o regedor do eremitério de Barriga, no termo de Almada, atesta a autoridade de João Eanes sobre estes lugares²²⁶.

O documento então redigido é muito interessante por mostrar a diferença de atitude face às doações acima mencionadas. Com efeito, o eremita Fernando – assim se chamava o regedor do lugar²²⁷ – comparece em Setúbal, perante o tabelião Gil Esteves, mostrando uma doação que lhe fora feita três anos antes de certos bens junto ao dito eremitério, para si e seus companheiros. Como à altura da celebração do acto, ele se encontrava sozinho no eremitério, vinha agora renunciar a qualquer direito sobre os ditos bens, e confirmar que os mesmos pertenciam a todos os pobres desse lugar. E acrescentava: «Ca nemhũ pobre nom pode nem deue teer possyssom a ell apropiada depojs que posto E chamado aa djcta uida». Infelizmente, a realidade provava que nem tudo era assim tão simples...

Com efeito, nem sempre se verificava a transmissão dos eremitérios a outros companheiros do mesmo lugar pelos respectivos fundadores. Em alguns casos, preferiam entregá-lo a outras comunidades da pobre vida, eventualmente por causa da falta ou escassez de eremitas aí residentes. Foi o que aconteceu com o lugar de Ameal do Gorjão, no termo de Vila Viçosa, já existente em 1409, e que, em 1425, o eremita

²²⁴ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 12 e 12 A (1428.01.13).

²²⁵ *Ibidem*, maço 3, nº 17 (1442.02.12). Sobre João Eanes, cf. Parte II, B 218.

²²⁶ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, maço 2 de pergaminhos, nº 34 (1445.09.29, Setúbal).

²²⁷ Sobre este eremita, cf. parte II, B 96.

Lourenço, muito possivelmente o seu fundador, entrega, com todos os seus bens, aos pobres estantes em Zarco, no termo de Viana do Alentejo, então regidos por Gonçalo da Silveira. Aos cuidados destes confiava também o eremita Gonçalo, seu companheiro, certamente já de idade, «que o Soportees antre uos o mjlhor que uos poderdes E seer poder pollo amor de deus»²²⁸.

Mas Gonçalo da Silveira depressa procuraria libertar-se destes bens. Três anos mais tarde, entregava o dito lugar aos pobres de Valbom²²⁹. Fazia-o, por um lado, por reconhecer «a boa vida E honesta conuersaçom» destes eremitas, mas também por entender, como afirmara alguns anos antes, «em como o deus chamara pera seu seruico E o seruir em pobreza e em como lhe nom conpria seer ocupado em Regimento de beens nem em os negocios do mundo»²³⁰.

Como já referimos, em 1436, Gonçalo da Silveira viria a trasladar o seu eremitério para um outro local, também no termo de Viana do Alentejo²³¹. Aí permaneceria até 1447, devendo ter falecido pouco tempo depois²³². Se fez algum testamento, não há dele qualquer notícia. Mas, desaparecido o seu fundador, o eremitério acabaria por ser abandonado pelos pobres que aí habitavam, provavelmente pela escassez de água que afectava o lugar. Com efeito, o rei Afonso V, já em 1450, viria ratificar a venda do eremitério, feita pelos seus dois últimos ocupantes, os eremitas Vasco Galego e Álvaro, dando licença para que o montante obtido com a mesma revertesse a favor das comunidades da Serra de Ossa e de Água das Infantes (Portel), nas quais eles se haviam entretanto integrado²³³.

²²⁸ BPE, *Mosteiro de Santa Catarina de Sena de Évora*, lv. 85, nº 41 (1425.10.09, Vila Viçosa).

²²⁹ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. B2 (1428.06.28, Évora).

²³⁰ TT, *Arquivo da Casa de Abrantes*, lv. 155, nº 3092 (1415.10.01, Évora).

²³¹ Cf. *ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 1037, pp. 307-308 (1436.08.29, Torres Vedras).

²³² Cf. Parte II, B 151.

²³³ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 34, fl. 60 (1450.04.17, Évora).

Esta diversidade de situações mostra claramente que, no princípio da segunda metade de Quatrocentos, estamos ainda longe de uma coesão e uniformidade de procedimentos entre os eremitérios que partilhavam o modo de viver da Serra de Ossa. No capítulo seguinte, veremos que as tentações de apropriação pessoal dos eremitérios por parte dos seus regedores não desapareceriam facilmente. Seria preciso esperar quase duas décadas para que as diversas provenças se dispusessem a aceitar a orientação comum da Serra de Ossa.

Entretanto, outro perigo se insinuava para estas comunidades: o da sua absorção pelas novas ordens que, desde finais do século XIV, se vinham desenvolvendo e afirmando no contexto português.

Os seus primeiros sinais surgem logo em 1434. Com efeito, nesse ano, os pobres do oratório do Alentejo, no termo de Óbidos, decidem entregar o seu eremitério à Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista. A doação do lugar é celebrada a 24 de Setembro, estando presentes o regedor da comunidade, o clérigo João Eanes do Baleal, os outros três eremitas aí residentes (Nuno, João da Amoreira e Estêvão) e um grupo de Lóios, liderado pelo próprio fundador da Congregação, D. João Vicente, já então bispo de Lamego²³⁴. Segundo o mesmo documento, João Eanes fora movido a tal acto pelo desejo em garantir «que o dicto seu lugar E oratorio fose dado e deputado ad perpetuu culuto [*sic*] deujno e seruiço de deus». Temia o eremita que, de outro modo, o advento da sua morte pudesse colocar em risco a vocação para a qual o eremitério fora erigido, tornando «a outros husos».

O registo, tal como vimos em outras doações anteriores, é, também aqui, de carácter pessoal. João Eanes deve ter recebido o eremitério do seu fundador, o clérigo João Eanes do Baleal, de quem fora criado, e que, a crer no cronista lóio Fr. Francisco de Santa Maria, era irmão de Lourenço Eanes, ligado às primeiras experiências comunitárias conduzidas por João Vicente em Lisboa, ainda em 1420, e que acabaria por ingressar nas fileiras dos homens de Vilar²³⁵. É, aliás, o próprio João Eanes da

²³⁴ TT, *Convento de S. Bento de Xabregas*, maço 18, nº 3 (original) e nº 4 (em cópia do séc. XVI). Sobre D. João Vicente, cf. Maria Isabel Pessoa Castro Pina, *Os Lóios em Portugal...*, pp. 76-80, 89-107, 111-124, 129-150 e bibliografia aí citada.

²³⁵ Cf. Pe. Francisco de Santa Maria, *O Céu Aberto na Terra. História das Sagradas Congregações dos Cónegos Seculares de S. Jorge em Alga de Veneza & de S. João Evangelista em Portugal*, Lisboa, na 126

Atouguia quem, no mesmo documento, se apresenta como «crello de mjsa criado do dicto Joham anes do baljal dono e Senhor syngular do oratorio».

A excentricidade geográfica de Óbidos, face à rede de maior implantação das comunidades da pobre vida, deve ter influído na sua decisão e acentuado o seu receio de que o eremitério acabasse por se extinguir. Mas, ao avaliar o destino a dar ao grupo, é possível que tenha também pesado a ligação familiar do fundador a um dos clérigos da nova congregação e a atracção que, para João Eanes da Atouguia, ele próprio um clérigo, exerceria o novo modo de vida dos homens de Vilar.

Com efeito, à pobreza e austeridade praticadas, pelo menos nos tempos iniciais, pelos clérigos «videntes em comum», bem patente no epíteto de beguinos que lhes é associado em alguns documentos, aliava-se o seu carácter reformista, assente na valorização do ministério sacerdotal e no desejo de regressar ao sempre atraente e nunca esquecido ideal dos tempos apostólicos. O facto de acolherem também na sua irmandade muitos leigos desejosos de uma maior perfeição de vida, criava ainda um significativo espaço de liberdade para os seus parceiros, seguidores da pobre vida²³⁶.

Para a nova Congregação, a aceitação do ermitério mostrava-se, à primeira vista, muito vantajosa. Com efeito, após a sua fixação em Vilar de Frades, em 1425, o grupo liderado por D. João Vicente conseguiu, em 1431, que a sua forma de vida fosse ratificada pela Santa Sé. Ao mesmo tempo, acendera-se um longo e difícil conflito com o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, devido à isenção da jurisdição episcopal por eles então alcançada²³⁷. Agora, mais a sul, junto à vila estremenha de Óbidos e pert de duas importantes cidades, Santarém e Lisboa, tinham a oportunidade de fundar uma nova casa, mesmo mantendo na sua dependência um pequeno grupo de eremitas dispostos a viver sob a sua protecção. Daí, muito possivelmente, a presença ao acto do próprio D. João Vicente, superior geral da Congregação. O monarca, que pouco antes

Officina de Manoel Lopes Ferreyra, 1697, cap. XLII, p. 538. Sobre Lourenço Eanes, cf. Maria Isabel Pessoa Castro Pina, *ob. cit.*, p. 87.

²³⁶ Cf. Maria Isabel Pessoa Castro Pina, *ob. cit.*, pp. 210-258.

²³⁷ Cf. nota anterior.

estivera em Óbidos²³⁸, ratificara de imediato a anexação, permitindo aos habitantes do eremitério conservar todos os privilégios, graças e liberdades de que anteriormente usufruíam quando eram em «*estado e uyda de pobres*»²³⁹.

Apesar de os Lóios constatarem rapidamente a inviabilidade de aí instalarem uma nova casa, dada a evidente insuficiência de bens para suportar uma vida de exclusiva dedicação à actividade pastoral, e terem posteriormente tentado, sem sucesso, diversas soluções para o governo do lugar²⁴⁰, esta anexação mostrava, quer a efectiva atracção que a Congregação exercia também sobre os de eremitas, quer a sua apetência, numa fase claramente expansionista, para integrar nas suas fileiras os homens da pobre vida que para tal se dispusessem.

Dois anos depois, em 1436, uma carta de D. Duarte dava conta do abandono do lugar de Vale de Flores por parte dos eremitas, e da sua entrega aos Jerónimos, para aí fazerem um mosteiro, tendo-o como «cousa sua sem lhe seer mais per nemhũa pessoa tirado nem embargado»²⁴¹. Não se sabe por que razão abandonaram o lugar, nem encontramos outros elementos que sugiram uma tentativa de recuperação desse ermo, pelo menos na altura, por parte da Serra de Ossa. Apesar do reiterado apoio dado pelos monarcas a esta fundação²⁴², os Jerónimos acabariam por abandonar o lugar de Vale de

²³⁸ A estadia de D. Duarte em Óbidos surge-nos documentada entre 2 e 18 de Setembro desse mesmo ano (cf. Humberto Baquero Moreno, *Itinerários de El-rei D. Duarte (1433-1438)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1976, pp. 14 e 61-62).

²³⁹ Carta régia dada no Bombarral a 21.09.1434 (TT, *Colegiada de Santa Maria de Óbidos*, mc. 1, doc. nº 2; *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 20, fl. 121v; *Convento de S. Bento de Xabregas*, mc. 18, doc. nº 5; *Leitura Nova, Estremadura*, lv. 12, fls. 96v-97).

²⁴⁰ Cf. João Luís Inglês Fontes, «Percursos de um antigo ermitério medieval...», pp. 233-242.

²⁴¹ *ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 1111, p. 337 (1436.11.08, Lisboa).

²⁴² Em 1455, o rei concede-lhes carta de coutada, vedando o acesso de gado às terras em torno da casa (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 15, fl. 131v - 1455.10.06, Santarém); em 1457, nova carta régia permite-lhes adquirir bens de raiz no valor de 500 dobras «pera o suportamento dos frades que esteuerem em o dicto moesteiro» (*Ibidem*, lv. 13, fl. 81 - 1457.02.06, Lisboa); no mesmo ano, outras duas cartas colocavam a comunidade sob protecção régia e concediam-lhes amplas isenções fiscais, solicitando ainda o monarca ao concelho de Portalegre que protegesse a comunidade e respectivos bens e velasse pela guarda dos seus privilégios e direitos (cartas de 8 e 13 de Fevereiro – TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 3, fls. 109-109v e 109v-110).

Flores em 1467, impossibilitados, segundo a carta régia então emitida, de fazer as obras necessárias para o efeito²⁴³.

É importante anotar a presença inicial de Fr. João de Santa Maria neste lugar. Uma carta régia de 1455 refere-o como seu prior²⁴⁴. No *Novo Memorial do Estado Apostólico*, o cronista lóio Paulo de Portalegre testemunha que ele próprio vivera em Vale de Flores com este monge jerónimo, quando tinha oito ou nove anos²⁴⁵, facto que, de acordo com a cronologia proposta por Cristina Sobral, se situaria por volta de 1444-1445²⁴⁶. Antigo prior de Penha Longa, onde deve ter ingressado pouco tempo depois da fundação do mosteiro²⁴⁷ (o próprio Paulo de Portalegre refere-o como «hũ dos principaes em ho começo daquela religião [dos Jerónimos] em este reino»²⁴⁸), vamos

²⁴³ TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 6, fls. 87v-88 (1467.01.15, Évora). A mesma carta concedia de novo o lugar aos pobres, a pedido destes, confirmando-lhes o monarca, dois dias depois, o usufruto de todos os privilégios outorgados à Serra de Ossa [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 68 e TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 6, fls. 86v-87 – 1467.01.17, Évora]. Contudo, tal regresso revelar-se-ia muito breve, pois o eremitério seria abandonado pelos pobres menos de três meses depois, invocando que «nom podiam pouoar nem morar em o dito lugar» (TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 6, fls. 89-89v). Não teria igualmente sucesso a tentativa posterior, encetada pela Serra de Ossa em 1500, com vista ao repovoamento do lugar por eremitas do seu modo de vida, então na posse do convento de S. Francisco de Portalegre (cf. BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 37, nº 23 – 1500.11.13, Évora – 1500.12.18, Estremoz), dado que, em 1509, o continuamos a encontrar sob a alçada dos Menores (cf. súplica de 1509.07.30, publicada por António Domingues de Sousa Costa, «Aproximação da espiritualidade de Santa Beatriz da Silva e seu irmão Beato Amadeu com os Frades do Santo Evangelho e Capuchos, evangelizadores da África, América e Índia», *Congresso Internacional “Bartolomeu Dias e a sua época” – Actas*, vol. V – *Espiritualidade e Evangelização*, Porto, Universidade do Porto – CNCDP, 1989, doc. 49, pp. 327-328).

²⁴⁴ Cf. nota 242.

²⁴⁵ Cf. Paulo de Portalegre, *Novo Memorial do Estado Apostólico...*, ed. cit., parte II, cap. 10º, pp. 120-121.

²⁴⁶ Cf. *ibidem*, p. 24.

²⁴⁷ A documentação do mosteiro conservada na Torre do Tombo não fornece quaisquer dados sobre o seu priorado em Penha Longa. Contudo, em 1426, é na sua qualidade de prior deste cenóbio que surge nomeado em duas súplicas apresentadas ao papa Martinho V (cf. MPV, vol. IV, doc. nº 1031 e 1033, pp. 155-156). No livro de profissões do mosteiro, é também nessa qualidade que surge referido e, embora não datadas, as profissões atribuídas ao seu governo são necessariamente anteriores a 1431, data a partir da qual os registos seguem uma ordem cronológica, com a indicação de outros priores (cf. BN, *Reservados*, cód. 11344, fls. 1-21). O mesmo livro refere a profissão, não datada, de um Fr. João de Santa Maria, natural de Coimbra, efectuada durante o governo de Fr. João de Lisboa, devendo, muito possivelmente, corresponder ao ingresso do nosso frade no convento hieronimita

²⁴⁸ Cf. Paulo de Portalegre, *ob. cit.*, ed. cit., parte II, cap. 10º, p. 120.

encontrá-lo também no antigo eremitério de Óbidos em 1447. Dito então como «*monJe de sam Jeronimo isento capelam apostollico*», recebe nessa data o governo do lugar das mãos dos Lóios, face à recusa de João Eanes de Atouguia em assumir tal encargo²⁴⁹.

É certo que não permaneceria muito tempo no oratório do Alentejo, pois aparece em Penha Longa em 1454²⁵⁰ e, como referimos, de regresso a Vale de Flores no ano seguinte. Mas a sua actuação revela, tal como verificámos para os Lóios, a efectiva apetência dos Jerónimos pela ocupação das fundações eremíticas, integrada num claro desejo de expansão da respectiva Ordem.

Veremos, num caso e noutro, como este expansionismo acabaria por se revelar, algumas décadas volvidas, mais agressivo e fracturante no confronto com as comunidades da pobre vida. Mas o contexto seria já outro. Nessa altura, os eremitas tinham alcançado a coesão suficiente para conseguirem opor às ordens concorrentes uma resposta mais firme e eficaz. Dele falaremos no capítulo seguinte.

²⁴⁹ TT, *Convento de S. Bento de Xabregas*, mç. 18, doc. nº 6 (1447.07.25, Oratório de Alentejo). Uma carta régia emitida no ano seguinte confirma-o como tendo «o Regimento do oratório de sam Joham euangelista que esta acerca d Óbidos» (TT, *Leitura Nova, Estremadura*, lv. 11, fls. 12v-13 e 15v-16 - 1448.07.17, Santarém).

²⁵⁰ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Saúde de Penha Longa*, mç. 3, doc. nº 29 [1454.11.08 (?)].

CAPÍTULO III

A INSTITUCIONALIZAÇÃO

(1452-1510)

Na ocasião em que o rei D. Afonso V assumiu definitivamente o governo do reino, em Julho de 1448¹, o quadro das fundações eremíticas que gravitavam em torno da Serra de Ossa estava mais estabilizado. Depois de um intenso período de expansão que marcara o meio século anterior, o movimento entrava numa nova fase. Centradas sobretudo no vasto território a sul do Tejo, as comunidades eremíticas haviam-se desenvolvido e fortalecido como entidades autónomas. A sua independência e o seu sustento eram garantidos, em larga medida, pelo apoio concelhio e das suas populações e, ao mesmo tempo, pela precoce e activa protecção régia. O rei, por si ou recomendando-as junto da Cúria pontifícia, havia-lhes dispensado numerosas isenções fiscais e privilégios diversificados. A intervenção cada vez mais evidente dos monarcas, sobretudo a partir do reinado eduardino, orientava-se no sentido de um gradual reforço da capacidade de controlo da Serra de Ossa sobre os restantes eremitérios. Todavia, muitos deles mantinham ainda uma grande autonomia, quer na gestão dos bens que possuíam e na composição das respectivas comunidades, quer nas formas de transmissão do governo e dos bens que tinham vindo a acumular.

Como seria de prever, durante os primeiros anos do governo afonsino verifica-se uma aparente continuidade face ao período anterior no que aos eremitas diz respeito. Com efeito, entre 1449 e 1450, registamos um novo pico de produção documental – 37 cartas em 136 –, mas a maioria destes diplomas é constituída por pedidos de

¹ Cf, Saul António Gomes, *D. Afonso V, “O Africano”*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, pp. 64-69.

confirmação de privilégios anteriores apresentados pelos eremitérios ou pela renovação de outros já concedidos. Assim, nestes anos e ao longo do reinado de Afonso V, o monarca não se recusa a manter a situação anterior, reafirmando a extensão aos diversos eremitérios dos privilégios outorgados à Serra de Ossa², renovando ou alargando as benesses a favor dos lavradores³, dos servidores dos pobres⁴ e de alguns dos seus

² Assim faz para os eremitérios de Mendoliva (TT, *Colecção Especial*, cx. 34, nº 27 – 1449.03.14, Lisboa, em traslado de 1452.04.17, Évora), Santa Margarida do Aivado (TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 2, fls. 186v-187v - 1449.11.24, Évora, em confirmação de 1482.05.30, Évora), Montemuro [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV) nº 74 - 1449.12.23, Évora, em traslado de 1455.01.08, Évora], Rio Mourinho (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 34, fl. 205 - 1450.01.16, Évora), Vale Abraão [BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 33 - 1450.02.16, Évora; BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV) nº 74 e TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 34, fl. 56v – nova carta de 1450.04.02, Évora), Valbom [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Vila Viçosa*, nº 3 - 1450.03.19, Évora e TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 2, fls. 179v-180, em confirmação de 1482.04.22, Viana do Alentejo, mas com data errada de 10 de Março), Água das Infantes [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Portel*, nº 9 e TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 34, fl. 40v – 1450.04.09, Évora], Vale da Infante (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 34, fl. 49 – 1450.04.11, Évora), Barriga ou Cela Nova, no termo de Almada (*ibidem*, lv. 35, fl. 93v – 1451.11.21, Lisboa), Rio Torto, em Elvas (*ibidem*, lv. 12, fl. 22 – 1452.03.23, Évora), Alferrara (TT, *Colecção Especial*, cx. 36, nº 20 – 1454.05.05, Salvaterra, em confirmação de 1482.05.26, Évora), Junqueira (*ibidem*, cx. 34, nº 36 e TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 10, fl. 57v - 1454.07.12) e Espadaneira [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV) nº 67 e TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 9, fl. 2 - 1463.01.24, Estremoz].

³ Ao lavrador dos pobres de Rio Mourinho da herdade do termo de Alcáçovas (TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 2, fls. 212v-213 – 1449.10.27, Pavia em confirmação de 1483(?) 05.10, Santarém) e aos dois lavradores que os mesmos traziam em herdade junto à sua provença (*ibidem*, lv. 3, fl. 239v – 1449.10.27, Pavia; *ibidem*, lv. 2, fls. 212-212v - 1449.11.10, Évora; *ibidem*, lv. 3, fl. 110 – 1457.02.22, Lisboa; *ibidem*, lv. 6, fls. 92-92v – 1458.05.18, Estremoz); um moleiro e lavrador dos pobres de Montemuro (*ibidem*, lv. 2, fls. 180v-181, em confirmação de 1482.04.22, Viana do Alentejo); um lavrador e um moleiro dos pobres de Barriga (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 15, fl. 183 – 1455.01.13, Lisboa); aos lavradores dos pobres da Serra de Ossa, das herdades da Palheta, Cortes e Pero Crespo, nos termos de Evoramonte e Redondo (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 1, fl. 128 – 1462.12.12, Estremoz) aos outros três, das herdades do Ribeiro da Silva Seca, da Corte do Cavalinho e junto ao Ribeiro de Santa Maria (TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 2, fls. 7v-8 – 1472.04.17, Santarém, em confirmação de 1492.09.24, Lisboa) e ainda a um outro da herdade da Candieira, termo do Redondo (*ibidem*, lv. 2, fl. 185 - 1472.04.17, Santarém); aos dois lavradores de uma herdade no termo de Juromenha, pertencente aos pobres de Valbom (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 8, fls. 122-122v – 1464.07.06, Évora; TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 2, fls. 182v-183 – 1470.12.26, Sintra, em confirmação de 1482.04.22, Viana do Alentejo); a quatro lavradores dos pobres de Vale da Infante que laboravam nas herdades de Alcaria, Fonte do Lobo, Ferreiro ao Álamo e Vale de Carnes, nos termos de Estremoz e Monforte (TT, *Colecção Especial*, cx. 35, nº 34 - 1465.01.19, Estremoz, em traslado de 1475.01.25, Estremoz; *ibidem*, cx. 34, nº 29 – 1474.11.01, Estremoz; TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 30, fl. 141 – 1475.01.19, Estremoz); dois lavradores da herdade da Leboeira, no termo de Panóias, pertencente ao eremitério da Junqueira (TT, *Colecção Especial*, cx. 34, nº 26 e *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 22, fl. 72v - 1471.10.22, Lisboa); ao lavrador da herdade junto à Serra de Ossa, onde chamam Água de Alte, pertencente aos pobres de Vale Abraão (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 30, fl. 144 – 1475.02.01, Estremoz); ao lavrador que Mendoliva trazia na sua herdade da Fonte do Sol (*ibidem*, lv. 30, fl. 157 – 1475.03.03, Évora).

familiares⁵ e benfeitores⁶, dando isenção de aposentadoria às casas que traziam em diversos centros urbanos⁷ ou coutando herdades por eles administradas ou as próprias terras em torno das suas provenças, evitando que estas fossem devassadas e as suas culturas e bens de alguma forma prejudicados⁸. Neste período, a Coroa reafirma igualmente os privilégios outorgados quanto às isenções de dízimas e portagens sobre os produtos que vendiam ou entregavam para revenda nas vilas e cidades, ou mesmo nos eremitérios, que para tal efeito continuavam a ser procurados por muitos

⁴ Assim faz, em 1449, para um servidor dos pobres de Rio Mourinho, que lhes era necessário «em muitas cousas», enquanto os servir (TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 3, fls. 239v-240 – 1449.10.27, Pavia); a Pedro Eanes, tecelão, morador em Évora, e a sua mulher, que serviam os pobres de Montemuro e cuidavam das casas que estes tinham na cidade, além de venderem alguma da sua fruta (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 12, fl. 71v – 1452, Évora); a um servidor dos pobres da Azambujeira que vivia no Ervedal (*ibidem*, lv. 31, fl. 134v – 1469.01.21, Avis); um sapateiro que servia os pobres da Serra de Ossa e Vale da Infante (*ibidem*, lv. 32, fl. 124v – 1480.06.07, Vila Viçosa) e uma Margarida Gonçalves que, em Estremoz, vendia a retalho a fruta trazida à vila pelos mesmos pobres (*ibidem*, lv. 26, fl. 80 - 1481.06.27, Setúbal).

⁵ Em 1449, Gonçalo Vasques pede ao rei privilégio para um homem que quisesse casar com uma Catarina, sua sobrinha, por esta ser pobre (*ibidem*, lv. 34, fl. 204v – 1449.12.13, Évora), a qual já se encontrava casada em 1453, quando o mesmo eremita pede privilégio para o respectivo marido (*ibidem*, lv. 3, fl. 17v – 1453.02.01, Évora); em 1450, pede o mesmo para um Pedro Gonçalves, morador em Estremoz, por ter casado com uma outra sua sobrinha (*ibidem*, lv. 34, fl. 35 – 1450.02.16, Évora); Gomes, pobre de Santa Margarida, intercede por Afonso Eanes, alfaiate, morador em Évora, por ser casado com uma sua sobrinha (*ibidem*, lv. 34, fl. 194 – 1450.10.08, Sintra).

⁶ É a pedido dos pobres da Serra de Ossa que o monarca outorga isenção de aposentadoria às casas, adegas e cavaliças de Catarina Afonso Guilhelma, moradora em Coima, e lhe dispensa uma «barca de careto» de ser requisitada para quaisquer serviços, invocando-se a hospedagem «e todo bom gasalhado» que dava aos pobres «pello amor de deus» (*ibidem*, lv. 15, fl. 138v – 1455.05.18, Lisboa).

⁷ TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 2, fl. 212 (1449.10.27, Pavia, em confirmação de 1484.05.10, Santarém); *ibidem*, lv. 3, fl. 233v (1449.11.26, Évora); BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*) nº 55 (1450.02.14, Évora); TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 34, fl. 44 (1450.02.28, Évora); *ibidem*, lv. 12, fl. 103v (1452.02.14, Évora); BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*) nº 63 (1452.06.26, Évora).

⁸ Aos pobres de Santa Margarida do Aivado, em relação à sua provença: TT, *Leitura Nova*, lv. 3, fls. 242v-243 (1449.11.23, Évora); *ibidem*, lv. 4, fl. 113v (1478.08.22, Évora); o mesmo para os eremitas de Vale Abraão [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*) nº 66 – 1459.04.03, Évora], da Azambujeira (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 31, fl. 135 – 1469.01.28, Avis; *ibidem*, lv. 30, fl. 142 – 1475.01.27, Estremoz) e de Valbom (*ibidem*, lv. 32, fl. 132v – 1480.07.28, Vila Viçosa; *ibidem*, lv. 32, fl. 118v – 1480.08.24, Vila Viçosa). Couta ainda algumas herdades, como é o caso do «lugar que foy d affonso periz o conego», comprado pelos pobres da Serra de Ossa (TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 6, fls. 48v-49 – 1472.04.17, Santarém). Do mesmo modo, o monarca renova as proibições de se terem colmeias junto às vinhas dos pobres pela época das vindimas (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 30, fl. 173 - 1475.02.08, Estremoz).

interessados⁹. Renova a isenção de jugada concedida às suas herdades¹⁰. Continua a acolher favoravelmente os pedidos de confirmação para diversas doações que entretanto lhes haviam sido feitas pelos seus benfeitores. Enfim, concede a sua licença a outras aquisições patrimoniais feitas pelos próprios eremitas¹¹.

Na relação com estas comunidades da pobre vida, Afonso V, porém, não deixa de articular as suas numerosas concessões com um projecto ordenador da vida religiosa de âmbito mais vasto. Conforme já salientou Maria de Lurdes Rosa, este projecto plasmar-se-ia, quer no seu decidido apoio às ordens reformistas – os Lóios, os Jerónimos e os Observantes –, quer numa clara intervenção directa por meio do controlo, fiscalização e regulamentação de sectores importantes de outras formas de intervenção social, como os hospitais, as instituições pias ou a redenção dos cativos. Esta intervenção processava-se por meio de um jogo que implicava também, entre cedências e imposições, uma estratégia muitas vezes negocial¹².

Em relação à Serra de Ossa, D. Afonso V manifesta a mesma atitude, embora a sua intervenção seja bem mais precoce do que tradicionalmente se tem indicado¹³ e, ao

⁹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*) nº 53 (1449.12.[26], Évora); BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 14 [22] (1458.04.29, Estremoz, em confirmação de 1597.01.24, Lisboa); TT, *Colecção Especial*, cx. 35, nº 36 (1458.07.12, Estremoz); BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Vila Viçosa*, nº 4 (1464.06.06, Évora); BPE, *Cód. CLXVI/2-43*, fls. 125-126v (id., em traslado de 1563.05.30, Redondo).

¹⁰ TT, *Chancelaria de D. João II*, lv. 18, fl. 37v (1475.02.07, Estremoz, em confirmação de 1488.01.18, Almeirim).

¹¹ Assim procede com os pobres de Vale da Infante, confirmando a primitiva doação do lugar feita pela Infanta D. Beatriz (TT, *Colecção Especial*, cx. 35, nº 37 – 1466.07.23, Estremoz; *ibidem*, cx. 34, nº 8 – 1466.07.36, Estremoz) e uma outra do eremita Fernando Esteves, realizada em 1469 (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 31, fl. 1 - 1469.02.27, Avis); aos de Montes Claros, confirma-lhes doação feita pelo seu regedor, Rodrigo, em 1466 (BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 11 [17] – 1467.03.21, Évora – e nº 8 [14] – 1467.04.11, Évora) e aos pobres de Montemuro um conjunto de diplomas, entre doações e compras de terras (BPE, *Mosteiro de Santa Catarina de Évora*, lv. 86, nº 1 - 1478.08.29, Évora). Em 1467, autoriza uma Mor Rodrigues, viúva, a vender certa propriedade aos pobres da Serra de Ossa (BPE, *Col. Manizola*, cód. 317, nº 37 – 1467.04.11, Évora).

¹² Cf. Maria de Lurdes Pereira Rosa, “*As Almas Herdeiras*”, pp. 136-150.

¹³ Cf. *ibidem*, pp. 142-144; Maria Ângela Beirante, «Eremitérios da pobre vida no Alentejo dos séculos XIV e XV», *Territórios do Sagrado. Crenças e Comportamentos na Idade Média em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, pp. 139-141.

mesmo tempo, bastante mais complexa. É o que veremos de seguida, seguindo o fio dos acontecimentos.

As primeiras intervenções régias e o regimento de 1452

Os primeiros sinais de intromissão régia, ainda discretos, fazem-se sentir desde cedo, em 1450. Com efeito, a 30 de Janeiro desse ano, o monarca dirige uma carta aos pobres de Rio Mourinho comunicando-lhes o envio de um tal Rodrigo de Serpa para «teer cargo» dessa casa. Manda que os eremitas lhe obedeçam «em todas aquellas coussas que ssentirdes que som serujço de deus E proll dessa cassa»¹⁴. Afonso V intervinha, assim, directamente, na escolha do regedor da comunidade, nomeando para esse cargo, é certo, um dos pobres nela residentes, pois já é referido como tal em documentos de Rio Mourinho desde 1435¹⁵. Trata-se, segundo parece, de uma intervenção unilateral, pois não se menciona nenhuma participação da comunidade na decisão que toma. Não conhecemos outros dados que nos permitam contextualizar esta iniciativa do monarca, decerto inédita. No entanto, pode-se, talvez, ligá-la à necessidade de ultrapassar eventuais impasses na escolha do responsável pelo governo de um eremitério que, como vimos anteriormente, procurou, logo em vida de Mendo Seabra, rejeitar a jurisdição da Serra de Ossa e evitar a intromissão desta na vida interna da comunidade.

Não sabemos se algo de semelhante se terá passado, nesse mesmo ano, em Mendoliva, a cuja comunidade presidia um certo Álvaro de Valença, clérigo, que o rei decide então tomar como seu capelão. Distingue-o com a sua particular protecção¹⁶ e concede-lhe, com base nas rendas do almoxarifado de Setúbal, uma tença anual de 2000

¹⁴ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 34, fl. 18v.

¹⁵ Cf. parte II, B 363.

¹⁶ Cf. TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 34, fl. 214v (1450.09.05, Sintra).

reais «pera seu mantijmento e vestir»¹⁷. Na sequência do que já acontecia em tempos anteriores, a sua autoridade estendia-se, em simultâneo, sobre o eremitério de Barriga, no termo de Almada,¹⁸. Seria também esta uma nomeação feita pelo monarca ou apenas o respeitar da vontade de Mendo Seabra que, no seu testamento, em 1442, não deixara de apelar ao jovem rei para que velasse com particular cuidado pelas casas por ele fundadas?¹⁹

Seja como for, dois anos depois, a 27 de Junho de 1452, estando então em Évora, o rei Afonso V emite um regimento para os «pobres E J<r>mjtãaes dos nossos Regnos do moodo do ujuer da sserra d oossa»²⁰. Neste documento, relativamente longo, o monarca desenvolve toda uma regulamentação disciplinar do modo de vida eremítico e do funcionamento comunitário. Além disso, cria, pela primeira vez, um triunvirato de juízes de nomeação régia, com competência para julgar as causas dos pobres.

Justifica a sua singular iniciativa invocando o papel que lhe cabe, enquanto rei, de assegurar que «todos nossos ssobdictos E naturaes sseJam comseruados em justiça paz E assessego». As simultâneas incumbência e prerrogativa que assim invocava mostravam-se particularmente importantes para o assunto em causa, dado tratar-se daqueles que «contijnoadamente leixando as coussas tenporaes em sseus Espritos E oraçõeas E seruem a deus E rogam a elle por sy E pollos fiees christãaos». O monarca assumia assim o seu dever de velar paternalmente pelo bem dos súbditos e fazia-o em matéria particularmente grave, o do bem das suas almas.

Em segundo lugar, D. Afonso V reivindicava para si a jurisdição sobre estes eremitas, recordando que eram leigos. Cabiam, pois, à esfera da sua justiça todas as «duujdas ou contendadas» que entre eles pudessem surgir. O argumento é interessante, dado o estatuto algo fluido que, em termos canónicos, desde sempre definira aqueles

¹⁷ *Ibidem*, lv. 11, fl. 43v (1451.04.10, Santarém).

¹⁸ Cf. *ibidem*, lv. 37, fl. 55 (1451.08.08, Alcácer).

¹⁹ Cf. TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 17 (1442.02.12).

²⁰ Deste regimento, conhecem-se dois exemplares, ambos em traslado: BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 64 (em traslado de 1452.11.20, Estremoz) e ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas, Colecção de Pergaminhos*, nº 3 [C5 ELV 03, nº 14] (em traslado de 1453.05.13, Veiros).

que optavam pela vida eremítica e que, por isso, os situava fora do enquadramento de uma ordem estabelecida, sem profissão de votos e sem obediência a uma Regra²¹. Com efeito, se D. Duarte não hesitara, no *Leal Conselheiro*, em colocar os «ermitães» entre os *oradores*, juntamente com os clérigos e os frades²², D. Afonso V acentuava, pelo contrário, o facto de serem «homeens de viuer apartado e *casy Religiosos*»²³, fazendo eco de uma indefinição do Direito Canónico quanto ao estatuto dos eremitas, à sua submissão ao foro eclesiástico ou civil e ainda à sua pertença plena a um estado de vida propriamente religioso, normalmente vinculado à ordenação ou à profissão de votos solenes e observância de uma Regra²⁴. O rei não deixava de aproveitar tal facto, consciente, como também estava, da composição quase exclusivamente laical destas comunidades.

Estava assim legitimada a sua intervenção, quer pela natureza da função régia, quer pela natureza da vida eremítica, aqui definida como distinta da eclesiástica ou da monástica, apesar do cariz religioso (em sentido genérico) que tal opção claramente assumia.

O monarca invocava também «algũas <duujdas>» colocadas pelos próprios eremitas, em parte já esclarecidas por certo alvará do rei Duarte, que infelizmente não transcreve. Presume-se que se trataria de problemas surgidos nas comunidades ou nas relações entre estas, aos quais o regimento procurava agora dar resposta, com mais desenvolvimento. Assumia-se, assim, como uma posição de continuidade face à política desenvolvida pelo pai, apesar de «allguas coussas que em ella ademos».

²¹ Cf. P. Doyère, «Ermites», in *Dictionnaire du Droit Canonique*, dir. R. Naz, tomo V, Paris, Librairie Letouzey et Ané, 1953, cols. 412-429 (em particular as cols. 424-428, sobre o «Estatuto eremítico»); Ph. Rouillard, «Eremitismo.II. In Occidente. Statuto giuridico» in *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, dir. Guerrino Pellicia e Giancarlo Rocca, tomo III, Roma, Edizioni Paoline, 1976, cols. 1239-1240.

²² «[...] os estados geeralmente som cinco. Primeiro, dos oradores, em que se entendem creligos, frades de todas ordões e os **ermitães**, porque seu proprio e principal oficio destes é, per suas orações, rogar Nosso Senhor por todos outros stados e, per seus oficios, louva-lo e honrar per suas boas vidas e devotas cirimonias, e aos outros insinar per palavra e boo exemplo e ministrar os sacramentos» (D. Duarte, *Leal Conselheiro*, edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro, prefácio de Afonso Botelho, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, cap. IV, p. 25).

²³ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 30, fl. 173v (1475.02.08, Estremoz).

²⁴ Cf. nota 21. Ver também J. Gribomont e J.-M.-R. Tillard, «Religio (religiosus)», in *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, ed. cit., tomo VII, 1983, cols. 1628-1636.

Tudo isto impõe uma análise atenta do diploma.

Comecemos pelos juízes escolhidos. Sem que seja referida qualquer consulta feita à Serra de Ossa – possivelmente, a autoridade e jurisdição do rei e a própria invocação do diploma eduardino bastariam –, a nomeação do monarca recai sobre três figuras bastante conhecidas: Gonçalo Vasques, o antigo capelão do Infante D. Fernando, clérigo da Serra de Ossa; Francisco, eremita com longa experiência na pobre vida e regedor de Vale da Infante²⁵, uma das comunidades mais antigas e associadas ao núcleo fundador da Serra de Ossa; e Fernando Afonso Cicioso, cavaleiro, o já referido benfeitor de Montemuro. Recorde-se que este último aparece desde cedo associado aos pobres e colabora com eles na resolução de diversos problemas jurídicos. Uma escolha, pois, que não criaria grandes objecções entre os eremitas mas que, aparentemente, foi feita sem o seu concurso.

A criação do triunvirato de juízes visava, segundo o monarca, preservar o modo de vida dos eremitas, criando uma instância judicial próxima, que evitasse a deslocação dos pobres aos tribunais régios. O monarca ratifica a sua autoridade para todas as contendas entre os mesmos, e manda a todas as justiças do Reino que acatem as suas decisões e com eles colaborem na execução das suas sentenças. Criava assim uma instância centralizada e centralizadora, com alçada sobre todas as comunidades da pobre vida e cujas decisões deviam ser acatadas por todos.

Face a esta instância, o monarca fixa um conjunto de determinações que passavam a enquadrar a vida das comunidades e a própria acção dos ditos juízes. Estas diziam maioritariamente respeito a questões disciplinares e à gestão dos bens, fazendo pressupor que o monarca conhecia já muitos dos problemas atrás referidos sobre a sucessão de governo nos eremitérios, a diversidade de práticas na relação com os bens materiais e com as próprias comunidades.

O Regimento faculta aos juízes competências disciplinares: estes podem «corregger» e castigar os pobres refractários à «Regra E emsynança dos Jrmytãaes» e mesmo expulsá-los dos eremitérios, com acordo e conselho do respectivo regedor do lugar; são instados a apelar às justiças seculares para que actuem contra os pobres que,

²⁵ Sobre o seu percurso, cf. parte II, B 126.

abandonando as comunidades, vivem escandalosamente ou casam e mantêm os respectivos hábitos para serem dispensados dos encargos concelhios, mesmo após serem por eles admoestados. Encarrega-os de delimitarem as áreas reservadas a cada lugar para o exercício da mendicância, de modo a evitar conflitos entre as diversas casas. Com o mesmo fim, determina que as transferências de pobres sejam necessariamente comunicadas à casa de onde o pobre é originário. Faz depender do seu prévio consentimento a admissão de candidatos à pobre vida e a aceitação de homens casados ou religiosos, estabelecendo assim, na própria normativa, uma fronteira clara entre estes diferentes estados de vida, ao mesmo tempo que procura evitar novas ocasiões de conflito.

No que respeita aos bens, determina o Regimento que os pobres, quando ingressarem nas comunidades, sejam interrogados sobre os bens que trazem. Se pretenderem dá-los aos eremitas, façam deles doação por escrito com três ou quatro testemunhas de entre os ditos pobres, evitando assim futuras demandas caso venham a sair da pobre vida. Em caso de morte do regedor da comunidade, impõe a redacção de um inventário dos bens existentes e a sua integral entrega ao sucessor. Determina ainda que os pobres que saírem de um eremitério para outro não possam levar consigo quaisquer bens sem a expressa licença dos restantes eremitas e do regedor da casa.

Finalmente, o monarca reivindica para si próprio um significativo controlo sobre estas comunidades, sujeitando doravante à sua licença toda e qualquer nova fundação. Reprime ainda o uso abusivo dos privilégios atribuídos aos pobres, entregando às justiças seculares, como referimos, aqueles que, abandonando os eremitérios, mantêm o hábito de pobres para serem isentos dos encargos concelhios, e aqueles que, não sendo da pobre vida, usam hábitos idênticos para mendigarem.

Por um diploma posterior, emitido em 1455, D. Afonso V viria ainda reforçar as normas estabelecidas quanto à proibição de alienação dos bens dos eremitérios, face às denúncias de situações de venda ou dádiva, por parte dos respectivos regedores, de bens deixados aos pobres em esmola ou comprados com as mesmas. A lista dos bens alienados é, em si mesma, interessante, pois integra, não só imóveis - terras e casas -, mas também «liuros hornamentos E outras algũas alfayas». O monarca proíbe que tais alienações se façam «Sem consselho e prazimento dos pobres da sserra d oosa», determinando que aos que assim procederem lhes seja tirado o governo das casas e que

tais alienações sejam, em todo o caso, consideradas inválidas²⁶. A introdução do obrigatório consentimento da Serra de Ossa é aqui decisivo, mostrando já uma concessão que o Regimento de 1452 não contemplava, e que significa, decerto, que a Serra de Ossa passava a reivindicar o reconhecimento do seu papel central no controle da vida dos outros eremitérios, pretensão claramente ausente do enunciado do mesmo Regimento.

Encontramos diversos testemunhos da acção dos juízes nomeados pelo monarca, muitas vezes com a presença de apenas um ou dois deles, situação, aliás, prevista e aceite pelo Regimento²⁷.

Assim, a 11 de Maio de 1453, Gonçalo Vasques e Francisco, o regedor de Vale da Infante, escrevem aos juízes e homens-bons de Veiros, ordenando que, de acordo com o mandato régio, façam expulsar do eremitério da Espadaneira e prendam os pobres que se recusassem a obedecer ao eremita João, colocado como regedor nesse lugar, pois o mesmo se queixara que os seus companheiros «nom qujriam fazer algumas cousas que sam proueito delles e da casa e se Refratauam com elle e lhe eram desobedientes»²⁸. Em 1460, num traslado de certos privilégios outorgados à Serra de Ossa, refere-se que os mesmos eram extensíveis aos pobres «que asy esteuerem a obediência de françisco que ora tem o poder sobre todos os lugares dos dictos pobres»²⁹, atestando o reconhecimento da autoridade destes juízes por parte das ditas comunidades.

Apesar da concessão feita pelo diploma régio de 1455 no reconhecimento da autoridade da Serra de Ossa sobre a alienação dos bens dos eremitérios, a tensão entre os pobres e o monarca não parece ter desaparecido. Com efeito, em Julho de 1466, o rei Afonso V emite uma nova missiva dirigida à Serra de Ossa e a todas as outras casas, que enumera, fazendo, por isso, pressupor um posicionamento comum. Reconhecendo o bem que de «muitos annos pera ca» os pobres sempre fizeram, determina o monarca que

²⁶ BPE, *Col. Manizola*, cód. 317, nº 56 (1455.05.20, Lisboa).

²⁷ Não é, contudo, de excluir o falecimento de Fernando Afonso Cicioso pouco depois de 1452, dado que este não volta a aparecer em nenhum acto relativo aos eremitas.

²⁸ ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas, Colecção de Pergaminhos*, nº 3 [C5 ELV 03, nº 14] (em traslado de 1453.05.13, Veiros, juntamente com o texto do Regimento de 1452).

²⁹ TT, *Colecção Especial*, cx. 35, nº 31 (1460.01.14, Évora, em traslado de 1471.03.10, Estremoz).

não lhes seja dada nenhuma pessoa «que sobr elles aJa de teer carrego de protetor nem outra algũa Jurdiçam» senão «aquelle ou aquellos que elles todos sobredictos pobres todos ordenarem e emlegerem», reservando para si a jurisdição que lhe era devida pelo Direito. Prometia assim «que daquy em diante lhe nom mandemos dar outro soperior que os aJa de curar proueer nem fazer em seus feitos Dante elles cousa algũa senam aquelle ou aquellos que assy antre sy emlegerem e ordenarem per suas próprias voontades como dito he»³⁰.

O contexto em que o diploma é emitido está longe de ser claro. Com efeito, se a imposição do regimento de 1452 não deixou de gerar resistências e de suscitar o desagrado da Serra de Ossa, patente no recuo evidenciado pela carta régia de Maio de 1455, o presente diploma parece pressupor uma eventual tentativa régia no sentido de impor aos eremitas um conservador sem o seu concurso, como fará em 1476, ao nomear para tais funções o bispo da Lamego D. Rodrigo de Noronha.

Seja como for, este diploma abria caminho para uma decisão unânime dos eremitérios, pressupondo o estreitamento dos laços entre eles em torno da Serra de Ossa, incentivado pela resistência a uma eventual acção do rei no sentido de regulamentar e controlar unilateralmente o seu modo de vida. Mas um outro acontecimento havia entretanto contribuído também para uma crescente solidariedade dos eremitérios: a tentativa dos Lóios para se apropriarem das casas de Santa Margarida do Aivado e de Montemuro.

A intervenção dos Lóios em Santa Margarida do Aivado e Montemuro

Conhecemos mal o que terá despoletado a presença dos Lóios em Santa Margarida do Aivado. Uma carta régia de 1456 indica que a comunidade já se encontrava então muito envelhecida e com dificuldade em renovar-se, razão pela qual pediam ao monarca autorização para poderem acolher na comunidade um certo Pedro

³⁰ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 14, fl. 69v (1466.07.28, Estremoz).

Garção, homiziado, natural de Elvas³¹. O eremita Gomes, certamente já idoso³² – a fundação que fizera do eremitério remontava a 1406 –, devia recear pelo futuro da comunidade.

Nada é dito sobre os motivos que o terão levado a admitir a entrega da casa aos Lóios, embora possa não ser alheio a tal decisão o apoio régio prestado a esta Congregação. Os Cónegos tinham acabado de obter mais uma fundação em Lisboa, no local do antigo oratório de S. Bento de Xabregas, e era evidente o seu desejo de consolidar a sua expansão para sul, e assim reforçar a sua autonomia face ao arcebispo de Braga, com quem traziam desde há muito um penoso conflito por motivos jurisdicionais³³. Por outro lado, sabemos que o próprio fundador do eremitério tivera alguns contactos com Fernão Álvares Pombeiro da Cunha, ainda durante a década de 1440, a quem prestara aconselhamento antes da sua entrada nesta Congregação, onde viria a professar cerca de 1449-1450, tomando o nome de Pe. Baptista³⁴. Por outro lado, as prescrições estabelecidas no Regimento dado por Afonso V aos pobres em 1452 tornam muito provável o conhecimento régio da iniciativa, embora este nunca seja referido na documentação conhecida.

Sabemos, por testemunho posterior, que o regedor do Aivado chegou também a admitir a entrega do lugar aos monges jerónimos de Santa Maria do Espinheiro de

³¹ *Ibidem*, lv. 13, fl. 54v (1456.07.06, Lisboa). Este não perseveraria na pobre vida, dado que, três anos depois, é autorizado pelo monarca a deixar o eremitério, com o seu perdão (*ibidem*, lv. 36, fl. 246 – 1459.01.11, Évora).

³² Sobre o seu percurso, cf. parte II, B 136.

³³ Cf. Maria Isabel Pessoa Castro Pina, *Os Lóios em Portugal: origens e primórdios da Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História, policop. 2011, pp. 117-124, 140-145. Em Lisboa, os Lóios detinham duas casas, ambas fundadas sob patrocínio régio: o Colégio de Santo Elói, recebido pela Congregação em 1442, em larga medida graças à intervenção do Infante D. Pedro, e o antigo Oratório de S. Bento de Xabregas, entregue aos Cónegos pelo rei Afonso V em 1456, em cumprimento da vontade expressa pela rainha D. Isabel, sua mulher, no respectivo testamento (cf. *ibidem*, pp. 135-140).

³⁴ Cf. Paulo de Portalegre, *Novo Memorial do Estado Apostólico...*, ed. cit., parte II, cap. 11, pp. 128-129. Sobre este personagem, cf. Maria Isabel Pessoa Castro Pina, *Os Lóios em Portugal...*, pp. 207-208. Atente-se a necessidade de corrigir o eremita que o aconselha, que não é Mendo Seabra mas, efectivamente, o eremita Gomes, de Santa Margarida do Aivado.

Évora, embora não encontremos nenhum outro vestígio documental de eventuais negociações nesse sentido³⁵.

O que conhecemos do processo, ainda que de modo fragmentário devido à perda de parte do cartório desta casa, é-nos facultado por alguns documentos que subsistem deste eremitério, e pelo relato sumário que dele faz o Pe. Paulo de Portalegre no *Novo Memorial do Estado Apostólico*, redigido poucos anos depois, entre 1468 e 1469³⁶. Embora lida com o cuidado exigido pelas suas intencionalidades claramente apologéticas³⁷, a narrativa aí apresentada atribui a iniciativa da anexação de Santa Margarida do Aivado ao próprio fundador do eremitério, e refere a deslocação para o mesmo do padre lóio João de Arruda, em ordem a preparar a sua transição para a Congregação. A oposição a tal projecto, levantada por alguns dos pobres dessa comunidade – Paulo de Portalegre diz que esta terá sido liderada por um eremita «per alcunho Gramaio, o qual esse Padre Joam d’Aruda recebera e com ho qual obrara muita caridade» – levaria o regedor da casa a optar por entregar aos Lóios o eremitério de Montemuro³⁸, facto que é atestado por um «instrumento de permutação e convenção» celebrado no Aivado a 24 de Novembro de 1460³⁹.

A opção por Montemuro e a acção concertada entre estes dois eremitérios não era de estranhar, dada, não só a sua proximidade geográfica, como as relações que certamente existiriam entre eles, decorrentes da licença que os pobres do Aivado tinham para utilizar o mato de Montemuro e aí trazerem as suas colmeias⁴⁰. Por outro lado, é

³⁵ Assim o referem alguns eremitas da Serra de Ossa, em queixa apresentada ao monarca em 1478 – BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 79 (1478.04.22, Lisboa).

³⁶ Cf. Paulo de Portalegre, *ob. cit.*, ed. cit., p. 30.

³⁷ Sobre o respectivo contexto de produção e intencionalidade, vejam-se as considerações tecidas por Cristina Sobral na Introdução à respectiva edição (*ibidem*, pp. 29-36).

³⁸ *Ibidem*, parte II, cap. 16, p. 154. Sobre João de Arruda, cf. Maria Isabel Pessoa de Castro Pina, *ob. cit.*, p. 204. Sobre Fernando Gramaxo, o eremita referido por Paulo de Portalegre, cf. parte II, B 117.

³⁹ TT, *Colégio de S. Paulo de Évora*, maço único, nº 2, fls. 3v-4 (1460.11.24, Santa Margarida do Aivado de Évora, transcrito em memórias enviadas pelo Colégio para a Província).

⁴⁰ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 23, fl. 14 (alvará de D. Duarte de 1436.05.26, Montemor-o-Novo e confirmação régia de 1442.01.26, Évora).

significativo o conjunto de testemunhas que presenciaram este acto. Mencionemos, em primeiro lugar, Rodrigo Afonso, meio cónego, que poderá indiciar o apoio do prelado eborense ao acto, conhecido adepto destas novas ordens de cariz reformista⁴¹. Depois, Rui de Melo, guarda-mor de D. Afonso V,⁴² associado, mais tarde, à definitiva instalação dos Cónegos Azuis em Évora⁴³. E ainda Diogo de Castro, fidalgo do conselho régio, filho de D. Álvaro Peres de Castro e de D. Maria Loba, cuja família trazia uns paços em Évora e que mantinha estreitas e importantes ligações com prestigiadas instituições da cidade⁴⁴. Gente, por isso, pouco usual nos documentos relativos aos eremitas, presente ao acto, decerto por via dos Lóios, mas também afecta

⁴¹ Trata-se de D. Vasco Gil, bacharel em direito canónico e antigo confessor do Infante D. João, nomeado para a diocese de Évora por Eugénio IV a 23 de Fevereiro de 1442 (cf. António Domingues de Sousa Costa, *Bispos de Lamego e de Viseu...* Vol. I, pp. 49-50), também conhecido por D. Vasco Perdigão. Manteve-se à frente da diocese até 1463, tendo-se feito sepultar no mosteiro do Espinheiro (cf. J. Alcântara Guerreiro, *Galeria dos Prelados de Évora*, Évora, Gráfica Eborense, 1971, pp. 34-35), casa jerónima por ele fundada em 1457 e entregue aos monges no ano seguinte [cf. João Luís Inglês Fontes, «Cavaleiros de Cristo, monges, frades e eremitas: um percurso pelas formas de vida religiosa em Évora durante a Idade Média (sécs. XII a XV)», *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo XVII, 2005, p. 54; Joaquim Bastos Serra, «Santa Maria do Espinheiro: um mosteiro na periferia urbana de Évora. Apropriação e organização do Espaço», in *Paisagens Rurais e Urbanas: Fontes Metodologias, Problemáticas. Actas das Segundas Jornadas*, coord. Iria Gonçalves, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2006, pp. 163-165].

⁴² Trata-se de Rui de Melo ou Rodrigo Afonso de Melo, filho de Martim Afonso de Melo, guarda-mor de D. Duarte e D. Afonso V, e de D. Margarida de Vilhena. Ainda em vida do pai, assume o cargo de guarda-mor do rei (nele aparece documentado desde 1464), que acumulava com o de mordomo-mor da casa da Infanta D. Joana. Senhor de Ferreira de Aves, Carapito e Vila Maior desde 1451, é nomeado capitão da praça de Tânger logo após a sua conquista e, em 1476, o rei dá-lhe o título de conde de Olivença, tendo falecido em 1487 (cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, reprodução fac-similada da edição de 1973 a partir da de 1921-1930, apresentação e apêndices de Luís Bivar Guerra, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996, pp. 427-430; Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira*, 2ª ed., vol. II, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1980, pp. 860-863). Apesar de, por esta altura, encontrarmos outro Rui de Melo, este como almirante do Reino e servidor da casa do Infante D. Henrique (cf. Humberto Baquero Moreno, *ob. cit.*, vol. II, pp. 863-866), devemos estar perante o primeiro, até pelos laços que o ligavam a Évora, onde a família trazia os seus paços e detinha vários bens (cf. Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora na Idade Média*, pp. 529-530; sobre as relações desta família com Évora, ver ainda Joaquim Bastos Serra, «Entre a promoção do *bem comum* e a defesa dos interesses próprios. A oligarquia concelhia de Évora no século XV», *Media Aetas – Cadernos de Estudos Medievais*, 2ª série, vol. 3, 2008-2009, pp. 75-76).

⁴³ Sobre a ligação do Conde de Olivença à fundação do convento de S. João Evangelista de Évora, cf. Maria Isabel Pessoa Castro Pina, *ob. cit.*, pp. 161-164. A fundação, algo atribulada devido às vicissitudes políticas em que os respectivos fundadores se veriam posteriormente envolvidos, parece ser equacionada pelo menos desde 1481.

⁴⁴ Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora na Idade Média*, pp. 530-531; Humberto Baquero Moreno, *ob. cit.*, vol. II, pp. 764-765.

ao monarca, e que, por isso, aí esteve para reforçar o muito provável apoio régio à iniciativa.

Contudo, exactamente um mês depois, o regedor do Aivado revogava ambas as doações (do Aivado e de Montemuro)⁴⁵, decisão que manteria no seu testamento, redigido a 4 de Outubro de 1462⁴⁶. O instrumento de revogação é demasiado sumário para que se percebam os motivos de tal decisão. Paulo de Portalegre omite por completo este desfecho, realçando apenas que o zelo expansionista do Padre João de Arruda - «viva cõdição e zelo trespasante», na expressão do autor – não deixou de ser repreendido pelo próprio D. João Vicente, que «per palavras salgadas de divinal saber castigou e piadosamēte ho recõciliou e cõsolou»⁴⁷. A oposição dos eremitas dessas comunidades, ventilada pelo *Novo Memorial*, a juntar a uma eventual interferência da Serra de Ossa, poderiam explicar esta mudança. Tanto mais que, no testamento do fundador do Aivado, estiveram presentes cinco dos oito eremitas atestados no acto de permuta celebrado em Novembro de 1460, incluindo o antigo regedor de Montemuro, Lourenço Chaínho⁴⁸, que reiteram, como veremos de seguida, a obediência da comunidade à Serra de Ossa. Desconhecemos o destino dos três eremitas ausentes (Lopo, Lourenço e Luís Galvão), que tanto poderiam permanecer em Montemuro – embora aí não apareçam documentados nos anos seguintes – como ter deixado a pobre vida ou mesmo optado por ingressar nas fileiras dos Lóios⁴⁹.

O processo termina, assim, com a redacção do testamento do eremita Gomes, celebrado em Santa Margarida do Aivado a 4 de Outubro de 1462. Afirmando-se como «padre e Regedor da dicta casa», inicia a sua manda revogando todas as doações anteriores e «leixamento da dicta casa», confiando-a de seguida aos pobres aí presentes

⁴⁵ TT, *Colégio de S. Paulo de Évora*, maço único, nº 2, fl. 4 (1460.12.24, Santa Margarida do Aivado de Évora, em cópia do séc. XVIII, incluído nas memórias enviadas pelo Colégio para a Província).

⁴⁶ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 91 (1462.10.04, Santa Margarida do Aivado de Évora).

⁴⁷ Paulo de Portalegre, *ob. cit.*, ed. cit., parte II, cap. 16, p. 154.

⁴⁸ Além do eremita Gomes, documentam-se aí mais cinco pobres: Fernando Espadarrão, Fernando Gramaxo, João (X), Lourenço Chaínho e Pedro Velho. Sobre estes eremitas, cf. parte II, B 112, 117, 177, 266 e 339.

⁴⁹ Cf. parte II, B 250, 262 e 275.

e aos vindouros, que nela deveriam preservar «ssob o modo E obediencia dos pobres da sserra d oossa», proibindo que de alguma forma a alienassem. Insiste, significativamente, sobre os laços que deviam unir o eremitério à Serra de Ossa: a esta, pede que proteja, ampare e conserve o lugar por ele fundado; aos pobres do Aivado exorta para que «ssenpre acordem com os da dicta serra e com francisco E que façom todos hermjdade asy como boons seruos de deus». Determinava ainda que, após a sua morte, elessem o seu sucessor, com conselho e autoridade dos pobres da Serra de Ossa e do dito Francisco de Vale da Infante. No mesmo diploma, deixava-se registado o acordo da comunidade à decisão do seu fundador, apontando-se para seu possível sucessor o nome de Gonçalo de Pinhel, então regedor da Serra de Ossa⁵⁰. Caso este não pudesse assumir o governo do lugar, a decisão era deixada à consideração dos pobres dessa comunidade⁵¹.

Cedências e avanços: a irmandade da Serra de Ossa

Face às ameaças contra as casas do Aivado e de Montemuro e, como vimos, ao recuo do monarca, em 28 Julho de 1466, deixando à decisão unânime dos eremitas a escolha das pessoas que sobre eles houvessem «de teer carrego de protector» ou «outra algũa Jurdiçam»⁵², os regedores das diversas casas e outros pobres por elas nomeados reúnem-se na Serra de Ossa em Agosto desse mesmo ano com a proposta de se constituírem em «irmandade» e decidirem os nomes dos juízes encarregues dos seus feitos. O assunto fora proposto previamente aos diversos eremitérios, os quais, após reunirem e deliberarem sobre o assunto, enviaram à Serra de Ossa um ou mais representantes, consoante o número de membros de cada comunidade⁵³.

⁵⁰ Cf. parte II, B 155.

⁵¹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 91 (1462.10.04, Santa Margarida do Aivado de Évora).

⁵² Cf. carta régia de 28 de Julho de 1466 (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 14, fl. 69v).

⁵³ Conforme testemunho de sentença posterior: cf. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 88 (1483.02.26, Santarém).

A 21 de Agosto, redigem os capítulos a sujeitar à aprovação do monarca⁵⁴. O texto responde directamente à carta régia de 28 de Julho, que aliás cita, submetendo ao monarca três nomes para as funções de juizes dos eremitas: Gonçalo de Pinhel, então regedor da Serra de Ossa; o clérigo Fernão Vasques, pertencente à comunidade de Vale da Infante⁵⁵ – Gonçalo Vasques já devia ter falecido por essa data⁵⁶ – e Lopo de Santa Marta, eremita cujo percurso anterior não conseguimos documentar⁵⁷. De seguida, os capítulos enviados retomam alguns aspectos já abordados no Regimento afonsino de 1452: regulamentam as transferências de eremitas entre casas, sujeitando-as à emissão de uma certidão por parte da comunidade de onde partirem, e proíbem que qualquer um que decida sair da «congregaçam» e for viver para uma ermida continue com «a Roupas dos pobres», determinando que, em caso de recusa de regresso à pobre vida, lhe tirem o hábito para evitar «maaos enxemplos». A comunidade emerge assim, cada vez mais, como um espaço de salvaguarda do modo de vida dos pobres, definindo-se, ao mesmo tempo, um conjunto de regras básicas para uma adequada convivência entre as comunidades e a prevenção de eventuais abusos.

Mas o elemento fundamental destes capítulos é a decisão dos eremitas em constituírem-se como «hũa Jrmindade», ao determinar-se que «todallas outras casas fossem anexas aa casa da serra d oossa e ella a todallas outras», em tal maneira que «a casa da serra d oossa nom possa fazer cousa algũa sem conselho das outras casas, nem as outras sem conselho della». Daqui advinham outras consequências práticas, nomeadamente quanto à eleição dos regedores, e daquele que deveria governar a Serra de Ossa. Os capítulos são omissos quanto a eventuais restrições de mandatos, pressupondo que o desempenho do cargo só deveria cessar por morte ou abandono (voluntário ou não) do próprio. Assim, a eleição do regedor da Serra de Ossa deveria ser feita pelo conjunto dos responsáveis das diversas casas, que aí se reuniriam para o efeito, após consulta das respectivas comunidades. Para as restantes casas, parece

⁵⁴ TT, *Colecção Especial*, cx. 36, n° 28 (em carta régia de 1466.09.07, Évora, inserta em confirmação de 1482.05.29, Évora).

⁵⁵ Cf. parte II, B 124.

⁵⁶ Cf. parte II, B 163.

⁵⁷ Cf. parte II, B 253.

entender-se pelo texto, que tal encargo caberia aos juízes dos pobres, com o acordo dos membros da comunidade em causa.

Contudo, o estatuto jurídico desta “irmandade” não é claro. Ela parece, com efeito, pressupor um pacto entre os eremitérios, mutuamente consentido e assumido num contexto de defesa face à intromissão de entidades externas que punham em causa a autonomia e o modo de vida das comunidades. A configuração assumida aproxima esta irmandade das confrarias medievais mas também das *hermandades* castelhanas, que associavam vários municípios na defesa de interesses comuns face à ameaça dos poderes senhoriais ou régio e cuja influência aparece, entre nós, documentada apenas na região do Ribacoa⁵⁸. Contudo, a opção dos pobres pela sua constituição em irmandade poderá cruzar ambas as perspectivas. Maria Ângela Beirante cita diversos casos, inclusive ligados à cidade de Évora, em que as confrarias se assumiam como confraternidades de leigos com interesses simultaneamente espirituais e de defesa de interesses grupais⁵⁹. Talvez algo de semelhante acontecesse também aqui. Mesmo apesar do silêncio dos capítulos apresentados ao monarca sobre algum tipo de ligação espiritual acordada entre as comunidades – as decisões apresentadas ao rei são sobretudo de natureza disciplinar e organizativa –, esta poderia não estar ausente do compromisso aí assumido, dado que documentos posteriores falam do costume, enraizado entre os eremitérios, de celebrarem trintários pelos pobres que neles falecessem⁶⁰.

⁵⁸ Cf. Humberto Baquero Moreno, «A Irmandade de Ribacoa dos fins do século XIII», *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI: estudos de História*, Lisboa, Editorial Presença, 1986, pp. 27-32.

⁵⁹ Cf. Maria Ângela Godinho Vieira da Rocha Beirante, *Confrarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, Ed. da Autora, 1990, pp. 7-13. A autora cita as posturas antigas de Évora, que atestam como, nos finais do século XIV, os atafoneiros da cidade se juntaram «em maneira de confraria», para contestarem as tabelas que lhes eram impostas pelo concelho (p. 11). Num outro sentido, é também interessante, para este caso, o testemunho dado pelos Jerónimos espanhóis que, em 1428, e apesar da cisão operada no seu interior durante o governo de Lope de Olmedo (1418-1425) com a autonomização da Congregação da Observância (também conhecidos por Isidorianos), estabelecem entre si uma *hermandad*, com o compromisso mútuo de sufragarem todos os monges falecidos nos seus mosteiros. Também aqui esta irmandade secunda um acordo de não admissão de monges oriundos de outros mosteiros na Congregação sem a licença dos respectivos priores (cf. Sophie Coussemacker, *L'Ordre de Saint Jerome...*, tomo II, p. 16).

⁶⁰ Cf. infra, o que se diz sobre os “apontamentos” apresentados pelos eremitas a D. João II em 1488.

Seja como for, a constituição desta “Irmandade” parece constituir uma clara resposta e uma forma de defesa dos eremitas face à intervenção régia e às tentativas de anexação das suas casas. Por ela, reforçavam os laços de solidariedade entre si e reconheciam à Serra de Ossa e ao capítulo dos regedores das diversas casas uma função fundamental no governo comum dos eremitérios. Mantendo como pano de fundo a anterior legislação régia – o Regimento de 1452 e o alvará régio de 1455 quanto à alienação dos bens –, estendiam assim a exigência da unanimidade e acordo entre as casas à própria gestão e controlo dos bens de cada um dos eremitérios.

O monarca ratificaria estes capítulos por carta de 7 de Setembro do mesmo ano, encontrando-se então em Évora⁶¹. Mas o jogo de forças continuaria, numa atitude vigilante e sempre que possível regulamentadora da intervenção régia. Por parte da Serra de Ossa, assistimos ao assumir normal da actividade dos juízes nomeados pelo capítulo de 1466: em 1468, determinam o cumprimento do testamento de Mendo Seabra, ordem que fariam registar no próprio original da manda⁶²; no ano seguinte, todos eles emitem licença para certo escambo a realizar por Fernão Gil, regedor de Rio Mourinho, de terras pertencentes ao eremitério⁶³.

Entre a norma e a realidade: a persistência dos problemas

Em 1474, o rei Afonso V volta a emitir diploma semelhante ao já dado aos pobres em 1455 relativo à proibição de alienação de bens por parte dos regedores dos eremitérios. O problema devia manter-se e o monarca torna-se um pouco mais casuístico nas suas determinações, ordenando que, se o bem ilegalmente vendido (isto é, sem a devida licença da Serra de Ossa) já não puder ser recuperado, mas se provar o acto, que o regedor seja obrigado a devolver ao eremitério o respectivo valor.

⁶¹ Cf. nota 54.

⁶² TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 17 (1468.02.04).

⁶³ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 38 (licenças de 12 e 14.04.1469, insertas em escambo de 1469.05.04, Montemor-o-Novo).

Do mesmo modo, se o regedor adquirir, no decurso das suas funções, quaisquer bens, e os possuir, ou os fizer possuir aos outros pobres ou mesmo a familiares seus, por ele, que esses bens fiquem para a casa confiada ao seu governo⁶⁴.

No ano seguinte, a Serra de Ossa e Vale de Infante solicitam ao rei licença, para si e para as restantes provenças, para poderem manter as herdades e outros bens de raiz que já possuíam, e adquirirem outros, justificando o pedido com as elevadas despesas decorrentes do grande número de pobres das suas comunidades e do acolhimento dos «ospedes que comtjoadamente teem». O monarca acedeu, autorizando as restantes casas a manterem os seus bens, e permitiu às duas provenças em causa a aquisição de novos bens. Contudo, impunha-lhes um limite de 22 moios de pão para o rendimento anual das novas propriedades⁶⁵, valor que, em carta dada algumas semanas depois, actualizaria para 25⁶⁶. O monarca não se comprometia, deste modo, em estabelecer um valor geral para os restantes eremitérios, tendo procurado posteriormente ajustar o limite estabelecido à realidade das diferentes casas. Em 1479, sendo solicitado a pronunciar-se sobre a mesma matéria, fixaria o patamar dos bens a adquirir em 10 moios de pão para a casa de Valbom⁶⁷ e em 8 para a de Água das Infantes, em Portel⁶⁸.

Ainda em 1475, D. Afonso V voltava a emitir alvará com o exacto texto do Regimento dado aos pobres em 1452, actualizando apenas os nomes dos juízes⁶⁹. É muito provável que a sua escolha tenha contado com o assentimento dos pobres, que viram reconduzido nesta função o clérigo Fernão Vasques, entretanto nomeado também regedor da Serra de Ossa, ao qual se juntavam agora os eremitas Lopo Godinho de

⁶⁴ TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 6, fls. 14-14v (1474.11.14, Estremoz).

⁶⁵ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 30, fl. 173v (1475.02.08, Estremoz).

⁶⁶ *Ibidem*, lv. 30, fl. 174 (1475.02.24, Évora).

⁶⁷ TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 4, fls. 103-103v (1479.07.08, Évora).

⁶⁸ *Ibidem*, lv. 2, fls. 100v-101 (1479.07.14, Viana do Alentejo, em confirmação de 1489.01.15, Beja).

⁶⁹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 73 e TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 30, fl. 123 (1475.04.29, Portalegre).

Portel, regedor da comunidade de Água das Infantes⁷⁰, e Rodrigo Eanes, encarregue do governo de Vale Abraão⁷¹.

A reiterada insistência do monarca em controlar a vivência destes grupos e a necessidade de renovar proibições e limitações indicia a persistência de problemas entre as comunidades que, aparentemente, nem toda a legislação emanada, a criação dos juízes ou mesmo a “irmandade” acordada entre as diversas casas conseguira resolver.

Esta intuição é confirmada por uma sentença régia um pouco posterior, datada de 22 de Abril de 1478⁷². Por ela, o monarca via-se confrontado com um significativo conjunto de denúncias apresentadas por um grupo anónimo de «pobres Jrmãaos seruos de deus hirmitaaes do modo de viuer da sserra d oosa e cassas anexas a ella» relativas ao comportamento manifestado por diversos regedores dos seus eremitérios. As queixas contra eles multiplicavam-se, pormenorizadamente: a apropriação pessoal dos eremitérios e dos respectivos bens; a prepotência na relação com a comunidade, não aceitando serem contrariados e ameaçando com a expulsão os que se lhes opunham, levando à saída de muitos da pobre vida; o abandono das casas por vários dias sem qualquer aviso e sem nomear ninguém que as regesse em sua substituição; o pouco cuidado com os irmãos doentes e o desrespeito pelos noviços, cuja permanência nas casas faziam depender da simples obediência cega às suas determinações; a procura do apoio de homens poderosos para se escusarem ou neutralizarem a vigilância e correcção exercida pelos juízes nomeados para regerem os pobres; a alienação e gasto indevidos dos bens das casas e a entrega dos próprios eremitérios a estranhos ou companheiros seus como coisa própria. Em suma, agiam com «huu dominio e Senhorio como Senhores», regendo as casas em vista da «vãa glloria do mundo e nom Segundo deus».

O grupo que assim se dirige ao monarca fazia algumas propostas concretas: que tanto as escrituras como o dinheiro de cada casa se guardassem numa arca, da qual se fariam duas chaves, uma entregue ao regedor e a outra a um irmão escolhido pela

⁷⁰ Cf. parte II, B 254.

⁷¹ Cf. parte II, B 364.

⁷² BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 79; TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 4, fls. 104v-106v.

comunidade, encarregue também de registar a receita e a despesa, de modo a permitir um efectivo controlo dos gastos efectuados; que se limitassem os mandatos dos regedores por períodos trienais e que os juízes dos pobres deles tomassem contas após esse período, de modo a evitar a apropriação dos eremitérios e condutas semelhantes. Sobretudo, pediam ao rei que sustentasse «a dicta vida hirmitã e sseu moodo de viuer» e corrigesse os regedores, fazendo-os «conseruar em boons moodos e custumes segundo se faziam e tijnhem e mantijnham em outras cassas de rrellegiões».

O monarca mostra-se evasivo na resposta, mandando que estivesse tudo como até então, pois a resposta devida às situações denunciadas exigia «algũuas hordenanças açerca do sseu viuer ho que Requeria mais dillaçam e tempo» e tal mudança «por sseer supita e antecipada traria Nouydade e della aallem dos Inconuenientes sse poderiam seguir escandollo o que nom seria seruiço de deus E causaria dapno aas conçiências dos ssobredictos e aas dictas cassas». Não deixa, contudo, de acolher as suas propostas sobre a guarda e controle das escrituras e dos dinheiros e sobre a fiscalização das contas das casas de três em três anos, cujo encargo deixa aos juízes dos pobres, e de recomendar aos regedores que ajam com caridade para com os pobres das suas comunidades e para com os doentes, conforme são obrigados.

Além dos problemas que ela atesta e das determinações a que deu origem, esta sentença também é importante por revelar a existência, no interior das comunidades eremíticas, de grupos profundamente descontentes com a forma como o governo das mesmas era exercido e que reivindicavam alterações profundas em ordem a respeitar o seu modo de vida. Por outro lado, ela ajuda-nos a perceber a própria acção do monarca e, pela resposta dada, a sua dificuldade em encontrar ou fazer vingar o enquadramento mais adequado para a resolução dos problemas.

A urgência de mudanças no interior dos eremitérios, na sua forma de organização e estruturação e nas respectivas formas de governo, em ordem ao «seruiço de deus e bem das casas», era, pois, sentida, quer pelo monarca, quer pelos próprios eremitas. No entanto, e para ambas as partes, os caminhos para estas mudanças estavam longe de ser claros e consensuais. O precipitar dos acontecimentos viria obrigar estas comunidades a demonstrar a sua coesão mas também a definir um modelo institucional capaz de salvaguardar o seu modo de vida. A monarquia desempenharia, neste processo,

um papel essencial, ainda que, durante algum tempo, indeciso, quanto ao caminho a seguir, dividida como estava entre várias opções possíveis.

A procura de soluções: a tentativa de apropriação da Serra de Ossa pelos Jerónimos

Um acontecimento revelara-se entretanto decisivo, a tal ponto que, na referida sentença de 1478, ele é associado ao quase desmoronamento do modo de viver dos pobres: a tentativa de conversão da Serra de Ossa numa casa jerónima.

Os factos reportam-se ao ano de 1476 e envolvem uma parte da comunidade da Serra de Ossa, o mosteiro Jerónimo de Santa Maria do Espinheiro de Évora, o rei, o prelado eborense e as restantes casas da pobre vida. O processo é relatado pelas duas partes directamente envolvidas, os eremitas e os Jerónimos do Espinheiro. Consta de uma sentença emitida sobre o assunto no reinado de D. João II, a 26 de Fevereiro de 1483⁷³. Como seria de esperar, pobres e jerónimos apresentam visões distintas da mesma questão. Vejamos o que é possível apurar.

A questão deve ter deflagrado nos primeiros meses de 1476. Segundo o relato apresentado pelos pobres, a comunidade da Serra de Ossa albergava então 22 eremitas, e era liderada pelo clérigo Fernão Vasques, que acumulava também, em virtude do regimento afonsino renovado no ano anterior, as funções de juiz dos pobres. A proposta de entrega da casa da Serra de Ossa aos Jerónimos de Évora partiu do interior da própria comunidade, mas as partes apresentaram informações divergentes acerca da dimensão do grupo que a apoiava (oito eremitas, segundo os pobres, toda a comunidade, segundo os Jerónimos). Desconhecemos a identidade dos eremitas que a apresentaram. Um deles, porém, era o próprio regedor, Fernão Vasques. Seja como for, a iniciativa revelava um descontentamento e um desejo de mudança face a um modo de vida cada vez mais contestado face aos escândalos decorrentes da gestão irresponsável e prepotente de muitas das comunidades por parte dos respectivos regedores e da sua

⁷³ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 88 (1483.02.26, Santarém).

resistência a qualquer tipo de correcção. Por outro lado, a escolha de Santa Maria do Espinheiro é também significativa e compreensível. Ligada a uma ordem de cariz monástico, com antigas raízes eremíticas, com pequenas comunidades instaladas em locais afastados dos povoados e com dedicação exclusiva à oração e ao trabalho, com uma Regra aprovada e um quotidiano cuidadosamente regulamentado, a Ordem de S. Jerónimo surgia como uma opção naturalmente atractiva para os eremitas descontentes: o seu modo de vida era, em vários pontos, semelhante ao deles (mais, sem dúvida, que o dos Lóios, que incluía uma forte componente pastoral aliada a uma vida litúrgica rigorosa e exemplar); por outro lado, o enquadramento facultado pela Regra e pelas respectivas Constituições garantia uma disciplina mais rigorosa. Além disso, o mosteiro de Santa Maria do Espinheiro, de fundação recente (1457), contava com o apoio e protecção, quer dos prelados eborenses – a sua fundação e muito do seu património devia-se a um deles, D. Vasco Gil Perdigão -, quer do monarca, quer das gentes da cidade de Évora. Incluía figuras importantes da nobreza local ou ligadas aos círculos cortesãos, que desde cedo o agraciaram com importantes doações e aí procuraram fundar as suas capelas fúnebres⁷⁴. Os eremitas que fizeram a proposta de anexação aos Jerónimos esperavam, certamente, que ela contribuísse para a renovação da sua vida religiosa.

A iniciativa recebe, desde logo, o bom acolhimento da parte da comunidade jerónima do Espinheiro e o apoio do bispo de Évora, D. Garcia de Meneses⁷⁵. O grupo

⁷⁴ Sobre este mosteiro, para além da bibliografia já citada na nota 41, cf. Cândidos dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal. Das origens aos fins do século XVIII*, Porto, Centro de História da Universidade do Porto – INIC, 1980, pp. 21-22, 57-59; Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora na Idade Média*, p. 520. Sobre as capelas aí fundadas, cf. Anselmo Braamcamp Freire, *As sepulturas do Espinheiro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.

⁷⁵ Sabemo-lo por Évora pelo menos nos primeiros meses de 1476, de onde escreve ao monarca, congratulando-se pelo nascimento do príncipe D. Afonso (cf. Saul António Gomes, *D. Afonso V*, p. 107). A sua eleição para a diocese de Évora data de 12 de Novembro de 1470, após uma não concretizada nomeação para Coimbra, à frente da qual se manteria até à sua morte, ocorrida em 1484 [para o seu percurso, cf. Hermínia Vasconcelos Vilar, «D. Garcia de Meneses e o Cabido de Évora: perspectivas de um governo episcopal (1471-1484)», in *III Congresso Histórico de Guimarães “D. Manuel e a sua época” (24 a 27 de Outubro de 2001) – Actas*, vol. II, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 43-55, bem como os importantes elementos aduzidos por António Domingues de Sousa Costa, *Portugueses no Colégio de S. Clemente e Universidade de Bolonha durante o século XV*, vol. II, Bolonha, Publicaciones del Real Colegio de España, 1990, pp. 738-751]. O seu percurso, até pelos seus vínculos familiares – era filho de D. Duarte de Meneses, 3º Conde de Viana, e de D. Isabel de Castro, filha de D. Fernando de Castro, o governador da casa do Infante D. Henrique – é, desde cedo, marcado pela proximidade aos círculos cortesãos e pelo serviço do monarca, que o envolverá em importantes missões diplomáticas (documentam-se longas presenças suas junto da Corte Pontifícia) e chamará a colaborar

dos dissidentes tinha enviado alguns emissários ao dito mosteiro para encetarem negociações com o intuito de entregar a casa da Serra de Ossa aos Jerónimos. Depois, tinham desenvolvido contactos com o vigário do bispo de Évora, Vasco Eanes de Camões, para obterem a devida licença do prelado. Os Jerónimos declararam também que tinham, para o efeito, obtido «carta da edificação e consentimento» da parte de D. Afonso V, que é apresentada no decurso do posterior processo judicial, mas cujo conteúdo nos é, infelizmente, desconhecido.

A tomada de posse da casa é descrita, como seria de esperar, em tons muito diferentes, pelos Jerónimos e pelos pobres. Os primeiros, em conformidade com a afirmação de uma aceitação consensual da instalação dos monges na Serra de Ossa por parte da respectiva comunidade, descrevem a tomada de posse como uma cerimónia pacífica, acompanhada e ratificada pela presença do dito vigário do bispo, Vasco Eanes de Camões, e por dois notários apostólicos. Recebidos, diz o documento, sem qualquer perturbação, entraram no oratório da casa, onde o dito vigário «ssollenemente e de sseus prazeres edeficou e hordenou [o dito mosteiro] çellebrando sse logo em elle missa e Rezando sse as oras canónicas no oratório ssegundo hordem da dicta Rellegiam ficando hy logo frey gill frade da dicta hordem». O mesmo vigário, antes de partir, dera posse aos Jerónimos de tudo o que pertencia à dita casa, «comendo logo os dictos yrmittäes em Refeitorio e dormindo em ssuas çellas ssegundo Regra da dicta hordem e rrellegiam de sam jeronimo». Assim acontecera, segundo eles, por um período «pasante de dous messes e majs», durante o qual se preparavam os hábitos para os eremitas, enquanto se aguardava a vinda do provincial da Ordem para poderem professar.

Segundo os eremitas, pelo contrário, o processo decorreria de forma sub-reptícia, apoiado por um pequeno grupo de oito eremitas. O dito vigário episcopal e dois frades do Espinheiro teriam reunido diversos «homeens de caualllo armados de gibanetes e lanças e spadas», que avançaram sobre o eremitério. Os eremitas que não haviam tido

militarmente em diversificados momentos e funções. O seu governo à frente desta diocese é, por isso, pautado por longas e repetidas ausências, embora nos faltem ainda dados concretos que permitam estabelecer com mais rigor os períodos da sua presença em Évora. Tal seria importante para percebermos melhor o papel desempenhado pelo próprio cabido eborense no processo Serra de Ossa-Espinheiro, tanto mais que, como refere Hermínia Vilar, os dados existentes apontam para a grande influência que este órgão de governo diocesano então dispunha, mercê do absentismo frequente dos bispos mas também das longas carreiras que se documentam para alguns dos seus membros (cf. Hermínia Vasconcelos Vilar, «D. Garcia de Meneses...», pp. 48-55).

conhecimento das negociações entretanto encetadas, pressentindo a sua aproximação, fecharam-se nas suas casas e no oratório, «por lhes nom fazerem algũa força e Injuria E scandallo». Os homens armados, derrubando as portas por «couçe e per força», instaram os eremitas resistentes a abandonarem o lugar, o que estes não terão aceitado, pedindo aos invasores que deixassem o eremitério, pois não «consstyam que ssua casa e oratoryo fosse tornado em moesteyro» e que tal de nada valeria sem consentimento de todos os eremitas. Feitos «os autos que lhes aprouue», «o dicto vigário e armados e frades» teriam abandonado o local. Retomando os eremitas a posse pacífica do eremitério e o seu anterior modo de vida, aceitaram acolher o dito Frei Gil apenas por caridade, «que hy veeo ter doente», e que, por isso, aí ficara cerca de dez dias.

Estamos, evidentemente, perante dois discursos construídos em função dos interesses das partes envolvidas e do contexto em causa, ou seja, um pleito judicial conduzido perante o monarca. Independentemente das versões contraditórias e das distorções nelas veiculadas sobre o que realmente terá acontecido, é certa a tentativa de conversão da Serra de Ossa em casa jerónima e o conjunto de apoios que concitou. É também certa – e nisso os relatos coincidem – a oposição que tal iniciativa suscitou, quase de imediato, junto dos restantes eremitérios. É possível que os Jerónimos tivessem permanecido algum tempo na Serra de Ossa, mesmo com oposição de alguns membros da comunidade, pois ambas as partes contam como a divulgação da notícia atraiu muitos eremitas das casas mais próximas – citam-se Montemuro, Aivado, Vale da Infante, Vale Abraão, Valbom, Portel, Montes Claros e Rio Mourinho. Juntando-se na Serra de Ossa – o que exigiria pelos menos alguns dias –, conseguiram expulsar os monges. Na versão dos eremitas, tudo se passou pacificamente: reuniram-se todos e reafirmaram perante o vigário de Évora a sua oposição à entrega do lugar aos Jerónimos. O relato do Espinheiro, pelo contrário, declara que a retirada dos monges se fez «forçossamente». Seja como for, gorava-se a tentativa de anexação da Serra de Ossa por parte do mosteiro eborense. Estes acontecimentos deram-se «em hũu dos dias do mes de ssetenbro do ano do naçimento de nosso senhor Jesu christo de mjll e iij^c lxxbj annos».

O fracasso da iniciativa punha termo à ofensiva jerónima, mas por pouco tempo... É possível que o processo não tenha sido tão simples como referem os

eremitas, dado que, em Julho de 1477, o monarca ainda se via obrigado a ordenar a Diogo Gomes Zagalo, ouvidor das terras do Condestável, que metesse definitivamente a Rodrigo e Lopo de Portel, juízes dos pobres, em posse da casa da Serra de Ossa com todos os seus bens, ainda retidos por Fernão Vasques, «que em ella estaa e ora tem a posse pellos ffrades de sam Jeronymo». D. Afonso V afirma ter consultado diversos letrados sobre o assunto antes de tomar tal decisão, o que pressupõe que a recuperação plena da Serra de Ossa pelos pobres deve ter sido mais demorada do que o documento anterior afirma⁷⁶. Por outro lado, verifica-se o posicionamento de Fernão Vasques, que já não é aqui referido como juiz dos pobres, e que seria por eles substituído, com a escolha para o cargo de João Brandão, regedor de Alferrara⁷⁷.

É importante, contudo, e apesar deste diploma régio, lembrar que, segundo o testemunho dado pela sentença de 1483, Afonso V apoiara o projecto de conversão da Serra de Ossa em casa jerónima. Esta era claramente, para o monarca, uma via adequada para a resolução dos problemas com os eremitas e para o seu enquadramento definitivo, por meio da sua integração numa Ordem aprovada e igualmente reformista. Não era, como vimos, uma hipótese nova para o rei, que já em 1460 deve ter apoiado a anexação de Santa Margarida do Aivado pelos Lóios, e não seria, como veremos, uma solução definitivamente abandonada.

Entre uma configuração institucional própria e o modelo das ordens reformistas

Mas Afonso V (ou os seus conselheiros nesta matéria) tenta avançar também por outro caminho: o da gradual institucionalização dos eremitas, que desde 1466 se haviam constituído em “irmandade”. As diversas intervenções do monarca são, de novo, segundo tudo indica, executadas à revelia dos pobres. Assim, e ainda em Agosto de

⁷⁶ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 28 (1477.06.16, Porto, em traslado de 1481.06.04, Évora).

⁷⁷ Este já aparece documentado como tal em 1478 (cf. *ibidem*, lv. 39, nº 27 – 1478.08.21, Évora, em traslado de 1479.02.20, Coima). Sobre este eremita, cf. parte II, B 188.

1476, em pleno conflito dos pobres com os Jerónimos, o rei nomeia o franciscano D. Rodrigo de Noronha, seu sobrinho, e bispo de Lamego, capelão-mor e regedor da Casa da Suplicação, como juiz para as causas relativas aos pobres, funções que acumularia, entre outras, com as de protector da Universidade de Lisboa⁷⁸. Tal medida parece vir na sequência de outras, assumidas pelo monarca, no sentido de conduzir, com o recurso a este prelado, uma reforma mais profunda da vida religiosa⁷⁹. É o que podemos deduzir do citado diploma, pois o monarca confia-lhe também o governo dos hospitais, albergarias e gafarias do reino e encarrega-o de administrar todos os resíduos do arcebispado de Lisboa⁸⁰. Possivelmente, o impacto de tal medida acabou por não ser muito grande, dada a brevidade do mandato, que cessaria com a morte deste prelado, ocorrida em inícios de Setembro de 1477.

Antes desta data, em Abril de 1477, o rei tinha obtido do papa Sisto IV a bula *In suprema militantis ecclesie*⁸¹. Nesta, o pontífice começava por confirmar e estender aos eremitérios ligados à Serra de Ossa todos os privilégios a ela concedidos pelos seus antecessores: posse de altar portátil, celebração dos sacramentos por sacerdote idóneo, escolha de confessor, absolvição plenária *in mortis articulo*, isenção do pagamento de dízimas. De seguida, proibía que estes lugares fossem tomados por qualquer ordem, fosse ela mendicante, monástica ou militar. Contudo, o diploma papal trazia também a

⁷⁸ CUP, vol. VII, doc. n.º 2696, pp. 375-376 (1476.08.23, Lisboa). D. Rodrigo de Noronha fora nomeado, a 7 de Novembro de 1459, como prior de Santa Cruz de Coimbra, cargo que aparentemente não chegou a exercer e ao qual renuncia a 22 de Agosto de 1463, quando é eleito bispo de Lamego. Sousa Costa propõe-no filho ilegítimo de D. Fernando de Noronha, 2º conde de Vila Real e capitão de Ceuta, aceitando um seu percurso inicial na Ordem Franciscana ligado à Observância. Permaneceu à frente da dita diocese até à primeira quinzena de Setembro de 1477, data em que o mesmo autor situa o seu falecimento (cf. António Domingues de Sousa Costa, «Bispos de Lamego e de Viseu no século XV (X-XI)», *Itinerarium*, vol. XXXIV, 1988, pp. 232-273; vol. XXXV, 1989, pp. 124-236).

⁷⁹ Em 1472, D. Rodrigo de Noronha é encarregue por Sisto IV de reformar o convento de S. Domingos de Lisboa e, em 1475, o mesmo pontífice integra-o no grupo de eclesiásticos nomeados para aprovarem a concórdia então celebrada entre os cônegos seculares de Vilar de Frades e o arcebispo de Braga. No ano seguinte, uma súplica apresentada pelo monarca procura submeter à jurisdição do prelado lamacense todos os frades e outros religiosos a viver na corte (idem, «art. cit.», *Itinerarium*, vol. XXXIV, 1988, pp. 203-204 e nota 1086, p. 206-207)

⁸⁰ Cf. nota 78.

⁸¹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), n.º 77 (1477.04.10, Roma).

imposição aos eremitas da profissão do voto de castidade como condição para usufruir dos referidos privilégios.

Emitida no rescaldo da investida jerónima sobre a Serra de Ossa, esta bula revelava a perícia do monarca, que aproveitava a ocasião para, com este passo, aproximar o modo de vida destas comunidades de um modelo cada vez mais institucionalizado. O voto de castidade, professado de forma pública, identificava cada vez mais os eremitas com o universo dos religiosos, enquanto sinal incontestável de separação da vida do mundo, e do seu ingresso definitivo num outro estado de vida⁸². Para os eremitas, a possibilidade de beneficiarem dos privilégios anteriormente obtidos e da protecção conferida pelo pontífice, depois do risco de terem de renunciar ao seu modo de vida pela tentativa de anexação por uma outra Ordem da sua casa principal – pedra angular da sua “irmandade” –, era algo de irrecusável.

A aceitação do voto de castidade foi, aparentemente, generalizada, embora não imediata. Atestam-no, aliás, os repetidos pedidos de traslados da mesma bula por parte de muitos dos eremitérios da pobre vida, na sua maioria emitidos ao longo do mês de Dezembro de 1478⁸³. Dispomos pelo menos de duas actas da sua execução, relativas às comunidades de Vale da Infante e Montemuro, celebradas respectivamente a 7 de Novembro e 27 de Dezembro de 1478.

No primeiro caso, o acto decorre na presença do tabelião das notas de Estremoz, dos regedores de Valbom e da Serra de Ossa e de um Frei Fernando, sacerdote da Ordem de Avis. Estando reunida toda a comunidade (cerca de nove pobres), a profissão é feita de forma muito simples: «eu [nome] prometo a deus e ha ujrjem marja sua

⁸² Cf. Ch. Lefebvre, «Castità – Dottrina canonica classica», in *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, tomo II, 1975, cols. 662-665; G. Rocca, «Voto. II – In Occidente: visione storico-giuridica generale del voto solenne e del voto semplice», *ibidem*, tomo X, 2003, cols. 553-564.

⁸³ Solicitam-nos os eremitérios de Montes Claros (BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 16 [25] – 1478.12.03, Évora), Água das Infantes, no termo de Portel (BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 15 – 1478.12.04, Évora), Asseiceira, no termo de Olivença [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de Montemuro*, nº 2 – 1478.12.04, Évora), Montemuro [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 78 – 1478.12.04, Évora], Espadaneira (*ibidem*, nº 85 – 1478.12.04, Évora), Santa Margarida do Aivado (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 1, nº 66 – 1478.12.09, Évora), Valbom [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Vila Viçosa*, nº 16 – 1478.12.10, Évora] e Vale Formoso, no termo de Tavira [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 82 – 1482.01.02, Évora].

madre em todollos djas de mjnha ujda castidade». A acta é, de seguida, redigida pelo tabelião e assinada por todos⁸⁴. No caso de Montemuro, o documento é mais pormenorizado: a profissão é feita no oratório, depois de todos os membros da comunidade (cerca de seis) se terem confessado, ouvido missa e comungado, «em giolhos ante ho altar e o sacerdote». A dupla invocação de Deus e da Virgem acompanha, também neste acto, a profissão do referido voto. O carácter público da profissão é aqui assegurado pela presença do notário apostólico Diogo Álvares, cónego da Sé de Silves e prior de Alcáçovas, e por um conjunto variado de testemunhas, incluindo Afonso Gonçalves, bacharel na Sé de Évora e vigário da igreja de S. Pedro de Evoramonte, e ainda alguns servidores do eremitério⁸⁵.

No entanto, é possível que, nesta adesão ao voto de castidade, tivesse entretanto pesado um outro facto. Com efeito, os documentos citados mostram que o grande movimento dos eremitérios em ordem ao acatamento da “proposta” pontifícia acontece a partir de Novembro de 1478. Ora, alguns meses antes desta data, os eremitas tinham sido confrontados com a renovação das tentativas de anexação das suas casas. Os Jerónimos de Santa Maria do Espinheiro tomaram posse do lugar de Rio Mourinho. Retomavam, portanto, as suas tentativas de expansão à custa destes grupos eremíticos.

Contudo, para evitarem o fracasso da iniciativa anterior, procuraram, desta vez, munir-se de todas as garantias legais para impedir a Serra de Ossa de contestar ou anular tal acto, a começar pelo apoio do próprio Pontífice. A cobertura papal foi-lhes concedida por via da bula *Ad ecclesiarum et monasteriorum*, datada de 15 de Fevereiro de 1478. Neste diploma, Sisto IV declara que a união do eremitério ao dito mosteiro fora já ratificada pelo bispo de Évora e que esta decisão obtivera também o apoio do monarca português. Assim, o rei, com o prior e a comunidade do Espinheiro, solicitavam-lhe a aprovação desse acto. Verificamos, que se tinha retomado o jogo de forças de 1476. D. Garcia de Meneses e de D. Afonso V voltavam a aliar-se para

⁸⁴ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 80 (1478.11.07, Vale da Infante).

⁸⁵ *Ibidem*, nº 86 (1479.12.27, Montemuro). Sobre a distinção medieval entre votos públicos ou solenes e votos simples ou privados e as condições exigidas para os primeiros, cf. G. Rocca, «Voto. II – In Occidente: visione storico-giuridica generale del voto solenne e del voto semplice», *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, tomo X, 2003, cols. 554-556.

conseguirem integrar eremitas na Ordem de São Jerónimo, recorrendo agora ao apoio do próprio papa. Este parecia ter esquecido o que ele próprio tinha anteriormente determinado na bula *In suprema militantis ecclesie*, ao proibir a anexação das comunidades eremíticas por qualquer Ordem mendicante, monástica ou militar. Talvez pretendesse aproveitar algum atraso no cumprimento das condições aí estabelecidas⁸⁶.

Os monges contaram também, em Rio Mourinho, com a colaboração do respectivo regedor, o eremita Fernão Vasques. Apesar de afastado do cargo de juiz dos pobres, este clérigo, ligado ao grupo da Serra de Ossa que, dois anos antes, se mostrara favorável à subordinação daquela casa ao Espinheiro, retomava idêntico projecto, agora à frente da comunidade dos eremitas do termo de Montemor-o-Novo.

Os seus argumentos aparecem já na carta régia de apoio à referida anexação, datada de 24 de Agosto do mesmo ano. Neste diploma, o monarca começa por declarar que a união do lugar a Santa Maria do Espinheiro tinha sido pedida pelos pobres de Rio Mourinho, e que estes justificavam o seu desejo, em virtude da natureza doentia do lugar, que se convertera para eles numa fonte de constantes «doores e infirmjades». Referiam também as discórdias que agitavam a comunidade, e a superioridade do modo de vida dos Jerónimos, pelo facto de «a hordem da Relegiam» ser «mais accepta a nosso Senhor deus que o modo de uiuer que elles uiuiam». Invocavam ainda a fama do mosteiro, associado a um prestigiado santuário, onde os monges «vyuiam em boa e sancta hordem e Regra», Argumentavam com a necessidade de aumentarem o património do cenóbio em ordem a reunirem os bens indispensáveis «per que se podessem soportar». Por fim, invocavam a unanimidade da sua decisão, e o apoio já obtido para o acto da parte de Roma. Nada diziam, contudo, sobre a Serra de Ossa nem sobre as restantes comunidades da pobre vida.

O monarca também não se refere às outras comunidades de eremitas. Pelo contrário, na linha do que já deixara dito no regimento que lhes tinha dado, afirmava

⁸⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 1 (*Pergaminhos do Mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro de Évora*), nº 50 (original) e pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 83 (em cópia do séc. XV).

que a decisão lhe cabia exclusivamente a ele, por «a dita prouencia e beens della serem profanos e elles proues em todo da nossa Jurdiçam»⁸⁷.

A 7 de Setembro, Fernão Vasques, pobre de Rio Mourinho, e Fr. Afonso de Guimarães, procurador do mosteiro de Santa Maria do Espinheiro, comparecem junto do vigário-geral de D. Garcia de Meneses, em ordem a verem confirmada, por sentença apostólica, a referida anexação. Fernão Vasques ia munido de procuração dada pelos pobres desse lugar, redigida poucos dias antes perante o notário apostólico, na qual ele e os dois outros eremitas aí residentes manifestavam a sua vontade de «emtrar em relegião em o Mosteiro de Santa Maria do Espinheiro da Cidade de Evora» e de dar a este cenóbio todos os bens do eremitério. No pedido feito perante o vigário-geral da diocese, o regedor de Rio Mourinho renovaria tal vontade, opondo de novo o modo de vida dos monges, que viviam «sub Regra, e ordem aprovada pela Santa madre Igreja» à vida eremítica, que «não he aprovada per a Santa Igreja». Lembrava também que este facto fora já causa de muitos escândalos, por muitos pobres saírem dessas casas, andando uns por onde lhes aprazia e outros casando ou fazendo «algumas exorbitanças non devidas»⁸⁸.

Não podemos deixar de recordar aqui as queixas que, poucos meses antes, outros eremitas haviam apresentado ao monarca, dando conta dos mesmos problemas e exigindo mudanças urgentes⁸⁹. Se, para estes, tais problemas não implicavam o abandono do seu modo de vida mas o desejo de o melhorarem, para serviço de Deus, para os pobres de Rio Mourinho ou, pelo menos, para Fernão Vasques, a sua existência era prova de que o mesmo serviço de Deus urgia a procura de respostas em outras formas de vida aceites pela Igreja e orientadas por uma Regra igualmente aprovada pela autoridade eclesiástica.

Os Jerónimos devem ter tomado posse do eremitério pouco tempo depois, dado que, em Abril de 1480, o monarca já emitia uma carta de privilégios dirigida «ao prior e

⁸⁷ TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 4, fls. 113v-114v (1478.08.24, Évora). Publ. in Cândido Dias dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal...*, apêndice documental, doc. 11, pp. 272-273.

⁸⁸ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 1, n° 68 K (1478.09.07, Évora, em cópia do séc. XVIII).

⁸⁹ Ver supra.

convento do mosteiro de Santa Maria do espinheiro e rio mourinho»⁹⁰. A oposição da Serra de Ossa e dos restantes eremitérios a esta anexação não se faria esperar. Tratava-se, certamente, de uma decisão unilateral tomada à revelia do parecer dos outros lugares da pobre vida e da Serra de Ossa, e ao contrário do que exigiam a irmandade estabelecida entre todas as casas, e os privilégios régios concedidos aos pobres.

É possível que Afonso V tivesse procurado enfraquecer esta “irmandade”, pois, a 23 de Agosto de 1480, contrariando os capítulos aprovados em 1466, determinava que o regedor da Serra de Ossa pudesse ser eleito sem o concurso de todas as casas, bastando para o efeito o acordo da maioria dos eremitas nela residentes e dos juizes para o efeito deputados⁹¹. Mas depressa se veria obrigado a recuar nesta decisão, pois, por nova carta régia datada de 24 de Julho de 1481, restabelecia a obrigatoriedade de se ouvirem todos os «prellados» das outras casas para a eleição do regedor da Serra de Ossa. O diploma estabelecia ainda que, para tal eleição, as casas com cinco ou mais eremitas pudessem escolher cada uma delas um representante para participar em tal acto, e reconhecia ao «maior» da Serra de Ossa, assim eleito, o poder de visitar anualmente todas as casas, acompanhado pelos juizes dos pobres ou pelo menos por um deles, de forma a poderem «corregger qualquer defecto ou mingoa que antre os proues das dictas casas ouuer»⁹².

Coesão e autoridade: a reacção da Serra de Ossa

A morte de D. Afonso V, ocorrida a 28 de Agosto de 1481, acontecia, assim, num período em que as comunidades eremíticas se confrontavam com múltiplas tensões e problemas que, apesar das intervenções régias, haviam ficado sem resposta. A repetição de medidas legislativas não havia resolvido muitos dos conflitos que

⁹⁰ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 32, fl. 73 (1480.04.04, Alvito).

⁹¹ *Ibidem*, lv. 32, fl. 120 (1480.08.23, Vila Viçosa).

⁹² TT, *Colecção Especial*, cx. 34, nº 33 e *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 26, fl. 135 (1481.07.24, Évora).

atravessavam estes grupos, nem os abusos que decorriam de uma gestão inadequada dos bens ou da fuga de elementos que persistiam em usufruir dos seus privilégios após abandonarem a pobre vida. As tentativas de apropriação de alguns destes lugares por outras ordens tinham fracassado, mas as suas sequelas continuavam. Todavia, no início do reinado de D. João II, destacava-se também um grupo de comunidades que procurava fortalecer cada vez mais a sua coesão interna com o apoio da Serra de Ossa. A sua comunidade, consciente do seu papel na busca das configurações institucionais que preservassem o essencial do seu modo de vida, assegurassem uma efectiva autoridade sobre as diversas casas e uma vigilância atenta que prevenisse abusos e desvios, desempenhou, nesta conjuntura, um papel determinante. Este grupo mostrara-se, por força das circunstâncias, permeável a uma integração crescente e cada vez mais definida no universo da vida religiosa, aceitando a profissão do voto de castidade. Os tempos seguintes dariam continuidade a esse processo, entre mutações internas e a intervenção reformadora e institucionalizadora da monarquia.

Entre as questões em aberto, encontrava-se, desde logo, o caso de Rio Mourinho. O processo de união desta casa ao mosteiro do Espinheiro decorrera, como vimos, à revelia da Serra de Ossa e dos restantes eremitérios. O lugar continuava na posse da sua comunidade. Por outro lado, os próprios Jerónimos não aceitaram pacificamente a sua expulsão da Serra de Ossa. Não tinham conseguido convertê-la numa nova casa da sua Ordem. Por isso, em 1481, provavelmente, os monges resolviam levar o caso aos tribunais da Coroa, reivindicando a legalidade dos seus actos, atestada, segundo eles, pelas necessárias licenças régia e do prelado eborense, e pela vontade unânime da comunidade dos eremitas aí instalada em aderir ao seu modo de vida⁹³.

É neste contexto que se desencadeia a resposta da Serra de Ossa. Logo em Dezembro de 1481, os eremitas obtêm de Sisto IV a revogação da união de Rio Mourinho ao Espinheiro, por meio da bula *Humilibus supplicum*⁹⁴. O pontífice reconhecia os direitos dos eremitas sobre esse lugar, em virtude do desejo expresso por

⁹³ A datação do desencadear do processo não é clara. Contudo, a sentença que, em 1483, lhe põe um fim indica que a contenda se iniciara quando Fernando Pinheiro se encontrava como regedor na Serra de Ossa, o que obriga a colocar esse facto em data próxima de 1481 (cf. parte II, B 120).

⁹⁴ Original em TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, n.º 45 (1481.12.05, Roma).

Mendo Seabra, o seu fundador, que lhes deixara o eremitério. Estabelecera-o «sub correctione disciplina et obedientia maiorum dicti loci de Serra», para ser habitado por pobres do seu modo de viver, o que sempre acontecera até ao momento em que Fernão Vasques e os seus companheiros haviam feito doação do mesmo aos frades do Espinheiro. Dado que, para tal acto, os eremitas da Serra de Ossa não haviam sido ouvidos pelo prelado eborense, reconheceram-lhes o direito de contestarem a mesma doação, obtida sub-repticiamente.

A ofensiva avança, de seguida, até junto do monarca, que desde os últimos meses de 1481 até quase aos finais de Outubro do ano seguinte, estancia por terras alentejanas, para onde convocara a realização de Cortes⁹⁵. Iniciadas em Évora a 12 de Novembro de 1481, estender-se-iam até Abril do ano seguinte, com a mudança para Montemor-o-Novo e Viana do Alentejo imposta pela peste, a partir de finais de Janeiro⁹⁶. Nesta última vila, os pobres pedem ao monarca a possibilidade de elegerem como juiz, nos seus feitos, o Doutor João de Elvas, do conselho régio e corregedor na Corte, dadas certas demandas que pretendiam mover ou que outros lhes moviam. Justificam o pedido por «serem pessoas mjseraaues»⁹⁷. O monarca não deixa de aceder a tal demanda, reconhecendo a sua efectiva indigência.

Mas os diplomas solicitados ao rei multiplicar-se-iam nos meses seguintes, aproveitando a permanência de D. João II na região de Évora, a qual se prolongaria pelo menos até Outubro desse ano⁹⁸. Se este procedimento era normal, como vimos, no início de cada novo reinado, as confirmações agora emitidas sucediam-se num contexto de confronto judicial com os Jerónimos do Espinheiro. Por isso, pretendiam que os privilégios anteriormente concedidos fossem de novo validados. Se tal acontece para as isenções e liberdades desde há muito outorgadas à Serra de Ossa e desde cedo

⁹⁵ Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de el-rei D. João II*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1975, pp. 29-76.

⁹⁶ Cf. Armindo de Sousa, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, vol. I, Porto, INIC – Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 422-425.

⁹⁷ TT, *Chancelaria de D. João II*, lv. 17, fl. 116 (1482.04.20, Viana do Alentejo).

⁹⁸ Cf. nota 95.

estendidas a outros eremitérios⁹⁹, ou para privilégios anteriormente concedidos a esta ou àquela comunidade¹⁰⁰, ganham particular relevo os pedidos de confirmações dos diplomas afonsinos que haviam ratificado e consolidado a irmandade estabelecida entre a Serra de Ossa e as restantes casas¹⁰¹, definido as limitações à alienação de bens por parte dos eremitérios¹⁰² ou reconhecido a autonomia dos pobres na escolha daqueles que sobre eles podiam exercer algum tipo de jurisdição¹⁰³. Ao contrário dos anteriores, estes pedidos de confirmação são subscritos conjuntamente por todos os eremitérios. Foi neles que ficaram consignados os argumentos legais que os eremitas usaram para afastarem definitivamente a ameaça da anexação de algumas das suas casas aos Jerónimos. Consolidam, pois, a coesão já alcançada entre a Serra de Ossa e os restantes eremitérios.

⁹⁹ O monarca enumera cuidadosamente os mesmos privilégios, que confirma a diversos eremitérios: Montemuro [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 6 – 1482.04.22, Viana do Alentejo], Água das Infantes, no termo de Portel (TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 2, fls. 177v-178 – na mesma data), Valbom [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Vila Viçosa*, nº 7 - idem], Junqueira [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 89 – idem, em traslado de 1483.05.20, Santiago do Cacém], Vale Abraão [BPE, *Cód. CLXIX/1-18*, in fine – idem, em traslado de 1591.07.01, Redondo], Alferrara (TT, *Colecção Especial*, cx. 36, nº 20 – 1482.05.26, Évora); Santa Margarida do Aivado (TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 2, fls. 186v-187v – 1482.05.30, Évora). A 30 de Maio de 1482, o monarca concede confirmação de todos os privilégios a pedido apresentado conjuntamente pelos eremitérios ligados à Serra de Ossa (BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 25 [38] – em traslado de 1486.08.21, Estremoz; TT, *Colecção Especial*, cx. 36, nº 22 – em confirmação régia de 1494.04.05, Lisboa).

¹⁰⁰ Atente-se, contudo, à introdução de algumas limitações na renovação de diversos desses privilégios. Apenas alguns exemplos: à Serra de Ossa, autoriza que cacem na dita Serra com armadilhas, definindo-lhes, contudo, um perímetro para tal actividade [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 87 – 14[82?].03.28, Évora] e aos pobres de Valbom renova a carta de protecção da área do eremitério, embora determinando que esta não se aplique quanto ao caçar (TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 2, fls. 182-182v – 1482.04.22, Viana do Alentejo); a certos lavradores dos eremitas da Junqueira, renova-lhes o privilégio mas retira-lhes a isenção de serem acontiadados (*ibidem*, lv. 2, fls. 180-180v – na mesma data), repetindo o mesmo para um lavrador e um moleiro dos pobres de Montemuro (*ibidem*, lv. 2, fls. 180v-181 – na mesma data) e para outro lavrador que os pobres de Valbom traziam na sua herdade do termo de Jerumenha (*ibidem*, lv. 2, fls. 182v-183 – na mesma data).

¹⁰¹ Confirmação da carta afonsina de 1466.09.07, com o texto emanado do Capítulo então celebrado pelos pobres na Serra de Ossa (TT, *Colecção Especial*, cx. 36, nº 28 - 1482.05.29, Évora).

¹⁰² Confirmação da carta afonsina de 1474.11.04 (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 91, fls. 19v-21 - 1482.05.29, Évora, em traslado de 1591).

¹⁰³ Confirmação da carta afonsina de 1466.07.28 (TT, *Colecção Especial*, cx. 36, nº 21 – 1482.05.28, Évora).

A constituição dos pobres em Congregação

Contudo, a 4 de Setembro de 1482, uma carta régia vinha dar conhecimento da realização, na Serra de Ossa, de um novo Capítulo, possivelmente em Julho ou Agosto desse ano¹⁰⁴. Fora convocado, a mandado do próprio monarca, por intermédio de dois clérigos da sua confiança, ambos oriundos das fileiras dos Lóios: o Pe. Diogo Gonçalves, confessor da rainha D. Leonor¹⁰⁵, e o Pe. Paulo de Portalegre, o autor do *Novo Memorial do Estado Apostólico*, então reitor do Colégio de Santo Elói de Lisboa¹⁰⁶.

A presença destes dois clérigos, ligados a uma congregação canonical de cariz reformista, visava assegurar o bom decurso dos trabalhos e o cumprimento dos objectivos definidos pelo monarca para o referido Capítulo. Do mesmo diploma – dado que não sobreviveu nenhuma acta da reunião –, depreendem-se claramente os seus objectivos: a adopção definitiva de um modelo institucional que firmasse a autoridade da Serra de Ossa sobre os restantes eremitérios, e submetesse as suas comunidades a um governo centralizado, com poderes definidos quanto à disciplina do seu modo de vida e ao controlo da gestão material feita pelos respectivos regedores.

A forma adoptada, a da «Congregatio», poderá ajudar a compreender melhor o recurso do monarca aos dois padres lóios, também eles pertencentes a uma família religiosa estruturada dentro do mesmo modelo, ainda que com configurações

¹⁰⁴ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 81 e TT, *Chancelaria de D. João II*, lv. 3, fl. 47 – 1482.09.04, Évora.

¹⁰⁵ Sobre Diogo Gonçalves, cf. Ivo Carneiro de Sousa, *A Rainha D. Leonor (1458-1525). Poder, misericórdia, religiosidade e espiritualidade no Portugal do Renascimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – FCT, 2002, pp. 877-878; Maria Isabel Pessoa Castro Pina, *Os Lóios em Portugal...*, pp. 159-160, 189.

¹⁰⁶ Sobre o seu percurso, cf. Cristina Sobral, «Introdução», in Paulo de Portalegre, *Novo Memorial do Estado Apostólico...*, ed. cit., pp. 22-28; Maria Isabel Pessoa Castro Pina, *Os Lóios em Portugal...*, pp. 208, 227.

particulares, aliás toleradas por esta figura jurídica de cariz muito abrangente¹⁰⁷. Assim, a solução encontrada denunciava a influência das práticas organizacionais típicas das ordens mendicantes: uma autoridade centralizada, a constituição das diversas casas numa província, a realização de capítulos gerais e de visitas e a eleição de superiores temporários¹⁰⁸. Nesse sentido se orientavam, com efeito, as «cousas» que «por seruiço de deus e bem do uiuer dos dictos Jrmitãaes», o monarca determinara que nesse Capítulo fossem ordenadas: «que emlegesem amtre sy hũu geeral e prouemçiall Regedor que emtre e visite aos outros particulares Regedores, suas casas e prouemças hũa vez no Anno E mais quamdo vijr que he neçesario e as cousas dellas faça poer per emvemtairo corregendo tiramdo e poemdo as pessoas e fazendo quaaesquer outras Coussas que a sseu viuer pertemçer E esto por tres annos Compridos e mais nom porquanto asy he ordenado e per nos mandado que de tres em tres annos seJam emleitos os dictos rregedores E as outras cousas que forem de sustamçia as dara com comselho dos Jrmytãaes e as outras fara per sy».

O monarca punha, assim, fim ao triunvirato de juizes instituído por seu pai em 1452 e criava uma estrutura centralizada, com um provincial eleito, com poder e obrigação de visitar anualmente os restantes eremitérios e de controlar a administração dos respectivos bens. Do mesmo modo, ao definir o carácter temporário dos cargos de governo, doravante trienais, D. João II impunha finalmente as alterações de carácter institucional que D. Afonso V, em 1478, evitara assumir. Com efeito, já então se propunha a limitação dos mandatos dos regedores e a inspecção regular da sua gestão.

¹⁰⁷ Tal facto transparece na adopção recorrente, desde finais do século XIV e ao longo das centúrias seguintes, do modelo da «Congregatio» para o enquadramento de uma grande pluralidade de realidades e movimentos de cariz reformista, fossem eles de natureza monástica, mendicante ou mesmo canonical, com soluções organizacionais muito diversificadas. Vejam-se, sobre este ponto, as pertinentes considerações propostas por Mario Fois, «Il fenomeno dell'Osservanza negli ordini religiosi tra il 1300 e il 1400. Alcuni particolarità dell'Osservanza Franciscana», in *Lettura delle Fonti Francescane attraverso i secoli: il 1400*, a cura di G. Gardaropoli e M. Conti, Roma, Ed. Antonianum, 1981, pp. 71-82. Sobre o conceito de Congregação, cf. J. Creusen, «Congrégation religieuse», in *Dictionnaire de Droit Canonique*, dir. R. Naz, tomo IV, Paris, Librairie Letouzey et Ané, 1949, cols. 181-194; G. Rocca, «Congregazione», in *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, tomo II, 1975, cols. 1465-1466. Sobre a sua aplicação aos Lóios, cf. Maria Isabel Pessoa Castro Pina, *Os Lóios em Portugal...*, pp. 106-118, 210-219.

¹⁰⁸ Cf. José Mattoso, «Forma de Vida Monástica. Nota histórica», in *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico*, dir. Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 39.

O rei jogara de forma inteligente. Aproveitando o contexto favorável das tensões internas vividas pelos próprios eremitas e a necessidade de coesão, perante as ameaças externas oriundas de ordens reformadas que procuravam expandir-se à custa dos grupos menos disciplinados, conseguira impor pacificamente a reconfiguração institucional que uma sociedade mais organizada e uma Igreja mais preocupada com as formas canónicas tendiam a exigir. Ao mesmo tempo, o monarca encontrava, também aqui, uma ocasião propícia para afirmar, desde o princípio do seu reinado, a sua autoridade política, na sequência da realização das Cortes onde tudo fora preparado com cuidado, incluindo o cerimonial de obediência ao novo monarca, para sublinhar a supremacia do seu poder, acima dos interesses dos fidalgos e dos grandes do Reino¹⁰⁹.

Além disso, a iniciativa tomada para com os eremitas correspondia ao pedido dos povos feito nas mesmas Cortes em ordem à moralização e enquadramento desses «frades Rellegiosos e rrellegiosas e as beguinas que fazem conuenticlos de fora e nom querem tomar ordem aprouada omde fazem obras a deus pouco aprazemtes e contra seu seruiço e Imjuria sua». Por isso os consideravam como «crelegos frades Relegiosos e beginos que mais sam aparemtes que existentes»¹¹⁰. O facto de, pela primeira vez, tal assunto ter sido tratado em Cortes¹¹¹ é bem significativo, quer da expansão do fenómeno eremítico e do florescimento desses beatérios, alguns deles, como veremos, com estreitas relações com os homens da pobre vida, quer do avolumar dos problemas e dos escândalos também associados aos mesmos grupos. A sociedade reclamava, por isso, um ordenamento maior deste tipo de experiências. Deste modo, a resposta pronta do monarca constituía um sinal do seu empenho em fazer cumprir as determinações por ele emitidas em Cortes.

¹⁰⁹ Cf. Armindo de Sousa, *ob. cit.*, vol. I, pp. 421-425; Amélia Aguiar Andrade e Rita Costa Gomes, «As Cortes de 1481-1482: uma abordagem preliminar», in *Estudos Medievais*, nº 3-4, 1983-1984, pp. 151-212; Rita Costa Gomes, «As Cortes de 1481-1482», in *O Tempo de Vasco da Gama*, dir. Diogo Ramada Curto, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses – Comissariado para o Pavilhão de Portugal-Expo'98 – Difel, 1998, pp. 245-264; Luís Adão da Fonseca, *D. João II*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, pp. 59-64.

¹¹⁰ Publ. in *Alguns documentos para servirem à parte 2ª das Memórias para a Historia, e Theoria das Cortes Geraes, que em Portugal se celebrarão pelos tres estados do Reino*, ed. do Visconde de Santarém, Lisboa, na Impressão Régia, 1828, pp. 240-241.

¹¹¹ Não encontrámos outras referências a este assunto nos capítulos das Cortes anteriores sumariados por Armindo de Sousa, *ob. cit.*, vol. II, pp. 225-499.

Do Capítulo celebrado na Serra de Ossa em 1482 saía, pois, uma nova estrutura organizativa das comunidades eremíticas, com um provincial por eles eleito. A escolha dos pobres recaía sobre Lopo Godinho de Portel, um homem com uma longa experiência na pobre vida e em funções de governo junto das respectivas comunidades. Com efeito, integrara, até essa data, o grupo dos juizes nomeados para superintender aos assuntos relativos aos pobres e, antes disso, tinha governado o eremitério de Água das Infantes, no termo de Portel, sucedendo nessas funções ao seu fundador, o eremita Álvaro¹¹². Pela referida carta régia, D. João II ratificava a sua eleição e confirmava a sua autoridade. O novo provincial devia ser reconhecido como tal por todas as justiças do reino. O rei chamava a si o conhecimento de todas as causas que contra ele fossem movidas¹¹³.

Em suma, os eremitas, que desde 1478 haviam aceitado a profissão do voto de castidade, passavam agora a ter uma estrutura centralizada de governo, aparentemente acolhida de forma unânime, com uma regulamentação da capacidade de intervenção do respectivo provincial sobre as restantes casas e com uma limitação de mandatos que favorecia uma maior mobilidade dos eremitas e um maior controlo sobre os responsáveis pelo governo das comunidades. Vemos, assim, emergir mais claramente, a partir de então, a assumpção deste conjunto de eremitérios subordinados doravante a um provincial como uma Congregação.

Até 1482, não encontramos, inclusive na documentação pontifícia, o conceito de “Congregação” aplicado ao conjunto dos eremitérios para designar a “irmandade” que os eremitas haviam constituído entre si, se exceptuarmos uma única menção, de carácter genérico, feita em 1466¹¹⁴. Contudo, o termo torna-se recorrente após a erecção das diferentes casas em Província, sendo utilizado, logo em 1483, na sentença que

¹¹² Cf. parte II, B 254.

¹¹³ Cf. nota 104.

¹¹⁴ Assim aparece, efectivamente, no texto apresentado ao monarca em 1466 com as resoluções do Capítulo realizado nesse ano na Serra de Ossa. Ao falar dos eremitas que abandonavam as comunidades mas insistiam em manter os respectivos hábitos e o usufruto dos seus privilégios, fala-se de «sayr da congregaçam» (TT, *Colecção Especial*, cx. 36, nº 28 – 1466.09.07, Évora, em confirmação de 1482.05.29, Évora). Mas o restante texto opta por designar a união entre os eremitérios em torno da Serra de Ossa como uma «Jrmindade», não sendo documentado o uso do termo «congregação» em quaisquer outros diplomas relativos aos pobres anteriores a 1482.

reconhecia à Serra de Ossa os seus direitos sobre Rio Mourinho¹¹⁵. No instrumento de posse que se lhe seguiria, o reconhecimento de tal estatuto é claro: fala-se da «prouemça e horatoreo de Ryo mourinho da congregaçam da serra d ossa»¹¹⁶. Apesar de não ser abundante a documentação pontifícia relativa a este período conservada nos cartórios dos mosteiros paulistas – falta-nos, aqui, o labor de Sousa Costa para o conhecimento das súplicas relativas aos finais do século XV –, a primeira bula papal relativa aos eremitas por nós recenseada posterior a 1482, dada em Roma a 17 de Outubro de 1500, refere-se precisamente aos «dilecti filij Vniuersi Heremite Congregationis Heremitoriorum de Serra d ossa nuncupatorum Regno Portugalie»¹¹⁷, atestando o reconhecimento pontifício de tal estatuto. Como veremos, é certo que, entretanto, os eremitas haviam redigido um regimento, a que acresceriam, em 1488, um conjunto de apontamentos, que poderíamos considerar como um esboço das suas primeiras constituições. Mas o essencial da estrutura que vingaria até 1578 estava estabelecida, num conceito de Congregação bastante lato, ainda não exclusivamente ligado à profissão dos três votos religiosos e à observância de uma Regra ou Constituições aprovadas (como Trento fixaria definitivamente) mas pressupondo já uma estrutura centralizada de governo, um modo de vida sancionado eclesiasticamente e uma efectiva pertença ao estado religioso, assegurado pela profissão solene do voto de castidade¹¹⁸.

Uma Congregação coesa e estabilizada

¹¹⁵ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 3 (1483.02.05, Évora).

¹¹⁶ *Ibidem*, lv. 2, nº 30 (1483.02.06, Rio Mourinho).

¹¹⁷ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 8 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, 2ª parte), nº 97 (1500.10.17, Roma).

¹¹⁸ Sobre este assunto, cf. bibliografia citada na nota 107.

É, pois, nesta nova configuração que os eremitas enfrentam o contencioso que traziam com os Jerónimos de Santa Maria do Espinheiro de Évora sobre as casas de Rio Mourinho e da Serra de Ossa.

A primeira acabaria por ser devolvida à Congregação logo a 5 de Fevereiro de 1483, por composição estabelecida entre as partes, celebrada em Évora na presença do bispo D. Garcia de Meneses, e de Lopo Esteves, chantre da Sé eborense, juiz e notário apostólico¹¹⁹. Os Jerónimos, após haverem celebrado capítulo sobre o assunto em causa, faziam-se representar pelos respectivos prior e procurador. Da parte dos eremitas, compareceu ao acto o próprio provincial, Lopo Godinho de Portel, acompanhado do regedor da Serra de Ossa, Pedro de Queirã, e de Rodrigo de Alcácer, pobre dessa mesma casa.

A composição é assinada tendo como pano de fundo a bula que anulara a união de Rio Mourinho ao Espinheiro, dada aos eremitas por Sisto IV em 1478, e que o documento transcreve. Mas o texto sugere que a iniciativa partira dos Jerónimos e fora aceite pelos eremitas. Com efeito, são os representantes do Espinheiro que expressam a vontade de devolver o eremitério aos pobres, de modo a que «liurementemente ficasse e fosse prouemçia como sempre fora segundo he ordenado per hũu meem de seevra [*sic*] que a leixou em seu testamento o qual foee hermjtam da dicta congregaçam E edifficou a dicta casa de Ryo mourinho». A afirmação retomava, pois, os argumentos que os pobres tinham apresentado a Sisto IV mas não continha nenhuma retratação dos Jerónimos.

Na sequência do acordo então estabelecido, o cenóbio devolvia aos eremitas os bens pertencentes a Rio Mourinho, deixando estes aos Jerónimos «os fructos que Recolhidos tijnam os annos passados que teueram a dicta casa de Ryo mourinho E majs as despesas que tijnam fectas».

A tomada de posse do eremitério e dos seus bens efectuou-se no dia seguinte, na presença do regedor da Serra de Ossa e de outros dois eremitas «da dicta congregaçam», bem como de Fr. Rodrigo de Alcácer, prior do Espinheiro¹²⁰. Para além dos bens

¹¹⁹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 3 (1483.02.05, Évora).

¹²⁰ *Ibidem*, lv. 2, nº 30 (1483.02.06, Rio Mourinho).

inventariados, que trataremos noutro lugar¹²¹, o texto do documento é particularmente interessante por haver registado, ao iniciarem-se os procedimentos conducentes à outorga da posse dos bens aos eremitas, a declaração então prestada pelo prior dos Jerónimos de Évora. Com efeito, Fr. Rodrigo insistia em sublinhar o acordo concedido ao acto pela sua comunidade, pelo seu desejo de não prejudicar ninguém, sobretudo tratando-se de «perssoas eclesiásticas», e por esta ser a única atitude conforme ao seu modo de vida. Diz ele que «se atee aqui acuparam a dicta posse [do eremitério] que perdoasse deus a quem dera Ocasiam a ello porque elles nom queriam seer Riquos com dapno de nenhũa perssoa que fosse espicialmente de perssoas ecclesiasticas. Ca nom quisesse deus que aquelles que Renunçiam o mundo e as propriedades delle assy como elles, qui fecerunt tri vota sustantialya, videlicet castitatis paupertatis et obediencie ouuessem de teer e desejar ho alheeo. Nam scpritum est vanjtas vanjtatum et omnya vanjtas. E assy era de creer que nossa Senhora a ujrgem maria do espinheyro auogada de todollos pecadores quisesse auer hornamentos, e Riquezas com dapno dos pobres hermtãaes da serra d oossa e de Ryo mourinho».

Os Jerónimos reconheciam, assim, a condição “eclesiástica” dos eremitas mas, ao mesmo tempo, afirmavam, de forma bem clara, um efectivo sentimento de superioridade do modo de vida monástico em relação com o da pobre vida. Uma superioridade validada publicamente pela profissão solene dos três votos e exaltada, no caso do seu mosteiro, pela sua associação a um prestigiado santuário mariano. As suas palavras são, aliás, repassadas de ironia, revelando, afinal, uma crítica velada e mordaz para com os pobres.

Ainda no mesmo mês de Fevereiro de 1483, os Jerónimos do Espinheiro obtinham de D. João II sentença definitiva sobre a contenda que traziam com os pobres sobre a Serra de Ossa. O rei punha, assim, termo a um processo já longo, iniciado, possivelmente, em 1481, após o sucesso da anexação de Rio Mourinho¹²². Já tivemos oportunidade de examinar a divergência de opiniões que ela manifesta sobre os acontecimentos ocorridos em 1476, a propósito da tentativa de conversão da Serra de

¹²¹ Retomaremos alguma da informação aí facultada mais à frente, ainda neste capítulo.

¹²² BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), n.º 88 (1483.02.26, Santarém).

Ossa em mosteiro da sua Ordem por parte dos Jerónimos. É possível, como vimos, que a sua presença na Serra de Ossa tenha sido mais prolongada do que davam a entender as declarações dos eremitas, e que a devolução dos bens tenha demorado algum tempo, e só se concretizasse depois da ordem régia de Julho de 1477.

O pleito decorre ainda antes da fundação da Congregação. Com efeito, nenhuma das partes a recorda, sinal de que a apresentação dos argumentos foi feita, no máximo, durante a primeira metade de 1482. Os eremitas defendem-se com base na legislação outorgada ou aprovada por D. Afonso V e confirmada, como vimos, por D. João II logo no início do seu reinado: os capítulos que atestavam a sua constituição em “irmandade”, o regimento régio e os diplomas outorgados pelo monarca que proibiam a alienação de bens dos eremitérios sem o consentimento da Serra de Ossa e dos regedores das restantes casas. A argumentação dos Jerónimos sublinhava a legitimidade do acto, aprovado pelo monarca e pelo prelado eborense e consentido pelos pobres da Serra de Ossa. Por isso, a tomada de posse do lugar e dos seus bens era irrevogável. Finalmente, os Jerónimos contestavam a validade da “irmandade” celebrada entre os eremitas em 1466, por não terem sido escutados «todollos outros pobres de portugall» e porque os seus regedores governavam as respectivas comunidades «como particollares exentos hñus dos outros e asy as casas hñuas das outras».

Justas ou não, as razões apresentadas pelos Jerónimos confrontavam-se agora com um novo quadro jurídico criado pelo estatuto de Congregação assumido pelos pobres, rigorosamente definido pelo Direito, e que exigia o consentimento da Serra de Ossa e dos restantes eremitérios para que o lugar pudesse ser alienado. Ao enunciar o seu juízo, D. João II reclamava a apresentação de documentos escritos para prova de privilégios e direitos¹²³. Considerava inválidos os documentos apresentados pelos Jerónimos, nomeadamente a carta de edificação de um mosteiro seu na Serra de Ossa. Para isso, seria necessário «expresso conssentimento de todos os pobres que em a dicta casa da sserra d oossa estauam E asy dos pobres das outras casas e espiçiallmente dos que o regimento das outras casas e de todos os pobres de sseu viuer tijnham por ser cousa de tam grande sustança E a elles tam prejudiçiall», o que não tinha acontecido.

¹²³ Encontramos a mesma atitude nas já referidas confirmações dos privilégios outorgados anteriormente à Serra de Ossa e aos restantes eremitérios, nos quais o monarca insiste em resumir os diplomas régios que fundamentavam e, ao mesmo tempo, davam a medida exacta de tais mercês.

Determinava, pois, que os monges deixassem os pobres na posse íntegra e pacífica da casa e dos respectivos bens.

As fundações mais tardias

Recuperado o eremitério de Rio Mourinho e reconhecidos os direitos da casa da Serra de Ossa, a Congregação integrava doravante um conjunto de casas que, na sua maioria, haviam nascido do surto expansionista registado durante a primeira metade da centúria. Entre 1452 e o Capítulo de 1482, registam-se mais duas novas fundações: S. Julião de Alenquer, e Asseiceira, no termo de Olivença.

Conhecem-se mal as origens da primeira, dada a perda de parte significativa do respectivo cartório. A sua fundação é anterior a 1459, ano em que aparece a primeira referência à presença de eremitas em S. Julião ou S. Gião, no termo de Alenquer. Infelizmente, o documento que o regista, uma doação muito deteriorada, não permite obter outras informações¹²⁴. Por carta posterior, sabemos que o eremitério havia sido fundado em terra «que foy dada de sesmarja ao primeiro estetujdor della»¹²⁵, talvez o eremita João de Santa Maria, no século João Vaqueiro, que aí aparece como regedor até finais da década de 1480¹²⁶. Instalado no termo de Alenquer, que pertencia tradicionalmente à Casa das Rainhas¹²⁷, contou certamente com o apoio das suas titulares. Com efeito, existem várias cartas de protecção e de concessão de privilégios

¹²⁴ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 102. Rectifique-se aqui o que deixámos escrito no *Guia das Ordens* sobre esta casa, baseado na leitura errónea de dois documentos pontifícios referentes ao lugar de Albarquel, no termo de Setúbal (correspondente ao eremitério de Mendoliva) e não ao de Alenquer (cf. *Ordens Religiosas em Portual. Das Origens a Trento – Guia Histórico*, dir. Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 146).

¹²⁵ Cf. TT, *Confirmações Gerais*, lv. 5, fls. 38v-39 (carta da rainha D. Leonor de 1486.06.19, Santarém, em confirmação régia de 1577.02.16, Lisboa).

¹²⁶ Cf. parte II, B 207.

¹²⁷ Cf. Anexo I, «S. Julião de Alenquer».

outorgadas por D. Leonor, a mulher de D. João II¹²⁸. Os seus benfeitores mais importantes pertencem ao grupo de gente próxima das rainhas e do círculo cortesão. Alguns possuem património na vila e no seu termo: um João Rodrigues, escudeiro régio, que com sua mulher doa aos pobres um chão e um olival junto ao lugar onde moravam, ainda em 1459; e sobretudo o fidalgo Vasco Martins de Sousa Chichorro, da casa do rei e do seu conselho, que lhes faz duas doações de um certo Olival do Junco, com seu chão, entre 1465 e 1468¹²⁹. Possivelmente, a sua sujeição à Serra de Ossa foi mais tardia, pois só em 1472 o encontramos incluído entre os eremitérios associados a esta casa¹³⁰.

Estamos melhor informados sobre a fundação da Asseiceira, no termo de Olivença. Com efeito, conhecemos o nome do seu fundador, o eremita Bartolomeu Álvares, de condição clerical, natural de Olivença. Provavelmente, as suas relações com o eremitério de Valbom são anteriores à fundação da Asseiceira¹³¹. Recebe as primeiras doações nos finais de 1470¹³², o que significa que nessa data já havia eremitas no termo dessa vila. Em Março do ano seguinte, e em cumprimento do determinado no regimento dado aos pobres por D. Afonso V, Bartolomeu Álvares solicita ao monarca licença para

¹²⁸ Em 1486.03.13, a partir de Santarém, D. Leonor emitia alvará dirigido aos juízes da vila de Alenquer, ordenando que respeitassem os privilégios outorgados pelo rei Afonso V aos pobres de S. Julião do termo dessa vila (TT, *Confirmações Gerais*, lv. 5, fl. 39-39v, em confirmação régia de 1577.02.24, Lisboa); em Junho do mesmo ano, a mesma rainha confirmava aos pobres a terra que lhes fora dada em sesmaria aquando da fundação do eremitério, bem como todos os seus privilégios (cf. nota 125) e, um mês depois, repreendia os almotacés e carnicheiros da vila por levantarem obstáculos aos pobres na venda de carne, não os tratando como «pessoas religiosas E que seruem a deus» (*ibidem*, lv. 7, fls. 293-294 – 1486.07.09, Santarém, em confirmações de 1541.11.16, Lisboa, 1577.02.16 e 1597.01.04; e lv. 3, fls. 234v-235); em 1492, privilegia um lavrador que trabalhava em terras dos mesmos pobres (*ibidem*, lv. 3, fl. 234v – 1492.07.31, Sintra, em confirmação régia de 1577.02.24, Lisboa); em 1496, confirma-lhes a compra de duas sesmarias, ambas no termo da vila (*ibidem*, lv. 5, fls. 39v-40, em confirmação de 1577.02.16) e, em 1505, quita-lhes o foro devido por uma terra que lhes fora dada em sesmaria pelo seu contador e arrendador-mor (*Ibidem*, lv. 2, fl. 195v – 1505.12.01, Lisboa, em confirmação de 1577.02.16, Lisboa).

¹²⁹ Sobre estes benfeitores, cf. Anexo IV.

¹³⁰ Na bula *Heremitarum uita licet*, pela qual Sisto IV estendia, a pedido da Serra de Ossa, os privilégios apostólicos por ela auferidos aos eremitérios de Montemuro, Valbom, Montes Claros, Rio Torto (Elvas), Asseiceira (termo de Olivença), Vale Formoso (Tavira) e S. Julião de Alenquer [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 69 - 1472.07.15, Roma].

¹³¹ Cf. Parte II, B 55.

¹³² BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. D1 (1470.09.04, Olivença).

fundar um eremitério nesse lugar, também dito de Cercal de Palhares, e para poder adquirir bens de raiz que assegurassem o sustento da comunidade. O rei autoriza, mas limita a 60.000 reais o rendimento das terras que viessem a obter¹³³. Tal como o eremitério de Alenquer, aparece associado à Serra de Ossa em 1472, quando esta obtém de Sisto IV o alargamento dos seus privilégios a vários lugares dos pobres¹³⁴.

Para completar o panorama do mundo eremítico no período que tratamos, mencionemos ainda as referências que nele encontramos a casos isolados, efémeros, aparentemente de iniciativa individual e sem sequência.

Temos, num primeiro grupo, o caso do pobre João Vicente, instalado junto ao «oratorio» de Santa Maria da Sertã que, em 1454, recebe do monarca carta de protecção, para si e para «todos os que esteuerem com elle em o dicto oratorio ou em quallquer outro lugar que elle esteuer», com a outorga de importantes isenções fiscais¹³⁵. Em 1471, também a um Frei Martinho, «proue hermitãao», é dada licença, extensível a outros companheiros que com ele quisessem estar, para viver na ermida que integrava os velhos paços régios de Alcanhões, no termo de Santarém¹³⁶.

Numa segunda categoria incluímos as iniciativas individuais. A lista que podemos estabelecer é a seguinte: 1) Eremita Vasco, que, cerca de 1465, levava «pobre vida» numas casas no interior da vila de Alcácer do Sal, junto aos paços do administrador da Ordem de Santiago. Faleceu aí mesmo, cerca de 1482¹³⁷; 2) Um «Irmitam», cujo nome se desconhece, que vivia junto à ermida de Santa Maria da Pena, no termo de Sintra, em 1477¹³⁸; 3) Afonso Eanes, vassalo régio morador na Lourinhã

¹³³ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Vila Viçosa*, nº 1 e TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 16, fl. 56 (1471.03.23, Santarém).

¹³⁴ Cf. nota 130.

¹³⁵ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 10, fl. 73v (1454.06.18, Lisboa).

¹³⁶ TT, *Chancelaria de D. João II*, lv. 21, fls. 145-145v (1471.06.28, Lisboa, em confirmação de 1487.07.16, Santarém) O mesmo Martinho ainda aí vivia em 1487, quando solicita de D. João II confirmação do diploma afonsino (*ibidem*).

¹³⁷ Cf. parte II, B 381.

¹³⁸ Referido em testamento datado de 1477.08.30, que lhe deixa 500 reais «pera uestido» (TT, *OFM, Província de Portugal, São Francisco de Lisboa*, maço 28, sem nº).

que, em 1478, pede ao monarca um vale e chão no termo de Óbidos, entre a Moita dos Ferreiros e o Reguengo Grande, para aí erigir um oratório onde se pudesse «apartar e serujr a deus»¹³⁹.

Por fim, temos a registar o caso menos claro de João «ho proue», que em 1468, trazia certas terras adscritas a uma capela fundada na igreja de S. Pedro de Óbidos, na aldeia do Pó¹⁴⁰. Tratar-se-ia simplesmente de um apodo pessoal? As referências posteriores a «ermitães» ligados à pequena capela aí existente, dedicada a Santa Catarina, são demasiado genéricas para que possamos associá-los a uma experiência de tipo eremítico¹⁴¹.

Os eremitérios de Alenquer e da Asseiceira seriam, pois, os únicos que acabariam por vingar, associando-se à Serra de Ossa e integrando, em 1482, o grupo de fundações que, então, se constituía em Congregação.

Depois deste período, os novos grupos da pobre vida tornam-se cada vez mais raros: apenas dois até ao final da centúria. Um deles situa-se mais a sul, nas imediações de Beja, junto a uma ermida dedicada a «S. Miguel o Anjo», onde, em 1496, habitavam dois «beguinos»: Pedro Afonso Cordeiro e João¹⁴². Talvez se reporte também a este grupo um certo «pero diaz begujno» que, em 1479, se menciona entre as confrontações de umas terras em Vale do Bispo, próximas da dita ermida¹⁴³. Mas este, se de facto vivia também junto a S. Miguel o Anjo, já não aparece entre os «beguinos» aí documentados em 1496. Nesta data, Pedro Afonso já se encontrava doente, vindo a falecer pouco depois¹⁴⁴. Tanto ele como o eremita João acabariam por se ligar espiritualmente ao mosteiro da Conceição de Beja. Pediram para ser sepultados na sua

¹³⁹ TT, *Leitura Nova, Estremadura*, lv. 7, fl. 119 (1478.03.08, Lisboa).

¹⁴⁰ MNARQ, *Colegiada de S. Pedro de Óbidos, Documentos em papel*, nº 2 (1468.02.17, Óbidos).

¹⁴¹ Em 1482, um «lopo Rodrguez jrmjtam de santa catelina do dicto poo», testemunha uma carta de venda celebrada nesse lugar [TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Vale Benfeito (Óbidos)*, mc. 1, nº 8 – 1482.04.09, Pó].

¹⁴² ADBEJA, *Convento da Conceição de Beja*, nº 33, fls. 9.9v (1496.07.26, Beja).

¹⁴³ ADBEJA, *Convento do Carmo de Beja*, nº 45, fl. 345 (1479.12.29, Beja).

¹⁴⁴ Cf. Parte II, B 317.

igreja¹⁴⁵, encomendaram-lhe sufrágios por suas almas¹⁴⁶, e destinaram-lhe alguns dos seus bens¹⁴⁷. A ermida viria a ser adquirida pelos carmelitas, que aí fundariam um novo convento da Ordem, em 1526¹⁴⁸.

Também a sul, no termo de Serpa, viria a ser fundado um eremitério que, ao contrário do anterior, se converteria numa nova – e última – fundação ligada aos pobres da Serra de Ossa. A iniciativa parte de dois clérigos, João Manuel e Martim Gonçalves Baralho, naturais dessa mesma vila de Serpa¹⁴⁹. Em 1494, erigem um eremitério numa herdade dita do Amendoeiro, com suas casas, terras de pão, horta e pomar. O local era bem servido de água, pois situava-se junto ao Guadiana e à embocadura do Ribeiro de D. Sancha, que nele desaguava. A parte principal dessas terras havia sido adquirida, a 5 de Novembro desse mesmo ano, por compra feita a D. Catarina de Almada, viúva de Artur de Brito, que no respectivo contrato estabelecia a obrigação de os ditos clérigos aí erigirem «hũu oratorjo de JgreJa de santa maria da conssollaçam pera sseu llouuor E por allmas do dicto sseu marjdo e ssua della»¹⁵⁰. Dias depois, os dois eremitas acrescentavam a esta herdade, também por compra, uma propriedade contígua¹⁵¹.

É interessante o percurso de um dos fundadores: Martim Gonçalves, do qual se guardam alguns dados biográficos. Decidiu tornar-se eremita depois de uma vida atribulada, que incluía um crime (não especificado) e uma estadia de três anos na fortaleza africana da Mina. De regresso ao reino, decidira «lleixar Este mundo E serujr a deus». Com os dinheiros amealhados durante a sua aventura africana, comprou as

¹⁴⁵ Cf. nota 142.

¹⁴⁶ Cf. ADBEJA, *Convento da Conceição de Beja*, n° 33, fl. 10-10v (Cláusula do testamento dos eremitas, não datada, em traslado de 1504.11.14, Beja).

¹⁴⁷ Cf. *Ibidem*, n° 33, fl. 9v (1502.01.03, Beja).

¹⁴⁸ Cf. Anexo I, «São Miguel o Anjo (termo de Beja)».

¹⁴⁹ Sobre as respectivas biografias, cf. parte II, B 233 e 294.

¹⁵⁰ ADBEJA, *Convento de S. Paulo de Serpa*, lv. 1, n° 13 (1494.11.05, Beja).

¹⁵¹ *Ibidem*, lv. 1, n° 23 (1494.11.20, Serpa).

herdades onde edificara a dita provença¹⁵². Associou-lhe o clérigo João Manuel, com quem viveu algum tempo, talvez não muito. Tendo adoecido¹⁵³, decidiu entregar a sua parte da provença aos pobres da Serra de Ossa¹⁵⁴. O clérigo seu companheiro seguiu-lhe o exemplo¹⁵⁵, de modo que a dita comunidade passou, a partir de 1498, a pertencer integralmente à Congregação dos ditos pobres. Pela doação então feita, sabemos que a fundação fora apoiada pelo rei João II, que lhes dera licença, como clérigos, para poderem conservar os bens de raiz adquiridos para o efeito, e que, nessa data, a comunidade comportava já outros eremitas, vivendo de acordo com «os modos E costumes do dicto ujuer segundo seu Regimento E hordenança»¹⁵⁶. Nesse estatuto os reconheceria D. Manuel em 1501, ao confirmar-lhes o usufruto dos privilégios outorgados à Serra de Ossa, «de cuJa congreguaçam estes sam»¹⁵⁷.

A geografia destas casas sofreria ainda um ajuste, já entrados no século XVI, com a extinção do eremitério da Asseiceira e a sua anexação à casa de Valbom, instalada no termo de Vila Viçosa. A iniciativa partia do próprio fundador do lugar, o eremita Bartolomeu Álvares, cujo percurso mostra a sua particular ligação ao eremitério de Valbom, do qual, aliás, e segundo o seu próprio testemunho, fora por várias vezes regedor¹⁵⁸. A doação definitiva do lugar a Valbom, celebrada a 11 de Julho de 1502, deixava a esta casa a liberdade de povoar o dito eremitério com pobres ou de utilizar os seus bens como melhor lhe aprouvesse, conforme visse que era «mays seruyço de deus E proueyto da dicta cassa de vallbom»¹⁵⁹. Os termos alteravam-se face a uma anterior

¹⁵² O seu percurso é testemunhado pela própria mãe, Constança Martins, em 1496 (*ibidem*, lv. 1, nº 4 – 1496.04.04, Serpa).

¹⁵³ Cf. *ibidem*.

¹⁵⁴ Tal doação é atestada por João Manuel em 1498, já após a morte de Martim Gonçalves (cf. *ibidem*, lv. 1, nº 10 – 1498.07.15, Serpa).

¹⁵⁵ *Ibidem*.

¹⁵⁶ *Ibidem*.

¹⁵⁷ TT, *Chancelaria de D. Manuel*, lv. 17, fl. 16 (1501.03.03, Lisboa).

¹⁵⁸ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. D3 (1502.07.11, Vila Viçosa).

¹⁵⁹ *Ibidem*.

doação que em 1491 fizera do mesmo lugar e respectivos bens a Valbom e à Serra de Ossa, quando estabelecia como condições não poderem alienar nenhum dos bens que então lhes deu, e manterem a dita provença «pouoada de pobres Jrmãaos da dicta ordem das dictas cassas pera ssenpre»¹⁶⁰.

É possível que a instabilidade vivida em Olivença nos anos seguintes, provocada por sucessivos conflitos entre bandos nobiliárquicos ligados aos senhores de Melo, que detinham a alcaidaria da vila, e algumas famílias rivais com interesses na região, como os Lobos e os Gamas, tenha influído nesta mudança¹⁶¹. Com efeito, alguns membros destas famílias figuram como testemunhas da doação de 1491¹⁶²; em 1502, quem ordena a tomada de posse do lugar pelos pobres é Rui Lobo, juiz em Olivença¹⁶³. Talvez a provável ligação dos eremitas aos Lobos e Gamas tenha servido de pretexto para abusos de autoridade por parte dos seus adversários. Com efeito, nesse mesmo ano de 1502, Bartolomeu Álvares, o fundador do eremitério, expressa o receio de «que as Justiças e moradores da dicta ujlla d ollyuença lhe lançem mão da dicta provença por estar no seu termo e fazerem da dicta prouença que sseJa pouco sserujço de deus». Por isso, pede ao rei que confirme a referida doação¹⁶⁴. O receio era justificado porque, depois de o monarca confirmar a dita doação, em 2 de Agosto do mesmo ano¹⁶⁵, o concelho de Olivença punha em causa a posse do lugar pelos pobres de Valbom, invocando as disposições de uma doação feita ao eremitério, as quais estabeleciam como condição estar sempre povoado de pobres; o seu incumprimento obrigava-os a entregar os ditos bens à edilidade¹⁶⁶. O pleito daí decorrente seria resolvido no ano seguinte, por meio de

¹⁶⁰ *Ibidem*, lv. 7, doc. A3 (1491.06.02, Olivença).

¹⁶¹ Cf. Humberto Baquero Moreno, «Bandos nobiliárquicos em Olivença nos fins do século XV», *Exilados, marginais e contestatários na sociedade medieval portuguesa*, Lisboa, Ed. Presença, 1990, pp. 156-178. Este autor documenta tais conflitos sobretudo para o período de 1489-90 e com um reacendimento em 1498.

¹⁶² Cf. nota 160. Entre as testemunhas, incluem-se um Nuno Vaz Lobo e um Nuno Rodrigues Lobo.

¹⁶³ Conforme testemunhado em sentença posterior (cf. *infra*, nota 165).

¹⁶⁴ *Ibidem*, lv. 7, doc. D3 (1502.07.11, Vila Viçosa).

¹⁶⁵ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. D3, no verso (1502.08.02, Lisboa).

¹⁶⁶ Cf. *ibidem*, lv. 7, doc. H1, fls. 4-11 (1503.02.23, Lisboa, em traslado de 1776.03.29, Lisboa).

uma sentença régia que dispensa os pobres de Valbom da referida cláusula e lhes reconhece os direitos sobre o antigo eremitério e os respectivos bens¹⁶⁷.

A geografia das comunidades ligadas à Serra de Ossa ficava assim definitivamente fixada.

Um novo quadro normativo

Na carta de doação do eremitério de Nossa Senhora da Consolação de Serpa, datada de 1498, encontra-se uma fórmula significativa pelo que diz respeito ao quadro normativo que regia a vida eremítica no fim do século XV: os pobres aí residentes viviam segundo «os modos E costumes» da Serra de Ossa, de acordo com o «seu Regimento E hordenança»¹⁶⁸. Nas décadas anteriores, esta referência ou outras semelhantes aplicavam-se sobretudo a um código de conduta transmitido oralmente, e a um conjunto de regras transmitidas e ensinadas no interior dos eremitérios. Depois de 1466, pelo menos, estas normas começaram a ser enquadradas por um conjunto de decisões legais que regulavam as relações entre a Serra de Ossa e os restantes eremitérios, e o modo de actuação dos respectivos regedores na gestão das comunidades e do seu património. Agora, contudo, os que haviam optado pela pobre vida dispunham já de algumas normas escritas que pautavam diversos aspectos do seu quotidiano.

Com efeito, encontramos já outras referências ao mesmo «Regimento E hordenança» em carta régia de 12 de Junho de 1488, pela qual o monarca dava resposta a certa missiva que lhe fora enviada pelos eremitas na sequência de um novo Capítulo celebrado na Serra de Ossa, pelo Pentecostes desse ano¹⁶⁹. Os pobres comunicavam-lhe a realização da referida assembleia, «segundo a hordenança que per nosso Regimento

¹⁶⁷ *Ibidem.*

¹⁶⁸ *Ibidem.*

¹⁶⁹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 92 – 1488.06.12, Almada.

temos», na sequência da qual haviam elaborado certos apontamentos relativos ao seu modo de vida, que lhe remetiam para apreciação, juntamente com o referido «Regimento»¹⁷⁰. Na resposta ao seu pedido, o governante acabava por pronunciar-se sobre os ditos apontamentos, que aliás transcreve, mas mostrava-se omissa quanto ao Regimento, que provavelmente já conheceria, supondo-se a sua implícita e talvez prévia aprovação. É, pois, muito provável que este Regimento tivesse sido elaborado no próprio Capítulo de 1482 ou pouco depois deste, quiçá em concertação ou com o conselho dos dois padres lóios enviados propositadamente pelo monarca para essa assembleia. Mas, infelizmente, nada é dito sobre o mesmo por D. João II na resposta enviada aos eremitas a 12 de Junho de 1488 e, que conheçamos, dele não sobreviveu qualquer testemunho.

Em contrapartida, temos o conjunto de «apontamentos» que, na sequência do capítulo de 1488, foram preparados para regulamentar o modo de vida dos pobres e que, pela dita carta régia, recebiam o aval do monarca. O processo da sua elaboração é interessante: o Capítulo elegeu três elementos encarregados de escolherem outros dez para, em conjunto, proporem um texto dos referidos apontamentos. Criava-se, assim, um Conselho dos Treze, um órgão consultivo, cuja composição desconhecemos, mas que denota uma adaptação, pelos pobres, dos modelos organizativos vigentes na Ordem de Santiago. Com efeito, esta Ordem é a única a ter um Conselho idêntico, com carácter consultivo, como na Serra de Ossa, mas composto por membros designados pelo Mestre ou pelo administrador da milícia¹⁷¹.

Os referidos «apontamentos», aprovados, na redacção apresentada ao monarca, por todos os irmãos e pelos membros do dito Conselho, constavam de oito artigos. Parte deles versavam sobre a organização da vida litúrgica das comunidades, determinando que, nas casas em que não houvesse clérigo, pagassem a um que lhes celebrasse a eucaristia semanalmente ou de 15 em 15 dias, conforme as possibilidades do lugar e o

¹⁷⁰ O texto enviado ao monarca pelos eremitas é claro sobre este aspecto, afirmando que com certos apontamentos então elaborados remetiam ao rei «ho dito Regimento pera uossa alteza todo veer e nos afirmar todo de uosso sinall asy ho Regimento como os ditos apontamentos» (*ibidem*).

¹⁷¹ Sobre este Conselho, cf. Isabel Maria de Carvalho Lago Barbosa, «A Ordem de Santiago em Portugal nos finais da Idade Média (normativa e prática)», *Militarium Ordinum Analecta*, nº 2, 1998, pp. 187-189; Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Faro, Universidade do Algarve, 2009, pp. 132-134.

parecer do provincial. Este devia velar cuidadosamente pelo seu cumprimento sempre que fizesse visita. Do mesmo modo, determinava-se a existência de uma «lanpada» em todos os oratórios, a qual se devia acender durante a celebração da eucaristia, aos domingos e dias de festa. O sino que as bulas pontifícias os autorizavam a ter junto aos oratórios deveria marcar o ritmo quotidiano da comunidade, de acordo com as horas do Ofício Divino, tocando «aas matinas na prima aa nooa aa bespera e na competra». Quando algum eremita morria, se houvesse algum clérigo na comunidade, deveria celebrar um trintário por sua alma; de contrário, pagar-se-ia a quem o fizesse. O trintário deveria ser também celebrado nas outras casas que tivessem clérigos. Reforçava-se assim a solidariedade entre os diferentes eremitérios, conforme «ho costume antijguo».

Quanto à educação dos noviços, caberia a cada casa escolher um irmão capaz de o fazer, ensinando-lhes as «orações costumes e cousas que pertencem ao nosso viuer». Esta regra, porém, não estabelece nada sobre a duração do tempo de iniciação.

Os ditos apontamentos incluem também alguns preceitos relativos à jurisdição do provincial e às suas relações com os regedores e com os irmãos. Assim, os responsáveis das casas, eleitos trienalmente em sede capitular, deveriam permanecer no cargo durante todo o tempo do seu mandato, excepto se uma «evidente necessidade» exigisse a sua substituição, a qual deveria ser deliberada pelo provincial com o conselho dos irmãos. O provincial tinha também o direito de afastar aqueles que, por algum motivo, não acatavam os princípios estabelecidos.

Prevvia-se a possibilidade de transferência dos pobres de uma para outra casa. Mas caberia ao provincial determinar a sua oportunidade e autorizá-la expressamente. Se algum eremita abandonasse a sua casa sem autorização, não seria admitido noutra. O regedor respectivo só lhe daria «hũu gentar ou çeea».

O não cumprimento destas prescrições poderia implicar, para os regedores, o afastamento do respectivo cargo. Por motivos disciplinares, o provincial poderia também obrigar qualquer eremita a mudar de comunidade, fixando um eventual prazo para a sua permanência na nova casa. No caso de se tratar de um idoso e se assim o desejasse, poderia regressar à sua comunidade de origem após ter cumprido o dito

prazo, depois de ouvidos os irmãos e ponderados os motivos do seu inicial afastamento¹⁷².

Por carta de 15 de Junho do mesmo ano de 1488, D. João II vinha confirmar, a pedido do dito Conselho dos Treze, que o provincial pudesse «castigar os pobres que forem desobedientes e quaaeesquer outros deles que encorrerem em taaes culpas que meresçam castigo». Contudo, salvaguardava-se o princípio, anotado no verso da carta, de que a referida faculdade só se aplicava à capacidade de castigar e «nom a jurdiçom nem alçada»¹⁷³. Em carta enviada na mesma data aos corregedores, ouvidores, alcaides e meirinhos do reino, o rei determinava que só podiam receber nas suas prisões aqueles pobres que o dito provincial mandasse prender, e que só os pudessem libertar por seu mandato expresso¹⁷⁴.

A documentação posterior revela a efectiva aplicação desta normativa na gestão das comunidades e das suas populações. A lista dos regedores que, neste período, governam as diferentes casas mostra, efectivamente, alguma mobilidade entre os responsáveis das comunidades, embora pareça também evidenciar uma política atenta a garantir, sempre que possível, a respectiva estabilidade, pelas diversas reconduções no cargo verificadas em muitos eremitérios¹⁷⁵. Os primeiros provinciais parecem também ter estado atentos aos problemas que afectavam as comunidades, emitindo procurações sempre queurgia a sua autoridade na procura de soluções para os mesmos¹⁷⁶ ou intervindo directamente sempre que necessário, juntamente com os regedores dos

¹⁷² Cf. nota 169.

¹⁷³ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, n° 11 (1488.06.15, Almada).

¹⁷⁴ TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 5, fl. 233v (1488.06.15, Almada, em confirmação de 1497.01.14).

¹⁷⁵ Cf. Anexo III.

¹⁷⁶ Assim acontece em 1491, quando o regedor de Mendoliva, João Eanes, se vê forçado a encetar negociações com o concelho de Palmela em ordem a tentar resolver um conflito sobre certo caminho que a edilidade teimava em abrir, junto à sua herdade da Fonte do Sol, munindo-se, para o efeito, de procuração emitida pelo provincial (TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, n° 63 – 1491.07.19, Palmela).

eremitérios envolvidos¹⁷⁷. Encontramo-los também presentes a algumas doações feitas por eremitas às casas onde levavam pobre vida¹⁷⁸.

Do mesmo modo, documentamos também a sua intervenção no controlo dos pobres que decidiam sair das suas comunidades para integrar outras famílias religiosas. A informação disponível restringe-se, neste caso, aos eremitas que, neste período, procuraram ingressar na Congregação dos Cónegos Azuis. As actas dos respectivos capítulos que chegaram até nós¹⁷⁹ documentam, entre 1485 e 1499, cerca de dez eremitas que se candidataram a ingressar na sua Congregação¹⁸⁰. Destes, pelo menos para dois refere-se que traziam, para o efeito, «carta de seu geral»¹⁸¹.

O provincial continuava também a poder contar com o apoio régio para castigar os eremitas que se revelassem mais rebeldes no acatar da disciplina em vigor na Congregação. E fá-lo-ia sempre que necessário, como acontece em 1509, quando os eremitas renovam junto de D. Manuel o pedido para que aja contra aqueles pobres que, tendo professado e tomado hábito, haviam abandonado as respectivas comunidades e, vivendo agora fora da sua obediência, conservavam os seus hábitos, para mau exemplo dos fiéis e dano de suas consciências¹⁸². Um problema já antigo que, pelos vistos,

¹⁷⁷ Foi o caso do conflito que opôs os pobres de Montes Claros a um certo Lopo Vaz, que indevidamente molestava os eremitas e lhes procurava tomar a Lagoa de Travaços, que desde há muito estava na posse da provença. O provincial comparece pessoalmente junto das justiças de Borba, acompanhando o regedor desse lugar na reivindicação dos seus direitos sobre a dita propriedade (BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 2 [7] – 1493.09.10, Montes Claros).

¹⁷⁸ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. D2, nº 5 (1492.08.25, Valbom).

¹⁷⁹ O livro mais antigo de actas dos Capítulos celebrados pela Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista abrange o período compreendido entre 1478 e 1502 (TT, *Manuscritos da Livraria*, nº 523). Cf. Maria Isabel Pessoa Castro Pina, *Os Lóios em Portugal...*, pp. 16-18; idem, «Documentos para a história dos Lóios em Portugal: o livro dos capítulos gerais da Congregação (1478-1502)», *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, dir. Maria do Rosário Themudo Barata e Luís Krus, coord. Amélia Aguiar Andrade, Hermenegildo Fernandes e João Luís Fontes, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, pp. 469-474.

¹⁸⁰ Afonso de S. Lucas (parte II, B 16), Diogo de Santa Maria (parte II, B 75), Fernando de Santiago (parte II, B 111), Francisco (parte II, B 127), João (parte II, B 181), João de Alcácer (parte II, B 194), João Gamito (parte II, B 228), Martinho (parte II, B 286), Pedro (parte II, B 312) e Pedro de Beja (parte II, B 324). Sobre este assunto, cf. Maria Isabel Pessoa Castro Pina, *Os Lóios em Portugal...*, pp. 171-172, 209-210, 233-234.

¹⁸¹ São os casos dos eremitas João e João Gamito.

¹⁸² TT, *Colecção Especial*, cx. 37, nº 11 (1509.01.20, Évora).

teimava em permanecer, apesar do reforço dos mecanismos de vigilância que, no interior da Congregação, procuravam garantir a exemplaridade do seu modo de vida.

Apesar destes e outros problemas que, inevitavelmente, continuariam a surgir na vida das suas comunidades, o facto é que, ao entrar nesta nova centúria, a Congregação dos Eremitas da Serra de Ossa havia finalmente atingido uma grande estabilidade. Por um lado, uma estabilidade no número de casas a ela sujeitas: as novas fundações não se repetiriam após a doação da casa de Serpa (1498) e, com a união definitiva da Asseiceira a Valbom (1502), seria preciso esperar mais algumas décadas para que fosse necessário enfrentar a extinção de outras comunidades¹⁸³. Por um lado, o modelo institucional escolhido, o da *Congregatio*, além de granjear uma aceitação generalizada (interna e externa, tanto de autoridades civis como das eclesiásticas), era suficientemente maleável para permitir a coexistência de uma estrutura centralizada de governo com o respeito pela especificidade do seu modo de vida.

Um modo de vida salvaguardado

Este modo de vida podia, assim, permanecer, no essencial, fiel às suas principais intuições. Nesta perspectiva, a normativa produzida no âmbito da novel Congregação acabava por constituir um significativo ponto de chegada de uma longa evolução que, entre diversas tensões e tentativas de controlo, procurara salvaguardar, mesmo com algumas concessões, as principais características que, desde o início, haviam moldado a vida destes grupos eremíticos e que continuavam a determinar o quotidiano das comunidades integradas na Congregação da Serra de Ossa no princípio do século XVI.

Contudo, a sua manutenção não dependia apenas da normativa, mas também da própria dinâmica interna das comunidades eremíticas e das características culturais e sociais dos grupos que as constituíam. Vejamos brevemente como podemos articular

¹⁸³ Só em 1531 se daria uma nova extinção, a da comunidade de Mendoliva, abandonada por repetidas dificuldades no abastecimento de água, sendo então os respectivos bens anexados a Alferrara (cf. anexo D).

estes aspectos, quando a Congregação se encontra já instituída e as suas normas estabelecidas.

Desde logo, evidencia-se a fidelidade destes grupos à opção fundamental pelo ermo como lugar da sua experiência religiosa. Este princípio implicava o afastamento dos núcleos urbanos e a recusa da actividade pastoral. Com efeito, a sucessão das fundações, incluindo as mais tardias, atesta a continuidade desta procura do «deserto». Os lugares onde se haviam instalado incluíam com frequência antigas terras de cultivo votadas ao abandono ou zonas invadidas desde há muito pelo mato ou pelo inculto. Como vimos, muitos concelhos haviam concedido aos pobres muitas terras em sesmaria, outros benfeitores, por meio de sucessivas doações, alargaram o âmbito dos núcleos iniciais, e os próprios eremitas foram consolidando e concentrando o seu património fundiário por meio de compras ou de escambos.

O seu isolamento foi cuidadosamente preservado, quer pelos privilégios que coutavam o espaço envolvente e impediam a sua devassa (por outros lavradores, por vezes com o seu gado, ou por gente oriunda dos concelhos, em busca da caça ou da madeira e lenha das matas e terrenos baldios)¹⁸⁴, quer pela demarcação do espaço do eremitério por meio da construção de muros ou cercas. Neste aspecto, é particularmente significativa, a descrição dos bens de Rio Mourinho feita por ocasião da já citada devolução do lugar aos pobres pelos jerónimos do Espinheiro, em 1483. O documento define claramente o perímetro do eremitério, demarcado por uma cerca de taipa, no interior do qual se encontrava um oratório ou capela, algumas casas (em parte, pelo menos, para habitação dos eremitas, pois o inventário transcrito na composição inclui seis camas com a roupa respectiva) e terras cultivadas pelos próprios eremitas (incluindo um olival, dois pomares com uma horta e uma vinha)¹⁸⁵. O panorama não devia ser muito diferente para os restantes eremitérios, embora as informações relativas à estrutura destes lugares sejam, na maioria dos casos, muito fragmentárias e excessivamente parcas para reconstituições mais completas¹⁸⁶.

¹⁸⁴ Vejam-se, supra, os diversos privilégios concedidos aos eremitas pelos reis Duarte e Afonso V.

¹⁸⁵ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, n° 3 (1483.05.05, Évora).

¹⁸⁶ Já em 1383 encontramos referência a que os eremitas de Rio Torto, no termo de Elvas, viviam nesse lugar «com suas Casas çaradas com suas aruores» [ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas, Coleção de 188*

No entanto, este isolamento não era absoluto. Aliás, nunca o fora, dadas as múltiplas e necessárias formas de dependência e de relação dos eremitas para com o meio exterior¹⁸⁷. Esta relação era agora cuidadosamente regulamentada e vigiada para evitar as ausências não autorizadas dos eremitérios ou a entrada indevida de pessoas nas suas casas. O que antes era deixado ao arbítrio individual ou comunitário tinha de ser regulamentado para reprimir desvios sempre possíveis. Com efeito, os pobres, na sequência da antiquíssima tradição eremítica do valor dado à hospitalidade, acolhiam quem os procurava¹⁸⁸. A documentação subsistente regista casos de familiares cuja debilidade decorrente da doença ou da velhice exigia os seus cuidados e a sua caridade¹⁸⁹, religiosos ou clérigos que vinham visitá-los ou lhes pediam alojamento, peregrinos e viajantes de passagem¹⁹⁰ ou ainda pessoas em busca de orientação

Pergaminhos, nº 1 (C5 ELV 01, nº 12) – 1383.09.24, Elvas]; os eremitas de Barriga, no termo de Almada, tinham também certas terras, casas e «outras cousas» «do çarrado a dentro» (TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, maço 2 de pergaminhos, nº 34 – 1445.09.29, Setúbal). Idênticas referências para Santa Margarida do Aivado de Évora (TT, *Leitura Nova*, Odiana, lv. 3, fls. 242v-243 – 1449.11.23, Évora e *ibidem*, lv. 4, fl. 113v – 1478.08.22, Évora), Valbom (herdade dos pobres, com sua cerca – BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 6, nº 86 – 1455.05.11, Olivença), Junqueira (um pomar «de sua çerca adentro» - TT, *Mosteiro de S. Paulo da Junqueira*, maço único, nº 3 – 1485.02.14, Viana do Alentejo), Asseiceira (são referidas certas colmeias do eremitério que estavam «das paredes pera dentro» - BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. D3 – 1502.07.11, Vila Viçosa), Serpa (vinha, pomar e horta dentro de «carrado» - ADBEJA, *Convento de S. Paulo de Serpa*, lv. 1, nº 49 – 1503.08.13, Serpa), Vale da Infante («taypas e circoyto que a dicta prouencia tem» - BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 40, macete 2-3, nº 84 – 1503.12.?, Estremoz).

¹⁸⁷ Odile Redon salienta precisamente como esta solidão perseguida pelos eremitas é, em si mesma, na maioria dos casos, uma impossibilidade ou uma utopia (Odile Redon, «Parcours érémitiques», *Médiévales*, nº 28, printemps 1995, p. 5). Sobre a dialéctica, presente no eremitismo, entre isolamento e sociabilidade, vejam-se ainda as considerações tecidas por Sofia Boesch Gajano, «Paesaggio, solitudine, taumaturgia», in Sofia Boesch Gajano e Edoardo Micati, *Eremi e luoghi di culto rupestre d'Abruzzo*, Pescara, Carsa Edizioni, 1996, p. 12-13.

¹⁸⁸ Vejam-se os exemplos já aduzidos, neste sentido, por José Mattoso, «Eremitas portugueses no século XII», in *Obras Completas*, vol. 9, p. 84.

¹⁸⁹ Assim deve ter acontecido com o pai de Mendo Seabra, confiado aos cuidados deste eremita (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 51 – 1437.05.16, Lisboa, em traslado de 1438.04.10, Évora) ou com o irmão de Gomes, fundador de Santa Margarida do Aivado que, após ser acolhido na Serra de Ossa, acaba por se transferir para junto do irmão [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 16 (*Pergaminhos Avulsos*, 98), nº 123 – 1450.04.22, Évora). Em 1483, os pobres da Serra de Ossa afirmam ter acolhido no seu eremitério um certo Frei Gil, monge jerónimo de Santa Maria do Espinheiro, «hũus dez dias porque viera como doente» [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 88 – 1483.02.26, Santarém].

¹⁹⁰ Tal hospitalidade é testemunhada na primeira pessoa por Paulo de Portalegre, que relata o acolhimento que recebeu da parte dos pobres de Vale Abraão, quando acompanhava o Pe. Baptista, seu tio. A descrição é interessante, porque atesta como existiam, nesse eremitério, casas para os hóspedes, fora do

espiritual e de conselho, confiadas no seu discernimento e na sua oração¹⁹¹. A estes acresciam ainda aqueles que com frequência aí ocorriam por razões menos espirituais, interessados sobretudo em adquirir os produtos resultantes do seu trabalho¹⁹².

O movimento inverso também era verdadeiro. Muitas vezes, os eremitas tinham de deixar o eremitério, para recolher esmolas ou para tratar de assuntos do interesse das suas comunidades, em deslocações que poderiam ir da vila ou cidade mais próximas a núcleos urbanos mais distantes, sobretudo quando o assunto envolvia o monarca ou as suas justiças. Podiam fazê-lo individualmente ou acompanhados por um ou dois parceiros. Em alguns centros urbanos, os eremitas dispunham de casas onde permanecer, muitas delas desde cedo obtidas graças à generosidade dos seus benfeitores¹⁹³. Aí podiam estar o tempo necessário para contactar com as autoridades

espaço reservado aos eremitas. Neste, apenas eram recebidas algumas pessoas com quem os pobres tinham maior familiaridade, como era o caso do dito Pe. Baptista, que «polo conhecimento que tinha cō eles foi dentro apousentado» (cf. Paulo de Portalegre, *Novo Memorial do Estado Apostólico*, ed. cit. parte II, cap. 11º, pp. 130-131). Sousa Costa refere uma súplica apresentada pelos eremitas da Serra de Ossa a 4 de Novembro de 1458, onde estes referiam a contínua hospitalidade por eles exercida, queixando-se então dos pesados efeitos da mesma sobre os seus rendimentos [cf. António Domingues de Sousa Costa, «Hospitais e albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XV», *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das I^{as}. Jornadas Luso-espanholas de História Medieval (Lisboa, 25-30 de Setembro de 1972)*, tomo I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Históricos anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1973, p. 271). O mesmo argumento seria retomado pelos eremitas em 1475, para justificar o pedido de licença feito ao rei para poderem adquirir novos bens de raiz (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 30, fl. 173v – 1475.02.08, Estremoz e *ibidem*, lv. 30, fl. 174 – 1475.02.24, Évora).

¹⁹¹ É de novo Paulo de Portalegre quem atesta a presença de João Vicente, o fundador dos Lóios, junto de Mendo Seabra cerca de 1420, ainda antes de iniciar a sua experiência comunitária nos Olivais (*Novo Memorial do Estado Apostólico...*, ed. cit., parte I, cap. VII-VIII, pp. 86-89). O mesmo autor confirma também o aconselhamento dado pelo fundador de Santa Margarida do Aivado ao já referido Pe. Baptista, ainda antes do seu ingresso nesta Congregação (*ibidem*, parte II, cap. 11º, pp. 128-129).

¹⁹² Tal aparece já atestado pelos próprios eremitas em 1458, que então solicitam ao monarca que estenda também aos que demandavam as suas casas para adquirirem «as dictas colheres e fruitas» a isenção de portagem e sisa que já recaía sobre a venda das mesmas quando efectuada no interior dos núcleos urbanos (TT, *Colecção Especial*, cx. 35, nº 36 – 1458.07.12, Estremoz).

¹⁹³ Esta rede de casas é bastante significativa, estendendo-se à maioria dos centros urbanos mais próximos dos eremitérios. Assim, em Évora, traziam suas casas os pobres da Serra de Ossa (desde 1367: BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 20 – 1367.01.10, Évora, em traslados de 1367.08.20, Évora e 1376.01.14, Evoramonte; em 144, eram já três casas – TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 24, fl. 37v – 1444.02.08, Évora), de Vale da Infante (TT, *Colecção Especial*, cx. 33, nº 29 – 1434.04.11, Estremoz), de Montemuro (BN, *Colecção de Pergaminhos, Série Vermelha*, PGS 46V – 1434.08.30, Évora), de Rio Mourinho (atestadas na tomada de posse de 1483 – TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 30 – 1483.02.06) e Santa Margarida do Aivado (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 83 e 84 – 1418.05.18-19, Évora). No arrabalde de Montemor-o-Novo, os pobres de Rio Mourinho tinham também suas casas, já documentadas em 1433 (*Ibidem*, lv. 2, nº 42 – 1433.11.14, Novembro). Em Estremoz, tinham casas os pobres da Serra de Ossa e Vale da Infante (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da*

civis ou eclesiásticas, ou armazenar os frutos colhidos das suas terras ou as colheitas de madeira que fabricavam, depois confiados a mulheres que os vendiam¹⁹⁴.

A deslocação dos eremitas a centros urbanos podia também justificar-se em virtude da estreita relação espiritual que pelo menos alguns deles mantinham com certos grupos de mulheres, ditas também «da pobre vida». Resguardadas em casas no interior de algumas povoações, também elas procuravam levar uma vida pobre, em pequenas comunidades, sujeitas apenas ao prelado diocesano e sem observarem qualquer Regra ou professarem publicamente qualquer voto¹⁹⁵. Assim se verificou pelo menos em Évora, onde viviam algumas destas mulheres sob a direcção espiritual dos eremitas da Serra de Ossa, nomeadamente as que pertenciam à comunidade das Galvoas¹⁹⁶.

Serra de Ossa, lv. 35, nº 1 – 1401.07.10, Estremoz), estes últimos com outras casas também em Evoramonte [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 13 (*Pergaminhos Avulsos*, 200), nº 195 – 1458.09.13, Evoramonte]. Em Vila Viçosa, documentam-se também diversas casas pertencentes a Valbom (BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. E7 – 1421.05.20, Vila Viçosa), Montes Claros (BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 23 [35] – 1442.03.18, Vila Viçosa) e Serra de Ossa (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 19 – 1444.12.28, Vila Viçosa), bem como aos extintos eremitérios de S. Pedro de Bencatel (BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 8, fls. 39v-41 – 1395.05.16, Vila Viçosa, em traslados de 1409.02.05, Vila Viçosa e 1542.12.08, Redondo) e Ameal do Gorjão (*Ibidem*, lv. 7, doc. B10 – 1417.02.21, Vila Viçosa). Em Portalegre, documentam-se umas casas que, em 1410, eram partilhadas pelos eremitas de Vale de Flores e Flor da Rosa [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 16 (*Pergaminhos Avulsos*, 98), nº 103 – 1410.12.13, Portalegre]. Em Portel, já no arrabalde, ficavam as casas doadas em 1411-1412 aos pobres de Água das Infantes (BPE, *Mosteiro de S. Paulo Portel*, lv. 1, nº 34, 36 e 52 – 1411.01.09, 1411.08.15 e 1412.05.03, respectivamente). Já na Península de Setúbal, Mendoliva detinha casas na vila sadina (TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mc. 3, nº 15 – 1436.03.12, Setúbal) e em Coia (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 18 – 1443.03.03, Setúbal) e os pobres de Barriga umas casas na vila de Almada (TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, mc. 2 de pergaminhos, nº 43 – 1427.11.21, Almada). A Serra de Ossa detinha também umas casas em Lisboa, junto ao convento da Trindade, que lhe haviam sido doadas em 1425 (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 31 – 1425.07.23, Lisboa).

¹⁹⁴ Para a identificação de algumas destas mulheres, cf. Anexo VI.

¹⁹⁵ Sobre estas comunidades, cf. João Luís Inglês Fontes, «Cavaleiros de Cristo, monges, frades e eremitas: um percurso pelas formas de vida religiosa em Évora durante a Idade Média (sécs. XII a XV)», *Lusitania Sacra*, tomo XVII, 2005, pp. 52-53, 57-59; idem, «Reclusão, eremitismo e espaço urbano: o exemplo de Lisboa na Idade Média», in *Lisboa Medieval: os rostos da Cidade*, coord. Luís Krus, Luís Filipe Oliveira e João Luís Fontes, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 268-272. O fenómeno continua ainda, entre nós, à espera de ser estudado de forma mais abrangente, apesar da intensa investigação produzida sobre similares experiências religiosas femininas noutros países (cf., sobre este assunto, o que ficou dito na introdução e a bibliografia aí citada).

¹⁹⁶ Cf. João Luís Inglês Fontes, «A pobre vida no feminino: o caso das Galvoas de Évora», in *O Corpo e o Gesto na Civilização Medieval*, Lisboa, Ed. Colibri – NCEM/IEM, 2005, pp. 157-178. A documentação por nós compulsada aponta para a precocidade da relação dos pobres com estes grupos femininos. Com efeito, já em 1372, encontramos o eremita Mateus entre as testemunhas da doação que, nessa data, é feita a três «Mulheres pobres que sseruem deus» de uma casa em Avis (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de*

Contudo, e apesar destas ligações ao meio urbano, os eremitas combateram sempre a tentação de aí instalarem qualquer comunidade. A cidade era, para eles, um local importante mas de passagem. O lugar da sua experiência religiosa continuava a ser o ermo, num espaço afastado do bulício do mundo, cuidadosamente demarcado e vigiado.

A configuração dos eremitérios continuava também a ser condicionada pelo papel que o trabalho manual conservava no seu modo de vida. Não constituía o elemento central, que era a procura, na solidão e no afastamento do mundo, de uma crescente união com Deus, mas ligava-se estreitamente, desde as suas origens, a par da mendicância, à pobreza voluntária¹⁹⁷. A importância desta dimensão pobre e austera determinara, aliás, a vulgarização do epíteto de «pobre» que lhes era atribuído, tido como suficiente para distinguir a sua opção de vida. Assim se apresentam, eles próprios, na documentação, cunhando desde cedo, os seus lugares como «prouenças», lugares dos pobres. Por vezes, aliam à pobreza outros aspectos do seu viver, ao designarem-se como «pobres ermitães», homens «da pobre vida» ou mesmo «pobres pendençais» (neste caso, invocando, de forma clara, a sua dimensão penitencial).

Mas a pobreza era algo de socialmente ambíguo. Tanto podia configurar o despojamento e o abandono da posse de bens terrenos por razões espirituais, como a dependência da caridade alheia por preguiça, marginalidade ou miséria. Mas a aliança entre o trabalho manual e a mendicância afastava-a da marginalização social. Os eremitas distinguiam-se, assim, dos bandos de pedintes e ociosos que a legislação régia desde sempre condenara e obrigava a regressar ao trabalho nos campos, bem como dos *ichacorvos* e outros colectores de esmolas, que usavam o hábito de pobres e recorriam a

Ossa, lv. 44, nº 20 - 1372.08.01, Avis, em traslado de 1376.01.14, Evoramonte). Em 1439, também uma Beatriz Rodrigues, «pobre», moradora em Évora, faz do eremita Álvaro, da proveniência de Água das Infantes, seu testamenteiro e destinatário de todos os seus bens (BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 27 – 1439.01.12, Évora), testemunhando mais tarde, a especial relação que tinha com este pobre, a quem chama de seu «irmão espiritual» (*ibidem*, lv. 1, nº 44 – 1440.09.01, Évora). Em 1479, uma encampação feita por um Gil, pobre da Serra de Ossa, de uma casa e celeiro em Évora, que pede sejam emprazados a «maria da fonssequa que no presente estaua madre da<s> cassas que foram de dona Guiomar» parece indicar também uma relação com esta comunidade, que mais tarde acabaria por ser integrada no mosteiro de Santa Catarina de Sena de Évora [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 11 (*Pergaminhos Vários*, 100), nº 69 – 1479.02.20, igreja de Santiago de Évora].

¹⁹⁷ Relembrem-se aqui as bulas desde cedo outorgadas aos eremitas com a concessão de isenção sobre o pagamento de dízimas para as terras por eles cultivadas ou para os produtos resultantes do seu trabalho.

toda a espécie de meios fraudulentos para angariarem dinheiro, apresentando-se, por vezes, como delegados de conhecidos mosteiros e santuários, sem para isso terem licença¹⁹⁸. A normativa da Congregação insistia precisamente neste aspecto, para os seus membros, verdadeiros pobres, se demarcarem daqueles que, havendo deixado a sua comunidade, mantinham o hábito dos pobres mas viviam escandalosamente e recolhiam esmolas em benefício próprio. Por outro lado, o trabalho manual era ainda, na sequência da tradição eremítica, uma forma de combater a ociosidade e de, ao mesmo tempo, garantir honestamente o sustento daqueles sem depender de ninguém.

Deste modo, os pobres mantêm o cultivo das terras dentro ou próximas do eremitério e exploram toda a espécie de recursos naturais: das matas e zonas florestadas recolhem a madeira com que fabricam as colheres e outros produtos artesanais; dos seus pomares, a fruta que vendem e dão para revenda nos mercados das vilas e cidades mais próximas; da apicultura, com a manutenção de colmeias¹⁹⁹; da caça, com o recurso à

¹⁹⁸ Este é um tema riquíssimo e muito complexo, que apenas aqui afluamos. Vejam-se, neste domínio, as considerações tecidas por Maria José Pimenta Ferro Tavares (*Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Ed. Presença, 1989, pp. 13-62) e por Luís Miguel Duarte («Marginalidade e marginais» in *História da Vida Privada em Portugal*, dir. José Mattoso, vol. I – *A Idade Média*, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa, s.l., Círculo de Leitores, 2010, pp. 171-177). Sobre os ichacorvos, cf. Maria da Luz Oliveira Barbosa Ferreira de Barros, «Agentes de conflito no Portugal do século XV: os ichacorvos galegos», *Revista de Ciências Históricas*, vol. XVIII, 2003, pp. 55-64. A legislação emanada pelos sínodos medievais portugueses retoma, por diversas ocasiões, as proibições contra estes «demandadores e ichacorvos», cuja actividade devia estar sujeita à aprovação episcopal: cf. *Synodicon Hispanum*, dir. Antonio Garcia y Garcia, tomo II – *Portugal*, ed. Francisco Cantelar Rodriguez, Avelino de Jesus da Costa, Antonio Garcia y Garcia, Antonio Gutierrez Rodriguez e Isaías da Rosa Pereira, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1982, pp. 326 (Lisboa, 1403), 113 (Braga, 1477), 255-256 (Guarda, 1500). O tema é também tratado na concórdia de D. João I com o clero, assinada em 1427 (cf. *Ordenações Afonsinas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, livro II, título VII, art. LV, pp. 128-129).

¹⁹⁹ Para a instalação de silhas de colmeias recebem os pobres de Vale da Infante em sesmaria uma terra junto ao Ribeiro de Pero Crespo, no termo de Evoramonte, em 1437 (TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, mç. 1, n.º 9 – 1437.03.17, Evoramonte; ampliada com outra, dada também em sesmaria em 1504 – *ibidem*, mç. 2, n.º 8 – 1504.01.20, Evoramonte), o mesmo acontecendo com os pobres da Serra de Ossa em 1463 (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, n.º 28 – 1463.03.03). Encontramos também documentada a presença de colmeias próximas dos eremitérios de Água das Infantes (TT, *Colecção Especial*, cx. 72, mç. 14, doc. único – 1445.06.16, Portel, em confirmação de 1480.12.26, Portel), da Junqueira (TT, *Mosteiro de S. Paulo da Junqueira*, maço único, n.º 3 – 1485.02.14, Viana do Alentejo) e da Asseiceira (BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. A3 – 1491.06.02, Olivença). Os pobres de Santa Margarida do Aivado, pelo contrário, traziam as suas colmeias na mata de Montemuro (cf. TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 23, fl. 14 – 1436.05.26, Montemor-o-Novo, em confirmação régia de 1442.01.26, Évora). Sobre a importância desta actividade no período medieval, cf. Maria Teresa Lopes Pereira, «O mel e a cera em Portugal, na Idade Média», in *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, dir. Maria do Rosário Themudo Barata e Luís Krus, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, pp. 447-467.

colocação de redes ou cepos para a captura de animais de pequeno porte²⁰⁰; dos pastos em redor para a criação de gado, sobretudo de gado cabril, atestada em algumas casas²⁰¹. Nalguns casos, encontramos os eremitas envolvidos na reparação e manutenção de azenhas ou moinhos edificadas na proximidade de cursos de água contíguos aos eremitérios²⁰².

Os testemunhos de que tal continuava a acontecer mantêm-se para além do período em causa: já em finais do século XVI, quando decorria o processo tendente à integração da Congregação na Ordem de S. Paulo Primeiro Eremita, na resposta a um inquérito enviado à Província por Gregório XIII em 1572²⁰³, os eremitas respondiam,

²⁰⁰ Em 1448, os eremitas de Água das Infantes, no termo de Portel, tinham «çinquo ou sseis rredeiros que fezerom com muito trabalho pera em ellas auer algũa caça pera ajuda de seu mantijmento» [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Portel*, nº 17 (1448.02.06, Portel)]. Também os pobres de Vale de Abraão tinham licença de D. Duarte para «armar cepos nos matos d arredor pera aJuda de seu soportamento» [*ibidem*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 66 – 1459.04.03, Évora] e, em 1491, D. João II autoriza todos os pobres da Serra de Ossa a poderem manter o costume de caçarem na dita serra com armadilhas, definindo-lhes um perímetro para o efeito (*ibidem*, nº 87 – 1491.03.28, Évora). O seu sucessor daria idêntica licença ao recém-fundado eremitério de Serpa, permitindo-lhes «que pera seu comer possam matar porcos veações caçar lebres coelhos perdjzes com quaaesquer armadilhas que lhe prouuer atee mea legua da dicta prouençia» (TT, *Chancelaria de D. Manuel*, lv. 17, fl. 16 – 1501.03.03, Lisboa). O horizonte é, aqui, o da caça como subsidiária da economia dos eremitérios, sobretudo reforçando, pela carne obtida, os seus recursos alimentares, no conjunto de um típico sistema agro-pastoril (cf. Maria Helena da Cruz Coelho e Carlos Guilherme Riley, «Sobre a caça medieval», *Estudos Medievais*, nº 9, 1988, pp. 233-235). As inúmeras cartas régias que coutavam as terras em torno dos eremitérios, embora tivessem como primeiro objectivo a resguarda da privacidade dos pobres e a segurança e integridade das suas terras e bens, acabavam também por potenciar a utilização dos recursos cinegéticos pelos eremitas, dado que vedavam essas terras à presença de caçadores com os seus cães e armadilhas.

²⁰¹ Já em 1421 os eremitas de Montemuro pediam ao monarca que lhes coutasse a terra em redor da sua provença, para o poderem aproveitar e inclusive utilizar para pasto dos seus animais e gado (*ChDJI*, vol. IV, tomo 1, doc. 85, pp. 67-69 – 1421.07.15, Évora), sabendo-se que aí tinham algumas cabras «pera seu soportamento (ADE, *Arquivo Municipal de Évora*, cód. 73, fl. 161 – 1491.09.25, Colares; *ibidem*, cód. 71, fl. 41 – 1497.03.27, Évora); em 1463, os pobres da Serra de Ossa recebem do sesmeiro do Redondo certa terra para terem as suas colmeias e pascarem as suas cabras (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 28 – 1463.03.03); também na Asseiceira se criavam algumas cabras, conforme o testemunho dado em sentença régia de 1503 (BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. H1, fls. 4-11 – 1503.02.23, Lisboa, em traslado de 1776.03.29, Lisboa). Encontramos também referências a gado deixado em testamento a algumas comunidades: Diogo Gil, pobre de Valbom, deixa a esta casa, entre outros bens, setenta cabras, quatro bois de arado e um bezerro (BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, D7 – 1456.07.05, Vila Viçosa); o mesmo faz Pedro Sertão, pobre de Vale da Infante, em 1462, deixando aos seus companheiros 18 cabeças de gado bovino (*ibidem*, lv. 7, doc. B5 – 1462.10.18, Vale da Infante, em traslado de 1462.10.24, Estremoz).

²⁰² São, a este propósito, particularmente representativos os testemunhos relativos ao envolvimento do eremita Gonçalves da Silveira em tais empreendimentos (cf. parte II, B 151).

²⁰³ BPE, *Cód. CLXIX/1-17*, fls. 6v-7v (1572.11.03).

num dos seus itens, que em todas as casas viviam «com o trabalho de suas mãos cultuando suas cercas como sempre se costumou e usou ate o presente»²⁰⁴.

Mas a multiplicação de doações e a pequena dimensão de muitas comunidades haviam obrigado muitas casas a confiar a exploração de parte das suas herdades a lavradores ou a entregar moinhos ou pisões a acenheiros ou moleiros²⁰⁵. Desapareceram ou não existiram nunca contratos escritos de cedência da exploração da maioria dessas propriedades, por se confiar na palavra dada. Mas os que chegaram até nós mostram quase sempre que os eremitas pediam foros muito baixos e quase simbólicos, garantindo sobretudo a exploração das terras que os benfeitores lhes haviam dado em troca das suas orações²⁰⁶.

É muito significativa a resistência com que estas comunidades mantiveram tais traços de vida, sobretudo quando outros movimentos surgidos ou inspirados pelo mesmo ideal da pobreza voluntária, desde cedo institucionalizados – caso dos Jerónimos ou da Observância franciscana – depressa renunciaram à mendicância e reduziram o trabalho manual, cada vez mais confiado aos irmãos leigos ou outros servidores das suas comunidades, em nome da dedicação à actividade litúrgica, ao

²⁰⁴ TT, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, maço 1, nº 5 [d. 1572.11].

²⁰⁵ Para a identificação de alguns destes servidores, cf. Anexo V.

²⁰⁶ Em 1443, o regedor de Vale Abraão empraça em três vidas um chão de mortório no termo de Vila Viçosa, pelo foro de um alqueire de azeite ou o seu justo valor, cujo pagamento se devia iniciar daí a dois anos (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 5 – 1443.09.14, Serra de Ossa); em 1485, os eremitas de S. Julião de Alenquer emprazam, também em três vidas, o olival do Junco, com seu chão, fixando como foro o terço do azeite produzido e o oitavo do cereal obtido na eira (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 108 – 1485.01.16, Alenquer); em 1490, os pobres de Rio Torto dão em aforamento um moinho junto à Ribeira de Chinchas, dado que já não o podiam aproveitar, em troca de um moio de trigo pago em quatro prestações durante cada ano [ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas, Colecção de Pergaminhos*, nº 7 (C5 ELV 07, nº 18)]; em 1492, o regedor da Serra de Ossa empraça dois chãos junto a Santa Maria de Monte Virgem, ambos em quatro vidas, por um foro anual de respectivamente duas galinhas e um frangão (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 11, doc. 1 e 2 – 1492.02.01, Estremoz). Documentam-se também alguns aforamentos de propriedades que os pobres detinham em Évora: Rio Mourinho assim o faz em 1495, relativamente a casas sitas na Rua do Raimundo, por um foro anual de 150 reais brancos (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 15 – 1495.04.07, Évora; renovado em 1498 pelo mesmo valor – *ibidem*, lv. 2, nº 37 – 1498.01.02, Évora); os pobres de Santa Margarida emprazam metade de uma azinhaga, sita na mesma cidade, por uma vida, a troco de um alqueire de «boom pam cozydo» (*ibidem*, lv. 2, nº 73 – 1501.03.22, Santa Margarida do Aivado).

trabalho intelectual e ao estudo ou a diferentes responsabilidades pastorais²⁰⁷. Uma evolução que, aliás, se verifica também em outras Congregações, como a dos Lóios, que desde cedo afirmou a incompatibilidade do empenho apostólico com a mendicância e que veio a acentuar a divisão, no seu interior, entre clérigos e leigos²⁰⁸. Tais movimentos revelariam também uma (re)aproximação aos núcleos urbanos, em paralelo

²⁰⁷ É sintomático como, ainda em 1423, D. João I concedia aos jerónimos de Penha Longa a isenção de impostos sobre os produtos que vendessem no seu mosteiro «asy como cydras lymões E outras frujtas que hy teuerem», bem como «cestos E [...] colheres E outras cousas semelhauees que obrarem per suas mãaos» (TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Saúde de Penha Longa*, mç. 10, nº 35 – 1423.02.16, Santarém, em traslado de 1425.03.30, Sintra). Contudo, o percurso seria o de dedicação cada vez mais exclusiva à vida litúrgica, à actividade pastoral e ao estudo, sobretudo dos monges clérigos, claramente distinguidos e valorizados no interior da Ordem face aos irmãos leigos (cf. Cândido dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal. Das origens aos fins do século XVII*, Porto, INIC – Centro de História da Universidade do Porto, 1980, pp. 18-20). As novas fundações ocorridas em inícios da década de 50 do século XV (S. Marcos, em 1451 e o Espinheiro em 1457) demonstram, não só esta aproximação a importantes núcleos urbanos (Coimbra e Évora), como o papel concedido aqui à liturgia e à actividade pastoral, no primeiro pela associação da fundação a uma capela instituída por João Gomes da Silva, alferes de D. João I, em 1441, e no segundo pela ligação do mosteiro a um prestigiado santuário mariano (cf. *ibidem*, pp. 20-22). Aliás, já nos jerónimos espanhóis se verificara desde cedo esta inflexão, sobretudo após a instalação da Ordem no célebre santuário de Guadalupe, em 1389 (cf. o excelente estudo de Enrique Llopis Agelán, «Milagros, demandas y prosperidade: el monasterio jerónimo de Guadalupe, 1389-1571», in *Revista de Historia Económica*, ano XVI, nº 2, Primavera-Verano 1998, pp. 419-451). Neste quadro, como é evidente, a mendicância seria também rapidamente afastada pela normativa da Ordem, em nome da estabilidade da vida monástica vigente nas suas casas (veja-se a referência a tal facto como justificativo de diversas doações em Cândidos dos Santos, *ob. cit.*, p. 59). Quanto aos franciscanos observantes, autores como Mário Sensi ou Grado Giovanni Merlo já acentuaram a inflexão que, no interior desse movimento, se opera no sentido de uma abertura à actividade pastoral, à pregação e aos estudos, numa verdadeira «reforma dentro da reforma», operada sobretudo graças a figuras como Bernardino de Siena (†1444), João de Capistrano (†1456), Alberto de Sarteano (†1450) e Giacomo della Marca (†1474) (cf. Mario Sensi, *Le Osservanze Francescane...*, pp. 54, 296; Grado Giovanni Merlo, «Dal deserto alla folla» in *Tra ermo e città. Studi sur Francesco d'Assisi e sul francescanesimo medievale*, Assisi, Edizioni Porziuncola, 1991, pp. 131-147). A mesma inflexão se regista nas fundações observantes portuguesas, sobretudo a partir de 1446, com a conventualização das comunidades, a sua definitiva abertura aos estudos e à actividade pastoral e a sua aproximação aos núcleos urbanos [cf. Vítor Gomes Teixeira, *O Movimento da Observância Franciscana em Portugal (1392-1517). História, Património e Cultura de uma Experiência de Reforma Religiosa*, Porto, Centro de Estudos Franciscanos, 2010, pp. 237-249].

²⁰⁸ É sintomático, neste aspecto, o que acontece com o antigo eremitério do Alentejo, doado aos Lóios em 1434. Com efeito, em 1447, numa visitação efectuada a este oratório pelo Pe. João Rodrigues, reitor do Colégio de S. Paulo e Santo Elói de Lisboa e visitador da Congregação dos Lóios por ordem de D. João Vicente, os cônegos reconheciam que «porquanto o dicto oratorio he mjmgado e acomiado em Reditos hi nom se pode manter nem teer Collegio segundo nosa ordenança e modo de ujuer sem os conigos e irmãos que em o dicto lugar steuerem, Andarem uagando Acequirindo [sic] e buscando as smollas de fora pera seu mantijmento e soportaçom A quall coussa he grande aazo e ocasiom de mujta disipaçom e disoluçom e mujto contra o nosso stado e modo de ujuer» (TT, *Convento de S. Bento de Xabregas*, mç. 18, doc. nº 6 – 1447.07.25, Oratório de Alentejo). À escassez de rendas aliava-se, deste modo, a consciência muito clara da distância entre o modo de vida proposto para os clérigos da Congregação e alguns aspectos característicos de uma opção eremítica, marcada pela precariedade e pela necessidade recorrente de apelar à mendicância. Veja-se, sobre o modo de vida destes cônegos, as considerações tecidas por Maria Isabel Pessoa Castro Pina, *Os Lóios em Portugal...*, pp. 215-219, 233-234, 239-258.

com o desempenho crescente de actividades pastorais, ao contrário do que, ao longo deste período, acontece com os eremitas ligados à Serra de Ossa.

Tal facto pode também relacionar-se com as próprias características destes grupos eremíticos. Com efeito, os dados disponíveis mostram-nos que, apesar das bulas pontifícias outorgadas ao longo do século XV tendentes a um aumento do número de elementos das suas comunidades, estas se mantiveram, na sua maioria, de reduzidas dimensões. Assim, à parte da Serra de Ossa, que em 1483, segundo o testemunho dos próprios eremitas deixado na sentença régia então emitida contra o Espinheiro, contava efectivamente com vinte e dois eremitas²⁰⁹, ou de Vale da Infante, do qual se afirma, em 1503, comportar normalmente quinze ou dezasseis pobres²¹⁰, os escassos dados disponíveis para as restantes casas revelam-nos comunidades que, mesmo nestes finais do século XV, não deviam atingir uma dezena de elementos²¹¹, panorama que parece

²⁰⁹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), n.º 88 (1483.02.26, Santarém).

²¹⁰ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 40, macetes 2-3, n.º 84 (1503.[12], Estremoz). Contudo, em 1478, contava com nove pobres, de acordo com a acta que regista a profissão do voto de castidade então feita pelos membros da Comunidade [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), n.º 80 (1478.11.07, Vale da Infante)].

²¹¹ São, infelizmente, muito fragmentários os dados que podemos reunir, com alguma segurança, sobre a efectiva população dos eremitérios neste final do século XV, dado que raramente encontramos documentos em que toda a comunidade de uma determinada casa esteja presente ou seja nomeada. Ainda assim, em 1478, aquando da profissão do voto de castidade, a comunidade de Montemuro integrava, segundo a respectiva acta, seis pobres [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), n.º 86 – 1479.12.27, Montemuro]; em Rio Mourinho, a comunidade, que em 1435 não ia além dos quatro elementos (cf. TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, n.º 8 e *ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 1162, pp. 369-370 – 1435.12.05, Alcácer do Sal, em confirmação régia de 1436.07.09, Sintra), contava com três elementos quando, em 1478, estes decidem a sua entrega ao mosteiro do Espinheiro (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 1, n.º 68K – 1478.09.01, Rio Mourinho, em sentença de 1478.09.07, Évora), sabendo-se que a casa tinha capacidade para albergar um total de seis pessoas, de acordo com os bens devolvidos pelos jerónimos em 1483 (*ibidem*, lv. 2, n.º 3 – 1483.02.05, Évora); no eremitério de Zarco, no termo de Viana do Alentejo, estavam apenas dois eremitas em 1436, quando decidem transferir a provença para outro lugar, próximo da mesma vila (*ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 1037, pp. 307-308 – 1436.08.29, Torres Vedras), o qual acabaria por se extinguir em 1450, após a morte de Gonçalo da Silveira, seu fundador, quando aí apenas restavam dois eremitas (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 34, fl. 60 – 1450.04.17, Évora); em 1460, o total de pobres de Montemuro e Santa Margarida do Aivado não excederia os nove, quando ambas as comunidades acedem a confiar a primeira provença aos lóios (TT, *Colégio de S. Paulo de Évora*, mç. único, n.º 2, fls. 3v-4 – 1460.11.24, Santa Margarida do Aivado, em cópia do séc. XVIII) e, por ocasião da redacção do testamento do eremita Gomes, fundador do Aivado, celebrado pouco depois, encontravam-se junto dele não mais do que seis companheiros (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, n.º 91 – 1462.10.04, Santa Margarida do Aivado); no eremitério de Serpa, viviam, em 1498, três pobres (ADBEJA, *Convento de S. Paulo de Serpa*, lv. 1, n.º 10 – 1498.07.15, Serpa), número que se mantinha em 1502 (*ibidem*, lv. 1, n.º 24 – 1502.03.03, Nossa Senhora da Consolação de Serpa).

ter-se mantido durante o período seguinte²¹². Por outro lado, a sua composição permanece maioritariamente laical²¹³, com um recrutamento que acentua, ao longo desta centúria, o seu âmbito cada vez mais regional. Com efeito, ultrapassado o período de maior expansão, em que documentamos a presença, entre os pobres, de gente ligada aos círculos cortesãos – lembre-se um Mendo Seabra, um Gonçalo Vasques ou mesmo um João Rodrigues –, os eremitas que, numa fase mais tardia, ingressam na pobre vida acentuam a ideia de um recrutamento feito sobretudo entre gente das vilas e cidades mais próximas²¹⁴. As doações que se conhecem feitas por diversos eremitas e os laços familiares que, para alguns, foi possível reconstituir, comprovam ainda a sua pertença a grupos sociais com um modesto grau de riqueza, entre pequenos proprietários ou gente ligada ao oficialato local.

Comunidades, pois, de reduzidas dimensões, maioritariamente laicais e com gente humilde ou de posses pouco avultadas. Neste quadro, compreende-se melhor a reduzida apetência pela dimensão pastoral e a fidelidade a um eremitismo comunitário rural, no qual a dimensão contemplativa se aliava à opção pela pobreza e à procura de uma sustentabilidade conseguida por meio do cultivo e da exploração dos recursos associados às terras paulatinamente adquiridas pelos eremitérios.

²¹² Com efeito, em 1527, em visitação feita pelos oficiais da Ordem de Santiago ao eremitério de Nossa Senhora da Rosa, aí encontram uma comunidade de quatro pobres, um deles de condição clerical (cf. Rui Pinto, «As Visitações da Ordem de Santiago em Almada no séc. XVI», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 119ª, nº 1-12, Jan.-Dez. 2001, pp. 186-187). Em 1532, o Numeramento relativo às vilas e lugares dos mestrados de Santiago, Avis e Cristo na Comarca de Entre Tejo e Guadiana atesta a presença de 4 ou 5 pobres na casa da Junqueira, 10 em Fontarcada, no termo de Avis, e apenas 2 em Nossa Senhora da Rosa (cf. João José Alves Dias, *Gentes e Espaços. Edição crítica do Numeramento de 1527-153. Dicionário corográfico do Portugal Quinhentista. Comarca de Entre Tejo e Guadiana*, Cascais, Patrimónia, 199, pp. 87, 138, 162). Em 1572, por ocasião do já citado inquérito ordenado pela Santa Sé, é, pela primeira vez, dada a população de todos os eremitérios então existentes. Os números confirmam a impressão já retirada dos elementos documentais anteriores: à excepção da Serra de Ossa e de Vale da Infante, ambas com 20 religiosos, entre professos e noviços, todas as restantes casas tinham menos de 10 habitantes: 7 em Vale Abraão, Valbom e Santa Margarida do Aivado; 6 em Rio Mourinho e Portel; 5 em Montes Claros, Montemuro, Fontarcada e Alferrara; 4 em Rio Torto (Elvas), Tavira, Junqueira, S. Julião de Alenquer e Nossa Senhora da Rosa; e 3 em Nossa Senhora da Consolação de Serpa (cf. TT, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, maço 1, nº 5, fl. 1v).

²¹³ Cf. Anexo III. Atente-se que, dos 393 eremitas recenseados para o período em estudo, apenas para 28 se documenta a sua condição clerical.

²¹⁴ Vejam-se as biografias reunidas na parte II desta dissertação.

Este facto poderá, aliás, ajudar também a enquadrar a reduzida importância conferida à dimensão letrada e a própria configuração da vida devocional destas comunidades. Sobre o primeiro aspecto, é, desde logo, eloquente o testemunho deixado pelas actas capitulares dos Lóios na apreciação que fazem dos eremitas que, em finais do século XV, procuravam ingressar na sua Congregação, ao referirem repetidamente a falta de preparação letrada dos mesmos. Aliás, tal facto levaria os cónegos a decretarem, no capítulo de 1499, que se recusasse a sua admissão na Congregação, dado a ela virem «senom com tentação de aprender, no que dam fadiga a ssy e a nos»²¹⁵.

É certo que a leitura não estava completamente ausente deste universo eremítico, fosse pela sua presença necessária na liturgia, fosse por um ou outro caso de exercício de uma leitura mais individual. Assim o indicia o inventário dos bens devolvidos a Rio Mourinho em 1483, entre os quais se referem também alguns livros, entre os destinados à liturgia (um missal «comprido» e um breviário segundo o rito romano) e os de leitura mais devocional e pessoal (cerca de cinco, dos quais são especificados um exemplar do *Vergel de Consolação*, uma obra de S. João Clímaco e um livro da *Cidade de Deus* de Santo Agostinho)²¹⁶. Conhecemos também a presença de algumas obras de S. Gregório Magno entre os eremitas da Serra de Ossa, uma delas trazida por Gonçalo Vasques da livraria do Infante Santo²¹⁷. Mas nada mais²¹⁸.

²¹⁵ TT, *Manuscritos da Livraria*, nº 523, fls. 101v-102 (capítulo de 1499.05.13-17).

²¹⁶ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 3 (1483.02.05, Évora). O *Vergel da Consolação* surge associado à autoria de um dominicano de meados de Trezentos, Fr. Jacobo de Benavente. Obra de cariz moralizante, encontramos-la também presente nas livrarias de Alcobaça e de algumas casas franciscanas da Observância (cf. Mário Martins, «O “Vergel de Consolação”», in *Estudos de Literatura Medieval*, Braga, Livraria Cruz, 1956, pp. 60-73). Mais estranha é a presença do exemplar da *Cidade de Deus*, de Santo Agostinho, obra de reflexão teológica sobre a história, menos comum nas bibliotecas conventuais da época (vejam-se, sobre a presença desta obra em algumas livrarias monásticas e catedralícias medievais, os dados reunidos por Mário Martins, «Santo Agostinho nas Bibliotecas Portuguesas da Idade Média», *Revista Portuguesa de Filosofia*, tomo XI, 1955, pp. 166-176).

²¹⁷ Com efeito, é o próprio Infante quem, em 1437, atesta ter emprestado ao seu antigo capelão um exemplar dos *Moralia in Job* de S. Gregório Magno, livro que pelo mesmo testamento, lhe deixa em legado (cf. João Luís Inglês Fontes, *Percursos e Memória: do Infante D. Fernando ao Infante Santo*, Cascais, Patrimonia, 2000, p. 251). Parece também ser oriundo da Serra de Ossa um exemplar dos *Diálogos* de S. Gregório, paleograficamente datável de finais do séc. XIV ou inícios da centúria seguinte, conservado entre os *Manuscritos da Livraria* da Torre do Tombo (TT, *Manuscritos da Livraria*, nº 522) e editado em 2006 por Américo Venâncio Lopes Machado Filho (*Diálogos de São Gregório: edição e estudo de um manuscrito medieval português*, Salvador, EDUFBA, 2008).

Os dados indicados não deixam de mostrar a procura de alimento espiritual em autores associados aos tempos primeiros do monaquismo ou em obras de cariz mais moralizante, muitas delas presentes também em bibliotecas de casas observantes ou de importantes mosteiros da época, como o de Alcobaça, ou mesmo nas livrarias principescas da nova dinastia²¹⁹. Mas nada sabemos sobre a proveniência de tais obras e a sua efectiva utilização pelos pobres.

Certo é que a formação indicada para os noviços, pela primeira vez referida nos apontamentos apresentados ao monarca em 1488, reduzia os conteúdos a transmitir a um conjunto de orações comumente recitadas pelos eremitas e aos costumes que pautavam o seu modo de viver. Segundo o testemunho de bula posterior, estas orações restringiam-se a fórmulas e textos acessíveis ao comum dos leigos: o Pai-Nosso, a Avé-Maria, o Símbolo dos Apóstolos, os sete Salmos penitenciais e certas orações de cariz mariano²²⁰. Eram elas que, substituindo o Ofício Divino, pontuavam o dia, ao toque do

²¹⁸ Não nos parece prudente explorar aqui os livros que constam do inventário dos bens do eremitério de Óbidos, feito em 1465, dado o carácter demasiado tardio do documento (TT, *Convento de S. Bento de Xabregas*, maço 18, nº 10 – 1465.10.16, Óbidos – publ. in João Luís Inglês Fontes, «Percursos de um antigo eremitério medieval: o oratório do Alentejo, no termo de Óbidos», *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, ed. cit., pp. 248-251). Com efeito, tal inventário é produzido mais de três décadas após a entrega da casa aos Lóios e depois de diversas outras pessoas terem assumido o governo do lugar. É, aliás, atestado pelas próprias actas dos Capítulos celebrados pelos Lóios o investimento feito pela sua Congregação no envio de diversas obras de cariz devocional para esta comunidade. Tudo isto inviabiliza um discernimento seguro dos livros efectivamente pertencentes aos eremitas antes de 1434 e dos que teriam sido trazidos pelos seus posteriores ocupantes. Sobre este inventário e o contexto da sua redacção, cf. João Luís Inglês Fontes, «art. cit.», pp. 233-251.

²¹⁹ Para as livrarias observantes, cf. José Adriano Freitas de Carvalho, “*Nobres Leteras... Fervosos Volumes*”. *Inventários de Bibliotecas dos Franciscanos Observantes em Portugal no século XV. Os traços de união das reformas peninsulares*, Porto, Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade – Instituto de Cultura Portuguesa – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995; para as leituras cistercienses, cf. José Mattoso, «Leituras cistercienses do século XV», *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, 1ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982, pp. 511-522 e, para a livraria alcobacense, os diversos estudos reunidos por Mário Martins nos *Estudos de Literatura Medieval* (Braga, Livraria Cruz, 1956). Para as livrarias régias e principescas de Avis, cf. João Gouveia Monteiro, «Orientações da cultura da Corte na 1ª metade do séc. XV (a literatura dos Príncipes de Avis)», *Vértice*, 2ª série, nº 5, Ag. 1988, pp. 89-103; Sebastião Tavares de Pinho, «O Infante D. Pedro e a “escola” de tradutores da Corte de Avis», *Biblos*, vol. LXIX, 1993, pp. 129-153; José Adriano Freitas de Carvalho, «Príncipes, armas e letras», *Nos Confins da Idade Média*, Porto, Instituto Português de Museus, 1992, pp. 69-73; Aires A. Nascimento, «As livrarias dos príncipes de Avis», *Biblos*, vol. LXIX, 1993, pp. 265-287; João Luís Inglês Fontes, *Percursos e Memória...*, pp. 59-63, 265-269.

²²⁰ Cf. bula *Meritis piae vitae* do papa Paulo III: BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 8 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, 2ª parte), nº 105 (1536.11.03, Roma).

sino que, de acordo com os citados apontamentos, devia marcar a sucessão do tempo de acordo com as Horas litúrgicas²²¹.

Este horizonte laical explica também o peso relativo concedido à liturgia. Muitos eremitérios haviam construído pequenos oratórios no seu interior²²². Os seus ocupantes não deixariam certamente de aproveitar as licenças pontifícias da posse de altar - portátil ou fixo²²³ –, da celebração da eucaristia ou do recurso a clérigos que os pudessem confessar e administrar outros sacramentos. Todavia, como aliás afirmam os referidos apontamentos de 1488, a regularidade da sua celebração, incluindo a da Eucaristia, estava muito dependente dos recursos das casas, quer humanos (a presença ou não de clérigos na comunidade), quer financeiros (no caso de se recorrer a clérigos exteriores à comunidade). Para além da celebração da missa e dos trintários em sufrágio dos eremitas falecidos, nada mais é regulado sobre a vida de oração, o que permitia uma ampla possibilidade de desenvolvimento de uma prática devocional mais personalizada. Os documentos nada dizem a este respeito, embora alguns parcos indícios apontem para o desenvolvimento de devoções típicas da espiritualidade do final da Idade Média, como o culto prestado às relíquias – encontramos em Rio Mourinho um pedaço do

²²¹ As *Constituições* publicadas em 1594 afirmam explicitamente que, antes de 1579, «não rezauamos officio diuino do Breuiario Romano» (*Livro da Regra de Sancto Agostinho: e das constituições perpetuas dos Religiosos pobres hermitãos da Serra D ossa, da ordem de S. Paulo primeiro hermitão. Feitas & confirmadas com autoridade Apostolica*, s.l., Por Manoel de Lyra, 1594, *Constituições*, cap.I, fl. 4), dado que é confirmado pela bula citada na nota anterior. A presença de um exemplar do breviário romano em Rio Mourinho, documentada em 1483, devia, por isso, ligar-se a uma utilização individual, possivelmente por algum dos clérigos que encontramos documentados entre os membros da sua comunidade (cf. Anexo III).

²²² Cremos que tal justifica a gradual vulgarização da designação dos eremitérios como “oratórios”, bastante acentuada na documentação a partir de 1428. A presença normal de oratórios nos eremitérios é assumida claramente pelos “apontamentos” de 1488, que determinam que em cada um deles existisse uma «lanpada», que se devia acender «aas misas e aos domingos e dias de festas» [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 92 – 1488.06.12, Almada]. Contudo, não é impossível – embora não tenhamos mais informações sobre este aspecto – que, pelo menos numa fase inicial, houvesse algum aproveitamento, por parte destes pobres, das ermidas situadas perto de algumas das suas casas (como as de Santa Maria da Virgem, junto da Serra de Ossa; de S. Lourenço, próximo de Água das Infantes; de S. Pedro de Bencatel, no termo de Vila Viçosa).

²²³ À posse de altares portáteis, desde cedo permitida aos eremitas pela Sé Apostólica, passar-se-ia gradualmente a altares fixos, com a sagração de locais de culto em sentido próprio no interior dos eremitérios. Embora não conheçamos o processo para todas as casas, é certa tal transição para os eremitérios da Serra de Ossa, Água das Infantes, Montemuro e Valbom, autorizada por bula de Martinho V de 1426 (bula *Humilibus supplicum* de 24.06.1426 – *ibidem*, nº 19) e executada por D. Álvaro de Abreu, bispo de Silves, após obtido o devido consentimento do prelado de Évora (*ibidem*, nº 21 – 1427.06.16, Santarém).

Santo Lenho que, em 1483, se inclui entre os bens devolvidos aos pobres²²⁴ – e a devoção em torno do Cristo sofredor, a atender ao desenho deixado no verso de um pergaminho de 1492, pertencente a Vale da Infante, com a representação de uma Missa de S. Gregório, associando ao sacrifício eucarístico os símbolos da Paixão²²⁵.

A caminho da institucionalização definitiva

Estes traços manter-se-iam como definidores do modo de vida dos pobres, num enquadramento institucional que só conheceria novas mutações já avançado o século XVI.

É certo que o período seguinte traduz outro contexto. Mas alguns aspectos já o anunciavam. Lembrem-se as reacções negativas contra os grupos de pobres sem regra registadas nas Cortes de 1481-1482, que exigiam do rei a sua regulamentação e pediam que não se admittissem novas fundações. Apesar do monarca não ter cumprido à risca o prometido (como vimos, não deixou de aceitar a fundação da casa de Serpa, possivelmente em 1494), conseguiu, ainda em 1482, que os pobres aceitassem a sua conversão em Congregação, com um provincial eleito e um *corpus* normativo reconhecido por todos.

Sinal de um contexto ordenador semelhante era também a evolução registada no âmbito das comunidades femininas da pobre vida que viviam nas cidades, algumas delas ligadas espiritualmente aos eremitas. O seu percurso, a partir do último quartel do século XV e as primeiras décadas da centúria seguinte, condu-las a uma crescente aproximação e integração em diversas ordens religiosas já existentes, com clara prevalência para as mendicantes. Trata-se de uma orientação comandada pelos

²²⁴ «Item o lenho da vera cruz»: TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 3 (1483.02.05, Évora).

²²⁵ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale da Infante*, maço 2, nº 5, no verso (no rosto, documento de 1492.02.11). Sobre esta iconografia, cf. Ana Dominguez Rodriguez, «Aproximacion a la iconografia de la Misa de San Gregorio a traves de vários Libros de Horas del siglo XV, de la Biblioteca Nacional», *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, vol. LXXIX, nº 4, Madrid, Out.-Dez. 1976, pp. 757-766.

monarcas e apoiada, tanto pela nobreza da Corte, como pelas autoridades eclesiásticas²²⁶.

É também significativa a ausência de novas fundações eremíticas ligadas à Serra de Ossa. A atracção pelo ermo não desapareceu. Com efeito, importa não esquecer que é precisamente nestes finais do século XV que se opera o arranque da reforma capucha²²⁷. Mas esta já não acontece à margem, mas no interior de uma Ordem religiosa, a dos Frades Menores. Os movimentos de renovação da vida religiosa tenderão, doravante, a surgir no interior de famílias religiosas estabelecidas ou, quando fora delas, cada vez mais sob o estreito controlo das autoridades eclesiásticas.

As principais linhas que, doravante, definiriam os horizontes da Congregação da Serra de Ossa estavam, pois, à partida, definidas, num conjunto estabilizado de fundações e num enquadramento normativo e institucional que, em larga medida, se manteria quase inalterado até 1578, ano em que, como efeito da legislação tridentina e da acção reformadora e normalizadora das autoridades eclesiásticas, a Congregação acabaria por ser integrada, embora mantendo a sua autonomia, na Ordem dos Eremitas de S. Paulo Primeiro Eremita²²⁸.

²²⁶ Para o percurso de institucionalização das comunidades documentadas em Évora e Lisboa, cf. João Luís Inglês Fontes, «Cavaleiros de Cristo, monges, frades e eremitas: um percurso pelas formas de vida religiosa em Évora durante a Idade Média (sécs. XII a XV)», *Lusitania Sacra*, tomo XVII, 2005, pp. 52-53, 57-59; idem, «A pobre vida no feminino: o caso das Galvoas de Évora», in *O Corpo e o Gesto na Civilização Medieval*, Lisboa, Ed. Colibri – NCEM/IEM, 2005, pp. 157-178. idem, «Reclusão, eremitismo e espaço urbano: o exemplo de Lisboa na Idade Média», in *Lisboa Medieval: os rostos da Cidade*, coord. Luís Krus, Luís Filipe Oliveira e João Luís Fontes, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 268-272.

²²⁷ Sobre este assunto, cf. António Domingues de Sousa Costa, «Aproximação da espiritualidade de Santa Beatriz da Silva e seu irmão Beato Amadeu com os Frades do Santo Evangelho e Capuchos, evangelizadores da África, América e Índia», *Congresso Internacional “Bartolomeu Dias e a sua época” – Actas*, vol. V – *Espiritualidade e Evangelização*, Porto, Universidade do Porto – CNCDP, 1989, pp. 159-341; Maria de Lurdes Rosa, «D. Jaime, duque de Bragança: entre a cortina e a vidraça», *O Tempo de Vasco da Gama*, dir. Diogo Ramada Curto, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses – Difel, 1998, pp. 319-332. Sobre os Arrábidos, cf. Fernando Félix Lopes, «Arrábidos», *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. II, Lisboa, Ed. Verbo, 1964, pp. 1307-1308; idem, «Influência de S. Pedro de Alcântara na espiritualidade portuguesa do seu tempo», *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, pp. 227-283.

²²⁸ Bula *Creditum nobis* de 1578.09.01 (BPE, *Cód. CLXIX/I-7*). A mesma bula é traduzida e publicada juntamente com as Constituições aprovadas pelos eremitas em 1584 (cf. *Livro da Regra de Sancto Agostinho: e das Constituições perpetuas dos Religiosos pobres hermitãos da Serra D ossa, da ordem de S. Paulo primeiro hermitão. Feitas & confirmadas com autoridade Apostolica*, s.l., Por Manoel de Lyra, 1594, fls. 51-54v).

Na verdade, apesar da importância dada pela normativa de 1488 à prática litúrgica, a Congregação permaneceria maioritariamente laical, com um ritmo celebrativo e devocional ajustado a esta realidade. Só mais tarde, nas vésperas de 1578, daria os primeiros sinais no sentido de uma gradual, mas ainda lenta clericalização²²⁹. Do mesmo modo, seria necessário esperar pela última metade de Quinhentos para se poder documentar o acolhimento das primeiras fundações de capelas fúnebres²³⁰. A obrigação de profissão de um único voto manter-se-ia igualmente até 1578 e mesmo a dimensão letrada, aparentemente muito reduzida ou quase inexistente no quotidiano dos eremitas, só após 1578 ganharia alguma expressão, com a fundação dos primeiros colégios, primeiro em Évora (1578) e depois em Coimbra (1779).

A imposição aos eremitas da Regra de Santo Agostinho, feita em 1536 por Paulo III por meio da bula *Meritis pie vite*²³¹, daria origem à redacção de novos textos normativos²³². Desconhecendo-se embora as constituições então elaboradas, as alterações não parecem ter sido de monta. A própria Regra de Santo Agostinho era suficientemente genérica para permitir a manutenção de muitos dos anteriores traços que marcavam o modo de vida das comunidades.

Seria sobretudo após 1578, e ainda sob a acção do Cardeal-Infante, que o modo de vida das comunidades da pobre vida viria a conformar-se com os princípios definidos pelo Concílio de Trento. A bula então emitida²³³ seria aprovada no ano seguinte, em

²²⁹ O reduzido número de sacerdotes da Congregação é ainda atestado nas respostas dadas ao inquérito enviado pela Santa Sé em Novembro de 1572, onde se afirma que a Congregação não tinha mais do que 5 sacerdotes professos e nenhum teólogo, «por esta congregação ser sempre regida desde sua fundação por heremitas leigos dados mais a vida contemplativa que as letras; e así se guardou sempre e usou» (TT, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, maço 1, nº 5, fl. 1v).

²³⁰ Vejam-se algumas indicações das terras associadas a capelas no tombo dos bens das casas da Congregação feito em 1619 (cf. BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 1).

²³¹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 8 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, 2ª parte), nº 105 (1536.11.03, Roma).

²³² As Constituições publicadas em 1594 fazem memória de outras constituições reformadas e acrescentadas pelo Cardeal-Infante D. Henrique em 1567 (cf. *Livro da Regra...*, fl. 49v). Estas devem ter sido impressas, pois existia, ainda no século XIX, um exemplar das mesmas na livraria da província, então no Mosteiro do Santíssimo Sacramento de Lisboa, referidas como um volume «em 4º», com as «Constituições impressas no anno de 1567» (TT, *Mosteiro do Santíssimo Sacramento de Lisboa*, lv. 31, fl. 5v [1801-1804]). Delas não conseguimos descobrir qualquer exemplar.

²³³ Cf. nota 228.

Capítulo celebrado na casa de Vale da Infante²³⁴, dando origem à reforma das anteriores Constituições, numa versão aprovada em 1584²³⁵. No seu texto, espelham-se bem as transformações operadas sobre as comunidades ligadas à Serra de Ossa, num esforço de conformização aos ditames tridentinos e à estratégia de normalização da vida religiosa conduzida pela Santa Sé. Com efeito, além da obrigatoriedade de profissão dos três votos canónicos (castidade, pobreza e obediência), marcava-se definitivamente a clivagem, no seu interior, entre clérigos e leigos, associada a profundas alterações no seu modo de vida, com o reforço da componente coral e litúrgica – a obrigação de recitação diária do Ofício Divino e a celebração da Eucaristia, ambos segundo o rito romano) -, a redução do tempo de trabalho manual, sobretudo para os clérigos, e o reforço e fixação dos ritmos e rituais comunitários. Ficava ainda definida a estrutura de governo da Congregação e de cada uma das casas, bem como as condições de admissão dos novos candidatos e da sua formação²³⁶. Sinal eloquente destas mudanças seria a abertura definitiva à dimensão pastoral, que motivaria a gradual aproximação das suas casas aos núcleos urbanos e o consequente abandono de muitos dos antigos eremitérios medievais²³⁷.

Mas estes seriam já outros tempos, num período marcado por um outro contexto que ultrapassa já os limites por nós definidos para esta investigação. Só um tratamento sistemático da documentação permitirá, como efeito, perceber melhor os dinamismos desta última fase de institucionalização, as circunstâncias em que acontece, os seus protagonistas, a relação desta com as pressões, internas e externas, sofridas pela Congregação. Mas esse é um outro trabalho que não cabe já ser feito aqui.

²³⁴ Cf. *Livro da Regra...*, fls. 49v-50.

²³⁵ *Ibidem*, fl. 50v.

²³⁶ Cf. *ibidem*. Sobre estas alterações, cf. João Luís Inglês Fontes, «Eremitas de São Paulo», in *Dicionário Histórico das Ordens e instituições afins em Portugal*, dir. José Eduardo Franco, José Augusto Mourão e Ana Cristina Costa Gomes, Lisboa, Gradiva, 2010, pp. 152-155.

²³⁷ Veja-se, sobre este assunto, os dados compilados no Anexo I.

PARTE II

OS EREMITAS: ORIGENS, PERCursos E IDENTIDADE

Na célebre Semana de Estudos de Mendola de 1962, dedicada ao eremitismo no Ocidente, Jean Leclercq lembrava como, ao estudar este fenómeno, importava ter em conta, desde logo, duas categorias muito genéricas de eremitas: aqueles de quem se fala e aqueles sobre os quais nada é dito. E relembra como estes eram os mais comuns: deles, nada ou quase nada se sabia, porque nada «fizeram», contentando-se em «estar» na presença de Deus¹. Se este investigador se reportava a um contexto bem anterior ao nosso, com as suas particularidades históricas e documentais (a sua intervenção versava o eremitismo anterior ao ano mil), o alerta não deixava de ser pertinente para quem se desejasse aventurar no estudo de vivências similares para períodos mais tardios.

A atestar a verdade desta afirmação estão as biografias que aqui apresentamos. Se o número de eremitas recenseados não deixa de ser surpreendente, importa também reconhecer, por um lado, a disparidade de informações disponíveis para cada um e, por outro, o facto de sabermos que o universo daqueles que de facto ingressaram na pobre vida ultrapassou certamente, numa medida que não podemos de todo aferir, os que se deixaram ver e cujo nome ficou registado na documentação.

Com efeito, nesse paradoxo constante entre visibilidade e ocultamento que marca a própria opção eremítica, o anonimato só se quebra quando, em nome próprio ou do grupo em que se insere, só ou acompanhado por um ou dois companheiros, o eremita se vê obrigado a deixar a sua proveniência para tratar de assuntos do seu interesse pessoal e sobretudo de assuntos respeitantes ao grupo em que se encontra inserido. E estes podem ser, como vimos, de índole diversa: o pedido de traslados, a representação da comunidade em contratos de compra e venda, o assumir da defesa dos seus direitos em âmbito judicial ou o tomar, em nome desta, da posse de determinado bem. São raríssimos os actos, comuns no contexto de outras formas de vida religiosa mais institucionalizadas, em que toda a comunidade participa de determinada decisão e, por isso, é nomeada de forma mais ou menos extensiva. Pelo contrário, os documentos que

¹ Cf. Jean Leclercq, «L'érémisme en Occident jusqu'à l'an mil», in *L'eremitismo in Occidente nei secoli XI e XII. Atti della seconda settimana internazionale di studio (Mendola, 30 agosto – 6 settembre 1962)*, Milano, Società Editrice Vita e Pensiero, «Miscellanea del Centro di Studi Medioevali, IV», 1965, p. 28.

nos permitem recuperar algo da identidade e do percurso destes homens da pobre vida fazem-no quase sempre de uma forma muito lacónica ou parcial, dando a conhecer apenas parte do grupo a que o eremita ou eremitas nomeados pertencem.

A identificação destes eremitas debate-se ainda com dificuldades acrescidas, resultantes dos perigos crescentes da homonímia. Estes derivam, desde logo, do hábito, partilhado com muitos outros elementos de comunidades religiosas, de omitirem sistematicamente os respectivos apelidos, mantendo apenas o seu nome de baptismo. Este procedimento era assumido como sinal de despojamento e de humildade, em nome de uma pobreza e de um abandono do mundo que implicavam também uma renúncia a quaisquer outros elementos identificativos para além daquele que, na origem, os remetia para um contexto sagrado que os ligava definitiva e umbilicalmente a Deus². Assim, os eremitas são com frequência designados apenas como «João, pobre», «Gonçalo, pobre ermitão»..., nomeando-se, de seguida (embora nem sempre), a comunidade ou lugar onde levavam vida pobre. Por outro lado, os finais da Idade Média conhecem um significativo empobrecimento onomástico, ao nível do nome próprio, agravado pela concentração crescente das preferências em torno de um conjunto cada vez mais diminuto de antropónimos, na sua maioria de inspiração cristã³.

Nalguns casos, estes problemas só puderam ser ultrapassados pelo cruzamento de referências múltiplas, de indícios mais ou menos indirectos, que permitiram recuperar um ou outro apelido registado em determinado documento, ou um terceiro elemento, normalmente um nome de proveniência ou de domicílio («João de Estremoz», «Rodrigo de Olivença...»)⁴, que se junta ao nome próprio, por vezes para distinguir um eremita de outro ou outros que, até na mesma comunidade, partilham do

² Vejam-se, a este propósito, as considerações tecidas por Iria Gonçalves, «O mosteiro de Alcobaça e o recrutamento geográfico dos seus monges», *IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo: Encontro de Alcobaça e Simpósio de Lisboa – Actas*, Braga, Universidade Católica Portuguesa – Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, pp. 234-235; idem, «Linhas mestras da antroponímia medieval portuguesa», *Media Aetas – Cadernos de Estudos Medievais*, 2ª série, vol. 4, 2009-2010, p. 95 e 101.

³ É o caso singular de «João» e, a maior distância, os de «Domingos», «Martim», «Estêvão», «Afonso», «Pedro» ou «Fernando» (idem, «O mosteiro de Alcobaça...», p. 236; idem, «Linhas mestras da antroponímia...», pp. 97-101; idem, «O nome», in *História da Vida Privada em Portugal*, dir. José Mattoso, vol. I – *A Idade Média*, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa, s.l., Círculo de Leitores – Temas e Debates, 2010, pp. 203-206).

⁴ Cf. idem, «O mosteiro de Alcobaça...», pp. 237-238; idem, «Linhas mestras...», pp. 106-107.

mesmo nome de baptismo⁵. Por vezes, as distinções entre pobres com o mesmo nome decorrem da sua pertença a distintos eremitérios, critério certamente importante mas que, na diacronia, pode revelar-se enganador, dada a possibilidade de mobilidade dos eremitas entre diversas comunidades, naturalmente sancionada (ou por vezes exigida) por aqueles que regiam esses lugares. Em muitos casos, apenas foi possível levantar hipóteses de identificação a partir de referências dispersas e, por vezes, muito sumárias.

Também por todos estes factores, optou-se pela redacção de pequenas biografias em detrimento do esquema prosopográfico tradicional, dada, não só a discrepância de informações disponíveis para os ainda muitos eremitas recenseados, mas também a necessidade de atender, muitas vezes, a indícios e contextos que importava interrogar e ter em conta para levantar hipóteses, propor identificações, apontar lógicas de actuação.

Os eremitas foram ordenados alfabeticamente a partir do seu nome próprio e, entre os homónimos, de forma cronológica, de acordo com as referências documentais disponíveis. Indicam-se, de seguida, o lugar ou lugares onde surgem referidos enquanto pobres, bem como a função assumida no interior das suas comunidades e o intervalo temporal passível de ser estabelecido documentalmente para o seu desempenho. Nas notícias redigidas para cada eremita, procurou-se também, sempre que possível, recuperar todas as informações sobre a respectiva proveniência geográfica ou social, ligações familiares e percurso anterior ao ingresso na vida eremítica, bem como o seu papel e intervenção dentro da(s) comunidade(s) em que se encontram inseridos.

Mais do que simplesmente ilustrar ou apoiar muito do que fica dito nos capítulos anteriores, estas biografias permitem recuperar a dimensão humana deste fenómeno eremítico, reconhecer os seus agentes, reconstituir os percursos de vida dos homens que fizeram esta opção de vida e aferir criticamente, tanto quanto possível, as respectivas identidades, tempos de ingresso e de permanência na pobre vida ou os distintos papéis assumidos no interior dos eremitérios. Mesmo que estejam longe de se apresentarem como definitivas – como poucas são as coisas que, na investigação histórica se podem afirmar como tal – e certamente passíveis de ser completadas ou corrigidas pela descoberta de outros elementos documentais ou pelo evoluir da investigação, particularmente escassa no que ao sul do país diz respeito e ao conhecimento dos seus núcleos urbanos e às gentes que neles viviam, cremos que as biografias agora

⁵ Veja-se, no Anexo III, a lista dos eremitas por eremitérios.

apresentadas podem dar um contributo válido para o (re)conhecimento destes homens que, durante mais de século e meio, integraram as ainda numerosas e florescentes comunidades da pobre vida, resolvendo ou clarificando muitas das informações que, até agora, se baseavam quase exclusivamente nas notícias facultadas pela cronística moderna produzida pelos monges ou por um ou outro cronista oriundo de distintas famílias religiosas.

1. AFONSILHO

Vale Abraão (regedor (?), 1397-1443)

Vale Abraão (pobre, 1443-1448)

Documentado pela primeira vez em 1397 como «pobre morador na sserra» de Ossa, numa composição que assegurava aos eremitas os seus direitos sobre a herdade das Cortes⁶, volta a aparecer em 1425, quando recebe dos sesmeiros da vila do Redondo uma terra bravia em mato para a lavrar com seus companheiros, junto ao lugar das Fontainhas e ao eremitério do qual era certamente regedor, dito precisamente «o lugar d afonsilho»⁷. Deve tratar-se de Vale Abraão, pois ainda no mesmo ano, é referido como Afonsilho do Vale de Abraão, numa doação feita a diversos «pobres da sserra d oossa» de uma herdade que jazia em mato, situada no termo de Borba, confrontante com o lugar dos pobres aí existente⁸. Continuava no mesmo eremitério, possivelmente ainda como seu regedor, em 1436, quando comparece junto do rei Duarte em representação dos pobres da Serra de Ossa, a propósito dos direitos por estes detidos sobre o lugar de Montes Claros, no termo de Borba, no âmbito dos problemas suscitados pela sucessão de Gonçalo Neto, seu fundador⁹. Em 1440, representa os pobres de Vale de Abraão e Vale de Infante numa sentença relativa à ermida de Santa Maria do Monte da Virgem¹⁰. É novamente nomeado em referência à casa de Vale Abrão em duas doações feitas aos pobres em 1441¹¹ e 1444¹², embora, pelo menos nesta última data, já não detivesse o governo do eremitério, confiado desde 1443 a Rodrigo Eanes, por determinação de

⁶ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. F5 (1397.05.29, Estremoz, em traslado de 1417.05.23, Estremoz).

⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, n° 10 (1425.09.10, «em o lugar d afonsilho prouue termo do Redondo»).

⁸ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, n° 1 [4] (1425.10.02, Vila Viçosa, em traslado).

⁹ *ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 1009, pp. 272-275 (1436.01.23, Estremoz).

¹⁰ BPE, *Mosteiro de S. João da Penitência de Estremoz*, lv. 103, n° 35 (1440.07.15, Santarém).

¹¹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 10 (*Pergaminhos Vários*, 50), n° 49 (1441.07.21, Vila Viçosa).

¹² BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, n° 19 (1444.12.28, Vila Viçosa).

Gonçalo de Pinhel¹³. Provavelmente, ainda vivia nesse lugar em 1448, quando é nomeado entre os destinatários dos bens deixados por um outro pobre, Gonçalo, possivelmente residente no eremitério de Valbom, no termo de Vila Viçosa¹⁴.

2. AFONSO (I)

Felgueira [→Rio Mourinho] (pobre, 1399-1412)

Dito «afonso pobre, pobre dos que uiuem na proue vijda», aparece, em 1399, a pedir o traslado, em Montemor-o-Novo, de documentos relativos ao eremitério da Felgueira, sito no termo da mesma vila¹⁵. Em 1401, é precisamente na sua qualidade de pobre residente nesse lugar que é incluído entre os beneficiários da doação de certas propriedades, com suas vinhas, árvores, águas e oliveiras, sitas junto à ribeira de *Javalariça*, no termo de Montemor-o-Novo, feita por Maria Fernandes, sobrinha de Lourenço Mendes, comendador da vila¹⁶. Trata-se possivelmente ainda do mesmo Afonso que, em 1412, aparece como testemunha de um pedido de traslado feito no termo de Alcáçovas, onde, sem referir o lugar a que pertence, se afirma como «pobre» e «djzipollo e companheiro de Joham gouujnhas»¹⁷, eremita que deve ter vivido no eremitério de Felgueiras, como companheiro de João Preto e Bento, ainda antes de 1389.

3. AFONSO (II)

¹³ *Ibidem*, lv. 39, nº 5 (1443.09.14, «no lugar dos pobres onde vjue gonçallo de pinell», termo da vila de Redondo).

¹⁴ *Ibidem*, lv. 44, nº 13 (1448.12.17, Vila Viçosa). É dito como «prove da serra».

¹⁵ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 57 (1399.09.06, Montemor-o-Novo).

¹⁶ *Ibidem*, lv. 2, nº 51 (1401.12.08, Montemor-o-Novo). Trata-se, muito possivelmente, de Lourenço Mendes de Carvalho (cf. Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, pp. 465-466).

¹⁷ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 39 (1412.10.18, termo de Alcáçovas). A integração deste documento no acervo do Colégio de Coimbra, que incorporou, entre outras, a documentação de Rio Mourinho, pode concorrer em favor desta hipótese.

Valbom (pobre, 1422)

Documentado em 1422 numa compra feita conjuntamente com outros dois eremitas, João de Nisa e Bento, de uma casa e quintal em Vila Viçosa, na Rua do Alandroal, junto a outra casa já aí detida pelos mesmos pobres¹⁸, deveria certamente residir no eremitério de Valbom, ao qual pertencia seguramente o eremita Bento aqui referido.

4. AFONSO (III)

Serra de Ossa (pobre, 1422)

Dito «pobre da serra», aparece, em 1422, como testemunha de uma carta de quitação pelo pagamento de certos sufrágios celebrados no convento de S. Domingos de Évora por alma de Clara Eanes¹⁹.

5. AFONSO (IV)

Viana do Alentejo (pobre, 1425-1428)

Pobre residente no eremitério de Viana do Alentejo, juntamente com Gonçalo [da Silveira], em 1425, data em que recebem em doação de Lourenço, pobre do Ameal

¹⁸ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. D8 (1422.06.30, Vila Viçosa).

¹⁹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 2 (*Pergaminhos dos Conventos de S. Domingos e S. Francisco*), S. Domingos de Évora, doc. 16b (1422.11.05, Évora).

de Gorjão, no termo de Vila Viçosa, o lugar onde morava²⁰. Em 1428, os dois eremitas doam este mesmo lugar do Ameal aos pobres de Valbom, no termo de Vila Viçosa²¹.

6. AFONSO (V)

Rio Mourinho (pobre, 1438-1447)

Pobre do oratório de Rio Mourinho, surge documentado entre 1438 e 1447, sempre em actos de representação da comunidade: juntamente com o respectivo regedor, procede, em 1438, ao escambo de quinze marcos de prata por um assentamento de herdade junto ao lugar dos pobres²²; em 1445, assume com Estêvão, seu companheiro, perante a Colegiada de Santa Maria do Bispo de Montemor-o-Novo, o aforamento de duas courelas de herdade junto à provença²³ e, ainda nesse ano, recebe, em nome da comunidade, a doação de um pedaço de chão junto com as courelas de herdade entretanto aforadas²⁴; em 1447, junto com Martinho, seu parceiro, assume a causa do eremitério num processo levado à Corte régia sobre conflitos com um lavrador, Martim Freire, proprietário de terras confinantes com a herdade que traziam no termo de Alcáçovas²⁵.

7. AFONSO (VI)

²⁰ BPE, *Mosteiro de Santa Catarina de Sena de Évora*, lv. 85, nº 41 (1425.10.09, «nas cassas do dicto lugar do ameall»).

²¹ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. B2 (1428.06.28, Évora).

²² TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 60 (1438.09.04, Montemor-o-Novo). Está também presente ao respectivo acto de posse, celebrado em Rio Mourinho a 9 de Outubro do mesmo ano (*ibidem*).

²³ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 16 (*Pergaminhos Avulsos*, 98), nº 10 (1445.07.18, Montemor-o-Novo).

²⁴ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 48 (1445.08.05, Montemor-o-Novo).

²⁵ *Ibidem*, lv. 2, nº 14 (1447.06.26, Lisboa).

Eremitério não identificado (pobre, 1462)

Testemunha do testamento do eremita Gomes, fundador do lugar de Santa Margarida do Aivado, redigido a 4 de Outubro de 1462, é expressamente dito «pobre de fora da dicta casa», sem se indicar o eremitério a que pertencia²⁶.

8. AFONSO (VII)

Serra de Ossa (pobre, c. 1481)

Incluído entre os pobres da Serra de Ossa e de «outras casas daquelle viuer» que, em 1483, são nomeados na sentença régia que ratifica a posse da casa da Serra de Ossa pelos eremitas, face à tentativa de apropriação do eremitério perpetrada pelos Jerónimos de Santa Maria do Espinheiro em 1476²⁷. Cremo-lo como pertencente a este eremitério, dado que o seu nome é integrado entre os pobres que são nomeados após o maioral da Serra de Ossa e antes dos regedores de outras provenças.

9. AFONSO (VIII)

Santa Margarida do Aivado de Évora (pobre, 1501)

²⁶ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 91 (1462.10.04, «na casa dos pobres de ssanta margarida que he no ayuado termo da çidade d euora»).

²⁷ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 88 (1483.02.26, Santarém). Apesar da data da sentença, a lista de eremitas aí apontada é, como vimos, necessariamente anterior, relativa ao despoletar da contenda com os Jerónimos de Santa Maria do Espinheiro. Só assim se compreende que o maioral da Serra de Ossa seja o eremita Fernando [Pinheiro], documentado como tal em 1481, e não Pedro de Queirã, regedor desse eremitério em 1483.

Pobre do eremitério de Santa Margarida do Aivado, está presente, em 1501, à publicação do emprazamento de metade de uma azinhaga detida pelos pobres em Évora²⁸.

10. AFONSO ARANHA

Alferrara (pobre, 1385)

Documentado em 1385 como beneficiário, juntamente com os eremitas João Gonçalves e Martinho, da doação de um chão e mato em Alferrara, no termo de Palmela. Apesar do mau estado do documento, o seu teor pressupõe que estes eremitas já residiam em Alferrara à data da doação²⁹.

11. AFONSO BARBUDO

Rio Mourinho (regedor, 1498)

Regedor da casa de Rio Mourinho, acede, em 1498, ao trespasse do aforamento das casas que os pobres detinham em Évora, na Rua do Raimundo, em favor de Duarte Rodrigues, tintureiro, e de Isabel Fernandes, sua mulher³⁰.

12. AFONSO BEIÇUDO

Junqueira (pobre, 1492)

²⁸ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 73 (1501.03.23, Évora, nas casas dos pobres, ao talho do mouro).

²⁹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 3 (1423.12.03, Setúbal).

³⁰ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 37 (1498.01.02, Évora).

Pobre que testemunha, em 1492, o testamento de Diogo Moreno, eremita dessa casa³¹. Apesar de não ser dito explicitamente pobre da casa da Junqueira, é o único pobre referido entre as testemunhas, logo após o maioral dessa casa, Cristóvão.

13. AFONSO CHAMIÇO

Almouquim [→Alferrara] (pobre, 1427-1448)

Dito como «pobre Inrmjtom pessoeiro» do lugar dos eremitas em Almouquim, no termo de Palmela, recebe, em nome destes, em 1427, a doação de um mato com seu chão no mesmo local³². Aí continuava em 1448, recebendo em doação de Martim Eanes, outrora almoxarife do Mestre de Santiago em Setúbal, e de Constança Eanes, sua mulher, uma outra propriedade nesse lugar³³.

14. AFONSO DE ARRAIOLOS

Serra de Ossa (pobre, 1413-1440)

Documentado em 1413, juntamente com João Fernandes, o deão Gil Martins e João Afonso, «pobres da sserra da ossa», em Estremoz, onde recebem de Gonçalo Peres, pobre de Vale da Infante e testamenteiro de Rui Gonçalves, clérigo, umas casas que o defunto possuía dentro do castelo da dita vila, na Rua de Albocaz³⁴. Em 1440, é Afonso de Arraiolos, juntamente com um outro pobre, Estêvão, o escolhido para

³¹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, maço 2 de pergaminhos, nº 32 [antigo mç. 1, nº 22] (1492.11.22, Nogueira, termo de Santiago do Cacém).

³² TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 6 (1427.12.01, Setúbal).

³³ *Ibidem*, mç. 3, nº 16 (1448.12.08, Setúbal).

³⁴ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, mç. 1, nº 3 (1413.01.09, Estremoz).

representar a Serra de Ossa num pleito contra João Afonso Aranha, vigário da paróquia de Santa Maria do Redondo, sobre os direitos detidos pelos pobres sobre a ermida de Santa Maria de Monte Virgem³⁵.

15. AFONSO DE ARRONCHES

Serra de Ossa (regedor, 1488)

Juntamente com Vasco de Elvas, regedor de Vale Abraão, surge documentado, em 1488, a suscitar das autoridades do Redondo a devolução do cereal tomado ilegítimamente aos lavradores dos eremitas a título de jugada por ordem do Conde de Borba, conforme o sentenciado nesse mesmo ano pelo monarca. A formulação utilizada pelo documento («vasco d eluas que ora tem carego de uall d abração e Afonso d aronches da <serra d ossa> anbos proues das ditas cassas») permite supor que Afonso de Arroches desempenhasse, à data, o cargo de regedor na Serra de Ossa³⁶.

16. AFONSO DE SÃO LUCAS

Eremitério não identificado (a. 1495)

Dito simplesmente como oriundo «d antre os jrmjtãaes», é admitido como noviço da Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista pelo capítulo celebrado em 1495³⁷.

17. AFONSO DE VALADEIRA

³⁵ BPE, *Mosteiro de S. João da Penitência de Estremoz*, lv. 103, n° 35 (1440.07.15, Santarém).

³⁶ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 29, fls. 5v-6 (1488.03.31, Redondo).

³⁷ TT, *Manuscritos da Livraria*, n° 523, fl. 79v (1495.06.01-04).

Serra de Ossa (pobre, 1427)

Eremita da Serra de Ossa, surge, em 1427, a solicitar, perante o vigário-geral do bispo de Évora, traslado de diversas bulas pontifícias, juntamente com Álvaro, pobre de Montemuro³⁸.

18. AFONSO DIAS

Santa Margarida do Aivado de Évora (pobre, 1491)

Pobre de Santa Margarida do Aivado, adquire para a provença, em 1491, certas casas em Évora, junto ao talho do mouro, na Rua dos Pobres³⁹.

19. AFONSO DOMINGUES [DE PELE]

Santa Catarina de Vale de Mourol (pobre, a. 1433-1434)

Dito simplesmente como «proue», residia em Santa Catarina de «almourom», no termo de Santarém, em 1433, quando arrenda do convento da Santíssima Trindade de Santarém, por nove anos, a metade de dois moinhos⁴⁰. A estes bens somava-se, pelo menos, uma vinha na Assacaia, termo da mesma vila, que comprara com seu foro a um

³⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Portel*, nº 12, e pasta 8 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, 2ª parte*), nº 233 (1427.01.07, Évora).

³⁹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 74 (1491.01.22, Évora).

⁴⁰ TT, *Convento da Santíssima Trindade de Santarém, 1ª incorporação (Antiga Colecção Especial)*, maço 8, nº 21 (1433.01.07, Santarém).

judeu⁴¹. Era casado com Catarina Vasques, a quem fez testamenteira e herdeira dos seus bens. Tendo já falecido em Julho de 1434, é a sua mulher quem solicita do monarca, a quem pertencia a dita vinha, que a pudesse trazer emprazada. Na licença então dada pelo rei Duarte, percebe-se que Catarina Vasques herdara também o circuito da ermida de Santa Catarina de Vale de Mourol, que incluía, segundo informação um pouco posterior, um assentamento cercado por valas no qual, além da dita ermida, se podiam encontrar «muytas aruores e oliueiras e vinha»⁴². O mesmo diploma deixa expressa a intenção da dita Catarina Vasques em deixar este assentamento «aos pobres Jrmjtãaes que esteuerem e quiserem estar na dicta Jrmjda» após a sua morte⁴³. A tradição posterior refere Afonso Domingues como tendo sido escrivão dos hospitais da vila e data de 1422 a sua instalação junto ao oratório de Santa Catarina⁴⁴.

20. AFONSO EANES (I)

Azambujeira [→ Fonte Arcada] (pobre, 1423-1426)

Eremita residente no lugar da Azambujeira, no termo de Avis, pelo menos desde 1423, juntamente com Fernando Gonçalves e Pedro Eanes. Em 1426, volvidos três anos, haviam já edificado um oratório, suplicando então do papa Martinho V permissão para aí terem sino e altar portátil, com a devida licença para celebração da eucaristia. À imitação do concedido aos pobres da Serra de Ossa, suplicavam ainda a isenção das

⁴¹ Conforme informação dada pela carta régia de 29.07.1434 (em confirmação de 1446.04.07, pedida pelos pobres de Vale de Mourol – TT, *Ch. D. Afonso V*, lv. 5, fl. 26; publ. in F. M. de Sousa Viterbo, *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*, reprodução em fac-símile do exemplar com data de 1904 da Biblioteca da INCM, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988, pp. 502-503; *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, coord. José Pedro Paiva, vol. II - *Antes da Fundação das Misericórdias*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas – CEHR da UCP, 2003, doc. 111, pp. 224-225).

⁴² Cf. Maria Ângela da Rocha Beirante, *Santarém Medieval*, Lisboa, FCSH – UNL, 1980, pp. 167.

⁴³ Cf. nota 41.

⁴⁴ Cf. Maria Ângela da Rocha Beirante, *ob. cit.*, pp. 186-187, nota 59. O mesmo é repetido por diversas crónicas monásticas dos sécs. XVII e XVIII (cf. *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*, dir. Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 355-356).

dízimas das terras por eles cultivadas e a possibilidade de escolherem confessor que os pudesse absolver em artigo de morte⁴⁵.

21. AFONSO EANES (II)

Moutelas / Vale da Ramada (pobre, 1478)

Vassalo régio morador na Lourinhã, obtém do monarca Afonso V, em 1478, um vale e chão em mato maninho no lugar de Moutelas ou Vale da Ramada, entre o Reguengo Grande e Moita dos Ferreiros, no termo de Óbidos, para aí edificar um oratório onde pudesse servir a Deus, com a possibilidade de o passar a outrem após a sua morte⁴⁶.

22. AFONSO FERNANDES

Eremitério não identificado (pobre, 1401)

Dito como «pobre», surge entre as testemunhas de um emprazamento celebrado em Óbidos pelo prior e raçoeiros da igreja de Santa Maria desta vila. O epíteto associado ao seu nome sugere que se trate de um adepto da pobre vida, embora nada mais se conheça sobre este personagem⁴⁷.

23. AFONSO GALEGO

Azambujeira [→ Fonte Arcada] (pobre, 1371)

⁴⁵ MPV, vol. IV, doc. 987, pp. 122-123.

⁴⁶ TT, *Leitura Nova, Estremadura*, lv. 7, fl. 119 (1478.03.08, Lisboa).

⁴⁷ TT, *Colegiada de Santa Maria de Óbidos*, maço 9, nº 180 (1401.03 (?).17, Óbidos).

«Homem da pobre vida», recebe, juntamente com João, dito clérigo, também da pobre vida, em 1371, dos casais Pedro Martins Cabeça e Maior Mendes e Fernão Farto e Constança Gonçalves, moradores e vizinhos em Avis, as partes que ambos detinham da horta velha de Pedro Fulaz, situada, subentende-se, no termo da vila, «da parte da aalem do Ribeiro», para aí viverem e servirem a Deus⁴⁸.

24. AFONSO MARTINS

Flor da Rosa (pobre, 1410)

Pobre estante na Flor da Rosa em 1410, com Álvaro e Geraldo, conforme o testemunho de sentença dada nesta data sobre o usufruto de umas casas em Portalegre, usufruídas quer por estes pobres, quer pelos então moradores em Vale de Flores, no termo da dita vila⁴⁹.

25. AFONSO RAMALHO

Valbom (pobre, 1504)

Pobre «do vyuer da sera d osa», deveria residir no eremitério de Valbom, no termo de Vila Viçosa, pois é nesse local e a essa casa que, em 1504, faz doação de diversos bens, a saber, um olival no termo da vila, às Fontaínhas, um potro e vinte

⁴⁸ As duas doações são celebradas em Avis na mesma data (5 de Março de 1371) e com as mesmas testemunhas (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 20, em traslado de 1376.01.14, Evoramonte).

⁴⁹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 16 (*Pergaminhos Avulsos*, 98), nº 103 (1410.12.13, Portalegre).

alqueires de cevada. Pela mesma doação, sabemo-lo filho de Gonçalo Nunes Ramalho, já falecido à data do documento⁵⁰.

26. AFONSO VASQUES

Barriga [→Cela Nova] (pobre, 1414)

Eremita estante em Barriga, no termo de Almada, aparece documentado em 1414, quando lhe é renovada, agora sem quaisquer condições, uma doação de um pardieiro que fora curral de bois, sito na dita vila. Aquando da doação inicial, cuja data desconhecemos, vivia no eremitério com outros dois companheiros, João de Aragão e Frei Lourenço, que possivelmente ainda aí se manteriam, pois os bens são doados a Afonso Vasques «e aos outros pobres sobredictos» e a todos os seus sucessores⁵¹.

27. ÁLVARO (I)

Serra de Ossa (pobre, 1373-1407)

Em 1373, é nomeado, juntamente com Pedro Meirinho e João, entre os «Jrmãaos» que, na Serra de Ossa, se mantinham «na proue vida», sendo com eles destinatário da doação feita por Mateus Jacobo, juntamente com João Domingues Cepelheiro, da parte por eles detida num serrado da Serra de Ossa⁵². Na inquirição feita por ordem pontifícia em 1378, é referido entre os eremitas que se encontram na Serra de

⁵⁰ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. F1 (1504.11.16, provença de Valbom, parcialmente ilegível) e *ibidem*, lv. 6, nº 78, fl. 112 (traslado do séc. XVIII).

⁵¹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, maço 2 de pergaminhos, nº 30 [antigo maço 1, nº 1] (1414.12.10, Almada).

⁵² BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 15 (*Pergaminhos Avulsos*, 80), nº 22 (1373.10.09, Redondo, em traslado de 1432.09.20, Évora).

Ossa⁵³. Ainda no mesmo ano, é referido como residente na Serra de Ossa, no Vale de Roçadas, juntamente com João Fernandes, comprando então a Afonso Peres, dito Romeu, e Bernarda Fernandes, sua mulher, moradores em Évora, uma herdade e pomar no mesmo local⁵⁴. Deve ser o mesmo eremita que, em 1397, surge referido como uns dos «pobres Jrmjtãaes moradores na sserra», cabendo-lhe, nessa data, juntamente com Gonçalo Peres, seu parceiro, representar os pobres na defesa do seu direito sobre a herdade das Cortes, que lhes fora doada pelo eremita João Gouvinhas em 1389, acabando por estabelecer uma composição e obter a posse da mesma por meio do pagamento de uma compensação monetária⁵⁵.

Entre 1401 e 1407, aparece referido por diversas vezes em doações feitas conjuntamente a favor dos pobres «moradores na sserra da ossa» e de eremitas de outros lugares, pressupondo uma articulação ou ascendência da Serra de Ossa sobre essas comunidades: assim acontece em 1401, na doação de um lugar, com vinhas, árvores, águas e oliveira junto à ribeira de Javalariça, no termo de Montemor-o-Novo, feita por Maria Fernandes, sobrinha de Lourenço Mendes, comendador da vila, aos eremitas de Felgueira⁵⁶; em 1405/1406, na doação de Água das Infantes, no termo de Portel, para aí poderem colocar «taaes omeens que nom uenha escandalo nem maaos exemplo aos da terra»⁵⁷; em 1407, em duas doações de propriedades no termo de Borba, onde viria a ser fundado o eremitério de Montes Claros⁵⁸.

⁵³ *Ibidem*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 24 (1378.02.16, Cambeses, em traslado de 1389.08.19, Évora). Por deterioração do pergaminho, é impossível ler o apelido deste eremita.

⁵⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 20 (1378.05.23, Évora).

⁵⁵ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. F5 (1397.05.29, Estremoz, em traslado de 1417.05.23, Estremoz).

⁵⁶ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 51 (1401.12.08, Montemor-o-Novo, em traslado de 1438.04.10, Évora).

⁵⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 61 (1405/1406.09.01, Vidigueira, em traslado impossível de datar por falta da parte superior do pergaminho).

⁵⁸ Doação de uma courela de herdade em mato sob a Cabeça do Bravo, no termo de Borba: BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 1 [4] (1407.10.31, Borba, em traslados respectivamente de 1436.10.16 e de 1441.02.02, Vila Viçosa); doação de um pedaço de herdade em mato, no mesmo lugar, pertencente ao convento de Santo Agostinho de Vila Viçosa: BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 1 [5] (1407.11.09, Vila Viçosa, em confirmação do provincial da Ordem dada a 15 de Dezembro do mesmo ano).

28. ÁLVARO (II)

Flor da Rosa (pobre, 1410)

Eremita estante na Flor da Rosa em 1410, juntamente com Afonso Martins e Geraldo, conforme sentença dada nesta data sobre o usufruto de umas casas dos pobres em Portalegre⁵⁹.

29. ÁLVARO (III)

Montemuro (pobre e regedor?, 1415-1434)

Integra o núcleo fundador do eremitério de Montemuro juntamente com outros dois pobres, Joane e Lopo. Logo em 1415, recebem o apoio do infante D. Duarte para se instalarem nesse lugar, obtendo do mesmo carta em ordem a facilitar, por parte da edilidade eborense, a doação das terras onde se haviam instalado⁶⁰. Ainda em Fevereiro desse ano, recebem em doação, por parte de um escudeiro eborense e sua mulher, um pardieiro, vale e fonte no lugar do Pacheco, em Montemuro⁶¹, a que se juntaria a concessão de outras terras no mesmo lugar por parte do concelho eborense, na sequência da recomendação feita pelo infante herdeiro alguns meses antes⁶². Embora o Infante não o refira explicitamente, deve ser este Álvaro o «proue portador» da carta de Fevereiro desse ano, estando depois presente a ambas as doações já referidas. Não é por isso improvável que tenha sido ele a assumir o governo do eremitério, pois em 1421, é

⁵⁹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 16 (*Pergaminhos Avulsos*, 98), nº 103 (1410.12.13, Portalegre).

⁶⁰ BN, *Colecção de Pergaminhos, Série Roxa*, PGS 3R (1415.02.11, Camarate, transcrita na acta de doação das terras aos eremitas pelo concelho de Évora – cf. nota 62).

⁶¹ *Ibidem*, *Série Vermelha*, PGS 37 V (1415.02.25, Évora).

⁶² *Ibidem*, *Série Roxa*, PGS 3 R (1415.04.06, Évora).

ele quem, em nome da comunidade, está presente à ratificação, pelo concelho de Évora, da doação de 1415, com uma cuidadosa demarcação dos limites das terras a eles atribuídas⁶³. Entre esta data e 1434, é quase sempre este eremita quem surge a tratar de todos os assuntos respeitantes aos pobres de Montemuro: em 1427, encontra-se em Évora, a solicitar o traslado de diversas bulas pontifícias⁶⁴; em 1432, é de novo nomeado, juntamente com um outro seu parceiro, na doação feita à provença por Fernando Afonso Cicioso de uns quinhões e assentamentos de moinhos junto à Ribeira de Rio de Moinhos⁶⁵; no ano seguinte, é ele o nomeado numa venda feita aos eremitas de uma herdade e outra folha de herdade junto à Ribeira do Degebe⁶⁶; em 1434, juntamente com o eremita João, de Rio Mourinho, está de novo em Évora a solicitar do prelado novo traslado de bulas pontifícias⁶⁷.

Dois diplomas celebrados em Agosto desse mesmo ano nas casas que os pobres de Montemuro possuíam em Évora, junto à porta de Alconchel, atestam a proeminência de Álvaro no interior da comunidade, pois é um importante benfeitor desse eremitério, Fernando Afonso Cicioso, quem atesta haver feito duas doações ao mesmo eremita, em data não especificada, de metade de um moinho junto a Rio de Moinhos e de uma herdade junto ao Degebe. A doença que então afectava o regedor da comunidade levava-os agora a renovar as mesmas doações, esclarecendo que as mesmas se destinavam a toda a comunidade, assegurando deste modo a continuidade da posse dos referidos bens por parte dos eremitas de Montemuro após a eventual morte do dito

⁶³ ADE, *Arquivo Municipal de Évora*, cód. 67, fls. 67v-68v (1421.06.30, «no logar E aseentamento que os pobres da pobre vida estetujram e fizeram no dicto mato de montemuro»). Publ. in *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, ed. Gabriel Pereira, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998 (fac-símile da ed. de 1885-1891), parte II, doc. XIV, pp. 35-36 [247-248].

⁶⁴ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Portel*, nº 12, e pasta 8 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, 2ª parte*), nº 233 (1427.01.07, Évora). Junto com este Álvaro, encontra-se também um outro eremita, Afonso de Valadeira, da Serra de Ossa.

⁶⁵ BN, *Reservados*, Ms. 141, doc. 31 (1432.12.20, Mértola).

⁶⁶ BPE, *Mosteiro de Santa Catarina de Sena de Évora*, lv. 86, nº 1 (1433.07.13, Évora, em carta régia de confirmação, datada de 1478.08.29, Évora).

⁶⁷ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 26 e 30 (1434.05.27, Évora, com pedido de traslado da bula *Circa singulorum* de Eugénio IV – 1433.09.25, Roma); TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 1, nº 68B (1434.05.27, Évora, com pedido de traslado da bula *Decet Romani Pontifices* de Gregório XII – 1407.11.04, Roma; em traslado do séc. XVIII).

Álvaro⁶⁸. É possível esta tivesse ocorrido ainda antes de Dezembro desse mesmo ano, pois a confirmação régia destes e de outros diplomas então solicitada junto do monarca é feita conjuntamente pelos «Jrmitãaes que estam no oratório de montemuro», já sem qualquer referência ao seu antigo regedor⁶⁹.

30. ÁLVARO (IV)

Água das Infantes, Portel (pobre, 1434-1440)

Água das Infantes, Portel (regedor, 1440-1460)

Documentado como «pobre morador no oRatorio de portell» a partir de 1434⁷⁰, é possível que o seu ingresso no eremitério seja anterior, dado que, em 1439, é dito «conpanheiro de vaasco pobre que steue na serra de Portel»⁷¹, eremita que aí se encontra documentado com segurança entre 1405 e 1423. É muito provável que tenha assumido o governo da comunidade na sequência da morte deste seu companheiro, embora só desde 1440 o encontremos documentalmente referido como regedor do eremitério, recebendo a esse título a doação de um assentamento de terra, com casas e serventia de águas na Serra de Portel, abaixo da ermida de S. Lourenço⁷². Nessas funções parece manter-se ao longo das duas décadas seguintes, procurando garantir, desde logo, as necessárias condições para a subsistência da comunidade, ao assegurar junto do concelho de Portel e do próprio monarca a possibilidade de manter as suas

⁶⁸ BN, *Colecção de Pergaminhos, Série Vermelha*, PGS 46V e *ChDD*, vol. I, tomo 1, doc. 632, pp. 380-384 (1434.08.30, Évora; ambos os diplomas estão transcritos em carta régia de confirmação dada em Évora a 24.12.1434).

⁶⁹ Todas emitidas em Évora a 24 de Dezembro desse ano (cf. *ChDD*, vol. I, tomo 1, doc. 632, pp. 380-384; vol. I, tomo 2, docs. 969-970, pp. 221-226).

⁷⁰ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Portel*, nº 1 (1434.03.08, Santarém).

⁷¹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 27 (primeiro testamento de Beatriz Rodrigues, pobre: 1439.01.12, Évora).

⁷² *Ibidem*, lv. 1, nº 30 (1440.03.14, Portel). O respectivo instrumento de posse foi passado a 15 de Abril do mesmo ano (*ibidem*, lv. 1, nº 62).

colmeias em zona de coutos concelhios⁷³ ou de vedar aos caçadores que com seus cães demandavam as serranias de Portel a devassa do pomar, vinha, árvores e redes de caça que tinham junto ao eremitério⁷⁴. Encontramo-lo ainda a solicitar, neste mesmo período, traslados de diversos privilégios⁷⁵ e doações anteriormente concedidos aos pobres⁷⁶. Consegue ainda obter para o eremitério um conjunto de terras com ele confinantes pertencentes à viúva e herdeiros de Gonçalo Rodrigues, que as doam aos pobres em remissão do muito «noJo» que em vida o dito Gonçalo Rodrigues e seus filhos haviam injustamente causado aos pobres com seus gados e por lhes serem vizinhos⁷⁷.

Encontramos também documentada uma estreita relação de amizade e de eventual direcção espiritual entre este eremita e uma Beatriz Rodrigues, mulher da pobre vida residente em Évora, à Palmeira⁷⁸. Com efeito, esta chega a referir-se a si mesma como sua «Jrmaa Espritoall»⁷⁹, não parecendo que tivesse com ele alguma relação familiar, pois nunca o inclui entre os seus parentes nos dois testamentos que

⁷³ Segundo alvará emitido pela veração de Portel a 16.06.1445 (TT, *Colecção Especial*, cx. 72, mç. 14, doc. único, inserto em carta de confirmação dada em Portel por D. Fernando, duque de Bragança, a 26.12.1480).

⁷⁴ O pedido feito ao concelho de Portel pelos eremitas deve datar de 25 de Fevereiro de 1447, conforme o traslado da respectiva acta solicitado pelo próprio regedor a 05.05.1448 (BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 5). Conforme o testemunho deste documento, nem todos os vereadores assinaram a referida acta. A falta de consenso nesta matéria levou os pobres a recorrerem ao monarca que, a 6 de Fevereiro de 1448, lhes confirmou, por sentença, a proibição aos caçadores da vila de, com os seus cães, devassarem as terras do eremitério. A sentença seria levada perante as autoridades concelhias a 25 de Março do mesmo ano e, após o regedor da provença ter comprovado a posse das terras em causa pela apresentação de «cartas pubricas de doações estrpitas em porgamjnho», foi definitivamente publicada a 15 de Abril pelo pregoeiro do concelho [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Portel*, nº 17].

⁷⁵ Cf. traslado de cartas régias assegurando a extensão aos eremitas de Portel dos privilégios auferidos pelos pobres da Serra de Ossa (1450.04.21, Évora – *Ibidem*, nº 13).

⁷⁶ Cf. BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 48 (1460.08.03, Portel, de doação de 1405.12.05).

⁷⁷ Cf. doação de 14.03.1440, celebrada em Portel por Domingas Álvares, viúva de Gonçalo Rodrigues, e por seus filhos Beatriz Gonçalves (casada com Afonso Eanes, dito Nobre, também outorgante da doação) e Gonçalo Gonçalves (cf. nota 72). Esta doação seria confirmada em 1445 por dois outros filhos de Domingas Álvares, João Gonçalves, entretanto regressado de Castela (1445.07.15, Vidigueira – BPE, *Convento de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 40), e Lourenço Gonçalves, morador em Beja, que acedem deixar aos pobres o quinhão que em herança lhes caberia sobre as ditas terras (1445.07.16, Beja – *Ibidem*, lv. 1, nº 4).

⁷⁸ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 44 (1440.09.01, Évora, «aa palmeira nas cassas de briatiz Rodríguez proue»).

⁷⁹ *Ibidem*.

redige, conhecendo-se apenas o nome de um seu irmão, Mestre Lourenço⁸⁰. É este eremita Álvaro quem ela elege, logo no seu primeiro testamento, redigido em 1439, como seu testamenteiro e único herdeiro de todos os seus bens⁸¹, deixando então expressa a sua vontade de se fazer sepultar em S. Domingos de Évora. Contudo, no ano seguinte, projectando ingressar no mosteiro cisterciense de S. Bento de Cástris, decide doar ao dito Álvaro todos os seus bens⁸². Possivelmente, tal intento não se concretizou, pois em 1447, no derradeiro testamento que se lhe conhece, refere-se a si mesma como «mulher pobre morador em a Cidade d euora», regressando ao seu desígnio de se fazer sepultar em S. Domingos de Évora e mantendo o regedor do eremitério de Portel como seu único herdeiro e testamenteiro⁸³.

Data de Agosto de 1460 o último acto que atesta este eremita no desempenho das funções de regedor da provença de Portel. Um testemunho posterior, incluído numa queixa apresentada por diversos eremitas ao rei Afonso V, recorda como este Álvaro deixara o governo da casa a um Lopo, sem consultar os outros pobres ou os seus regedores⁸⁴. Deve tratar-se de Lopo Godinho de Portel, embora se desconheça em que data se operou a transferência do governo do eremitério.

31. ÁLVARO (V)

Viana do Alentejo (pobre, c. 1438-1450)

Água das Infantes (pobre, 1450)

⁸⁰ Identificado no seu segundo testamento, redigido em Évora a 24.05.1447 (*Ibidem*, lv. 2, nº 29).

⁸¹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 27 (1439.01.12, Évora).

⁸² BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 44 (1440.09.01, Évora, «aa palmeira nas cassas de briatiz Rodríguez proue»).

⁸³ *Ibidem*, lv. 2, nº 29 (1447.05.24, Évora).

⁸⁴ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 79 (1478.04.22, Lisboa). Também em TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 4, fls. 104v-106v.

Pobre estante, em 1450, no eremitério de Portel. Nesse mesmo ano, juntamente com um outro eremita, Vasco Galego, então na Serra de Ossa, pede ao licença ao rei Afonso V para vender uma herdade no termo de Viana do Alentejo que haviam comprado para aí viverem e servirem a Deus. Nesse lugar haviam permanecido em pobre vida «per espaço de doze annos e majs», vendo-se forçados a abandoná-lo por ser «minguado d auga». Solicitavam agora permissão do monarca para o venderem e utilizarem o dinheiro obtido «em Repairamento dos lugares honde agora viuem»⁸⁵.

32. ÁLVARO (VI)

Mendoliva (pobre, 1442-1443)

Dito explicitamente como companheiro de Mendo Seabra, testemunha o seu testamento, redigido em Santa Margarida do Aivado a 12 de Fevereiro de 1442⁸⁶ e a emissão do respectivo traslado, feito ainda nesse ano em Mendoliva⁸⁷. É possivelmente ele o «alvaro pobre» que, em 1443, está presente em Setúbal à doação de umas casas em favor dos pobres de Mendoliva e da Serra de Ossa⁸⁸.

33. ÁLVARO (VII)

Serra de Ossa (pobre, 1460)

⁸⁵ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 34, fl. 60 (1450.04.17, Évora).

⁸⁶ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 17.

⁸⁷ *Ibidem*, mç. 3, nº 18 (1442.10.11, Mendoliva).

⁸⁸ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 18 (1443.03.03, Setúbal, «nas casas dos pobres de meemdolljua»).

Pobre do lugar da Serra de Ossa, testemunha, em Abril de 1460, a tomada de posse pelo eremitério de uma courela de terra junto à herdade das Cortes, que trazia em contenda com um certo João Esteves⁸⁹.

34. ÁLVARO (VIII)

Vale da Infante (pobre, 1462-1466)

Vale da Infante (regedor, 1484)

Pobre de Vale da Infante, testemunha a procuração passada por Pedro Sertaínho a Rodrigo de Monforte, ambos seus companheiros, em 1462⁹⁰ e, em 1463, surge de novo entre as testemunhas de uma carta de venda feita à mesma provença de quinhões de terra deixados em herança pelo pai do dito Pedro Sertaínho⁹¹. Em 1466, é a ele e a Fernão Vasques, seu companheiro no eremitério de Vale da Infante, que Afonso V confirma a doação que lhes fora feita pela Infanta D. Beatriz em 1372⁹². É possivelmente este Álvaro que, em 1484, surge como regedor desta provença, numa aquisição, pelos pobres, de uma courela de terra junto ao seu eremitério⁹³.

35. ÁLVARO (IX)

Montemuro (pobre, 1479)

⁸⁹ BPE, *Ibidem*, lv. 36, nº 1 (14[60].04.23, herdade das Cortes). Apesar de a data não se poder ler por completo, deve tratar-se desse ano, dado que a sentença que aí se refere foi emitida em Março de 1460 (*ibidem*, lv. 44, nº 11).

⁹⁰ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 9 (1462.10.19, inserta em escambo de 1462.10.27, Monforte).

⁹¹ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. F4 (1463.05.08, Estremoz).

⁹² TT, *Colecção Especial*, cx. 34, nº 8 (1466.07.26, Estremoz).

⁹³ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 2, nº 2 (1484.12.30, Monforte).

Pobre do eremitério de Montemuro, integra o grupo que, em 1479, aí faz profissão do voto de castidade, em obediência ao determinado pela bula *In suprema militantis ecclesie* de Sisto IV⁹⁴.

36. ÁLVARO (X)

Serra de Ossa (pobre, c. 1481-1483)

Pobre referido na sentença régia de 1483 que ratifica a posse da casa da Serra de Ossa pelos eremitas, face à tentativa de apropriação da mesma perpetrada pelos jerónimos de Santa Maria do Espinheiro em 1476. Cremo-lo como pertencente a este eremitério, dado que o seu nome é integrado entre os pobres que são nomeados após o maioral da Serra de Ossa e antes dos regedores de outras provenças⁹⁵. Em 1483, é dito pobre da «congregaçam da serra d oossa», encontrando-se presente, juntamente com Pedro de Queirã, regedor desse eremitério, e um Rodrigo, dito também da mesma «congregaçam», à tomada de posse pelos eremitas da provença de Rio Mourinho, após ser provada a invalidade da sua anterior doação aos Jerónimos do Espinheiro de Évora⁹⁶.

37. ÁLVARO AMIEIRO OU DE AMIEIRA

Montes Claros (pobre, 1474-c. 1481)

Santa Margarida do Aivado de Évora (regedor, 1486)

Vale da Infante (regedor, 1492)

⁹⁴ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 86 (1479.12.27, Provença de Montemuro).

⁹⁵ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 88 (1483.02.26, Santarém). Sobre a datação das referências aí contidas, cf. nota 27.

⁹⁶ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 30 (1483.02.06, Rio Mourinho).

Pobre da provença de Montes Claros, surge, em 1474, a tomar posse, juntamente com Pedro, regedor do eremitério, de herdade no termo de Estremoz, após sentença régia que reconhecia o direito dos pobres sobre a mesma contra as pretensões do escudeiro eborense Gregório de Brito⁹⁷. Em 1478, está presente à demarcação que então é feita dos termos de Estremoz e de Borba, dado o eremitério se situar precisamente na fronteira entre os dois concelhos⁹⁸. O mesmo Álvaro Amieiro surge, ainda nesse ano, em Évora, a solicitar para os mesmos pobres traslado da bula *In suprema militantis ecclesie* outorgada por Sisto IV em 1477⁹⁹. O seu nome surge também incluído entre os eremitas que contestam, cerca de 1481, junto do monarca, a apropriação pelos Jerónimos de Santa Maria do Espinheiro da casa da Serra de Ossa¹⁰⁰.

Após a eleição do primeiro provincial dos eremitas, em 1482 e com os poderes dados às estruturas dirigentes dos eremitas na colocação dos regedores à frente das suas comunidades, entende-se que Álvaro de Amieira apareça, neste período, a assumir funções de governo em distintos eremitérios. Assim, em 1486, encontramos-lo à frente da provença de Santa Margarida do Aivado de Évora, arrematando para os pobres uma propriedade em Alcarou, termo de Pavia, colocada em pregão por dívida contraída por Nuno Fernandes Cicioso, já falecido¹⁰¹. Seis anos depois, preside já aos destinos da comunidade de Vale da Infante, quando estabelece composição com o lavrador João de Coimbra, morador em Estremoz, na sequência da qual se procede à demarcação da herdade de Vale de Maceiras que o eremitério possuía no termo de Veiros e que

⁹⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 6 [12] (1474.03.15, Estremoz, na sequência de sentença régia de 1474.03.02, Santarém, transcrita no mesmo diploma).

⁹⁸ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 13 [20] (1478.10.29, «prouença de montes claros honde sse Juntam os termos da dicta ujlla d Estremoz com ho termo da ujlla de Borba»).

⁹⁹ *Ibidem*, lv. 7, nº 16 [25] (1478.12.03, Évora).

¹⁰⁰ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 88 (1483.02.26, Santarém). Sobre este documento e a datação das referências nelas feitas, cf. nota 27.

¹⁰¹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 86 (1486.08.05, Évora).

confrontava com terras do dito lavrador, ambas outrora pertencentes a um certo Lopo de Veiros¹⁰².

38. ÁLVARO DE BORBA

Vale da Infante (regedor, 1503-1504)

Regedor da casa de Vale da Infante, surge documentado no desempenho destas funções em Setembro de 1503, quando adquire para o eremitério uma herdade na Serra de Sousel, termo de Estremoz¹⁰³. No mesmo ano, aparece a liderar uma contenda trazida contra o Conde D. Vasco Coutinho, não conseguindo obviar que fosse reconhecido aos habitantes da vila do Canal o seu direito para pascere os seus gados e recolherem lenha e madeira nas terras circundantes ao eremitério¹⁰⁴. Em 1504, continuava como regedor da comunidade, passando procuração a João da Guarda e Rodrigo de Monforte para escambarem determinadas terras que o eremitério detinha no termo de Monforte em favor de outras confinantes com o lugar dos pobres¹⁰⁵.

39. ÁLVARO DE BRAGA

Valbom (regedor, 1471-1482)

Surge como regedor da provença de Valbom em 1471, representando os ditos pobres numa composição e demarcação de determinada terra a eles pertencente, sita no

¹⁰² TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 2, nº 4 e 5 (1492.02.11, termo de Veiros, nos «montes que ficaram de Lopo de ueiros»).

¹⁰³ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 2, nº 7 (1503.09.15, Lisboa).

¹⁰⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 40, macetes 2-3, nº 84 (1503.[12], Estremoz).

¹⁰⁵ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 2, nº 9 e 10 (1504.01.20, Monforte). A procuração, resumida em ambos os escambos, data de 14 de Janeiro desse ano.

Vale do Moreno, no termo de Vila Viçosa¹⁰⁶. Em 1472, comparece em Lisboa, a solicitar traslado de bula de Martinho V relativa à concessão ao seu eremitério da isenção do pagamento de dízimas sobre as terras trabalhadas pelos pobres¹⁰⁷. Permanecia no desempenho das mesmas funções em 1478, quando, agora em Évora, solicita traslado da bula *In suprema militantis ecclesie* de Sisto IV¹⁰⁸ e, no ano seguinte, acolhe a entrada no eremitério de Gomes, pobre, e a doação que este lhes faz de uma vinha e olival no termo de Vila Viçosa¹⁰⁹. Ainda em 1479, adquire para este eremitério uns moinhos no sítio da Palmeira, termo de Vila Viçosa, junto ao Guadiana¹¹⁰. Em 1480, obtém do monarca a extensão da isenção de sisa e portagem sobre os produtos vendidos na provença¹¹¹ e, cerca de 1481, integra o grupo de eremitas que, junto do rei João II, contesta a ocupação da casa da Serra de Ossa pelos Jerónimos de Santa Maria do Espinheiro de Évora¹¹². Ainda estava à frente dos destinos do eremitério em 1482, quando adquire para os pobres um moinho, foreiro à Ordem de Avis, junto à Ribeira de Mures, no termo de Jerumenha¹¹³.

40. ÁLVARO DE VALENÇA

Mendoliva (pobre, 1450-1451)

Mendoliva e Barriga [→Cela Nova] (regedor, 1451)

¹⁰⁶ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 1 (1471.07.08-11, Vila Viçosa, no mosteiro de Santo Agostinho).

¹⁰⁷ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Vila Viçosa*, nº 15 (1472.01, Lisboa).

¹⁰⁸ *Ibidem*, nº 16 (1478.12.10, Évora).

¹⁰⁹ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. G3 (1479.02.10, Vila Viçosa).

¹¹⁰ *Ibidem*, lv. 7, doc. B6 (1479.12.21, «na casa da prouença de uallbom»).

¹¹¹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Vila Viçosa*, nº 6 (1480.05.29, Alandroal).

¹¹² BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 88 (1472.01, Lisboa). (1483.02.26, Santarém). Sobre este documento, cf. nota 27.

¹¹³ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. G9 (1482.01.03, na provença de Valbom).

Pobre de condição clerical estante no eremitério de Mendoliva, no termo de Setúbal, é tomado pelo rei Afonso V como seu capelão em 1450, embora sem exigir a sua residência, e colocado sob a sua protecção¹¹⁴. Em 1451, nova carta régia atesta a sua condição de capelão régio e a sua presença em Mendoliva, destinando-lhe em pagamento, em cada ano, das rendas do almoxarifado de Setúbal, 2000 reais brancos para seu mantimento e vestir. Refere-o como sendo já idoso, razão pela qual é dispensado de solicitar anualmente a carta respectiva¹¹⁵. Ainda nesse ano, em nova carta afonsina, é dito como responsável pelos eremitérios de Mendoliva e Barriga, mostrando a continuidade da solução de governo proposta por Mendo Seabra. O monarca toma ambos os lugares sob sua protecção¹¹⁶.

41. ÁLVARO ESTEVES DA PRATA

Vale de Flores (pobre, a. 1375)

Eremitério não identificado (pobre, 1376)

Eremita natural da diocese do Porto, é um dos agraciados por Gregório XI em 1376 com a absolvição plenária em artigo de morte¹¹⁷ e licença para, no eremitério onde pretendia habitar com três companheiros, ter altar portátil, no qual pudesse fazer celebrar eucaristia e outros sacramentos por meio de sacerdote idóneo à sua escolha¹¹⁸. Pela doação feita por Iria Gonçalves do Carvalhal, mãe do Condestável Nuno Álvares Pereira, aos eremitas João Espartim e Gonçalo da Beira, do lugar de Vale de Flores,

¹¹⁴ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 34, fl. 214v (1450.09.05, Sintra).

¹¹⁵ *Ibidem*, lv. 11, fl. 43v (1451.04.10, Santarém).

¹¹⁶ *Ibidem*, lv. 37, fl. 55 (de difícil leitura) e TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 3, fls. 116-116v (1451.12.08, Alcácer).

¹¹⁷ *Grégoire XI (1370-1378). Lettres communes analysées d'après les registres dits d'Avignon et du Vatican, annés IV à VII*, Roma, École Française de Rome, 1997-2008, p. 4, n° 41727 (1376.08.08, Avinhão).

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 311, n° 44049 (1376.08.08, Avinhão). Por lapso, é referido por Álvaro Peres (sic) da Prata.

junto à Ribeira de Nisa, termo de Portalegre, em 1385, sabemos que este eremita já aí residira, dado que entre as confrontações do lugar se referem os «muros que ffez aluaro da prata da ujda pobre», pressupondo o seu anterior falecimento ou abandono do local¹¹⁹. Possivelmente, deve ter habitado nesse lugar ainda antes de Setembro de 1375, pois nesta data o monarca doa-o a Fernão Álvares Pereira, referindo-o como «o nosso lugar em que soyam de morar os da pobre vida»¹²⁰. Desconhecemos para onde terá transitado após essa data, e qual o lugar a que as graças pontifícias outorgadas um ano depois se refeririam.

42. ÁLVARO MARTINS (I)

Vale Abraão (?) (pobre, 1390)

Dito apenas como «aluaro martjnz da proue vjda», testemunha, em 1390, a carta de sesmaria concedida pelo concelho do Redondo a Bento, pela qual este recebia o Vale do Salgueiro, na Serra de Ossa, para aí fazer vinhas e pomar ou para o aproveitar como entendesse¹²¹. Em testemunhos muito posteriores, é recordada a descendência espiritual de um Álvaro Martins de Vale Abraão, juntamente com outros nomes de fundadores, como os de João Fernandes e Mateus¹²², razão pela qual propomos a associação deste eremita a esse lugar.

¹¹⁹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 3 (1385.05.25, Portalegre, em traslado de 1419.03.23, Ribeira de Nisa).

¹²⁰ Tal é referido pelo rei Fernando na doação que, a 23 de Setembro de 1375, faz desse lugar a Fernando Álvares Pereira, seu vassalo e filho da dita Iria Gonçalves (TT, *Chancelaria de D. Fernando*, lv. 1, fl. 177v). Esta herdaria o lugar por morte do filho, conforme atestado na confirmação que, em 1397, o rei João I faz da doação por ela anteriormente ealizada em favor dos pobres (carta régia de 1397.01.31, Évora - *ChDJI*, vol. II, tomo 3, doc. 1084, pp. 22-23).

¹²¹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 10 (1390.05.22, Redondo).

¹²² Assim em 1441, numa doação aos eremitas, refere-se que todos partilham «da ujda e doutryna de mateus e de Joham ffernandez e d aluoro martinz de uall d abraão» (1441.07.21, Vila Viçosa – BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 10 (*Pergaminhos Vários*, 50), nº 49); em 1444, em nova doação, refere-se um «aluoro martjnz que foy deçipullo de Mateus do uall d abraão e d afonsylho» (1444.12.28, Vila Viçosa – BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 19).

43. ÁLVARO MARTINS (II)

Graças, termo de Arraiolos [pobre (?), 1396]

Dito «jrmjtm das graças», aparece como testemunha numa carta de venda celebrada em Arraiolos em 1396¹²³. Embora não disponhamos de mais elementos sobre este personagem, o facto de conhecermos a presença, em 1378¹²⁴, de eremitas no termo de Arraiolos, pode concorrer em favor do estatuto eremítico deste «jrmjtm».

44. ANDRÉ (I)

Eremitério não identificado (pobre, c. 1481)

Pobre referido na sentença régia de 1483 que ratifica a posse da casa da Serra de Ossa pelos eremitas, face à tentativa de apropriação da mesma perpetrada pelos jerónimos de Santa Maria do Espinheiro em 1476. Não é identificado o eremitério a que pertence¹²⁵.

45. ANDRÉ (II)

Rio Torto (pobre, 1489-1490)

Pobre da provença de Rio Torto, no termo de Elvas, surge, em 1489, a solicitar traslado de carta régia de confirmação da extensão dos privilégios outorgados à Serra de

¹²³ BPE, *Convento de Nossa Senhora da Assunção de Arraiolos*, lv. 12, nº 6 (1396.03.20, Arraiolos).

¹²⁴ Cf. biografia de Martim Ovelheiro.

¹²⁵ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 88 (1483.02.26, Santarém). Sobre este documento e a datação das referências nelas feitas, cf. nota 27.

Ossa aos restantes ermitérios¹²⁶. Em 1490, dá em aforamento um moinho que a provença detinha junto à Ribeira de Chinchas, dado os eremitas não o poderem «prouuejtar nem persojr»¹²⁷.

46. ANDRÉ (III)

Montes Claros (regedor, 1493)

«Mayor» da casa de Montes Claros, acompanha, em 1493, o provincial Vasco de Elvas na tomada de posse da herdade e lagoa de Travaços, pertencente à provença, após resolvida a contestação à sua posse por parte de um Lopo Vaz, morador em Vila Viçosa¹²⁸.

47. ANDRÉ GONÇALVES DE TORO

Eremitério não identificado (pobre, 1376)

Eremita natural da diocese de Zamora, encontra-se entre os pobres beneficiados por Gregório XI em 1376, recebendo do pontífice a graça de absolvição plenária em artigo de morte¹²⁹.

48. ANTÃO (I)

¹²⁶ ADPTG, *Mosteiro de S. Paulo de Elvas, Colecção de Pergaminhos*, nº 10 [ADPTG, C5 ELV 10 nº 21] (1489.07.17, Olivença, em traslado de 1518.08.13, Elvas).

¹²⁷ *Ibidem*, nº 7 [ADPTG, C5 ELV 07, nº 18] (1490.08.02, Elvas).

¹²⁸ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 2 [7] (1493.09.10, «em termo da villa de borba na terra e herdade honde esta a cassa e prouença de montes claros»).

¹²⁹ *Grégoire XI (1370-1378). Lettres communes analysées d'après les registres dits d'Avignon et du Vatican, annés IV à VII*, Roma, École Française de Rome, p. 4, nº 41728 (1376.08.08, Avinhão).

Penha Longa (pobre, 1390)

Na venda feita a Fr. Vasco da herdade de Penha Longa, celebrada em Agosto de 1390, é incluído entre os «pobres Ermjtães seus companheiros e jrmãaos»¹³⁰.

49. ANTÃO (II)

Mendoliva (pobre, 1433-1442)

Pobre residente em Mendoliva em 1433, testemunha a doação feita nessa data ao eremitério por Rui Lopes, clérigo de S. Vicente da Beira (bispado da Guarda) dos bens que detinha em S. Vicente da Beira e Penamacor e nos respectivos termos¹³¹. Em 1442, ainda aí se mantinha, integrando as testemunhas ao pedido de traslado do testamento de Mendo Seabra, fundador do eremitério¹³².

50. ANTÃO «NICOLÓ»

Penha Longa (pobre, 1390)

¹³⁰ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Saúde de Penha Longa*, maço 1, nº 30 (1390.08.05, Penha Longa). Publ. in Cândido dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal. Das origens aos fins do século XVII*, Porto, INIC – Centro de História da Universidade do Porto, 1980, Apêndice Documental, doc. 1, pp. 259-261. A lista dos companheiros de Vasco Martins encontra-se mal transcrita nesta edição, dado que o «Antonjno» que aí se segue a «Huberto» corresponde, no original, a «Antom e Antom njcolo».

¹³¹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 13 (1433.01.08, Mendoliva).

¹³² *Ibidem*, maço 3, nº 18 (1442.10.11, Mendoliva).

Na venda feita a Fr. Vasco da herdade de Penha Longa, celebrada em Agosto de 1390, é incluído entre os «pobres Ermitães seus companheiros e irmãos»¹³³.

51. ARNAU

Valbom (pobre, 1502-1503)

Pobre do eremitério de Valbom, encontramo-lo, juntamente com Martinho, seu companheiro, envolvidos, entre 1502 e 1503, no pleito judicial que os pobres conduzem junto do ouvidor de Olivença e em segunda instância junto do monarca em ordem a obter a confirmação da posse, por esta casa, do eremitério da Asseiceira, que lhes fora doado pelo seu fundador, Bartolomeu [Álvares], face à oposição levantada à mesma precisamente pelo concelho de Olivença¹³⁴.

52. BARNABÉ

Serra de Ossa (?) / Lisboa (?) [pobre (?), 1425]

Em 1425, surge referido, juntamente com Mendo Seabra e Simão, «proues da sseerra d oossa», a receber, nessa data, umas casas e terra junto ao mosteiro da Trindade, em Lisboa, doadas por Carlos Pessanha, almirante do reino, que seu avô Mice Pessanha havia destinado inicialmente para o acolhimento de pobres da Alemanha. Estipulava-se agora que, dado «pobres de tal terra» aí já não haver, que fossem sempre habitadas por um dos pobres «de boa vida» e que aí se pudessem acolher outros tais

¹³³ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Saúde de Penha Longa*, maço 1, nº 30 (1390.08.05, Penha Longa). Publ. in Cândido dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal. Das origens aos fins do século XVII*, Porto, INIC – Centro de História da Universidade do Porto, 1980, Apêndice Documental, doc. 1, pp. 259-261. Sobre a lista de companheiros de Vasco Martins, cf. nota 130.

¹³⁴ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 3, nº 30, doc. 2 (1502.10.14, Elvas); *ibidem*, lv. 7, doc. H1, fls. 4-11 (1503.02.23, Lisboa, em traslado de 1776.03.29, Lisboa).

pobres «quando hi chegarem»¹³⁵. Apesar de a doação ser aceite em nome dos pobres da Serra de Ossa, só Mendo Seabra e Simão são designados como tal na posse que dos respectivos bens tomam um ano depois, conforme o acto exarado no verso da doação¹³⁶. Não é claro, por isso, que este Bernabé seja necessariamente um dos eremitas ligados a este modo de vida, tanto mais que, entre 1410 e 1412, encontramos um Frei Barnabé, dito «da terceira hordem», a testemunhar vários contratos celebrados pelo convento lisboeta da Santíssima Trindade, referindo-se inclusivamente que se acolhia «a par do dicto Moesteiro»¹³⁷.

Embora não seja de excluir um seu ingresso na pobre vida posteriormente a estas datas – e a apoiar esta hipótese poderá estar o facto de nada se acrescentar ao seu nome na doação de 1425, inserido em par de igualdade com a dos outros dois eremitas – não deixa de ser também possível que mantivesse o seu estatuto de Terceiro franciscano e que, residindo nas casas e terra outrora doadas para pobres pelo almirante do Reino, se fizesse então presente, nessa condição, à doação das mesmas aos eremitas da Serra de Ossa. A sua ausência da tomada de posse dos bens então doados, feita um ano depois, não é aqui conclusiva: ou teria continuado a residir nas ditas casas, como pobre «de boa vida», ou poderia ter falecido entretanto ou ter-se chegado a uma negociação em ordem à sua saída do local. Seja como for, o seu nome não volta a aparecer na documentação do mosteiro nem na documentação por nós recenseada relativa aos eremitas da Serra de Ossa.

53. BARTOLOMEU (I)

Rio Mourinho (regedor, 1463)

¹³⁵ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 31 (1425.07.23, Lisboa).

¹³⁶ Datada de 1426.07.23, Lisboa (*ibidem*, no verso).

¹³⁷ 1410.05.02, Lisboa: «frei barnabe da terceira hordem» (TT, *Convento da Santíssima Trindade de Santarém, 2ª incorporação*, maço 7, nº 425); 1411.05.28: «ffrej berrababe [*sic*] ffraire da terçeja ordem» (TT, *Mosteiro da Santíssima Trindade de Lisboa*, lv. 65, fls. 1v-2); 1411.10.03, Lisboa: «ffrey barnabe da terceira hordem» (*ibidem*, lv. 65, fls. 3v-4); 1412.01.13, Lisboa: «frey bernabe que se acolhe a par do dicto Moesteiro» (*ibidem*, lv. 65, fls. 4v-5v).

Documentado como regedor do eremitério de Rio Mourinho em 1463, adquire nessa data, para a provença, um chão por detrás das casas que os pobres possuíam na Rua Verde, no arrabalde de Montemor-o-Novo¹³⁸.

54. BARTOLOMEU (II)

Montemuro (pobre, 1479)

Pobre do eremitério de Montemuro, integra o grupo que, em 1479, aí faz profissão do voto de castidade, na sequência do imposto pela bula *In suprema militantis ecclesie* de Sisto IV¹³⁹.

55. BARTOLOMEU ÁLVARES

Valbom (?) (pobre, 1470)

Asseiceira (fundador e regedor, 1470-1491)

Valbom (pobre, 1491-1492)

Valbom (regedor, 1493?)

Valbom (pobre, 1496-1503)

Eremita natural de Olivença¹⁴⁰, de condição clerical¹⁴¹ já se encontrava na pobre vida, possivelmente em Valbom¹⁴² quando, em 1470, recebe de Vasco Fernandes da

¹³⁸ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 66 (1463.06.06, Montemor-o-Novo, «nas cassas da prouença de Rijo mourinho que ssom no aRualde»).

¹³⁹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 86 (1479.12.27, provença de Montemuro).

¹⁴⁰ Conforme refere em 1502: BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. D3 (1502.07.11, Vila Viçosa).

¹⁴¹ Atestada em documento de 1492.08.25 (BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. D2, nº 5).

Espada e sua mulher, Inês Afonso, moradores na dita vila de Olivença, um vale, dito do Sordo, com sua água no lugar de Asseiceira¹⁴³. No ano seguinte, obtém licença do monarca para aí fundar um eremitério, no lugar de Cercal de Palhares, com os bens doados pelo dito Vasco Fernandes da Espada e outros, no valor de 60.000 reais brancos¹⁴⁴. Ao mesmo Vasco Afonso da Espada adquire o eremita novas terras em 1473, vizinhas ao eremitério¹⁴⁵, bem como outras com elas confrontantes logo no ano seguinte¹⁴⁶. Terá sido certamente enquanto regedor da comunidade que assume uma importante actividade nos anos seguintes, quer no reforço do património do eremitério, quer na obtenção de documentos relativos ao seu modo de vida ou na extensão à nova fundação de privilégios outorgados aos eremitas da Serra de Ossa. É assim que, em 1478, solicita, em Évora, para os pobres da Asseiceira, traslado da bula *In suprema militantis ecclesie* de Sisto IV¹⁴⁷ e é certamente ele quem, em 1480, trata de obter do monarca diversos privilégios importantes para a comunidade, desde a isenção de sisa e portagem para os produtos vendidos pelos pobres, na sua provença ou fora dela¹⁴⁸ à proibição para pessoas estranhas ao eremitério de fazerem colmeias a menos de quatro tiros de besta de distância do lugar¹⁴⁹ ou de nesse perímetro caçarem, apanharem madeira ou fazerem fogo¹⁵⁰, garantindo ainda junto do rei, para a nova fundação, a

¹⁴² No mesmo diploma de 1502, refere que foi «morador e amenistrador E Regedor da dicta cassa» de Valbom «muytos annos», permitindo levantar a hipótese de aí residir antes da fundação da Asseiceira (cf. nota 140).

¹⁴³ *Ibidem*, lv. 7, doc. D1 (1470.09.04, Olivença).

¹⁴⁴ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Vila Viçosa*, nº 1; TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 16, fl. 56 (1471.03.23, Santarém).

¹⁴⁵ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. E8, nº 1 (1473.03.29, Olivença).

¹⁴⁶ A Gil Vasques Mures e Teresa Martins, sua mulher, vizinhos e moradores em Olivença (*ibidem*, lv. 7, doc. E8, nº 2 – 1474.02.07, Olivença).

¹⁴⁷ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de Montemuro [sic]*, nº 2 (1478.12.04, Évora).

¹⁴⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Vila Viçosa*, nº 5; TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 4, fls. 173-173v (1480.05.26, Vila Viçosa, em confirmação régia de 1490.04.15, Évora).

¹⁴⁹ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 32, fl. 97 (1480.06.06, Vila Viçosa).

¹⁵⁰ *Ibidem*, lv. 32, fls. 125v-126 (1480.06.06, Vila Viçosa).

extensão de todos os privilégios outorgados à Serra de Ossa¹⁵¹. No mesmo ano, também acrescenta ao património da comunidade, por compra, uma nova parcela de terra que lhe estava vizinha¹⁵². É explicitamente como regedor da Asseiceira que o reencontramos em 1490, a solicitar, em Évora, o traslado de diversos diplomas régios¹⁵³.

Contudo, em 1491, doa o eremitério, com todos os seus bens, aos pobres das casas da Serra de Ossa e de Valbom, para que o lugar fosse sempre habitado por pobres desse modo de viver¹⁵⁴. O acto prepara, efectivamente, a mudança de Bartolomeu Álvares para o eremitério de Valbom e a anexação da provença da Asseiceira à comunidade de Vila Viçosa, tornada definitiva em 1502¹⁵⁵. Com efeito, como referimos, as ligações deste eremita a Valbom deviam ser já antigas e, a crermos no resumo de uma carta régia de 1480 outorgada a esta comunidade, Bartolomeu Álvares deve ter mantido importantes relações com os eremitas aí instalados mesmo durante a sua permanência na Asseiceira¹⁵⁶. Após 1491, sabemos efectivamente que Bartolomeu Álvares se transfere para Valbom, onde aparece documentado em 1492, testemunhando uma doação feita por um outro eremita a esta casa¹⁵⁷ e no ano seguinte, em aquisição que faz para a provença da Asseiceira de uma courela de terra no termo de Jerumenha, junto ao Guadiana, comprada a João Álvares dos Órgãos e Leonor Garcia, sua mulher¹⁵⁸. É possível que tivesse assumido o cargo de regedor de Valbom por esta data,

¹⁵¹ *Ibidem*, lv. 32, fl. 106v (1480.06.08, Vila Viçosa).

¹⁵² BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. B3 (1480.05.28, Vila Viçosa, em carta de 1481.03.26, Olivença).

¹⁵³ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 8 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, 2ª parte), nº 232 (1490.05.20, Évora).

¹⁵⁴ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. A3 (1491.06.02, Olivença).

¹⁵⁵ *Ibidem*, lv. 7, doc. D3 verso (1502.08.02, Lisboa).

¹⁵⁶ O referido diploma, emitido no Alandroal a 29 de Maio de 1480, encontra-se infelizmente ilegível. No resumo feito no verso, já no século XVIII, escrevia-se: «Alvara de privilegio que Alvaro de Braga, e Bartholomeu, e outros pobres da Provencia de Valbom, no termo de Villa Viçosa alcançarão d El Rey para que não pagassem Siza nem Portagem das couzas, que comprassem, e vendessem» (BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Vila Viçosa*, nº 6). Álvaro de Braga encontra-se documentado como regedor de Valbom entre 1471 e 1482 (cf. biografia respectiva).

¹⁵⁷ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. D2, nº 5 (1492.08.25).

¹⁵⁸ Em 1493.11.01, Alandroal: *Ibidem*, lv. 7, doc. E10 (parcialmente ilegível) e lv. 6, nº 78, fls. 108v-109 (em traslado do séc. XVIII).

dado o testemunho por ele deixado na doação de 1502 de que fora «morador e amenystrador E Regedor da dicta cassa muytos annos»¹⁵⁹.

Em 1502, permanecia integrado na comunidade de Valbom, quando decide doar e anexar-lhe a provença da Asseiceira, com todos os seus bens. Indiciando já uma vida longa e o desejo de preparar a própria morte (pedindo por isso aos pobres que roguem por sua alma e demonstrando o desejo de poder viver até aos seus últimos dias neste eremitério), esta doação é também reveladora de problemas com o concelho de Olivença, com o temor expresso de que se as suas justiças se apropriassem do lugar e lhe dessem destino que não fosse serviço de Deus. E os anos imediatamente a seguir viriam confirmar o seu receio, pois, apesar da confirmação régia concedida à doação¹⁶⁰ e da tomada de posse dos referidos bens pelos eremitas de Valbom¹⁶¹, as autoridades concelhias de Olivença acabariam por contestar tal acto¹⁶². A questão ficaria definitivamente resolvida, a favor dos pobres, em sentença dada pelo rei Manuel em Fevereiro de 1503, data em que Bartolomeu Álvares ainda era vivo, continuando a residir nesse eremitério¹⁶³.

56. BARTOLOMEU DOMINGUES

Vale da Infante (pobre (?), c. 1440)

Aparece como ermitão de Santa Maria de Monte Virgem pouco antes de 1440, templo que, por doação, era reivindicado, com seu circuito, pela comunidade de Vale da Infante. É possível que o ermitão fosse também um membro dessa comunidade, dado que os pobres referem que traziam aí um «Jrmitam proue de ssua mãam». Sabemos que

¹⁵⁹ *Ibidem*, lv. 7, doc. D3 (1502.07.11, Vila Viçosa). Ver também Anexo II – Juízes dos Pobres e Provinciais.

¹⁶⁰ *Ibidem*, lv. 7, doc. D3 verso (1502.08.02, Lisboa).

¹⁶¹ Executada a 22 de Agosto de 1502, conforme indicado na sentença de 1502.10.14, Elvas (*Ibidem*, lv. 3, nº 30, doc. 2).

¹⁶² Cf. sentença de 1502.10.14, Elvas (cf. nota anterior).

¹⁶³ *Ibidem*, lv. 7, doc. H1, fls. 4-11 (1503.02.23, Lisboa, em traslado de 1776.03.29, Lisboa).

já aí não se encontrava em Julho de 1440, dado que na sentença régia então emitida se refere como o vigário de Santa Maria do Redondo, contestando os direitos dos pobres sobre a ermida, expulsara o ermitão por eles aí colocado e o substituíra por um Domingos Esteves Gouveia, lavrador, que para aí fora residir com sua mulher, filhos e netos. É neste contexto que, além de reivindicarem os seus direitos sobre a referida ermida, os pobres afirmam a sua oposição à entrega da ermida a pessoas casadas que trouxessem com elas mulher e filhos, por ser «cousa [...] mujto desonesta a elles pobres estar com elles hũu homem com sua molher e ffilhos»¹⁶⁴.

57. BARTOLOMEU GORDINO

Mendoliva (regedor, 1471-1474)

Regedor do lugar de Mendoliva em 1471, quando recebe do rei Afonso V a esmola de 1000 reais brancos anuais, pagos pelo almoxarifado de Setúbal, para seu mantimento e vestir, enquanto estivesse no governo do dito eremitério¹⁶⁵. Mantinha-se no desempenho destas funções ainda em 1474, segundo o testemunho de uma das suas benfeitoras, Catarina Afonso Guilhelma, na doação que então reitera à comunidade de uma herdade e assentamento de terra junto à Fonte do Sol¹⁶⁶. Não é líquida uma eventual ligação deste eremita à Corte, dado que Afonso V concede este tipo de esmola, pelo que se conhece, apenas a regedores de Mendoliva¹⁶⁷, sendo possível que tal atitude revele um desejo de cumprimento do pedido feito ao monarca por Mendo Seabra no seu testamento no sentido de garantir uma particular protecção para com este eremitério¹⁶⁸.

58. BENTO (I)

¹⁶⁴ BPE, *Mosteiro de S. João da Penitência de Estremoz*, lv. 103, n° 35 (1440.07.15, Santarém).

¹⁶⁵ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 16, fl. 43v (1471.03.11, Santarém).

¹⁶⁶ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, n° 29 (1474.09.27, Coima).

¹⁶⁷ Cf. biografia de Álvaro de Valença.

¹⁶⁸ Cf. biografia de Mendo Seabra.

Serra de Ossa (pobre, 1389-1390)

Em 1389, João Gouvinhas doa a este eremita e a João Preto uma herdade que adquirira nas Cortes, com a condição que os três a usufruíssem conjuntamente, bem como todos aqueles que aí quisessem servir a Deus¹⁶⁹. Embora não seja impossível que já fossem anteriormente companheiros na pobre vida, o que poderia indiciar uma anterior permanência de Bento no eremitério da Felgueira, onde pelo menos João Preto seguramente residira em época anterior¹⁷⁰, parece claro que, após esta data, doador e beneficiários pretendem passar a viver na Serra de Ossa. Em 1390, é ao eremita Bento que o concelho do Redondo concede, em sesmaria, o Vale do Salgueiro, na Serra de Ossa, para aí fazer vinhas e pomar ou para o aproveitar como entender e nele se estabelecer com outros «hirmãos» do mesmo modo de viver¹⁷¹.

59. BENTO (II)

Valbom (pobre (?), 1422)

Valbom (regedor, 1428-1443)

Documentado pela primeira vez como eremita em Valbom em 1422, por ocasião da compra, juntamente com Afonso e João de Nisa, seus parceiros, de uma casa e quintal em Vila Viçosa, na Rua do Alandroal, junto a casa já aí detida pelos mesmos

¹⁶⁹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 9 (1389.09.08, Estremoz, em traslado de 1417.05.23, Estremoz).

¹⁷⁰ Cf. biografia respectiva.

¹⁷¹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 10 (1390.05.22, Redondo). Talvez esta doação justifique que João Gouvinhas acabe por vender a herdade das Cortes em 1394, que os eremitas viriam a recuperar por uma compensação em dinheiro aos compradores, efectuada em 1397 (cf. BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. F5 – 1397.05.29, Estremoz, em traslado de 1417.05.23, Estremoz).

pobres¹⁷². Deve ter assumido desde cedo o cargo de regedor do eremitério, aparecendo claramente à frente da comunidade, pelo menos desde 1428. Com efeito, nesta data, aparece, «por si E em nome dos outros seus Irmãos E conpanheiros», a receber dos pobres de Viana do Alentejo o lugar do Ameal do Gorjão, abandonado pelos seus ocupantes três anos antes¹⁷³. Em 1439, a sua qualidade de regedor da comunidade é explicitamente afirmada por Diogo Valente, vizinho e morador em Jerumenha, na doação que faz aos pobres de duas terras de pão no termo dessa vila¹⁷⁴ e é o mesmo Bento que obtém, ainda nesse ano, do regente, a confirmação da doação e a devida licença para a posse dos mesmos bens¹⁷⁵. Para ele é pedido um traslado em Estremoz, em Setembro desse ano, de carta régia com a confirmação dos privilégios outorgados aos pobres da Serra de Ossa¹⁷⁶. Em 1443, numa doação feita por Vasco Coelho, pobre desse lugar, o eremitério continua a ser dito como «lugar çella horatorio de beento e sseus conpanheiros»¹⁷⁷. Em diploma redigido mais de uma década depois, permanecia ainda a memória da presença deste eremita à frente do eremitério de Valbom, embora já fosse dado como falecido¹⁷⁸.

¹⁷² BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. D8 (1422.06.30, Vila Viçosa). Não tomámos em consideração um outro documento, ao presente ilegível, cujo resumo setecentista inscrito no verso refere tratar-se de uma doação, pretensamente datada de Setembro de 1412 e feita por João Eanes do Alandroal e Catarina Vasques em favor dos eremitas Bento e a Gonçalo de Abrantes, de um chão no Ameal que se chama do Gorjão, no termo de Vila Viçosa (*ibidem*, lv. 7, doc. E1). Cremos tratar-se de uma má leitura de uma doação efectivamente feita aos eremitas de Valbom por Mestre João e Catarina Eanes, mas em Janeiro de 1409, de chão nesse local, sendo referidos como destinatários os eremitas Lourenço e Gonçalo, pobres – cf. *ibidem*, lv. 7, doc. C4). A confusão na leitura do documento seria compreensível, tanto mais que o eremitério do Ameal do Gorjão seria doado aos pobres de Valbom pelos seus anteriores ocupantes em 1425.

¹⁷³ *Ibidem*, lv. 7, doc. B2 (1428.06.28, Évora).

¹⁷⁴ *Ibidem*, lv. 7, doc. D9 (1439.04.08, Olivença).

¹⁷⁵ *Ibidem*, lv. 7, doc. A4 e TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 19, fls. 59-59v (1439.07.09, Lisboa).

¹⁷⁶ Solicitado por Fernando, de Vale da Infante, para o «oratório E lugar onde essta bento pobre»: BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Vila Viçosa*, nº 14 (1439.09.08, Estremoz).

¹⁷⁷ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. G5 (1443.12.09, Valbom).

¹⁷⁸ *Ibidem*, lv. 6, nº 81. O documento está truncado, pelo que não sabemos a data em que foi redigido. Trata-se de uma sentença exarada por João Soares de Paiva, cavaleiro da casa de D. Pedro, administrador da Ordem de Avis, e seu ouvidor. O documento foi exarado durante o segundo período do governo da milícia de Avis por D. Pedro, dado que o seu pai é dado como falecido. O documento é, por isso, posterior a 30 de Maio de 1453, data em que o governo da Ordem lhe é devolvido pelo rei Afonso V (cf. Luís Adão da Fonseca, *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, INIC – Centro de História da Universidade do Porto, 1982, p. 78) e anterior a 4 de Fevereiro de 1460, data em que João Soares de

60. CRISTÓVÃO (I)

Junqueira (regedor, 1492-1496)

Documentado como regedor do eremitério da Junqueira em 1492, altura em que testemunha a redacção do testamento de Diogo Moreno, eremita desse lugar¹⁷⁹. Em 1494, continua no desempenho destas funções, recebendo do rei João II carta de privilégio para o lavrador da herdade que os pobres detinham no termo de Sines¹⁸⁰, privilégio que lhe é renovado, a pedido do mesmo regedor, pelo rei Manuel, em 1496¹⁸¹.

61. CRISTÓVÃO (II)

Eremitério não identificado (pobre, 1494)

Dito simplesmente como «christouom pobre», surge a interceder junto do monarca, em 1494, por Pedro Gonçalves, morador em Alenquer, cujo pai morrera na tomada de Arzila, ao serviço do monarca¹⁸².

62. DIOGO (I)

Paiva já tinha falecido (Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira – Antecedentes e significado histórico*, 2ª ed., vol. II, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1980, p. 756).

¹⁷⁹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, maço 2 de pergaminhos, nº 32 [antigo maço 1, nº 22] (1492.11.22, Nogueira).

¹⁸⁰ TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 2, fls. 246v-247 (1494.07.12, Setúbal).

¹⁸¹ TT, *Chancelaria de D. Manuel*, lv. 33, fls. 104-104v (1496.04.22, Setúbal).

¹⁸² *Ibidem*, lv. 40, fl. 9 (1494.09.23, Setúbal, em confirmação de 1497.01.20, Estremoz; na confirmação, não se refere quem a solicita).

Alferrara (pobre, 1418)

Referido como «ffrey Diego pobre», estante no eremitério de Alferrara, representa os eremitas desse lugar, em 1418, em sentença que os opunha a João da Serra e sua mulher sobre o logramento da fonte situada junto à provença, procurada também, não sem dano para os pobres, pelo gado dos ditos réus¹⁸³.

63. DIOGO (II)

Mendoliva (pobre, 1433)

Pobre residente em Mendoliva em 1433, testemunha nesse ano a doação feita ao eremitério por Rui Lopes, clérigo de S. Vicente da Beira (bispado da Guarda) dos bens que detinha em S. Vicente da Beira e Penamacor e nos respectivos termos¹⁸⁴.

64. DIOGO (III)

Serra de Ossa (pobre, 1450)

Pobre da Serra de Ossa, «do lloguar que sse chama de Gonçalo uasquez», está presente à demarcação da herdade do Campo da Palheta e do logramento destinado aos gados dos pobres e de lavradores com eles confrontantes, executada em 1450¹⁸⁵.

65. DIOGO (IV)

¹⁸³ TT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago / Convento de Palmela (Antiga Coleção Especial), Documentos Particulares*, maço 2, nº 10 (1418.08.20, Alferrara).

¹⁸⁴ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 13 (1433.01.08, Mendoliva).

¹⁸⁵ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 20 (1450.12.27, Campo da Palheta).

Junqueira (pobre, 1459)

Pobre do eremitério da Junqueira, solicita, em 1459, publicação da bula *Speciali gratia* de Pio II, que estendia a esta e outras casas da pobre vida o privilégio de isenção do pagamento de dízimas eclesiásticas e primícias sobre as terras por elas detidas¹⁸⁶. A falta de outros elementos e a vulgaridade do nome impossibilita a identificação deste eremita com outros homónimos que, por esta altura, poderiam já estar no eremitério, nomeadamente com Diogo Moreno.

66. DIOGO (V)

Mendoliva (pobre, [1468-1470])

Surge como pobre de Mendoliva numa contenda que, ao tempo do governo da Ordem de Santiago pelo Infante D. Fernando, opunha a provença a Nuno Fernandes Velho, cavaleiro desta milícia, sobre o logramento da Fonte do Sol. A referência à doação recente de um casal na Fonte do Sol por parte de Catarina Afonso Guilherma obriga a situar a sentença entre 1468 e 1470¹⁸⁷.

67. DIOGO (VI)

¹⁸⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 90 (1459.07.24, Évora, em traslado de 1484.07.12, Santarém).

¹⁸⁷ Sumariada em sentença régia de 1474.02.11, Setúbal (TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 46). A referida sentença é necessariamente anterior a 1470, ano da morte do Infante D. Fernando, administrador da Ordem de Santiago (cf. Hermenegildo Fernandes, «Fernando, infant», in *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, dir. Nicole Bériou et Philippe Josserand, Paris, Fayard, 2009, p. 359-360) e posterior à doação feita aos eremitas por Catarina Afonso Guilherma, citada na sentença e datada de 30 de Junho de 1468 (TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 35). Sobre Nuno Fernandes Velho, filho de Fernando Afonso, também ele comendador santiagouista, e de Isabel Velho, cf. Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, pp. 423-424.

Rio Mourinho (pobre, 1478)

Eremita de Rio Mourinho, está presente em 1478 à procuração passada pelos pobres desse lugar a Fernão Vasques para que possa consumir a anexação da provença ao mosteiro jerónimo de Santa Maria do Espinheiro de Évora¹⁸⁸.

68. DIOGO (VII)

Serra de Ossa (pobre, c. 1481)

Pobre referido na sentença régia de 1483 que ratifica a posse da casa da Serra de Ossa pelos eremitas, face à tentativa de apropriação da mesma perpetrada pelos jerónimos de Santa Maria do Espinheiro em 1476. Cremo-lo como pertencente a este eremitério, dado que o seu nome é integrado entre os pobres que são nomeados após o maioral da Serra de Ossa e antes dos regedores de outras provenças¹⁸⁹.

69. DIOGO (VIII)

Santa Margarida do Aivado de Évora (regedor, 1502)

Regedor do eremitério de Santa Margarida do Aivado, é nessa qualidade que, em 1502, toma posse da herdade de Alcarou, no termo de Pavia, após contenda havida com um certo João Conde sobre a dita propriedade¹⁹⁰.

¹⁸⁸ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, livro 1, nº 68 K (1478.09.01, «em a provencia de Rio mourinho; em sentença de 1478.09.07, Évora; em traslado do séc. XVIII).

¹⁸⁹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 88 (1483.02.26, Santarém). Sobre a datação das referências aí contidas, cf. nota 27.

¹⁹⁰ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 1, nº 49 (1502.01.14, herdade de Alcarou, termo de Pavia).

70. DIOGO (IX)

Valbom (regedor, 1502)

Regedor do eremitério de Valbom, toma posse, em 1502, da Provença da Asseiceira, no termo de Olivença, doada, em Agosto desse ano, aos pobres do termo de Vila Viçosa por Bartolomeu Álvares, seu fundador¹⁹¹.

71. DIOGO (X)

Mendoliva (regedor, 1506)

Surge documentado, em 1506, como regedor do eremitério de Mendoliva, solicitando nessa data a execução da sentença que obrigava o concelho de Palmela ao arranque de certos marcos que havia colocado no caminho para a Fonte do Sol, em prejuízo da herdade aí detida pelos pobres¹⁹².

72. DIOGO AFONSO

Eremitério não identificado (pobre, 1431-1441?)

Dito «da proue vjda» e criado do bispo de Évora, surge a testemunhar um contrato de arrendamento, pelo mosteiro de Santos, de umas casas em S. Mamede, em Lisboa, celebrado em 1431¹⁹³. Será o mesmo que, em 1441, aparece na igreja de S.

¹⁹¹ Ambos os documentos estão inseridos em sentença de 1502.10.14, Elvas (BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 3, nº 30, doc. 2).

¹⁹² TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 70 (1506.01.29, Palmela).

¹⁹³ TT, *Mosteiro de Santos-o-Novo*, maço 12, nº 241 (1431.12.19, Lisboa).

Jorge de Arroios a testemunhar uma encampação, dizendo-se «pobre de santa apelonja»?¹⁹⁴

73. DIOGO DE ALEGRETE

Serpa (pobre, 1498-1502)

Pobre residente no eremitério de Nossa Senhora da Consolação de Serpa em 1498, juntamente com o clérigo João Manuel, seu fundador, e Fernando de Montemor¹⁹⁵. É este eremita quem, em 1501, surge a solicitar, no Redondo, para a mesma provença, diversos traslados de cartas régias com a outorga de privilégios aos eremitas da Serra de Ossa¹⁹⁶. Em 1502, está presente à composição celebrada entre o eremitério e o casal Rui Fernandes e Inês Peres, em ordem a estabelecer os limites que separavam as terras da provença de outras que estes haviam dado em emprazamento a uma Inês Rodrigues «Calçada», viúva, moradora em Serpa¹⁹⁷.

74. DIOGO DE ESTREMOZ

Vale da Infante (pobre, 1471-1478)

Pobre do lugar de Vale da Infante, está presente a composição celebrada em 1471 entre o eremitério e dois lavradores sobre o logramento de uma fonte dita dos Feitos, sita no Monte dos Galhardos¹⁹⁸. É possivelmente o mesmo Diogo, oriundo de

¹⁹⁴ TT, *Colegiada de S. Jorge de Arroios (Lisboa)*, maço 2, nº 52 (1441.06.07, Lisboa).

¹⁹⁵ ADBEJA, *Convento de S. Paulo de Serpa*, livro 1, doc. 10 (1498.07.15, Serpa).

¹⁹⁶ *Ibidem*, livro 1, doc. 47 (1501.05.11, Redondo) e doc. 50 (1501.12.01, Redondo).

¹⁹⁷ *Ibidem*, livro 1, doc. 24 (1502.03.03, no termo de Serpa, «Junto com ha casa de nosa Senhora santa marya da comsollaçam»).

¹⁹⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 9 (*Pergaminhos Vários*, 50), nº 26, doc. 1 (1471.07.11, Estremoz).

Estremoz, que se encontra entre os pobres desse eremitério que, em 1478, professam o voto de castidade, na sequência do determinado por anterior bula de Sisto IV¹⁹⁹.

75. DIOGO DE SANTA MARIA

Eremitério não identificado (pobre, 1497)

Referindo apenas como oriundo «d antre os pobres», é recebido na Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista por determinação do respectivo Capítulo Geral celebrado em Maio de 1497²⁰⁰. O seu ingresso dá-se no ano seguinte, bem como o de Francisco, pobre de Rio Mourinho, com ele admitido à Congregação em 1497²⁰¹.

76. DIOGO DO CAMPO

Junqueira (pobre, 1484)

Pobre do eremitério da Junqueira, surge, em 1484, a solicitar traslado do instrumento de publicação da bula *Speciali gratia et fauore* de Pio II, que assegurava a esse e outros lugares dos pobres a isenção sobre o pagamento de dízimas e primícias²⁰².

77. DIOGO GIL

¹⁹⁹ *Ibidem*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 80 (1478.11.07, Vale da Infante).

²⁰⁰ TT, *Manuscritos da Livraria*, nº 523, fl. 93v.

²⁰¹ TT, *Manuscritos da Livraria*, nº 523, fl. 111.

²⁰² BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 90 (1480.07.12, Santarém).

Valbom (pobre, 1456)

Pobre do eremitério de Valbom, faz doação de todos os seus bens ao dito lugar em 1456. Estes revelam a posse de algum património fundiário, disperso pelas proximidades de Vila Viçosa - um quinhão de herdade na Asseca, no termo da vila, um outro quinhão de terra na Ribeira de Borba, uma courela de vinha no caminho de Évora e um pedaço de chão, com suas oliveiras e castanheiros, em Vale do Bispo -, ao qual se juntava algum gado, entre cabras (cerca de 70), bois de arado (quatro) e uma vaca. Seria, por isso, originário da região, sabendo-se que outros familiares partilhavam outras parcelas destes bens ou possuíam terras com eles confinantes: uma Catarina Álvares, sua madrastra, diversos irmãos (que não especifica) e dois tios, Rodrigo Eanes e Gonçalo Eanes da Longa. Refere ainda o pai, que não identifica, como já falecido, confiando aos eremitas o encargo de rezarem por sua alma²⁰³.

78. DIOGO GODINHO

Serra de Ossa (pobre, 1493-1495)

Pobre da Serra de Ossa, está presente, juntamente com o regedor desse lugar, à publicação de uma sentença em favor dos eremitas feita no Redondo em 1493²⁰⁴. Dois anos depois, encontramo-lo a trespassar uma vinha sita no Chamuscadouro, no caminho de Arraiolos, que trazia de foro da igreja de Santiago de Évora²⁰⁵.

79. DIOGO MORENO

²⁰³ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. D7 (1456.07.05, Vila Viçosa).

²⁰⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, n° 30 (1493.11.21, Redondo, em traslado de 1504.10.18, Redondo).

²⁰⁵ ACSE, *CEC 3-VI* [Tombo 1º das herdades do Cabido], fls. 51-52 (1495.12.30, igreja de Santiago de Évora).

Junqueira (pobre, c. 1462-a. 1488)

Junqueira (regedor, 1488)

Junqueira (pobre, 1492)

Pobre do eremitério da Junqueira, redige o seu testamento em 1492, sendo já «velho E em fraca despossyçam»²⁰⁶. Da sua família, refere apenas um irmão, Lopo Rodrigues, vigário e clérigo de missa, morador em Santarém, o nome de sua mãe, Maria Álvares, já falecida, outrora moradora em Abrantes, e a existência de um sobrinho, Lopo Álvares, morador nesta mesma vila. Do seu património, pouco esclarece, dado que apenas refere genericamente os bens que aforara ao dito seu sobrinho, cujo foro – quatro alqueires anuais de azeite - deveria reverter a favor do ermitério, e uma importante quantia – cerca de 9000 reais - que emprestara a seu irmão e que este deveria devolver aos pobres da Junqueira.

No mesmo testamento, faz memória da sua entrada no eremitério, que acontecera há «trinta annos e mais». Do seu percurso na comunidade, que recuaria assim a inícios da década de 60, restam, contudo, poucos dados. Com efeito, aparece referido pela primeira vez em 1474, entre as testemunhas do testamento de um Gonçalo, também eremita nesse lugar²⁰⁷ e, em 1483, é ele quem comparece, em Santiago do Cacém, a solicitar o traslado de carta régia de confirmação dos privilégios usufruídos pelo eremitério²⁰⁸. Em 1488, desempenhava as funções de regedor da comunidade²⁰⁹, sendo substituído nesse cargo pouco tempo depois, dado que, à data da redacção do seu testamento (1492), era já regedor um certo Cristóvão, que, aliás, testemunha o acto.

²⁰⁶ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, maço 2 de pergaminhos, nº 32 [antigo mç. 1, nº 22] (1492.11.22, Nogueira, termo de Santiago do Cacém).

²⁰⁷ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 59 (1474.05.23, Junqueira, em instrumento de publicação de 1488.04.21, Santiago do Cacém).

²⁰⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 89 (1483.05.20, Santiago do Cacém).

²⁰⁹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 59 (instrumento de publicação do testamento do referido Gonçalo, a pedido de Afonso Vicente, irmão e testamenteiro do dito pobre - 1488.04.21, Santiago do Cacém).

80. DIOGO PAIXÃO [OU POUSÃO]

Junqueira (regedor, 1485)

Residente no eremitério da Junqueira, surge, em representação deste, na publicação da sentença que, em 1485, reconhecia a isenção auferida pelos pobres de não pagarem dízima dos seus bens, face às exigências em contrário feitas por Estêvão da Gama, comendador do Cercal e alcaide-mor de Sines. Apresenta-se então como «solçitador e procurador dos dictos pobres da Junqueira em seu nome e da dicta casa»²¹⁰. Está também presente à sua publicação, feita no mesmo ano em Sines, junto do dito comendador, sendo dito «abade da prouença da Junquejra»²¹¹.

81. DIOGO PEDREIRO

Vale Abraão (regedor, 1498)

Serra de Ossa (pobre, 1502)

Serra de Ossa (regedor, 1504)

Regedor da provença de Vale Abraão, surge nessa qualidade a solicitar um traslado de carta régia na vila do Redondo em 1498²¹². Contudo, em 1502, já se encontra integrado na comunidade da Serra de Ossa²¹³, cujos destinos dirigia dois anos depois, altura em que pede, para estes pobres, o traslado uma sentença relativa ao

²¹⁰ TT, *Mosteiro de S. Paulo da Junqueira*, maço único, nº 3 e BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 91 (1485.02.14, Viana do Alentejo).

²¹¹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 91, no verso (1485.04.27, Sines).

²¹² BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 96 (1498.11.02, Redondo).

²¹³ Em duas publicações de sentença feitas na vila do Redondo a 25 de Agosto e 2 de Setembro desse ano (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 30 - em traslado de 1504.10.18, Redondo).

usufruto da água junto à herdade que detinham no Azambujeiro, no termo do Redondo²¹⁴

82. DIOGO VASQUES

Eremitério não identificado (pobre, 1376)

Eremita natural da diocese de Lisboa, é um dos pobres agraciados por Gregório XI em 1376. Nessa data, o pontífice concede-lhe licença para, no eremitério onde quer habitar com três companheiros, ter altar portátil no qual possa fazer celebrar eucaristia e outros sacramentos por meio de sacerdote idóneo à sua escolha e a possibilidade de receber absolvição plenária em artigo de morte²¹⁵.

83. DOMINGOS PERES

S. Pedro de Bencatel (pobre, 1395)

Dito «pobre da chamaçam de matheu[s]», adquire, juntamente com João Afonso, seu parceiro, em 1395, uma casa no arrabalde de Vila Viçosa, na Rua dos Paços de el-Rei. Segundo o mesmo documento, residia com o dito João Afonso em S. Pedro de Bencatel. Não é claro que ainda fosse vivo em 1409, quando João Afonso solicita o traslado do respectivo título de venda, então já como pobre da Serra de Ossa²¹⁶.

84. ESTAÇO

²¹⁴ *Ibidem* (1504.10.18, Redondo).

²¹⁵ Grégoire XI (1370-1378). *Lettres communes analysées d'après les registres dits d'Avignon et du Vatican, années IV à VII*, Roma, École Française de Rome, p. 4, nº 41728, e p. 310, nº 44048 (1376.08.08, Avinhão).

²¹⁶ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 8, fls. 39v-41 (1395.05.16, Vila Viçosa e traslado de 1409.02.05, Vila Viçosa; em traslado de 1542.12.08.Redondo).

Serra de Ossa (pobre, 1386-1399)

Eremita na Serra de Ossa, surge referido em 1386 como um dos companheiros de João Fernandes, em compra que então fazem de uma casa na cidade de Évora²¹⁷. Deve ser o mesmo que, em 1399, testemunha dois emprazamentos feitos pelos clérigos raçoeiros de Santa Maria do Bispo de Montemor-o-Novo²¹⁸.

85. ESTÊVÃO (I)

Serra de Ossa (pobre, 1407)

Documentado como pobre da Serra de Ossa em 1407, juntamente com outros pobres que, nessa data, recebem em doação uma courela de herdade no termo de Borba, sob a Cabeça do Bravo, onde viria a surgir o eremitério de Montes Claros²¹⁹.

86. ESTÊVÃO (II)

Rio Mourinho (pobre, 1430-1445)

Eremita documentado em Rio Mourinho, em 1430, por ocasião da aquisição, feita pelos pobres aí residentes, de uma herdade no termo de Alcáçovas²²⁰. Em 1445,

²¹⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 2 (1386.12.09, Évora).

²¹⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 21 (*Pergaminhos Vários*, 77), nº 21 (1399.02.05, igreja de Santa Maria do Bispo) e *ibidem*, pasta 23 (*Pasta com 100 pergaminhos*), nº 43 (1399.08.25, igreja de Santa Maria do Bispo).

²¹⁹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 1 [4] (1407.10.31, Borba, em traslados de 1436.10.16 e 1441.02.02, Vila Viçosa).

²²⁰ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 32 (1430.08.07, Alcáçovas).

reencontramo-lo, juntamente com Afonso, seu parceiro, a tomar da igreja de Santa Maria do Bispo de Montemor-o-Novo, em aforamento, duas courelas de herdade situadas junto ao eremitério²²¹.

87. ESTÊVÃO (III)

Serra de Ossa (pobre, 1440)

Pobre da Serra de Ossa, surge referido, em sentença régia de 1440 como um dos representantes da comunidade na contenda que traziam com João Afonso Aranha, vigário da matriz do Redondo, sobre a ermida de Monte da Virgem²²².

88. ESTÊVÃO (IV)

Montes Claros (regedor, 1442-1443)

Eremita do lugar de Montes Claros, termo de Borba, recebe o lugar em doação de Martinho Escrivão, seu regedor, em data necessariamente posterior a Março de 1442²²³. Contudo, em Janeiro de 1443, o mesmo Martinho revoga tal doação, acusando o dito Estêvão de ter usado indevidamente das coisas da casa, contra Deus e a vontade dos seus companheiros e confiando os destinos da comunidade a Rodrigo, um outro eremita desse lugar²²⁴.

²²¹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 16 (*Pergaminhos Avulsos*, 98), nº 10 (1445.07.18, Montemor-o-Novo).

²²² BPE, *Mosteiro de S. João da Penitência de Estremoz*, lv. 103, nº 35 (1440.07.15, Santarém).

²²³ A 18 de Março desse ano, Martinho Escrivão ainda é referido como regedor do eremitério (cf. biografia respectiva).

²²⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 10 [16] (1443.01.12, Évora).

89. ESTÊVÃO (V)

Cela Nova (pobre, 1472)

Eremita da provença de Cela Nova, surge documentado em 1472, quando solicita, na Sé de Lisboa, traslado da bula *Speciali gratia* de Pio II que garantia ao eremitério a isenção do pagamento de dízimas e primícias²²⁵.

90. ESTÊVÃO (VI)

Montemuro (pobre, 1479)

Pobre do eremitério de Montemuro, integra o grupo que, em 1479, aí faz profissão do voto de castidade, na sequência da bula *In suprema militantis ecclesie* de Sisto IV²²⁶.

91. ESTÊVÃO (VII)

Vale da Infante (pobre, 1504)

Pobre do eremitério de Vale da Infante, aí se encontra documentado em 1504, quando testemunha uma procuração então emitida pelos pobres em favor de João da Guarda e Rodrigo de Monforte, seus companheiros, para escambarem determinadas terras da provença²²⁷.

²²⁵ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 71 (1472.10.19, Lisboa, no claustro da Sé).

²²⁶ *Ibidem*, nº 86 (1479.12.27, na provença de Montemuro).

²²⁷ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 2, nº 9 e 10 (1504.01.14, Estremoz, inserida em dois escambos celebrados em 1504.01.20, Monforte).

92. ESTÊVÃO DE PAREDES

Vale de Flores (pobre, 1410)

Pobre residente no eremitério de Vale de Flores, no termo de Portalegre em 1410, juntamente com Gonçalo da Beira e Gonçalinho de Paredes²²⁸.

93. ESTÊVÃO EANES

Alentejo (pobre, 1434-1447)

Pobre residente no oratório de Alentejo, no termo de Óbidos, em 1434, por ocasião da doação deste eremitério aos Lóios, aceitando permanecer no lugar, como irmão e cónego da Congregação²²⁹. Em 1447, quando os Cónegos confiam o lugar aos cuidados do jerónimo Fr. João de Santa Maria, é dito “familiar doméstico” da mesma casa²³⁰.

94. FERNANDO (I)

Felgueira [→ Rio Mourinho] (pobre, 1401)

Pobre residente no eremitério da Felgueira, no termo de Montemor-o-Novo, juntamente com Afonso e Lourenço, recebe em doação, em 1401, com os seus parceiros

²²⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 16 (*Pergaminhos Avulsos*, 98), nº 103 (1410.12.13, Portalegre).

²²⁹ TT, *Convento de S. Bento de Xabregas*, maço 18, nº 3 (1434.09.24, «no lugar que chamam alemteJo termo da ujlla d objdos»).

²³⁰ *Ibidem*, maço 18, nº 6 (1447.07.27, Oratório de Alentejo).

e diversos outros pobres da Serra de Ossa, um lugar com vinhas, árvores, águas e oliveiras junto à ribeira de *Javalariça*, no termo da vila²³¹.

95. FERNANDO (II)

Serra de Ossa (pobre, 1408)

Referido como «pobre da Serra», aparece como testemunha, em 1408, ao traslado de uma bula pontifícia pedido pelos mesmos pobres em Évora²³².

96. FERNANDO (III)

Barriga [→Cela Nova] (regedor, a. 1433-1463)

Filho de Mestre Joane, físico do Infante D. João²³³, apresenta-se a si mesmo, em 1445, como «pobre Jrmjtm da Jrmjndade e companhia de Meem de sseaura pobre Ja finado»²³⁴. Companheiro, pois, de Mendo Seabra, ingressou na pobre vida ainda antes de 1433, dado que, após a morte de João Fernandes, regedor da Serra de Ossa, ocorrida necessariamente antes desta data, é a ele quem o dito Mendo envia para reger o eremitério de Barriga, que este entretanto reedificara²³⁵. Sabemos que Mendo Seabra

²³¹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, livro 2, nº 51 (1401.12.08, Montemor-o-Novo, em traslado de 1438.04.10, Évora).

²³² BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 12, 50 e 51 (1408.04.25, Évora).

²³³ Segundo o testemunho de carta régia de 13.01.1455 (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 15, fl. 183). Não encontramos outras referências a este servidor do Infante, à excepção de que tinha um criado, João Martins, que em 1439 trazia uma demanda com um morador de Setúbal (*ibidem*, lv. 18, fl. 17 – 1439.08.06, Lisboa). Agradecemos ao Doutor Luís Filipe Oliveira a informação sobre este documento.

²³⁴ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, maço 2 de pergaminhos, nº 34 [antigo maço 1, nº 4] (1445.09.29, Setúbal).

²³⁵ Segundo o testemunho dado pelo próprio Fernando em 1445 (*ibidem*).

manteve, até à sua morte, o governo de Mendoliva e a supervisão sobre os eremitérios de Barriga ou Cela Nova e de Alferrara, colocando aí eremitas da sua confiança. Na eminência da sua morte (1442), nomeara para o suceder, com os mesmos poderes, ao eremita João Eanes, a quem também o regedor de Cela Nova manifestou a sua obediência, atestada no diploma que para o efeito manda redigir em Setúbal a 29 de Setembro de 1445. Pelo mesmo documento, procurava ainda garantir o reconhecimento de todos os bens que lhe haviam sido anteriormente doados como pertencentes ao conjunto da comunidade. Para isso inclui no mesmo acto o traslado de uma anterior doação que lhe fora feita, ainda em 1442 mas já após a morte de Mendo Seabra, de chãos, casas e outros bens no dito lugar de Barriga, renunciando expressamente a todo o direito pessoal sobre os mesmos²³⁶.

Os dados de que dispomos atestam a sua permanência à frente dos destinos do eremitério possivelmente até 1463. Com efeito, em 1451, é ele quem recebe, em nome de todos os pobres do lugar de Barriga, duas doações de chãos com suas casas, vinhas, matos, árvores e fontes no interior do cerrado do dito lugar²³⁷ e, no mesmo ano, obtém do rei Afonso V carta de protecção e de privilégio para o seu eremitério²³⁸. Dois anos depois, é de novo ele quem recebe novos bens situados junto à provença e a ela doados²³⁹ e, em 1455, o nomeado como responsável da comunidade em carta régia de privilégio outorgada a um seu moleiro e ao lavrador de uma herdade que traziam junto à Ribeira de Avis, no termo de Fronteira²⁴⁰. Em 1463, surge ainda em Almada como testemunha do testamento de Fernão Gomes e Mécia Vasques Farinha, sendo dito simplesmente como «pobre de Barriga»²⁴¹.

²³⁶ *Ibidem*. A doação foi redigida em Almada, a 17 de Março de 1442.

²³⁷ Doações de 1451.11.17, Almada e de 1451.11.26, Murfacém (TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, maço 2 de pergaminhos, nº 33 e 44 [antigo maço 1, nº 5 e 6]).

²³⁸ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 35, fl. 93v (1451.11.21, Lisboa).

²³⁹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, maço 2 de pergaminhos, nº 39 [antigo maço 1, nº 8] (1453.05.03, Almada).

²⁴⁰ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 15, fl. 183 (1455.01.13, Lisboa).

²⁴¹ TT, *Colegiada de Santa Maria e Santiago de Almada*, lv. 1, fl. 68 [73] (1463.04.30, Almada, em traslado de 1497.01.18, Almada).

97. FERNANDO (IV)

Vale da Infante (pobre, 1434)

Vale da Infante (regedor, 1435-1441)

Pobre estante no eremitério de Vale de Infante, solicita, em 1434, juntamente com Rodrigo, seu companheiro, diversos traslados de alvarás régios junto de Afonso Fernandes, juiz em Estremoz²⁴². No ano seguinte, já isoladamente, solicita novo traslado de sentença junto das justiças da mesma vila²⁴³, acto que se repete em 1436 relativamente ao traslado de alvará régio²⁴⁴. É possível que, desde 1435, assumisse já o governo do eremitério. Com efeito, e embora nunca seja referido como regedor, é a partir dessa data que surge sistematicamente a representar a comunidade, papel que desempenha pelo menos até 1441, não se conhecendo, para o mesmo período, outro pobre desse lugar a quem se possa atribuir tais funções. Assim, em 1437, é ele o nomeado, em nome da provença de Vale de Infante, na sesmaria dada pelo concelho de Evoramonte de um assentamento de terra para a instalação de silhas de colmeias²⁴⁵ e, nesse mesmo ano, é também ele quem comparece perante o juiz das sisas de Estremoz, defendendo os privilégios outorgados nessa matéria aos eremitérios da Serra de Ossa, Vale de Infante e Vale Abraão e solicitando instrumento comprovativo da respectiva isenção para os pobres de Vale Abraão²⁴⁶. Em 1439, representa conjuntamente os pobres da Serra de Ossa e de Vale da Infante numa sentença sobre casas em Estremoz trazidas por estes pobres²⁴⁷ e, nesse ano e em 1441, aparece documentado a solicitar

²⁴² Quatro cartas, todas com a data de 11 de Abril de 1434: BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Vila Viçosa*, nº 2; BPE, *Colecção Manizola*, cód. 76, nº 20; TT, *Colecção Especial*, caixa 33, nº 29 e 32.

²⁴³ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 1, nº 8 (1435.11.14, Estremoz).

²⁴⁴ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 35 e 36 (1436.03.11, Estremoz).

²⁴⁵ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 1, nº 9, doc. 1 e 2 (1437.03.17, Evoramonte).

²⁴⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 37 (1437.04.22, Estremoz).

²⁴⁷ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale da Infante*, maço 1, nº 1 (exemplar da Serra de Ossa) e 2 (exemplar de Vale da Infante) – 1439.03.15, Estremoz.

novos traslados de diplomas régios e pontifícios, primeiro em Estremoz e depois em Évora, quer para a sua provença, quer para os eremitérios de Vale Abraão e Valbom²⁴⁸.

98. FERNANDO (V)

Montemuro [pobre (?), 1450]

Dito clérigo dos pobres de Montemuro, está presente, juntamente com Luís, pobre desse lugar, numa composição estabelecida em 1450 com Gonçalo Boto, mercador, morador em Lisboa, sobre a delimitação de certas terras junto do eremitério. O diploma não é conclusivo sobre o estatuto deste clérigo, ficando a dúvida se se trata efectivamente de um membro da comunidade ou simplesmente um eclesiástico que assiste espiritualmente a comunidade e nela assegura a celebração dos sacramentos²⁴⁹.

99. FERNANDO (VI)

Rio Mourinho (pobre, 1450)

Em 1450, leva pobre vida no eremitério de Rio Mourinho, solicitando nessa altura, para essa comunidade, em Évora, o traslado de diversas cartas régias que garantiam a esses pobres o usufruto dos privilégios outorgados à Serra de Ossa²⁵⁰.

²⁴⁸ Em 1439.08.30, Estremoz, de carta régia para os pobres de Vale da Infante e Vale Abraão e de outra para os de Valbom – BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 42 e TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 1, nº 11; BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Vila Viçosa*, nº 14; de novo em Estremoz, a 30.09.1439, de alvará régio para o seu eremitério – BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7, nº 38; em Évora, a 21 e 25 de Fevereiro de 1441, de carta régia e bula pontifícia, para a comunidade de Vale da Infante – TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 1, nº 12 e BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7, nº 47.

²⁴⁹ BN, *Colecção de Pergaminhos, Série Roxa*, sem nº (antigo nº 304) (1450.02.20, Évora).

²⁵⁰ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 59 (1450.03.21, Évora).

100. FERNANDO (VII)

Santa Catarina de Vale de Mourol (pobre, a. 1451)

Dito como «frey fernando», residia no «horatorio» de Santa Catarina de Vale de Mourol, no termo de Santarém, em data anterior a Setembro de 1451, altura em que, por morte deste, o lugar é entregue pelo monarca a «gill proue» e aos outros pobres que com ele aí quiserem viver «em seruiço de deus»²⁵¹.

101. FERNANDO (VIII)

Serra de Ossa (?) (pobre, 1469)

Dito pobre e criado de Soeiro Vasques, surge a testemunhar uma tomada de posse de dois quinhões de azenhas em Estremoz feita pelos pobres da Serra de Ossa em 1469²⁵². Embora nada seja dito sobre o eremitério a que pertence, o facto de acompanhar um outro eremita, seguramente da Serra de Ossa, que representa a comunidade no acto de posse, leva-nos a propor a pertença deste Fernando a este lugar.

102. FERNANDO (IX)

Vale da Infante (pobre, 1478)

²⁵¹ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 11, fl. 127v (1451.09.01, Lisboa).

²⁵² BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 15 (*Pergaminhos Avulsos*, 80), nº 29. A posse é tomada por «Pedro pobre da sserra d oossa».

Natural de Estremoz, encontra-se no eremitério de Vale da Infante em 1478, quando, juntamente com os restantes pobres desse lugar, faz profissão do voto de castidade, na sequência do determinado por anterior bula de Sisto IV²⁵³.

103. FERNANDO (X)

Espadaneira (pobre, 1480)

Espadaneira (regedor, c. 1481-c. 1490)

Pobre do eremitério da Espadaneira, no termo de Estremoz, surge, em 1480, a solicitar traslado de anteriores escrituras relativas à fundação da provença²⁵⁴. Em 1485, documentamo-lo de novo a defender os interesses da comunidade contra Inês Eanes, viúva de João Mateus, sobre a herdade da Bacoeira²⁵⁵. Em sentença régia sobre a mesma contenda datada de 13 de Maio de 1494, aparece referido como regedor do eremitério, embora nessa data o governo do lugar estivesse já entregue a Vasco de Elvas, aliás documentado nessas funções desde Outubro do ano anterior²⁵⁶, o que nos leva a supor que o monarca mantenha a designação de regedor por ter sido certamente nessa qualidade que o eremita Fernando recorreu às instâncias dos tribunais régios para resolver a questão, ainda no decurso de 1490, conforme indicado no texto da sentença²⁵⁷.

104. FERNANDO (XI)

²⁵³ *Ibidem*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 80 (1478.11.07, Vale da Infante).

²⁵⁴ ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas, Coleção de Pergaminhos*, nº 5 [C5 ELV 05, nº 16] (1480.10.15, Veiros).

²⁵⁵ De acordo com sentença de 17.06.1485, sumariada em sentença de régia de 13.05.1494 (*ibidem*, nº 8 [C5 ELV 08, nº 19]).

²⁵⁶ Cf. biografia respectiva.

²⁵⁷ Cf. nota 255. Com efeito, os pobres referem-se a 1489 como o «anno pasado», pressupondo que o assunto é apresentado ao monarca em 1490.

Rio Mourinho (regedor, 1495)

Documentado como regedor de Rio Mourinho em 1495, aceita, nesta data, a encampação feita por Diogo Fernandes, tintureiro, das casas que o eremitério detinha em Évora, na Rua do Raimundo, e o seu novo aforamento a Fernando Eanes, carpinteiro, e a Guiomar Álvares, sua mulher²⁵⁸.

105. FERNANDO (XII)

Vale da Infante (pobre, 1504)

Pobre do eremitério de Vale de Infante, testemunha a procuração feita em Estremoz em Janeiro de 1504 a favor de João da Guarda e Rodrigo de Monforte, seus companheiros, para poderem escambar determinadas terras pertencentes à provença²⁵⁹.

106. FERNANDO ÁLVARES

Rio Mourinho (pobre, 1508)

De condição clerical, residia no eremitério de Rio Mourinho em 1508, quando procede, juntamente com o regedor da comunidade, à compra de uma herdade situada junto à provença²⁶⁰.

²⁵⁸ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, livro 2, nº 15 (1495.04.07, Évora).

²⁵⁹ Procuração de 14.01.1504, transcrita em dois escambos celebrados em Monforte a 20.01.1504 (TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 2, nº 9 e 10).

²⁶⁰ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 53 (1508.09.01, Évora).

107. FERNANDO DE BARCARROTA

Serra de Ossa (pobre, 1378)

Na inquirição feita aos eremitas em 1378, é incluído entre os «pobres Ermitãaes» que viviam na Serra de Ossa²⁶¹. O topónimo associado ao seu nome remete possivelmente para a povoação fronteiriça de Vila Nueva de Barcarrota, sugerindo uma eventual origem castelhana deste eremita.

108. FERNANDO DE BRAGANÇA

Vale da Infante (pobre, 1478)

Pobre do eremitério de Vale da Infante, integra o grupo dos pobres desse lugar que, em 1478, aí fazem profissão do voto de castidade, na sequência do determinado por anterior bula de Sisto IV²⁶².

109. FERNÃO DE LAMEGO

Rio Mourinho (regedor, [d. 1451-a.1458])

De acordo com o referido pelos eremitas numa queixa apresentada ao rei Afonso V em 1478, teria sucedido a Rodrigo de Serpa, por escolha deste, como regedor da comunidade de Rio Mourinho. A sua presença neste eremitério, pelo menos no desempenho destas funções, deverá ter ocorrido entre 1451, data do último acto

²⁶¹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 24 (1378.02.16, Quinta de Cambeses, em traslado de 1389.08.19, Évora).

²⁶² *Ibidem*, nº 80 (1478.11.07, Vale da Infante).

documentado de Rodrigo de Serpa enquanto regedor, e 1458, ano que que o governo da comunidade já se encontrava entregue a um outro eremita, Pedro Ferreira²⁶³.

110. FERNANDO DE MONTEMOR

Nossa Senhora da Consolação de Serpa (pobre, 1498-1502)

Pobre residente no eremitério de Nossa Senhora da Consolação de Serpa em 1498, juntamente com Diogo de Alegrete, quando João Manuel, um dos fundadores do lugar, o entrega e subordina à Serra de Ossa²⁶⁴. Aí continuava a residir em 1502, com os ditos companheiros, quando estabelecem uma composição com o casal Rui Fernandes e Inês Peres em ordem à demarcação de propriedades que estes detinham e que confinavam com outras pertencentes ao eremitério²⁶⁵.

111. FERNANDO DE SANTIAGO

Eremitério não identificado (pobre, 1485)

Dito como «ermitão», ingressa na Congregação dos Cónegos Sécúlares de S. João Evangelista em 1485, sendo o seu exame cometido pelo respectivo Capítulo Geral ao reitor da casa de Vilar de Frades²⁶⁶.

112. FERNANDO ESPADARRÃO

²⁶³ *Ibidem*, nº 79 e TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 4, fls. 104v-106v (1478.02.22, Lisboa). Vejam-se ainda as biografias de Rodrigo de Serpa e Pedro Ferreira.

²⁶⁴ ADBEJA, *Convento de S. Paulo de Serpa*, lv. 1, nº 10 (1498.07.15, Serpa).

²⁶⁵ *Ibidem*, lv. 1, doc. 24 (1502.03.03, «Junto com ha casa de nosa Senhora santa marya da comsollaçam prrouençya hanexa ha casa da sera d osa»).

²⁶⁶ TT, *Manuscritos da Livraria*, nº 523, fl. 18v (1485.06.25).

Montemuro (pobre, 1460)

Santa Margarida do Aivado de Évora (pobre, 1462)

Creemos tratar-se deste Fernando o eremita homónimo que, em 1460, integrava a comunidade de Montemuro quando os pobres desse lugar e os de Santa Margarida do Aivado acordam a doação do seu eremitério aos Lóios²⁶⁷. Revogada a dita doação ainda em Dezembro de 1460²⁶⁸, este pobre transitaria para o Aivado, onde o documentamos em 1462, quando o eremita Gomes, fundador e regedor do lugar, redige o seu testamento e determina, com o acordo da comunidade, que esta seja sempre sujeita e viva em obediência, irmandade e sob a regra e viver dos da Serra de Ossa²⁶⁹.

113. FERNANDO ESTEVES

Amieira, termo de Estremoz (pobre, 1428-1431)

Serra de Ossa (pobre, 1469-1470)

Filho de Estêvão Vicente, almoxarife régio em Estremoz²⁷⁰, tinha pelo menos uma irmã, Beatriz Esteves, que fora casada em segundas núpcias com Gonçalo

²⁶⁷ TT, *Colégio de S. Paulo de Évora*, maço único, nº 2, fls. 3v-4 (1460.11.24, Santa Margarida do Aivado de Évora, em traslado do séc. XVIII, incluído nas memórias enviadas pelo Colégio para a Província). Encontramos um outro Fernando no Aivado à mesma data, mas cremos tratar-se de Fernando Gramaxo (cf. biografia respectiva).

²⁶⁸ *Ibidem*, fl. 4 (1460.12.24, Santa Margarida do Aivado de Évora, em traslado do séc. XVIII, incluído nas memórias enviadas pelo Colégio para a Província).

²⁶⁹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 91 (1462.10.04, «na casa dos pobres de ssanta margarida que he no ayuado termo da çidade d euora»). Encontramos aí outros pobres que em 1460 estavam em Montemuro e que haviam também transitado para o Aivado, incluindo o seu antigo regedor, Lourenço Chaínho.

²⁷⁰ Conforme indicado em carta régia dada em Avis a 27.02.1469, dando o dito Estêvão Vicente como já falecido (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 31, fl. 1 e *Leitura Nova, Odiana*, lv. 3, fls. 8v-9). O mesmo é testemunhado pelo próprio Fernando Esteves em 1470, quando faz doação dos seus bens à Serra de Ossa (TT, *Documentação de Conventos por identificar*, cx. 19, *Pergaminhos*, sem nº - 1470.01.22, Serra de Ossa). Estêvão Vicente aparece documentado como almoxarife de Estremoz em 1406, testemunhando um pedido de traslado então feito por Gonçalo Peres, pobre da Serra de Ossa [BPE, *Pergaminhos*

Gonçalves de Castelo Branco, e de quem se conhece um filho, Gonçalo Vasques de Castelo Branco, escudeiro régio, ambos moradores na mesma vila²⁷¹. Ingressa ainda jovem na pobre vida, instalando-se na Amieira, no termo de Estremoz, em local onde já detinha alguns bens. Às propriedades que aí trazia – incluindo certamente o pomar que os seus familiares irão mais tarde disputar – conseguiria juntar, em 1428, uma terra bravia e uma outra parcela de terra, também abandonada, obtidas em sesmaria de Álvaro Gonçalves, escudeiro e sesmeiro da vila²⁷². Em 1431, agregaria a estas um chão, desta vez por compra, tendo já então um outro companheiro no eremitério, de nome Rodrigo, que com ele faz a dita aquisição²⁷³. Desconhecemos quanto tempo terá permanecido na pobre vida nesse local, dado que só o voltamos a encontrar, já idoso²⁷⁴, em 1469, quando já residia na Serra de Ossa. Talvez devido à sua avançada idade, decide doar a estes pobres, entre 1469 e 1470, todos os bens que trazia no termo de Estremoz, incluindo dois quartos de azenha²⁷⁵ e um pomar com sua terra na Amieira, muito provavelmente o local onde iniciara o seu percurso na pobre vida²⁷⁶. Apesar das

Avulsos, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 49 – 1406.08.06, Estremoz).

²⁷¹ Com eles estabelece o dito eremita uma composição sobre os bens que detivera na Amieira, no termo de Estremoz, e que havia entretanto doado à Serra de Ossa, conforme o respectivo diploma redigido na mesma vila a 30 de Abril de 1470 (TT, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, maço 1, nº 3 (1470.04.30, Estremoz). A mesma composição é recordada pela irmã e pelo sobrinho que, a 30 de Abril desse ano, se fazem presentes na posse que os pobres tomam desses mesmos bens (no verso da doação de 22 de Janeiro – cf. nota anterior). À data da celebração destes actos, Beatriz Esteves já enviuvara. O seu casamento com Gonçalo Gonçalves de Castelo Branco, escudeiro e morador em Estremoz, encontra-se atestado em sentença régia de 5 de Junho de 1431, relativa a processo que lhes fora movido pelo mosteiro de S. Bento de Cástris sobre certos olivais ditos no termo da dita vila. Pela mesma sentença, sabemos também que Beatriz Esteves casara anteriormente com um Álvaro Nunes, sobrinho de D. Maior, anterior abadessa do referido cenóbio [cf. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 5 (*S. Bento de Cástris*, 2), nº 96]. Agradecemos ao Doutor Luís Filipe Oliveira esta última informação.

²⁷² TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 1, nº 5 (1428.09.20, Estremoz). A existência de outras parcelas de terra pertencentes a Fernando Esteves é indicada nas confrontações das terras então cedidas em sesmaria.

²⁷³ *Ibidem*, maço 1, nº 6 (1431.01.29, Água do Castelo, no termo de Estremoz).

²⁷⁴ Assim o refere Gonçalo de Pinhel, regedor da Serra de Ossa, em 1470 (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 22, nº 99).

²⁷⁵ Doação conhecida através da respectiva confirmação régia, dada em Avis a 27.02.1469 (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 31, fl. 1 e *Leitura Nova, Odiana*, lv. 3, fls. 8v-9). Os pobres tomariam posse destes bens a 14 de Março desse ano [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 15 (*Pergaminhos Avulsos*, 80), nº 29).

²⁷⁶ TT, *Documentação de Conventos por identificar*, cx. 19, *Pergaminhos*, sem nº (1470.01.22, Serra de Ossa).

precauções dos pobres, que procuraram de imediato garantir a validade da doação²⁷⁷, esta seria contestada pela sua irmã e pelo sobrinho, embora acabassem por chegar a acordo ainda em 1470, estando inclusive presentes à posse que, em finais de Abril desse ano, os eremitas tomam dos bens sitos na Amieira²⁷⁸.

114. FERNÃO GIL (I)

Rio Mourinho (regedor, 1468-1471)

Rio Mourinho (pobre, 1475)

De condição clerical, surge documentado como regedor do eremitério de Rio Mourinho entre 1468 e 1471. As informações disponíveis atestam sobretudo o seu empenho numa gestão cuidada do património da comunidade, ora adquirindo parcelas de terra mais próximas do eremitério, mesmo à custa da alienação de outras geograficamente mais marginais, ora reforçando unidades de exploração de maiores dimensões já detidas pelos pobres. Assim acontece logo em 1468, quando escamba um pedaço de terra por outros três que andavam místicos com uma herdade que os pobres tinham junto ao eremitério²⁷⁹. No ano seguinte, adquire para a provença dois quinhões de uma courela de terra no lugar de Cerzeiro, no termo de Montemor-o-Novo²⁸⁰, nas proximidades do eremitério, que reforçaria com a compra de mais três quinhões em 1471²⁸¹. Procederia do mesmo modo com uma herdade detida pelos pobres em Vilares, no termo de Alcáçovas, adquirindo para a mesma, em 1472, duas novas courelas de

²⁷⁷ Com efeito, na mesma data da doação, Gonçalo de Pinhel, regedor da Serra de Ossa, solicita a respectiva validação por meio de inquirição de testemunhas, de modo a obviar qualquer dúvida ou suspeita sobre a legalidade do acto, dada a avançada idade do doador (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 22, nº 99 – 1470.01.22, Serra de Ossa).

²⁷⁸ Cf. nota 271.

²⁷⁹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 35 (1468.01.20, «em as cassas de hũa herdade da çella da prouença de Ruy [sic] mourinho que he Junto com a dicta çella»).

²⁸⁰ *Ibidem*, lv. 2, nº 19 (1469.09.16, Montemor-o-Novo) e 61 (1469.09.25, Montemor-o-Novo).

²⁸¹ *Ibidem*, lv. 2, nº 17 (1471.01.08, Montemor-o-Novo), 23 (1471.02.04, Montemor-o-Novo) e 50 (1471.04.27, Montemor-o-Novo).

terra que lhe ficavam contíguas²⁸². O seu investimento iria também para a aquisição de casas junto a centros urbanos onde os pobres poderiam estanciar ou levar os seus produtos para venda. Assim faz em 1469, escambando com João Mascarenhas, filho do comendador-mor de Santiago e de Beatriz Rodrigues Garamaxa, os bens que haviam recebido em sesmaria em Orgens e Alroque, no termo de Alcácer do Sal, por umas casas em Évora, na Rua do Raimundo²⁸³. Dois anos depois, adquire um quintal na vila de Montemor-o-Novo, junto às casas já aí detidas pelos pobres, sitas na Rua Verde²⁸⁴.

Em 1475, permanecia ainda neste eremitério, cujo regimento se encontrava então confiado a Rodrigo de Monforte, acompanhando-o então no acto de demarcação de determinada propriedade confrontante com o eremitério²⁸⁵.

115. FERNÃO GIL (II)

Junqueira (pobre, 1485)

Pobre do eremitério da Junqueira, acompanha Diogo Paixão, seu companheiro, em 1485, no processo contra Estêvão da Gama, comendador do Cercal e alcaide-mor de Sines, na defesa do privilégio de isenção do pagamento de dízimas detido pelo eremitério²⁸⁶.

116. FERNANDO GONÇALVES

Azambujeira [→Fonte Arcada] [regedor (?), 1423-1437]

²⁸² *Ibidem*, lv. 2, nº 27 (1472.03.03, Évora).

²⁸³ *Ibidem*, lv. 2, nº 38 (1469.05.04, Montemor-o-Novo).

²⁸⁴ *Ibidem*, lv. 2, nº 9 (1471.02.01, Montemor-o-Novo).

²⁸⁵ *Ibidem*, lv. 2, nº 2 (1475.09.02, Montemor-o-Novo).

²⁸⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 91 (1485.02.14, Viana do Alentejo).

Em 1424, aparece ligado ao grupo de eremitas instalado em Azambujeira, no termo de Avis, possivelmente a liderá-lo, dado que é o único do grupo que é nomeado na carta pela qual o concelho de Avis lhes couda o lugar em que vivem²⁸⁷. Em súplica apresentada em 1426, juntamente com Afonso Eanes e Pedro Eanes, seus companheiros, refere que moravam nesse eremitério há três anos, havendo já construído no local um oratório. Solicitavam de Martinho V licença para aí terem altar portátil, para a celebração da eucaristia e para terem sino, ao mesmo tempo que procuravam garantir a possibilidade de se confessarem a qualquer sacerdote e de estender ao seu eremitério a isenção do pagamento das dízimas sobre as terras por eles cultivadas²⁸⁸. Em 1432, é novamente o único nomeado no alvará do infante D. Duarte que confirma o coutamento do eremitério²⁸⁹, confirmação renovada em 1435²⁹⁰. Em 1436, acompanha Martinho Escrivão, Mendo Seabra e Francisco de Vale da Infante no pedido do traslado de diversas escrituras relativas ao eremitério de Montes Claros²⁹¹. Em 1437, é ainda ele quem obtém a confirmação da carta de coutamento do eremitério junto do Infante D. Fernando, administrador da Ordem de Avis²⁹².

117. FERNANDO GRAMAXO

Santa Margarida do Aivado de Évora (pobre, 1460-1469)

²⁸⁷ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 31, fl. 135 (1424.07.12, Avis, em confirmação de 1469.01.28, Avis).

²⁸⁸ MPV, vol. IV, doc. 987, pp. 122-123 (1426.06.07, Roma).

²⁸⁹ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 31, fl. 135 (1432.11.19, Sardoal, em confirmação de 1469.01.28, Avis).

²⁹⁰ Dada em Évora a 25.04.1435 (*ibidem*).

²⁹¹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 5 [11] (1436.10.16) e nº 1 [4] (em traslado de 1441.02.02, Vila Viçosa).

²⁹² TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 31, fl. 135 (1437.04.05, Fronteira, em confirmação de 1469.01.28, Avis).

Pobre da comunidade de Santa Margarida do Aivado, está presente ao testamento do eremita Gomes, fundador desse lugar, redigido a 4 de Outubro de 1462, participando no compromisso assumido pela comunidade em viver em obediência, irmandade e sob a regra e viver dos da Serra de Ossa²⁹³. Poderemos muito possivelmente identificá-lo com o eremita que, segundo o padre Paulo de Portalegre, teria desde o início mostrado a sua oposição ao projecto intentado pelo fundador do eremitério de entregar esse lugar aos Lóios, pressupondo-se também que a sua entrada para a comunidade teria ocorrido por volta de 1460²⁹⁴. Assim sendo, poderemos identificá-lo com o eremita Fernando que, em Novembro desse ano, integrava a comunidade, estando presente à doação então feita aos Lóios do lugar de Montemuro²⁹⁵. Ainda vivia no Aivado em 1469, quando é nomeado como procurador de João Mascarenhas, filho do comendador-mor de Santiago²⁹⁶ e de Beatriz Rodrigues Garamaxa, sua mulher, para escambar com Fernão Gil, regedor de Rio Mourinho, umas casas com seu foro em Évora, na Rua do Raimundo, em troca dos lugares de Orgens e Alroque, no termo de Alcácer do Sal, que a mesma proveniência havia recebido em sesmaria²⁹⁷.

Apesar do silêncio do diploma em causa, a sua escolha como procurador pelo filho do comendador-mor parece indicar uma muito provável ligação familiar deste pobre com Beatriz Garamaxa, mãe de João Mascarenhas. À falta de outros elementos, ressalte-se a importância desta família dos Gramaxos ao nível da nobreza presente na região, com um importante património fundiário nos termos de Évora e Portel e diversos dos seus membros ligados ao desempenho de cargos concelhios em Évora e à administração de algumas das mais prestigiadas confrarias da urbe, documentando-se

²⁹³ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 91 (1462.10.04, «na casa dos pobres de ssanta margarida que he no ayuado termo da çidade d euora»).

²⁹⁴ Paulo de Portalegre refere um eremita da comunidade, «dito per alcunho Gramaio», que havia sido recebido na comunidade já durante a estadia na mesma do Pe. João de Arruda, e que teria instigado os restantes pobres à oposição ao projecto de anexação da casa aos Lóios (Cf. Paulo de Portalegre, *Novo Memorial do Estado Apostólico...*, ed. cit., parte II, cap. 16, p. 154).

²⁹⁵ TT, *Colégio de S. Paulo de Évora*, maço único, nº 2, fls. 3v-4 (1460.11.24, Santa Margarida do Aivado de Évora, em traslado do séc. XVIII, incluído nas memórias enviadas pelo Colégio para a Província).

²⁹⁶ Fernão Martins Mascarenhas (dados biográficos in Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, pp. 429-433).

²⁹⁷ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 38 (1469.05.04, Montemor-o-Novo).

ainda a instituição, por alguns dos seus elementos, de capelas nos conventos de S. Francisco e D. Domingos desta cidade²⁹⁸. Do mesmo modo, encontramos diversos membros desta família ligados também a Alcácer do Sal. Aliás, é aí que encontramos, em 1443, um Fernão Rodrigues Gramaxo, escudeiro, morador na vila e então casado com uma Teresa Álvares²⁹⁹, que possuía pelo menos uma vinha junto ao santuário de Santa Maria dos Mártires³⁰⁰, que sabemos ter vendido a um Fernão de Freitas, freire de Santiago e criado do Infante D. João, ainda em tempos da administração da milícia pelo Infante D. Fernando³⁰¹. Era sobrinho de Guiomar Lourenço, mulher de Vasco Eanes do Crato, outrora moradora em Évora³⁰². Talvez o possamos identificar com o eremita aqui biografado, que teria ingressado no eremitério do Aivado em fase já tardia da sua vida, quiçá após ter enviuvado...

118. FERNÃO PERES

Alentejo [pobre (?), 1465]

É dito como «estante no dicto lugar do dicto oratorio d Alentejo», aquando da posse do lugar tomada pelos Lóios em 1465, não sendo seguro que fosse adepto da pobre vida³⁰³.

²⁹⁸ Cf. Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – JNICT, 1995, pp. 541-542.

²⁹⁹ BPE, *Col. Manizola*, cód. 595, fls. 6-6v (1443.09.25, Alcácer). Agradecemos à generosidade da Dra. Teresa Pereira os dados que aqui e nas notas seguintes apresentamos sobre este personagem.

³⁰⁰ TT, *MCO/OS/CP*, mç. 1, n.º 32 (1457.01.09, Alcácer).

³⁰¹ TT, *Colecção Especial*, cx. 36, n.º 18 (1485.07.28, Lisboa, em confirmação de 1489.01.23, Beja).

³⁰² BPE, *Col. Manizola*, cód. 595, fl. 8 (1459.12.20, Alcácer, onde surge como seu procurador). Diversos outros documentos constantes no mesmo códice atestam o casamento de Guiomar Lourenço com Vasco Eanes do Crato, a sua ligação a Évora e o encargo que tinham de administração dos bens de uma capela no Torrão, instituída por Madalena Fernandes, mulher de Pedro Gramaxo (cf. *ibidem*, fls. 2, 7, 13v, 26). Vasco Eanes do Crato aparece documentado como vereador em Évora em 1427 e 1430 (Maria Ângela Rocha Beirante, *ob. cit.*, p. 623).

³⁰³ TT, *Convento de S. Bento de Xabregas*, maço 18, n.º 11 (1465.10.16, «dentro no lugar do horatorio de sam Joham auanJalista que se chama alentejo que esta açerca da ujla d obidos»).

119. FERNÃO PERES DE MIRANDA

Santa Margarida do Aivado de Évora (pobre, 1437)

Pobre do eremitério do Aivado, outrora morador em Évora, doa a esta comunidade, em 1437, as casas e quintal que detinha na mesma cidade, à Palmeira ao fundo da judiaria, bem como uma vinha situada no seu termo, em Vale da Silveira³⁰⁴.

120. FERNANDO PINHEIRO

Serra de Ossa (regedor, 1481)

Valbom (pobre, 1492)

«Maioral» da casa da Serra de Ossa, surge documentado em 1481, quando solicita traslado de alvará régio de 1477 que ordenava a devolução deste eremitério aos pobres, após haver sido indevidamente tomado pelos monges de Santa Maria do Espinheiro de Évora³⁰⁵. É ele quem lidera a contestação, junto do monarca, pela presença dos Jerónimos na Serra de Ossa, que viria a desencadear a sentença régia de 1483, reconhecendo o direito dos eremitas e determinando, em definitivo, a devolução deste lugar aos pobres³⁰⁶. Contudo, por essa data, já deixara o governo da Serra de Ossa, entretanto entregue a Pedro de Queirã. Voltamos a encontrar Fernando Pinheiro em 1492, agora residente no eremitério de Valbom, testemunhando a doação feita aos

³⁰⁴ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 88 (1437.03.26, Santa Margarida do Aivado).

³⁰⁵ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 28 (1481.06.04, Évora).

³⁰⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 88 (1483.02.26, Santarém). Sobre este documento e a datação das referências aí contidas, cf. nota 27.

pobres desse lugar por um Rodrigo, seu companheiro, dos bens que detinha no termo de Vila Viçosa³⁰⁷.

121. FERNANDO SERRÃO

Montemuro (pobre, 1479)

Pobre do eremitério de Montemuro, integra o grupo que, em 1479, aí faz profissão do voto de castidade, na sequência da bula *In suprema militantis ecclesie* de Sisto IV³⁰⁸.

122. FERNANDO VARGO

Valbom (pobre, 1505)

Valbom (regedor, 1507)

Pobre do eremitério de Valbom, é um dos eremitas presentes na demarcação que, em 1505, é feita de terras detidas pelos pobres na Asseiceira³⁰⁹. Em 1507, já aparece como regedor do eremitério em composição estabelecida com o convento de Santo Agostinho de Vila Viçosa sobre umas terras de pão que os pobres possuíam no termo de Jerumenha e que são então demarcadas³¹⁰.

123. FERNÃO VASQUES (I)

³⁰⁷ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. D2, nº 5 (1492.08.25).

³⁰⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 86 (1479.12.27, Montemuro).

³⁰⁹ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 2, nº 64 (1505.11.15, Olivença).

³¹⁰ *Ibidem*, lv. 7, doc. E6 (1507.09.06, Vila Viçosa).

Amieira, termo de Figueiró dos Vinhos (regedor, 1449)

Eremita estante, em 1449, no «oratorio da amieira termo de figueiroo», quando o monarca o toma, bem como a «todos seus parceiros que esteuerem com elle no dito lugar», sob a sua guarda e protecção e os isenta de quaisquer prestações e encargos fiscais de origem régia e concelhia³¹¹. É possível que já aí estivesse em 1448, quando o rei, a pedido de João Rodrigues de Vasconcelos e Ribeiro, senhor de Figueiró, Pedrógão e Nóbrega, concede a este eremitério os privilégios usufruídos pelos pobres da Serra de Ossa³¹².

124. FERNÃO VASQUES (II)

Vale da Infante (pobre, 1462-1475?)

Juiz dos pobres (1466-a. 1476)

Serra de Ossa (regedor, 1475-1477)

Rio Mourinho (pobre, 1478)

Pobre de condição clerical, surge documentado em Vale da Infante desde 1462, ano em que surge como redactor do testamento de Pedro Sertaínho, eremita desse lugar³¹³. Permanecia na mesma comunidade em Julho de 1466, quando acompanha um outro pobre desse lugar no pedido feito junto do monarca de confirmação da doação que lhes fora feita pela Infanta D. Beatriz em 1372³¹⁴. Ainda em 1466, é um dos escolhidos,

³¹¹ TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 3, fls. 231v-232 (1449.10.02, Almeirim).

³¹² *Ibidem*, lv. 5, fls. 174v-175 (1448.11.11, Lisboa). Sobre este fidalgo, cf. Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira...*, ed. cit., vol. II, pp. 933-935.

³¹³ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. B5 (1462.10.18, Vale da Infante, em traslado dado a 24 de Outubro desse ano em Estremoz).

³¹⁴ TT, *Colecção Especial*, caixa 34, nº 8 (1466.07.26, Estremoz).

no capítulo realizado na Serra de Ossa a 21 de Agosto desse ano, como juiz de todos os pobres, juntamente com Gonçalo de Pinhel e Lopo de Santa Marta³¹⁵. É, aliás, no desempenho dessas funções que, em 1468, ordena, juntamente com os ditos Gonçalo de Pinhel e Lopo de Santa Marta, que se cumpra o determinado por Mendo Seabra no seu testamento, redigido em 1442³¹⁶ e que, no ano seguinte, emite, conjuntamente com aqueles, licença para a realização do escambo que os eremitas de Rio Mourinho desejavam fazer com João Mascarenhas, filho do comendador-mor de Santiago, e Beatriz Gramaxa, sua mulher³¹⁷.

Na renovação feita pelo rei Afonso V, em 1475, do regimento que anteriormente dera aos pobres, Fernão Vasques é de novo nomeado como um dos juizes ou conservadores da Serra de Ossa, juntamente com Lopo de Portel e Rodrigo de Vale de Abraão³¹⁸, encontrando-se documentado no desempenho de tais funções ainda nesse ano, em procuração dada a Rodrigo de Monforte para que pudesse partir e demarcar determinada propriedade junto da casa de Rio Mourinho³¹⁹.

Nesse mesmo diploma, é afirmado como regedor da comunidade da Serra de Ossa, tendo sido certamente nessa qualidade que integrou o grupo que apoiou, em 1476, a anexação da casa da Serra de Ossa aos Jerónimos³²⁰. Com efeito, em 1477, quando o

³¹⁵ Cf. carta régia de confirmação dos respectivos capítulos, dada em Évora a 07.09.1466 (*Ibidem*, caixa 36, nº 28 – em confirmação de 1482.05.29, Évora).

³¹⁶ Conforme a declaração acrescentada no original do testamento a 04.02.1468 (TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 17).

³¹⁷ Com data de 12.04.1469, transcrito no respectivo escambo, celebrado em Montemor-o-Novo a 04.05.1469 (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, livro 2, nº 38).

³¹⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 73 e TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 30, fl. 123 (1475.04.29, Portalegre). O regimento mantém o já definido em 1452, actualizando apenas o nome dos eremitas encarregues do governo dos pobres.

³¹⁹ Procuração datada de 13.06.1475, inserida no respectivo instrumento de partição e demarcação (1475.09.02, Montemor-o-Novo – TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 2).

³²⁰ Conforme o testemunho da sentença de 26.02.1483, esta anexação ocorreu possivelmente em Junho ou Julho de 1476, dado que os Jerónimos do Espinheiro de Évora referem ter estado nessa casa durante dois meses antes de serem expulsos pelos eremitas, o que ocorreu em Setembro desse ano. Nada se refere de Fernão Vasques, embora o grupo que se opunha a essa iniciativa apareça liderado, não pelo regedor da casa, mas por Vasco de Elvas, seu procurador [cf. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 88]. Contudo, o apoio de Fernão Vasques a esta iniciativa é claramente denunciado em queixa apresentada pelos eremitas ao monarca em Abril de 1478 (*Ibidem*, nº 79 e TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 4, fls. 104v-106v – 1478.04.22, Lisboa).

monarca determina a restituição desse lugar aos pobres, é dito que era precisamente Fernão Vasques quem trazia a posse do mesmo «pellos ffrades de sam Jeronymo». Nessa ocasião, o monarca destingue-o já claramente dos outros juízes dos pobres, indiciando a cessação do desempenho de tais funções por este eremita³²¹.

Fernão Vasques seria afastado da Serra de Ossa e transferido para o eremitério de Rio Mourinho, onde surge documentado em 1478³²². Mas a sua proximidade e simpatia para com os Jerónimos de Santa Maria do Espinheiro não cessaria, pois em Setembro desse ano é ele quem, de novo, lidera a tentativa de anexação a este mosteiro do próprio eremitério de Rio Mourinho. A comunidade, muito mais modesta que a da Serra de Ossa – seriam apenas três os eremitas então aí residentes –, acabaria por concordar com a entrega do lugar aos monges³²³, decisão que só seria revogada em 1481, devido à contestação dos restantes pobres, baseada na falta, para tal acto, da necessária concordância de todas as outras casas³²⁴. De Fernão Vasques não temos mais notícias, embora também nada se refira sobre uma sua eventual entrada na comunidade jerónima de Évora, não constando o ingresso nesse cenóbio de nenhum Fernando nos anos posteriores a 1478³²⁵.

125. FERNÃO VASQUES (III)

Alferrara (pobre, 1510)

Clérigo de missa, encontra-se documentado como morador no eremitério de Alferrara em 1510, estando presente à sentença que reconhece aos pobres o direito sobre

³²¹ Alvará de 1477.07.16, Porto (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 28 – em traslado de 1481.06.04, Évora).

³²² Cf. TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, livro 1, nº 68K (1478.09.07, Évora, em cópia do séc. XVIII).

³²³ *Ibidem*.

³²⁴ Conforme a bula *Humilibus supplicum* de Sisto IV, dada em Roma a 05.12.1481, que determinava a devolução do eremitério aos pobres da Serra de Ossa (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, livro 2, nº 45).

³²⁵ Cf. BPE, *Cód. CLXVIII/2-26* (livro de profissões de Santa Maria do Espinheiro, 1461-1532).

as terras e oliveiras ilegitimamente tomadas por um Mestre Francisco, mercador de Palmela, na abertura de um valado³²⁶.

126. FRANCISCO (I)

Vale da Infante (pobre, 1436-1443)

Vale da Infante (regedor, d. 1443-a.1471)

Juiz dos pobres (1452-1466)

Vale da Infante (pobre, 1471-a. 1479)

Pobre da casa de Vale da Infante, surge documentado pela primeira vez em 1436, no pedido de traslado de certas escrituras, apresentando-se ao acto na companhia de Mendo Seabra e dos regedores dos eremitérios da Azambujeira (Avis) e Montes Claros³²⁷. Vários indícios apontam para que fosse originário de Estremoz. Conhecemos um seu tio, Gonçalo Eanes Tireno, morador nessa vila, que em 1443 o faz seu herdeiro e testamenteiro. Este refere outros familiares: uma Maria de Oliveira, sua mãe, que jazia sepultada em Santa Clara de Estremoz (logo, avó do dito Francisco) e um irmão, Afonso Eanes, à data ainda vivo, tio ou pai do nosso eremita³²⁸. Sabemos também que este pobre de Vale da Infante detinha diversos bens no termo de Estremoz, que eram trazidos por uma sua sobrinha, Beatriz Álvares, casada com um Gil Álvares, também moradores na mesma vila³²⁹.

³²⁶ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 71 (1510.04.02, Alferrara).

³²⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 5 [11] (1436.10.16).

³²⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 12 (*Pergaminhos Vários*, 122), nº 63 (1443.12.13, Évora). O testamento é redigido quando se encontrava sob os cuidados das pobres da casa das Galvoas, em Évora, conforme se infere pelos nomes das pobres aí referidos (cf. João Luís Inglês Fontes, «A pobre vida no feminino: o caso das Galvoas de Évora», *O Corpo e o Gesto na Civilização Medieval*, Lisboa, Ed. Colibri, 2005, p. 163).

³²⁹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 15 (1479.10.25, Estremoz). Referem-se como bens deste eremita: metade de um pomar, três oliveiras com sua courela de terra, um chão e metade de uma alcaçaria.

É possível que, pouco depois de 1443, tenha assumido o governo do eremitério, sucedendo a Fernando, cuja actividade como regedor se encontra documentada até 1441³³⁰. Esta experiência à frente da comunidade seria certamente importante para que, em 1452, aquando do primeiro regimento dado pelo rei Afonso V aos pobres, fosse um dos escolhidos, juntamente com Gonçalo Vasques da Serra de Ossa e Fernando Afonso Cicioso, cavaleiro de Évora, como juiz nas causas dos mesmos pobres³³¹. É certamente ele quem, ainda em Novembro desse ano, solicita, em Estremoz, o traslado do mesmo regimento, sendo dito como «ffrançisco pobre da Serra de Ossa»³³².

Documentamo-lo na assunção plena das funções que lhe eram atribuídas pelo regimento afonsino em 1453 quando, com Gonçalo Vasques, ordena às justiças de Veiros que expulsem do eremitério da Espadaneira os pobres desobedientes ao eremita João³³³. Vários indícios deixam também perceber o efectivo reconhecimento da sua autoridade por parte das restantes casas dos pobres. É o caso do eremita Gomes, fundador de Santa Margarida do Aivado, que, no seu testamento, redigido a 4 de Outubro de 1462, determina que os pobres dessa casa vivam sempre em acordo com os pobres da Serra de Ossa e com Francisco³³⁴.

Paralelamente com estas funções, continua a assegurar o governo da comunidade de Vale da Infante, aparecendo já claramente referido como seu regedor em 1453³³⁵. Permanece como tal até 1470, velando pela gestão do respectivo património³³⁶,

³³⁰ Ver biografia respectiva [Fernando (IV)].

³³¹ Dado em Évora a 27.06.1452 [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 64 – em traslado de 1452.11.20, Estremoz; ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas, Colecção de Pergaminhos*, nº 3 (C5 ELV 3, nº 14) – em traslado de 1453.05.13, Veiros).

³³² Cf. a primeira referência da nota anterior.

³³³ ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas, Colecção de Pergaminhos*, nº 3 (ADPTG, C5 ELV 3, nº 14) – 1453.05.11, Serra de Ossa, em traslado de 1453.05.13, Veiros.

³³⁴ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 91.

³³⁵ Cf. nota 333.

³³⁶ Em 1458, adquire para os pobres umas casas em Evoramonte: BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 13 (*Pergaminhos Avulsos*, 200), nº 195 (1458.09.13, Evoramonte); em 1463, compra partes sucessivas de uma herdade em Alfange, no termo de Monforte, ligada ao património da família de um outro eremita da comunidade, Pedro Sertaínho, que em 1462 deixara os seus bens à comunidade: *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. B5 (testamento de Pedro Sertaínho – 1462.10.18, Vale da Infante, em traslado de 1462.10.24, Estremoz); *ibidem*, lv. 7, doc. C6 (compra, 1463.02.05, Estremoz); TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 1, nº 16 (compra, 1463.03.01, Borba); BPE,

assegurando a posse dos diplomas que lhe asseguravam isenções e privilégios³³⁷ ou solicitando dos monarcas a confirmação de cartas anteriores que garantiam os direitos da comunidade sobre os bens a ela pertencentes³³⁸.

Contudo, o avançar da idade levou o eremita a deixar gradualmente os cargos de liderança que lhe haviam sido confiados. Com efeito, logo em 1466, os pobres, reunidos na Serra de Ossa e constituídos como Irmandade, escolhem novos juízes para as suas causas, dispensando o regedor de Vale de Infante de tais funções³³⁹. Em 1471, o governo do eremitério já está confiado a Luís, «mayorall em a dicta casa da dicta prouença pello dicto françisco»³⁴⁰. Sabemo-lo ainda vivo e residente no seu eremitério em 1472³⁴¹ mas, em 1479, já é dado como falecido, quando a sua sobrinha deixa à provença os bens que trazia do tio, dispersos pelo termo de Estremoz³⁴².

127. FRANCISCO (II)

Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa, lv. 7, doc. F3 (compra, 1463.03.28, Estremoz); *ibidem*, lv. 7. Doc. F4 (compra, 1463.05.08, Estremoz); TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, lv. 2, fls. 37v-38v (compra, 1470.08.07, Borba, em traslado inserido no tombo de 1637). Aos bens adquiridos por compra acrescem algumas doações de bens, feitas por gente oriunda de Estremoz: uma herdade em Redemoínhos, no termo da vila e um celeiro no interior do castelo, junto às casas dos pobres, doados por Mor Peres, viúva de Diogo Afonso «o Negro»: BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 13 (*Pergaminhos Avulsos*, 200), nº 150 (1465.11.15, Estremoz) e TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, lv. 2, fls. 165v-166v (1466.06.16, Estremoz, em traslado inserido no tombo de 1637). A esta herdade juntaria Francisco mais alguns quinhões, obtidos por compra a herdeiros da dita Mor Peres: TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, lv. 2, fls. 93-94v (1467.12.17, Estremoz, em traslado inserido no tombo de 1637).

³³⁷ Pedido de traslado de carta régia com confirmação de privilégios feito em Évora a 14.01.1460: TT, *Colecção Especial*, caixa 35, nº 31 (em traslado de 1471.03.10, Estremoz) e caixa 36, nº 4 (em carta régia de confirmação, de 1482.05.30, Évora).

³³⁸ Cartas régias com confirmação da doação feita pela Infanta D. Beatriz em 1374: TT, *Colecção Especial*, cx. 35, nº 37 (1466.07.23, Estremoz); TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 14, fls. 106v-107 (1466.07.31, Estremoz).

³³⁹ Cf. carta régia de confirmação dos respectivos capítulos, dada em Évora a 07.09.1466 (TT, *Colecção Especial*, caixa 36, nº 28 – em confirmação de 1482.05.29, Évora).

³⁴⁰ TT, *Colecção Especial*, caixa 35, nº 31 (1471.03.10, Estremoz).

³⁴¹ Conforme referência em venda feita nesse ano «aos pobres da sserrad oossa que sse chamam o vall da JJffante omde ora esta francisquo», solvida pelo eremita Luís, seu regedor, «pollo dicto françisquo» (TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 1, nº 19 – 1472.05.07, Abrantes).

³⁴² Cf. nota 329.

Rio Mourinho (pobre, 1497)

Dito como «cleriguo que ueo de Ryo mourinho», é aceite na Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista pelo Capítulo celebrado em 1497³⁴³. Nela ingressa no ano seguinte, juntamente com Diogo de Santa Maria, admitido como ele em 1497³⁴⁴.

128. FRANCISCO (III)

Alferrara (regedor, 1510)

Regedor do eremitério de Alferrara em 1510, representa a comunidade em contenda que trazia com Mestre Francisco, mercador de Palmela, sobre um valado ilegítimamente aberto por este à custa de terras e oliveiras da Provença, conseguindo ver reconhecido o direito dos pobres sobre as mesmas³⁴⁵.

129. GERALDO (I)

Flor da Rosa (pobre, 1410)

Pobre estante na Flor da Rosa em 1410, juntamente com Afonso Martins e Álvaro, conforme referido em sentença que, nesta data, é emitida sobre o usufruto de umas casas detidas por estes pobres e pelos de Vale de Flores em Portalegre³⁴⁶.

³⁴³ TT, *Manuscritos da Livraria*, nº 523, fl. 93v (1497.05.8-16).

³⁴⁴ *Ibidem*, fl. 111.

³⁴⁵ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 71 (1510.04.02, Alferrara).

³⁴⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 16 (*Pergaminhos Avulsos*, 98), nº 103 (1410.12.13, Portalegre).

130. GERALDO (II)

Santa Maria do Espinheiro de Évora (pobre, 1446)

Referido como pobre ermitão de Santa Maria do Espinheiro, testemunha, em 1446, a venda de umas casas em Évora feita à Albergaria de Jerusalém³⁴⁷.

131. GIL (I)

Serra de Ossa (pobre, 1438-1443)

Dito simplesmente como «pobre», acompanha Fernando Afonso Cicioso, em 1438, no pedido de traslados de vários diplomas respeitantes ao eremitério de Rio Mourinho e à sua isenção face à Serra de Ossa³⁴⁸. Em 1439, aparece como pobre da Serra de Ossa a solicitar, em Évora, novos traslados de diversas cartas régias³⁴⁹, desempenhando funções idênticas no ano seguinte, em Santarém e na cidade de Évora³⁵⁰.

Reencontramo-lo, em 1442, no eremitério de Mendoliva, junto com Gonçalo Vasques, da Serra de Ossa, a testemunhar o pedido de traslado do testamento de Mendo Seabra³⁵¹ e, em Março de 1443, em Setúbal, a testemunhar, com outros pobres da Serra

³⁴⁷ ADE, *Santa Casa da Misericórdia de Évora*, cód. 62, fls. 93v-94 (1446.10.03).

³⁴⁸ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 51 (1438.04.10, Évora) e lv. 1, nº 57 (1438.04.17, Évora).

³⁴⁹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Portel*, nº 16 e pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 40 (1439.09.14, Évora).

³⁵⁰ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 44 (1440.05.25, Santarém); *ibidem*, pasta 15 (*Pergaminhos Avulsos*, 80), nº 68 (1440.08.19, Évora); *ibidem*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 41 e 46 (1440.12.10, Évora).

³⁵¹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 18 (1442.10.11, Mendoliva).

de Ossa, uma doação de casas para uso dos pobres dessa casa e da de Mendoliva³⁵². De regresso ao seu eremitério, presencia, ainda nesse ano, um empraçamento aí celebrado de herdade pertencente aos pobres de Vale Abraão³⁵³.

132. GIL (II)

Santa Catarina de Vale de Mourol (pobre, 1451-a. 1470)

Dito simplesmente como «gill proue», recebe, por carta do rei Afonso V de 1451, o oratório de Santa Catarina de Vale de Mourol, no termo de Santarém, por morte de Fr. Fernando, o seu anterior ocupante. Entrega-o, com suas casas e árvores, a ele e «outros algũus probres de semelhante vida que em elle siruam a deus»³⁵⁴. Já tinha falecido em 1470, quando o lugar é entregue pelo rei Afonso V aos Terceiros Franciscanos para aí edificarem um convento³⁵⁵.

133. GIL (III)

Serra de Ossa (pobre, 1479-c. 1481)

Pobre da Serra de Ossa, filho de Inês Gonçalves, deve ser de origem eborense. Surge documentado em 1479 quando, após a morte da mãe, se vê forçado a renunciar ao prazo que trazia da igreja de Santiago de Évora de umas casas na dita cidade, na Rua das Emparedadas, sendo as mesmas então aprazadas a Maria da Fonseca, mulher da

³⁵² BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, n° 18 (1443.03.03, Setúbal).

³⁵³ *Ibidem*, lv. 39, n° 5 (1443.09.14, Serra de Ossa).

³⁵⁴ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 11, fl. 127v (1451.09.01, Lisboa).

³⁵⁵ Conforme documento citado por Fr. Manuel da Esperança, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, parte II, Lisboa, na Oficina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1666, lv. XI, cap. XXXII, p. 602; cf. *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 356.

pobre vida³⁵⁶. Possivelmente, trata-se do mesmo Gil que, cerca de 1481, integra o grupo que, junto do monarca, contesta a posse da casa da Serra de Ossa pelos monges de Santa Maria do Espinheiro de Évora³⁵⁷.

134. GIL (IV)

Água das Infantes, Portel (pobre, 1488)

Pobre do eremitério de Portel, compra, em nome da comunidade, em 1488, um quinhão de herdade sita em Água de Boi, no termo da dita vila³⁵⁸.

135. GIL MARTINS

Serra de Ossa / Vale da Infante (pobre, 1397-1434)

Desconhecemos em larga medida o percurso deste eremita antes do seu ingresso na pobre vida. Diversos testemunhos referem-no como tendo sido «adayom d euora»³⁵⁹, dignidade que teria necessariamente assumido em data anterior a 1397, ano em que já surge documentado como eremita³⁶⁰. No entanto, a documentação do cabido eborense

³⁵⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 11 (*Pergaminhos Vários*, 100), nº 69 (1479.02.20, igreja de Santiago de Évora).

³⁵⁷ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 88 (1483.02.26, Santarém). Sobre este documento e a datação das referências nelas feitas, cf. nota 27.

³⁵⁸ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 21 (1488.03.26, Portel).

³⁵⁹ Cf. *Ibidem*, lv. 1, nº 61 (1406.09.01, Vidigueira, em traslado sem data); BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 12, 50 e 51: «gil martjnz pobre da serra d oossa deam que foy em essa meesma cidade [de Évora]» (1408.04.24, Évora). Noutros documentos surge referido simplesmente como deão: BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 1 (1401.07.10, Estremoz); TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 1, nº 2 (1409.04.21, Estremoz); *ibidem*, maço 1, nº 3 (1413.01.09, Estremoz); *ibidem*, maço 1, nº 15 (1421.01.11, Évora).

³⁶⁰ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 15 (1397.11.17, Évora, nos paços do bispo).

não conserva quaisquer traços do desempenho de tais funções por parte de Gil Martins³⁶¹, não sendo impossível que este se possa identificar, pela proximidade temporal, com o cónego homónimo recenseado na sé eborense em 1361³⁶². Em 1397, é, pela primeira vez, feito destinatário, enquanto «proue», juntamente com os seus «companheiros e hirmanos», da doação do lugar de Santa Maria de Monte Virgem, por parte de um Frei Rodrigo Fulcaz, que o havia recebido em sesmaria e onde levava, ele próprio, vida eremítica³⁶³.

Gil Martins parece ter assumido, desde cedo, um importante papel entre os pobres residentes na Serra de Ossa, embora não seja clara a que eremitério pertenceria, dada a homonímia entre os dois João Fernandes que documentamos na mesma altura na Serra de Ossa e Vale de Infante e por, muitas vezes, aparecer em parceria com pobres de uma e de outra comunidade. Com efeito, em parceria com João Fernandes e outros pobres da Serra de Ossa, aparece como destinatário de diversas doações, por vezes partilhadas com outros grupos de eremitas, indiciando uma ligação precoce entre o núcleo da Serra de Ossa e alguns dos novos eremitérios entretanto surgidos. Assim, em Dezembro de 1401, este grupo partilha com os eremitas instalados na Felgueira, no termo de Montemor-o-Novo, a doação de um lugar com vinhas, árvores, águas e oliveira, pertencente a Maria Fernandes, sobrinha do comendador da vila, sito no termo desta mesma, junto à Ribeira de Javalariça³⁶⁴. O mesmo acontece provavelmente em 1406, quando lhes é doado o lugar de Água das Infantes, no termo de Portel, onde viria a ser fundado, a curto prazo, um novo eremitério³⁶⁵. A estas se juntam diversas doações de bens situados em núcleos urbanos próximos da Serra de Ossa, nomeadamente em Estremoz, onde, entre 1401 e 1413, estes pobres obtêm diversas casas e um quintal,

³⁶¹ Ele não consta da lista dos deões eborenses proposta por Hermínia Vasconcelos Vilar (cf. *As Dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Ed. Estampa, 1999, p. 144, quadro nº 3).

³⁶² Cf. *Ibidem*, biografia nº 48, pp. 354-355.

³⁶³ Cf. nota 360. Sobre Rodrigo Fulcaz, ver adiante a biografia respectiva.

³⁶⁴ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 51 (1401.12.08, Montemor-o-Novo, em traslado de 1438.04.10, Évora). O comendador em causa deverá ser Lourenço Mendes de Carvalho, talvez familiar do mestre Gil Fernandes de Carvalho (cf. Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, pp. 465-466).

³⁶⁵ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 61 (1406.09.01, Vidigueira, em traslado sem data).

fruto da generosidade de Rui Gonçalves, clérigo nessa vila³⁶⁶, a que se juntaria, em 1421, um outro quintal confinante com as ditas casas, doado por D. Beatriz de Melo, viúva de Álvaro da Cunha³⁶⁷. Gil Martins aparece ainda, durante este período, em representação dos eremitas da Serra de Ossa no pedido de traslados de importantes diplomas para a comunidade³⁶⁸.

Data de 1434 a última referência a Gil Martins, quando este intercede junto do monarca, a par com João Fernandes, em favor de um Lopo Fernandes, alfaiate, morador em Estremoz, que era também servidor dos pobres³⁶⁹. Segundo Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, a sua morte teria ocorrido a 21 de Abril do ano seguinte, tendo sido sepultado na Serra de Ossa³⁷⁰.

136. GOMES (I)

Santa Margarida do Aivado de Évora (fundador e regedor, 1406-1462)

Fundador do eremitério de Santa Margarida do Aivado, no termo de Évora, aí se instala, em 1406, juntamente com João de Lamego, num chão que nessa data recebem em doação para para aí fazerem sua morada e edificarem um oratório para servirem a Deus³⁷¹. A este acresceriam, ainda nesse ano, por doação, novos quinhões de vinhas, chão e panasqueiras, sítios junto à ermida onde os pobres se haviam instalado³⁷². Em

³⁶⁶ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 1 (1401.07.10, Estremoz); TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 1, nº 2 (1409.04.21, Estremoz); *ibidem*, maço 1, nº 3 (1413.01.09, Estremoz).

³⁶⁷ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 1, nº 15 (1421.01.11, Évora).

³⁶⁸ Assim acontece em 24.04.1408, quando comparece em Évora, a solicitar traslado de bula pontifícia: BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 12, 50 e 51.

³⁶⁹ *Ibidem*, nº 33 (1434.05.01, Vimieiro).

³⁷⁰ Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, *Thebaida Portuguesa...*, tomo II, p. 353.

³⁷¹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 100 (1406.09.09-10, Aivado e Évora).

³⁷² *Ibidem*, lv. 2, nº 81 (1406.09.14, Évora); *ibidem*, lv. 2, nº 82 (1406.09.14, Évora); *ibidem*, lv. 2, nº 79 (1406.09.26, Évora); *ibidem*, lv. 2, nº 80 (1406.09.26, Évora); *ibidem*, lv. 2, nº 78 (1406.10.03, Évora).

1416, uma nova courela de vinha, com suas figueiras e um pedaço de chão, vinha, novamente por doação, reforçar as terras detidas pelos pobres junto ao eremitério³⁷³. A estes bens os dois eremitas agregariam, por compra, em 1418, umas casas com seu quintal em Évora, na Rua Cega, dentro da cerca velha³⁷⁴. No acto de posse destas, tomam também como suas outras casas com elas confinantes, pertencentes outrora a Frei Rodrigo Fulcaz, bem como todos os bens que este detivera no termo de Évora, em Monte Redondo, que o dito Rodrigo deixara aos pobres no seu testamento³⁷⁵.

Os doadores, todos eles oriundos de Évora, revelam certamente as ligações de Gomes com esta cidade. Os escassos dados sobre a sua proveniência familiar indiciam precisamente a sua provável origem eborense. Com efeito, conhecemos uma sua cunhada, Mor Peres, moradora em Évora, casada com um seu irmão, Vasco Martins, já falecido em 1442³⁷⁶, um outro seu irmão, Gomes “Barrocal”, que trouxera durante vários anos uma terra em sesmaria junto à Serra de Ossa e que acabaria por ingressar no eremitério do Aivado cerca de 1450³⁷⁷ e um Afonso Eanes, alfaiate, também morador em Évora, casado com uma sua sobrinha³⁷⁸.

Também em Évora se situam muitos dos proprietários a quem Gomes recorrerá para prosseguir a sua política de reforço do núcleo patrimonial do eremitério. Assim, entre 1427 e 1428, compra entre gente de Évora mais duas vinhas no Aivado³⁷⁹ e, em

³⁷³ *Ibidem*, lv. 2, nº 77 (1416.01.27, Évora).

³⁷⁴ *Ibidem*, lv. 2, nº 83 (1418.05.18, Évora). Após a venda, feita por Afonso Domingues, bacharel da Sé de Évora e prior de Oriola, recebem também em doação o quinhão sobre as mesmas casas e seu quintal que pertenceria por direito a Fernando Afonso, filho do dito prior e de Catarina Peres Vouzelha (*ibidem*, lv. 2, nº 85 – 1418.05.24, Évora).

³⁷⁵ *Ibidem*, lv. 2, nº 84 (1418.05.19, Évora). O testamento de Rodrigo Fulcaz fora redigido em Évora a 06.06.1409, conforme informação contida no traslado da cláusula relativa aos pobres do Aivado que os mesmos então solicitam (*ibidem*, lv. 2, nº 72 – 1418.06.01, Santarém).

³⁷⁶ Para ela, então viúva, solicita do monarca isenção de aposentadoria (1442.02.05, Évora – TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 23, fl. 14).

³⁷⁷ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 16 (*Pergaminhos Avulsos*, 98), nº 123 (1450.04.22, Évora, quando doa a dita terra aos pobres da Serra de Ossa).

³⁷⁸ Para o qual pede ao rei Duarte isenção de aposentadoria para as casas que este detinha em Évora (1434.12.28, Évora, em confirmação de 1442.01.26, Évora – TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 23, fl. 14). Por ele volta a interceder junto de D. Afonso V em 1450, pedindo que o tirem de sacador dos dinheiros dos pedidos (1450.10.08, Sintra – *ibidem*, lv. 34, fl. 194).

³⁷⁹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 68 (1427.12.22, Évora); *ibidem*, lv. 2, nº 96 (1428.01.03, Évora).

1442, recebe em doação de Diogo Lopes Brandão, escudeiro e criado do Infante D. João, e de Catarina Fernandes, sua mulher, também moradores nesta cidade, um chão que fora vinha, confrontante com o lugar dos pobres³⁸⁰. Em 1450, é ainda entre um casal de Évora que Gomes adquire uma outra vinha, com seu foro, situada junto ao eremitério³⁸¹. Excepção a esta regra é a compra feita por Gomes, em 1442, de uma panasqueira de vinha que partia com a cerca do eremitério, pertencente, desta feita, a um tecelão de Lisboa³⁸².

É ainda em Évora que, por diversas vezes, o encontramos a pedir traslados de diplomas necessários à comunidade: em 1428, de doação relativa a bens herdados de Frei Rodrigo Fulcaz³⁸³; em 1434, de alvará do rei Duarte que estendia aos pobres de Santa Margarida do Aivado os privilégios outorgados à Serra de Ossa³⁸⁴; em 1439, de diploma do mesmo teor outorgado ao eremitério pelo regente³⁸⁵.

Os dados disponíveis revelam também a atenção de Gomes, não só para com os seus familiares, a favor de quem não teme em interceder junto dos monarcas³⁸⁶, como para com os mais pobres ou doentes. Assim, acolhe Mendo Seabra no seu eremitério quando este se encontrava gravemente doente. Aí, a 12 de Fevereiro de 1442, Mendo Seabra viria a falecer, após ter redigido o seu testamento³⁸⁷. O fundador do Aivado não

³⁸⁰ *Ibidem*, lv. 2, nº 97 (1442.08.02, Évora). Neto de Fernão Martins Brandão, morador em Évora, detinha uma herdade no termo da cidade, a par de Santa Margarida, junto com a Ribeira de Pera Manca, coutada por mercê régia desde 1373, ainda em vida do avô. Fernão Martins veria renovado este privilégio, a seu pedido, pelos reis Duarte (1436.03.28, Évora – *ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 989, pp. 245-247) e Afonso V (1449.12.22, Évora – TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 11, fl. 153). Em 1439, foi procurador de Évora às Cortes de Lisboa (*MH*, tomo VII, doc. 15, p. 22).

³⁸¹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 75, doc. 1 (1450.07.28, Évora). A encampação seria, na mesma data, confirmada pelos proprietários da mesma vinha, também eles oriundos de Évora (*ibidem*, lv. 2, nº 75, doc. 2 – 1450.07.28, Évora).

³⁸² *Ibidem*, lv. 2, nº 76 (1442.09.22, Évora).

³⁸³ *Ibidem*, lv. 2, nº 90 (1428.04.28, Évora).

³⁸⁴ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 28 (1434.03.18, Évora, de alvará eduardino de 1434.02.25, Santarém).

³⁸⁵ *Ibidem*, pasta 7, nº 40 (1439.09.14, Évora, de alvará régio de 1439.03.01, Sacavém).

³⁸⁶ Cf. notas 376 e 378.

³⁸⁷ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 17 (1442.02.12). A identificação do local de redacção do testamento é possível graças ao traslado que dele é solicitado por João Eanes, companheiro do dito Mendo, em 1442, requerendo diversos exemplares para que fossem

deixará de estar presente em Mendoliva em Outubro desse ano, quando João Eanes, outrora companheiro de Mendo Seabra, solicita diversos traslados do mesmo testamento, sendo certamente o portador do respectivo original³⁸⁸. No seu eremitério recebe também um seu irmão, Gomes “Barrocal”, que aí se encontrava em 1450, após ter vivido algum tempo na Serra de Ossa³⁸⁹, bem como um Pedro Garção, natural de Elvas e culpado de um homicídio, para quem o eremita pede ao monarca, em 1456, carta de perdão e a necessária licença para o poder acolher na comunidade³⁹⁰. Encontramos também notícia de haver exercido aconselhamento espiritual para com algumas pessoas que o procuravam em busca de orientação. O padre lóio Paulo de Portalegre atesta-o em relação a um seu tio, Fernão Álvares Pombeiro da Cunha, no período anterior à sua entrada na Congregação, onde viria a professar cerca de 1449-1450, tomando o nome de Pe. Baptista³⁹¹.

Contudo, quando, em 1456, intercede junto do monarca por Pedro Garção, Gomes diz-se já velho e fraco, bem como os restantes ocupantes do eremitério. Talvez encontremos neste facto uma das razões para que venha a equacionar a entrega do eremitério a Santa Maria do Espinheiro de Évora e, cerca de 1460, aos Lóios. Se do primeiro projecto não conhecemos mais pormenores³⁹², do segundo estamos melhor documentados. Com efeito, e embora com as devidas precauções, dado o carácter apologético da obra de Paulo de Portalegre, sabemos por este autor que o próprio Gomes levantara, com efeito, a hipótese de confiar aos Cónegos Seculares de S. João

entregues, um à Serra de Ossa e outro «ao llugar de gomez onde se o dicto meendo finou» (*ibidem*, maço 3, nº 18 – 1442.10.11, Mendoliva).

³⁸⁸ Cf. nota anterior.

³⁸⁹ Cf. nota 377.

³⁹⁰ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 13, fl. 54v (1456.07.06, Lisboa). O monarca dispensa-o, nessa data, dos três anos de serviço em Ceuta a que estaria obrigado, dando-o como parceiro aos ditos pobres e determinando que daí não possa sair sem licença do respectivo regedor. Mas, em 1459, dada a vontade do dito eremita em sair da casa ou fugir para Castela, acaba por o libertar do encargo de aí permanecer toda a vida, dado ter servido os pobres durante três anos (*ibidem*, lv. 36, fl. 248 – 1459.01.11, Évora).

³⁹¹ Cf. Paulo de Portalegre, *Novo Memorial do Estado Apostólico...*, ed. cit., parte II, cap. 11, pp. 128-129. Sobre este personagem, cf. Maria Isabel Pessoa Castro Pina, *Os Lóios em Portugal...*, pp. 207-208. Atente-se a necessidade de corrigir o eremita que o aconselha, que não é Mendo Seabra mas o eremita Gomes, de Santa Margarida do Aivado.

³⁹² Dele apenas encontramos notícia numa queixa apresentada por diversos eremitas ao rei Afonso V em 1478: BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 79 e TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 4, fls. 104v-106v (1478.04.22, Lisboa).

Evangelista a casa de Santa Margarida do Aivado, motivo que levara o Pe. João de Arruda a residir algum tempo no eremitério, para preparar a transição. A oposição de alguns eremitas da comunidade terá levado o fundador da casa a desistir de tais planos, optando por doar aos Lóios o eremitério de Montemuro³⁹³. Esta decisão está documentada pelo respectivo instrumento de doação, datado de 24 de Novembro de 1460³⁹⁴. Contudo, exactamente um mês depois, o regedor do Aivado revogava ambas as doações (do Aivado e de Montemuro)³⁹⁵, decisão que manteria no seu testamento, redigido no seu eremitério a 4 de Outubro de 1462. Com efeito, afirmando-se como «padre e Regedor da dicta casa», inicia precisamente a sua manda por revogar todas as anteriores doações e «leixamento da dicta casa», confiando-a aos pobres do Aivado, vivendo «ssob o modo E obediencia dos pobres da sserra d oossa», com condição que, após a sua morte, elegessem o seu sucessor, com conselho e autoridade dos pobres da Serra de Ossa e de Francisco de Vale da Infante, com quem os pobres desse eremitério deveriam manter obediência e irmandade. Os pobres da casa concedem o seu acordo e sugerem o nome de Gonçalo de Pinhel como sucessor do dito Gomes ou quem os ditos pobres indicarem, caso este não possa assumir o governo do lugar³⁹⁶.

137. GOMES (II)

Serra de Ossa (pobre, 1409)

³⁹³ Pe. Paulo de Portalegre, *ob. cit.*, parte II, cap. XVI, p. 154. Sobre João de Arruda, cf. Maria Isabel Pessoa de Castro Pina, *ob. cit.*, p. 204.

³⁹⁴ TT, *Colégio de S. Paulo de Évora*, maço único, nº 2, fls. 3v-4 (1460.11.24, Santa Margarida do Aivado de Évora, em traslado do séc. XVIII, incluído nas memórias enviadas pelo Colégio para a Província).

³⁹⁵ *Ibidem*, fl. 4 (1460.12.24, Santa Margarida do Aivado de Évora, em traslado do séc. XVIII, incluído nas memórias enviadas pelo Colégio para a Província).

³⁹⁶ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 91 (1462.10.04, Santa Margarida do Aivado de Évora).

Em 1409, é dito pobre da Serra, surgindo como testemunha, juntamente com Gonçalo Peres, no codicilo ao seu testamento feito por Catarina Eanes, mulher de Mestre Joane, moradores em Vila Viçosa³⁹⁷.

138. GOMES (III)

Água das Infantes, Portel (pobre, 1439)

Eremita em Água das Infantes, em Portel, comparece em Évora, em 1439, a solicitar, em nome da comunidade, traslado de carta régia confirmando a estes eremitas o usufruto dos privilégios outorgados à Serra de Ossa³⁹⁸.

139. GOMES (IV)

Valbom (pobre, 1479)

Pobre ingressado no lugar de Valbom em 1479, doa à comunidade, por essa ocasião, uma vinha com olival que detinha no termo de Vila Viçosa. Dado ser ainda menor, ao acto comparece um Pedro Eanes, criado do duque de Bragança «que deus aJa», seu curador, que o autoriza a viver entre os pobres e a fazer a dita doação, para seu suportamento. Deveria ser, assim, originário dessa vila, conhecendo-se ainda a existência de um seu irmão, de nome João, com bens confrontantes com a vinha então doada ao eremitério³⁹⁹.

140. GOMES «BARROCAL»

³⁹⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 16 (1409.01.31, Vila Viçosa).

³⁹⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Portel*, nº 16 (1439.09.14, Évora).

³⁹⁹ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. G3 (1479.02.10, Vila Viçosa).

Serra de Ossa (pobre, a. 1450)

Santa Margarida do Aivado de Évora (pobre, 1450)

Irmão de Gomes, o fundador Santa Margarida do Aivado, recebera, em sesmaria, por volta de 1432, uma terra próxima dos pobres da Serra de Ossa, chamada a Corte do Rouquinho, no termo de Évoramonte, que ele e um Airas Gomes de Estremoz haviam trabalhado e cultivado. Tendo o segundo deixado a dita terra, este havia-a cultivado sozinho, decidindo posteriormente ingressar na comunidade da Serra de Ossa. Havia entretanto transitado para Santa Margarida do Aivado, para junto do irmão, onde, em 1450, acaba por doar aos pobres da Serra de Ossa a dita herdade, pelas boas obras deles recebidas e pelo amor de Deus⁴⁰⁰.

141. GONÇALO (I)

Felgueira [→Rio Mourinho] (pobre, 1377-1378)

Eremita que, em 1377, recebe em doação, juntamente com Tomé e Lourenço, um lugar cerrado com casas, árvores e valada, acima da Água da Felgueira, no termo de Montemor-o-Novo⁴⁰¹. Na inquirição conduzida em 1378 por ordem pontifícia, é identificado entre os eremitas que se encontram neste eremitério, no termo da dita vila⁴⁰².

142. GONÇALO (II)

⁴⁰⁰ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 16 (*Pergaminhos Avulsos*, 98), nº 123 (1450.04.22, Évora). Na referida doação, Gomes «Barrocal» afirma ter recebido a dita terra em sesmaria «pode ora auer dez E oyto anos».

⁴⁰¹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 57 (1377.10.14, Montemor-o-Novo, em traslados de 1390.06.10, Montemor-o-Novo e 1399.09.06, Montemor-o-Novo).

⁴⁰² BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 24 (1378.02.16, Quinta de Cambeses, em traslado de 1389.08.19, Évora).

Serra de Ossa (pobre, 1401-1448)

Em 1401, é dito como clérigo, morador na Serra de Ossa, estando presente, com outros eremitas dessa provença, à doação que nessa data recebem, conjuntamente com os pobres estantes na Felgueira, no termo de Montemor-o-Novo, de um lugar, com vinhas, árvores, águas e oliveira junto à Ribeira de *Javalariça*, nas imediações deste eremitério, por parte de Maria Fernandes, sobrinha de Lourenço Mendes, comendador da vila⁴⁰³. Em 1407, está de novo presente, enquanto pobre da Serra de Ossa, a duas doações de terras no termo de Borba, para aí se estabelecer uma nova comunidade de eremitas, no que viria a ser o eremitério de Montes Claros⁴⁰⁴. Deve ainda ser o mesmo que aparece, em 1422, como testemunha de uma carta de quitação pelo pagamento de certos sufrágios celebrados no convento de S. Domingos de Évora por alma de Clara Eanes⁴⁰⁵, e, em 1425, junto com Gonçalo Neto e Pedro, pobres de Montes Claros, e com Afonsilho de Vale de Abraão, a receber com eles em doação, enquanto «pobres da sserra d oossa», uma herdade que jazia em mato, no termo de Borba, confrontante com o lugar dos ditos pobres⁴⁰⁶. Cremos ser o mesmo que, com Afonsilho de Vale Abraão e Gonçalo Vasques da Serra de Ossa, é nomeado em duas doações de bens em Vila Viçosa e no seu termo, uma delas explicitamente destinada ao suportamento da ermida de S. Pedro de Bencatel. Com efeito, em ambas as doações se recordam as suas já antigas ligações aos eremitas fundadores dos lugares de pobres existentes na Serra de Ossa: em 1441, é dito «gonçalo deçipulo d aluoro e d afomсылho»⁴⁰⁷, formulação mais desenvolvida em 1444, quando é chamado «gonçallo proue da companhia de mateus e

⁴⁰³ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 51 (1401.12.08, Montemor-o-Novo, em traslado de 1438.04.10, Évora).

⁴⁰⁴ Doações de 1407.10.31, Borba (BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 1 [4], em traslados de 1436.10.16 e 1441.02.02, Vila Viçosa) e 1407.12.15, Convento de Santo Agostinho de Vila Viçosa, que ratifica doação celebrada a 9 de Novembro do mesmo ano (*ibidem*, lv. 7, nº 1 [5]). Nesta última data, o eremitério já se encontrava habitado por dois pobres.

⁴⁰⁵ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 2 (*Pergaminhos dos Conventos de S. Domingos e S. Francisco*), S. Domingos de Évora, nº 16b (1422.11.05, Évora).

⁴⁰⁶ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 1 [4] (1425.10.02, Vila Viçosa, em traslados de 1436.10.16 e 1441.02.02, Vila Viçosa).

⁴⁰⁷ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 10 (*Pergaminhos Vários*, 50), nº 49 (1441.07.21, Vila Viçosa).

de Joham fferrnandez dicipullo d aluoro martjnz que foy deçipullo de mateus do uall d abraão e d afonsylho»⁴⁰⁸.

As mesmas ligações à Serra de Ossa e a Afonsilho levam-nos a identificar com este eremita o Gonçalo que, em 1448, estando já doente, redige o seu testamento em Vila Viçosa, em casas que aí possuía. Este documento permite-nos aventar a possibilidade de ser originário desta vila, dado que se refere ao prior de Santa Maria de Vila Viçosa como «meu abade d abadenguo» e nessa mesma igreja ordena que o façam sepultar. Refere ainda ser filho de João Afonso Trapeiro, por cuja alma determina a celebração de duas missas, e faz seus testamenteiros a Mem Rodrigo e a Vicente, este último pobre da Serra de Ossa. É a Afonsilho e ao dito Vicente, seu testamenteiro, que determina que seja entregue tudo o que remanescer da sua terça após o cumprimento das suas disposições testamentárias, destinando todo o restante aos seus «hirmãaos os pobrres da serra»⁴⁰⁹.

143. GONÇALO (III)

Ameal do Gorjão (pobre, 1409-1425)

Eremita estante no lugar do Ameal de Gorjão, no termo de Vila Viçosa, em 1409, quando recebe em doação, juntamente com Lourenço, seu parceiro, duas porções de um herdamento no dito local⁴¹⁰. Em 1417, adquire, com os restantes eremitas aí residentes, um pardieiro no arrabalde de Vila Viçosa, na Rua do Alandroal⁴¹¹. Ainda morava neste eremitério em 1425, quando o seu fundador, Lourenço, o doa aos pobres

⁴⁰⁸ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, n° 19 (1444.12.28, Vila Viçosa).

⁴⁰⁹ *Ibidem*, lv. 44, n° 13 (1448.12.17, Vila Viçosa).

⁴¹⁰ As doações são feitas por Mestre Joane e Catarina Eanes, sua mulher, moradores em Vila Viçosa (BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. C4 – 1409.01.28, Vila Viçosa) e por João Eanes, irmão do dito Mestre Joane, e Maria Vicente, sua mulher, moradores em Évora (*ibidem*, lv. 7, doc. D6 – 1409.11.26, Évora).

⁴¹¹ *Ibidem*, lv. 7, doc. B10 (1417.02.21, Vila Viçosa).

de Viana do Alentejo, recomendando-lhes precisamente o cuidado com o seu companheiro Gonçalo, que, aliás, testemunha o acto⁴¹².

144. GONÇALO (IV)

Água das Infantes, Portel (pobre, 1411)

Eremita residente no eremitério de Água das Infantes, em Portel, em 1411, conforme é atestado pela doação que é feita aos pobres desse lugar de um chão com casario no arrabalde da vila⁴¹³.

145. GONÇALO (V)

Rio Mourinho (pobre, 1439)

Pobre da provença de Rio Mourinho, aparece referido, em 1439, em carta do rei Afonso V de confirmação de alvará eduardino de isenção de aposentadoria para as casas que estes eremitas traziam em Montemor-o-Novo⁴¹⁴.

146. GONÇALO (VI)

Serra de Ossa (pobre, c. 1481)

⁴¹² BPE, *Mosteiro de Santa Catarina de Sena de Évora*, lv. 85, nº 41 (1425.10.09, Vila Viçosa).

⁴¹³ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 34 (1411.01.09, Portel).

⁴¹⁴ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 19, fl. 38v (1439.06.23, Lisboa).

Pobre que integra o grupo que, cerca de 1481, contesta junto do monarca a tentativa de apropriação da casa da Serra de Ossa pelos monges de Santa Maria do Espinheiro de Évora, conforme testemunhado pela sentença régia de 1483, que reconhecia a posse desse lugar aos eremitas. Cremo-lo como pertencente a este eremitério, dado que o seu nome é integrado entre os pobres que são nomeados após o maioral da Serra de Ossa e antes dos regedores de outras provenças⁴¹⁵.

147. GONÇALO (VII)

Montes Claros (pobre, 1486)

Pobre da casa de Montes Claros, no termo de Borba, testemunha, em 1486, o instrumento de posse e colocação de dois marcos em terras que pertenciam à dita provença⁴¹⁶.

148. GONÇALO (VIII)

Serra de Ossa (regedor, 1493)

Regedor da «prouença grande» da Serra de Ossa em 1493, solicita, nessa data, a publicação de sentença relativa ao logramento de certas águas pela herdade do Azambujeiro, no termo do Redondo, pertencente aos eremitas⁴¹⁷.

149. GONÇALO CAMINO

⁴¹⁵ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 88 (1483.02.26, Santarém). Sobre este documento e a datação das referências nelas feitas, cf. nota 27.

⁴¹⁶ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 13 [20] (1486.02.16, Montes Claros).

⁴¹⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 30 (1493.11.21, Redondo, em traslado de 1504.10.18, Redondo).

Espadaneira (regedor, 1462-1463)

Pobre da provença da Espadaneira, termo de Estremoz, aparece, em 1462, a defender os interesses do eremitério face às intromissões de dois lavradores, Gil Tinoco e João Mateus, que lhe haviam tomado indevidamente dois pedaços da dita provença⁴¹⁸. Em 1463, é o mesmo pobre, que tinha «careguo do lugar e prouença da espadaneira», quem solicita ao rei Afonso V confirmação das cartas régias⁴¹⁹ com os privilégios e liberdades outorgados à Serra de Ossa.

150. GONÇALO DA BEIRA

Ermida acerca de Cabeço de Vide (pobre, 1378)

São Pedro de Montão [→ Monte de S. Pedro] (pobre, 1385)

Vale de Flores (regedor, 1385-1419)

Eremita documentado pela primeira vez na inquirição feita por ordem pontifícia em 1378, referido como um dos pobres, juntamente com João Espartim, que levavam vida eremítica junto a uma ermida situada acerca de Cabeço de Vide⁴²⁰. Em 1385, residia com o mesmo companheiro em S. Pedro de Montão (talvez o Monte de S. Pedro?), recebendo nesse ano em doação de Iria Gonçalves do Carvalhal, mãe do Condestável Nuno Álvares Pereira, o lugar de Vale de Flores, junto à Ribeira de Nisa, termo de Portalegre, que esta herdara após a morte de Fernão Pereira, seu filho, e onde

⁴¹⁸ ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas, Colecção de Pergaminhos*, nº 5 [ADPTG, C5 ELV 05, nº 16] (1462.03.04, Estremoz, em traslado de 1480.10.15, Veiros).

⁴¹⁹ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 9, fl. 2 e BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 67 (1463.01.24, Estremoz).

⁴²⁰ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 24 (1378.02.16, Quinta de Cambeses, em traslado de 1389.08.19, Évora).

havia anteriormente habitado um outro pobre, o eremita Álvaro da Prata⁴²¹. A doação é-lhes confirmada pelo rei João I em 1397⁴²² e pela própria Iria Gonçalves em 1401, com a garantia de lhes defender o dito lugar e de o poderem deixar aos seus companheiros ou, à falta destes, aos pobres da Serra de Ossa⁴²³. Sabemos que permanecia neste eremitério em 1410, juntamente com Gonçalo de Paredes e Estêvão de Paredes, quando, por sentença, regula com os pobres de Flor da Rosa o uso das casas que com eles partilhavam, sitas na vila de Portalegre⁴²⁴. Em 1419, estando já velho e muito doente de corpo, ainda em Vale de Flores, faz trasladar a doação que lhe fora feita por Iria Gonçalves em 1385 e nomeia como seu sucessor à frente do eremitério a Gonçalo de Paredes, por ser «boom e de boa condyçam e ujda»⁴²⁵. Com isso, garantia a posse do lugar pelos seus companheiros e a continuidade do mesmo ao serviço da pobre vida.

151. GONÇALO DA SILVEIRA

São Brissos de Xarrama, termo de Alcáçovas (pobre, 1409-1412)

Zarco, termo de Viana do Alentejo (pobre, a. 1425-1436)

Viana do Alentejo (pobre, 1436-a. 1450)

Em 1415, Gonçalo da Silveira apresenta-se a si mesmo como «proue d esprito» e natural de Évora. Após apresentar a sua entrada na pobre vida como um chamamento à pobreza e ao abandono do mundo, refere que deixara todos os bens que detinha em Évora, Serpa e Redondo e nos respectivos termos a Mor Afonso, sua irmã, e a Lopo

⁴²¹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 3 (1385.05.25, Portalegre, em traslado de 1419.03.23, Provença de Vale de Flores). Sobre a identificação deste eremitério, cf. Anexo I.

⁴²² *ChDJI*, vol. II, tomo 3, doc. 1084, pp. 22-23 (1397.01.31, Évora).

⁴²³ Documento oriundo do Cartório da Casa de Bragança, publ. por António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, tomo III, Coimbra, Atlântida - Livraria Editora Lda., 1949, doc. nº 33, pp. 89-91 (1401.03.26, Lisboa, em traslado de 1528.07.17, Vila Viçosa).

⁴²⁴ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 16 (*Pergaminhos Avulsos*, 98), nº 103 (1410.12.13, Portalegre).

⁴²⁵ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 3 (1419.03.23, «na Rybeira de nyssa dentro na pobre vyda»).

Dias de Espinho, escudeiro, seu marido, moradores em Évora, para que os lograssem em vida desta, devendo, após a sua morte, voltar à sua posse. Tendo esta falecido, e tendo em conta a dívida que tinha para com Nuno Martins da Silveira, cavaleiro e escrivão da puridade do Infante D. Duarte, e por ser da sua linhagem, deixa-lhe todos os seus bens, sem qualquer condição⁴²⁶. Em documento de 1429, o próprio Nuno Martins da Silveira diz-se primo do eremita Gonçalo e sabemos que Lopo de Mariz, escudeiro, era sobrinho do citado Lopo Dias de Espinho⁴²⁷. Parte desses bens aplicaria Nuno Martins da Silveira para a capela que, em 1431, fundaria no mosteiro de S. Domingos de Évora, estando já então casado com Leonor Gonçalves de Abreu e já tendo pelo menos um filho, também chamado Gonçalo da Silveira⁴²⁸.

Mas, em 1415, apesar de confirmar a sua anterior entrada na vida eremítica, Gonçalo da Silveira nada refere sobre a data e o lugar onde isto aconteceu e em que eremitério se integrou. É possível que o possamos identificar com o eremita Gonçalo que, em 1409, encontramos junto a S. Brissos, no termo de Alcáçovas, junto à Ribeira de Xarrama, e que, nessa data, recebe em sesmaria um assentamento junto à dita Ribeira para aí fazer um moinho para moer pão⁴²⁹. Em 1412, já escambara o dito moinho com Afonso Álvares de Faria, escudeiro e criado de Martim Afonso de Melo, alcaide-menor de Évora, em representação deste, por certas casas, cuja localização não refere⁴³⁰. Talvez por isso, em 1432, quando este e outro moinho já estavam em posse dos eremitas

⁴²⁶ TT, *Arquivo da Casa de Abrantes*, lv. 155, n° 3092 (1415.10.01, Évora). Sobre o cunhado, Lopo Dias de Espinho, sabe-se que fundou duas capelas em 1422, uma na paroquial de S. Pedro de Évora e outra no mosteiro de S. Francisco da mesma cidade (cf. Maria Ângela Beirante, «Capelas de Évora», in *Territórios do Sagrado. Crenças e Comportamentos na Idade Média em Portugal*, Lisboa, Ed. Colibri, 2011, pp. 38 e 57-58).

⁴²⁷ TT, *Arquivo da Casa de Abrantes*, lv. 160, n° 3164 (1429.03.16, Évora).

⁴²⁸ BPE, *Cód. CLXVII/2-2*, fls. 1v-7v (1431.08.10, Lisboa, em traslado de 1474.08.22, Lisboa). Sobre Nuno Martins da Silveira, cf. Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira...*, 2ª ed., vol. II, pp. 962-966. Sobre esta capela, cf. Maria Ângela Beirante, «Capelas de Évora», pp. 42, 43, 55, 60; Maria de Lurdes Rosa, *O Morgadio em Portugal (sécs. XIV-XV): modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Ed. Estampa, 1995, pp. 132-156.

⁴²⁹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, n° 40 (1409.05.25, Ribeira de Xarrama). Importa realçar como também este diploma e o seguinte ingressariam no cartório de Rio Mourinho e posteriormente no do Colégio de Coimbra, ligando-os aos mesmos bens do documento anterior.

⁴³⁰ *Ibidem*, lv. 2, n° 39 (1412.10.18, «a Retorta da Ribeira de xarrama»). Entre as testemunhas, encontra-se um Afonso, pobre, «djzipolo e companheiro de Joham goujnhas».

de Rio Mourinho, Gonçalo da Silveira apareça como uma das testemunhas da desistência de aforamento por parte do casal que os trazia da mão dos ditos pobres⁴³¹.

A ser correcta esta identificação, Gonçalo da Silveira teria entretanto transitado para o lugar de Zarco, não muito distante do anterior, no termo de Viana do Alentejo. Aí se encontrava em 1425 quando, juntamente com um outro parceiro, Afonso, recebe em doação de Lourenço, pobre do Ameal de Gorjão, no termo de Vila Viçosa, o lugar onde este levava pobre vida, bem como diversos imóveis que o mesmo eremita detinha nesta vila⁴³². Gonçalo seguiria, também aqui, o mesmo princípio já expresso em 1415, de não se ocupar «em Regimento de beens nem em os negócios do mundo», doando o dito eremitério, logo em 1428, aos pobres de Valbom⁴³³.

Em 1436, Gonçalo da Silveira ver-se-ia novamente forçado a trasladar o seu eremitério para outro lugar, por o anterior «seer mjnguido d agoa», obrigando os seus ocupantes a deslocações que iam contra a solidão que procuravam, por os exporem à «conuersaçom das gentes». Para tal, vendem nesse ano o seu antigo lugar e adquirem outro mais conveniente para o seu modo de vida, também no termo de Viana, obtendo do monarca a necessária licença para o acto, dado o mesmo contrariar as cláusulas de inalienabilidade dos bens doados impostas pelos seus benfeitores⁴³⁴. Aí permanecia ainda em 1447, quando solicita ao monarca que possa vender um moinho junto à Ribeira do Degebe, no termo de Portel, que herdara de sua irmã, Mor Dias, e que D. João I permitira que pudesse ficar para sustento dos eremitas. Apesar do trabalho aí investido por Gonçalo e pelos seus companheiros, este ficara irremediavelmente danificado após três cheias consecutivas, acedendo o monarca a que o pudessem vender por outros bens de raiz, para sustento dos pobres desse lugar⁴³⁵.

É possível que tivesse falecido pouco depois, dado que, em Abril de 1450, são dois seus antigos companheiros, Vasco Galego e Álvaro, que referem ter abandonado

⁴³¹ *Ibidem*, lv. 2, n° 65 (1432.08.26, Viana do Alentejo).

⁴³² BPE, *Mosteiro de Santa Catarina de Sena de Évora*, lv. 85, n° 41 (1425.10.09, Vila Viçosa).

⁴³³ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. B2 (1428.06.28, Évora).

⁴³⁴ *ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 1037, pp. 307-308; *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, coord. José Pedro Paiva, vol. II – *Antes da Fundação das Misericórdias*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas – CEHR da UCP, 2003, doc. 113, pp. 227-228 (1436.08.29, Torres Vedras).

⁴³⁵ TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 3, fls. 187-188 (1447.12.20, Évora).

este segundo eremitério após nele viverem cerca de doze anos, também por falta de água, pedindo para aplicarem a venda do antigo lugar em favor das provenças onde agora se encontravam. No pedido, já nada é referido sobre Gonçalo da Silveira, que sabemos ter sido um dos fundadores do eremitério⁴³⁶.

152. GONÇALO DE ILLESCAS

Eremitério não identificado (pobre, 1376)

Eremita natural da diocese de Toledo, encontra-se entre os pobres agraciados por Gregório XI em 1376 com a absolvição plenária em artigo de morte⁴³⁷.

153. GONÇALO DE ODEMIRA

Valbom (pobre, 1428)

Pobre do eremitério de Valbom, integrava a comunidade em 1428, quando os eremitas de Viana a par de Avito doam à sua provença o lugar do Ameal do Gorjão, que haviam recebido dos seus anteriores ocupantes em 1425⁴³⁸.

154. GONÇALO [OU GONÇALINHO] DE PAREDES

Vale de Flores (pobre, 1410-1419)

⁴³⁶ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 34, fl. 60 (1450.04.17, Évora).

⁴³⁷ Grégoire XI (1370-1378)). *Lettres communes analysées d'après les registres dits d'Avignon et du Vatican*, années IV à VII, Rome, École Française de Rome, 1997-2008, p. 4, n° 41728 (1376.08.08, Avinhão).

⁴³⁸ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. B2 (1428.06.28, Évora).

Vale de Flores (regedor, 1419)

Pobre do eremitério de Vale de Flores, no termo de Portalegre, aí surge documentado em 1410, juntamente com Gonçalo da Beira e Estêvão de Paredes⁴³⁹. Em 1419, Gonçalo da Beira, já velho e doente, nomeia-o seu sucessor na administração do eremitério, por ser «boom e de boa condyçam e ujda»⁴⁴⁰.

155. GONÇALO DE PINHEL

Serra de Ossa (regedor, 1443-1470)

Juiz dos Pobres (1466-1470)

Documentado já como regedor da Serra de Ossa em 1443, quando o maioral de Vale Abraão refere deter o governo deste lugar por sua autoridade⁴⁴¹. No desempenho das mesmas funções reaparece em 1460, ao fazer-se presente à publicação de sentença dada por Pedro Godins, corregedor régio, sobre a ermida de Santa Maria de Monte Virgem e à respectiva execução⁴⁴², sendo também referido como regedor da Serra de Ossa noutra sentença dada, pela mesma altura, sobre a herdade das Cortes, na qual se faz representar por um dos seus companheiros, João Ruivano⁴⁴³. Em 1462, aquando do testamento de Gomes, fundador de Santa Margarida do Aivado, é ele o sugerido pelos pobres do lugar para assumir o governo da casa⁴⁴⁴. Apesar do acordo do fundador do

⁴³⁹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 16 (*Pergaminhos Avulsos*, 98), nº 103 (1410.12.13, Portalegre).

⁴⁴⁰ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 3 (1419.03.23, Vale de Flores).

⁴⁴¹ *Ibidem*, lv. 39, nº 5 (1443.09.14, Serra de Ossa).

⁴⁴² BPE, *Mosteiro de S. João da Penitência de Estremoz*, lv. 103, nº 35, no verso (1460.02.05, Redondo); BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 15 (*Pergaminhos Avulsos*, 80), nº 64 e *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 8, fls. 47-48 (1460.02.06, Redondo, em traslados de 1465.01.15, Estremoz e 1474.01.15, Estremoz, respectivamente).

⁴⁴³ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 11 (146[...].03.[...], Evoramonte).

⁴⁴⁴ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 91 (1462.10.04, Santa Margarida do Aivado de Évora).

eremitério, tal desejo parece nunca se ter concretizado, dado que continuamos a documentá-lo à frente dos destinos da Serra de Ossa a partir de 1465⁴⁴⁵.

Em 1466, Gonçalo de Pinhel é um dos escolhidos, no capítulo realizado na Serra de Ossa, como provedor ou juiz de todos os pobres, juntamente com Fernão Vasques e Lopo de Santa Marta⁴⁴⁶. Após esta data, mantém o desempenho destas funções em paralelo com o governo da casa da Serra de Ossa. Com efeito, em 1467, surge com Pedro de Estremoz a representar esta comunidade na compra de uma quinta junto a outra propriedade dos mesmos pobres⁴⁴⁷ e, em 1470, é como regedor desse lugar que solicita o reconhecimento da validade da doação feita nesse ano à sua comunidade por Fernando, um dos pobres aí residentes⁴⁴⁸, e que dá autoridade a que um seu procurador o possa representar em composição estabelecida com familiares do eremita⁴⁴⁹. Sobre o desempenho das suas funções como juiz dos pobres, encontramos-lo documentado em 1468, data em que ordena, juntamente com Fernão Vasques e Lopo de Santa Marta, o cumprimento do testamento de Mendo Seabra, redigido em 1442⁴⁵⁰ e, no ano seguinte, a dar o seu parecer, juntamente com os outros dois juízes, no escambo estabelecido entre a provença de Rio Mourinho e o pobre Fernão Gramaxo, como procurador de João Mascarenhas, filho do comendador-mor de Santiago e de Beatriz Gramaxa⁴⁵¹.

156. GONÇALO EANES

Eremitério não identificado (pobre, 1437)

⁴⁴⁵ BPE, *Mosteiro de S. João da Penitência de Estremoz*, lv. 103, nº 28, no verso (1465.01.21, Redondo).

⁴⁴⁶ TT, *Colecção Especial*, cx. 36, nº 28 (1466.09.07, Évora, em confirmação régia de 1482.05.29, Évora).

⁴⁴⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 7 (1467.04.08, Évora).

⁴⁴⁸ *Ibidem*, lv. 22, nº 99 (1470.01.22, Serra de Ossa).

⁴⁴⁹ TT, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, maço 1, nº 3 (1470.04.31, Estremoz).

⁴⁵⁰ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 17 (1468.02.04, em mandato acrescentado ao testamento).

⁴⁵¹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 38 (procuração de 1469.04.27, Alcáçovas, transcrita no respectivo escambo, de 1469.05.04, Montemor-o-Novo).

Dito pobre ermitão «que parecia de pobre vida», era filho de Joana Martins e de Estêvão Domingues do Outeiro. Em 1437, vende todos os bens que detinha no Outeiro, no termo de Santarém. Dado ser-lhe reconhecido um “fraco siso”, fora-lhe nomeado um curador, Álvaro Afonso da Marinha⁴⁵².

157. GONÇALO FERNANDES

Santa Maria de Azambuja (pobre?, 1416)

Referido como «hermjtam», morador em Santa Maria da Azambuja, no termo de Santarém, empraça, em 1416, uma casa de sótão e sobrado no beco da Rua do Requeixo, em Santarém, a par do celeiro da igreja do Salvador⁴⁵³.

158. GONÇALO FERREIRA

Espadaneira (regedor, 1458)

Pobre encarregue do eremitério da Espadaneira, documentamo-lo em Veiros, em 1458, a solicitar traslado de cartas régias relativas aos privilégios e liberdades outorgados à Serra de Ossa⁴⁵⁴.

159. GONÇALO MARTINS

⁴⁵² TT, *OFM, Província de Portugal, Santa Clara de Santarém*, maço 7, nº 323 (1437.05.31, Santarém).

⁴⁵³ TT, *Convento de S. Domingos de Santarém, 2ª incorporação*, maço 10, nº 6 (1416.06.22, Santarém). Sobre esta rua, cf. Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *Santarém Medieval*, Lisboa, UNL – FCSH, 1980, pp. 89-90.

⁴⁵⁴ TT, *Colecção Especial*, caixa 33, nº 31 (1458.12.29, Veiros).

Lisboa, casas junto ao mosteiro da Trindade (pobre, 1435)

Dito «da pobre vida», reside, em 1435, junto do convento da Santíssima Trindade, em Lisboa, possivelmente nas casas que os pobres da Serra de Ossa aí detinham, aparecendo nessa condição como testemunha num empraçamento celebrado no cenóbio⁴⁵⁵.

160. GONÇALO NETO

Montes Claros (fundador e regedor, 1407-a.1436)

Pobre já presente em Novembro de 1407 no eremitério de Montes Claros, no termo de Borba, juntamente com Pedro Afonso, clérigo, quando os frades de Santo Agostinho de Vila Viçosa doam a estes eremitas e aos pobres da Serra de Ossa um pedaço de herdade que o cenóbio trazia nesse lugar, junto à Cabeça do Bravo⁴⁵⁶, confrontante com outra courela de herdade que fora doada aos pobres no mês anterior. Reencontramo-lo no mesmo eremitério em 1421, quando compra um pedaço de herdade de mato a Margarida Afonso, viúva de João Gil, moradora e vizinha em Borba, junto com o lugar dos pobres. É possível que a comunidade fosse ainda muito pequena, dado que a venda é feita ao dito Gonçalo Neto e a quantos «uierem morar ao uosso llugar»⁴⁵⁷, sabendo-se que então residia com o dito Gonçalo um outro Pedro, muito possivelmente o clérigo Pedro Afonso, seu parceiro na pobre vida, que com ele recebe, ainda em Maio desse ano, em sesmaria por parte de Vicente Esteves, sesmeiro em Borba, um chão e

⁴⁵⁵ TT, *Convento da Santíssima Trindade de Lisboa*, maço 1, nº 26 (1435.05.10, Lisboa, no mosteiro da Trindade).

⁴⁵⁶ A doação data de 9 de Novembro de 1407, sendo, a 15 de Dezembro do mesmo ano, confirmada pelo provincial da Ordem (BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 1 [5]). Uma primeira doação fora feita aos pobres da Serra de Ossa, para aí instalarem pobres, a 31 de Outubro do mesmo ano (*ibidem*, lv. 7, nº 1 [4]). Ambos os documentos chegaram-nos por traslado de 1436.10.16, inserto em outro de 1441.02.02, Vila Viçosa.

⁴⁵⁷ *Ibidem*, lv. 7, nº 3 [8] (1421.01.06, Borba – ilegível) e lv. 7, nº 1 [4] (em traslado de 1436.10.16, inserto em outro de 1441.02.02, Vila Viçosa).

mato junto ao seu eremitério, confrontante com o caminho que ia para o Redondo⁴⁵⁸. A ligação que desde o início se estabelece entre esta casa e a Serra de Ossa reaparece em 1425, quando Gonçalo Neto, com outros «pobres da sserra d oossa» (incluindo-se entre estes Afonsilho de Vale Abraão), recebe em doação uma herdade que jazia em mato, confrontante com o seu eremitério, junto à Lagoa de Travaços⁴⁵⁹. O crescimento do lugar depressa motivaria a cobiça de outros proprietários, obrigando Gonçalo Neto a recorrer, ainda nesse ano, às autoridades concelhias de Borba para que lhe demarcassem o eremitério e atestassem o seu direito e o dos pobres aí residentes às terras nele contidas, com a garantia de as mesmas não serem dadas a outros em sesmaria⁴⁶⁰.

Em Janeiro de 1427, afirmando-se «mais uelho que mancebo», Gonçalo Neto recorda como erigira o eremitério de Montes Claros, no termo de Borba, onde edificara um assentamento de casas e nele plantara vinhas e pomares, aumentando-o graças a diversas doações. Decide, dada a sua idade, doar o eremitério a Martim Barbosa e Martim Escrivão, mantendo contudo a partilha do governo do lugar com os seus dois companheiros enquanto fosse vivo, passando para estes a sua propriedade integral após a sua morte⁴⁶¹. Contudo, ainda nesse ano, revoga esta doação, por se afirmar enganado pelos ditos Martim Barbosa e Martim Escrivão e por ter feito tal acto sem o conselho dos pobres da Serra de Ossa, decidindo então doar e submeter o eremitério a estes seus irmãos da Serra de Ossa⁴⁶². Tal decisão acabaria por não ser completamente acatada, pois o dito Martinho Escrivão aparece já como regedor do eremitério em Janeiro de 1436, sabendo-se que, a essa data, Gonçalo Neto já havia falecido e que Martinho Barbosa havia deixado a pobre vida, tendo entretanto ingressado no mosteiro de Alcobaça⁴⁶³. Da mesma doação de 1427 se faria mais tarde memória, recordando-se novamente como o eremitério fora fundado por Gonçalo Neto, leigo, que «fora ssenpre

⁴⁵⁸ *Ibidem*, lv. 7, nº 1 [4] (1421.03.23, Borba, em traslado de 1436.10.16, inserto em outro de 1441.02.02, Vila Viçosa).

⁴⁵⁹ *Ibidem*, lv. 7, nº 14 [4] (1425.10.02, Vila Viçosa, no mesmo traslado).

⁴⁶⁰ *Ibidem*, lv. 7, nº 3 [9] (1425.12.09, Borba).

⁴⁶¹ A doação é confirmada pelo monarca por carta dada em Lisboa a 22.01.1427 (*ChDJI*, vol. IV, tomo 2, doc. 670, pp. 157-159).

⁴⁶² BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 1 [6] (1427.11.30, Borba).

⁴⁶³ *ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 1009, pp. 272-275 (1436.01.23, Estremoz). Sobre Martim Barbosa e Martim Escrivão, ver adiante as respectivas biografias.

homem de boa vida e pobre ssem em algũu tempo sseer cassado nem conhecer molher»⁴⁶⁴.

161. GONÇALO PERES

Vale da Infante (pobre, 1394-a. 1439)

Documentada a sua presença entre os pobres residentes na Serra de Ossa desde 1394⁴⁶⁵, deveria integrar a comunidade de Vale da Infante, surgindo já a representar os seus pobres em 1397⁴⁶⁶ e a eles sendo explicitamente associado em 1416. De condição clerical⁴⁶⁷, deveria ser originário de Estremoz, onde morava uma sua irmã, Maria Gonçalves, juntamente com um seu sobrinho, chamado João⁴⁶⁸. Não é de todo impossível que também fosse irmão de um Rui Gonçalves “o Velho”, clérigo, também morador na mesma vila, de quem é escolhido como seu herdeiro em 1412, embora nada seja explicitado nesse sentido⁴⁶⁹. A família detinha pelo menos alguns bens no Redondo e seu termo, que a irmã, já viúva, e o filho, lhe doam em Janeiro de 1394, em gratidão pelas boas obras e muito bem-fazer que dele receberam desde que enviuvara⁴⁷⁰. Estes bens escambaria poucos dias depois, em troca de uma vinha, lugar e árvores situados na Serra de Ossa, junto com outros chãos dos pobres, pedindo então traslado de todos estes

⁴⁶⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 4 [10] (sentença régia de 1476.04.12, Arraiolos).

⁴⁶⁵ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 5 (1394.01.06, Redondo, em traslado da mesma data).

⁴⁶⁶ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 1, nº 8 (1397.04.27, Estremoz, em traslado de 1435.11.14, Estremoz).

⁴⁶⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 16 (1409.01.31, Vila Viçosa); *ibidem*, lv. 44, nº 16 (1409.08.05, Vila Viçosa); TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale da Infante*, maço 1, nº 15 (1421.01.11, Évora).

⁴⁶⁸ Cf. doação de 1394.01.02, Estremoz (em traslado de 1394.01.06, Redondo - BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 5).

⁴⁶⁹ Cf. abaixo, nota 478.

⁴⁷⁰ Cf. nota 465. Os bens são referidos genericamente: «todollos beens que eu e o dicto filho auemos no Redondo e seu termo», sabendo-se, pelo escambo celebrado alguns dias depois, que incluíam tanto «vinhas como casas e herdades» (cf. nota seguinte).

documentos⁴⁷¹. A estas juntaria uma vinha e cerrado, fronteiros com estas propriedades, compradas no mesmo dia a uma moradora no Redondo⁴⁷².

Como referimos, Gonçalo Peres surge a representar a comunidade de Vale de Infante em 1397, numa contenda com João Afonso, carvoeiro, que contestava a posse, pelos pobres, dos bens que lhes foram deixados pela Infanta D. Beatriz⁴⁷³, estando também presente à posse dos bens que lhes haviam sido usurpados⁴⁷⁴. No mesmo ano, intervém, juntamente com Álvaro, pobre da Serra de Ossa, numa composição com Vicente Eanes Vaqueiro, sobre a herdade das Cortes, doada aos pobres por João Gouvinhas⁴⁷⁵.

Em 1401, é nomeado, juntamente com outros pobres da Serra de Ossa, em doação que Rui Gonçalves, clérigo de missa e morador em Estremoz, faz aos eremitas de umas casas sitas na mesma vila⁴⁷⁶, às quais acrescentaria, em 1409, um quintal com elas confinante⁴⁷⁷. Tendo entretanto falecido, sabemos que escolhera precisamente a Gonçalo Peres como seu herdeiro, que nessa qualidade pede, em 1412, traslado de determinada cláusula do seu testamento⁴⁷⁸, não deixando de velar, juntamente com o respectivo testamenteiro, pelo cumprimento das disposições nele consignadas⁴⁷⁹. Do

⁴⁷¹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 5 (escambo e traslado de 1394.01.06, Redondo).

⁴⁷² *Ibidem*, lv. 35, nº 9 (1394.01.06, Redondo).

⁴⁷³ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 1, nº 8 (1397.04.27, Estremoz, em traslado de 1435.11.14, Estremoz).

⁴⁷⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 18 (1397.05.08, Estremoz).

⁴⁷⁵ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. F5 (1397.05.29, Estremoz, em traslado de 1417.05.23, Estremoz).

⁴⁷⁶ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 1 (1401.07.10, Estremoz).

⁴⁷⁷ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale da Infante*, maço 1, nº 2 (1409.04.21, Estremoz).

⁴⁷⁸ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 5 (1412.09.24, Estremoz).

⁴⁷⁹ A 03.10.1412, em Estremoz, com João Vicente Melroínho, testamenteiro do dito Rui Gonçalves, vende umas suas casas sitas nessa vila (TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale da Infante*, maço 1, nº 3, em traslado de 1413.01.09, Estremoz), que os compradores, a 14 de Outubro, doam aos pobres (*ibidem*). Tal doação seria ratificada a 9 de Janeiro do ano seguinte, com o encargo de os pobres rezarem por alma do dito Rui Gonçalves (*ibidem*). A 5 de Maio de 1413, o vigário de Estremoz atestava finalmente o pleno cumprimento de todas as disposições testamentárias de Rui Gonçalves, determinando que os bens remanescentes fossem entregues a Gonçalo Peres (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 4).

mesmo modo, aparece envolvido no processo de execução do testamento de Catarina Eanes, mulher de Mestre Joane, moradora em Vila Viçosa, estando presente à redacção de um codicilo acrescentado à manda em Janeiro de 1409⁴⁸⁰. Sabemos que os pobres ficaram como herdeiros de metade dos bens da dita Catarina Eanes, cuidando, por isso, em obter traslados dos diplomas relativos à locação de bens pertencentes à defunta⁴⁸¹ mas desistindo também dos seus direitos sobre outros, quando estes se podiam revelar uma fonte desnecessária de conflitos⁴⁸².

Em simultâneo, Gonçalo Peres surge como um agente a que os pobres recorrem com frequência para assegurar a defesa dos seus direitos. Assim, em 1406, encontramos-lo a solicitar, em Estremoz, traslado de carta régia relativa à outorga de privilégios à Serra de Ossa, sendo referido como morador na dita Serra⁴⁸³. Em 1416, é dito como «pobre que esta na serra honde chamam a da Jnffante», quando intervém numa contenda que traziam com o concelho de Evoramonte sobre os limites da herdade das Cortes, procedendo-se então à respectiva demarcação⁴⁸⁴. No ano seguinte, documenta-se de novo a sua presença em Estremoz, a solicitar traslados de uma doação e composição relativas à mesma herdade, de modo a que os diplomas não se perdessem «per agua ou ffogo ou per outra algũa guyssa»⁴⁸⁵.

Encontramo-lo documentado pela última vez em 1421 quando, juntamente com Gil Martins, recebe em doação de D. Beatriz de Melo, viúva de Álvaro da Cunha, um quintal em Estremoz, confinante com as casas aí detidas pelos pobres⁴⁸⁶. É possível que

⁴⁸⁰ *Ibidem*, lv. 35, nº 16 (1409.01.31, Vila Viçosa).

⁴⁸¹ *Ibidem*, lv. 39, nº 6 (1409.04.11, Vila Viçosa).

⁴⁸² *Ibidem*, lv. 44, nº 16 (1409.08.05, Vila Viçosa). Nesta data, os pobres desistem do seu direito sobre uma adega com seu vasilhame que a defunta trazia na dita vila, contestado pelo seu filho, João Eanes, que lhes exigia parte do foro da mesma adega.

⁴⁸³ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 49 (1406.08.06, Estremoz).

⁴⁸⁴ *Ibidem*, pasta 16 (*Pergaminhos Avulsos*, 98), nº 58 (1416.11.22, Estremoz).

⁴⁸⁵ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 9 e BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. F5 (1417.05.23, Estremoz).

⁴⁸⁶ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale da Infante*, maço 1, nº 15 (1421.01.11, Évora).

já tivesse falecido em 1439, quando o seu nome é invocado a propósito das casas em Estremoz que recebera em herança de Rui Gonçalves⁴⁸⁷.

162. GONÇALO PERES DE PODENTES

Eremitério não identificado (pobre, 1376)

Eremita documentado em 1376, quando recebe de Gregório XI a graça de absolvição plenária em artigo de morte⁴⁸⁸. A crer no topónimo associado ao seu nome, é possível que fosse originário de Podentes (c. Penela), não sendo contudo de excluir que tal associação possa indiciar uma eventual ligação deste eremita à família dos Podentes-Leiria, embora nos faltem elementos para acompanhar o percurso deste grupo familiar para além de meados de Trezentos⁴⁸⁹.

163. GONÇALO VASQUES

Serra de Ossa (pobre, 1437-d. 1455)

Juiz dos Pobres (1452-d. 1455)

⁴⁸⁷ *Ibidem*, maço 1, nº 1 e 10 (1439.03.15, Estremoz).

⁴⁸⁸ *Grégoire XI (1370-1378). Lettres communes analysées d'après les registres dits d'Avignon et du Vatican, années IV à VII*, Roma, École Française de Rome, 1997-2008, p. 4, nº 41726 (1376.08.08, Avinhão).

⁴⁸⁹ Cf. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. II, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família – Universidade Moderna, 1999, pp. 419-423. Para além da bibliografia aí citada, veja-se ainda a recente dissertação de doutoramento de Maria Filomena Andrade, onde é realçada e aprofundada a relação desta família com a rainha Isabel de Aragão e o mosteiro de Santa Clara de Coimbra. A mesma autora conseguiu ainda alargar o conhecimento sobre diversos membros desta família, documentando, inclusive, um certo Pedro Mendes, descendente de Martim Fernandes de Podentes, ainda em 1369 [cf. Maria Filomena Pimentel de Carvalho Andrade, *In oboedientia, sine proprio et in castitate, sub clausura. A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII-XIV)*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à FCSH da UNL, policop, 2011, pp. 241, 248, 410-411 e Esquema Genealógico 8].

Clérigo pertencente à capela do Infante D. Fernando (1402-1443), encontrava-se já na Serra de Ossa quando este senhor redige o seu testamento, em 1437, pouco antes de ingressar na expedição com destino a Tânger, sabendo-se que o mesmo lhe emprestara um exemplar em vernáculo dos *Moralia in Job* de S. Gregório Magno⁴⁹⁰. A documentação recenseada permite-nos atestar a sua presença na Serra de Ossa a partir de Maio desse ano, quando o monarca lhe escreve, instando-o a corresponder positivamente ao pedido manifestado por Mendo Seabra no sentido de assumir o governo do eremitério de Rio Mourinho, no desejo do mesmo se manter ligado e sujeito à Serra de Ossa⁴⁹¹.

Desconhecemos a sua proveniência geográfica ou familiar. Alguns pedidos de privilégios feitos por este eremita aos monarcas a favor de diversos familiares poderão induzir uma sua origem bracarense – documentam-se como moradores nesta cidade uma sua sobrinha, Catarina Dias, filha de Diogo Lopes e de Aldonça Vasques, que viria a casar com um Vasco Álvares; um Gil Afonso, alfaiate, casado com uma outra sua sobrinha e um Álvaro Gonçalves, casado com uma sua irmã – embora também encontremos um Pedro Gonçalves, morador em Estremoz, que se sabe ter também casado com uma sua sobrinha⁴⁹².

Gonçalo Vasques assumirá um papel fundamental na relação entre os eremitas e a Coroa em função da sua anterior ligação à Corte, embora nunca apareça documentado como regedor da Serra de Ossa, funções desempenhadas, durante a sua presença neste eremitério, por Gonçalo de Pinhel (entre 1443 e 1470). Não encontramos também qualquer indício de que tivesse chegado a assumir o governo de Rio Mourinho, conforme lhe fora pedido por Mendo Seabra e pelo próprio monarca em 1437. Com efeito, continuamos a encontrá-lo na Serra de Ossa em 1439⁴⁹³ e, em 1441, o seu nome

⁴⁹⁰ *MH*, vol. VI, doc. nº 52, p. 122 e 124 (aprovação notarial de 1437.08.18, Lisboa). Sobre este assunto, cf. João Luís Inglês Fontes, *Percursos e Memória: do Infante D. Fernando ao “Infante Santo”*, Cascais, Patrimonia, 2000, pp. 251-252, 267.

⁴⁹¹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 51 (1437.05.16, Lisboa, em traslado de 1438.04.10, Évora).

⁴⁹² Cf. João Luís Inglês Fontes, *Percursos e Memória...*, pp. 251-252.

⁴⁹³ Conforme sentença dada em Estremoz sobre casas detidas pelos pobres de Vale de Infante, da qual se ordena sejam feitos dois exemplares, um para esta provença e outro para a Serra de Ossa, «honde Esta Gonçalo uasquez» [1439.03.15, Estremoz - TT, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, maço 1, nº 1 (exemplar da Serra de Ossa) e TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 1, nº 10 (exemplar de Vale da Infante)].

consta de novo entre os pobres aí estantes, em doação que lhes é feita de diversos bens no termo de Vila Viçosa⁴⁹⁴.

Em 1442, o duque de Bragança cede «a gonçalo vaaz e aos proues que com elle estam no assentamento da serra» todos os direitos que detinha sobre a herdade das Cortes, no termo de Evoramonte⁴⁹⁵. Embora a formulação utilizada possa indiciar o assumir, nesta data, por Gonçalo Vasques, do governo da Serra de Ossa, antecedendo assim o seu homónimo de Pinhel no desempenho de tais funções, também poderemos pressentir aí uma intervenção directa e facilitadora de Gonçalo Vasques no assunto, fruto das suas anteriores ligações à Corte.

Neste ano e nos seguintes, encontramos-lo frequentemente envolvido em assuntos de interesse para os pobres. Assim, ainda em Outubro de 1442, desloca-se a Mendoliva, estando presente ao pedido de traslado do testamento de Mendo Seabra⁴⁹⁶ e, em Março do ano seguinte, documentamo-lo em Setúbal, nas casas que aqueles pobres aí detinham, a testemunhar a doação feita por Catarina Afonso aos eremitas de Mendoliva e da Serra de Ossa de uma casa, com sua câmara e quintal, que possuía no lugar de Coina⁴⁹⁷. Em 1444, é referido, juntamente com Gonçalo, também da Serra de Ossa e Afonsilho de Vale de Abraão, entre os destinatários da doação de um chão e casas em Vila Viçosa⁴⁹⁸. Em 1452, é ainda Gonçalo Vasques quem solicita junto do rei Afonso V alvará de protecção para as casas detidas pelos pobres em diversas vilas e cidades do reino e respectivos bens⁴⁹⁹ e, no mesmo ano, dele procura obter traslado para o enviar a Coina, onde os pobres dispunham de casas para se acolherem e a outros lugares que dele necessitavam⁵⁰⁰.

⁴⁹⁴ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 10 (*Pergaminhos Vários*, 50), nº 49 (1441.07.21, Vila Viçosa).

⁴⁹⁵ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 69, nº 19 (1442.02.01, Évora, em confirmação de 1478.06.02, Vila Viçosa).

⁴⁹⁶ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 18 (1442.11.11, Mendoliva).

⁴⁹⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 18 (1443.03.03, Setúbal).

⁴⁹⁸ *Ibidem*, lv. 44, nº 19 (1444.12.28, Vila Viçosa).

⁴⁹⁹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 63 (1452.07.26, Évora).

⁵⁰⁰ *Ibidem*, nº 62 (1452.08.25, Estremoz). Sobre as casas de Coina, cf. nota 497.

À sua actividade ao serviço da comunidade da Serra de Ossa acrescerá, também em 1452, o desempenho do cargo de juiz dos pobres, de acordo com o regimento que então lhes é dado pelo rei Afonso V. Nestas funções se juntavam a ele, por determinação régia, o regedor de Vale da Infante, Francisco, e Fernando Afonso Cicioso, cavaleiro de Évora⁵⁰¹. É já a este título que, com Francisco de Vale de Infante, ordena às justiças de Veiros, em 1453, que expulsem do eremitério da Espadaneira os pobres desobedientes ao eremita João, que tinha o governo do lugar⁵⁰².

Em 1455, é ele quem representa a comunidade da Serra de Ossa em composição estabelecida com certos lavradores vizinhos da herdade do Campo da Palheta, no termo de Evoramonte⁵⁰³ e, junto do rei Afonso V, procura obter carta de privilégio para as casas e barca detidas por Catarina Afonso Guilhelma, benfeitora e hóspede frequente dos pobres, moradora em Coina⁵⁰⁴.

O seu prestígio junto dos círculos cortesãos levaria a rainha D. Isabel, mulher do rei Afonso V a constituí-lo, na sua segunda cédula testamentária, anterior a Dezembro de 1455, como um dos seus testamenteiros, juntamente com D. João Vicente, bispo de Viseu, e o lóio Álvaro Gonçalves, seu capelão-mor e confessor⁵⁰⁵. Esta marca, aliás, a última aparição de Gonçalo Vasques na documentação, embora, até 1470, continuemos a encontrar referências à Serra de Ossa como a casa «de Gonçalo Vasques», atestando a memória de uma presença marcante mas não já necessariamente real⁵⁰⁶.

164. GONÇALO VICENTE

⁵⁰¹ *Ibidem*, nº 64 (1452.06.27, Évora, em traslado de 1452.11.20, Estremoz).

⁵⁰² ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas, Colecção de Pergaminhos*, nº 3 [C5 ELV 03, nº 14] (1453.05.11, Serra de Ossa, em traslado de 1453.05.13, Veiros).

⁵⁰³ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 36, nº 3 e lv. 40, macete 2-3, nº 95 (1455.04.10, Campo da Palheta).

⁵⁰⁴ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 15, fl. 138v (1455.05.18, Lisboa).

⁵⁰⁵ MH, vol. XII, doc. nº 3, p. 6 e vol. XV e Suplemento, doc. nº 188, pp. 431-435.

⁵⁰⁶ TT, *Colecção Especial*, caixa 7, nº 20 (1459.05.29, Évora, em traslado de 1489.07.02, Lisboa); BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 26 (1466.07.07, Estremoz); TT, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, maço 1, nº 3 (1470.04.31, Estremoz).

Junqueira (pobre, a. 1470 – a. 1488)

Pobre do eremitério da Junqueira, era filho de Vicente Afonso e de Margarida Fernandes⁵⁰⁷, possivelmente oriundos de Santiago do Cacém ou de Sines, em cujos termos possuíam diversos bens⁵⁰⁸. Conhecem-se pelo menos um irmão deste eremita, Afonso Vicente, e uma sua cunhada, Ouroana Martins⁵⁰⁹. Ingressou na pobre vida em data anterior a 1470, tendo então doado ao eremitério da Junqueira os bens que havia herdado por morte da mãe⁵¹⁰. Em 1474, aí faz redigir o seu testamento, deixando quase todos os seus bens de raiz ao eremitério, à excepção de umas casas, que deixa à cunhada, e algum gado e bens móveis, que permite fiquem com os irmãos⁵¹¹. Já se encontrava falecido em 1488, quando o irmão, Afonso Vicente, morador em Sines, solicita de Diogo Moreno, regedor do eremitério, traslado do testamento do irmão, enquanto seu testamenteiro⁵¹².

165. GUTERRE

São Domingos de Brunheda (pobre, 1378)

Na inquirição conduzida aos eremitas por determinação pontifícia em 1378, é referido como levando vida eremítica em «sam domingos da brunheda»⁵¹³.

⁵⁰⁷ Cf. nota 510.

⁵⁰⁸ Cf. notas 510 e 511.

⁵⁰⁹ Cf. nota 511.

⁵¹⁰ Cf. TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 20. A data e o local estão ilegíveis devido a mancha de água, mas a doação é necessariamente anterior a 1470, dado que o redactor do diploma diz-se ainda tabelião pelo Infante D. Fernando, falecido nesse ano.

⁵¹¹ *Ibidem*, maço 3, nº 59 (1474.05.23, Junqueira, em instrumento de publicação de 1488.04.21, Santiago do Cacém).

⁵¹² *Ibidem* (1488.04.21, Santiago do Cacém).

⁵¹³ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 24 (1378.02.16, Quinta de Cambeses, em traslado de 1389.08.19).

166. HUMBERTO

Penha Longa (pobre, 1390)

Em Agosto de 1390, na venda feita a Fr. Vasco da herdade de Penha Longa, é referido como um dos seus companheiros⁵¹⁴. Segundo as memórias associadas ao fundador de Penha Longa, este Humberto ter-se-ia juntado a Fr. Vasco já após o seu regresso a Portugal (depois de 1373), tendo morrido ainda antes do seu mestre, ou seja, em data anterior a 1420⁵¹⁵.

167. JERÓNIMO

Penha Longa (pobre, 1396)

Surge entre as testemunhas ao testamento de Martim Eanes do Casal, redigido em 1396, juntamente com Lourenço, ambos ditos como «pobres jrmjtaaes», e com Frei Vasco, clérigo, moradores na Penha Longa e a cuja comunidade o testador deixa todos os seus bens, determinando que o façam aí sepultar⁵¹⁶.

168. JOÃO (I)

⁵¹⁴ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Saúde de Penha Longa*, maço 1, nº 30 (1390.08.05, Penha Longa). Publ. in Cândido dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal. Das origens aos fins do século XVII*, Porto, INIC – Centro de História da Universidade do Porto, 1980, Apêndice Documental, doc. 1, pp. 259-261.

⁵¹⁵ Cf. José Adriano Freitas de Carvalho, «Nas origens dos Jerónimos na Península Ibérica: do franciscanismo à Ordem de S. Jerónimo – o itinerário de Fr. Vasco de Portugal», *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, 2ª série, vol. I, Porto, 1984, pp. 94-95; Sophie Coussemacker, *L'Ordre de Saint Jerome en Espagne (1373-1516)*, tomo I, p. 106.

⁵¹⁶ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Saúde de Penha Longa*, maço 1, nº 34 (1396.05.02).

Serra de Ossa (?) (pobre, 1366)

Pobre, companheiro de outros três eremitas (Mateus, Luís e Martinho). Recebe, com eles, em doação de Gil Afonso, vassalo do Infante D. Fernando, e de sua mulher, Maria Afonso, em 1366, uma casa perto de Estremoz, no lugar dito de Sancha da Ribeira, com um pardieiro situado atrás da mesma, um pedaço de chão (que confronta com uma azenha) e o acesso e serviço a um poço situado acima da dita azenha⁵¹⁷. Não é claro o eremitério a que pertence, sendo provável que levasse vida eremítica algures na Serra de Ossa. A escassez de dados impede-nos também de poder identificá-lo com outros homónimos que, mais tarde, surgem ligados a eremitérios situados na Serra de Ossa.

169 JOÃO (II)

Azambujeira (pobre, 1371)

Dito como «creljo da pobre vida», recebe, juntamente com Afonso Galego, seu parceiro, em 1371, em doação dos casais Pedro Martins Cabeça e Maior Mendes e Fernão Farto e Constança Gonçalves, moradores e vizinhos em Avis, as partes que estes detinham da horta velha de Pedro Fulaz, situada, subentende-se, no termo da vila, «da parte d aalem do Ribeiro», para aí viverem e servirem a Deus⁵¹⁸.

170. JOÃO (III)

Serra de Ossa (pobre, 1373)

⁵¹⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 40, macete 1 (Pergaminhos), nº 36 (1366.03.09, Estremoz).

⁵¹⁸ *Ibidem*, lv. 44, nº 20 (ambas as doações de 1371.03.05, Avis, em traslado de 1376.01.14, Évora).

Devia pertencer aos eremitas presentes na Serra de Ossa quando, em 1373, é incluído, juntamente com Pedro Meirinho, Álvaro e todos os seus irmãos que vivem na pobre vida, entre os destinatários da doação feita pelos pobres Mateus Jacobo e João Domingues Cepelheiro, da parte por eles detida num serrado sito na Serra de Ossa⁵¹⁹.

171. JOÃO (IV)

Vale Formoso, termo de Tavira (fundador e regedor, 1401-c. 1406)

«Ermitão da pobre uida», natural de Lamego, recebe em doação de Afonso Pais, almoxarife régio em Tavira, em 1401, uma horta que fora de Pedro Machado, junto à Serra, no termo da vila, para aí poder servir a Deus⁵²⁰. Alguns anos mais tarde, certamente não muito depois de 1406, recebe nova doação de parte da mesma horta, desta feita por iniciativa de Álvaro Gonçalves, escudeiro do rei e seu chanceler-mor⁵²¹.

172. JOÃO (V)

Montemuro (pobre, 1415)

⁵¹⁹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 15 (*Pergaminhos Avulsos*, 80), nº 22 (1373.10.09, Redondo, em traslado de 1432.09.20, Évora).

⁵²⁰ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Ajuda de Tavira*, maço único, nº 2 (1401.04.08, Tavira, em cópia do séc. XVII). A doação surge aí como respeitante ao ano de 1439, o que só pode corresponder à Era de César, dado que Afonso Pais aparece documentado como almoxarife em Tavira em 1397 (*ChDJI*, vol. II, tomo 3, doc. 1119, pp. 38-39 – 1397.04.20, Évora). Em 1415, já o cargo era ocupado por Afonso Lopes (*ChDJI*, vol. III, tomo 3, doc. 979, p. 107) e, em 1439, o almoxarife régio em Tavira era João Ichoa, criado de D. João I, nomeado para o lugar pelo rei Duarte a 12.11.1433 e confirmado por D. Afonso V a 05.05.1439 (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 18, fl. 88v).

⁵²¹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Ajuda de Tavira*, maço único, nº 5, fls. 1v-2 (em traslados sucessivos de 1508.03.25 e 1570.04.27, copiados em memória enviada para a Província da ordem em 1741). O documento aparece datado de 19.12.1464, o que deve constituir uma leitura adulterada do ano, que não só deverá corresponder à Era de César como dever ter sido mal lido, talvez em substituição de 1444 (correspondendo a 1406). Com efeito, Álvaro Gonçalves aparece documentado como chanceler-mor de D. João I entre 1400 e 1406, após uma longa carreira ao serviço dos monarcas portugueses [cf. Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, INIC – Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 275-279].

Eremita estante em Montemuro, juntamente com Álvaro e Lopo quando, em 1415, é referido entre os destinatários de duas doações de bens nesse lugar, para aí poderem erigir o seu eremitério⁵²².

173. JOÃO (VI)

Eremitério não identificado (pobre, 1419)

Referido simplesmente como «Johannes pauper», apresenta súplicas a Martinho V, em 1419, com o apoio do rei João I, solicitando a faculdade de ser absolvido em artigo de morte por qualquer sacerdote e de ser confessor dos pobres que viverem com ele no ermo, inclusive em caso de morte, bem como de sua mãe, e de celebrar em qualquer ermitério, pressupondo-se assim a sua condição clerical⁵²³.

174. JOÃO (VII)

Eremitério não identificado (pobre?, 1437)

Referido como «frey Joham hermjtam», aparece, em 1437, como foreiro de uma vinha pertencente ao cabido da Sé de Braga e sita no termo de Santarém, em Leite Coito, no campo de Alvisquer⁵²⁴.

⁵²² Doações de 25 de Fevereiro e 6 de Abril de 1415, feitas, a primeira por um casal de Évora e outro pela edilidade da cidade (BN, *Colecção de Pergaminhos, Série Vermelha*, PGS 37V e *Série Roxa*, PGS 3 R; ambas os diplomas são confirmados pelo rei Duarte a 24-12.1434 – *ChDD*, vol. I, tomo 1, doc. 632, pp. 380-384).

⁵²³ *MPV*, vol. III/2, doc. nº 207-210, p. 140 (1419.01.31, Mântua).

⁵²⁴ *ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 757, p. 47 (1437.01.04, Santarém).

175. JOÃO (VIII)

Rio Mourinho (pobre, 1449)

Eremita de Rio Mourinho, aparece referido em 1449, quando a comunidade recebe do monarca isenção de aposentadoria para as casas que detinham em Montemor-o-Novo⁵²⁵.

176. JOÃO (IX)

Serra de Ossa (pobre, 1460)

Eremita na Serra de Ossa, surge, em 1460, a testemunhar um instrumento de posse e demarcação de propriedade localizada junto à herdade das Cortes, no termo de Evoramonte, pertencente aos pobres⁵²⁶.

177. JOÃO (X)

Santa Margarida do Aivado de Évora (pobre, 1460-1462)

Pobre do eremitério de Santa Margarida do Aivado, é nomeado entre os membros da comunidade presentes, em 1460, ao acordo estabelecido com o padre lóio

⁵²⁵ TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 2, fl. 212 (1449.10.27, Pavia, em confirmação de 1484.05.10, Santarém).

⁵²⁶ Deste documento existem dois exemplares, ambos com problemas de leitura (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 36, nº 1 e BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. F7 – 1460.04.23, herdade das Cortes).

João de Arruda em ordem à entrega à sua Congregação da proveniência de Montemuro⁵²⁷. Dois anos depois, encontram-lo também entre os eremitas do Aivado que, juntamente com o fundador do eremitério, assumem o compromisso de viverem sempre em obediência, irmandade e sob a regra e viver da Serra de Ossa⁵²⁸.

178. JOÃO (XI)

Pó, termo de Óbidos (pobre, 1468)

Dito como João, «o proue», residia no lugar do Pó, no termo de Óbidos, em 1468, trazendo aforados certos bens da capela instituída na igreja de S. Pedro de Óbidos por alma de João Eanes do Pó, que fora alcaide da vila. Por sentença dada por Afonso Eanes, prior de Santa Maria de Óbidos e vigário na dita vila e seu termo pelo arcebispo de Lisboa, é obrigado a dar dois terços dos rendimentos dos ditos bens para a referida capela⁵²⁹.

179. JOÃO (XII)

Rio Torto (pobre, 1481)

Pobre do eremitério de Rio Torto, representa a comunidade em composição celebrada em 1481 com Catarina Eanes “Cabeça”, viúva de Pedro Afonso Durão, moradora em Elvas. Tendo o dito Pedro Afonso ingressado no eremitério, deixara a este determinados foros, clarificando-se agora a partilha dos mesmos entre o lugar dos

⁵²⁷ TT, *Colégio de S. Paulo de Évora*, maço único, nº 2, fls. 3v-4 (1460.11.24, Santa Margarida do Aivado de Évora, em transcrição inserida em memória da casa enviada para a Província da ordem, no séc. XVIII).

⁵²⁸ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 91 (1462.10.04, Santa Margarida do Aivado de Évora).

⁵²⁹ MNARQ, *Colegiada de S. Pedro de Óbidos, Documentos em papel*, nº 2 (1468.02.17, Óbidos). Sumariado por Pedro de Azevedo, «Catálogo dos manuscritos do Museu Etnológico. Documentos de S. Pedro de Óbidos», *O Archeologo Portuguez*, 1ª série, vol. XIX, 1914, p. 76.

pobres e a dita viúva. No mesmo ano, o eremita João toma posse do foro que lhes coube, respeitante a um moinho sito na Ribeira de Chinchas, no termo de Elvas⁵³⁰.

180. JOÃO (XIII)

Serra de Ossa (pobre, c. 1481)

Pobre referido na sentença régia de 1483 que ratifica a posse da casa da Serra de Ossa pelos eremitas, face à tentativa de apropriação da mesma perpetrada pelos jerónimos de Santa Maria do Espinheiro em 1476. Cremo-lo como pertencente a este eremitério, dado que o seu nome é integrado entre os pobres que são nomeados após o maioral da Serra de Ossa e antes dos regedores de outras provenças⁵³¹.

181. JOÃO (XIV)

Eremitério não identificado (pobre, 1487)

Eremita «que vëo d antre <os> pobres», é admitido à Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista no Capítulo Geral de 1487, trazendo para o efeito carta do provincial dos pobres⁵³². Deve ser o mesmo que, em 1489, ingressa definitivamente no seu noviciado, na casa de S. João Evangelista de Lisboa⁵³³.

182. JOÃO (XV)

⁵³⁰ ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas, Colecção de Pergaminhos*, nº 6 [C5 ELV 06, nº 17] (composição de 1481.10.19, Elvas e acto de posse de 1481.11.07, Elvas).

⁵³¹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 88 (1483.02.26, Santarém). Sobre a datação das referências aí contidas, cf. nota 27.

⁵³² TT, *Manuscritos da Livraria*, nº 523, fl. 29v (1487.07.04-09).

⁵³³ *Ibidem*, fl. 36v (1489.06.01-08).

Ermida de S. Miguel, o Anjo, termo de Beja (pobre, 1496-c. 1502)

Beguino que, em 1496, vivia junto à ermida de S. Miguel, o Anjo, no termo de Beja, pelo menos com um outro eremita, Pedro Afonso Cordeiro, testemunhando, nessa data, o instrumento pelo qual este escolhia ser sepultado na igreja do mosteiro da Conceição de Beja⁵³⁴. Em 1502, é tomada posse, pelo mosteiro da Conceição de Beja, de um assento de oliveiras e vinhas que lhes fora doado pelos referidos eremitas⁵³⁵, o que supõe a morte do dito Pedro Afonso, dado que a mesma doação, sem data e trasladada em 1504, determinava que o mosteiro tomasse posse dos bens apenas após a morte deste. Nesse diploma, os dois eremitas encarregavam o mosteiro de celebrar duas missas por suas almas, em dia de Todos os Santos, atestando-se também aí a condição do dito João como «proue da dita Cassa leiguo»⁵³⁶.

183. JOÃO (XVI)

Santa Margarida do Aivado de Évora (pobre, 1501)

Pobre do eremitério de Santa Margarida do Aivado, está presente, em 1501, a emprazamento celebrado nesse lugar de metade de uma azinhaga que os pobres detinham em Évora, «ao talho do mouro»⁵³⁷.

184. JOÃO AFONSO (I)

⁵³⁴ ADBEJA, *Mosteiro da Conceição de Beja*, n° 33, fls. 9-9v (1496.07.26, Beja).

⁵³⁵ *Ibidem*, n° 33, fl. 9v (1502.01.03, Beja).

⁵³⁶ *Ibidem*, n° 33, fls. 10-10v (s.d., em traslado de 1504.11.14, Beja).

⁵³⁷ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, livro 2, n° 73 (1501.03.22, Santa Margarida do Aivado de Évora).

S. Pedro de Bencatel (pobre, 1395)

Serra de Ossa (pobre, 1409-1413)

Dito «pobre da chamaçam de matheu[s]», adquire, juntamente com Domingos Peres, seu parceiro, em 1395, uma casa no arrabalde de Vila Viçosa, na Rua dos Paços de el-Rei. Segundo o mesmo documento, residia então com o dito Domingos Peres em S. Pedro de Bencatel⁵³⁸. Em 1409, quando pede traslado do referido título de venda, já se encontrava na Serra de Ossa, sendo dito pobre «da chamaçam de Yoham ffernandez»⁵³⁹. Documentamo-lo ainda em 1413, quando comparece em Estremoz, com outros eremitas do núcleo da Serra de Ossa, a solicitar o traslado de diversas escrituras e a receber de Gonçalo Peres, em doação, as casas que este recebera em herança de Rui Gonçalves, clérigo dessa vila⁵⁴⁰.

185. JOÃO AFONSO (II)

Eremitério não identificado (pobre, 1458)

Dito como «Joham Affonso pauper», surge documentado entre as pessoas presentes na igreja de Santiago de Óbidos em 1458, aquando da visitação aí feita por Luís Eanes, vigário-geral do arcebispado de Lisboa⁵⁴¹.

186. JOÃO ALFANGE

⁵³⁸ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 8, fls. 39v-41 (1395.05.16, Vila Viçosa, em traslados de 1409.02.05, Vila Viçosa e 1542.12.08, Redondo).

⁵³⁹ *Ibidem* (1409.02.25, Vila Viçosa, em traslado de 1542.12.08, Redondo).

⁵⁴⁰ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 1, nº 3 (1413.01.09, Estremoz).

⁵⁴¹ Isaías da Rosa Pereira, «Visitações de Santiago de Óbidos (1434-1481)», *Lusitania Sacra*, 1ª série, tomo VIII, 1967-1969, p. 150.

Vale Abraão (pobre, 1491)

Eremita de Vale Abraão, obtém, em 1491, breve apostólico com concessão de indulgências aos que visitarem a capela do eremitério⁵⁴².

187. JOÃO BELO

Serra de Ossa (pobre, 1423)

Pobre da Serra de Ossa, vivendo «So rrega e modo de Joham ffernandez», comparece em Estremoz, em 1423, a solicitar, em nome destes eremitas, traslado de carta do rei João I⁵⁴³.

188. JOÃO BRANDÃO

Serra de Ossa (pobre, 1459)

Alferrara (regedor, 1462-1497)

Juiz dos pobres (1478-1482)

Eremita documentado na Serra de Ossa em 1459, quando, em nome desta comunidade, solicita, na sé de Évora, a publicação de bula pontifícia⁵⁴⁴. Desde Agosto de 1462, já o encontramos como responsável pelo eremitério de Alferrara, altura em que

⁵⁴² BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 93 (1491.03.20, Roma).

⁵⁴³ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 1, nº 4 (1423.07.30, Estremoz).

⁵⁴⁴ TT, *Colecção Especial*, caixa 7, nº 20 (1459.05.29, Évora, em traslado de 1489.07.02, Lisboa). Dá a indicação que a publicação da bula fora feita a pedido do mesmo João Brandão a Março desse ano, facto também atestado em outro instrumento do mesmo teor solicitado por Diogo, pobre do eremitério da Junqueira, também nesse ano – cf. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 90 (1459.07.24, Évora, em traslado de 1484.07.12, Santarém).

compra um chão no lugar de *Palmoucim*, contíguo com o lugar dos pobres, estando também presente à respectiva tomada de posse⁵⁴⁵. O mesmo acontece ainda em Outubro desse ano, quando adquire para os pobres uma herdade de pão nos Barris, termo de Palmela, junto à Fonte do Sol⁵⁴⁶, alargada, em data incerta, por uma outra propriedade recebida em doação nesse mesmo local⁵⁴⁷. A sua cuidada gestão do eremitério permite-lhe continuar uma política de reforço das terras que o circundavam: em Almouquim, onde, em 1465, recebe em doação dois novos pedaços de chão⁵⁴⁸, conseguindo ainda do concelho de Palmela a cedência de um pedaço de caminho que lhes dava acesso, confirmada depois pelo Infante D. Fernando, administrador de Santiago⁵⁴⁹; junto à mata ou serra do Barril, com a aquisição de um casal de pão, em 1475⁵⁵⁰, engrossado sistematicamente com novas parcelas de terra em 1476⁵⁵¹ e 1485⁵⁵², a que se somaria mesmo um olival com dois «fornos de fazer call», adquiridos em 1497⁵⁵³; junto à Fonte do Sol, onde compra, em 1491, uma herdade e terra de pão⁵⁵⁴. A estes bens juntaria umas casas na vila de Palmela, adquiridas em 1469, não sem o apoio dos vendedores, que devem ter cedido as ditas casas por um preço inferior ao devido⁵⁵⁵.

⁵⁴⁵ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 27 (venda e posse, de respectivamente 1462.08.05, Setúbal e 1462.08.29, *Palmoucim*).

⁵⁴⁶ *Ibidem*, maço 3, nº 28 (1462.10.05, Lisboa, com posse a 12 de Outubro).

⁵⁴⁷ *Ibidem*, maço 3, nº 26 (?12.23, Palmela). A doação é feita por Afonso Amigo, sacador e tabelião do Infante D. Fernando em Palmela e por Irene Afonso, sua mulher, contando-se entre as testemunhas um João Gonçalves, almoxarife. A doação deve ser desta década de 60, dado que encontramos o dito Afonso Amigo a redigir outros documentos relativos a estes pobres em 1465: *ibidem*, maço 3, nº 31 (1465.03.27, Palmela), 32 (1465.04.17, Almouquim) e 33 (1465.04.27, Palmela).

⁵⁴⁸ *Ibidem*, maço 3, nº 31 e 32 (1465.03.27, Palmela e 1465.04.07, Setúbal, respectivamente).

⁵⁴⁹ *Ibidem*, maço 3, nº 33 (carta do concelho dada a 27.04.1465, com confirmação dada pelo Infante D. Fernando em Serpa a 11.05.1465; João Brandão toma posse desse caminho a 18 de Maio seguinte).

⁵⁵⁰ *Ibidem*, maço 3, nº 49 (1475.01.12, Lisboa).

⁵⁵¹ *Ibidem*, maço 3, nº 52 (1476.11.27, Setúbal).

⁵⁵² *Ibidem*, maço 3, nº 53 (1485.05.03, Palmela) e 54 (1485.05.11, Setúbal).

⁵⁵³ *Ibidem*, maço 3, nº 65 (1497.02.14, Setúbal).

⁵⁵⁴ *Ibidem*, maço 3, nº 61 (1491.01.18, Setúbal).

⁵⁵⁵ *Ibidem*, maço 3, nº 56 (1469.07.15, Palmela).

A par desta actividade no governo do eremitério, o regedor de Alferrara surge ainda em estreita relação com outros eremitas do mesmo modo de vida. Assim acontece em 1475, quando se apresenta, perante as justiças de Setúbal, como fiador de Rodrigo, pobre de Montemuro, relativamente ao pagamento de trinta reais brancos, devidos, a título de imposto, pela aquisição de uma mó para um moinho trazido pelos pobres desse lugar⁵⁵⁶. Apesar de, em 1478, diversos eremitas o acusarem de ser como tantos outros regedores que, após longos anos de governo dos seus eremitérios, os tinham mais «como Senhores proprios e como de sua coussa propria» do que «como Irmãos e conpanheiros» das ditas casas⁵⁵⁷, o facto é que, nesse mesmo ano, e aparentemente a desmentir tal afirmação, João Brandão aparece como um dos três juizes ou provedores dos pobres, juntamente com Lopo Godinho de Portel e Rodrigo Eanes, da casa de Vale Abraão. É nessa qualidade que recebe procuração, em Agosto de 1478, para tomar posse dos bens deixados ao seu eremitério por Catarina Afonso Guilhelma em Coina e no seu termo e para retirar os actuais ocupantes das casas que os pobres tinham junto ao mosteiro da Trindade, em Lisboa, e os fazer substituir por outros⁵⁵⁸. Em cumprimento desta procuração, vêmo-lo efectivamente em Coina, no ano seguinte, a solicitar traslado do testamento desta benfeitora e a tomar posse das casas por ela deixadas aos pobres nesse mesmo lugar⁵⁵⁹. É possível que se tivesse mantido como juiz dos pobres até 1482, data em que, por determinação régia, os eremitas elegem o seu primeiro provincial, continuando depois, como referimos, a assegurar o governo da casa de Alferrara por pelo menos mais quinze anos⁵⁶⁰.

189. JOÃO CARUJO

Vale da Infante (pobre, 1505)

⁵⁵⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 74, no verso (1475.06.09, Setúbal).

⁵⁵⁷ *Ibidem*, pasta 7, nº 79 e TT, *Leitura Nova, Odiana*, , lv. 4, fls. 104v-106v (1478.04.22, Lisboa).

⁵⁵⁸ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 27 (1478.08.21, Évora, em traslado de 1479.02.20, Coina).

⁵⁵⁹ *Ibidem* (1479.02.20, Coina, com posse, no verso, de 1479.06.09, Coina).

⁵⁶⁰ Cf. nota 553.

Pobre da casa de Vale da Infante, surge documentado, em 1505, a solicitar em Estremoz traslado de determinado capítulo de Cortes relativo às coimas associadas às coutadas⁵⁶¹.

190. JOÃO COMUNAUS

Eremitério não identificado (pobre, 1376)

Pobre que, em 1376, integra o grupo de eremitas beneficiados por Gregório XI, recebendo do pontífice a graça de absolvição plenária em artigo de morte⁵⁶².

191. JOÃO DA GUARDA

Valbom (regedor, 1496)

Vale da Infante (pobre, 1504)

Documentado como regedor da provença de Valbom em 1496, adquire, nesta data, para esta comunidade, duas terras no termo de Juromenha, onde os pobres já detinham outras propriedades⁵⁶³. Em 1504, já transitara para o eremitério de Vale da Infante, sendo então escolhido como procurador desta casa para receber em sesmaria do concelho de Evoramonte uma terra no termo desta vila, que os pobres queriam aproveitar, aí instalando as suas colmeias e fazendo pascer os seus gados⁵⁶⁴. Ainda

⁵⁶¹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 40, macete 1 (Pergaminhos), nº 37 (1505.10.29, Estremoz).

⁵⁶² Grégoire XI (1370-1378). *Lettres communes analysées d'après les registres dits d'Avignon et du Vatican, années IV à VII*, Roma, École Française de Rome, 1997-2008, p. 4, nº 41726 (1376.08.08, Avinhão).

⁵⁶³ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. A9 (1496.11.14, Juromenha).

⁵⁶⁴ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 2, nº 8 (1504.01.20, Evoramonte).

nesse ano, surge também documentado a solicitar, em Estremoz, a validação de uma procuração para que a comunidade pudesse escambar certas terras que trazia em Monforte⁵⁶⁵.

192. JOÃO DE ABRANTES (I)

Montes Claros (pobre, 1486)

Santa Margarida do Aivado de Évora (pobre, 1489)

Dito como pobre da casa de Montes Claros, no termo de Borba, é referido entre as testemunhas que, em 1486, estão presentes à colocação de dois marcos junto à sua provença, em ordem a demarcar o seu território e evitar que este fosse devassado⁵⁶⁶. Possivelmente, é o mesmo que, em 1489, se encontra em Santa Margarida do Aivado de Évora, então referido como clérigo de missa⁵⁶⁷.

193. JOÃO DE ABRANTES (II)

Água das Infantes (pobre, 1509)

Pobre residente no eremitério de Água das Infantes, no termo de Portel, aí surge documentado em 1509, quando solicita, juntamente com Lourenço Cebolinho, seu companheiro, traslado de carta régia de privilégio⁵⁶⁸. A falta de mais dados e a diferença

⁵⁶⁵ *Ibidem*, maço 2 nº 9 e 10 (procuração de 1504.01.14, Estremoz, inserida em dois escambos de 1504.01.20, Monforte).

⁵⁶⁶ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 13 [20] (1486.02.16, provença de Montes Claros).

⁵⁶⁷ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 92-93 (1489.08.08, Évora).

⁵⁶⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Portel*, nº 11 (1509.08.27, Portel).

de vinte anos face ao seu homónimo documentado no Aivado de Évora em 1489 levam-nos a propô-lo como um eremita distinto do anterior.

194. JOÃO DE ALCÁCER

Eremitério não identificado (pobre, 1497)

Incluído entre os vários eremitas vindos «d antre os pobres» que, em 1497, se encontravam no convento lóio de S. João Evangelista de Évora, era já de avançada idade, razão pela qual o Capítulo Geral dessa Congregação, então celebrado, determinava que o aconselhassem a permanecer entre os eremitas mas que, caso não o quisesse fazer, que fosse «antre nos soportado e rrecriado»⁵⁶⁹.

195. JOÃO DE AMIEIRA

Serra de Ossa (pobre, 1450)

Pobre da Serra de Ossa, «do lloguar que sse chama de Gonçalo uasquez», está presente, junto com João de Vila Viçosa e Diogo, seus companheiros, em representação da sua comunidade, na demarcação da herdade do Campo da Palheta executada em 1450⁵⁷⁰.

196. JOÃO DE AMOREIRA

Alentejo, termo de Óbidos (pobre, 1434)

⁵⁶⁹ TT, *Manuscritos da Livraria*, nº 523, fl. 93v (1497.05.08-16).

⁵⁷⁰ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 20 (1450.12.27, Campo da Palheta).

Pobre residente no oratório de Alentejo, no termo de Óbidos, onde se encontra em 1434, por ocasião da doação deste lugar aos Lóios, aceitando permanecer no eremitério como irmão e cónego da Congregação⁵⁷¹.

197. JOÃO DE ARAGÃO

Barriga [→Cela Nova] (pobre, 1414)

Juntamente com Afonso Vasques e Frei Lourenço, «pobres Jrmjtaes», residia no eremitério de Barriga, no termo de Almada, em 1414, quando vêm ratificada uma doação em seu favor por parte de Marinha Lourenço, viúva de Vasco Vicente Cristos, moradora em Almada, de um pardieiro que fora curral, sito na dita vila⁵⁷².

198. JOÃO DE BEJA

Água das Infantes, termo de Portel (pobre, 1411)

Eremita residente no eremitério de Água das Infantes, em Portel, é referido entre os pobres desse lugar que, em 1411, são constituídos como destinatários de duas doações de dois chãos de casaria, sitos no arrabalde da vila, junto às casas por eles aí detidas⁵⁷³.

199. JOÃO DE ELVAS

⁵⁷¹ TT, *Convento de S. Bento de Xabregas*, maço 18, nº 3 (1434.09.24, Alentejo, no termo de Óbidos).

⁵⁷² TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, maço 2 de pergaminhos, nº 30 [antigo maço 1, nº 1] (1414.12.10, Almada).

⁵⁷³ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 34 (1411.01.09, Portel) e nº 36 (1411.08.15, Portel).

Espadaneira (regedor, 1453)

Pobre que detinha o regimento do eremitério da Espadaneira em 1453. Vendo-se confrontado com a desobediência de alguns destes eremitas ao seu governo, recorre aos juízes da Serra de Ossa que, nessa data, enviam carta às justiças de Veiros ordenando que, com base nos poderes que lhes eram conferidos pelo rei Afonso V, executassem o mandato de expulsar desse lugar os pobres rebeldes. João de Elvas deve ter executado de imediato esta decisão, dado que ainda nesse ano comparece junto do juiz de Veiros solicitando o traslado da referida carta, juntamente com o do regimento afonsino de 1452 que a legitimava⁵⁷⁴.

200. JOÃO DE ESTREMOZ

Vale da Infante (pobre, 1478)

Pobre do eremitério de Vale da Infante, aí surge documentado em 1478, integrando o conjunto dos pobres desse lugar que então fazem profissão do voto de castidade, na sequência do determinado por anterior bula de Sisto IV⁵⁷⁵.

201. JOÃO DE ÉVORA

Água das Infantes, termo de Portel (pobre, 1411)

⁵⁷⁴ ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas, Colecção de Pergaminhos*, nº 3 [C5 ELV 03, nº 14] (carta de 1453.05.11, Serra de Ossa, no traslado de 1453.05.13, Veiros, solicitado pelo dito regedor).

⁵⁷⁵ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 80 (1478.11.07, Vale da Infante).

Eremita residente no eremitério de Água das Infantes, em Portel, é como tal referido em duas doações, ambas de 1411, de dois chãos de casaria, sitos no arrabalde da vila, junto a casas já aí detidas pelos pobres⁵⁷⁶.

202. JOÃO DE LAGOS

Serra de Ossa (pobres, 1378)

Na inquirição feita em 1378 por ordem pontifícia, é referido entre os eremitas que então se encontram na Serra de Ossa⁵⁷⁷.

203. JOÃO DE LAMEGO (I)

Santa Margarida do Aivado de Évora (pobre, 1406-1418)

Em Setembro de 1406, juntamente com Gomes, pobre, recebe em doação um chão no Aivado, termo de Évora, onde chamam a Fonte do Louro, para aí fazerem sua morada e um oratório para servirem a Deus⁵⁷⁸. As doações feitas a ambos os eremitas sucedem-se ainda nesse ano, permitindo-lhes agregar ao eremitério diversos quinhões de vinhas, um chão e umas panasqueiras que haviam sido vinhas e herdade⁵⁷⁹. João de Lamego mantinha-se no eremitério em 1416, quando é doada ao grupo uma outra courela de vinha, também no Aivado⁵⁸⁰. Dois anos depois, adquire, juntamente com o

⁵⁷⁶ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, n° 34 (1411.01.09, Portel) e n° 36 (1411.08.15, Portel).

⁵⁷⁷ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), n° 24 (1378.02.16, Quinta de Cambeses, em traslado de 1389.08.19, Évora).

⁵⁷⁸ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, n° 100 (1406.09.09-10, Aivado - Évora).

⁵⁷⁹ *Ibidem*, lv. 2, n° 81 e 82 (1406.09.14, Évora), 79 (1406.09.26, Évora), 80 (1406.09.26, Évora), 78 (1406.10.03, Évora).

⁵⁸⁰ *Ibidem*, lv. 2, n° 77 (1416.01.27, Évora).

dito Gomes, umas casas com seu quintal em Évora, na Rua Cega, dentro da cerca velha⁵⁸¹, confinantes com outras outrora pertencentes a Frei Rodrigo Fulcaz. No acto de posse das ditas casas, os mesmos pobres tomam, por isso, posse de todas estas casas, bem como de outros bens que o dito Rodrigo Fulcaz lhes havia doado, sitos em Monte Redondo, no termo de Évora⁵⁸², deslocando-se ainda a Santarém para obterem o traslado da cláusula do testamento deste benfeitor que comprovava a cedência dos referidos bens⁵⁸³.

204. JOÃO DE LAMEGO (II)

Vale da Infante (pobre, 1478)

Serra de Ossa (regedor, 1492)

Pobre estante no eremitério de Vale da Infante em 1478, integra o grupo dos pobres que, nesse lugar, então fazem profissão do voto de castidade, na sequência do determinado por anterior bula de Sisto IV⁵⁸⁴. Em 1492, já surge como regedor da Serra de Ossa, emprazando, nessa data, dois pedaços de terra junto a Santa Maria de Monte Virgem, sendo então dito como clérigo de missa⁵⁸⁵.

205. JOÃO DE NISA

Valbom (pobre, 1422)

⁵⁸¹ *Ibidem*, lv. 2, nº 83 (1418.05.18, Évora). A venda é confirmada por Catarina Peres Vouzelha, que desiste de todo o seu direito sobre as ditas casas e quintal (*ibidem*, lv. 2, nº 85 – 1418.05.24, Évora).

⁵⁸² *Ibidem*, lv. 2, nº 84 (1418.05.19, Évora).

⁵⁸³ *Ibidem*, lv. 2, nº 72 (1418.06.01, Santarém).

⁵⁸⁴ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 80 (1478.11.07, Vale da Infante).

⁵⁸⁵ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 11, docs. 1 e 2 (1492.02.01, Estremoz).

Pobre do eremitério de Valbom, aí residia em 1422 quando, juntamente com Bento e Afonso, seus parceiros, adquire para o dito lugar uma casa e quintal em Vila Viçosa, na Rua do Alandroal, junto a casa já aí por eles detida⁵⁸⁶.

206. JOÃO DE RIO MOURINHO

Rio Mourinho (regedor, 1508-1510)

Regedor da provença de Rio Mourinho, aparece documentado em 1508 em compra feita pelos pobres de uma herdade confrontante com o eremitério⁵⁸⁷, à qual acrescentaria novo quinhão de terra em 1510⁵⁸⁸.

207. JOÃO DE SANTA MARIA ou JOÃO VAQUEIRO

S. Julião de Alenquer (regedor, 1468-a. 1490)

É possível que estejamos em presença do fundador do eremitério de S. Julião de Alenquer. Contudo, e apesar do lugar ser objecto de diversas doações a partir de 1459⁵⁸⁹, só em 1468 conseguimos atestar a presença no mesmo de João de Santa Maria, quando este adquire as terras que o casal Afonso Rodrigues e Branca Eanes, moradores em Alenquer e criados de Martim de Távora, já falecido, traziam dentro do cerrado do

⁵⁸⁶ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, Doc. D8 (1422.06.30, Vila Viçosa).

⁵⁸⁷ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 53 (1508.09.01, Évora).

⁵⁸⁸ *Ibidem*, lv. 2, nº 56 (1510.08.20, Montemor-o-Novo).

⁵⁸⁹ *Ibidem*, lv. 2, nº 102 (1459.04.27, Alenquer, em larga medida ilegível); *ibidem*, lv. 2, nº 111 e 110 (1465.06.03 e 1468.09.09, «ao oratório de sam gião d alanquer e aos pobres que em elle estam e ao depois uierem»).

eremitério, juntamente com duas oliveiras⁵⁹⁰. Em 1473 e de novo em 1481, vê-se obrigado ao confronto com os clérigos da colegiada de Santa Maria da Várzea de Alenquer na defesa do privilégio de isenção do pagamento da dízima eclesiástica⁵⁹¹. Encontramo-lo também envolvido na gestão dos bens do eremitério, aforando, em 1480, um mato com oliveiras em Vale do Junco, no termo de Alenquer, pertencente aos pobres⁵⁹², que viria a receber de volta em 1484, após os foreiros desistirem da respectiva exploração⁵⁹³. Possivelmente, já teria falecido em 1490, pois a posse desta última propriedade é tomada já por um Pedro, pobre do mesmo eremitério. Pelo mesmo instrumento de posse, sabemos que o seu nome era, no século, João Vaqueiro, pois aparece identificado como o eremita que havia dado em emprazamento a terra agora recuperada⁵⁹⁴.

208. JOÃO DE SANTIAGO

Vale da Infante (pobre, 1504)

Pobre residente em Vale de Infante, aí surge documentado em 1504, quando testemunha uma procuração então emitida pelos pobres em favor de João da Guarda e Rodrigo de Monforte, seus companheiros, para escambarem determinadas terras do eremitério⁵⁹⁵.

⁵⁹⁰ *Ibidem*, lv. 2, nº 259 (1468.10.26, Alenquer). O documento traz a Era de 1468 mas corresponde à Era cristã, dado que Martim de Távora ainda estava vivo em Agosto de 1459 (ver a respectiva biografia em Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira...*, vol. II, pp. 983-987).

⁵⁹¹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 1, nº 63 (sentenças de 1473.11.29, Lisboa e 1481.03.15, Alenquer).

⁵⁹² *Ibidem*, lv. 2, nº 101 (1480.10.26, Alenquer).

⁵⁹³ *Ibidem*, lv. 2, nº 104 (1484.02.09, Alenquer).

⁵⁹⁴ *Ibidem*, lv. 2, nº 104, no verso (1490.08.13, Vale do Junco).

⁵⁹⁵ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 2, nº 9 e 10 (procuração de 1504.01.14, Estremoz, inserida em dois escambos de 1504.01.20, Monforte).

209. JOÃO DE SERPA

Vale da Infante (pobre, 1497)

Pobre do eremitério de Vale da Infante, surge, em 1497, a solicitar, em representação desta comunidade, traslados do codicilo ao testamento de Beatriz Gomes Trigueira⁵⁹⁶ e de uma carta de D. Manuel de confirmação dos privilégios usufruídos por esse lugar⁵⁹⁷.

210. JOÃO DE TORRES

Água das Infantes, termo de Portel (pobre, 1405-1406)

Referido como pobre, recebe em doação, juntamente com Vasco e Lourenço, seus companheiros, em 1405, uma herdade dita das Infantes, junto «as fontes», no termo de Portel, para aí viverem e fazerem «ssua vida»⁵⁹⁸. A esta se juntaria uma outra herdade no mesmo local, obtida também por doação, logo no ano seguinte, mantendo-se o eremitério ocupado pelo mesmo grupo de pobres⁵⁹⁹.

211. JOÃO DE VEIROS

Serra de Ossa (pobre, 1428)

⁵⁹⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 15 (*Pergaminhos Avulsos*, 80), nº 19 (1497.08.23, Estremoz).

⁵⁹⁷ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 2, nº 6 (1497.12.30, Estremoz).

⁵⁹⁸ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 53, doc. A (1405.12.05, Portel, de difícil leitura) e nº 48 (em traslado de 1460.08.03, Portel).

⁵⁹⁹ *Ibidem*, lv. 1, nº 53, doc. B (1406.01.06, Portel).

Pobre da Serra de Ossa, comparece em Évora, junto com Lourenço, seu companheiro, em 1428, para a partição de herdade no Campo da Palheta, divisada entre os eremitas, a quem pertenciam três quartos do terreno, e Rui Salvado, morador em Évora, que detinha a parcela restante do imóvel⁶⁰⁰.

212. JOÃO DE VIANA (I)

Valbom (regedor, 1491)

Regedor do lugar de Valbom, está presente à procuração dada pelos eremitas da Serra de Ossa a João Eanes, regedor do eremitério de Mendoliva, em 1491, para estabelecer composição com o concelho de Palmela sobre a herdade da Fonte do Sol⁶⁰¹.

213. JOÃO DE VIANA (II)

Alferrara (pobre, 1494)

Pobre da provença de Alferrara, adquire em 1494, para o eremitério, um casal que lhe ficava contíguo, com suas terras de pão, pinhal, forno de cal, pedreiras e oliveiras⁶⁰².

214. JOÃO DE VILA VIÇOSA

Serra de Ossa (pobre, 1450-1470)

⁶⁰⁰ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 6 (1428.12.13, Évora).

⁶⁰¹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 63 (s.d., inserida em composição de 1491.07.19, Palmela).

⁶⁰² *Ibidem*, maço 3, nº 64 (1494.04.06, Setúbal).

Pobre da Serra de Ossa, «do lloguar que sse chama de Gonçalo uasquez», encontra-se entre os eremitas presentes à demarcação da herdade do Campo da Palheta, levada a efeito em 1450⁶⁰³. Em 1460, acompanha Gonçalo de Pinhel, regedor da Serra de Ossa, na publicação e execução da sentença dada por Pedro Godins, corregedor régio, sobre a ermida de Santa Maria de Monte Virgem⁶⁰⁴. Em 1463, surge de novo em representação do eremitério na carta de sesmaria que lhes é dada pelo concelho do Redondo de dois pedaços de terra, sitos junto à herdade de Pero Crespo⁶⁰⁵. Em 1470, é ainda ele o escolhido como um dos procuradores de Fernando Esteves, pobre, para a resolução de questões relativas ao pomar doado por este aos eremitas, sito na Amieira, termo de Estremoz⁶⁰⁶.

215. JOÃO DO ALGARVE

Santa Margarida do Aivado de Évora (pobre, 1442-1443)

Pobre do eremitério de Santa Margarida do Aivado, no termo de Évora, encontra-se entre os eremitas da casa que, em 1442, aí presenciavam a redacção do testamento de Mendo Seabra⁶⁰⁷. Deve ser originário de Faro, dado que, em data anterior a Fevereiro de 1443, doa umas casas que detinha nessa vila ao eremitério do Aivado,

⁶⁰³ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 20 (1450.12.27, Campo da Palheta).

⁶⁰⁴ BPE, *Mosteiro de S. João da Penitência de Estremoz*, lv. 103, nº 35 verso (publicação de sentença, 1460.02.05, Redondo) e BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 15 (*Pergaminhos Avulsos*, 80), nº 64 (1460.02.06, Redondo, em traslado de 1465.01.15, Estremoz).

⁶⁰⁵ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 28 (1463.03.03, Serra de Ossa).

⁶⁰⁶ TT, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, maço 1, nº 3 (s.d., referida na composição celebrada em 1470.04.21, Estremoz).

⁶⁰⁷ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 17 (1442.02.12, [Santa Margarida do Aivado de Évora]).

que a comunidade acabou por vender a um Rodrigo Álvares, morador na dita vila, obtendo posteriormente a devida licença do monarca⁶⁰⁸.

216. JOÃO DO PORTO

Santa Margarida do Aivado de Évora (pobre, 1501)

Pobre do eremitério de Santa Margarida do Aivado, está presente, em 1501, a um empraçamento celebrado pela comunidade a favor de Luís Mendes de Oliveira, fidalgo da casa do rei e morador em Évora, em sua vida, de metade de uma azinhaga que os pobres detinham na dita cidade⁶⁰⁹.

217. JOÃO DOMINGUES CEPELHEIRO

Serra de Ossa (pobre, 1372-1378)

Encontramos referido este eremita, pela primeira vez, em 1372, quando recebe em doação de Mateus Jacobo, «proue que vijue na rrega dos proues na sserra», juntamente com Pedro Meirinho e João Fernandes, um lugar na Serra de Ossa, para aí viverem «esta vida dos proues»⁶¹⁰. No ano seguinte, doa, juntamente com o mesmo Mateus Jacobo, as partes que detém num serrado na Serra de Ossa a Pedro Meirinho, João, Álvaro e a todos os outros seus irmãos «manteedores na proue vida»⁶¹¹.

⁶⁰⁸ Carta régia de 1443.02.04, Évora (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 27, fl. 11).

⁶⁰⁹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, n° 73 (1501.03.22, Santa Margarida do Aivado de Évora).

⁶¹⁰ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, n° 24 (1372.05.11, Redondo).

⁶¹¹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 15 (*Pergaminhos Avulsos*, 80), n° 22 (1373.10.09, Redondo, em traslado de 1432.09.20, Évora).

Também ele consta dos eremitas beneficiados por Gregório XI em 1376, recebendo do Papa a graça de absolvição plenária em artigo de morte⁶¹². É possível que seja natural da diocese de Leão, caso a ordem constante na súplica então atendida seja correcta. Na inquirição desenvolvida em 1378 por ordem pontifícia, é referido entre os eremitas que então se encontram na Serra de Ossa⁶¹³ e é precisamente enquanto pobre que com seus irmãos vive «eno uall do Jmferno termho do rredondo» que, nesse ano, recebe em doação de Joana Peres, manceba que fora de Afonso Fernandes, clérigo, o quinhão que esta detinha num pomar e horta, sito nesse lugar, entretanto caídos «em mortorio»⁶¹⁴.

218. JOÃO EANES (I)

Mendoliva (pobre, c. 1423-1442)

Mendoliva (regedor, 1442-1445)

“Supervisor” dos eremitérios de Alferrara e Cela Nova (1442-1445)

Pobre residente em Mendoliva, encontra-se documentado neste eremitério desde 1433, testemunhando nessa data a doação feita ao eremitério por Rui Lopes, clérigo de S. Vicente da Beira (bispado da Guarda) dos bens que detinha nesta vila e em Penamacor e nos respectivos termos⁶¹⁵. É então dito como clérigo de missa. No testamento de Mendo Seabra, redigido em 1442, o regedor de Mendoliva confirma a sua condição clerical e di-lo seu «hirmãao e companheiro e padre sprituall», confiando-lhe nessa ocasião o regimento dos lugares de Mendoliva, Alferrara e Cela Nova⁶¹⁶. Ainda

⁶¹² Grégoire XI (1370-1378). *Lettres communes analysées d'après les registres dits d'Avignon et du Vatican, années IV à VII*, Roma, École Française de Rome, 1997-2008, p. 4, nº 41729 (1376.08.08, Avinhão).

⁶¹³ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 24 (1378.02.16, Quinta de Cambeses, em traslado de 1389.08.19, Évora).

⁶¹⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 19 (1378.09.12, Estremoz).

⁶¹⁵ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 13 (1433.01.08, Mendoliva).

⁶¹⁶ *Ibidem*, maço 3, nº 17 (1442.02.12, [Santa Margarida do Aivado de Évora]).

em 1442, aparece a solicitar traslados do mesmo testamento, para serem levados para a Serra de Ossa, para Santa Margarida do Aivado e para outros lugares, de modo a que se conhecesse e respeitasse o determinado pelo dito Mendo, incluindo a forma de regimento dos eremitérios antes colocados sob a sua autoridade⁶¹⁷. João Eanes procuraria cumprir escrupulosamente a vontade do fundador de Mendoliva, como se comprova três anos depois, quando o eremita Fernando, que detivera o governo de Cela Nova, ainda sob a autoridade de Mendo Seabra, presta a sua obediência ao dito João Eanes e faz renúncia de todos os bens a ele doados em favor do conjunto dos pobres da sua comunidade⁶¹⁸.

João Eanes deve ter falecido pouco tempo depois, dado que, em 1451, se não mesmo em 1450, já encontramos Álvaro de Valença à frente dos eremitérios por ele anteriormente regidos⁶¹⁹. Mas o seu percurso na vida eremítica devia ser mais longo do que o documentado nos diplomas acima recenseados. Com efeito, cremos poder identificá-lo com o clérigo João Eanes que, cerca de 1420, integra a primeira experiência dos Lóios em Lisboa, primeiro em S. Julião e depois junto a Santa Maria dos Olivais, antes da dispersão do grupo e da partida de João Vicente para o Porto (1422-1423). O autor do *Novo Memorial do Estado Apostólico* atesta precisamente o abandono do grupo por João Eanes nesta altura e o seu ingresso em Mendoliva, então sob o governo de Mendo Seabra. Talvez um contacto induzido pelo próprio João Vicente, que nesse eremitério, pouco tempo antes e sob a direcção do mesmo Mendo Seabra, procurara obter o discernimento sobre o caminho a seguir⁶²⁰.

219. JOÃO EANES (II)

Mendoliva (regedor, 1486-1493)

⁶¹⁷ *Ibidem*, maço 3, nº 18 (1442.10.11, Mendoliva).

⁶¹⁸ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, maço 2 de pergaminhos, nº 34 [antigo maço 1, nº 4] (1445.09.29, Setúbal).

⁶¹⁹ Cf. biografia respectiva.

⁶²⁰ Cf. Pe. Paulo de Portalegre, *Novo Memorial do Estado Apostólico...*, ed. cit., parte I, cap. VII-VIII, pp. 86-89; cf. Maria Isabel Pessoa Castro Pina, *Os Lóios em Portugal...*, pp. 80, 87, 93-95.

Pobre do eremitério de Mendoliva, surge documentado em 1488, representando a comunidade, certamente como seu regedor, em sentença sobre uma terra maninha e sobral sitos junto à Fonte do Sol, no termo de Palmela, indevidamente usurpados por Vicente Lopes, morador em Alhos Vedros, atestando-se pela mesma a presença de João Eanes, possivelmente já à frente do eremitério, em 1486, quando frontalmente denunciara a irregularidade da situação⁶²¹. Em 1490, é também ele quem solicita a publicação de outra sentença relativa ao logramento da Fonte do Sol⁶²². No ano seguinte, é de novo a propósito do casal situado junto a esta fonte que João Eanes, agora claramente dito como regedor do eremitério, estabelece composição com o concelho de Palmela, evitando que a edilidade mantivesse um caminho indevidamente aberto à custa das terras desse casal⁶²³. Em 1493, certamente por incumprimento da sentença publicada em 1490, o regedor de Mendoliva procura interceder junto dos visitantes da Ordem de Santiago, então presentes na vila de Palmela, em ordem a obter o reconhecimento dos direitos do eremitério sobre a Fonte do Sol e as terras que a rodeavam⁶²⁴.

220. JOÃO EANES DE ATOUGUIA

Alentejo, no termo de Óbidos (regedor, 1434)

Alentejo, no termo de Óbidos (pobre, 1434-a. 1463)

Clérigo de missa e pobre do oratório do Alentejo, no termo de Óbidos, diz-se criado de João Eanes do Baleal, o fundador do eremitério⁶²⁵. Encontramo-lo

⁶²¹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 58 (1488.07.31, Lisboa).

⁶²² *Ibidem*, maço 3, nº 46, no verso, doc. 1 (1490.06.06, Fonte do Sol).

⁶²³ *Ibidem*, maço 3, nº 63 (1491.07.19, Palmela).

⁶²⁴ *Ibidem*, maço 3, nº 46, no verso, doc. 2 (1493.07.29, Palmela).

⁶²⁵ TT, *Colegiada de Santa Maria de Óbidos*, maço 1, nº 2 (1434.09.21, Bombarral); *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 20, fl. 121v e *Convento de S. Bento de Xabregas*, maço 18, nº 5 (idem, em carta régia de

documentado nesse lugar apenas em 1434, quando doa e submete o oratório aos Lóios⁶²⁶, conservando embora, por mercê régia, os privilégios que anteriormente usufruíam enquanto pobres⁶²⁷. Na doação de 1434, é dito dono e senhor singular do oratório. Em 1440, solicita de D. Afonso V a confirmação da carta eduardina de ratificação da doação do eremitério e de outorga dos privilégios usufruídos pelos pobres da Serra de Ossa⁶²⁸. Em 1447, recusa aceitar a governança do lugar, «por suas neçidades e flaqueza», pelo que os Lóios entregam o respectivo regimento a Frei João de Santa Maria, monge jerónimo e isento capelão apostólico⁶²⁹. Já havia falecido em 1463, tendo sido sepultado na igreja de Santa Maria de Óbidos, junto com João Eanes do Baleal. Tal é atestado pela doação de um cálice de prata pertencente ao nosso eremita feita, nesse ano, pelo seu herdeiro e testamenteiro, Afonso Eanes, prior da dita igreja, em favor da Confraria dos Fiéis de Deus, aí instituída, por alma do dito João Eanes⁶³⁰.

221. JOÃO EANES DO BALEAL

Alentejo, no termo de Óbidos (fundador e regedor, a. 1409-a. 1434)

Fundador do eremitério de Alentejo, no termo de Óbidos, conforme o testemunho dado pelo monarca em 1434 e repetido nesse mesmo ano na doação que então é feita desse lugar aos Lóios⁶³¹, a sua entrada na vida eremítica ocorre necessariamente em data anterior a 1409, ano em que já documentamos a existência

confirmação de 1440.05.23, Bombarral); o mesmo é dito na doação do lugar aos Lóios pelo próprio João Eanes: TT, *Convento de S. Bento de Xabregas*, maço 18, nº 3 (1434.09.24, Alentejo).

⁶²⁶ TT, *Convento de S. Bento de Xabregas*, maço 18, nº 3 (1434.09.24, Alentejo).

⁶²⁷ TT, *Colegiada de Santa Maria de Óbidos*, maço 1, nº 2 (1434.09.21, Bombarral); *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 20, fl. 121v e *Convento de S. Bento de Xabregas*, maço 18, nº 5 (idem, em carta régia de confirmação de 1440.05.23, Bombarral).

⁶²⁸ Cf. nota anterior.

⁶²⁹ TT, *Convento de S. Bento de Xabregas*, maço 18, nº 6 (1447.07.25, Oratório de Alentejo).

⁶³⁰ TT, *Colegiada de Santa Maria de Óbidos*, maço 3, nº 52 (1463, igreja de Santa Maria de Óbidos).

⁶³¹ Cf. nota 626.

deste oratório⁶³². Dito como clérigo de missa, teria neste eremitério um seu criado, João Eanes de Atouguia, que lhe sucede no respectivo governo⁶³³. A crer no cronista lóio Fr. Francisco de Santa Maria, seria irmão de Lourenço Eanes, clérigo e raçoeiro de S. Julião de Lisboa, ligado desde os primórdios ao grupo fundador dos Lóios⁶³⁴. É possível que já tivesse falecido em 1434, quando o eremitério é doado a esta Congregação, estando o governo do lugar então nas mãos do referido João Eanes de Atouguia. Foi sepultado na igreja de Santa Maria de Óbidos, em cuja cova seria também sepultado o seu sucessor no eremitério do Alentejo⁶³⁵.

222. JOÃO ESPARTIM ou ESPERTIM

Ermida acerca de Cabeço de Vide (pobre, 1378)

São Pedro de Montão [→ Monte de S. Pedro] (pobre, 1385)

Vale de Flores (pobre, 1385-a. 1401)

Na inquirição conduzida por determinação pontifícia em 1378, é referido como um dos pobres que, juntamente com Gonçalo da Beira, levam vida eremítica junto a uma ermida situada acerca de Cabeço de Vide⁶³⁶. Em 1385, residia com este seu companheiro em S. Pedro de Montão (possivelmente identificável com o Monte de S. Pedro, entre os termos de Cabeço de Vide e Alter do Chão), quando recebem em doação de Iria Gonçalves do Carvalhal, mãe do Condestável Nuno Álvares Pereira, o lugar de

⁶³² Cf. João Luís Inglês Fontes, «Percurso de um antigo ermitério medieval: o oratório do Alentejo, no termo de Óbidos», *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, dir. Maria do Rosário Themudo Barata e Luís Krus, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, pp. 233-234.

⁶³³ Cf. biografia respectiva.

⁶³⁴ Cf. Pe. Francisco de Santa Maria, *O Céu Aberto na Terra. História das Sagradas Congregações dos Cônegos Seculares de S. Jorge em Alga de Veneza & de S. João Evangelista em Portugal*, Lisboa, na Officina de Manoel Lopes Ferreyra, 1697, cap. XLII, p. 538. Paulo de Portalegre é, neste ponto, omissor (cf. Maria Isabel Pessoa Castro Pina, *Os Lóios em Portugal...*, p. 87).

⁶³⁵ Cf. nota 630.

⁶³⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), n.º 24 (1378.02.16, Quinta de Cambeses, em traslado de 1389.08.19, Évora).

Vale de Flores, junto à Ribeira de Nisa, no termo de Portalegre⁶³⁷. Ainda era vivo em 1397, quando o rei João I lhes confirma esta doação⁶³⁸, devendo ter falecido em data anterior a 1401, quando a própria Iria Gonçalves renova a doação do lugar, desta feita só Gonçalo da Beira⁶³⁹.

223. JOÃO FERNANDES (I)

Serra de Ossa (regedor, 1368-a. 1433)

Pobre da Serra de Ossa, aí se encontra documentado desde 1368, data em que obtém do rei Fernando alvará permitindo-lhe requerer às justiças de Estremoz, Borba, Vila Viçosa, Évoramonte e outros lugares em redor, que lancem fora aqueles que sem a sua permissão, e de qualquer estado que sejam, aí quiserem vir morar, salvaguardando assim, subentende-se, o isolamento dos lugares dos pobres⁶⁴⁰. É possivelmente o mesmo João Fernandes que, em 1372, recebe em doação de Mateus Jacobo, juntamente com Pedro Meirinho e João Domingues Cepelheiro, um lugar na Serra de Ossa, que o doador havia comprado de Domingos Eanes⁶⁴¹.

Nesta doação, João Fernandes é dito como natural do Porto, não encontrando, por isso, correspondência entre os eremitas homónimos agraciados por Gregório XI em 1376. Será, ainda assim, este João Fernandes o referido em carta régia de protecção, dada em Dezembro deste ano, como detentor de certas bulas do papa de Avinhão

⁶³⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra e Ossa*, lv. 39, nº 3 (1385.05.25, Portalegre, inserta em doação do lugar a Gonçalo de Paredes por Gonçalo da Beira em 1419.03.23). Sobre a possível identificação de S. Pedro de Montão, cf. Anexo I.

⁶³⁸ *ChDJI*, vol. II, tomo 3, doc. 1084, pp. 22-23 (1397-01.31, Évora).

⁶³⁹ Documento oriundo do Cartório da Casa de Bragança, publ. por António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, tomo III, Coimbra, Atlântida - Livraria Editora Lda., 1949, doc. nº 33, pp. 89-91 (1401.03.26, Lisboa, em traslado de 1528.07.17, Vila Viçosa).

⁶⁴⁰ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 75 e TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 4, fls. 144v-145 (1368.05.10, Évora, em confirmação régia de 1475.03.16, Évora).

⁶⁴¹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 24 (1372.05.11, Redondo).

dirigidas ao bispo de Coimbra e ao Chantre de Braga⁶⁴², entre as quais se incluiria certamente a bula *Cum uobis uisitationem*, que ordenava a visitação aos eremitas⁶⁴³?

Em 1378, na inquirição então conduzida na sequência desta bula, João Fernandes é o primeiro da lista dos eremitas referidos como residentes na Serra de Ossa, seguido dos nomes de Pedro Meirinho e João Domingues Cepelheiro, já documentados como seus companheiros em 1372⁶⁴⁴. Já neste importante diploma encontramos um outro João Fernandes, criado de um João de Évora, também residente na Serra de Ossa, possivelmente em Vale da Infante, sabendo-se ainda, pelas súplicas atendidas por Gregório XI em 1376, que outros João Fernandes haviam entretanto ingressado também na pobre vida, oriundos das dioceses de Lamego e de Braga⁶⁴⁵. A documentação posterior está longe de ser clara para permitir identificar com certeza a quais destes eremitas ela se reporta, sendo, por isso, a biografia que agora se traça e as seguintes, relativas aos eremitas homónimos, a muitos títulos hipotética, procurando-se apontar, sempre que possível, os motivos de atribuição, a um ou a outro, dos documentos que os referem.

Assim, ainda em 1378, juntamente com o eremita Álvaro, é referido como estante em Vale das Roçadas, no termo do Redondo, quando compram a um casal de Évora uma herdade e um pomar nesse mesmo lugar⁶⁴⁶. Em 1385, é a João Fernandes, que com seus companheiros vivia «na vida pobre em na sserra d oossa», que o concelho do Redondo concede em sesmaria um pedaço de chão na dita Serra «aÇima do lugar

⁶⁴² *Ibidem*, lv. 35, nº 91, fls. 25-25v (1376.12.02, Leiria, em traslado de 1591).

⁶⁴³ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 3 (1376.07.19, Avinhão).

⁶⁴⁴ *Ibidem*, nº 24 (1378.02.16, Quinta de Cambeses, em traslado de 1389.08.19, Évora).

⁶⁴⁵ Ver abaixo as biografias respectivas. Os dados facultados por Fr. Manuel de S. Caetano Damásio carecem, na sua maioria, de prova documental, reportando a um único personagem todas as referências que encontrou em diversos documentos do cartório. Advogando a origem portuense de João Fernandes, refere uma sua estadia na Universidade de Salamanca a partir de 1340, donde teria transitado para a de Paris, aí se graduando em Teologia e Cânones, antes de regressar a Portugal, em 1348; ainda segundo este autor, teria ingressado, dois anos depois, na vida eremítica (cf. *Thebaida Portuguesa...*, tomo II, pp. 259-322). Esta formação universitária de João Fernandes parece verosímil, face ao importante papel por ele desempenhado junto de Gregório XI em 1376, que não temeria em envolver os eremitas no seu projecto de reforma eclesiástica do reino português (cf. o que sobre este aspecto ficou dito no Cap. I da 1ª parte). Veríssimo Serrão inclui-o entre os estudantes de Salamanca, a partir de informações claramente bebidas na obra de Fr. Manuel de S. Caetano Damásio: cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *Portugueses no Estudo de Salamanca*, vol. I (1250-1550), Lisboa, Imprensa de Coimbra, 1962, p. 47.

⁶⁴⁶ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 20 (1378.05.23, Évora).

que foy de pero quinteiro», que jazia «meado em mato»⁶⁴⁷, ao qual a edilidade acrescentaria, também a título de sesmaria, uma outra terra «toda metjda em mato e em sserra brauha», junto ao lugar dos pobres, e um pequeno chão também na Serra, no Colmeal de Palhais, respectivamente em 1390⁶⁴⁸ e 1393⁶⁴⁹. Outros bens viriam integrar o património da casa por doação, também durante o governo de João Fernandes: uma vinha, possivelmente na Serra, que lhe é doada em 1396⁶⁵⁰ e uma azenha velha, recebida antes de 1399, que os eremitas haviam entretanto recuperado, junto à Ribeira de Monte Virgem⁶⁵¹. A estes bens acrescentaria, em 1386, por compra feita juntamente com Estação, seu companheiro, uma casa em Évora, junto a outras por eles já detidas na mesma cidade⁶⁵².

Desde cedo, João Fernandes procura assegurar junto dos monarcas a protecção do seu modo de vida, dos pobres que a ela aderiam e dos respectivos bens. Como referimos, já com o rei Fernando vira assegurada, em 1368, a possibilidade de velar pelo isolamento dos lugares onde viviam, evitando que junto a eles se instalassem outros proprietários, privilégio reiterado por D. João I em 1414⁶⁵³. João Fernandes obteria deste monarca sucessivos privilégios em favor dos pobres. Assim, em 1388, o rei concede-lhe a isenção da jugada e de outros direitos que eventualmente lhe fossem devidos pela herdade das Cortes, no termo de Évoramonte, que sabemos pertencente à casa da Serra de Ossa⁶⁵⁴. Em data anterior a 1390, deve ser o mesmo eremita a obter deste monarca para os pobres o privilégio de isenção do pagamento de peitas, fintas, talhas, pedidos e empréstimos, bem como das sisas, mercê que o rei reafirmaria nesse

⁶⁴⁷ *Ibidem*, lv. 36, nº 115 (1385.12.03, Redondo).

⁶⁴⁸ *Ibidem*, lv. 35, nº 27 (1390.11.13, Redondo).

⁶⁴⁹ *Ibidem*, lv. 40, macete 1 (Pergaminhos), nº 31 (1393.05.18, Redondo, em traslado de 1518.04.28, Vila Viçosa).

⁶⁵⁰ *Ibidem*, lv. 35, nº 13 (1396.03.19, Redondo).

⁶⁵¹ *Ibidem*, lv. 44, nº 26 (1399.09.19, Redondo, em traslado de 1413.12.31, Redondo).

⁶⁵² *Ibidem*, lv. 35, nº 2 (1386.12.09, Évora).

⁶⁵³ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 30, fl. 149 (1414.05.10, Évora, em confirmação régia de 1475.03.16, Évora).

⁶⁵⁴ *ChDJI*, vol. II, tomo 1, doc. 182, p. 116 (1388.08.03, Évora).

ano face à contestação apresentada pela edilidade eborense⁶⁵⁵. Em 1400, o monarca cede de novo a João Fernandes os seus eventuais direitos sobre a azenha que traziam junto à Ribeira de Monte Virgem⁶⁵⁶ e, em 1406, toma-o, bem como aos seus companheiros e aos que viverem noutros lugares segundo o mesmo modo de vida, sob a sua protecção, renovando-lhes as importantes isenções fiscais anteriormente concedidas⁶⁵⁷. Em 1408, autoriza-o a solicitar junto de João Dias, tabelião de Évora, o traslado de bulas pontifícias⁶⁵⁸ e, em 1412, a seu pedido, estende a isenção do pagamento de sisa às colheres e fruta que, por interposta pessoa, faziam vender a retalho na cidade de Évora⁶⁵⁹. João Fernandes manteria o mesmo apoio da parte de D. Duarte, o qual ainda como Infante, concede-lhe, em 1415, isenção de aposentadoria para as casas que os pobres da Serra de Ossa detinham em Évora⁶⁶⁰.

A defesa e reforço dos privilégios dos eremitas e do seu modo de vida justificam também o seu cuidado em obter, em 1389, o traslado da sentença apostólica de 1378 com a visitação feita aos eremitas⁶⁶¹ e, no ano seguinte, a pedir, em Montemor-o-Novo, pública-forma da doação feita aos pobres de terras no termo desta vila, junto ao lugar de Felgueira⁶⁶². Em 1397, é Gonçalo Peres quem o representa, bem como a outros regedores dos lugares da Serra de Ossa, na defesa dos direitos dos pobres sobre a herdade das Cortes⁶⁶³, função que voltaria a assumir, a propósito da demarcação da

⁶⁵⁵ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 1, nº 1 (1390.05.18, Coimbra, em instrumento de publicação de 1390.06.06, Évora).

⁶⁵⁶ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 3 (1400.04.25, Avis).

⁶⁵⁷ ADBEJA, *Convento de S. Paulo de Serpa*, lv. 1, nº 54 (1406.05.11, Santarém) e BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 10 (em traslado de 1406.06.30, Évora). A carta é renovada dez dias depois: *Ibidem*, pasta 7, nº 49 (em traslado de 1406.08.06, Estremoz).

⁶⁵⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 12 (1408.04.24, Évora, em traslado da mesma data).

⁶⁵⁹ *Ibidem*, nº 27 (1412.08.13, Sintra, em carta régia de confirmação de 1434.02.25, Santarém).

⁶⁶⁰ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 1, nº 7 (1415.10.25, Évora, em traslado de 1433.06.13, Évora).

⁶⁶¹ Cf. nota 644.

⁶⁶² TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 57 (1390.06.10, Montemor-o-Novo, em traslado de 1399.09.06, Montemor-o-Novo).

⁶⁶³ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. F5 (1397.05.29, Estremoz, em traslado de 1417.05.23, Estremoz).

mesma propriedade, em 1416⁶⁶⁴. Em 1407, faz-se representar pelo eremita Gil Martins, «pobre da serra d oossa» no pedido que faz, em Évora, de traslado da bula *Decet Romanum Pontificem* de Gregório XII, que permitia aos pobres constituírem-se em comunidades até vinte elementos⁶⁶⁵ e pelo eremita Simão em pedido de traslado de carta régia, também nesse ano⁶⁶⁶. No ano seguinte, um João Afonso, «pobre da sera da chamaçam de Yoham ffernandez» é enviado a Vila Viçosa para obter traslado de uma compra de casas nessa vila por pobres outrora instalados junto a S. Pedro de Bencatel⁶⁶⁷, certamente relacionadas.

João Fernandes desempenhou, à frente da comunidade da Serra de Ossa, possivelmente em coordenação com os outros lugares dos pobres aí instalados, uma importante actividade de apoio a outros eremitérios e à fundação de novos lugares da pobre vida. Assim o atesta a doação que, em 1401, João Fernandes e outros pobres da Serra partilham com os eremitas instalados na Felgueira, no termo de Montemor-o-Novo, do lugar junto à Ribeira de Javalariça, cedido por Maria Fernandes, sobrinha do comendador da vila⁶⁶⁸. Em 1405, o mesmo acontece com a doação do lugar de Água das Infantes, no termo de Portel, onde pouco depois já encontramos instalado um pequeno grupo de eremitas⁶⁶⁹ e, em 1407, com a doação que lhes é feita de terras no termo de Borba, onde, ainda nesse ano, já viviam alguns pobres⁶⁷⁰. Sabemos também, pelo testemunho do rei Duarte, que João Fernandes apoiou Mendo Seabra na fundação de

⁶⁶⁴ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 16 (*Pergaminhos Avulsos*, 98), n.º 58 (1416.11.22, Estremoz).

⁶⁶⁵ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), n.º 12, 50 e 51 (1408.04.24, Évora).

⁶⁶⁶ *Ibidem*, n.º 48 (1408.12.29, Évora).

⁶⁶⁷ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 8, fls. 39v-41 (1409.02.05, Vila Viçosa, em traslado de 1542.12.08, Redondo).

⁶⁶⁸ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, n.º 51 (1401.12.08, Montemor-o-Novo, em traslado de 1438.04.10, Évora).

⁶⁶⁹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, n.º 61 (1405.09.01, Vidigueira, em traslado sem data, por faltar a parte superior do pergaminho).

⁶⁷⁰ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, n.º 1 [4] (1407.10.31, Borba, em traslados de 1436.10.16 e 1441.02.02, Vila Viçosa) e *ibidem*, lv. 7, n.º 1 [5] (doação de 1407.11.09, feita pelos frades de Santo Agostinho de Vila Viçosa, inserida em confirmação do respectivo provincial de 1407.12.15, Vila Viçosa).

Rio Mourinho, contribuindo com o produto da venda de certa propriedade pertencente à Serra de Ossa⁶⁷¹.

Temos notícia do acolhimento na Serra de Ossa de alguns dos benfeitores dos eremitas, como acontece com Mestre Joana, morador em Vila Viçosa, que aí redige o seu testamento, em 1413, deixando diversos bens aos pobres instalados junto a S. Pedro de Bencatel⁶⁷².

É possível que João Fernandes ainda fosse vivo em 1423, segundo o testemunho de João Belo, pobre, que se apresenta como «pobre que he esta [*sic*] na sserra So rrega e modo de Joham ffernandez»⁶⁷³. Contudo, isto já não é tão claro em 1428, quando Mendo Seabra atesta como João Fernandes, «mayoral da dicta serra», lhe dera poder para colocar um certo Rodrigo à frente do eremitério de Alferrara⁶⁷⁴. Um testemunho posterior relativo ao lugar de Cela Nova, no termo de Almada, refere que Mendo Seabra ficara com o governo da maior parte dos lugares dos pobres após a morte de João Fernandes, e que refizera este eremitério com o apoio das esmolas dos reis João I e Duarte e do Infante D. João e de outros senhores. Isto pressupõe que a morte de João Fernandes tenha ocorrido ainda em vida do rei da Boa Memória, ou seja, ainda antes de 1433⁶⁷⁵, dado que é confirmado pela cronística dos Paulistas, que situa a sua morte em 1428⁶⁷⁶. Se a nossa interpretação estiver correcta, é sobretudo a memória de João Fernandes que é invocada quando, em 1434 e no ano seguinte, D. Duarte privilegia um certo Lopo Fernandes, alfaiate, morador em Estremoz e servidor dos pobres, «pollo de

⁶⁷¹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 51 (1437.05.16, Lisboa, em traslado de 1438.04.10, Évora).

⁶⁷² BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 16 (*Pergaminhos Avulsos*, 98), nº 5 (1413.10.02, «em no lugar da prouençia dos proues onde esta Joham ffernandez termo do Redondo).

⁶⁷³ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 1, nº 4 (1423.07.30, Estremoz).

⁶⁷⁴ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 12 e 12 A (1428.01.13, Setúbal).

⁶⁷⁵ Cf. TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, maço 2 de pergaminhos, nº 34 [antigo maço 1, nº 4] (1445.09.29, Setúbal).

⁶⁷⁶ Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, *Thebaida Portuguesa...*, tomo II, p. 351.

Joham fernandez»⁶⁷⁷. A não ser que o monarca se reporte ao seu homónimo, regedor de Vale da Infante.

224. JOÃO FERNANDES (II)

Vale da Infante (regedor, 1378-1436?)

Cremos referir-se já a este eremita o João Fernandes indicado como residente na Serra de Ossa pela inquirição de 1378, distinguido do seu homónimo também aí recenseado com a indicação de se tratar de um criado de um certo João de Évora⁶⁷⁸. É seguro que já em 1386 um João Fernandes residia em Vale da Infante, solicitando nesse ano traslado da doação feita desse lugar ao eremita Mateus em 1372⁶⁷⁹. Deveria ser o regedor do eremitério, talvez desde 1378, dado que o eremita Mateus já não é então indicado entre os pobres residentes na Serra de Ossa. Possivelmente, é ele o João Fernandes, pobre, que em 1394 acompanha o eremita Gonçalo Peres, que sabemos ter pertencido à comunidade de Vale da Infante, no pedido de traslado de certos documentos relativos ao escambo que este pobre fizera dos bens que detinha no Redondo por uma propriedade, com vinhas e árvores, sita na Serra de Ossa⁶⁸⁰, participando também com ele na compra que, na mesma data, fazem de outra vinha e cerrado sitos no mesmo lugar, em favor dos pobres⁶⁸¹. Deve também ser a ele que, em 1401, são doadas umas casas em Estremoz, pertencentes a Rui Gonçalves, clérigo nessa

⁶⁷⁷ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 33 (1434.05.01, Vimieiro); *ChDD*, vol. III, doc. 298, p. 196 (1435.01.26, Évora).

⁶⁷⁸ *Ibidem*, nº 24 (1378.02.16, Quinta de Cambeses, em traslado de 1389.08.19, Évora). Será este João de Évora o tabelião «que ffoj da dicta Cidade», cujas casas que trazia nesta urbe são, em 1367, doadas aos pobres? (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 20 – 1367.01.10, Évora, em traslados de 1367.08.20, Évora e 1376.01.14, Evoramonte).

⁶⁷⁹ TT, *Colecção Especial*, cx. 35, nº 37 (1386.08.24, Estremoz, em confirmação régia de 1466.07.23, Estremoz).

⁶⁸⁰ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 5 (1394.01.06, Redondo).

⁶⁸¹ *Ibidem*, lv. 35, nº 9 (1394.01.06, Redondo).

vila⁶⁸², acrescidas de um quintal que o mesmo doa também aos pobres em 1409⁶⁸³. Aliás, Gonçalo Peres, eremita de Vale da Infante, seria escolhido por este clérigo como seu testamenteiro e herdeiro, vendo o dito João Fernandes confirmada, em 1413, a doação ao eremitério das ditas casas, no âmbito da execução do testamento deste benfeitor⁶⁸⁴. Sabemos também que essas casas pertenciam efectivamente ao património desta comunidade⁶⁸⁵. Não é claro se ainda é vivo em 1436, quando um pobre desse lugar solicita, em Estremoz, traslado de carta régia, apresentando-se como pertencente ao «oRatorio da de Joham ffernandez [...] que chamam da Jnffante»⁶⁸⁶. Possivelmente, estaremos já perante a invocação de uma memória que ainda se revelava prestigiante para o lugar que fora por ele governado, a essa data já confiado ao eremita Fernando.

225. JOÃO FERNANDES (III)

Eremitério não identificado (pobre, 1376)

Eremita, natural da diocese de Lamego, encontra-se entre os pobres beneficiados por Gregório XI em 1376, que lhe concede a graça de absolvição plenária em artigo de morte⁶⁸⁷ e licença para, no eremitério onde quer habitar com três companheiros, poder ter altar portátil, no qual faça celebrar eucaristia e outros sacramentos por meio de sacerdote idóneo à sua escolha⁶⁸⁸.

⁶⁸² *Ibidem*, lv. 35, nº 1 (1401.07.10, Estremoz).

⁶⁸³ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale da Infante*, maço 1, nº 2 (1409.04.21, Estremoz).

⁶⁸⁴ *Ibidem*, maço 1, nº 3 (1413.01.09, Estremoz).

⁶⁸⁵ Tal é atestado pela inclusão destes bens e das escrituras respectivas no tombo dos bens do mosteiro feito em 1637 (TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale da Infante*, lv. 2, fls. 165-165v, 166v-167v).

⁶⁸⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 35 e 36 (1436.03.11, Estremoz).

⁶⁸⁷ Grégoire XI (1370-1378). *Lettres communes analysées d'après les registres dits d'Avignon et du Vatican, années IV à VII*, Roma, École Française de Rome, 1997-2008, p. 4, nº 41726 (1376.08.08, Avinhão).

⁶⁸⁸ *Ibidem*, p. 310, nº 44045 (1376.08.08, Avinhão).

226. JOÃO FERNANDES (IV)

Eremitério não identificado (pobre, 1376)

Eremita oriundo da diocese de Braga, também ele é agraciado por Gregório XI em 1376 com a absolvição plenária em artigo de morte⁶⁸⁹ e com a licença para ter altar portátil no eremitério onde quer habitar, no qual poderia fazer celebrar a eucaristia e outros sacramentos por meio de sacerdote idóneo à sua escolha⁶⁹⁰.

227. JOÃO FRANCÊS

Santa Margarida do Aivado de Évora (regedor, 1501)

Regedor do eremitério de Santa Margarida do Aivado, está presente, em 1501, a emprazamento feito nesse lugar a Luís Mendes de Oliveira, fidalgo da casa do rei e morador em Évora, em vida deste, de metade de uma azinhaga que os pobres detinham nesta cidade⁶⁹¹.

228. JOÃO GAMITO

Montemuro (pobre, a. 1494)

⁶⁸⁹ *Ibidem*, p. 4, nº 41729 (1376.08.08, Avinhão).

⁶⁹⁰ *Ibidem*, p. 310, nº 44047 (1376.08.08, Avinhão).

⁶⁹¹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 73 (1501.03.22, Santa Margarida do Aivado de Évora).

Pobre oriundo do eremitério de Montemuro, é aceite por noviço no Capítulo da Congregação de S. João Evangelista celebrado em 1494, tendo obtido para tal licença do provincial dos eremitas⁶⁹².

229. JOÃO GONÇALVES (I)

Alferrara (pobre, 1385-1434)

Documentado como eremita em Alferrara em 1385, aí residia com outros dois pobres, Afonso Aranha e Martinho, recebendo nessa data em doação um chão e mato, confrontante com o lugar onde moravam, para aí servirem a Deus⁶⁹³. Entre os doadores, encontramos uma Domingas Bacias, que havia já beneficiado o eremitério alguns anos antes, em doação feita a João Gouvinhas e seus companheiros⁶⁹⁴. Em 1392, é João Gonçalves quem, em nome dos mesmos eremitas, arremata a Estêvão Martins «Pjcalgeso», viúvo e testamenteiro de Teresa Fernandes, metade de um pomar também em Almouquim, consumando a compra no mesmo ano⁶⁹⁵. Ainda vivia neste eremitério em 1427, quando compra uma propriedade junto à Fonte Santa a Gonçalo Eanes Anadal, filho e testamenteiro da dita Domingas Bacias, acabando por receber também deste o dinheiro dispendido, por alma da defunta e «por Amor de deus»⁶⁹⁶. Em 1434, o mesmo Gonçalo Eanes, dito inquiridor em Palmela e testamenteiro de Domingas Bacias, emite, a pedido de João Gonçalves «per sy e pollos dictos seus Jrmãaos pobres», certidão dos bens que esta deixara aos eremitas de Alferrara, atestando assim, a entrega a este lugar de dois pedaços de terra e mato em Almouquim⁶⁹⁷.

⁶⁹² TT, *Manuscritos da Livraria*, nº 523, fl. 72 (1494.05.13-16).

⁶⁹³ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 3 (1423.12.03, Setúbal, em parte ilegível devido a buracos no pergaminho, tinta muito sumida e diversas manchas de água).

⁶⁹⁴ Cf. biografia respectiva.

⁶⁹⁵ TT, *Documentação de Conventos por identificar*, caixa 13, maço 1, nº 30 (carta de arrematação e venda de 1392.05.18, Setúbal).

⁶⁹⁶ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 5 (1427.06.27, Palmela).

⁶⁹⁷ *Ibidem*, maço 3, nº 7 (1434.02 (?), Almouquim).

230. JOÃO GONÇALVES (II)

Junqueira (fundador e regedor, 1447-a. 1485)

Clérigo de missa e morador em Sines, funda em 1447 o eremitério da Junqueira, no termo desta vila, a partir de um conjunto de terras que, por estarem desde há muito abandonadas, lhe são cedidas nessa data em sesmaria para nelas fazer nelas um lugar de pobres que aí possam servir a Deus⁶⁹⁸. Em 1454, obtém do monarca o reconhecimento da fundação, recebendo carta de protecção para si e para os que com ele estivessem no dito eremitério, bem como privilégio de isenção sobre quaisquer tributos régios ou concelhios⁶⁹⁹. Dada a importância do diploma, João Gonçalves solicita de imediato traslados do mesmo junto do juiz e tabelião do concelho vizinho de Santiago do Cacém⁷⁰⁰.

Encontramo-lo, a partir de 1463, empenhado numa política de reforço patrimonial do eremitério, por meio de consecutivas aquisições de propriedades. Embora se documentem algumas compras de terras em Campo de Ourique, no termo de Panóias⁷⁰¹, onde sabemos que o eremitério detinha uma herdade, chamada «a leboreira»⁷⁰², a sua atenção centra-se nos chamados «chãos de Sines», onde adquire consecutivas parcelas de terras entre 1463 e 1475⁷⁰³, inclusive por meio da alienação de

⁶⁹⁸ *Ibidem*, maço 3, nº 21 (1447.06.20, Sines).

⁶⁹⁹ TT, *Colecção Especial*, cx. 34, nº 36 e *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 10, fl. 57v (1454.07.12, Lisboa).

⁷⁰⁰ TT, *Mosteiro de S. Paulo da Junqueira*, maço único, nº 1 (1454.08.11, Santiago do Cacém). Pediria novo traslado do mesmo diploma em 1476 (*ibidem*, maço único, nº 2 – 1476.06.18, Santiago do Cacém).

⁷⁰¹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 41 (1473.01.18, Odemira – compra de diversas courelas de terras de pão no termo de Panóias e Ordães [?]); *ibidem*, maço 3, nº 45 (1474.01.27, Odemira – herdade de pão no termo de Panóias, onde chamam «os macorados»); *ibidem*, maço 3, nº 48 e 51 (1474.09.06 e 1475.09.06, Alvalade do Sado – duas partes de uma herdade na Cabeça do Março, termo de Panóias).

⁷⁰² Explorada por meio de dois lavradores, para os quais os pobres obtêm do rei carta de privilégio (TT, *Colecção Especial*, cx. 34, nº 26 e *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 22, fl. 72v – 1471.10.22, Lisboa).

⁷⁰³ Aquisições em 1463.07.01 (uma courela de herdade - TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 44), 1473.07.27 (uma courela de herdade – *Ibidem*, maço 3, nº 43), 1474.05.09

propriedades mais distantes do eremitério, como as que os pobres detinham nas Fontainhas, no termo de Grândola⁷⁰⁴. A estas terras juntaria a Lagoa e Vale da Esteveira, com toda a terra que se estendia desde a dita lagoa até ao forno da telha da provença, obtida em sesmaria, em 1480, dos visitantes da Ordem de Santiago, então estanciados em Santiago do Cacém⁷⁰⁵.

Movimentando-se com habilidade entre as diversas instâncias judiciais e de poder, João Gonçalves não deixaria de fazer render a sua formação clerical e letrada, aliás bem demonstrada no facto de, em 1474, ser ele próprio a assegurar a redacção do testamento de Gonçalo Vicente, um dos eremitas da sua comunidade⁷⁰⁶. A mesma formação permite-lhe também enfrentar o comendador do Cercal e alcaide-mor de Sines, Estêvão da Gama, na defesa do privilégio outorgado ao eremitério de isenção sobre o pagamento da dízima eclesiástica, acontecimento que deve referir-se a 1480, dado que este decorre no contexto da visitação feita à vila de Sines pelos visitantes da Ordem de Santiago, que sabemos ter decorrido em Novembro desse ano⁷⁰⁷. Não voltamos a encontrar referências a João Gonçalves, que deve ter falecido pouco depois, dado que, em 1481, já é um «Pedro da Junqueyra» que representa o eremitério na

(uma courela de herdade – *ibidem*, maço 3, nº 47) e 1475.05.08 (uma courela de herdade – *ibidem*, maço 3, nº 50).

⁷⁰⁴ *Ibidem*, maço 3, nº 42 (1473.06.07, Santiago do Cacém). Esta propriedade havia sido doada aos eremitas por um seu parceiro do mesmo eremitério, de nome Gonçalo Vicente, conforme atestado no seu testamento, redigido em 1474 (*ibidem*, maço 3, nº 59 – 1474.05.23, Junqueira, em instrumento de publicação de 1488.04.21, Santiago do Cacém).

⁷⁰⁵ *Ibidem*, maço 3, nº 57 (1480.10.18, Santiago do Cacém).

⁷⁰⁶ Cf. nota 704.

⁷⁰⁷ Com efeito, é transcrita parte de uma acta desta visitação, conservada em «hũu ljuro de vesitações da dicta vjlla de Sines», em sentença dada por D. Nuno de Aguiar, bispo de Tânger e conservador apostólico da Ordem de Santiago em Portugal, emitida em Viana do Alentejo a 14.02.1485 [TT, *Mosteiro de S. Paulo da Junqueira*, maço único, nº 3 e BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 91]. Sobre a actividade conhecida dos visitantes de 1478-1482, cf. Luís Filipe Oliveira, «A comenda de Cacela e a visitação de 1478-1482», in *Sic memorat. Estudos em Homenagem a Teresa Júdice Gamito*, org. de João Pedro Bernardes, Faro, Universidade do Algarve, 2008, pp. 139-141. O testemunho da visitação a Sines conservado no cartório da Ordem de Santiago foi publicado por Adão da Fonseca em apêndice ao seu estudo sobre «Vasco da Gama e a Ordem de Santiago» [in *Ordens Militares: Guerra, Religião, Poder e Cultura. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares (Palmela, 22 a 25 de Janeiro de 1998)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, vol. II, Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 1999, pp. 285-292] e recentemente estudado por Maria Teresa Lopes Pereira («Sob o governo do Príncipe D. João: o Capítulo da Ordem de Santiago de 1478 e a Visitação a Sines em 1480», *Actas do 2º Encontro de História do Alentejo Litoral*, Sines, Centro Cultural Emmerico Nunes, 2010, pp. 112-118).

contenda dos pobres da Serra de Ossa contra os Jerónimos do Espinheiro de Évora⁷⁰⁸ e, em 1485, o governo da comunidade já está nas mãos de um Diogo Paixão (ou Pousão)⁷⁰⁹.

231. JOÃO GOUVINHAS

Alferrara (pobre, 1380-1381)

Felgueira [→Rio Mourinho] (pobre, [c. 1385-1389]) (?)

Serra de Ossa (pobre, 1389-1394)

Documentado pela primeira vez em 1380, quando, com Miguel e Vasco, «Erremjtaees da proue ujda», recebe em doação de Martim Vaqueiro e Isabel Martins, sua mulher, moradores em Setúbal, uma fracção de herdade sita junto à Fonte Santa, no termo de Palmela⁷¹⁰. Esta propriedade confrontava, entre outras, com terras de Domingas Bacias, viúva de Fernando Martins Calvo e também residente em Setúbal que, no ano seguinte, lhes doa a herdade que trazia nesse lugar⁷¹¹.

Em 1389, João Gouvinhas doa aos eremitas Bento e João Preto uma herdade que adquirira nesse mesmo ano, na Serra de Ossa, no lugar das Cortes, com a condição que os três a usufruíssem conjuntamente, bem como todos aqueles que aí quisessem servir a Deus⁷¹². O nosso eremita deve ter deixado Alferrara ainda antes de 1385, ano em que já não é mencionado entre os habitantes desse lugar⁷¹³, não sendo de todo impossível que

⁷⁰⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 88 (1483.02.26, Santarém). Sobre este documento e a datação das referências nelas feitas, cf. nota 26.

⁷⁰⁹ Cf. biografia respectiva.

⁷¹⁰ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 2, nº 2 (1380.10.05, Setúbal).

⁷¹¹ *Ibidem*, maço 3, nº 9 (1381.03.13, Setúbal).

⁷¹² BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 9 (1389.09.08, Estremoz, em traslado de 1417.05.23, Estremoz). A herdade é comprada a Domingos Domingues, conforme a respectiva carta de quitação, dada na mesma data da doação (*ibidem*, lv. 35, nº 22).

⁷¹³ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 3 (1423.12.03, Setúbal, em parte ilegível devido a buracos no pergaminho, tinta muito sumida e diversas manchas de água).

tivesse passado pelo eremitério de Felgueira, no termo de Montemor-o-Novo, onde pelo menos o eremita João Preto fizera pobre vida antes de se associar ao grupo que agora o acompanhava⁷¹⁴. Embora pareça claro o propósito de João Gouvinhas em fundar nas Cortes um novo lugar da pobre vida, o facto é que, em 1394, conforme testemunhado numa composição celebrada três anos depois, o mesmo eremita vende esta herdade a Vicente Eanes Vaqueiro, morador em Estremoz, sem que nada seja dito sobre as motivações ou circunstâncias que envolveram tal decisão.

É possível que tivesse falecido entretanto, dado que, em 1397, na composição que os pobres da Serra de Ossa estabelecem com o dito comprador em ordem a reaverem a herdade das Cortes, João Gouvinhas está ausente, embora nada se diga se ainda era vivo ou não⁷¹⁵. Ainda assim, em 1412, um Afonso, pobre, refere-se a si mesmo como «djzipollo e companheiro de Joham gouujnhas»⁷¹⁶. A ausência de outros dados impede-nos de perceber se tal afirmação testemunha a sobrevivência do nosso biografado ainda nesta data ou apenas a invocação prestigiante da sua memória. Se este Afonso, como propomos na sua biografia, se puder identificar com o eremita estante no eremitério de Felgueira, no termo de Montemor-o-Novo, desde pelo menos 1399, poderá ser mais um argumento a favor da passagem de João Gouvinhas por este lugar, se não mesmo do seu regresso a este grupo após 1394⁷¹⁷.

232. JOÃO LOPES

Rio Torto, termo de Elvas (pobre, 1380-1385)

Eremita já instalado no lugar de Rio Torto, no termo de Elvas, em 1380, onde levava pobre vida com Lourenço Mateus, ambos ditos «pobres Ermitãos», recebe nesta

⁷¹⁴ Cf. biografia de João Preto.

⁷¹⁵ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. F5 (1397.05.29, Estremoz, em traslado de 1417.05.23, Estremoz).

⁷¹⁶ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 39 (1412.10.18, Ribeira de Xarrama, no termo de Alcáçovas).

⁷¹⁷ Cf. biografia respectiva.

data, juntamente com o seu parceiro, um pedaço de chão com duas fontes junto ao eremitério, doado por Lourenço Eanes Reguengo e Margarida Domingues, sua mulher, vizinhos e moradores na dita vila⁷¹⁸. Em 1383, vê-se obrigado a defender o eremitério face às acusações feitas pela mesma Margarida Domingues de que os pobres haviam usurpado mais terras do que as doadas, o que se provaria como falso⁷¹⁹. Segundo documento publicado por Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, as guerras com Castela haviam-no levado a abandonar o seu eremitério para ir morar numas casas no interior de Elvas, junto à cerca velha e porta Nova, onde vivia em 1385, junto com Lourenço, seu parceiro, «em oração em serviço de Deos», pedindo então licença ao juiz da vila para fazer uma taipa na rua junto às ditas casas, de modo a viverem mais apartadamente⁷²⁰.

233. JOÃO MANUEL

Nossa Senhora da Consolação de Serpa (fundador e co-regedor, 1494-c. 1496)

Nossa Senhora da Consolação de Serpa (regedor, c. 1496-1502)

Clérigo de missa, vizinho e morador em Serpa, é filho de Luís Manuel e de Mor Eanes, o primeiro já falecido em 1485. Tinha pelo menos um irmão, Gomes Eanes «Fradaga», casado com Catarina Afonso e morador em Lagos, o qual, com a dita sua mulher, lhe doa, em 1485, a parte dos bens sitos em Serpa que havia recebido em herança dos ditos seu pai e mãe, invocando a «mujta amjzade E boas obras que [dele] rreçeberam E em diante Entendiam de rreçeber»⁷²¹. A estes bens agregaria, em 1491, umas casas na vila, dentro da cerca nova, na Rua da Porta de Beja, compradas nessa data a um casal aí morador⁷²². Contudo, em 1494, encontramo-lo já envolvido, com

⁷¹⁸ ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas*, CVSPERV/Tb nº 28 – cx. 10 (*Tombo das capelas e títulos de propriedades*), fls. 17-17v (1380.06.03, Elvas, em traslado de 1664 sobre cópia de 1651).

⁷¹⁹ ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas, Coleção de Pergaminhos*, nº 1 [C5 ELV 01, nº 12] (1383.09.24, Elvas).

⁷²⁰ Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, *Thebaida Portuguesa...*, tomo II, nota (III), p. 385 (1385.04.10, Elvas).

⁷²¹ ADBEJA, *Convento de S. Paulo de Serpa*, lv. 1, nº 22 (1485.08.17, Serpa).

⁷²² *Ibidem*, lv. 1, nº 27 (1491.07.30, Serpa).

Martim Gonçalves Baralho, também ele clérigo de missa na mesma vila, na fundação de um lugar da pobre vida no termo de Serpa, desde o início dedicado a Nossa Senhora da Consolação. Para esse feito, compram, em Novembro desse ano, a D. Catarina de Almada, viúva de Artur de Brito, uma herdade com assentamento de casas, terras de pão, horta e pomar com suas árvores e águas, matos, rossios, logramentos e coutadas, no termo de Serpa, em local chamado o Amendoeiro, sobre o Rio Guadiana, com o compromisso de aí edificarem um oratório precisamente dedicado a Nossa Senhora da Consolação⁷²³. A esta herdade juntariam, poucos dias depois e novamente por compra, uma outra herdade com seu pomar, também no termo da dita vila, sita na Foz de D. Sancha, que antes traziam emprazada a um casal da vila e cujo domínio útil agora recuperavam⁷²⁴. Em Abril de 1496, já residia no eremitério, tendo entretanto Martim Gonçalves regressado às suas casas, em Serpa, por motivo de doença, onde sua mãe doa ao eremitério os bens que viesse a herdar por morte do filho⁷²⁵. Martim Gonçalves viria a falecer pouco depois, dado saber-se que a publicação do seu testamento é feita ainda em Maio desse ano⁷²⁶.

Após a morte de Martim Gonçalves, João Manuel doa, em 1498, a sua metade do eremitério à Serra de Ossa, bem como os bens que detinha, a saber, umas casas com seu quintal em Serpa, na Rua da Porta de Beja, e um ferrageal com uma oliveira no termo da mesma vila. Sujeita a casa à Serra de Ossa e ao seu modo de viver, determina que seja ele o regedor da casa enquanto «ho nosso Senhor lleyxar ujuer»⁷²⁷. É na condição de maioral da dita casa que, em 1501, defende os direitos da mesma sobre as terras que, em 1494, comprara, juntamente com Martim Gonçalves⁷²⁸ e, no ano seguinte, estabelece composição, em conjunto com os pobres do mesmo lugar, com Rui

⁷²³ *Ibidem*, lv. 1, nº 13 (1494.11.05, Beja).

⁷²⁴ *Ibidem*, lv. 1, nº 23 (1494.11.20, Serpa).

⁷²⁵ *Ibidem*, lv. 1, nº 4 (1496.04.04, Serpa).

⁷²⁶ *Ibidem*, lv. 1, nº 18 e BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. E3 (1496.[...].25, Serpa; a publicação do “testamento” é transcrita no segundo testemunho, com data de 1496.05.02, Serpa).

⁷²⁷ ADBEJA, *Convento de S. Paulo de Serpa*, lv. 1, nº 10 (1498.07.15, Serpa).

⁷²⁸ *Ibidem*, lv. 1, nº 7 (1501.02.27, Lisboa).

Fernandes e Inês Peres sobre a demarcação entre propriedades detidas por uma e outra partes⁷²⁹.

Em 1502, certamente pressupondo o final próximo da sua vida, renova a doação do eremitério à Serra de Ossa, libertando-a das condições estabelecidas em 1498, bem como de casas de morada com seu quintal que detinha na vila de Serpa, um ferragial com uma oliveira no termo da mesma vila e todos os seus bens móveis e de raiz que lhe fossem achados. Estabelece ainda que a dita casa seja mantida no viver dos pobres da Serra de Ossa e que nela ele seja acolhido e se possa manter como pobre⁷³⁰.

234. JOÃO MATEUS

Eremitério não identificado (pobre, 1426)

Eremita originário da diocese de Lisboa, encontrava-se em Roma em 1426, com o intuito de ir em peregrinação ao Santo Sepulcro. Não o podendo fazer, solicita a Martinho V as mesmas graças e indulgências que daí lucraria na visita às igrejas patriarcais de Roma⁷³¹.

235. JOÃO PERES

Eremitério não identificado (pobre, 1376)

⁷²⁹ *Ibidem*, lv. 1, nº 24 (1502.03.03, Serpa).

⁷³⁰ *Ibidem*, lv. 1, nº 2 (1502.06.30, Serpa).

⁷³¹ *MPV*, vol. IV, nº 1034, p. 157 (1426.11.24, Roma).

Presbítero, natural da diocese de Braga, inclui-se entre os eremitas beneficiados por Gregório XI em 1376, recebendo do pontífice a graça de absolvição plenária em artigo de morte⁷³².

236 JOÃO PRETO

Felgueira [→Rio Mourinho] (pobre, 1378)

Serra de Ossa (pobre, 1389)

Na inquirição conduzida aos eremitas em 1378, é referido entre os pobres que então se encontravam no eremitério de Felgueira, no termo de Montemor-o-Novo⁷³³. Em 1389, vive com João Gouvinhas e Bento, quando o primeiro doa aos restantes companheiros uma herdade que adquirira na Serra de Ossa, no lugar das Cortes, para que a usufruíssem conjuntamente, bem como todos aqueles que aí quisessem vir para servir a Deus⁷³⁴.

237. JOÃO RODRIGUES

Rio Mourinho (regedor, c. 1424/1425 – a. 1435)

Eremita natural de Beja, era filho de João Rodrigues, cavaleiro⁷³⁵ e de Mor Gomes⁷³⁶, sabendo-se que ambos já haviam falecido em 1433⁷³⁷. Conhecemos alguns

⁷³² Grégoire XI (1370-1378). *Lettres communes analysées d'après les registres dits d'Avignon et du Vatican, années IV à VII*, Roma, École Française de Rome, 1997-2008, p. 4, nº 41729 (1376.08.08, Avinhão).

⁷³³ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 24 (1378.02.16, Quinta de Cambeses, em traslado de 1389.08.19, Évora).

⁷³⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 9 (1389.09.08, Estremoz, em traslado de 1417.05.23, Estremoz).

⁷³⁵ Conforme atestado no seu testamento (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 42 – 1433.11.14, Montemor-o-Novo).

dos seus parentes, que refere no testamento que redige nesta data em Rio Mourinho, eremitério onde se encontrava pelo menos desde 1424 ou 1425⁷³⁸. Assim, encontramos referida uma sua sobrinha, filha de Rui Dias; um Vasco Eanes Prazeres, viúvo da sua ama, e um seu irmão, aparentemente já falecido, que não identifica⁷³⁹. Era detentor de um património com alguma importância, disperso pelo termo de Beja (uma herdade na Zorrinha; duas vinhas, que dera em foro, no termo da vila; uma herdade em Louredo; ferragiais no poço de Mértola), de Serpa (herdade em Alcaria de Arouche) e de Olivença (herdade em Torre de D. Maria)⁷⁴⁰. O percurso anterior à sua entrada na pobre vida revela ainda uma estreita ligação à Corte régia, onde se dera a sua criação, já durante o reinado de D. João I⁷⁴¹.

Talvez esta relação com o círculo cortesão – embora nada mais se consiga saber de concreto sobre este aspecto – explique o papel que lhe é confiado no eremitério de Rio Mourinho, numa altura em que Mendo Seabra manteria certamente uma efectiva vigilância sobre o governo desta comunidade por ele fundada. Com efeito, João Rodrigues aparece documentado, desde 1430, a assumir regularmente o papel de representante do eremitério. Logo nesse ano, é o primeiro nomeado entre os pobres aí residentes na compra que então fazem de duas herdades no termo de Alcáçovas e de uma cova «de teer pão» no interior da vila⁷⁴², cabendo-lhe a função de presidir à tomada

⁷³⁶ Referida em carta régia de 1436.01.30, Estremoz, relativa à execução do seu testamento (*ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 1175, pp. 377-378).

⁷³⁷ Assim o testemunha no seu testamento (cf. nota 735).

⁷³⁸ Em doação feita ao eremitério em 1431, é recordada uma outra, celebrada «poderia aueer seis annos pouco maees ou menos», já aí se referindo a presença de João Rodrigues (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, n.º 63 – 1431.11.20, Évora).

⁷³⁹ Cf. nota 735.

⁷⁴⁰ Todas elas por ele doadas aos pobres no seu testamento (cf. nota 735). A herdade do termo de Olivença surge explicitada em sentença régia relativa à execução do seu testamento (cf. nota 736).

⁷⁴¹ Em cartas régias de 25 de Fevereiro de 1434, D. Duarte refere-o como «cryado do muj victoriosso E de grandes vjrtudes Ell rrey meu ssenhor E padre cuJa allma deus aja»: TT, *Colecção Especial*, cx. 33, n.º 29 (em traslado de 1434.04.11, Estremoz) e TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 19, fls. 82-82v (em confirmação de 1439.08.07, Lisboa); BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), n.º 27. Fr. Manuel de S. Caetano Damásio refere este facto, embora o dê como natural de Lisboa e faça retroceder o serviço ao monarca ao tempo do governo do rei Pedro I (cf. *Thebaida Portuguesa...*, tomo II, pp. 355-358).

⁷⁴² TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, n.º 32 (1430.08.07, Alcáçovas).

de posse desses bens em nome da comunidade⁷⁴³. No ano seguinte, é também a ele que um seu companheiro, Luís, oriundo de Viana do Alentejo, doa um moinho em São Brissos, no termo de Alcáçovas, junto à Ribeira de Xarrama, em atenção às «mujtas boas obras e merçjmentos» que recebera dele e de Tomé de Foios, antigo eremita desse lugar, então já falecido⁷⁴⁴. Em 1432, é ele quem, em nome da comunidade de Rio Mourinho, recebe em encampação o quinhão de um pisão e de um moinho no mesmo local, que até então traziam emprazados em três vidas⁷⁴⁵.

Encontramo-lo também junto do rei Duarte, entre Fevereiro e Março de 1434, solicitando diversos diplomas em favor do seu eremitério. Assim, procura, desde logo, garantir uma eficaz exploração dos bens detidos pela comunidade, obtendo cartas de privilégio para um moleiro que viessem a colocar no seu moinho e pisão da Ribeira de Xarrama⁷⁴⁶ e para o lavrador que explorasse a herdade que haviam comprado no termo de Alcáçovas⁷⁴⁷. Para as casas que detinham em Montemor-o-Novo, solicita isenção de aposentadoria⁷⁴⁸ e para um servidor, que afirmava ser necessário aos pobres para «os serujr em muitas cousas», obtém também importantes mercês junto do rei⁷⁴⁹. Mais importante ainda, procura assegurar o reconhecimento do direito a que os pobres da sua comunidade usufruam dos privilégios outorgados aos seus congéneres da Serra de Ossa e Vale da Infante, o que lhe é garantido⁷⁵⁰, não deixando de pedir traslado dos anteriores diplomas que esclareciam as mercês a eles outorgadas⁷⁵¹. Em Junho de 1434, já o

⁷⁴³ Função atestada na tomada de posse de uma destas herdades, dita da Boieira (*ibidem*, lv. 2, nº 33 – 1430.08.08, «Ao monte da casa da herdade que sse chama da boijera termho das Alcaçouas»).

⁷⁴⁴ *Ibidem*, lv. 2, nº 63 (1431.11.20, Évora).

⁷⁴⁵ *Ibidem*, lv. 2, nº 65 (1432.08.26, Viana do Alentejo).

⁷⁴⁶ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 19, fl. 38v (1434.02.20, Santarém, em confirmação de 1439.06.22, Lisboa).

⁷⁴⁷ *Ibidem*, lv. 19, fl. 38v (1434.02.20, Santarém, em confirmação de 1439.06.23, Lisboa).

⁷⁴⁸ *Ibidem*, lv. 19, fl. 38v (1434.02.20, Santarém, em confirmação de 1439.06.23, Lisboa).

⁷⁴⁹ *Ibidem*, lv. 19, fl. 38 (1434.03.01, Santarém, em confirmação de 1439.06.22, Lisboa).

⁷⁵⁰ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 31 (1434.02.26, Santarém) e TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 19, fl. 38v (idem, em confirmação de 1439.06.23, Lisboa).

⁷⁵¹ Cf. nota 741.

encontramos de regresso a Évora, solicitando, junto do prelado, traslado de diversas bulas outorgadas aos eremitas⁷⁵².

Cessam aqui os traços da actividade de João Rodrigues à frente do eremitério, certamente sob supervisão de Mendo de Seabra. É possível que tivesse entretanto adoecido. O seu testamento, já o deixara redigido em Novembro do ano anterior, assegurando o cumprimento de todos os legados deixados pela mãe e entregando aos pobres de Rio Mourinho todos os seus bens. No oratório desse lugar se deveria sepultar o seu corpo, confiando ainda aos eremitas, seus companheiros, o encargo de fazerem cumprir o que aí deixava disposto⁷⁵³.

Já tinha falecido em Novembro de 1435, data em que D. Duarte determina que não demandem os seus testamenteiros e herdeiros no que pertence ao cumprimento do seu testamento⁷⁵⁴. Em 1436, uma sentença régia demonstra que a execução das suas disposições testamentárias por parte dos eremitas de Rio Mourinho ainda estava a decorrer. Pela mesma sentença, sabe-se que o dito João Rodrigues conduziu um pleito com Diogo Lopes Lobo, relativo a certos bens, não identificados, embora pudesse envolver a herdade de Louredo, que o primeiro doara entretanto aos pobres e que o monarca obrigava agora a entregar ao dito Diogo Lopes⁷⁵⁵. Em 1439, ainda é solicitada confirmação da carta régia dada quatro anos antes aos seus testamenteiros, indiciando talvez o arrastamento do processo⁷⁵⁶.

238. JOÃO RUIVANO

Serra de Ossa (pobre, 1460)

⁷⁵² BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), n.º 26 e 30; TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 1, n.º 68B (1434.05.27, Évora).

⁷⁵³ Cf. nota 735.

⁷⁵⁴ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, n.º 49 e TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 19, fl. 38 (1435.11.13, Almeirim, em confirmação de 1439.06.23, Lisboa).

⁷⁵⁵ Cf. nota 736.

⁷⁵⁶ Cf. nota 754.

Eremita do lugar da Serra de Ossa «que se chama de joham ferrnandez», surge a representar Gonçalo de Pinhel e os restantes pobres numa sentença dada em 1460 ou pouco antes, relativa à herdade das Cortes, estando envolvido pelo menos um dos lavradores vizinhos, também chamado João Fernandes⁷⁵⁷. É também ele quem, em nome da comunidade, está presente à tomada de posse da referida herdade e à sua demarcação, celebrada no mesmo ano⁷⁵⁸.

239. JOÃO VAQUEIRO (I)

Valbom (pobre, 1428)

Pobre do eremitério de Valbom, aí surge documentado em 1428, quando os eremitas de Viana a par de Avito doam a esta comunidade o lugar do Ameal do Gorjão⁷⁵⁹.

240. JOÃO VAQUEIRO (II)

Santa Margarida do Aivado de Évora (regedor, 1489)

Mendoliva (regedor, 1504-1505)

Encontramo-lo como regedor do eremitério de Santa Margarida do Aivado de Évora em 1489, quando compra para a comunidade uma courela de terra junto à dita

⁷⁵⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 11 [em grande parte ilegível; deve ser de 1460, lendo-se, conseguindo ler-se parte do ano [146...], o mês (Março) e o local de redacção (Evoramonte). O ano é criticamente estabelecido a partir de um dos exemplares dos instrumentos de posse, que traz a data de 18 de Abril de 1460 – cf. nota seguinte).

⁷⁵⁸ *Ibidem*, lv. 36, nº 1 (com data parcialmente ilegível, por rasgo no documento) e BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. F7 (1460.04.18, herdade das Cortes).

⁷⁵⁹ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. B2 (1428.06.28, Évora).

casa, estando também presente à respectiva tomada de posse⁷⁶⁰. Deve ser o mesmo que, em 1504, surge à frente da provença de Mendoliva, encontrando-se envolvido em pleito com João Mendes, fidalgo da casa real e morador em Azeitão, devido à Fonte do Sol, com a devida procuração passada pelos pobres da Serra de Ossa⁷⁶¹. Sabemos que participou, nessa qualidade, no Capítulo celebrado nesse ano pelos eremitas⁷⁶². No ano seguinte, a contenda em torno da Fonte do Sol parece resolver-se, estabelecendo João Vaqueiro uma composição com os litigantes e demarcando as courelas que o eremitério trazia no dito lugar⁷⁶³. Contudo, no mesmo ano, o regedor de Mendoliva recorre de novo à Corte régia pelo reacender do conflito com o mesmo fidalgo, acusado de levantar obstáculos sobre a posse de diversas terras pertencentes aos pobres junto à Fonte do Sol e de se aproveitar indevidamente dos matos, sobrais e terras que estes aí detinham⁷⁶⁴.

241. JOÃO VASQUES (I)

Montes Claros (?) (pobre, 1427)

Referido como pobre, deveria pertencer ao eremitério de Montes Claros onde, em 1427, testemunha o acto de revogação da anterior doação deste lugar feita por Gonçalo Neto em favor de Martim Barbosa e Martim Escrivão e a submissão e entrega do mesmo aos pobres da Serra de Ossa⁷⁶⁵.

⁷⁶⁰ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, n° 92-93 (1489.08.08, Évora e 1489.09.03).

⁷⁶¹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, n° 67 (1504.06.30, Lisboa). O direito dos pobres é reconhecido por sentença emitida em Setúbal a 20 de Agosto desse ano (*ibidem*, mç. 3, n° 34). A referência à procuração passada pelo provincial e eremitas da Serra de Ossa surge resumida na composição celebrada no ano seguinte (cf. adiante, nota 763).

⁷⁶² Conforme invoca a 4 de Julho de 1504 como motivo pelo atraso em comparecer perante as justiças régias a propósito da referida contenda com João Mendes (cf. *ibidem*, mç. 3, n° 67, no verso).

⁷⁶³ *Ibidem*, mç. 3, n° 69 (1505.04.23, Azeitão).

⁷⁶⁴ *Ibidem*, mç. 3, n° 68 (1505.08.11, Lisboa).

⁷⁶⁵ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, n° 1 [6] (1427.11.30, Borba).

242. JOÃO VASQUES (II)

Serra de Ossa (pobre, 1485)

Pobre da Serra de Ossa, surge, em 1485, a testemunhar um emprazamento celebrado pelo mosteiro de Santos, em Lisboa, na presença dos visitantes da Ordem de Santiago, sem que mais seja dito sobre as razões da sua presença neste acto⁷⁶⁶.

243. JOÃO VICENTE

Santa Maria de Sertã (pobre, 1454)

«Pobre que esta no oratorio de santa maria da sartace», recebe, em 1454, para si e para os que com ele estiverem no dito lugar ou noutro, protecção régia e privilégio de isenção do pagamento de quaisquer tributos régios ou concelhios⁷⁶⁷.

244. JORGE

Montemuro (pobre, 1432-1434)

Em 1432, surge nomeado, juntamente com Álvaro, seu parceiro, como um dos eremitas então residentes em Montemuro, na doação que lhes é feita por Fernando Afonso Cicioso de uns quinhões e assentamentos de moinhos junto à Ribeira de Rio de

⁷⁶⁶ TT, *Mosteiro de Santos-o-Novo*, mc. 7, nº 121 (1485.08.16, Mosteiro de Santos).

⁷⁶⁷ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 10, fl. 73v (1454.06.18, Lisboa). No título, o topónimo surge com a grafia «santa maria da sertae».

Moinhos⁷⁶⁸. O mesmo está presente, em 1434, à renovação da doação de uma herdade junto ao Degebe feita pelo mesmo Fernando Afonso Cicioso a todos os pobres de Montemuro, dado a doação inicial ter sido dirigida apenas ao eremita Álvaro, que ainda aí vivia⁷⁶⁹.

245. LOPO (I)

Felgueira [→Rio Mourinho] (pobre, 1378)

Eremita residente no eremitério de Felgueira, no termo de Montemor-o-Novo, em 1378, segundo o testemunho da inquirição feita nessa data aos eremitas⁷⁷⁰.

246. LOPO (II)

Montemuro (pobre, 1415-1434)

Eremita de Montemuro, aí se encontrava em 1415, juntamente com Álvaro e João, seus parceiros, quando lhes é feita doação, por um casal de Évora, de um pardieiro, vale e fonte nesse lugar, junto à herdade dita do Pacheco⁷⁷¹. A esta se sucederia, nesse mesmo ano, uma outra doação feita pelo concelho de Évora da referida herdade do Pacheco, constando de novo o eremita Lopo entre os pobres aí residentes⁷⁷². Em 1427, surge em Évora a solicitar para este eremitério traslado de bula pontifícia, que

⁷⁶⁸ BN, *Reservados, Mss. 141*, nº 31 (1432.12.20, Mértola).

⁷⁶⁹ *ChDD*, vol. I, tomo 1, doc. 632, pp. 380-384 (1434.08.30, Évora, em carta régia de confirmação de 1434.12.24, Évora).

⁷⁷⁰ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 24 (1378.02.16, Quinta de Cambeses, em traslado de 1389.08.19, Évora).

⁷⁷¹ BN, *Colecção de Pergaminhos, Série Vermelha*, PGS 37V (1415.02.25, Évora).

⁷⁷² *Ibidem*, *Série Roxa*, PGS 3R (1415.04.06, Évora).

permitia aos pobres terem altar portátil e aí celebrarem a eucaristia e outros ofícios por sacerdote à sua escolha⁷⁷³. Ainda se encontrava nesse lugar em 1434, quando Fernando Afonso Cicioso renova e estende a todos os pobres de Montemuro a doação feita anteriormente de uma herdade junto ao Degebe⁷⁷⁴.

247. LOPO (III)

Alferrara (pobre, 1427)

Eremita residente em Alferrara em 1427, está presente, juntamente com Salvado, seu companheiro, à tomada de posse de um olival com chão em Almouquim que fora doado aos pobres desse lugar no ano anterior⁷⁷⁵.

248. LOPO (IV)

Montes Claros (pobre, [d. 1443-a. 1466])

Criado do Infante D. Henrique, ingressou no eremitério de Montes Claros já durante o governo de Rodrigo (d. 1443), vindo a falecer ainda antes de 1466. O Infante havia-lhe dado 18000 reais pelo serviço que lhe fizera, montante que o eremita doa ao dito Rodrigo, que acabaria por utilizá-lo, em 1466, já após a morte daquele, para compra de uma propriedade no Ciriado, termo de Estremoz⁷⁷⁶. É possível que corresponda a

⁷⁷³ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 8 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, 2ª parte), nº 230 (1427.02.05, Évora).

⁷⁷⁴ Cf. nota 769.

⁷⁷⁵ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 11 (1427.03.22, junto com a doação de 1426.02.24, Setúbal).

⁷⁷⁶ Todos estes dados são apresentados pelos pobres de Montes Claros em sentença posterior (cf. BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 4 [10] – 1476.04.12, Arraiolos).

Lopo Rodrigues, criado do Navegador, que sabemos ter recebido, efectivamente uma tença anual de 18000 reais⁷⁷⁷.

249. LOPO (V)

Valbom (regedor?), [c. 1453-1460])

Eremita da provença de Valbom, no termo de Vila Viçosa, representa a comunidade em contenda tida com o concelho de Jerumenha sobre o assentamento de terra que os pobres traziam no termo desta vila, fruto da doação de Diogo Valente, conseguindo do ouvidor da Ordem de Avis sentença favorável aos seus direitos (c. 1453-1460)⁷⁷⁸. Em 1455, é também o mesmo Lopo que, em nome da comunidade, recebe em doação uma courela de terra sita no dito lugar dos pobres, reforçando a possibilidade de estarmos perante o regedor da comunidade⁷⁷⁹.

250. LOPO (VI)

Santa Margarida do Aivado de Évora (pobre, 1460)

Pobre estante no eremitério de Santa Margarida do Aivado, encontra-se registado entre os membros da comunidade presentes, em 1460, à permuta que o fundador desse lugar faz com os Lóios, cedendo-lhes a provença de Montemuro⁷⁸⁰.

⁷⁷⁷ Cf. João Silva de Sousa, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, p. 443.

⁷⁷⁸ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 6, nº 81. Sobre a datação crítica deste documento, cf. nota 178. A doação aí referida data de 1439.04.08, Olivença (*ibidem*, lv. 7, doc. D9).

⁷⁷⁹ *Ibidem*, lv. 6, nº 86 (1455.05.11, Olivença).

⁷⁸⁰ TT, *Colégio de S. Paulo de Évora*, maço único, nº 2, fls. 3v-4 (1460.11.24, Santa Margarida do Aivado de Évora, transcrito em memória enviada para a Província no séc. XVIII).

251. LOPO (VII)

Montemuro (regedor, 1483-1484)

Maioral da provença de Montemuro, é ele quem representa a comunidade em contenda que trazia com Catarina de Carvalhais, moradora em Évora e cunhada de Rui Fernandes Juzarte, cavaleiro da casa de el-rei, sobre os limites que separavam uma sua herdade de terras que o eremitério detinha no termo dessa cidade, junto ao caminho para Fronteira. O pleito, iniciado em 1483, arrastar-se-ia até Fevereiro do ano seguinte, quando o dito regedor vê finalmente reconhecidos os direitos dos pobres⁷⁸¹.

252. LOPO (VIII)

Valbom (pobre, 1507)

Pobre do eremitério de Valbom, está presente à composição celebrada em 1507 com o convento de Santo Agostinho de Vila Viçosa sobre terras detidas pelos pobres no termo de Jerumenha⁷⁸².

253. LOPO DE SANTA MARTA

Juiz dos pobres (1466-1469)

As informações disponíveis impedem-nos de saber em que lugar este eremita se iniciou na pobre vida. O seu nome aparece referido pela primeira vez em 1466 entre os três provedores ou juizes que os pobres escolhem para defender e julgar as suas causas e

⁷⁸¹ BPE, *Mosteiro de Santa Catarina de Sena de Évora*, lv. 86, nº 28 (1483.12.24, Évora – 1484.02.11).

⁷⁸² BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. E6 (1507.09.06, Vila Viçosa).

interesses no capítulo realizado nesse ano na Serra de Ossa, juntamente com Gonçalo de Pinhel e Fernão Vasques, nomes ratificados pouco depois pelo monarca⁷⁸³. Em 1468, aparece no desempenho destas funções, ordenando, com os restantes juízes, o cumprimento do testamento de Mendo Seabra⁷⁸⁴, o mesmo acontecendo no ano seguinte, quando dá o seu aval ao escambo que a provença de Rio Mourinho desejava estabelecer com o pobre Fernão Gramaxo, enquanto procurador de João Mascarenhas, filho do comendador-mor de Santiago⁷⁸⁵.

254. LOPO GODINHO DE PORTEL

Água das Infantes, termo de Portel (regedor, d. 1460-1486)

Juiz dos pobres (1475-1482)

Provincial (1482-1485)

Na renovação do regimento dado aos pobres, feita pelo rei Afonso V em 1475, Lopo Godinho de Portel é nomeado como um dos conservadores da Serra de Ossa, juntamente com Fernão Vasques e Rodrigo de Vale de Abraão⁷⁸⁶. Dois anos depois, o monarca determina, por alvará, que Fernão Vasques lhe dê, bem como a Rodrigo, na sua qualidade de provedores de todas as casas dos pobres, a posse da Serra de Ossa, que o primeiro detinha por delegação dos frades de S. Jerónimo⁷⁸⁷.

⁷⁸³ TT, *Colecção Especial*, cx. 36, nº 28 (carta régia de 1466.09.07, Évora, em confirmação de 1482.05.29, Évora). O referido capítulo realizou-se na Serra de Ossa a 21 de Agosto de 1466.

⁷⁸⁴ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 17 (em acrescento feito no original do testamento, em 04.02.1468).

⁷⁸⁵ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 38 (alvará de 14.04.1469, transcrito em escambo celebrado em 1469.05.04, Montemor-o-Novo).

⁷⁸⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 73 e TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 30, fl. 123 (1475.04.29, Portalegre).

⁷⁸⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 28 (1477.07.16, Porto, em traslado de 1481.06.04, Évora).

Possivelmente, o epíteto «de Portel» reporta-se ao eremitério de que é responsável, sabendo-se, por documento de 1478, que o eremita Álvaro, fundador do lugar de Água das Infantes, no termo de Portel, deixara o governo da provença a um certo Lopo, em data necessariamente posterior a 1460⁷⁸⁸. E, com efeito, em 1478, é o mesmo Lopo que solicita, em Évora, para estes eremitas, traslado da bula *In suprema militantis ecclesie* de Sisto IV⁷⁸⁹ e, em 1480, a renovação da concessão feita pelo duque de Bragança aos pobres de coutamento das suas colmeias⁷⁹⁰. É certamente ele o «lopo da portella [sic]» que surge referido entre o grupo de eremitas que, cerca de 1481, contesta junto do monarca a tentativa de apropriação da casa da Serra de Ossa pelos Jerónimos de Santa Maria do Espinheiro⁷⁹¹.

Em 1482, é eleito pelos eremitas como seu primeiro provincial, por um período de três anos⁷⁹² e, nesta qualidade, está presente, no ano seguinte, à composição estabelecida com o mosteiro do Espinheiro em ordem à devolução à Serra de Ossa do eremitério de Rio Mourinho, sendo então designado como Lopo Godinho, «prouençial e gouernador dos hermjtãaes de todo portugal»⁷⁹³.

Em 1486, encontramos-lo de novo à frente do eremitério de Portel, quando obtém sentença contra um morador na vila que colocara uma malhada de colmeias junto ao lugar dos pobres, causando óbvio prejuízo à malhada de colmeias que os eremitas desde há muito aí detinham⁷⁹⁴.

255. LOPO ILHARGA

⁷⁸⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 79 e TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 4, fls. 104v-106v (1478.04.22, Lisboa).

⁷⁸⁹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 15 (1478.12.04, Évora).

⁷⁹⁰ TT, *Colecção Especial*, cx. 72, maço 14, doc. único (1480.12.26, Portel).

⁷⁹¹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 88 (1483.02.26, Santarém). Sobre este documento e a datação das referências nelas feitas, cf. nota 27.

⁷⁹² BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 81 e TT, *Chancelaria de D. João II*, lv. 3, fl. 47 (carta régia de 1482.09.04, Évora).

⁷⁹³ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 3 (1483.02.05, Évora).

⁷⁹⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 8, nº 17 [fls. 20-21] (1486.04.17, Portel).

Santa Margarida do Aivado de Évora (pobre, 1489)

Pobre do eremitério de Santa Margarida do Aivado de Évora, surge documentado em 1489, com João Vaqueiro e João de Abrantes, seus companheiros, a comprar uma courela de terra junto à dita casa⁷⁹⁵.

256. LOURENÇO (I)

Felgueira [→Rio Mourinho] (pobre, 1377-1401)

Eremita documentado a partir de 1377, data em que, juntamente com Tomé e Gonçalo, recebe em doação um lugar cerrado com casas, árvores e valada, acima da Água da Felgueira, no termo de Montemor-o-Novo⁷⁹⁶. Em 1401, ainda residia nesse eremitério, sendo referido entre os seus habitantes na doação que lhes é feita nessa data de um lugar com vinhas, árvores, águas e oliveira junto à ribeira de Javalariça, no termo de Montemor-o-Novo, por Maria Fernandes, sobrinha de Lourenço Mendes, comendador da vila⁷⁹⁷.

257. LOURENÇO (II)

Água das Infantes, termo de Portel (pobre, 1405-1406)

⁷⁹⁵ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 92-93 (1489.08.08, Évora).

⁷⁹⁶ *Ibidem*, lv. 2, nº 57 (1377.10.14, Montemor-o-Novo, em traslados de 1390.06.10, Montemor-o-Novo e 1399.09.06, Montemor-o-Novo).

⁷⁹⁷ *Ibidem*, lv. 2, nº 51 (1401.12.08, Montemor-o-Novo, em traslado de 1438.04.10, Évora).

Referido como pobre, é o destinatário, juntamente com Vasco e João de Torres, da doação de uma herdade dita das Infantes, no termo de Portel, ainda em Dezembro de 1405⁷⁹⁸. Já três meses antes, havia sido feita uma doação aos eremitas da Serra de Ossa de diversas terras nesse lugar, sendo possível que possamos fazer corresponder o nosso biografado ao Lourenço que surge entre os «proues Jrmjtâaes» aí elencados, ditos do mesmo modo de viver⁷⁹⁹. O grupo referido como presente no dito eremitério em finais de 1405 surge-nos documentado logo em Janeiro do ano seguinte, quando recebe nova doação de terras no mesmo local⁸⁰⁰.

258. LOURENÇO (III)

Ameal do Gorjão (fundador e regedor, 1409-1425)

Pobre já residente no eremitério do Ameal do Gorjão, no termo de Vila Viçosa, com o eremita Gonçalo, quando com ele recebe em doação, em 1409, de Mestre Joane, morador na dita vila, e de sua mulher, um herdamento no mesmo lugar⁸⁰¹, acto secundado ainda nesse ano por João Eanes, irmão deste benfeitor, que oferece aos pobres a sua parte no mesmo herdamento⁸⁰². Em 1417, adquire, com os restantes eremitas aí residentes, um pardieiro no arrabalde de Vila Viçosa, na Rua do Alandroal⁸⁰³.

Em 1425, é ele quem decide doar o eremitério a Gonçalo e Afonso, pobres do lugar de Viana do Alentejo, incluindo uma casa, um chão de casaria e um pardieiro que o mesmo detinha no arrabalde de Vila Viçosa. Tal acto indicia a possibilidade de

⁷⁹⁸ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, n° 53, doc. A (1405.12.05, Portel, de difícil leitura) e n° 48 (em traslado de 1460.08.03, Portel).

⁷⁹⁹ *Ibidem*, lv. 1, n° 61 (1405.09.01, Vidigueira).

⁸⁰⁰ *Ibidem*, lv. 1, n° 53, doc. B (1406.01.06, Portel).

⁸⁰¹ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. C4 (1409.01.28, Vila Viçosa).

⁸⁰² *Ibidem*, lv. 7, doc. D6 (1409.11.26, Évora).

⁸⁰³ *Ibidem*, lv. 7, doc. B10 (1417.02.21, Vila Viçosa).

estarmos perante o fundador do eremitério e seu regedor. Na doação, pede que o lugar seja sempre povoado por pobres e recomenda-lhes ainda o eremita Gonçalo, seu companheiro⁸⁰⁴.

259. LOURENÇO (IV)

Barriga [→Cela Nova] (pobre, 1414)

Designado como «ffrey lourenço», aparece, em 1414, como um dos eremitas estantes em Barriga, termo de Almada, sendo referido como tal na doação que, nesta data, é feita aos pobres desse lugar de um pardieiro que foi curral de bois, sito na dita vila⁸⁰⁵.

260. LOURENÇO (V)

Serra de Ossa (pobre, 1428)

Pobre da Serra de Ossa, comparece em Évora, junto com João de Veiros, seu companheiro, em 1428, para a partição de herdade sita no Campo da Palheta, que os eremitas partilhavam com Rui Salvado, morador nessa cidade⁸⁰⁶.

261. LOURENÇO (VI)

Santa Margarida do Aivado de Évora (pobre, 1439-1442)

⁸⁰⁴ BPE, *Mosteiro de Santa Catarina de Sena de Évora*, lv. 85, nº 41 (1425.10.09, Vila Viçosa, «nas cassas do dicto lugar do ameall»).

⁸⁰⁵ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, maço 2 de pergaminhos, nº 30 [antigo mç. 1, nº 1] (1414.12.10, Almada).

⁸⁰⁶ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 6 (1428.12.13, Évora).

Eremita residente em Santa Margarida do Aivado, no termo de Évora, solicita, em 1439, perante Manuel Domingues de Aguiar, contador e arrendador régio nas comarcas de Évora, Estremoz e Portalegre, certidão para os pobres do oratório do Alentejo, no temo de Óbidos, atestando como os pobres das provenças das suas comarcas não pagam sisas, por privilégio dos reis João I e Duarte⁸⁰⁷. Em 1442, reencontramo-lo no eremitério do Aivado, entre as testemunhas presentes ao testamento de Mendo Seabra, então redigido⁸⁰⁸.

262. LOURENÇO (VII)

Montemuro (pobre, 1460)

Pobre da provença de Montemuro, encontra-se presente, em Novembro de 1460, ao acto de entrega deste eremitério aos Lóios, celebrado no lugar de Santa Margarida do Aivado de Évora⁸⁰⁹.

263. LOURENÇO (VIII)

S. Julião de Alenquer (pobre, 1485)

Eremita estante no lugar de S. Julião de Alenquer, surge documentado em 1485, quando, juntamente com Pedro do Pó, seu companheiro, dá em emprazamento a um Estêvão Eanes o Olival do Junco, com seu chão, mato e azambujeiro⁸¹⁰.

⁸⁰⁷ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), n.º 44 (1439.04.28, Divor, em traslado de 1440.05.25, Santarém).

⁸⁰⁸ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, n.º 17 (1442.02.12, [Santa Margarida do Aivado de Évora]).

⁸⁰⁹ TT, *Colégio de S. Paulo de Évora*, maço único, n.º 2, fls. 3v-4 (1460.11.24, Santa Margarida do Aivado de Évora, em cópia inserta em memória enviado à Província no séc. XVIII).

264. LOURENÇO AFONSO

Lisboa, casas junto ao mosteiro da Trindade (pobre, 1440)

Dito «beguino» e morador no adro do mosteiro da Trindade de Lisboa, testemunha, em 1440, uma carta de quitação passada pelo provincial da mesma Ordem⁸¹¹.

265. LOURENÇO CEBOLINHO

Água das Infantes, termo de Portel (regedor, 1509)

Natural de Portel, surge documentado como regedor do eremitério de Água das Infantes, no termo dessa vila, em 1509, quando solicita, juntamente com João de Abrantes, seu companheiro, traslado de carta régia com confirmação dos privilégios outorgados a esse lugar⁸¹².

266. LOURENÇO CHAÍNHO

Montemuro (regedor, 1460)

Santa Margarida do Aivado de Évora (pobre, 1462)

⁸¹⁰ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 108 (1485.01.16, Alenquer).

⁸¹¹ TT, *Arquivos Particulares, Casa de Palmela*, cx. 8, nº 116 (2) (1440.01.08, Lisboa).

⁸¹² BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Portel*, nº 11 (1509.08.27, Portel).

Regedor da provença de Montemuro, encontra-se presente, em Novembro de 1460, ao acto de entrega deste eremitério aos Lóios, celebrado de acordo com o fundador do eremita Gomes, fundador do Aivado de Évora⁸¹³. Em 1462, já deixara este eremitério para se integrar no de Santa Margarida do Aivado, onde, em Outubro do mesmo ano, se encontra presente ao testamento do eremita Gomes, que revogava anteriores doações desse lugar aos Lóios e o submetia aos pobres da Serra de Ossa, participando este Lourenço no compromisso assumido pela comunidade em viver em obediência, irmandade e sob a regra e viver da Serra de Ossa⁸¹⁴.

267. LOURENÇO EANES (I)

Frielas (pobre, 1378)

Eremita que, em 1378, recebe em doação do rei Fernando, de sua mulher e da infanta D. Beatriz, os paços de Frielas, com sua capela, casas e horta. A doação pressupõe um já longo percurso eremítico de Lourenço Eanes, pois refere-o como «homem de boa vida» que «de grande tempo aa ca husou e husa de serujr a deus conthinuadamente». Os paços são-lhe doados para aí edificar, dentro de um ano e meio, um mosteiro da Ordem de S. Jerónimo, «ora nouamente edificada pollo papa Gregório xjº»⁸¹⁵, projecto que acabaria por não se concretizar, possivelmente devido à destruição infligida pelos castelhanos sobre o termo de Lisboa e sobre o próprio paço em 1382⁸¹⁶.

De acordo com as memórias jerónimas editadas e analisadas por Sophie Coussemaeker, documenta-se um Lourenço Eanes entre os discípulos portugueses que

⁸¹³ TT, *Colégio de S. Paulo de Évora*, maço único, nº 2, fls. 3v-4 (1460.11.24, Santa Margarida do Aivado de Évora, em cópia inserta em memória enviado à Província no séc. XVIII).

⁸¹⁴ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 91 (1462.10.04, «na casa dos pobres de ssanta margarida que he no ayuado termo da çidade d euora»).

⁸¹⁵ TT, *Chancelaria de D. Fernando*, lv. 2, fls. 31v-32 (1378.07.01, Santarém). Publ. in José Adriano Freitas de Carvalho, «Nas origens dos Jerónimos na Península Ibérica: do franciscanismo à Ordem de S. Jerónimo – o itinerário de Fr. Vasco de Portugal», *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, 2ª série, vol. I, Porto, 1984, pp. 127-128.

⁸¹⁶ Cf. Anexo I.

se juntam ao primeiro grupo de *fraticelli* italianos vindos de Monte Gualdo pouco depois de 1343 e que passariam posteriormente para Castela⁸¹⁷. Não sendo clara a relação entre este Lourenço Eanes e o eremita agraciado em 1378 pelo rei Fernando, a possibilidade de identificação entre ambos coaduna-se com a longa experiência eremítica que lhe é atribuída pelo mesmo diploma, com o facto de assumir uma clara relação com a recém-fundada Ordem de S. Jerónimo e com o seu distanciamento face a Fr. Vasco, que não parecer ter qualquer relação com esta iniciativa e com o seu protagonista.

No entanto, este Lourenço Eanes parece ser distinto do eremita homónimo que integra o grupo dos discípulos de Fr. Vasco presente em Penhalonga e que o acompanharia para Valparaíso, em 1405⁸¹⁸.

268. LOURENÇO EANES (II)

Penha Longa (pobre, 1396)

S. Jerónimo do Mato (pobre, c. 1400-a.1405)

Em 1396, documenta-se um eremita Lourenço entre os discípulos de Fr. Vasco presentes em Penha Longa⁸¹⁹. Contudo, este desaparece da documentação posterior do eremitério. Conforme sugere Freitas de Carvalho, não é impossível que se trate do «nosso bom irmão Fr. Lourenço» que Fr. Vasco, em carta escrita cerca de 1400, refere encontrar-se já no lugar da «Matta da guerra», topónimo que o autor associa ao eremitério de S. Jerónimo do Mato, no termo de Alenquer⁸²⁰. Os dados disponíveis são

⁸¹⁷ Cf. Sophie Coussemacker, *L'Ordre de Saint Jerome...*, tomo I, pp. 133-135.

⁸¹⁸ Cf. biografia seguinte.

⁸¹⁹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Saúde de Penhalonga*, mç. 1, nº 34 (testamento de Martim Eanes do Casal, 1396.05.02).

⁸²⁰ Carta de Fr. Vasco, sem data mas possivelmente anterior a 1400, inicialmente publicada por Jorge Cardoso (*Agiolégio Lusitano*, edição facsimilada com estudo e índices de Maria de Lurdes Correia Fernandes, tomos I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, pp. 390-91) e, a partir deste, por Fr. Fortunato de S. Boaventura (*História chronologica, e critica da Real Abbadia de Alcobaça, da Congregação Cisterciense de Portugal*, Lisboa, na Impressão Régia, 1827, pp. 18-20). José Adriano

muito vagos, embora se possa ainda identificar este Lourenço Eanes com o discípulo de Fr. Vasco que, ainda antes de 1405, é por ele enviado a Córdova para inquirir da possibilidade de aí levar a cabo uma nova fundação jerónima. Se tal identificação for correcta, Lourenço Eanes acompanharia o seu mestre em 1405, quando este abandona definitivamente o território português e se instala em Valparaíso. Lourenço seria vigário do novo mosteiro durante o governo de Fr. Vasco e, após a sua morte, ocorrida em 1420, suceder-lhe-ia como prior da comunidade⁸²¹.

As memórias de Valparaíso referem que Lourenço Eanes não chegou a completar o primeiro triénio como prior, por ter sido chamado pelos discípulos de Fr. Vasco que haviam permanecido em Portugal⁸²². Freitas de Carvalho sugere, precisamente com base nestas tradições, também transmitidas por Siguenza, o seu posterior regresso a Portugal, onde viria a falecer, possivelmente em S. Jerónimo do Mato, dado ser também este o mosteiro que manteria a celebração da sua memória litúrgica⁸²³.

269. LOURENÇO MATEUS

Rio Torto, termo de Elvas (pobre, 1380-1385)

Pobre ermitão que, juntamente com João Lopes, recebe em doação, em 1380, de Lourenço Eanes Reguengo e Margarida Domingues, sua mulher, moradores em Elvas, um pedaço de chão com duas fontes em Rio Torto, no termo da vila⁸²⁴. Segundo documento publicado por Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, as guerras com Castela

Freitas de Carvalho publica-a a partir de Jorge Cardoso («Nas origens dos Jerónimos...», pp. 130-131), que propõe a identificação de Lourenço Eanes com este Fr. Lourenço (*ibidem*, p. 93).

⁸²¹ Cf. Sophie Coussemaeker, *L'Ordre de Saint Jerome...*, tomo I, pp. 109, 133-135.

⁸²² Cf. *Ibidem*, tomo I, p. 109.

⁸²³ José Adriano Freitas de Carvalho, «art. cit.», pp. 90-94. O mesmo autor propõe-no como confessor da rainha D. Leonor, mulher de D. Duarte.

⁸²⁴ ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas*, CVSPVLV/Tb. nº 28 – cx. 10 (*Tombo das capelas e títulos der propriedades*), fls. 17-17v (1380.06.03, Elvas, em traslados de 1651 e 1664).

haviam-no levado a abandonar o seu eremitério para ir morar numas casas no interior de Elvas, junto à cerca velha e porta Nova, onde vivia em 1385, junto com João, seu parceiro, «em oração em serviço de Deos», pedindo então licença ao juiz da vila para fazer uma taipa na rua junto às ditas casas, de modo a viverem mais apartadamente⁸²⁵.

270. LUÍS (I)

Serra de Ossa (?) (pobre, 1366)

Pobre, companheiro de outros três eremitas (João, Mateus [Jacobo] e Martinho). Recebe, com eles, em doação de Gil Afonso, vassalo do Infante D. Fernando, e de sua mulher, Maria Afonso, em 1366, uma casa perto de Estremoz, no lugar dito de Sancha da Ribeira, com um pardieiro situado atrás da mesma, um pedaço de chão (que confronta com uma azenha) e o acesso e serviço a um poço situado acima da dita azenha⁸²⁶. Não é claro o eremitério a que pertence, sendo provável que levasse vida eremítica algures na Serra de Ossa.

271. LUÍS (II)

Rio Mourinho (pobre, 1424/25-1435)

Rio Mourinho (regedor, 1435-1438)

Eremita em Rio Mourinho, era natural de Viana do Alentejo e filho de Martim Lourenço e de Domingas Afonso. Ingressou na pobre vida ainda antes de 1425, dado saber-se que nesse ano ou no anterior fez doação aos pobres de metade de um moinho com seu assentamento em S. Brissos, junto à Ribeira de Xarrama, termo de Alcáçovas,

⁸²⁵ Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, *Thebaida Portuguesa...*, tomo II, nota (lIII), p. 385 (1385.04.10, Elvas).

⁸²⁶ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 40, macete 1 (Pergaminhos), nº 36 (1366.03.09, Estremoz).

que herdara por morte do pai, acto que renovaria seis anos depois⁸²⁷. Em 1430, surge nomeado entre os eremitas estantes em Rio Mourinho, em compra então feita pelos pobres também no termo de Alcáçovas⁸²⁸, acompanhando João Rodrigues, o regedor do lugar, na respectiva tomada de posse⁸²⁹. É também um dos eremitas de Rio Mourinho mencionados no testamento do mesmo João Rodrigues, redigido em 1433⁸³⁰. Em Dezembro de 1435, já após a morte deste, Mendo Seabra, fundador do eremitério, entrega o lugar aos pobres aí residentes, assumindo-se, pelos termos empregues, que atribuíra ou reconhecia o governo do mesmo ao eremita Luís⁸³¹. É já ele quem, em 1436, solicita ao monarca a confirmação desta doação⁸³². Mas os desentendimentos seguir-se-ão, devendo ter participado na oposição da comunidade à sujeição à Serra de Ossa, levando Mendo Seabra a propor a entrega do regimento do eremitério, em Maio de 1437, a Gonçalo Vasques⁸³³. Após D. Duarte reconhecer as pretensões de autonomia dos eremitas⁸³⁴, Luís volta a aparecer em actos ligados à gestão dos bens da comunidade em Setembro de 1438, quando procede, juntamente com um outro pobre, Afonso, ao escambo de quinze marcos de prata por um assentamento de herdade junto ao lugar dos pobres, tomando posse da propriedade pouco tempo depois⁸³⁵.

272. LUÍS (III)

⁸²⁷ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 63 (1431.11.20, Évora). Sabemos, por este documento, que a outra metade fora entretanto comprada pelos pobres à dita Domingas Afonso.

⁸²⁸ *Ibidem*, lv. 2, nº 32 (1430.08.07, Alcáçovas).

⁸²⁹ *Ibidem*, lv. 2, nº 33 (1430.08.08, herdade da Boeira, termo de Alcáçovas).

⁸³⁰ *Ibidem*, lv. 2, nº 42 (1433.11.14, Montemor-o-Novo).

⁸³¹ *Ibidem*, lv. 2 nº 8 e *ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 1162, pp. 369-370 (1435.12.05, Alcácer do Sal, em carta régia de confirmação de 1436.07.09, Sintra).

⁸³² Cf. nota anterior.

⁸³³ *Ibidem*, lv. 2, nº 51 (1437.05.16, Lisboa, em traslado de 1438.04.10, Évora).

⁸³⁴ Conforme sentença dada pelo monarca em Lisboa a 12.06.1437: *Ibidem*, lv. 2, nº 51 (em traslado de 1438.04.10, Évora) e *MH*, vol. VI, doc. 33, pp. 64-65 (em confirmação régia de 1439.06.22, Lisboa).

⁸³⁵ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 60 (1438.09.04, Montemor-o-Novo, com tomada de posse de 1438.10.09, Rio Mourinho).

Santa Margarida do Aivado de Évora (pobre, 1478)

Pobre do lugar de Santa Margarida do Aivado, surge documentado, em 1478, a solicitar para estes eremitas, em Évora, traslado da bula *In suprema militantis ecclesie* de Sisto IV⁸³⁶.

273. LUÍS (IV)

Rio Mourinho (regedor, 1484)

Regedor do eremitério de Rio Mourinho, solicita, em 1484, traslado das cartas régias com a confirmação dos privilégios usufruídos pelos pobres⁸³⁷.

274. LUÍS DE ÉVORA

Vale da Infante (pobre, 1463-1471, 1482-1485, 1491-1492)

Vale da Infante (regedor, 1471-1482, 1485)

Pobre de Vale da Infante, aí aparece documentado, pela primeira vez, em Fevereiro de 1463, como testemunha numa carta de venda feita à comunidade de bens no termo de Monforte⁸³⁸. Ainda nesse ano, é ele quem, em nome dos mesmos pobres, solicita, em Estremoz, traslado de carta régia sobre a extensão da isenção de sisa e portagem aos produtos vendidos nas provenças⁸³⁹, diploma que levaria, pouco depois, a Évora, para o fazer acompanhar do mandato de cumprimento emitido pelo contador e

⁸³⁶ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 1, n° 66 (1478.12.09, Évora).

⁸³⁷ *Ibidem*, lv. 2, n° 11 (1484.10.08, Montemor-o-Novo).

⁸³⁸ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. C6 (1463.02.05, Estremoz).

⁸³⁹ TT, *Colecção Especial*, cx. 34, n° 38 (1463.05.27, Estremoz).

arrendador régio nas comarcas de Évora, Estremoz e Portalegre⁸⁴⁰. Em 1471, já aparece como maioral da comunidade de Vale da Infante, por nomeação de Francisco, seu anterior regedor, solicitando traslado de certas escrituras em Estremoz⁸⁴¹ e estabelecendo, na mesma vila, composição sobre o logramento de uma fonte próxima de herdade que os pobres tinham no seu termo, junto ao Monte dos Galhardos⁸⁴².

Este primeiro período em que assume o governo do eremitério estende-se até cerca de 1482, revelando, desde logo, uma atenção efectiva à gestão dos bens detidos pela comunidade, inclusive pela aquisição de novas parcelas de terra (nos termos de Monforte⁸⁴³) ou pela incorporação de outras por meio de doações⁸⁴⁴. Encontramo-lo ainda a resolver contendas antigas sobre propriedades pertencentes ao eremitério, como era o caso do pleito, resolvido em 1480, com a confraria de Santa Maria dos Mártires de Estremoz⁸⁴⁵. Na sua acção, manifesta também um cuidado recorrente em assegurar a defesa dos privilégios usufruídos pelos pobres e por aqueles que os serviam nas suas terras, ora solicitando repetidos traslados dos diplomas que os comprovavam e garantiam⁸⁴⁶, ora obtendo dos monarcas a sua confirmação⁸⁴⁷.

⁸⁴⁰ *Ibidem*, no verso (1463.06.17, Évora).

⁸⁴¹ *Ibidem*, cx. 35, nº 31 (1471.03.10, Estremoz).

⁸⁴² BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 9 (*Pergaminhos Vários*, 50), nº 26, doc. 1 (1471.07.11, Estremoz).

⁸⁴³ Aquisição de dois assentamentos de herdade no termo dessa vila, um em Vale de Carnes e outro em A de Mourão (1472.04.07, Abrantes, com posse em 1472.09.23, Monforte): TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, mç. 1, nº 19 (carta de venda) e *ibidem*, lv. 2 (tombo de 1637), fls. 60v-61v (carta de venda) e 61v-63 (instrumento de posse).

⁸⁴⁴ É o caso dos diversos bens pertencentes a Francisco, o anterior regedor de Vale da Infante, dispersos pelo termo de Estremoz, que eram trazidos por uma Beatriz Gonçalves, sua sobrinha, que esta, em 1479, deixa a estes pobres (doação de 1479.10.25, Estremoz – BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 15).

⁸⁴⁵ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. C3 (1480.07.01, Monforte).

⁸⁴⁶ Solicita, em 1475, traslado de carta régia de privilégio para quatro lavradores que laboravam em herdades nos termos de Estremoz e Monforte (TT, *Colecção Especial*, cx. 35, nº 34 – 1475.01.25, Estremoz); em 1479, pede traslados de carta régia de licença para posse de bens de raiz até uma renda anual de 25 moios de pão (BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. B9 – 1479.01.02, Estremoz).

⁸⁴⁷ Cartas régias de 1482.05.20, Évora (TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 2, fls. 188-189), 1482.05.29, Évora (TT, *Colecção Especial*, cx. 36, nº 5 e TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 2, fls. 185v-186), e 1482.05.30, Évora (TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 2, fls. 187v-188).

É sob o seu governo que, em 1478, na sequência da bula *In suprema militantis ecclesie* de Sisto IV, dada em Abril do ano anterior, ele próprio e todos os pobres de Vale da Infante fazem voto de castidade⁸⁴⁸. O nosso biografado acompanha ainda os responsáveis da comunidade da Serra de Ossa, em vários actos, testemunhando, em 1475, a procuração passada por Fernão Vasques a favor do regedor de Rio Mourinho⁸⁴⁹ e emitindo, três anos depois, juntamente com Pedro, regedor do mesmo lugar, procuração conjunta a favor de João Brandão, juiz dos pobres e regedor da casa de Alferrara, para em Agosto de 1478, para poder tomar posse dos bens deixados ao seu eremitério por Catarina Afonso Guilhelma em Coina e no seu termo e para retirar os actuais ocupantes das casas que os pobres tinham junto ao mosteiro da Trindade, em Lisboa, e os fazer substituir por outros⁸⁵⁰. Alia-se também ao regedor da Serra de Ossa e a outros eremitas, cerca de 1481, no protesto apresentado junto da Coroa contra a tentativa de apropriação desta casa pelos Jerónimos de Santa Maria do Espinheiro, levada a efeito em 1476⁸⁵¹.

Após um período em que o governo do lugar de Vale da Infante surge entregue a Álvaro⁸⁵², um outro eremita dessa comunidade, o nosso biografado volta a surgir como seu regedor em 1485, solicitando em Estremoz traslado de carta régia⁸⁵³ e pedindo ao juiz da mesma vila a execução de sentença anterior relativa à abertura de uma canada junto a determinadas terras que os pobres traziam no seu termo⁸⁵⁴. Quando o voltamos a encontrar, seis anos depois, já devia ter deixado o governo de Vale da Infante, embora

⁸⁴⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), n.º 80 (1478.11.07, Vale da Infante).

⁸⁴⁹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, n.º 2 (1475.06.13, Évora, inserida em carta de partição de 1475.09.02, Montemor-o-Novo).

⁸⁵⁰ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, n.º 27 (1478.08.21, Évora, em traslado de 1479.02.20, Coina).

⁸⁵¹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), n.º 88 (1483.02.26, Santarém). Sobre este documento e a datação das referências nelas feitas, cf. nota 27.

⁸⁵² Documentado nessas funções em 1484, talvez em função do Capítulo celebrado na Serra de Ossa em 1482, no qual foi eleito o primeiro provincial dos pobres. Cf. biografia respectiva.

⁸⁵³ TT, *Colecção Especial*, cx. 36, n.º 19 (1485.07.08, Estremoz).

⁸⁵⁴ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 9 (*Pergaminhos Vários*, 50), n.º 26, doc. 2 (1485.07.15-19, Estremoz).

continue nesta comunidade e se mantenha ao serviço dos pobres. Com efeito, em Junho de 1491, está presente à procuração então dada a João Eanes, regedor de Mendoliva, para poder estabelecer composição com o concelho de Palmela sobre a herdade da Fonte do Sol⁸⁵⁵. No ano seguinte, encontramos-lo ainda, juntamente com Álvaro de Amieira, o novo regedor do eremitério de Vale de Infante, a estabelecer composição com o lavrador João de Coimbra sobre a herdade de Vale de Maceiras, sita no termo de Veiros⁸⁵⁶.

275. LUÍS GALVÃO

Montemuro (pobre, 1450-1460)

Eremita do lugar de Montemuro, surge, em 1450, juntamente com Fernando, dito clérigo dos mesmos pobres, a estabelecer composição com Gonçalo Boto, mercador, morador em Lisboa, sobre a delimitação de terras situadas junto do eremitério⁸⁵⁷. Documentamo-lo novamente em 1455 quando, em Évora, solicita traslado de cartas régias confirmando o usufruto, pelo seu eremitério, dos privilégios e liberdades outorgados à Serra de Ossa⁸⁵⁸. Em Novembro de 1460, é um dos pobres presentes em Santa Margarida do Aivado ao acto de entrega do seu eremitério aos Lóios⁸⁵⁹.

São conhecidas as ligações dos Galvões, uma família da média nobreza, à cidade de Évora⁸⁶⁰ e a presença de alguns dos seus elementos na Corte régia, no serviço dos

⁸⁵⁵ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 63 (1491.07.19, Palmela).

⁸⁵⁶ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 2, nº 4 e 5 (1492.02.11).

⁸⁵⁷ BN, *Colecção de Pergaminhos, Série Roxa*, sem nº (1450.02.20, Évora).

⁸⁵⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 74 (1455.01.08, Évora).

⁸⁵⁹ TT, *Colégio de S. Paulo de Évora*, maço único, nº 2, fls. 3v-4 (1460.11.24, Santa Margarida do Aivado de Évora, em cópia do séc. XVIII inserta em memória então enviada para a Província).

⁸⁶⁰ Tomamos a classificação da proposta feita por Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora na Idade Média*, p. 547.

monarcas de Avis⁸⁶¹, embora não encontremos outros dados que nos permitam perceber melhor as ligações familiares deste eremita. Recorde-se também que, dentro da urbe eborense, uma casa de mulheres da pobre vida, fundada no segundo quartel do século XV, estava também ligada a esta família, sendo conhecida precisamente por casa das Galvoas⁸⁶².

276. MARTINHO (I)

Serra de Ossa (?) (pobre, 1366)

Pobre, companheiro de outros três eremitas (Mateus [Jacobo], João e Luís). Recebe, com eles, em doação de Gil Afonso, vassalo do Infante D. Fernando, e de sua mulher, Maria Afonso, em 1366, uma casa perto de Estremoz, no lugar dito de Sancha da Ribeira, com um pardieiro situado atrás da mesma, um pedaço de chão (que confronta com uma azenha) e o acesso e serviço a um poço situado acima da dita azenha⁸⁶³. Não é claro o eremitério a que pertence, sendo provável que levasse vida eremítica algures na Serra de Ossa.

277. MARTINHO (II)

Alferrara (pobre, 1385)

⁸⁶¹ Sobretudo evidente após a criação de Rui Galvão por D. Duarte, que ascenderia ao cargo de secretário de D. Duarte e escrivão da puridade de D. Afonso V. Sobre a presença desta família na Corte, cf. Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, pp. 125, 145, 147, 226.

⁸⁶² Cf. João Luís Inglês Fontes, «A pobre vida no feminino: o caso das Galvoas de Évora», pp. 157-178.

⁸⁶³ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 40, macete 1 (Pergaminhos), nº 36 (1366.03.09, Estremoz).

Eremita que levava pobre vida em Alferrara, juntamente com Afonso Aranha e João Gonçalves, em 1385, data em que recebem em doação um chão e mato nas proximidades do seu eremitério⁸⁶⁴.

278. MARTINHO (III)

Santa Margarida do Aivado de Évora (pobre, 1426)

Pobre de Santa Margarida do Aivado, surge em Évora, em 1426, a solicitar o traslado de carta régia relativa a privilégios outorgados aos pobres da Serra de Ossa⁸⁶⁵.

279. MARTINHO (IV)

Valbom (pobre, 1428)

Pobre estante no eremitério de Valbom em 1428, quando os eremitas de Viana do Alentejo doam a esta comunidade o lugar do Ameal do Gorjão⁸⁶⁶. Não temos elementos seguros que o possam identificar com o eremita homónimo que, em 1450, aparece documentado no mesmo lugar.

280. MARTINHO (V)

Rio Mourinho (pobre, 1447)

⁸⁶⁴ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 3 (1385.12.03, Setúbal).

⁸⁶⁵ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 23 (1426.08.24, Évora).

⁸⁶⁶ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. B2 (1428.06.28, Évora).

Pobre do eremitério de Rio Mourinho, comparece perante o monarca em 1447, junto com Afonso, seu parceiro, devido a pleito com um lavrador, Martim Freire, sobre as coutadas e a passagem dos gados em terras que os pobres traziam no termo de Alcáçovas⁸⁶⁷.

281. MARTINHO (VI)

Valbom (pobre, 1450)

Eremita estante no eremitério de Valbom, solicita, em 1450, traslado de cartas régias relativas à extensão aos pobres desse lugar dos privilégios usufruídos pelos pobres da Serra de Ossa⁸⁶⁸. Não temos elementos seguros que o possam identificar com o eremita homónimo que, em 1428, aparece documentado no mesmo lugar.

282. MARTINHO (VII)

Vale da Infante (pobre, 1450)

Eremita da comunidade de Vale da Infante, surge, em 1450, a solicitar, em nome desse lugar, traslado de cartas régias relativas ao usufruto pelo mesmo dos privilégios da Serra de Ossa⁸⁶⁹.

283. MARTINHO (VIII)

⁸⁶⁷ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 14 (1447.06.26, Lisboa).

⁸⁶⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Vila Viçosa*, nº 13 (1450.05.19, Évora).

⁸⁶⁹ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, mç. 1, nº 14 (1450.05.16, Estremoz).

Alcanhões (pobre, 1471-1487)

Dito «frey martinho proue hermitãao», recebe carta do rei Afonso V, em 1471, com licença para estar na ermida junto aos paços régios de Alcanhões, bem como outros parceiros que com ele aí queiram servir a Deus. A mesma carta é-lhe confirmada pelo rei João II em 1487⁸⁷⁰.

284. MARTINHO (IX)

Vale da Infante (pobre, 1471-1478)

Pobre da comunidade de Vale da Infante, é referido em 1471 entre os eremitas presentes em composição celebrada nesse ano sobre o logramento de uma fonte junto ao Monte dos Galhardos, no termo de Estremoz⁸⁷¹. É possivelmente o mesmo Martinho, dito como natural de Estremoz que, em 1478, integra o grupo dos pobres que nesse eremitério fazem profissão do voto de castidade, na sequência do determinado por Sisto IV no ano anterior⁸⁷².

285. MARTINHO (X)

Valbom (pobre, 1498-1505)

Pobre do eremitério de Valbom, acompanha o respectivo regedor, em 1498, na tomada de posse de um moinho que os mesmos pobres detinham junto ao Guadiana, no

⁸⁷⁰ TT, *Chancelaria de D. João II*, lv. 21, fls. 145-145v (1487.07.16, Santarém, com carta de 1471.06.28, Lisboa).

⁸⁷¹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 9 (*Pergaminhos Vários*, 50), nº 26, doc. 1 (1471.07.11, Estremoz).

⁸⁷² *Ibidem*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 80 (1478.11.07, Vale da Infante).

termo de Jerumenha⁸⁷³. Deve ser o mesmo pobre que, junto com Arnau, seu companheiro, conduz junto do monarca, entre 1502 e 1503, uma demanda judicial em ordem a obter a confirmação da posse do eremitério da Asseiceira, que lhes fora doado pelo respectivo fundador e que lhes era agora contestada pelo concelho de Olivença⁸⁷⁴. Em 1505, volta a intervir na defesa dos direitos dos pobres sobre terras outrora pertencentes ao referido eremitério, sitas no termo de Olivença, face à usurpação intentada por Gil Domingues e João da Gama, moradores na dita vila⁸⁷⁵.

286. MARTINHO (XI)

Eremitério não identificado (pobre, 1499)

Dito como «pobre», encontra-se, em 1499, no convento lóio de S. João Evangelista de Évora, determinando o Capítulo Geral da Congregação celebrado nesse ano que nele seja admitido como noviço até à visitação seguinte, quando deverá ser devidamente examinado e julgada a sua aptidão para o seu «estado e vida»⁸⁷⁶.

287. MARTINHO (XII)

São Julião de Alenquer (pobre, 1502)

⁸⁷³ TT, *Arquivo da Casa de Abrantes*, lv. 156, nº 3123 (1498.08.23, Azenha da Palmeira, no termo de Jerumenha).

⁸⁷⁴ Sentenças de 1502.10.14, Elvas e de 1503.02.23, Lisboa: BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 3, nº 30, doc. 2 e lv. 7, doc. H1, fls. 4-11. O dito Martinho ainda se encontra presente no pedido de publicação da segunda sentença, copiada no mesmo diploma e dada em Elvas a 20 de Março de 1503.

⁸⁷⁵ *Ibidem*, lv. 2, nº 64 (1505.11.15, Olivença).

⁸⁷⁶ TT, *Manuscritos da Livraria*, nº 523, fls. 101v-102 (1499.05.13-17).

Dito «pobre da ordem da serra», reside no eremitério de S. Julião de Alenquer em 1502, quando obtém em sesmaria, junto dos oficiais da rainha em Alenquer, um pedaço de mato «braujo e manjnho» próximo de outras terras da provença, sito entre o Vale do Junco e a Cabeça da Carapinha⁸⁷⁷.

288. MARTINHO (XIII)

Vale da Infante (pobre, 1504)

Pobre do eremitério de Vale de Infante, aí surge documentado em 1504, como um dos membros da comunidade presente à procuração então emitida em favor de João da Guarda e Rodrigo de Monforte, seus companheiros, para poderem escambar determinadas terras pertencentes a estes pobres⁸⁷⁸.

289. MARTINHO (XIV)

Rio Mourinho (regedor, 1507)

Regedor da casa de Rio Mourinho, lidera uma contenda travada em 1507 contra Fernando Esteves Ruivo, lavrador, sobre a posse de uma oliveira pertencente aos pobres⁸⁷⁹.

290. MARTIM BARBOSA

⁸⁷⁷ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 105 (1502.05.08, Alenquer).

⁸⁷⁸ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 2, nº 9 e 10 (procuração de 1504.01.14, Estremoz, inserta em dois escambos celebrados em Monforte a 20.01.1504).

⁸⁷⁹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 1, nº 35 (1507.02.22, Montemor-o-Novo).

Montes Claros (co-regedor, 1427)

Juntamente com Martim Escrivão, recebe, em 1427, de Gonçalo Neto, fundador do eremitério de Montes Claros, no termo de Borba, a posse deste lugar e o seu governo, que deveria ser partilhado com o dito Gonçalo enquanto fosse vivo. A doação então feita obrigava à unanimidade de decisões entre os três e, após a morte do fundador, entre os dois Martinhos⁸⁸⁰. Contudo, ainda nesse ano, Gonçalo Neto revoga esta doação, por se afirmar enganado pelos ditos Martim Barbosa e Martim Escrivão, que não estavam dispostos a perseverar na dita vida, decidindo então submeter e doar o seu eremitério aos pobres da Serra de Ossa⁸⁸¹. A decisão seria certamente contestada, mas apenas Martim Escrivão aparecerá doravante envolvido nesse processo e no futuro governo do eremitério⁸⁸². Tal ausência é explicada por um testemunho posterior dado pelo mesmo Martim Escrivão e registado em sentença régia de Janeiro de 1436, segundo o qual sabemos que Martim Barbosa se fizera entretanto monge cisterciense, ingressando no cenóbio de Alcobaça⁸⁸³.

291. MARTINHO DE SEABRA

Serra de Ossa (pobre, 1441)

Clérigo de missa estante na Serra de Ossa, aparece documentado, em 1441, a solicitar, em Vila Viçosa, o traslado de diversos documentos relativos ao eremitério de Montes Claros, em Borba⁸⁸⁴. Não dispomos de outros elementos que nos permitam

⁸⁸⁰ Tal doação é atestada por carta do rei João I, que dá o assentimento ao referido acto (*ChDJI*, vol. IV, tomo 2, doc. 670, pp. 157-159 – 1427.01.22, Lisboa).

⁸⁸¹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, n.º 1 [6] (1427.11.30, Borba).

⁸⁸² Cf. abaixo a biografia de Martim Escrivão.

⁸⁸³ *ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 1009, pp. 272-275 (1436.01.23, Estremoz).

⁸⁸⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, n.º 1 [4] (1441.02.02, Vila Viçosa).

saber qual a sua origem familiar ou grau de parentesco com o eremita Mendo Seabra, que viria a falecer apenas no ano seguinte.

292. MARTIM DIAS

Alentejo, termo de Óbidos (pobre?, 1447-1465)

Não é segura a qualidade em que este Martim Dias ingressa na casa de Óbidos. Ausente dos eremitas nomeados no acto de entrega do eremitério aos Lóios realizado em 1434⁸⁸⁵, aparece, em 1447, junto com dois outros anteriores eremitas, referido como “familiar doméstico” da mesma casa, quando a Congregação confia o lugar aos cuidados do jerónimo Fr. João de Santa Maria⁸⁸⁶. Aí continuava em 1465, aquando da inventariação dos bens dessa casa⁸⁸⁷ e respectiva posse⁸⁸⁸ então tomada pelos Lóios.

293. MARTIM ESCRIVÃO

Montes Claros (co-regedor, 1427)

Montes Claros (regedor, 1436-1443)

De condição clerical, encontramo-lo no eremitério de Montes Claros quando, em 1427, juntamente com Martim Barbosa, recebe de Gonçalo Neto, fundador dessa provença, a posse do lugar e o seu governo, que deveria ser partilhado com o dito Gonçalo enquanto fosse vivo. A doação então feita obrigava à unanimidade de decisões

⁸⁸⁵ TT, *Convento de S. Bento de Xabregas*, mç. 18, nº 3 (1434.09.24, Alentejo, termo da vila de Óbidos).

⁸⁸⁶ *Ibidem*, mç. 18, nº 6 (1447.07.25, Oratório de Alentejo).

⁸⁸⁷ *Ibidem*, mç. 18, nº 10 (1465.10.16, Óbidos). Publ. in João Luís Inglês Fontes, «Percursos de um antigo ermitério medieval...», pp. 248-251.

⁸⁸⁸ *Ibidem*, mç. 18, nº 11 (1465.10.16, Oratório de Alentejo).

entre os três e, após a morte do fundador, entre os dois Martinhos⁸⁸⁹. Contudo, ainda nesse ano, Gonçalo Neto revoga esta doação, por se afirmar enganado pelos ditos Martim Barbosa e Martim Escrivão, que não estavam dispostos a perseverar na dita vida, submetendo e entregando o seu eremitério aos pobres da Serra de Ossa⁸⁹⁰. A primeira doação havia sido entretanto confirmada pelo rei João I e, após a morte de Gonçalo Neto e o ingresso de Martim Barbosa em Santa Maria de Alcobaça, D. Duarte ordena a entrega do eremitério a Martim Escrivão, encarregando Mendo Seabra de a realizar. Apesar do recurso apresentado pelos pobres da Serra de Ossa, o monarca confirma a entrega do eremitério a Martim Escrivão em Janeiro de 1436, determinando que, à sua morte, o lugar passasse para os pobres que aí residissem⁸⁹¹. Este tomou posse efectiva do eremitério, pois é na qualidade de regedor do lugar que, ainda nesse ano, comparece a solicitar, acompanhado por Mendo Seabra e outros pobres, traslado das diversas escrituras relativas a bens anteriormente doados aos pobres desse lugar⁸⁹². Em 1440, continuava à frente do eremitério, solicitando confirmação régia de anterior carta de outorga a este lugar dos privilégios usufruídos pelos pobres da Serra de Ossa⁸⁹³.

O seu governo à frente do eremitério não deixou de atrair a atenção de diversos benfeitores. Assim, em 1441, Margarida Afonso, viúva de João Gil, moradora em Borba, doa-lhe uma grande soma de terras junto ao eremitério, em pagamento de um trintário que o mesmo Martim Escrivão celebrara por alma do pai e do marido da doadora⁸⁹⁴. No ano seguinte, é uma outra viúva, Constança Peres, moradora em Vila Viçosa quem, com seu filho Afonso Vasques, doa aos pobres umas carras derrubadas, sitas na dita vila, na Rua do Alandroal, confiando à oração dos pobres a alma de Vasco Afonso Ratinho, seu marido⁸⁹⁵.

⁸⁸⁹ Cf. nota 880.

⁸⁹⁰ Cf. nota 881.

⁸⁹¹ Conforme sentença régia de 1436.01.23, Estremoz (*ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 1009, pp. 272-275).

⁸⁹² BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 5 [11] (1436.10.16, Borba, em mau estado) e *ibidem*, lv. 7, nº 1 [4] (em traslado de 1441.02.02, Vila Viçosa).

⁸⁹³ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 20, fl. 137 (1440.07.26, Santarém).

⁸⁹⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 11 [18] (1441.02.21, Vila Viçosa).

⁸⁹⁵ *Ibidem*, lv. 7, nº 23 [35] (1442.03.18, Vila Viçosa).

Em Janeiro de 1443, Martim Escrivão faz doação do lugar de Montes Claros a Rodrigo, pobre nele residente, por ser já velho. Na altura, apresenta-se como capelão da igreja hospitalária de S. Brás de Lisboa e pede para, caso fique doente e queira regressar ao eremitério, que o acolham caridosamente. Pede para que o lugar fique sempre em posse de pobres e toma como inválida uma anterior doação (desconhecida) que fizera a um certo Estêvão, por não ter usado das coisas da casa segundo Deus nem de acordo com o desejo dos restantes companheiros⁸⁹⁶. Deve ter falecido pouco depois, dado que documentamos o dito Rodrigo como regedor do eremitério a partir de 1450⁸⁹⁷.

294. MARTIM GONÇALVES BARALHO

Nossa Senhora da Consolação de Serpa (co-fundador e co-regedor, 1494-c. 1496)

Clérigo de missa⁸⁹⁸, era natural de Serpa, onde também residiam os seus pais, Constança Martins e Gonçalo Eanes⁸⁹⁹, bem como um seu irmão, Antão Gonçalves Baralho, casado com Bárbara Gonçalves⁹⁰⁰. Temos ainda notícia da existência de uma sua irmã, cujo nome se desconhece⁹⁰¹, e de que teria também uma filha, de nome Beatriz⁹⁰². Como clérigo, é escolhido, em 1487, como um dos testamenteiros de

⁸⁹⁶ *Ibidem*, lv. 7, nº 10 [16] (1443.01.12, Évora).

⁸⁹⁷ Cf. biografia respectiva.

⁸⁹⁸ Condição atestada logo em 1487 (ADBEJA, *Convento de S. Paulo de Serpa*, lv. 1, nº 26 – 1487.04.28, Serpa).

⁸⁹⁹ Cf. *Ibidem*, lv. 1, nº 4 (1496.04.04, Serpa).

⁹⁰⁰ Conforme doação que lhes faz em 1496 (*ibidem*, lv. 1, nº 18 – 1496.[...].25, Serpa).

⁹⁰¹ Conforme indicação dada pelo resumo inscrito no verso do seu testamento (ver adiante, nota 909).

⁹⁰² Atestada em compra que efectua, em 1491, de uma vinha no termo de Serpa: *Ibidem*, lv. 1, nº 3 (1491.03.16, Serpa).

Margarida Eanes, viúva de João Moniz⁹⁰³, encargo que assumiu após a morte da testadora, ocorrida em Agosto desse ano⁹⁰⁴.

Em 1494, compra, juntamente com João Manuel, também ele clérigo de missa, uma herdade com assentamento de casas, terras de pão, horta e pomar com suas árvores e águas, matos, rossios, logramentos e coutadas, no termo de Serpa, onde chamam o Amendoeiro, sobre o Rio Guadiana, com o compromisso de aí edificarem um oratório dedicado a Nossa Senhora da Consolação⁹⁰⁵. Em Novembro desse ano, reavê, por compra, feita juntamente com o clérigo João Manuel, uma herdade no termo da dita vila, sita na Foz de D. Sancha, que antes traziam emprazada⁹⁰⁶.

Segundo o testemunho deixado por sua mãe em Abril de 1496, este decidira edificar o dito eremitério após um percurso de vida atribulado: acusado de um crime (que não especifica), aventurara-se «aa morte», indo para a feitoria da Mina, onde permanecera três anos, conseguindo reunir alguma fortuna. Como gratidão por ter regressado com saúde, decidira ingressar na vida eremítica e fundar, com João Manuel, o dito eremitério, embora viesse a adoecer pouco tempo depois de para aí se ter deslocado, sem concluir o dito oratório. Por isso, na referida data, a mãe destina todos os bens que vier a herdar após a morte do filho para a conclusão do dito eremitério⁹⁰⁷.

Nessa data, Martim Gonçalves encontra-se doente, nas casas onde morava, em Serpa. Pela mesma altura, deixa três courelas de vinha ao irmão e cunhada, pelo muito bem que lhe fizeram, determinando que, à morte destes, as ditas vinhas ficassem para a provença de Nossa Senhora da Consolação, que ele havia fundado no termo da dita vila⁹⁰⁸. Ainda no mesmo ano, fez o seu testamento. Pelo sumário moderno inscrito no

⁹⁰³ Cf. nota 898. Juntamente com Martim Gonçalves, é também escolhido como testamenteiro um outro clérigo, Fausto Martins.

⁹⁰⁴ O caderno com as despesas efectuadas com o cumprimento das suas disposições testamentárias atesta o assumir deste encargo por parte de Martim Gonçalves e de Fausto Martins entre 1487 e 1488 (*ibidem*, lv. 1, doc. 26).

⁹⁰⁵ *Ibidem*, lv. 1, n° 13 (1494.11.05, Beja).

⁹⁰⁶ *Ibidem*, lv. 1, n° 23 (1494.11.20, Serpa).

⁹⁰⁷ *Ibidem*, lv. 1, n° 4 (1496.04.04, Serpa).

⁹⁰⁸ Cf. nota 899.

verso do mesmo – dado que o original é actualmente ilegível – refere-se que deixava dois terços dos seus bens para os seus irmãos⁹⁰⁹.

Por testemunho posterior dado por João Manuel, sabemos que Martim Gonçalves fez doação à Serra de Ossa de metade do ermitério e obtivera do rei João II confirmação da fundação e licença para manter os bens de raiz adquiridos para o mesmo⁹¹⁰. Já havia falecido em Julho de 1498⁹¹¹.

295. MARTIM OVELHEIRO

Arraiolos (pobre, 1378)

Documentado como eremita em 1378, afirmando-se, na inquirição então levada a efeito sob determinação pontifícia, que vivia numa ermida «acerca d array[olos]»⁹¹². É possível que se trate da ermida das Graças ou Garças, onde documentamos a presença de um outro pobre, Álvaro Martins, em 1396⁹¹³.

296. MARTIM PERES

Santa Margarida do Aivado de Évora (pobre, 1462)

De condição clerical, integrava a comunidade de Santa Margarida do Aivado em 1462. É nessa condição que se encontra presente ao testamento do eremita Gomes,

⁹⁰⁹ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. E3. Temos apenas a data da sua publicação, feita em Serpa, nas casas do irmão, a 2 de Maio de 1496.

⁹¹⁰ ADBEJA, *Convento de S. Paulo de Serpa*, lv. 1, nº 10 (1487.07.15, Serpa).

⁹¹¹ Cf. nota anterior.

⁹¹² BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 24 (1378.02.16, Quinta de Cambeses, em traslado de 1389.08.19, Évora).

⁹¹³ Ver a biografia respectiva.

fundador desse lugar, redigido a 4 de Outubro desse ano, participando no compromisso assumido pela comunidade em viver em obediência, irmandade e sob a regra e viver dos da Serra de Ossa⁹¹⁴.

297. MARTIM VELHO

Serpa (pobre, 1378)

Encontramo-lo documentado apenas em 1378 quando, na inquirição então feita aos eremitas, é referido como levando vida eremítica «em na mata de serpa»⁹¹⁵.

298. MATEUS

Vale Formoso, termo de Tavira (regedor, 1488)

Pobre e regedor da casa de Tavira, solicita, em 1488, em Évora, traslado de carta régia com a confirmação de privilégios ao seu eremitério⁹¹⁶.

299. MATEUS JACOBO

Serra de Ossa (?) (pobre, 1366-1373)

Vale da Infante (fundador, c. 1374)

⁹¹⁴ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 91 (1462.10.04, Santa Margarida do Aivado).

⁹¹⁵ Cf. nota 912.

⁹¹⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 9 (*Pergaminhos Vários*, 50), nº 4 (1488.06.10, Évora).

Eremita documentado pela primeira vez em 1366 quando, com João, Luís e Martinho, recebe em doação de Gil Afonso, vassalo do rei D. Fernando, e de Maria Afonso, sua mulher, moradores e vizinhos em Estremoz, um lugar onde pudessem levar vida apartada, sito no termo da vila, dito «a que ffoj de ssancha da Rybeira», incluindo uma casa com seu chão e um pardieiro, bem como um poço do qual se poderiam servir⁹¹⁷. Três anos depois, recebe em doação de João Eanes, mercador, e Catarina Domingues, sua mulher, vizinhos e moradores em Montemor-o-Novo, a título pessoal, um pomar na Felgueira, termo da dita vila, para aí viver e fazer serviço de Deus⁹¹⁸. Cerca de 1374, é também ao eremita Mateus que a Infanta D. Beatriz, filha do rei Pedro I, faz doação dos bens por ela detidos na Serra de S. Gens, termo do lugar do Canal (onde viria a ser a provença de Vale da Infante)⁹¹⁹.

Não é claro o local onde levava pobre vida, dada a diversidade de doações que lhe são feitas. A tradição posterior relaciona-o, quer com Vale da Infante, comunidade fundada sobre a doação que lhe é feita pela Infanta D. Beatriz por volta de 1374, quer com Vale Abraão⁹²⁰. A falta de outros dados leva-nos a apontá-lo simplesmente como um desses eremitas fundadores que integram o núcleo inicial de eremitas que, no terceiro quartel do século XIV, se dispersavam em pequenas comunidades por toda a Serra de Ossa. É, aliás, em favor de diversos pobres aí residentes que se orientam as doações que faz a partir de 1372. Assim, logo nesse ano, apresentando-se como «proue que vijue na rregra dos proues na serra», faz doação a favor dos eremitas Pedro Meirinho, João Cepelheiro e João Fernandes (natural do Porto), de um lugar, na Serra de Ossa, que comprara de Domingos Eanes, para aí fazerem vida pobre «em sserujço de

⁹¹⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 40, macete 1 (Pergaminhos), nº 36 (1366.03.09, Estremoz). Fr. Manuel de S. Caetano Damásio distingue este Mateus do Mateus Jacobo referido em outros diplomas, acrescentando-lhe o apelido de «Fróis», inclusive na transcrição da doação, o qual aí não consta. Aliás, este autor não refere quaisquer outros documentos que suportem a sua afirmação para além dos aqui recenseados, onde tal apelido nunca aparece. Descreve-o ainda como fidalgo da corte do rei Pedro I, ingressado na pobre vida em 1362, afirmando como seus antigos criados os outros eremitas contemplados nesta doação (cf. *Thebaida Portuguesa...*, tomo II, pp. 257, 313-315, 358-362).

⁹¹⁸ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 20 (1369.06.01, Montemor-o-Novo, em traslado de 1376.01.14, Évora).

⁹¹⁹ Doação feita em Albuquerque, a 2 de Março - TT, *Colecção Especial*, cx. 34, nº 8 (em carta régia de confirmação de 1466.07.26, Estremoz) e cx. 35, nº 37 (em traslados de 1386.08.24, Estremoz e 1466.07.23, Estremoz). Sobre a datação crítica desta doação, cf. Anexo I, Vale da Infante.

⁹²⁰ Cf. BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 19 (doação de 1444.12.28, Vila Viçosa).

deus»⁹²¹. No ano seguinte, faz nova doação, juntamente com João Domingues Cepelheiro, enquanto «moradores na proue vida», das partes que detêm num serrado na Serra de Ossa, em favor de Pedro Meirinho, João, Álvaro e todos os outros seus irmãos que vivem na pobre vida⁹²². Deve ser ele o Mateus, «homem da proue vida» que, em 1372, surge como testemunha de uma doação feita a três «Mulheres pobres que sseruem deus», de uma casa em Avis⁹²³, documentando já uma influência sobre estes grupos femininos que, nas vilas e cidades, procuravam também uma vida pobre, experienciada em pequenas comunidades.

Não é referido entre os eremitas nomeados pela inquirição conduzida a estes pobres em 1378, sendo possível que já tivesse falecido. Assim se percebe também que, em 1386, seja já o eremita João Fernandes quem solicita o traslado da doação que lhe fora feita das terras da Serra de S. Gens em 1374⁹²⁴. A sua descendência espiritual é recordada em 1395, quando dois eremitas, Domingos Peres e João Afonso, se dizem «da chamaçam de matheu[s]»⁹²⁵ e o seu nome é incluído, mais tarde, entre outros nomes fundadores da pobre vida, como os de João Fernandes, Afonsilho e Álvaro Martins de Vale Abraão⁹²⁶.

300. MEM DE OLIVEIRA

Vale da Infante (?) (pobre, 1401)

Serra de Ossa (pobre, 1404)

⁹²¹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 24 (1372.05.11, Redondo).

⁹²² BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 15 (*Pergaminhos Avulsos*, 80), nº 22 (1373.10.09, Redondo, em traslado de 1432.09.20, Évora).

⁹²³ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 20 (em traslado de 1376.01.14, Evoramonte).

⁹²⁴ Cf. nota 919.

⁹²⁵ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 8, fls. 39v-41 (1395.05.16, Vila Viçosa, em traslados de 1409.02.05, Vila Viçosa e de 1542.12.08, Redondo).

⁹²⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 10 (*Pergaminhos Vários*, 50), nº 49 (1441.07.21, Vila Viçosa). Referência similar em doação de 1444 (cf. nota 920).

Surge documentado pela primeira vez em 1401, quando é nomeado entre os eremitas da Serra de Ossa (possivelmente de Vale da Infante) que, nessa data, recebem em doação umas casas em Estremoz⁹²⁷. Em 1404, é dito morador na Serra de Ossa, sendo-lhe expressamente doado um lugar e chão nas Fontaínhas, termo do Redondo, por Diogo Álvares da Silveira e Mor Esteves, sua mulher, moradores na dita vila⁹²⁸.

301. MENDO DE SEABRA

Rio Mourinho (re-fundador e regedor, a. 1407-c. 1424/1425)

Rio Mourinho (co-regedor, c. 1424/1425-1437)

Mendoliva (fundador e regedor, c. 1420-1442)

Alferrara (co-regedor, c. 1428-1442)

Cela Nova (co-regedor, c. 1428-1442)

Apesar da importância deste eremita e das suas conhecidas relações com os círculos da Corte régia de Avis, escapa-nos quase por completo o seu percurso anterior à opção pela vida eremítica ou quaisquer informações sobre a identidade dos seus progenitores ou outros familiares. Rui de Pina, na *Crónica de D. Duarte*, refere-o como sendo criado do rei João I, a cujo serviço estivera «nas guerras passadas [...] como valente Cavaleiro»⁹²⁹. Embora tal afirmação não seja de todo inverosímil, Mendo Seabra deveria integrar a Corte do monarca como um dos muitos escudeiros que nela se criavam, sabendo-se, pela respectiva lista de moradores, datável de finais da primeira década do século XV, que pelo menos um outro elemento desta família, Diogo Seabra,

⁹²⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 1 (1401.07.10, Estremoz). Entre os seus parceiros, são nomeados João Fernandes, o deão Gil Martins e Gonçalo Peres, todos ligados a Vale da Infante. Aliás, estas casas pertenceriam ao património deste eremitério, razão pela qual o documento é copiado, em 1637, no tombo do futuro mosteiro (TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale da Infante*, lv. 2, fls. 165-165v).

⁹²⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 15 (*Pergaminhos Avulsos*, 80), nº 68 (1404.07.06, Redondo).

⁹²⁹ Rui de Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Duarte* in *Crónicas de Rui de Pina*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão Editores, 1977, cap. XXXVI, p. 562.

se encontrava entre os escudeiros do rei com direito a moradia⁹³⁰, documentando-se ainda outros escudeiros desta família agraciados pelo monarca⁹³¹. Do mesmo modo, Zurara atesta a presença de vários indivíduos com o apelido de Seabra entre as hostes que acompanham o monarca a Ceuta, em 1415, incluindo o referido Diogo Seabra, então alferes do Infante D. Pedro e por ele armado cavaleiro após a conquista da cidade⁹³², e um Mem de Seabra, homónimo do nosso eremita⁹³³. Ambos ficariam, aliás, em Ceuta após 1415⁹³⁴, não sendo impossível que Rui de Pina confundisse com este Mem de Seabra o nosso biografado, ao referir a sua participação em actividades militares ao serviço do rei. A confusão é tanto mais provável quanto sabemos que, a esta data, Mendo Seabra já havia ingressado na vida eremítica.

Assim o atesta uma bula, emitida por Gregório XII a 28 de Maio de 1407, que estende ao eremita Mendo de Seabra, leigo da diocese de Évora, e aos seus companheiros, a sua protecção apostólica, concedendo-lhes ainda isenção do pagamento da dízima eclesiástica sobre os produtos resultantes do trabalho das suas mãos⁹³⁵. A

⁹³⁰ Assim, um Diogo Seabra, referido como escudeiro, aparece na lista dos moradores da casa real elaborada entre 1402 e 1408 (cf. *MH*, vol. I, doc. 122, p. 284; sobre a datação deste documento, cf. Rita Costa Gomes, *A Corte dos reis de Portugal...*, nota final I, p. 331). A ligação dos de Seabra ao serviço régio vinha já da centúria anterior, incluindo diversos nobres galegos que haviam emigrado para Portugal durante a década de sessenta do século XIV e que se irão destacar na hoste fernandina ou na obtenção de alcaidarias (Rita Costa Gomes, *ibidem*, p. 100). É o caso de Mem Rodrigues de Seabra, partidário de D. Henrique de Trastâmara, que passará para o serviço do rei Fernando, combatendo a seu lado com oitenta homens na tomada da vila galega de Monterrei (Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, ed. crítica por Giuliano Macchi, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1975, cap. XXII-XXIV, pp. 77-85, cap. XXV, p. 88 e cap. XXXI, pp. 105-106) e que o monarca agraciará, entre 1371 e 1372, com diversas doações de terras e alcaidarias na região de Santa Maria da Feira, Cambra, Ovar e Montalegre, «por muito seruiço que nos fez e faz»: TT, *Chancelaria de D. Fernando*, lv. 1, fls. 74-74v (1371.06.20, Santarém), 77 (1371.07.22, Lisboa), 83-83v (1371.11.09, Cantanhede), 84 (1371.11.18, Coimbra), 91 (1372.01.29, Cantanhede).

⁹³¹ Assim, um Diogo Afonso de Seabra, escudeiro de João Lourenço da Cunha, que recebe em doação diversos bens confiscados pelo monarca, sitos em Alenquer (1384.07.02, Lisboa – *ChDJII*, vol. I, tomo 1, doc. 127, p. 70) ou um Fernão Rodrigues de Seabra, escudeiro régio, que recebe, pela mesma via, diversos bens em Bragança (1403.10.24, Lisboa, confirmada por carta régia emitida em 1434.01.04, Almeirim - TT, *Leitura Nova, Além-Douro*, lv. 2, fls. 129v-130 e lv. 4, fls. 248v-249).

⁹³² Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, ed. por Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915, cap. LXXV, p. 210 e cap. XCVI, p. 257.

⁹³³ *Ibidem*, cap. C, p. 264.

⁹³⁴ *Ibidem*.

⁹³⁵ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 1, n.º 64 (endereço ao próprio Mendo de Seabra) e BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), n.º 11 (dirigida aos arcebispos de Lisboa e de Braga e ao deão de Évora).

bula é omissa quanto ao local onde Mendo Seabra levava vida eremítica, embora o mais provável fosse que residisse então no termo de Montemor-o-Novo, onde sabemos ter fundado o eremitério de Rio Mourinho⁹³⁶, com o apoio de João Fernandes, regedor da Serra de Ossa, que para esse efeito aplicou o dinheiro da venda de uma outra propriedade⁹³⁷. Com efeito, é precisamente no termo desta vila, no sítio da Ervedeira, que recebe em doação, três anos depois, metade de uma herdade, atestando a própria doadora os laços que já então ligavam estes eremitas aos «antygos proues hermytães da serra da oosa», por cujo «conselho e consentimento» recebiam então a dita herdade⁹³⁸. As mesmas relações com estes pobres justificam a presença de Mendo Seabra em Lisboa em 1425, quando, juntamente com Simão e Barnabé, recebe a doação de umas casas junto ao mosteiro da Trindade, feita por Mice Carlos Pessanha, almirante do reino, aos pobres da Serra de Ossa⁹³⁹, estando também presente respectiva tomada de posse, levada a efeito um ano depois⁹⁴⁰. Do mesmo modo, é também por mandado do referido João Fernandes da Serra de Ossa que, em data não muito anterior a 1428, escolhe o regedor para a casa de Alferrara, no termo de Palmela⁹⁴¹.

O seu percurso durante estes anos é mais obscuro, embora saibamos que procedera entretanto à fundação de um outro eremitério, o de Mendoliva, no termo de Setúbal, que já existia em 1423, altura em que o clérigo João Eanes ingressa nesse lugar, após haver integrado o grupo que, em Lisboa, com João Vicente, o fundador dos Lóios, aí intentara uma primeira experiência comunitária⁹⁴². Aliás, o próprio João Vicente, ainda antes de iniciar esta experiência junto à igreja dos Olivais (c. 1420), viera, segundo o testemunho de Paulo de Portalegre, estanciar algum tempo neste

⁹³⁶ Facto testemunhado pelo próprio Mendo Seabra em 1435 (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2 n° 8 e *ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 1162, pp. 369-370 – 1435.12.05, Alcácer do Sal, em confirmação régia de 1436.07.09, Sintra).

⁹³⁷ Conforme informação prestada pelo rei Duarte em 1437 (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, n° 51 (1437.05.16, Lisboa, em traslado de 1438.04.10, Évora).

⁹³⁸ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, n° 47 (1410.05.25, Montemor-o-Novo).

⁹³⁹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, n° 31 (1425.07.23, Lisboa).

⁹⁴⁰ *Ibidem*, no verso (1426.07.23, Lisboa).

⁹⁴¹ Conforme atestado pelo próprio Mendo Seabra em 1428 (TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, n° 12 e 12A – 1428.01.13, Setúbal).

⁹⁴² Cf. biografia respectiva.

eremitério, procurando, sob a direcção de Mendo Seabra, obter o discernimento sobre o caminho a seguir⁹⁴³. Em 1433, Mendo Seabra permanecia como regedor deste lugar, quando recebe em doação de Rui Lopes, clérigo de S. Vicente da Beira (bispado da Guarda), os bens que este detinha em S. Vicente da Beira e Penamacor e nos respectivos termos⁹⁴⁴ e, no ano seguinte, obtém do rei Duarte a extensão ao seu eremitério de todos os privilégios outorgados pelos monarcas aos pobres da Serra de Ossa⁹⁴⁵. O apoio régio outorgado a esta fundação recuava, aliás, ao reinado anterior, como o próprio Mendo Seabra faria posteriormente questão em recordar, secundado pela protecção e generosidade do Infante D. João, administrador da Ordem de Santiago, que detinha o senhorio sobre a vila em cujo termo o eremitério se havia fundado. Em 1436, obteria ainda para este eremitério, umas casas em Setúbal e uma vinha com olival em Galvão, no termo de Palmela, doados por uma Branca Eanes, viúva, moradora na dita vila⁹⁴⁶.

Assumindo plenamente o governo de Mendoliva, Mendo Seabra acabaria por se afastar, em parte, da direcção do ermitério de Rio Mourinho. Assim, em 1435, doa esse lugar aos pobres aí estantes, transmitindo o respectivo governo a Luís, um dos eremitas da comunidade. Determina que nesse eremitério se dê continuidade ao seu modo de vida e, caso se extingam nele os pobres, que este seja tomado pelos pobres da Serra de Ossa e regedores dela. Deixa ainda aberta a hipótese de, em sua vida, poder intervir no eremitério, expulsando ou transferindo dele eremitas, caso venham entre eles «alghûas cousas nom onestas segundo deus»⁹⁴⁷. O monarca, que em 1436 confirma a doação⁹⁴⁸, escreve no ano seguinte a Gonçalo Vasques, antigo capelão do Infante D. Fernando ora estante na Serra de Ossa, solicitando-lhe, a pedido de Mendo Seabra, que assumisse o governo de Rio Mourinho, de modo a manter assim a sua ligação à Serra de Ossa. Por seu lado, Mendo Seabra escusava-se de continuar a acompanhar essa comunidade, por

⁹⁴³ Cf. Pe. Paulo de Portalegre, *Novo Memorial do Estado Apostólico...*, ed. cit., parte I, cap. VII-VIII, pp. 86-89; cf. Maria Isabel Pessoa Castro Pina, *Os Lóios em Portugal...*, pp. 80, 89-96.

⁹⁴⁴ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, n° 13 (1433.01.08, Mendoliva). O acto é testemunhado pelo referido João Eanes e por outros dois companheiros.

⁹⁴⁵ TT, *Colecção Especial*, cx. 33, n° 25 (1434.02.26, Santarém).

⁹⁴⁶ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, n° 15 (1436.03.12, Setúbal).

⁹⁴⁷ Cf. nota 936.

⁹⁴⁸ Cf. nota 936.

não achar «aparelhada a uoontade nem o corpo por Ocassyam de ssuas Emffermydades E antigidade de tomar cuidado Sobre o sseu padre». Infelizmente, nada diz sobre a identidade do mesmo⁹⁴⁹.

No ano seguinte, ver-se-ia o fundador do lugar confrontado com a recusa dos eremitas em submeterem-se totalmente à Serra de Ossa. A contenda é sujeita à arbitragem de D. Duarte, enviando os eremitas e o próprio Mendo Seabra as suas cartas ao monarca, escolhendo, como seu representante, um dos benfeitores dos pobres, Fernando Afonso Cicioso. O monarca acabaria por consentir que os eremitas não ficassem sujeitos à Serra de Ossa senão em casos disciplinares e à sua alçada em casos de justiça⁹⁵⁰.

Dera-se entretanto a morte de João Fernandes, regedor da Serra de Ossa, acabando Mendo Seabra por assumir grande parte das suas funções quanto à vigilância exercida sobre os eremitérios sujeitos à sua autoridade. Assim se compreende que, ainda antes de 1436 (*maxime* entre 1427 e esta data), Mendo Seabra seja encarregue pelo rei Duarte de dar a Martim Escrivão a posse do lugar de Montes Claros, no termo de Borba, após a morte do seu fundador, Gonçalo Neto, e o abandono da pobre vida por Martim de Barbosa a favor de Alcobaça⁹⁵¹. O mesmo Mendo Seabra segue de perto o evoluir deste processo pois, ainda em 1436, acompanha o dito Martinho no pedido de traslado das escrituras relativas às propriedades do eremitério, em ordem a possibilitar aos pobres do lugar assegurarem a continuidade da sua posse⁹⁵².

Sabemos também que Mendo Seabra, após a morte de João Fernandes, reedificara também o eremitério de Barriga (ou Cela Nova, no termo de Almada), com o apoio, entre outros, dos próprios reis João I e Duarte e do Infante D. João, enviando como regedor um certo Fernando, seu companheiro⁹⁵³. Do mesmo modo, Mendo Seabra

⁹⁴⁹ Cf. nota 937.

⁹⁵⁰ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, n° 51 (1437.06.12, Lisboa, em traslado de 1438.04.14, Évora) e TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 19, fl. 38 (em confirmação régia de 1439.06.22, Lisboa; publ. in *MH*, vol. VI, doc. 33, pp. 64-65).

⁹⁵¹ Conforme referido pelo dito Martinho em 1436 (*ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 1009, pp. 272-275 – em sentença régia de 1436.01.23, Estremoz).

⁹⁵² BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, n° 5 [11] (1436.1.16) e n° 1 [4] (em traslado de 1441.02.02, Vila Viçosa).

⁹⁵³ Conforme testemunhado pelo dito Fernando em 1445: TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, maço 2 de pergaminhos, n° 34 [antigo mç. 1, n° 4] (1445.09.29, Setúbal).

manteve sobre este eremitério e os de Alferrara e Mendoliva uma efectiva capacidade de governo, mesmo após ter colocado à frente dos dois primeiros pobres da sua confiança⁹⁵⁴.

Em Outubro de 1437, documentamo-lo junto do rei Duarte em Santarém, chamado pelo Infante D. Pedro para consolar o irmão após lhe haverem chegado notícias do cerco dos irmãos em Tânger. Facto que, de novo, atesta a estreita relação de Mendo Seabra com os monarcas de Avis e os seus filhos e o apreço e prestígio que colhia junto da Corte⁹⁵⁵.

A 12 de Fevereiro de 1442, Mendo Seabra redige o seu testamento. Aí atesta como edificou o eremitério de Mendoliva, tomando-o de sesmaria, com a ajuda de outros companheiros e de outras pessoas, quer em termos financeiros, quer de trabalho, recordando em particular, como para o efeito contou com as esmolas de D. João I e de seus filhos e do próprio rei Afonso V. Deixa o regimento do lugar aos cuidados de João Eanes, clérigo de missa, seu companheiro e padre espiritual, bem como dos lugares de Alferrara e Cela Nova, no termo de Almada, «assi e per a guisa e modo que o eu tijinha em minha uida», deixando a ele o encargo de escolher posteriormente o seu sucessor ou, na ausência de pobres aptos para o efeito, aos pobres da Serra de Ossa. Caso não os achem, comete ao rei ordenar aos concelhos respectivos que tomem posse dos lugares e os dêem a outros pobres, revelando assim a sua confiança nos mestres de Santiago, que tinham o senhorio das ditas vilas. Confia os monarcas de Avis e os infantes às orações dos pobres, e pede a D. Afonso V que conserve os lugares sob sua protecção, como fizeram os seus antecessores, por amor de Jesus Cristo e «pella boa amistança que eu auia com seu auoo e padre», bem como ao administrador dos santiaguistas, na altura ainda o Infante D. João⁹⁵⁶.

Mendo Seabra viria a falecer no próprio dia em que redige o seu testamento, conforme nele ficou registado⁹⁵⁷. Pelo traslado que, em Outubro desse ano, é pedido da mesma manda, sabemos que se encontrava então no eremitério de Santa Margarida do

⁹⁵⁴ Cf. *ibidem* e adiante o que se diz sobre o seu testamento.

⁹⁵⁵ Cf. nota 929.

⁹⁵⁶ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mc. 3, nº 17 (1442.02.12).

⁹⁵⁷ *Ibidem*.

Aivado⁹⁵⁸, sem que se esclareçam as circunstâncias que o levaram a esse lugar. Possivelmente, o estado de debilidade que já acusava em 1437, ao escusar-se do acompanhamento de Rio Mourinho, deve-se ter agravado com o tempo. O testamento acontece na iminência da sua morte, forçando talvez a paragem neste lugar, embora o olhar de Mendo Seabra se lance unicamente sobre Mendoliva e os eremitérios que, nos termos de Palmela e de Almada, permaneciam sob os seus cuidados.

302. MIGUEL

Alferrara (pobre, 1380-1381)

Surge como um dos eremitas residentes em Alferrara em 1380, juntamente com João Gouvinhas e Vasco, quando recebem em doação uma peça de herdade junto à Fonte Santa⁹⁵⁹, o mesmo acontecendo noutra doação de herdade no mesmo lugar, recebida no ano seguinte⁹⁶⁰.

303. NUNO

Alentejo, termo de Óbidos (pobre, 1434-1465)

Pobre residente no oratório de Alentejo, no termo de Óbidos, aí documentado em 1434, por ocasião da respectiva doação aos Lóios, aceitando permanecer no lugar, como irmão e cônego da Congregação⁹⁶¹. Em 1447, quando a Congregação confia o lugar aos cuidados do jerónimo Fr. João de Santa Maria, é dito “familiar doméstico” da

⁹⁵⁸ Assim se afirma que um dos traslados do testamento é para o «llugar de gomez onde se o dicto meendo finou» (*Ibidem*, mç. 3, nº 18 – 1442.10.11, Mendoliva).

⁹⁵⁹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 2 (1380.10.05, Setúbal).

⁹⁶⁰ *Ibidem*, mç. 3, nº 9 (1381.03.13, Setúbal).

⁹⁶¹ TT, *Convento de S. Bento de Xabregas*, mç. 18, nº 3 e 4 (1434.09.24, Alentejo).

mesma casa⁹⁶² e ainda aí residia em 1465, testemunhando o inventário e posse do mesmo pelos Lóios⁹⁶³.

304. NUNO CALDEIRA

Serra de Ossa (pobre, 1500)

Pobre da Serra de Ossa, surge documentado em 1500 como procurador dos pobres junto do monarca para reivindicar a posse da provença de Vale de Flores, que lhes fora embargada pelos frades de S. Francisco de Portalegre⁹⁶⁴. O mesmo desloca-se, ainda nesse ano, a Portalegre, em ordem a publicar a carta régia e citar o guardião do convento franciscano da vila⁹⁶⁵ e a Estremoz, onde se encontra com Fr. Rodrigo, que estava na dita provença, que adia o assunto para Fevereiro do ano seguinte⁹⁶⁶.

305. PEDRO (I)

Serra de Ossa (?) (pobre, 1367-1405)

Referido simplesmente como pobre, recebe, em seu nome e dos outros pobres «pendençãees» (não refere quais nem onde moram) umas casas em Évora, na Rua de Pero Seco, outrora pertencentes ao tabelião João de Évora, que em 1367 lhes são doadas

⁹⁶² *Ibidem*, mç. 18, nº 6 (1447.07.25, Oratório de Alentejo).

⁹⁶³ *Ibidem*, mç. 18, nº 10 (1465.10.16, Óbidos), publ. in João Luís Inglês Fontes, «Percursos de um antigo ermitério medieval...», pp. 248-25; *ibidem*, mç. 18, nº 11 (1465.10.16, Oratório de Alentejo).

⁹⁶⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 37, nº 23 (1500.11.13, Évora).

⁹⁶⁵ *Ibidem*, no verso, doc. 2 (1500.12.14, Portalegre).

⁹⁶⁶ *Ibidem*, no verso, doc. 1 (1500.12.18, Estremoz).

por Martinha Eanes, viúva de Soeiro Zagalo, moradora e vizinha nessa cidade⁹⁶⁷. No traslado que ainda nesse ano pede desta doação, é referido como «ffrej Pedro ffrade que sse chama da terceira Ordem»⁹⁶⁸, designação que também encontramos, embora muito raramente, para designar os eremitas⁹⁶⁹. É possível que pertencesse à comunidade da Serra de Ossa, que sabemos deter posteriormente estas casas⁹⁷⁰. É talvez o mesmo que, em 1405, aparece referido como Frei Pedro, pobre, entre as testemunhas de uma composição celebrada nessa data pelos bacharéis da Sé de Évora⁹⁷¹.

306. PEDRO (II)

Serra de Ossa (pobre, 1413-1432)

Eremita na Serra de Ossa, surge a solicitar junto das justiças do Redondo, em 1413, traslado de uma composição celebrada anteriormente pelo regedor da comunidade⁹⁷². Será possivelmente o mesmo que, em 1432, aparece a desempenhar as mesmas funções em Évora⁹⁷³.

307. PEDRO (III)

Ameal do Gorjão (pobre, 1417)

⁹⁶⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, n° 20 (1367.01.10, Évora, em traslados de 1367.08.20, Évora e 1376.01.14, Evoramonte).

⁹⁶⁸ *Ibidem*.

⁹⁶⁹ Veja-se, abaixo, a biografia de Rodrigo Fulcaz.

⁹⁷⁰ Veja-se, a título de exemplo: TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, mç. 1, n° 7 (1415.10.25, Évora, em traslado de 1433.06.13, Évora); BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), n° 55 (1450.02.14, Évora).

⁹⁷¹ ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis*, pasta 1, n° 150 (1405.06.26, Évora).

⁹⁷² BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, n° 26 (1413.12.31, Redondo).

⁹⁷³ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 15 (*Pergaminhos Avulsos*, 80), n° 22 (1432.09.20, Évora).

Documentado como eremita no Ameal do Gorjão em 1417, quando, com Lourenço e Gonçalo, seus companheiros, compra um pardieiro no arrabalde de Vila Viçosa⁹⁷⁴.

308. PEDRO (IV)

Mendoliva (pobre, 1442-1452)

Eremita da comunidade de Mendoliva, testemunha, em 1442, o pedido de traslado do testamento de Mendo Seabra⁹⁷⁵. É possivelmente o mesmo que, em 1452, pede, em Évora, traslado de várias cartas régias para os pobres desse lugar, atestando o usufruto pelos mesmos dos privilégios outorgados à Serra de Ossa⁹⁷⁶.

309. PEDRO (V)

Alferrara (pobre, 1443)

Eremita de Alferrara, encontra-se documentado em 1443, quando comparece em Palmela, em representação dos pobres, para tratar de assuntos relativos à comunidade⁹⁷⁷.

310. PEDRO (VI)

⁹⁷⁴ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. B10 (1417.02.21, Vila Viçosa).

⁹⁷⁵ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 18 (1442.10.11, Mendoliva).

⁹⁷⁶ TT, *Colecção Especial*, cx. 34, nº 27 (1452.04.17, Évora).

⁹⁷⁷ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 1 (1443.11.17, Palmela). O documento encontra-se em muito mau estado, sendo impossível perceber o assunto então tratado.

Vale Abraão (pobre, 1450)

Pobre de Vale Abraão, surge em Évora a solicitar, em 1450, traslados de diversas cartas régias, um para a sua comunidade⁹⁷⁸ e outro para o eremitério de Santa Margarida do Aivado⁹⁷⁹.

311. PEDRO (VII)

Santa Margarida do Aivado de Évora (regedor, 1475)

Eremita que tinha «carego e Regimento» do eremitério de Santa Margarida do Aivado em 1475, data em que compra e toma posse de uma quintã com seu assentamento, sita junto ao eremitério⁹⁸⁰.

312. PEDRO (VIII)

Eremitério não identificado (pobre, 1485)

Referido como «ermitão», pretende, em 1485, ingressar na Congregação de S. João Evangelista, sendo o seu exame cometido pelo Capítulo Geral ao reitor da casa de Vilar de Frades⁹⁸¹.

⁹⁷⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), n.º 60 (1450.05.01, Évora).

⁹⁷⁹ *Ibidem*, n.º 57 (1450.05.04, Évora).

⁹⁸⁰ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, n.º 94-95 (carta de venda de 1475.01.18, Évora e instrumento de posse de 1475.01.19, Aivado).

⁹⁸¹ TT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 523, fl. 18v (1485.06.25).

313. PEDRO (IX)

Serra de Ossa (regedor, 1491)

Regedor da Serra de Ossa, é nomeado como tal em 1491, em procuração então dada a João Eanes, eremita de Mendoliva, para poder estabelecer composição com o concelho de Palmela sobre determinado caminho junto à sua herdade da Fonte do Sol⁹⁸². Na mesma procuração participa também um seu homónimo, então provincial dos eremitas, impedindo uma eventual possibilidade de identificação de um ou de outro com Pedro de Queirã, que assume o governo da Serra de Ossa entre 1478 e 1481.

314. PEDRO (X)

Provincial (1491)

Provincial dos eremitas da Serra de Ossa, está presente, nessa qualidade, à procuração dada a João Eanes, regedor de Mendoliva, em 1491, para poder estabelecer composição com o concelho de Palmela sobre um caminho junto à herdade da Fonte do Sol⁹⁸³. Na mesma procuração participa também um seu homónimo, então regedor da Serra de Ossa, impedindo uma eventual possibilidade de identificação de um ou de outro com Pedro de Queirã, que assume o governo dessa casa entre 1478 e 1481.

315. PEDRO AFONSO (I)

Montes Claros (pobre, 1407-1425)

⁹⁸² TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mc. 3, nº 63 (s.d., em composição de 1491.07.19, Palmela).

⁹⁸³ Cf. nota anterior.

De condição clerical, acompanha Gonçalo Neto no núcleo inicial de eremitas que, logo em 1407, se instala no termo de Borba, em terras doadas aos pobres da Serra de Ossa⁹⁸⁴, reforçadas, ainda nesse ano, com nova doação de um pedaço de herdade no mesmo lugar feita pelos frades do convento de Santo Agostinho de Vila Viçosa⁹⁸⁵. Em 1421, é referido como um dos companheiros de Gonçalo Neto, na carta de sesmaria pela qual Vicente Esteves, sesmeiro de Borba, entrega aos pobres um chão e mato, sitos no termo da vila, junto ao caminho do Redondo e ao seu eremitério, para que o tirem de mato e aproveitem convenientemente⁹⁸⁶. Em 1425, surge nomeado, juntamente com Gonçalo Neto, em doação feita a eles e aos restantes pobres da Serra de Ossa, de uma herdade que jazia em mato, no termo de Borba, confrontante com o lugar dos pobres aí existente⁹⁸⁷.

316. PEDRO AFONSO (II)

Valbom (regedor?, 1416-a.1428)

Valbom (pobre, 1428)

Documentado como pobre em 1416, data em que recebe em sesmaria do concelho de Vila Viçosa uma montanha de grandes estevais e sobrais que se encontrava erma, sita no termo do concelho, chamada de Vasco Eanes, incluindo uns pardieiros e um curral derribados, com o compromisso de, com seus parceiros, retirar todo o mato da dita herdade no prazo de três anos⁹⁸⁸. Não é impossível que fosse então o regedor da

⁹⁸⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 1 [4] (1407.10.31, Borba, em traslados de 1436.10.16 e 1441.02.02, Vila Viçosa).

⁹⁸⁵ *Ibidem*, lv. 7, nº 1 [5] (doação de 1407.11.09, ratificada em 1407.12.15, mosteiro de Santo Agostinho de Vila Viçosa).

⁹⁸⁶ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 1 [4] (1421.05.23, Borba, em traslados de 1436.10.16 e 1441.02.02, Vila Viçosa).

⁹⁸⁷ *Ibidem*, lv. 7, nº 1 [4] (1425.10.02, Vila Viçosa, em traslados de 1436.10.16 e 1441.02.02, Vila Viçosa).

⁹⁸⁸ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 103 (1416.10.20, Vila Viçosa).

comunidade, funções que manteria possivelmente ainda em 1421, quando adquire, em nome dos pobres, umas casas em Vila Viçosa, na Rua do Alandroal⁹⁸⁹. Possivelmente, é ainda o mesmo Pedro que, em 1428, aparece referido entre os pobres do eremitério de Valbom quando os eremitas de Viana do Alentejo lhes doam o lugar do Ameal do Gorjão⁹⁹⁰.

317. PEDRO AFONSO CORDEIRO

São Miguel o Anjo, termo de Beja (pobre, 1496-a. 1502)

Pobre que, em 1496, vivia junto à ermida de S. Miguel, o Anjo, no termo de Beja, pelo menos com um outro eremita, de nome João, que testemunha, nesta data, a alteração feita pelo primeiro ao seu testamento no sentido de se fazer sepultar na igreja do mosteiro da Conceição de Beja⁹⁹¹. Encontrava-se, à data, «doemte Em Cama de doença natural que lhe o Senhor deus deu», vindo a falecer pouco tempo depois, dado que, em 1502, é tomada posse, pelo mosteiro da Conceição de Beja, de um assento de oliveiras e vinhas que lhes fora doado pelos referidos eremitas⁹⁹². Uma cédula sem data, trasladada em 1504, informa-nos que os eremitas haviam deixado estabelecida a celebração de duas missas por suas almas, em dia de Todos os Santos, a assegurar pelos capelães do referido mosteiro⁹⁹³.

318. PEDRO AFONSO DE SEREIRA (?)

⁹⁸⁹ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. E7 (1421.05.20, Vila Viçosa). As mesmas casas aparecem referidas, em 1425, entre as confrontações de um pardieiro detido na mesma rua pelos pobres do Ameal do Gorjão: BPE, *Mosteiro de Santa Catarina de Sena de Évora*, lv. 85, nº 41 (1425.10.09, Vila Viçosa).

⁹⁹⁰ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. B2 (1428.06.28, Évora).

⁹⁹¹ ADBEJA, *Mosteiro da Conceição de Beja*, nº 33, fls. 9-9v (1496.07.26, igreja de S.Miguel o Anjo).

⁹⁹² *Ibidem*, nº 33, fl. 9v (1502.01.03, Beja). Em cédula trasladada em 1504, refere-se que a posse destes bens devia ser tomada apenas após a morte do dito Pedro Afonso (*ibidem*, nº 33, fls. 10-10v - s.d., em carta de 1504.11.14, Beja).

⁹⁹³ Cf. nota anterior.

Montes Claros (pobre, 1466)

Montes Claros (regedor, 1474)

Pobre do eremitério de Montes Claros, surge, em 1466, a solicitar junto das justiças de Borba, ordenação em vista a coutar as terras junto ao eremitério e a impedir nas mesmas o exercício da caça por pessoas estranhas a esse lugar⁹⁹⁴. Deve ser o mesmo Pedro, «pobre» que, com Álvaro Amieiro, seu parceiro, toma posse, em 1474, de uma propriedade no Aivado, termo de Estremoz, após sentença régia que lhes reconhecia o direito sobre a mesma⁹⁹⁵. Devia fazê-lo já como regedor, dado que é nessa qualidade que, nesse mesmo ano, o rei Afonso V lhe confirma a carta obtida junto do concelho de Borba em 1466⁹⁹⁶.

319. PEDRO AFONSO DURÃO

Rio Torto, termo de Elvas (pobre, a. 1481)

Residente em Elvas e casado com Catarina Eanes, ingressou no eremitério de Rio Torto em data desconhecida, tendo então requerido a devida licença da sua mulher e feito com ela as partilhas dos seus bens. Já tinha falecido em 1481, quando a viúva estabelece uma composição com o regedor do lugar em ordem à partilha dos bens do

⁹⁹⁴ TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 4, fls. 133v-134 (1466.04.09, Borba, em confirmação de 1474.12.28, Estremoz). Publ. in *História Florestal, Aquícola e Cinegética. Colectânea de Documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Chancelarias Reais*, dir. C. M. L. Baeta Neves, vol. II (1439-1481), Lisboa, Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas – Direcção-Geral das Florestas, 1982, doc. 583, p. 196. Nessa data, a decisão é comunicada pelo concelho de Borba às autoridades de Vila Viçosa.

⁹⁹⁵ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 6 [12], no verso (1474.03.15, Estremoz).

⁹⁹⁶ Cf. nota 994.

casal, que incluíam um moinho junto à Ribeira de Chinchês e um olival na Flor da Rosa⁹⁹⁷.

320. PEDRO AFONSO SERTAÍNHO

Vale da Infante (pobre, 1462)

Pobre da proveniência de Vale da Infante, faz o seu testamento a 18 de Outubro de 1462, dizendo-se então enfermo. Faz referência aos pais e a uma irmã, sem os identificar. Deixa diversos bens aos pobres, sitos nas proximidades de Monforte (herdade na aldeia de Figueira, que lhe ficara dos pais; uma cavalaria de terra junto do Peral e da Ribeira de Gatuz; outra courela junto à mesma Ribeira e à estrada que vai de Veiros para Elvas) e cerca de 18 cabeças de gado⁹⁹⁸. Ainda vivo a 19 de Outubro, altura em que nomeia Rodrigo, pobre de Vale da Infante, como seu procurador⁹⁹⁹, já tinha falecido a 24 de Outubro do mesmo ano, conforme o testemunho dado aquando do pedido do traslado do seu testamento¹⁰⁰⁰.

Deveria ser filho de Afonso Eanes Sertão, o qual, em 1448, o constitui como seu testamenteiro, deixando-lhe em herança diversos bens, que haveria de deixar aos eremitas de Vale de Infante¹⁰⁰¹. O seu pai deve ter casado em primeiras núpcias com Margarida Esteves e em segundas núpcias com Mor Luís, tendo possivelmente

⁹⁹⁷ ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas, Coleção de Pergaminhos*, nº 6 [C5 ELV 06, nº 17] (1481.10.19, Elvas).

⁹⁹⁸ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. B5 (1462.10.18, Vale da Infante, em traslado de 1462.10.24, Estremoz).

⁹⁹⁹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 9 (1462.10.19, inserida em escambo celebrado em 1462.10.27, Monforte).

¹⁰⁰⁰ Cf. nota 998.

¹⁰⁰¹ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. B4 (1448.11.14, Estremoz). Mandava sepultar-se no convento de S. Francisco de Estremoz. A relação de Pedro Afonso Sertão com o nosso biografado é atestada em carta de venda celebrada em 1463 pela sua segunda mulher, Mor Luís, já após a morte do marido (cf. nota 1003). O testamento é omissivo sobre uma sua eventual entrada de Pedro Afonso na pobre vida à data da sua redação.

começado por morar em Monforte e transitando posteriormente para Estremoz¹⁰⁰². Com efeito, esta Mor Luís apresenta-se, em 1463, como viúva de Afonso Eanes Sertaínho, moradora em Estremoz, vendendo então à provença de Vale da Infante a sua parte de uma herdade no termo de Monforte que ficara por partir entre ela e o dito Pedro, pobre, e seus irmãos. O tom impessoal da referência a Pedro Sertaínho e o teor do acto levam-nos a supor que, de facto, a dita Mor Luís fosse sua madrasta¹⁰⁰³. Tanto mais que, no mesmo ano e apenas alguns dias depois, uma Maria, pobre da Casa das Galvoas de Évora, doa precisamente a Vale da Infante a parte sobre a mesma herdade que herdara de seus pais Afonso Eanes e Margarida Esteves, que refere como outrora moradores em Monforte¹⁰⁰⁴. Tudo aponta para que se trate de uma irmã de Pedro Afonso Sertaínho, confirmando aqui o nome dos pais e a sua primeira residência em Monforte, aliás consuetânea com a geografia dos bens em jogo.

Conhecemos-lhe ainda outros dois irmãos, João Afonso Sertaínho, casado com uma Mor Esteves e Gomes Afonso Sertaínho, casado com Inês Dias, ambos moradores em Veiros, que, em Março de 1463, vendem aos pobres de Vale da Infante outros quinhões da mesma herdade de «Alfanger»¹⁰⁰⁵. Uma última irmã deste eremita, Catarina Eanes, casada com um Afonso Domingues e moradora em Borba, aparece ainda a fazer nova carta de venda à mesma provença de uma última fracção da referida herdade, ainda em Maio desse ano¹⁰⁰⁶.

321. PEDRO DA JUNQUEIRA

Junqueira (pobre, c. 1481)

¹⁰⁰² Local onde redige o seu testamento (cf. nota anterior) e onde aparece documentada como moradora a sua segunda mulher (cf. nota seguinte).

¹⁰⁰³ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. C6 (1463.02.05, Estremoz).

¹⁰⁰⁴ *Ibidem*, lv. 7, doc. G6 (1463.02.15, Évora).

¹⁰⁰⁵ *Ibidem*, lv. 7, doc. F3 (1463.03.28, Estremoz).

¹⁰⁰⁶ *Ibidem*, lv. 7, doc. F4 (1463.05.08, Estremoz).

Pobre do eremitério da Junqueira, referido na sentença régia de 1483 que ratifica a posse da Serra de Ossa pelos eremitas, face à tentativa de apropriação do mesmo lugar pelos Jerónimos de Santa Maria do Espinheiro, levada a efeito em 1476¹⁰⁰⁷.

322. PEDRO DE ABRANTES

São Julião de Alenquer (pobre, 1491)

Pobre do eremitério de S. Julião de Alenquer, compra para o mesmo lugar, em 1491, uma terra nas suas proximidades, sita em Vale do Junco¹⁰⁰⁸.

323. PEDRO DE AVIS

Espadaneira, termo de Estremoz (pobre, 1433)

Juntamente com Pedro de Borba, é o destinatário, em 1433, da doação em sesmaria feita por Álvaro Gonçalves, sesmeiro régio em Estremoz, de uma herdade no termo da vila, chamada Fonte da Espadaneira, que estes lhe haviam pedido para nela fazerem pobre vida, aí residindo e aproveitando a dita terra¹⁰⁰⁹.

324. PEDRO DE BEJA

Eremitério não identificado (pobre, 1485)

¹⁰⁰⁷ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 88 (1483.02.26, Santarém). Sobre este documento e a datação das referências nelas feitas, cf. nota 27.

¹⁰⁰⁸ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 106 (1491.03.02, Alenquer).

¹⁰⁰⁹ ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas, Coleção de Pergaminhos*, nº 5 [C5 ELV 05, nº 16] (1433.05.20, Estremoz, em traslado de 1480.10.15, Veiros).

Dito pobre «da serra», é admitido como noviço na casa de S. João Evangelista de Évora pelo Capítulo dos Lóios celebrado em 1485¹⁰¹⁰.

325. PEDRO DE BORBA

Espadaneira, termo de Estremoz (pobre, 1433)

Juntamente com Pedro de Avis, é o destinatário, em 1433, da doação em sesmaria feita por Álvaro Gonçalves, sesmeiro régio em Estremoz, de uma herdade no termo da vila, chamada Fonte da Espadaneira, por eles pedida para nela fazerem pobre vida, aí residindo e aproveitando a dita terra¹⁰¹¹.

326. PEDRO DE ESTREMOZ

Serra de Ossa (pobre, 1467)

Pobre da Serra de Ossa, acompanha Gonçalo de Pinhel, regedor do lugar, em 1467, na compra de uma quintã, com suas casas, vinhas e pumares, situada na mesma Serra de Ossa, junto a terra dos pobres¹⁰¹².

327. PEDRO DE MOGADOURO

Serra de Ossa (pobre, 1469-1470)

¹⁰¹⁰ TT, *Manuscritos da Livraria*, nº 523, fl. 18v (1485.06.25).

¹⁰¹¹ Cf. nota 1009.

¹⁰¹² BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 7 (1467.04.08, Évora).

Dito «pedro pobre da sserra d oossa», surge, em 1469, a tomar posse, em nome da mesma comunidade, de dois quinhões de azenhas doados nesse mesmo ano por Fernando Esteves, seu parceiro, sitas no termo de Estremoz¹⁰¹³. Do mesmo modo, é também ele quem, em 1470, toma posse de um pomar e chão na Amieira, termo de Estremoz, doado pelo mesmo eremita, em nome da mesma comunidade¹⁰¹⁴. Em 1474, surge de novo envolvido na resolução de problemas relativos ao pomar doado aos pobres pelo dito Fernando Esteves, desta feita como seu procurador, sendo então identificado como Pedro de Mogadouro¹⁰¹⁵.

328. PEDRO DE PINA

Serra de Ossa (pobre, c. 1481)

Pobre referido na sentença régia de 1483 que ratifica a posse da casa da Serra de Ossa pelos eremitas, face à tentativa de apropriação da mesma perpetrada pelos jerónimos de Santa Maria do Espinheiro em 1476. Cremo-lo como pertencente a este eremitério, dado que o seu nome é integrado entre os pobres que são nomeados após o maioral da Serra de Ossa e antes dos regedores de outras provenças¹⁰¹⁶.

329. PEDRO DE QUEIRÃ [OU QUEIRÃO]

Serra de Ossa (regedor, 1478)

¹⁰¹³ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 15 (*Pergaminhos Avulsos*, 80), nº 29 (1469.03.14, Estremoz).

¹⁰¹⁴ TT, *Documentação de Conventos por identificar*, cx. 19, Pergaminhos, sem nº, no verso (1470.04.30, Estremoz).

¹⁰¹⁵ TT, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, mç. 1, nº 3 (1470.04.31, Estremoz).

¹⁰¹⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 88 (1483.02.26, Santarém). Sobre a datação das referências aí contidas, cf. nota 27.

Serra de Ossa (regedor, 1483)

Regedor da comunidade da Serra de Ossa, emite, nessa qualidade, em 1478, procuração, juntamente com Luís, regedor de Vale da Infante, para que João Brandão, do lugar de Alferara e juiz dos pobres, pudesse tomar posse dos bens deixados a este eremitério por Catarina Afonso Guilhelma e retirar os actuais ocupantes das casas que os pobres tinham junto ao mosteiro da Trindade, em Lisboa, e substituí-los por outros¹⁰¹⁷. Em finais desse ano, está presente em Vale da Infante à profissão do voto de castidade por parte dos eremitas desta comunidade¹⁰¹⁸.

Pedro de Queirã reaparece como regedor desse lugar em 1483, estando então presente à composição celebrada com o mosteiro do Espinheiro em ordem à restituição aos eremitas da casa de Rio Mourinho e ao respectivo acto de posse¹⁰¹⁹.

330. PEDRO DIAS

Vale do Bispo, termo de Beja (1479)

Dito como beguino, levava vida eremítica em Vale do Bispo, no termo de Beja, onde se encontra documentado em 1479¹⁰²⁰.

331. PEDRO DO PÓ

¹⁰¹⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 27 (1478.08.21, Évora, em traslado de 1479.02.20, Coia).

¹⁰¹⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 80 (1478.11.07, Vale da Infante).

¹⁰¹⁹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 3 (1483.02.05, Évora) e 30 (1483.02.06, Rio Mourinho).

¹⁰²⁰ Em confrontação de uma vinha vendida nesse ano (ADBEJA, *Convento do Carmo de Beja*, nº 45, fl. 345 – 1479.12.29, Beja).

S. Julião de Alenquer (pobre, 1485-1490)

Eremita estante no lugar de S. Julião de Alenquer em 1485, procedendo então, juntamente com Lourenço, seu companheiro, ao emprazamento do olival que o eremitério trazia em Vale do Junco, no termo da vila¹⁰²¹. Deve ser o mesmo Pedro que, em 1490, reaparece a tomar posse de um olival, terra e mato sitos no mesmo lugar, após o eremitério o haver retomado em 1484¹⁰²².

332. PEDRO EANES (I)

Azambujeira, termo de Avis [→Fontarcada] (pobre, 1423-1426)

Em súplica apresentada em 1426, juntamente com Fernando Gonçalves e Afonso Eanes, seus companheiros, refere-se que moravam no eremitério da Azambujeira, no termo de Avis, havia três anos, onde tinham entretanto construído um oratório. Solicitam então de Martinho V licença para aí terem sino e altar portátil para a celebração da eucaristia, bem como a possibilidade de se confessarem em artigo de morte a qualquer sacerdote e de se estender ao seu eremitério a isenção do pagamento das dízimas das terras por eles cultivadas¹⁰²³.

333. PEDRO EANES (II)

Alentejo, termo de Óbidos (pobre?, 1465)

¹⁰²¹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 108 (1485.01.16, Alenquer).

¹⁰²² TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 104, no verso (1490.08.13, Vale do Junco).

¹⁰²³ MPV, vol. IV, doc. nº 987, pp. 122.123 (1426.06.07, Roma).

Residente no oratório de Alentejo, no termo de Óbidos, em 1465, aparece referido nessa data a testemunhar a posse então tomada do dito lugar pelos Lóios, não sendo seguro que fosse adepto da pobre vida¹⁰²⁴.

334. PEDRO FERREIRA

Rio Mourinho (regedor, 1458)

Mendoliva (regedor?, [1468-1470])

Pobre que, em 1458, tem carregio do lugar de Rio Mourinho, obtendo nessa data do rei Afonso V carta de privilégio para dois homens que lavrarem as suas herdades¹⁰²⁵. Ainda nesse ano, recebe, em nome dos pobres, uma doação de metade de uma herdade, assentamento e pomar junto ao eremitério¹⁰²⁶. Reencontramo-lo em Mendoliva cerca de 1468-1470, quando, ainda em vida do Infante D. Fernando, mestre de Santiago (1444-1470), procura defender os direitos da provença sobre o logramento da Fonte do Sol contra Nuno Fernandes Velho, cavaleiro de Santiago, incluindo os bens que, nesse lugar, haviam sido doados aos pobres, em 1468, por Catarina Afonso Guilhelma¹⁰²⁷.

335. PEDRO FRANCISQUES

Eremitério não identificado (pobre, 1376)

¹⁰²⁴ TT, *Convento de S. Bento de Xabregas*, mç. 18, nº 11 (1465.10.16, Alentejo, termo de Óbidos).

¹⁰²⁵ TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 6, fls. 92-92v (1458.05.18, Estremoz).

¹⁰²⁶ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 52 (1458.06.12, Montemor-o-Novo).

¹⁰²⁷ Referido em sentença régia sumariada em sentença de 1474.02.11, Setúbal (TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 46). A doação feita por Catarina Afonso Gullhelma data de 1468.06.30, Coina (*ibidem*, mç. 3, nº 35). Nuno Fernandes Velho era filho de Fernando Afonso, homem ligado ao serviço do Infante D. João e à Ordem de Santiago, e de Isabel Velho. Pelo testemunho dado pela referida sentença, tinha um forno de vidro no termo de Setúbal (cf. Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, pp. 423-424).

Eremita que, em 1376, integra os pobres beneficiados por Gregório XI, recebendo do pontífice a graça de absolvição plenária em artigo de morte¹⁰²⁸.

336. PEDRO GARÇÃO

Santa Margarida do Aivado de Évora (pobre, 1456-1459)

Natural de Elvas, fora dado como culpado, em data próxima a 1450, pelo homicídio ocorrido no termo de Évora de um certo «Yñago», biscainho, criado de Álvaro de Aboim, tendo entretanto servido dois anos em Ceuta, com D. Sancho, sendo provável que tivesse também, neste período, residido algum tempo em Castela. Em 1456, já de regresso ao Reino, procura ingressar no eremitério do Aivado, no termo de Évora, obtendo do monarca, por intercessão do eremita Gomes, fundador desse lugar, a necessária carta de perdão, comutando-lhe assim a pena de servir mais três anos em Ceuta¹⁰²⁹. Contudo, volvidos precisamente três anos, nova carta régia esclarece que o mesmo Pedro Garção recusava-se a ficar na dita casa toda a vida, ameaçando retornar a Castela. O monarca, dado o dito Pedro ter servido dois anos em Ceuta e três na dita casa, perdoa-lhe a pena de ser obrigado a permanecer no eremitério¹⁰³⁰.

337. PEDRO LOURENÇO

S. Domingos «de broida», termo de Elvas (pobre, 1405)

¹⁰²⁸ Grégoire XI (1370-1378). *Lettres communes analysées d'après les registres dits d'Avignon et du Vatican, annés IV à VII*, Roma, École Française de Rome, 1997-2008, p. 4, n° 41726 (1376.08.08, Avinhão).

¹⁰²⁹ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 13, fl. 54v (1456.07.06, Lisboa).

¹⁰³⁰ *Ibidem*, lv. 36, fl. 246 (1459.01.11, Évora).

É referido, em 1405, como ermitão de S. Domingos «de broida», sendo nessa data escolhido por Margarida Domingues, mulher de Gil Lourenço, lavrador, moradora em Elvas, como seu testamenteiro¹⁰³¹.

338. PEDRO MEIRINHO

Serra de Ossa (pobre, 1372-1378)

Eremita documentado a partir de 1372, quando, com João Cepelheiro e João Fernandes, seus companheiros, recebe de Mateus Jacobo, pobre, um lugar na Serra de Ossa para aí viverem vida eremítica¹⁰³². No ano seguinte, é nomeado, juntamente com João, Álvaro e todos os seus irmãos que vivem na pobre vida, como destinatário da doação feita pelo mesmo Mateus Jacobo, juntamente com João Domingues Cepelheiro, da parte por eles detida num serrado da Serra de Ossa¹⁰³³. Na inquirição conduzida por determinação pontifícia em 1378, é referido entre os eremitas que se encontram na Serra de Ossa¹⁰³⁴.

339. PEDRO VELHO

Santa Margarida do Aivado de Évora (pobre, 1460-1462)

Pobre da comunidade de Santa Margarida do Aivado, está presente ao testamento do eremita Gomes, fundador desse lugar e aí redigido a 4 de Outubro de

¹⁰³¹ AMC, *Pergaminhos de Elvas*, nº 5 (1405.09.11, Elvas).

¹⁰³² BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 24 (1372.05.11, Redondo).

¹⁰³³ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 15 (*Pergaminhos Avulsos*, 80), nº 22 (1373.10.09, Redondo, em traslado de 1432.09.20, Évora).

¹⁰³⁴ *Ibidem*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 24 (1378.02.16, Quinta de Cambeses, em traslado de 1389.08.19, Évora).

1462, participando no compromisso assumido pela comunidade em viver em obediência, irmandade e sob a regra e viver dos da Serra de Ossa¹⁰³⁵. Deve ser o mesmo eremita Pedro que, em 1460, aí testemunha a celebração do acto de doação da casa de Montemuro aos Lóios¹⁰³⁶.

340. RODRIGO (I)

Serra de Ossa (pobre, 1425)

Pobre da Serra de Ossa, surge documentado em 1425, a solicitar traslado de carta régia junto do juiz do Redondo¹⁰³⁷.

341. RODRIGO (II)

Alferrara (regedor, 1428)

Documentado como regedor do eremitério de Alferrara em 1428, data em que comparece em Setúbal, junto com Salvado, com ele estante no dito lugar, e com Mendo Seabra, para solicitar instrumento que garantisse à comunidade o usufruto dos privilégios que haviam sido outorgados pelos sumos pontífices e pelos monarcas aos pobres da Serra de Ossa. Para esse efeito, atestam como a provença sempre fora sujeita a estes eremitas, que tinham direito de os visitar e requerer, de colocar e retirar pobres

¹⁰³⁵ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 91 (1462.10.04, Santa Margarida do Aivado de Évora).

¹⁰³⁶ TT, *Colégio de S. Paulo de Évora*, maço único, nº 2, fls. 3v-4 (1460.11.24, Santa Margarida do Aivado de Évora, copiado em memória enviada à Província no séc. XVIII).

¹⁰³⁷ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 18 (1425.09.10, Redondo).

do lugar, como o comprovava o próprio Rodrigo, colocado à frente de Alferrara pelo dito Mendo, a mando de João Fernandes da dita Serra de Ossa¹⁰³⁸.

342. RODRIGO (III)

Rio Mourinho (pobre, 1430-1434)

Eremita de Rio Mourinho, aparece referido como um dos membros da comunidade em 1430, quando os pobres compram uma herdade no termo de Alcáçovas¹⁰³⁹, aí permanecendo em 1433, conforme testemunhado pelo regedor do lugar, João Rodrigues, no seu testamento¹⁰⁴⁰. No ano seguinte, é ele quem em nome dos pobres, procede à compra de diversos quinhões de herdade contíguos ao eremitério¹⁰⁴¹. É certamente um dos dois Rodrigues que, em 1435, residiam nesse lugar quando Mendo Seabra lhes confia o eremitério, embora não disponhamos de mais dados que nos permitam uma identificação segura com qualquer um deles¹⁰⁴².

343. RODRIGO (IV)

Amieira, termo de Estremoz (pobre, 1431)

¹⁰³⁸ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 12 e 12A (1428.01.13, Setúbal).

¹⁰³⁹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 32 (1430.08.07, Alcáçovas).

¹⁰⁴⁰ *Ibidem*, lv. 2, nº 42 (1433.11.14, Montemor-o-Novo).

¹⁰⁴¹ *Ibidem*, lv. 2, nº 58 (1434.06.30, Montemor-o-Novo).

¹⁰⁴² *Ibidem*, lv. 2, nº 8 e *ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 1162, pp. 369-370 (1435.12.05, Alcácer do Sal, em carta régia de confirmação de 1436.07.09, Sintra). Neste diploma, são referidos dois Rodrigues, um oriundo de Alcácer e outro de Serpa.

Eremita residente na Amieira (termo de Estremoz), aí atestado em 1431, juntamente com Fernando Esteves, quando procedem à compra de um chão junto ao eremitério¹⁰⁴³.

344. RODRIGO (V)

Vale da Infante (pobre, 1433-1434)

Pobre estante em Vale de Infante, aí aparece documentado em 1433, data em que solicita em Évora traslado de carta régia¹⁰⁴⁴. No ano seguinte, acompanhado de Fernando, seu parceiro, comparece em Estremoz a pedir novos traslados de diversos diplomas régios¹⁰⁴⁵.

345. RODRIGO (VI)

Montes Claros (pobre, a. 1443)

Montes Claros (regedor, 1443-1470)

Filho de Afonso Martins, escrivão na correição de Entre Tejo e Guadiana, ingressou bastante jovem no eremitério de Montes Claros, termo de Borba. É a ele que Martinho Escrivão, regedor desse lugar, entrega os cuidados da comunidade em Janeiro de 1443, revogando anterior doação feita a um certo Estêvão, seu companheiro¹⁰⁴⁶. Em 1450, surge a representar a comunidade na compra de uma herdade de pão junto ao

¹⁰⁴³ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale da Infante*, mç. 1, nº 6 (1431.01.29, Água do Castelo, termo de Estremoz).

¹⁰⁴⁴ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale da Infante*, mç. 1, nº 7 (1433.06.13, Évora).

¹⁰⁴⁵ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Vila Viçosa*, nº 2; BPE, *Col. Manizola*, cód. 76, nº 20; TT, *Colecção Especial*, cx. 33, nº 29 e 32 (todos de 1434.04.11, Estremoz).

¹⁰⁴⁶ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 10 [16] (1443.01.12, Évora).

eremitério¹⁰⁴⁷. Em 1466, ainda se encontra neste eremitério, doando aos pobres nele residentes um herdade que havia comprado, junto ao dito lugar, onde chamam o Aivado, termo de Borba e de Estremoz¹⁰⁴⁸, doação que seria confirmada pelo monarca em 1467, a pedido do mesmo Rodrigo¹⁰⁴⁹. A posse desta herdade seria, em 1472, contestada por um seu sobrinho, Gregório de Brito, escudeiro de Évora, filho de sua irmã, Leonor Afonso, e seu único herdeiro, que afirmava ter recebido a dita herdade do tio em doação em Abril de 1470, pouco tempo antes do seu falecimento. O pleito prolongar-se-ia entre 1472 e 1476, data em que acabaria por ser julgado pelo monarca em favor dos pobres¹⁰⁵⁰.

346. RODRIGO (VII)

Azambujeira, termo de Avis [→Fontarcada] (pobre, 1458-1469)

Pobre do lugar de Azambujeira, no termo de Avis, solicita ao Condestável D. Pedro, governador da Ordem de Avis, em 1458, confirmação da carta de coutada obtida anteriormente pelo eremitério, estando ainda no dito lugar em 1469 quando solicita nova confirmação do mesmo diploma perante o rei Afonso V¹⁰⁵¹.

347. RODRIGO (VIII)

Vale da Infante (pobre, 1462-1472)

¹⁰⁴⁷ *Ibidem*, lv. 7, nº 7 [13] (1450.09.16, Lisboa).

¹⁰⁴⁸ *Ibidem*, lv. 7, nº 9 [15] (1466.10.03, Vila Viçosa).

¹⁰⁴⁹ *Ibidem*, lv. 7, nº 11 [17] (1467.03.21, Évora) e lv. 7, nº 8 [14] (1467.04.11, Évora, a pedido do próprio Rodrigo). Ambas as confirmações foram transcritas na *Leitura Nova*, embora a primeira com data erra, trocando 1467 por 1472 (TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 6, fls. 54v-55v e 83-83v, respectivamente).

¹⁰⁵⁰ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 4 [19] (1476.04.12, Arraiolos).

¹⁰⁵¹ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 31, fl. 135 (1458.06.27, Fronteira, em confirmação régia de 1469.01.28, Avis).

Oriundo de Monforte, encontra-se documentado em Vale de Infante em Outubro de 1462, testemunhando a redacção do testamento de Pedro Sertaínho, seu companheiro¹⁰⁵². Constituído como seu procurador¹⁰⁵³, comparece, ainda nesse mês, em Estremoz a solicitar traslado do referido testamento¹⁰⁵⁴ e, em nome do dito Pedro Sertaínho, escamba algumas das terras por ele deixadas ao eremitério com Álvaro Martins Carujo e Beatriz Gonçalves, sua mulher, moradores em Monforte¹⁰⁵⁵. Esta referência pode-nos ajudar a identificar este eremita com o Rodrigo que, em 1472, é referido também como residente neste eremitério e identificado precisamente como irmão de um Gonçalo Martins Carujo, escudeiro do Conde de Penela e casado com Beatriz Ferreira, então morador em Abrantes mas com bens em Monforte, alguns dos quais vende, nessa data, ao eremitério¹⁰⁵⁶. Na tomada de posse destas terras, feita ainda no mesmo ano pelo regedor da comunidade, refere-se que este Gonçalo Martins andava homiziado, pedindo-se que se conferissem os limites das referidas propriedades. Nesta tarefa, é chamado um outro irmão de Gonçalo Martins, chamado Gil Peres, que participa na demarcação das ditas terras¹⁰⁵⁷.

348. RODRIGO (IX)

Serra de Ossa (pobre, 1463-1466)

¹⁰⁵² BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. B5 (1462.10.18, Vale da Infante, em traslado de 1462.10.24, Estremoz).

¹⁰⁵³ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 9 (procuração de 1462.10.19, em escambo de 1462.10.27, Monforte).

¹⁰⁵⁴ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. B5 (1462.10.24, Estremoz).

¹⁰⁵⁵ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 9 (1462.10.27, Monforte).

¹⁰⁵⁶ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale da Infante*, mç. 1, nº 19 (1472.05.07, Abrantes).

¹⁰⁵⁷ *Ibidem*, lv. 2, fls. 61v-63 (1472.09.23, Monforte, em traslado de 1637).

Referido como estante na Serra de Ossa já em 1463¹⁰⁵⁸. Em Janeiro de 1465, por mandado destes pobres, solicita traslado de documentos relativos à contenda que traziam com o vigário do Redondo sobre a ermida de Santa Maria do Monte Virgem¹⁰⁵⁹, deslocando-se ainda ao Redondo para publicar sentença régia sobre o mesmo assunto favorável aos pobres e junto da ermida para dela tomar posse em nome da dita comunidade¹⁰⁶⁰. Em 1466, é de novo ele quem solicita em Estremoz traslado de uma anterior doação feita à Serra de Ossa¹⁰⁶¹.

349. RODRIGO (X)

Montemuro (regedor, 1475-1479)

Pobre de Montemuro, surge em Setúbal, em 1475, a apresentar traslado de cartas régias que asseguravam ao seu eremitério o usufruto dos privilégios outorgados à Serra de Ossa, em ordem a poder escusar-se do pagamento de trinta reais, que lhe eram exigidos pelo juiz da vila a título de imposição pelo transporte de uma mó para um moinho destes pobres¹⁰⁶². Em 1478, é ele quem solicita, em Évora, para estes eremitas, traslado da bula *In suprema militantis ecclesie* de Sisto IV¹⁰⁶³, certamente como seu regedor, dado que é nessa condição que, no ano seguinte, faz profissão, junto com os seus companheiros, do voto de castidade¹⁰⁶⁴.

¹⁰⁵⁸ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 28 (1463.03.03, Serra de Ossa).

¹⁰⁵⁹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 15 (*Pergaminhos Avulsos*, 80), nº 64 (1465.01.15, Estremoz).

¹⁰⁶⁰ BPE, *Mosteiro de S. João da Penitência de Estremoz*, lv. 103, nº 28, no verso (1465.01.21, Redondo – 1465.01.24, Santa Maria de Monte Virgem).

¹⁰⁶¹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 26 (1466.07.07, Estremoz).

¹⁰⁶² BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 74, no verso (1475.06.09, Setúbal).

¹⁰⁶³ *Ibidem*, nº 78 (1478.12.04, Évora).

¹⁰⁶⁴ *Ibidem*, nº 86 (1479.12.27, Montemuro).

350. RODRIGO (XI)

Rio Mourinho (regedor, 1475)

Dito como «pobre de Monforte», trazia, em 1475, a responsabilidade pelo eremitério de Rio Mourinho, que então se reduzia a dois habitantes (ele e Fernão Gil, clérigo). Nessa data, com procuração para o efeito de Fernão Vasques e dos outros pobres da Serra de Ossa, faz partição e demarcação com Estêvão Eanes Ruivo e Beatriz Fernandes, sua mulher, de uma herdade confrontante com o dito eremitério¹⁰⁶⁵.

351. RODRIGO (XII)

Espadaneira (pobre, 1478)

Pobre estante no lugar da Espadaneira, surge documentado em Évora a solicitar, em 1478, traslado da bula *In suprema militantis ecclesie* de Sisto IV¹⁰⁶⁶.

352. RODRIGO (XIII)

Montemuro (pobre, 1479)

Pobre oriundo do termo de Montemor-o-Novo, encontrava-se no eremitério de Montemuro em 1479, integrando o grupo que eremitas que, nessa data, faz profissão do voto de castidade, na sequência da bula *In suprema militantis ecclesie* de Sisto IV¹⁰⁶⁷.

¹⁰⁶⁵ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 2 (1475.09.02, Montemor-o-Novo).

¹⁰⁶⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 85 (1478.12.04, Évora).

¹⁰⁶⁷ *Ibidem*, nº 86 (1479.12.27, Montemuro).

353. RODRIGO CARVALHO

Vale da Infante (pobre, 1467)

Pobre de Vale da Infante, aparece a representar o eremitério, dito «de fransisco», em 1467, na compra de dois quinhões de herdade sitos nos termos de Estremoz e do Redondo¹⁰⁶⁸.

354. RODRIGO CHAMICEIRO

Valbom (pobre, 1492-1507)

Pobre oriundo de Vila Viçosa, era filho de João Gomes Chamiceiro e de Isabel Afonso¹⁰⁶⁹. Documentamo-lo no eremitério de Valbom, sito no termo dessa vila, em 1492, quando faz doação dos seus bens aos ditos pobres, com o encargo de rezarem por sua alma e pela alma de seus pais. Deixa-lhes diversos bens dispersos pelo termo de Vila Viçosa, incluindo uma casa na Rua da Freira, uma vinha no caminho do Alandroal, uma terra no mato de Pedro de Alva e meia herdade na Asseca¹⁰⁷⁰. Em 1504, renova a mesma doação, pedindo ainda, caso aí haja um clérigo, que rezem uma missa anual, por dia de S. Bartolomeu, por sua alma e por alma dos seus progenitores¹⁰⁷¹. É possivelmente ainda o mesmo Rodrigo que, em 1507, aparece referido como morador em Valbom na composição então celebrada pelos pobres com o convento de Santo

¹⁰⁶⁸ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale da Infante*, lv. 2, fls. 93-94v (1467.12.17, Estremoz, em traslado de 1637).

¹⁰⁶⁹ Conforme a sua própria declaração, que abre a doação que faz aos pobres em 1492 e 1504 (cf. notas seguintes).

¹⁰⁷⁰ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. D2, nº 5 (1492.08.25).

¹⁰⁷¹ *Ibidem*, lv. 7, doc. D2, nº 4 (1504.06.17, Vila Viçosa).

Agostinho de Vila Viçosa sobre certas terras por eles detidas no termo de Jerumenha¹⁰⁷².

355. RODRIGO DE ALCÁCER (I)

Rio Mourinho (pobre, 1435)

Eremita do lugar de Rio Mourinho, integrava a comunidade em 1435, quando Mendo Seabra entrega o lugar aos pobres¹⁰⁷³.

356. RODRIGO DE ALCÁCER (II)

Serra de Ossa (pobre, c. 1481-1483)

Pobre residente na Serra de Ossa, está presente, em 1483, à composição então estabelecida com o mosteiro do Espinheiro em ordem à devolução aos eremitas do lugar de Rio Mourinho¹⁰⁷⁴, bem como ao respectivo acto de posse¹⁰⁷⁵. Deve ser o mesmo Rodrigo que, cerca de 1481, aparece entre o grupo dos pobres desse eremitério que contesta junto do monarca a tentativa de apropriação da casa da Serra de Ossa por parte dos jerónimos de Santa Maria do Espinheiro¹⁰⁷⁶.

357. RODRIGO DE BRAGA

¹⁰⁷² *Ibidem*, lv. 7, doc. E6 (1507.09.06, Vila Viçosa).

¹⁰⁷³ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 8 e *ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 1162, pp. 369-370 (1435.12.05, Alcácer do Sal, em confirmação régia de 1436.07.09, Sintra).

¹⁰⁷⁴ *Ibidem*, lv. 2, nº 3 (1483.02.05, Évora).

¹⁰⁷⁵ *Ibidem*, lv. 2, nº 30 (1483.02.06, Rio Mourinho).

¹⁰⁷⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 88 (1483.02.26, Santarém). Sobre a datação das referências aí contidas, cf. nota 27.

Valbom (pobre, 1476-1478)

Pobre documentado no eremitério de Valbom em 1476, solicitando, nessa data, em Évora, traslado de anterior doação feita aos eremitas da Serra de Ossa¹⁰⁷⁷. Surge, dois anos depois, referido como Rodrigo de Braga, integrando as testemunhas presentes ao acto de profissão do voto de castidade por parte dos eremitas de Vale da Infante¹⁰⁷⁸.

358. RODRIGO DE ESTREMOZ

Vale da Infante (pobre, 1471-1478)

Pobre da provença de Vale da Infante, surge, em 1471, juntamente com Rodrigo de Fronteira, a representar os pobres do dito lugar em composição sobre casas e uma courela de pão sitos na aldeia de Figueira, no termo de Monforte¹⁰⁷⁹. Ainda no mesmo ano, é um dos eremitas que acompanha o regedor desse lugar em Composição então celebrada em Estremoz sobre o logramento de uma fonte sita no Monte dos Galhardos, no termo dessa vila, vizinha a herdade aí detida pelos pobres¹⁰⁸⁰. Reencontramo-lo em 1478 quando, com os restantes eremitas dessa casa, faz profissão do voto de castidade, na sequência do determinado por anterior bula de Sisto IV¹⁰⁸¹.

359. RODRIGO DE FRONTEIRA

¹⁰⁷⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 25 (1476.06.20, Évora).

¹⁰⁷⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 80 (1478.11.07, Vale da Infante).

¹⁰⁷⁹ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. C5 (1471.03.30, Borba).

¹⁰⁸⁰ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 9 (*Pergaminhos Vários*, 50), nº 26, doc. 1 (1471.07.11, Estremoz).

¹⁰⁸¹ Cf. nota 1078.

Vale da Infante (pobre, 1471)

Pobre da provença de Vale da Infante, surge, em 1471, juntamente com Rodrigo de Estremoz, a representar os pobres do dito lugar em composição sobre casas e uma courela de pão sitos na aldeia de Figueira, no termo de Monforte¹⁰⁸². Ainda no mesmo ano, é um dos eremitas que acompanha o regedor desse lugar em composição então celebrada em Estremoz sobre o logramento de uma fonte sita no Monte dos Galhardos, no termo dessa vila, vizinha a herdade aí detida pelos pobres¹⁰⁸³.

360. RODRIGO DE MONFORTE (I)

Montes Claros (regedor, 1480-1486)

Serra de Ossa (regedor, 1489)

Regedor do eremitério de Montes Claros aí documentado desde 1480, data em que renova a aquisição, pelos pobres, de umas casas sitas na vila de Borba, na Rua do Rego¹⁰⁸⁴. Permanecia à frente desta comunidade em 1486, quando solicita do juiz de Borba a reposição de dois marcos em ordem a delimitar a provença e impedir que esta fosse devassada¹⁰⁸⁵. Ainda no mesmo ano, desloca-se a Estremoz para requerer traslado de carta régia de privilégio¹⁰⁸⁶ e, poucos dias depois, encontra-se já em Borba a aforar um chão e pardieiro que os mesmos pobres detinham na mesma vila¹⁰⁸⁷.

Em 1489, encontrava-se à frente da comunidade da Serra de Ossa, sendo como seu regedor que comparece, nesse ano, em Lisboa para solicitar traslado de bula

¹⁰⁸² BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. C5 (1471.03.30, Borba).

¹⁰⁸³ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 9 (*Pergaminhos Vários*, 50), nº 26, doc. 1 (1471.07.11, Estremoz).

¹⁰⁸⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 23 [33] (1480.01.25, Borba).

¹⁰⁸⁵ *Ibidem*, lv. 7, nº 13 [20] (1486.02.16, Montes Claros).

¹⁰⁸⁶ *Ibidem*, lv. 7, nº 25 [38] (1486.08.21, Estremoz).

¹⁰⁸⁷ *Ibidem*, lv. 7, nº 23 [34] (1486.09.01, Borba).

pontifícia relativa aos eremitérios de Alferrara, Cela Nova e Junqueira e do respectivo instrumento de publicação¹⁰⁸⁸.

361. RODRIGO DE MONFORTE (II)

Vale da Infante (pobre, 1504)

Pobre da casa de Vale da Infante, aí residia em 1504, quando é escolhido pelos pobres como seu procurador, juntamente com João da Guarda, para escambarem certas terras que detinham no termo de Monforte por outras mais próximas do seu eremitério ou das suas herdades¹⁰⁸⁹.

362. RODRIGO DE OLIVENÇA

Montes Claros (pobre, 1466)

Pobre do lugar de Montes Claros, é ele quem, em 1466, aceita, em nome dos eremitas desse lugar, a doação então feita pelo regedor da casa, também ele Rodrigo, de uma herdade próxima ao eremitério, nos termos de Borba e de Estremoz¹⁰⁹⁰.

363. RODRIGO DE SERPA

Rio Mourinho (pobre, 1435)

Rio Mourinho (regedor, 1450-d. 1451)

¹⁰⁸⁸ TT, *Colecção Especial*, cx. 7, nº 20 (1489.07.02, Lisboa).

¹⁰⁸⁹ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale da Infante*, maço 2, nº 9 e 10 (ambos de 1504.01.20, Monforte, sendo a procuração dada pelos pobres e aí resumida de 1504.01.14, Estremoz).

¹⁰⁹⁰ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 9 [15] (1466.10.03, Vila Viçosa).

Em 1435, é um dos eremitas de Rio Mourinho referidos por Mendo Seabra na doação que então faz do eremitério aos pobres aí residentes¹⁰⁹¹. Em 1450, é nomeado pelo rei Afonso V para assumir o governo do eremitério¹⁰⁹², aparecendo já a encabeçar a comunidade em doação que, no ano seguinte, recebem de umas casas com seu quintal sitas na Rua Verde, em Montemor-o-Novo¹⁰⁹³, sendo também ele quem, em nome dos pobres, delas toma posse¹⁰⁹⁴. Segundo testemunho posterior, terá deixado o governo do eremitério a um Fernão de Lamego¹⁰⁹⁵, facto que teremos que colocar em data necessariamente anterior a 1458, pois nesse ano o governo do lugar já era ocupado por Pedro Ferreira¹⁰⁹⁶.

364. RODRIGO EANES

Vale Abraão (regedor, 1443-a. 1488, 1491?)

Juiz dos pobres (1475-1482)

Regedor da provença de Vale Abraão, surge documentado à frente da comunidade logo em 1443, data em que, por autoridade de Gonçalo de Pinhel, que então trazia o governo da Serra de Ossa, dá em emprazamento uma terra detida pelos pobres desta casa, sita no termo de Vila Viçosa¹⁰⁹⁷. Deverá ser o mesmo Rodrigo de Vale de Abraão que, em 1475, aquando da renovação feita pelo rei Afonso V do

¹⁰⁹¹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 8 e *ChDD*, vol. I, doc. 1162, pp. 369-370 (1435.12.05, Alcácer do Sal, em confirmação régia de 1436.07.09, Sintra).

¹⁰⁹² TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 34, fl. 18v (1450.01.30, Portel).

¹⁰⁹³ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 38 (1451.05.23, Montemor-o-Novo).

¹⁰⁹⁴ *Ibidem*, no verso (1451.06.26, Montemor-o-Novo).

¹⁰⁹⁵ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 79 (1478.04.22, Lisboa).

¹⁰⁹⁶ Cf. biografia respectiva.

¹⁰⁹⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 5 (1443.09.14, Serra de Ossa).

regimento dado aos eremitas, é nomeado como um dos conservadores ou juizes dos pobres da Serra de Ossa, juntamente com Fernão Vasques e Lopo de Portel¹⁰⁹⁸. Dois anos depois, é a Rodrigo de Vale Abraão e a Lopo de Portel, na sua qualidade de provedores de todas as casas dos pobres, que o monarca determina, por alvará, que Fernão Vasques entregue a casa da Serra de Ossa, que então trazia por delegação dos frades de S. Jerónimo¹⁰⁹⁹. Por essa altura ou pouco depois, integra naturalmente o grupo dos eremitas que, junto do rei Afonso V, contesta precisamente a tentativa de apropriação deste lugar pelos Jerónimos de Santa Maria do Espinheiro de Évora, levada a efeito em 1476¹¹⁰⁰.

A par destas funções, mantinha o governo de Vale Abraão, documentando-se, entre 1479 e 1485, a sua intervenção na aquisição de consecutivas parcelas de terra confrontantes com a herdade da Argolhia, trazida por estes pobres na Serra de Ossa. Nelas, surge também atestada a sua condição clerical, a par do cargo de regedor da comunidade¹¹⁰¹. Encontramo-lo ainda como responsável desta casa a participar na procuração dada a João Eanes, eremita de Mendoliva, para estabelecer composição com o concelho de Palmela sobre a herdade da Fonte do Sol. O facto de não estar datada, embora inserida em composição celebrada em 1491, leva-nos a supor que lhe seja anterior, dado que, em 1488, já encontramos o governo de Vale Abraão nas mãos de Vasco de Elvas¹¹⁰². Nada impede, contudo, que Rodrigo tenha retomado a responsabilidade desta comunidade em 1491, apesar certamente da sua já avançada idade¹¹⁰³.

¹⁰⁹⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 73 e TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 30, fl. 123 (1475.04.29, Portalegre).

¹⁰⁹⁹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 28 (1477.07.16, Porto, em traslado de 1481.06.04, Évora).

¹¹⁰⁰ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 88 (1483.02.26, Santarém). Sobre a datação das referências aí contidas, cf. nota 27.

¹¹⁰¹ Aquisições sucessivas de parcelas de terra em 1479, 1484 e 1485 [BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 21 – 1479.02.04, Vila Viçosa; *ibidem*, lv. 44, nº 12 – 1479.04.21, Redondo; *ibidem*, lv. 40, macete 1 (*Pergaminhos*), nº 30 – 1484.08.30, Vila Viçosa; *ibidem*, lv. 39, nº 17 – 1485.02.02, Vila Viçosa].

¹¹⁰² Cf. biografia respectiva.

¹¹⁰³ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 63 (1491.07.19, Palmela).

365. RODRIGO EANES «ROUSIRINO» (?)

Vale Abraão (pobre, 1502)

Dito como «ffamalyar e jrmão da cassa da prouença de vall d abião», doa a esta casa, em 1502, um olival e vinha no termo do Redondo, onde chamam o Caminho do Álamo¹¹⁰⁴.

366. RODRIGO FULCAZ

Santa Maria de Monte Virgem (pobre, c. 1385-1397)

Já referido como «frei Rodrigo Fulcaz» em 1376, possivelmente morador em Évora, onde então testemunha a posse de umas casas na judiaria por parte das freiras de S. Bento de Cástris¹¹⁰⁵, é dito da pobre vida em 1385, quando recebe em doação de Lopo Esteves e Mécia Afonso, vizinhos de Évora, uma herdade no termo da cidade, onde chamam Monte Redondo¹¹⁰⁶. Recebera, antes de 1397, em sesmaria, o lugar de Santa Maria de Monte Virgem, com a respectiva ermida, onde levava vida pobre. É este lugar que, neste ano, doa a Gil Martins, pobre, e a todos os seus companheiros, que se comprometem a tê-lo presente nas suas orações¹¹⁰⁷. É referida uma sua azenha, sita na Serra de Ossa, em 1399¹¹⁰⁸. Em 1408, escamba bens que detém em Peramanca, termo de Évora, com a igreja de Santiago, recebendo em troca uma vinha no termo da cidade,

¹¹⁰⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 8 (1502.02.18, Vila Viçosa).

¹¹⁰⁵ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 5 (*Pergaminhos de S. Bento*, pasta 2), nº 107 (1376.07.31, Évora).

¹¹⁰⁶ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 90 (1385.04.06, Évora, em traslado de 1428.04.28, Évora).

¹¹⁰⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 15 (1397.11.17, Évora).

¹¹⁰⁸ *Ibidem*, lv. 44, nº 26 (1399.09.19, Redondo, em traslado de 1413.12.31, Redondo).

em Monte Redondo. Apesar de ser referido como “frade”, é dito morador em Évora e já nada se diz sobre a sua eventual pertença à pobre vida¹¹⁰⁹.

Redige o seu testamento em Évora a 6 de Junho de 1409, do qual só se conhece uma cláusula relativa aos bens de Monte Redondo e de Évora, que deixa aos eremitas¹¹¹⁰. Já tinha falecido em 1418, dado que se referem, nesta data, umas casas em Évora «que fforom de ffrey Rodriguo ffulcaz»¹¹¹¹; dos bens que este detinha em Évora e em Monte Redondo (termo de Évora), tomam posse, nesse ano, os eremitas Gomes e João de Lamego, de Sta. Margarida do Aivado, fazendo pressupor alguma ligação daquele com o dito eremitério¹¹¹².

367. RODRIGO SANCHO ou RODRIGO DE VILA VIÇOSA

Valbom (regedor, 1492)

Valbom (regedor, 1498-1502)

Regedor do eremitério de Valbom, está presente à doação feita a essa comunidade em 1492 por Rodrigo Chamiceiro, um dos pobres aí residentes, dos bens que detinha no termo de Vila Viçosa¹¹¹³. Aparece de novo à frente do lugar em 1498, após um período em que o governo do mesmo fora assegurado por João da Guarda¹¹¹⁴, comparecendo nessa data em Vila Viçosa para apresentar uma sentença régia sobre os moinhos detidos pelos pobres no termo de Jerumenha, junto ao Guadiana, e pedir a sua execução. Não deixaria de acompanhar depois os oficiais encarregues de proceder à

¹¹⁰⁹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 13 (*Pergaminhos Avulsos*, 200), nº 61 (1408.08.03, Évora).

¹¹¹⁰ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 72 (1409.06.06, Évora, transcrito em certidão de 1418.06.01, Santarém).

¹¹¹¹ *Ibidem*, lv. 2, nº 83 (1418.05.18, Évora). O mesmo é reafirmado no instrumento de posse das casas, celebrado no dia seguinte (*ibidem*, lv. 2, nº 84), bem como na doação da parte que, nessas casas, tinha a manceba do vendedor (*ibidem*, lv. 2, nº 85 – 1418.05.24, Évora).

¹¹¹² *Ibidem*, lv. 2, nº 84 (1418.05.19, Évora).

¹¹¹³ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. D2, nº 5 (1492.08.25).

¹¹¹⁴ Documentado como seu regedor em 1496 (cf. biografia respectiva).

demarcação dos imóveis referidos na sentença, tomando depois posse dos mesmos em nome dos pobres¹¹¹⁵. Deve ser o mesmo que, cerca de 1501, aparece referido como Rodrigo Sancho, regedor desse lugar, em acto de posse de uma herdade que os pobres traziam no termo de Jeromenha¹¹¹⁶. Em Janeiro do ano seguinte, é de novo como seu regedor que solicita uma carta testemunhável relativa a certo marco que separava propriedades detidas pela provença no termo de Jerumenha de outras pertencentes ao mosteiro de Santo Agostinho de Vila Viçosa¹¹¹⁷. Em Agosto desse ano, já não se encontrava à frente do eremitério, entregue entretanto a um certo Diogo¹¹¹⁸.

368. RUI MANSO

Rio Mourinho (pobre, 1439)

Eremita de Rio Mourinho documentado em 1439, quando, em nome dos pobres, se faz presente na vila de Alcáçovas à emissão de sentença que decretava o encerramento de uma canada aberta em propriedade que o eremitério detinha no termo dessa vila¹¹¹⁹.

369. RUI TATES

Rio Mourinho (pobre, 1478)

¹¹¹⁵ TT, *Arquivo da Casa de Abrantes*, lv. 156, nº 3123 (1498.08.19, Vila Viçosa – 23, Azenha da Palmeira, no termo de Jerumenha).

¹¹¹⁶ Em 1501, encontramos um Rodrigo Sancho documentado como regedor (cf. biografia respectiva).

¹¹¹⁷ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 3, nº 49 (1502.01.25, Jerumenha).

¹¹¹⁸ *Ibidem*, lv. 6, nº 90 (doc. truncado, c. 1501).

¹¹¹⁹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 10 (1439.06.05, Alcáçovas).

Eremita de Rio Mourinho, está presente em 1478 à procuração passada pelos pobres desse lugar a Fernão Vasques para consumir a anexação da provença ao mosteiro de Santa Maria do Espinheiro de Évora¹¹²⁰, facto igualmente mencionado na bula pontifícia de 1481 que viria a anular este acto¹¹²¹. É possível que tivesse familiares neste mosteiro, pois em 1483, na composição de entrega deste eremitério à Serra de Ossa, consta um Frei João Tates entre os membros do mosteiro do Espinheiro¹¹²².

370. SALVADO

Alferrara (pobre, 1427-1428)

Eremita residente em Alferrara em 1427, tomando então posse, juntamente com Lopo e em nome dos restantes pobres desse lugar, de um olival com seu chão em Almouquim, que lhes havia sido doado dois anos antes¹¹²³. Em 1428, comparece em Setúbal, junto com Rodrigo, com ele estante no lugar de Alferrara, e com Mendo Seabra, em ordem a provar o direito do seu eremitério a usufruir dos privilégios outorgados pelos monarcas e pela Sé apostólica aos pobres da Serra de Ossa¹¹²⁴.

371. SIMÃO

Serra de Ossa (pobre, 1408-1426)

¹¹²⁰ *Ibidem*, lv. 1, nº 68 K (1478.09.01, Rio Mourinho, em sentença de 1478.09.07, Évora; em cópia do séc. XVIII).

¹¹²¹ *Ibidem*, lv. 2, nº 45 (1481.12.05, Roma).

¹¹²² *Ibidem*, lv. 2, nº 3 (1483.02.05, Évora).

¹¹²³ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 11 (1426.03.22, Alferrara).

¹¹²⁴ *Ibidem*, mç. 3, nº 12 e 12A (1428.01.13, Setúbal).

Pobre da Serra de Ossa, aparece em 1408 a solicitar, em Évora, traslado de carta régia em nome de João Fernandes, regedor desse lugar¹¹²⁵. Será possivelmente o mesmo que, em 1425, recebe, em nome dos pobres da Serra de Ossa, juntamente com Mendo Seabra e Barnabé, a doação de umas casas junto ao mosteiro da Trindade, em Lisboa, feita por Carlos Pessanha, almirante do reino¹¹²⁶, estando também presente à posse do mesmo, tomada no ano seguinte¹¹²⁷.

372. TOMÉ

Felgueira, termo de Montemor-o-Novo [→Rio Mourinho] (pobre, 1377-1378)

Eremita que, em 1377, recebe em doação, juntamente com Gonçalo e Lourenço, um lugar cerrado com casas, árvores e valada, acima da Água da Felgueira, no termo de Montemor-o-Novo¹¹²⁸. Na inquirição conduzida aos eremitas em 1378, é referido entre os pobres que se encontram neste eremitério, no termo da dita vila¹¹²⁹.

373. TOMÉ DE FOIOS

Rio Mourinho (pobre, a. 1425 – a. 1431)

Eremita referido pela primeira vez em Maio de 1425, em súplica apresentada pelo infante D. Duarte a Martinho V para que conceda lhe concedesse licença para, com

¹¹²⁵ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 48 (1408.12.29, Évora).

¹¹²⁶ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 31 (1425.07.23, Lisboa).

¹¹²⁷ *Ibidem*, lv. 35, nº 31, no verso (1426.07.23, Lisboa).

¹¹²⁸ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 57 (1377.10.14, Montemor-o-Novo, em traslados de 1390.06.10, Montemor-o-Novo e de 1399.09.06, Montemor-o-Novo).

¹¹²⁹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 24 (1378.02.16, Quinta de Cambeses, em traslado de 1389.08.19, Évora).

os eremitas de Rio Mourinho, fundarem um outro eremitério em local mais saudável¹¹³⁰, o que lhes seria concedido por bula pontifícia de 30 de Maio do mesmo ano¹¹³¹. Residiu no eremitério de Rio Mourinho, possivelmente desde esta data, tendo já falecido em 1431¹¹³².

374. TOMÉ ESTEVES

Eremitério não identificado (pobre, 1376)

Eremita que integra o grupo de pobres beneficiado por Gregório XI em 1376, recebendo do pontífice a graça de absolvição plenária em artigo de morte¹¹³³.

375. VASCO (I)

Eremitério não identificado (pobre, 1376)

Penha Longa (pobre, c.1390-a. 1405)

Dito natural de Leiria e «da uida Ermjtãa dos proues Ermjtaees», aparece em Cascais, em Agosto de 1390, junto de João Domingues, corretor, morador e vizinho de Lisboa, e de Gomes Eanes, tabelião, com carta do rei João I, de Julho desse ano, dirigida ao dito João Domingues, determinando que, apesar de ultrapassado o prazo estipulado, receba o dinheiro devido pela venda que fizera a «ffrey vasco Ermjtm da proue vjda» do lugar de Penhalonga. Apresentada também a procuração de Branca

¹¹³⁰ MPV, vol. IV, doc. 856, pp. 26-27 (1425.05.30).

¹¹³¹ Bula *Sincere deuotionis affectus* - BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 25 (1425.05.30, Roma).

¹¹³² TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 63 (1431.11.20, Évora).

¹¹³³ *Grégoire XI (1370-1378). Lettres communes analysées d'après les registres dits d'Avignon et du Vatican, annés IV à VII*, Roma, École Française de Rome, 1997-2008, p. 4, nº 41726 (1376.08.08, Avinhão).

Afonso, mulher do dito João Domingues, é executada a venda da dita propriedade. Estão então com ele Humberto, Antão e Antão «njcolo»¹¹³⁴.

É possivelmente ele a testemunha ao testamento de Martim Eanes do Casal em 1396, dito «frej vaasco creljgo de mjssa», no qual o testador deixa todos os seus bens a Penhalonga e manda ser aí sepultado. Acompanham-no nesse acto outros dois companheiros, Jerónimo e Lourenço [Eanes], ditos «pobres jrmjtaaes»¹¹³⁵. Em 1398, é também ele quem pede um instrumento da doação feita pelo concelho de Sintra aos pobres de Penhalonga de um pardieiro no castelo da vila, para aí se acolherem e morarem¹¹³⁶.

O seu percurso anterior à instalação em Penha Longa foi por nós explorado no capítulo I da presente dissertação, a partir dos estudos de José Adriano Freitas de Carvalho e da revisão dos dados facultados pelas memórias jerónimas proposta por Sophie Coussemacker. Estes permitem atestar o seu contacto, pouco depois de 1343, com um grupo de *fraticelli* italianos oriundos dos círculos próximos dos eremitas estantes em Monte Gualdo, o qual motivaria a sua partida para Itália e uma estadia, por cerca de três décadas, junto de Tommasuccio de Siena. Daí teria regressado, pouco depois de 1370 – talvez por ocasião de uma peregrinação do seu mestre a Compostela e Montserrat -, vivendo, durante algum tempo, junto dos grupos de eremitas existentes nas imediações de Toledo. A aprovação da Ordem de S. Jerónimo, em 1373, na qual se integrariam estes eremitérios, seria o móbil provável para o regresso de Fr. Vasco a Portugal. É possível que ele se tenha juntado aos eremitas que viviam na Serra de Ossa. Com efeito, em 1376, um «ffrey vaasco da pobre vida» solicita, perante as justiças de Evoramonte, o traslado de diversas doações feitas aos pobres, sem que seja claro o eremitério ao qual se encontrava ligado¹¹³⁷.

Não são claras as razões que o levariam a abandonar a Serra de Ossa e a instalar-se em Penha Longa. Contudo, é certo que a sua atracção pela vida eremítica manter-se-

¹¹³⁴ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Saúde de Penha Longa*, maço 1, nº 30 (1390.08.05, Penha Longa). Publ. in Cândido dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal. Das origens aos fins do século XVII*, Porto, INIC – Centro de História da Universidade do Porto, 1980, Apêndice Documental, doc. 1, pp. 259-261, embora com erro na leitura dos nomes dos companheiros de Fr. Vasco.

¹¹³⁵ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Saúde de Penha Longa*, mç. 1, nº 34 (1396.05.02).

¹¹³⁶ *Ibidem*, mç. 1, nº 36 (1398.02.04, Sintra).

¹¹³⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 20 (1376.01.14, Evoramonte).

ia bem marcada, pelo regime que aí prossegue com alguns discípulos e pela sua oposição, registada pelas memórias quatrocentistas dos Jerónimos, à conversão dessa comunidade em mosteiro da Ordem, aliás, protagonizada, não por ele, mas por um Fernando João, presbítero. Fr. Vasco ainda escreveria, desse lugar, duas cartas, dadas a conhecer por Jorge Cardoso¹¹³⁸, sendo certo o seu regresso a Córdova em 1405, onde assume a fundação e direcção do mosteiro de Valparaíso, também ele com uma marca vincadamente austera, e onde viria a morrer, cerca de 1420¹¹³⁹.

376. VASCO (II)

Alferrara (pobre, 1380-1381)

Eremita de Alferrara, aí surge referido em 1380, juntamente com João Gouvinhas e Miguel, seus parceiros, quando lhes é feita doação de uma pequena herdade junto à Fonte Santa, no termo de Palmela¹¹⁴⁰. Aí permanecia com os seus companheiros no ano seguinte, sendo novamente destinatários de outra doação de uma herdade no mesmo lugar¹¹⁴¹.

377. VASCO (III)

Água das Infantes, termo de Portel (co-fundador e regedor, 1405-a. 1439)

¹¹³⁸ Publ. por Jorge Cardoso (*Agiolégio Lusitano*, tomo I, pp. 27-29 e 390-91) e, a partir deste, por Fr. Fortunato de S. Boaventura (*História chronologica, e critica da Real Abbadia de Alcobaça, da Congregação Cisterciense de Portugal*, Lisboa, na Impressão Régia, 1827, pp. 18-20). Foram estudadas por José Adriano Freitas de Carvalho e reeditadas a partir do mesmo autor no seu artigo «Nas origens dos Jerónimos...» (pp. 95-98, 128-131).

¹¹³⁹ Cf. José Adriano Freitas de Carvalho, «art. cit.» e Sophie Coussemacher, *L'Ordre de Saint Jerome...*, tomo I, pp. 103-145. Para a discussão de algumas das hipóteses colocadas por esta autora, cf. parte I, cap. I desta dissertação.

¹¹⁴⁰ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 2 (1380.10.05, Setúbal).

¹¹⁴¹ *Ibidem*, mç. 3, nº 9 (1381.03.13, Setúbal).

Juntamente com Lourenço e João de Torres, integra o grupo de fundadores do eremitério de Água das Infantes, no termo de Portel, beneficiado com diversas doações de terras nesse local entre Setembro de 1405 e Janeiro do ano seguinte¹¹⁴². Em 1409, surge a solicitar traslado de carta régia, dizendo-se que vive no termo de Portel¹¹⁴³ e o mesmo é referido em 1411, nas doações que são feitas a estes eremitas de dois chãos com casario no arrabalde da vila, junto às casas por eles aí já detidas¹¹⁴⁴. É possivelmente o líder da comunidade, pois noutra doação de 1412, ainda relativa a parte das mesmas casas, é o único eremita referido¹¹⁴⁵, bem como no aforamento que faz para os mesmos pobres, em 1423, de um pardieiro na dita vila¹¹⁴⁶. Já tinha falecido em 1439, a crermos nos termos do testamento então redigido por Beatriz, a pobre, moradora em Évora¹¹⁴⁷.

378. VASCO (IV)

Rio Mourinho (pobre, 1430-1435)

Eremita do lugar de Rio Mourinho, aí se encontra documentado em 1430, quando é referido entre os pobres residentes no eremitério por ocasião de carta de venda celebrada nessa data¹¹⁴⁸. É de novo nomeado como um dos eremitas desse lugar em 1433, aquando da redacção do testamento de João Rodrigues, seu companheiro¹¹⁴⁹ e aí

¹¹⁴² BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 61 (1405.09.01, Vidigueira); *ibidem*, lv. 1, nº 53, doc. A e nº 48 (1405.12.05, Portel); o segundo em traslado de 1460.08.03, Portel); *ibidem*, lv. 1, nº 53, doc. B (1406.01.06, Portel).

¹¹⁴³ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Portel*, nº 14 (1409.06.10, Redondo).

¹¹⁴⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 34 (1411.01.09, Portel) e nº 36 (1411.08.15, Portel).

¹¹⁴⁵ *Ibidem*, lv. 1, nº 52 (1412.05.03, Portel).

¹¹⁴⁶ *Ibidem*, lv. 1, nº 49 (1423.01.11, Portel).

¹¹⁴⁷ *Ibidem*, lv. 1, nº 27 (1439.01.12, Évora).

¹¹⁴⁸ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 32 (1430.08.07, Alcáçovas).

¹¹⁴⁹ *Ibidem*, lv. 2, nº 42 (1433.11.14, Montemor-o-Novo).

continuava em 1435, quando Mendo Seabra confia o eremitério aos pobres aí residentes¹¹⁵⁰.

379. VASCO (V)

Serra de Ossa (?) (pobre, 1430)

Eremita referido em doação feita em 1430 a diversos pobres (são citados Afonsilho, de Vale Abraão, e Gonçalo Neto, de Montes Claros), de um chão com casaria no arrabalde de Vila Viçosa, confinante com as casas dos pobres. É simplesmente dito “pobre da Serra”¹¹⁵¹.

380. VASCO (VI)

Montemuro (pobre, 1451)

Pobre de Montemuro, aí surge documentado em 1451, quando solicita, em Évora, traslado de anteriores privilégios concedidos pelos monarcas aos eremitas¹¹⁵².

381. VASCO (VII)

Alcácer do Sal (pobre, 1465-1482)

¹¹⁵⁰ *Ibidem*, lv. 2, nº 8 e *ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 1162, pp. 369-370 (1435.12.05, Alcácer do Sal, em confirmação régia de 1436.07.09, Sintra).

¹¹⁵¹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 8 (1430.07.04, Vila Viçosa, em parte ilegível) e BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 8, fls. 38-39 (em traslado de 1542.12.08).

¹¹⁵² BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de Montemuro*, nº 1 (1451.11.29, Évora).

Pobre estante em Alcácer do Sal em 1465, residindo numa casa com chão nas traseiras, no interior do castelo, confrontando com o postigo que estava acerca dos paços do Infante D. Fernando, administrador da Ordem de Santiago, com a muralha da vila e com casa de mulheres pobres, aí estando «em proue vida em serujço de deus». Segundo o testemunho deixado pelo mesmo pobre, comprara esta casa a Guiomar Lourenço, mas, reconhecendo então como a dita casa e chão pertenciam a uma capela do Torrão que a dita Guiomar Lourenço e Vasco Eanes do Crato, seu marido, haviam administrado, deixa-os, nesta data, a Afonso de Carvalho em troca dos 300 reais brancos que por eles pagara¹¹⁵³. O dito Afonso de Carvalho, após tomar posse da casa e chão, empraça-os de novo ao dito Vasco, pobre, quitando-lhe o respectivo pagamento em sua vida, com a obrigação de rezar pelas pessoas ligadas à dita capela e restituindo-lhe o dito valor¹¹⁵⁴.

Já tinha falecido em Abril de 1482, quando Afonso de Carvalho, administrador da capela, toma posse da dita casa e chão. Junto à mesma, o dito pobre fizera uma casinha, que deixara em testamento ao Hospital do Espírito Santo, da mesma vila, tomando o dito administrador posse da mesma, após pagar ao Hospital o valor estimado pelas mesmas, orçado em cem reais¹¹⁵⁵.

382. VASCO (VIII)

Santa Margarida do Aivado de Évora (pobre, 1472)

¹¹⁵³ BPE, *Col. Manizola*, cód. 595, fl. 26 (1465.10.23, Alcácer do Sal). Sobre Guiomar Lourenço e Vasco Eanes do Crato, veja-se a biografia de Fernando Gramaxo, pobre de Santa Margarida do Aivado, que cremos ser com eles aparentado.

¹¹⁵⁴ *Ibidem*. O mesmo eremita atestava, a 11 de Novembro desse ano, ter já recebido a dita quantia (*ibidem*, cód. 595, fl. 26v).

¹¹⁵⁵ *Ibidem*, cód. 595, fl. 19 (1482.04.27, Alcácer do Sal).

Pobre de Santa Margarida do Aivado, surge documentado em 1472, testemunhando a compra, em Évora, de duas courelas de terra, sitas no termo da vila de Alcáçovas, por parte dos eremitas de Rio Mourinho¹¹⁵⁶.

383. VASCO (IX)

Junqueira (pobre, 1474-1485)

Eremita presente no eremitério da Junqueira (termo de Sines), aí testemunha, em 1474, a redacção do testamento de Gonçalo, seu parceiro nesse lugar¹¹⁵⁷.

384. VASCO (X)

Espadaneira (pobre, 1485)

Pobre do lugar da Espadaneira, surge, em 1485, perante as justiças de Estremoz a reclamar o direito dos pobres sobre terra usurpada indevidamente à provença, estando presente à respectiva tomada de posse¹¹⁵⁸.

385. VASCO (XI)

São Julião de Alenquer (regedor, 1510)

¹¹⁵⁶ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 27 (1472.03.03, Évora).

¹¹⁵⁷ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 59 (1474.05.23, Junqueira, em instrumento de publicação de 1488.04.21, Santiago do Cacém).

¹¹⁵⁸ ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas, Colecção de Pergaminhos*, nº 5 [C5 ELV 05, nº 16], no verso (sentença de 1485.06.17, Estremoz e instrumento de posse dado no dia seguinte).

Regedor do eremitério de S. Julião de Alenquer, aí surge documentado em 1510, presidindo à compra de um pedaço de vinha com seu mortório, que os vendedores traziam junto à dita provença¹¹⁵⁹.

386. VASCO COELHO

Valbom (pobre, 1434-1443)

Eremita em Valbom, termo de Vila Viçosa, faz uma doação a estes pobres em 1443 de uma vinha no termo da dita vila, onde chamam Lagar do Cavaleiro, convertendo em acto jurídico a doação que lhes fizera oito ou nove anos antes, quando ingressara na dita vida. Fá-lo tendo em conta a muita caridade que para com ele tiveram, no corpo e na alma, e a certeza de ser acolhido e lembrado nas suas orações¹¹⁶⁰.

387. VASCO DE ELVAS

Serra de Ossa (pobre, 1476)

Vale Abraão (regedor, 1488)

Provincial (1492-1493)

Espadaneira (regedor, 1493-1494)

Eremita que nos surge documentado como residente na Serra de Ossa em 1476, sabendo-se, por sentença posterior, que desempenhava então funções como procurador dos restantes pobres, tendo-se oposto à tentativa de ocupação do lugar perpetrada nessa data pelos jerónimos de Santa Maria do Espinheiro de Évora¹¹⁶¹. Deve ser, por isso, o

¹¹⁵⁹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 1, nº 81 A (1510.01.30, Alenquer).

¹¹⁶⁰ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. G5 (1443.12.09, Valbom).

¹¹⁶¹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 88 (1483.02.26, Santarém).

Vasco que figura entre os eremitas da Serra de Ossa que integram o grupo que, junto do monarca, contesta, pouco depois, o direito destes frades sobre a dita casa¹¹⁶².

Em 1488, já o encontramos à frente da comunidade de Vale Abraão, representando estes pobres na publicação de uma sentença régia que ratificava aos lavradores das suas terras o privilégio de isenção sobre o pagamento de jugada¹¹⁶³. Em 1492, desempenha as funções de provincial dos pobres, estando presente, nessa qualidade, à doação então feita por um outro pobre, Rodrigo, aos eremitas de Valbom¹¹⁶⁴. Em Setembro de 1493, é também a este título que acompanha o regedor de Montes Claros na tomada de posse de umas terras junto à Lagoa de Travaços, que haviam sido indevidamente usurpadas a esta provença¹¹⁶⁵. Em Outubro desse ano, já aparece como regedor da casa da Espadaneira¹¹⁶⁶, não se sabendo, contudo, se manteria o provincialato. Continuava à frente do mesmo eremitério no ano seguinte, quando toma posse de certas terras pertencentes aos pobres desse lugar¹¹⁶⁷.

388. VASCO DE EVORAMONTE

Vale da Infante (pobre, 1478)

¹¹⁶² Cf. *ibidem*. Sobre a datação das referências aí contidas, cf. nota 27.

¹¹⁶³ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 29, fls. 5v-6 (1488.03.31).

¹¹⁶⁴ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. D2, nº 5 (1492.08.25).

¹¹⁶⁵ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 2 [7] (1493.09.10, Montes Claros).

¹¹⁶⁶ Em pedido de traslado de carta régia; é dito «vaasquo d elluas pobrre rregedor da casa e prouença da espadaneira»: BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 94 (1493.10.23, Vila Viçosa).

¹¹⁶⁷ ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas, Coleção de Pergaminhos*, nº 8 [C5 ELV 08, nº 19], no verso (1494.11.25, Espadaneira).

Pobre do eremitério de Vale da Infante, onde surge documentado em 1478, integrando o conjunto dos eremitas desse lugar que então faz profissão do voto de castidade, na sequência do determinado por anterior bula de Sisto IV¹¹⁶⁸.

389. VASCO GALEGO

Zarco, termo de Viana do Alentejo (pobre, a. 1436)

Viana do Alentejo (pobre, 1436-c. 1450)

Serra de Ossa (pobre, 1450)

Eremita do lugar de Zarco, no termo de Viana do Alentejo. É este lugar que ele e Gonçalo da Silveira, seu companheiro, vendem, em 1436, em troca de um outro lugar próximo, devido à maior acessibilidade de água. A venda é autorizada pelo monarca, consultados outros pobres, para evitar a saída dos pobres do seu eremitério¹¹⁶⁹. Deve ser o mesmo Vasco Galego que, em 1450, juntamente com Álvaro, pede ao monarca licença para vender a herdade onde, em Viana do Alentejo, haviam vivido «per espaço de doze annos e majs» e donde se haviam visto forçados a sair, novamente por falta de água, solicitando ainda permissão para que o dinheiro da venda pudesse ser aplicado nos eremitérios onde agora viviam, a saber, Vasco Galego na Serra de Ossa e Álvaro em Águas das Infantes, em Portel¹¹⁷⁰. E é como eremita da Serra de Ossa que o mesmo Vasco aparece, ainda em 1450, a solicitar o traslado de diversas cartas régias outorgadas a esse lugar¹¹⁷¹.

¹¹⁶⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), n.º 80 (1478.11.07, Vale da Infante).

¹¹⁶⁹ *ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 1037, pp. 307-308; *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, coord. José Pedro Paiva, vol. II – *Antes da Fundação das Misericórdias*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas – CEHR da UCP, 2003, doc. 113, pp. 227-228 (1436.08.29, Torres Vedras).

¹¹⁷⁰ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 34, fl. 60 (1450.04.17, Évora).

¹¹⁷¹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), n.º 58 (1450.04.18, Évora).

390. VASCO PERES DE AVIS

Vale da Infante (pobre, 1376-1379)

Eremita que integra o grupo de pobres beneficiado por Gregório XI em 1376, obtendo do pontífice diversas graças: absolvição plenária em artigo de morte¹¹⁷² e licença para, no eremitério onde pretendia habitar com três companheiros, poder ter altar portátil, no qual fizesse celebrar eucaristia e outros sacramentos por meio de sacerdote idóneo à sua escolha¹¹⁷³. Em 1379, recebe em sesmaria do concelho do Redondo, um chão que jazia em mato, no termo da dita vila, onde chamam a Serra de S. Gens, junto ao lugar onde já se encontravam os ditos eremitas, perto do caminho de Estremoz¹¹⁷⁴.

391. VICENTE (I)

Água das Infantes, termo de Portel (pobre, 1405-1411)

Eremita documentado em Água das Infantes, no termo de Portel, logo em 1405, integrando o grupo que, nessa data, recebe, em doação, uma corte nesse mesmo lugar¹¹⁷⁵. Aí permanecia em 1411, conforme o testemunho de duas doações então feitas

¹¹⁷² Grégoire XI (1370-1378). *Lettres communes analysées d'après les registres dits d'Avignon et du Vatican, annés IV à VII*, Roma, École Française de Rome, 1997-2008, p. 4, nº 41729 (1376.08.08, Avinhão).

¹¹⁷³ *Ibidem*, p. 310, nº 44047 (1376.08.08, Avinhão).

¹¹⁷⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 6 (1379.05.01, Redondo). As crónicas da Ordem associam-no ao eremitério de Vale Abraão, sem que facultem outros dados para suportar tal afirmação (cf. Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, *Thebaida Portuguesa...*, tomo II, p. 259).

¹¹⁷⁵ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 61 (1405.09.01, Vidigueira, em traslado impossível de datar por faltar a parte superior do pergaminho).

a esse grupo de certos chãos com sua casaria no arrabalde de Portel, junto a casas já aí trazidas pelos pobres¹¹⁷⁶.

392. VICENTE (II)

Serra de Ossa (pobre, 1448)

Pobre da Serra de Ossa, aparece nomeado como testamenteiro de um Gonçalo, seu parceiro, no testamento que este redige em 1448, deixando-lhe ainda duzentos reais para uma tabarda¹¹⁷⁷.

393. VICENTE (III)

Santa Maria da Franqueira (pobre, 1476)

«Pobre» estante junto a Santa Maria da Franqueira, junto a Barcelos, em 1476, data em que recebe licença para ter dois homens que peçam esmolas para a dita casa e ermida no arcebispado de Braga, na diocese do Porto e administração de Tui¹¹⁷⁸. Apesar das crónicas da Ordem franciscana fazerem remontar a 1429 a instalação deste Vicente junto à dita ermida e de a essa iniciativa associarem uma Catarina Afonso, com quem estaria casado¹¹⁷⁹, não se encontram outros dados que comprovem esta afirmação¹¹⁸⁰.

¹¹⁷⁶ *Ibidem*, lv. 1, nº 34 (1411.01.09, Portel) e nº 36 (1411.08.15, Portel).

¹¹⁷⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 13 (1448.12.17, Vila Viçosa).

¹¹⁷⁸ TT, *Leitura Nova, Além-Douro*, lv. 3, fl. 247v. Citado por José Marques, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, IN-CM, 1988, pp. 840-841.

¹¹⁷⁹ Cf. António de Sousa Araújo, «A Província franciscana da Soledade. Notícias sobre o convento da Franqueira (Barcelos) e catálogo dos Ministros Provinciais», *Itinerarium*, ano XVIII, nº 112-113, Jan.-Ag. 1982, p. 78.

¹¹⁸⁰ Cf. José Marques, *ob. cit.*, pp. 840-841.

Pelo contrário, encontramos menção, já em 1439, à presença de pobres eremitas no local, com cujo trabalho se havia edificado um hospital anexo ao templo¹¹⁸¹.

¹¹⁸¹ Em súplica de Junho de 1439, referida por António Domingues de Sousa Costa, «Hospitais e albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XV», *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval (Lisboa, 25-30 de Setembro de 1972)*, tomo I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Históricos anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1973, p. 271.

CONCLUSÃO

O itinerário traçado ao longo da presente dissertação procurou revelar a complexidade do percurso das comunidades eremíticas, desde os meados do século XIV, quando os homens da pobre vida emergem na documentação disponível, até aos alvares de Quinhentos, quando os eremitas, após um período de intensa expansão, alcançam um grau de organização e institucionalização que lhes garante o reconhecimento das autoridades eclesiásticas e da monarquia, permitindo-lhes, em simultâneo, salvaguardar as opções fundamentais do seu modo de vida.

Este percurso é fruto de um dinamismo que, ao contrário das ordens e congregações religiosas, não parte de um quadro normativo estabelecido à partida, mas, pelo contrário, da recusa de submissão a uma Regra e a uma vida religiosa institucionalizada. Com efeito, a escolha da solidão do ermo como caminho para uma procura mais autêntica da comunhão com Deus implicava, à partida, uma automarginalização face, quer às estruturas estabelecidas para a vida religiosa, quer ao próprio tecido social e aos seus principais núcleos populacionais. Já o modelo, sempre presente na vida religiosa medieval, dos antigos padres do deserto, erigia o ermo como espaço próprio de uma vida votada à oração, à penitência e à luta interior, à austeridade e ao ocultamento, na procura unificada da comunhão com Deus, onde o trabalho feito pelas próprias mãos permitia ao eremita manter a sua subsistência e fugir da ociosidade.

Mas, assim como, nestes primórdios, os desertos acabariam, com o tempo, por se transformarem em «cidades de eremitas», também os eremitas da «pobre vida» alentejanos acabaram rapidamente por atrair discípulos, e o seu testemunho por concitar a simpatia e a generosidade das populações que, confiadas no seu poder de intercessão, e reconhecendo a exemplaridade do seu modo de vida, lhes concederam em doação muitos e diversificados bens. Este movimento atraiu também a atenção das autoridades eclesiásticas, dos concelhos em cujos termos se instalaram, e da própria monarquia, interessada em apoiar estes movimentos de cariz reformista e, simultaneamente, em ordenar e controlar a vida religiosa do reino.

O aumento dos grupos que se constituíam em torno dos eremitas, o avolumar do seu património e as pressões desenvolvidas pelos diversos poderes, civis ou

CONCLUSÃO

eclesiásticos, em ordem ao controlo deste fenómeno, colocaram novos problemas aos eremitas, obrigando-os a admitir as soluções organizacionais e institucionais que lhes permitiam responder a estas realidades sem descaracterizar o essencial da sua opção religiosa. A configuração institucional adoptada, neste caso a Congregação, foi, assim, um ponto de chegada de um itinerário cheio de incertezas, de intuições e procuras, de avanços e recuos, de escolhas e imposições, ditados pelo evoluir das circunstâncias e pela pressão de múltiplos poderes. As tensões que desde sempre marcaram a vida eremítica atravessam todo este percurso: entre a solidão e a vida comunitária, entre o ocultamento e a visibilidade, entre o abandono e a dependência face ao mundo, entre a pobreza e a necessidade de sustentabilidade, entre a autonomia e a integração, entre a liberdade eremítica e a institucionalização

Todavia, nem tudo é explícito ou fica aqui plenamente esclarecido. Com efeito, a reconstrução possível do itinerário destes homens e das suas comunidades, das relações com os diversos poderes e das opções tomadas, depende dos vestígios documentais que chegaram até nós. Se, em parte, estes são condicionados *a posteriori* por uma história custodial atribulada no que aos cartórios dos mosteiros paulistas diz respeito, foram-no também na sua origem, em virtude de uma visibilidade simultaneamente permitida mas limitada. As características da opção eremítica e o próprio percurso das comunidades, gradual mas lento, em ordem à sua definitiva institucionalização, ocultam aos nossos olhos muitos aspectos do seu viver e silenciam algumas das razões que suportaram, em determinadas alturas, as suas opções e atitudes.

Como seria de esperar, estas limitações e silêncios afectam, de forma particular, a nossa tentativa de compreensão das origens deste fenómeno. A sentença emitida em 1378, na sequência da visita feita por ordem apostólica a estes eremitas, com a qual iniciámos este percurso, revelava o pouco que sabíamos sobre os seus primeiros tempos e protagonistas. Comprova, desde logo, a vitalidade e a inesperada expansão do fenómeno e, ao mesmo tempo, uma desconcertante confiança papal nestes homens da pobre vida e no seu projecto de reforma eclesiástica do reino português. Este importante documento denuncia também a insuficiência dos vestígios anteriores para se poderem entender plenamente as circunstâncias e razões do aparecimento e florescimento dos grupos eremíticos alentejanos e da sua concentração numa zona geográfica tão delimitada. Adivinhava-se, por um lado, uma maior antiguidade do fenómeno face aos primeiros vestígios documentais deixados por estes grupos (1366) e, por outro,

percursos e relações desconhecidos, mas suficientemente fortes para justificarem o precoce reconhecimento papal e a confiança neles depositada por Gregório XI.

Impunha-se, porém, tentar uma explicação a partir dos dados disponíveis. A geografia dos núcleos eremíticos detectados, a configuração do seu modo de vida, a sua composição e a forma como desde cedo eram designados, pareciam afastar ou tornar difícil uma explicação exclusivamente circunstancial ou genérica para o desenvolvimento do fenómeno. Todavia, o avanço da investigação sobre as origens dos Jerónimos e da observância franciscana permite já a apresentação de algumas hipóteses. Tornaram possível admitir as suas relações com os ambientes ligados ou influenciados pelo *fraticelismo* italiano no sul da Europa. Permitiram equacionar a influência do modelo *fraticellesco* sobre a própria eclosão da vida eremítica em torno da Serra de Ossa e sobre a configuração do seu modo de vida. Uma das chaves do fenómeno eremítico português parece estar associada à figura de Fr. Vasco de Portugal e ao seu contacto com os círculos dos *fraticelli* italianos de obediência episcopal, referido nas memórias históricas sobre as origens dos jerónimos espanhóis. Fr. Vasco parece ter vivido algum tempo na Serra de Ossa antes de fazer vida eremítica em Sintra e de voltar a Espanha, onde morreu. A precocidade das referências a eremitas em Portugal ainda durante a primeira metade do século XIV, e a atenção que o papa Gregório XI lhes consagrou, parecem confirmar a hipótese.

A opção fundamental do nosso estudo centrou-se na tentativa de compreensão do percurso destes grupos eremíticos e da sua gradual passagem da maior espontaneidade e liberdade dos tempos iniciais, a formas de organização e de vivência cada vez mais institucionalizadas, até à plena aceitação de uma estrutura de governo centralizada e coesa, enquanto Congregação dos Eremitas da Serra de Ossa. Procurámos interrogar os documentos sobre as razões, as circunstâncias e os protagonistas deste processo: entre os concelhos que desde cedo acolheram e protegeram os eremitas; os seus benfeitores, na sua maioria oriundos de núcleos urbanos próximos dos eremitérios; os monarcas, na sua complexa política de reforma da vida religiosa, definidora de uma atitude simultaneamente de apoio e de enquadramento destas comunidades; e as próprias autoridades eclesásticas, dos bispos em cujas dioceses se encontravam até ao Papado. O modo de vida dos pobres foi analisado neste contexto, enquanto transversal a todo este dinamismo e dele resultante.

CONCLUSÃO

O presente trabalho não teve qualquer pretensão de dizer tudo sobre os eremitas. Aliás, nem tal seria possível. Às limitações impostas pelas fontes juntavam-se as lacunas que, a par e passo, impediam a clara compreensão dos contextos e do próprio alcance de informações dispersas facultadas pelos documentos. Lacunas da nossa investigação historiográfica que, apesar do muito já caminhado nas últimas décadas, apresenta ainda muitos campos por explorar. As dificuldades apareceram, desde logo, na tentativa de compreensão do contexto em que se opera a génese destes grupos eremíticos. Os indícios que apontam para a presença, em território português, de indivíduos ligados ou influenciados pelos círculos do *fraticellismo* italiano, não podem ainda ser suficientemente esclarecidos pela falta de um conhecimento mais aprofundado do franciscanismo português de Trezentos ou aos Frades da Ordem Terceira que pontuam a documentação da época. Nada sabemos sobre a sua identidade, o seu modo de vida, a sua configuração institucional. O mesmo acontece com a circulação de gente e com a leitura de livros associados ao universo mais marginal do franciscanismo.

Por outro lado, muitas das informações aqui facultadas podem e devem ser relidas à luz de um maior aprofundamento dos caminhos da(s) reforma(s) da vida religiosa no Portugal tardo-medieval, do estudo das restantes ordens reformistas, no que aos seu recrutamento, normativa ou bases sociais de apoio diz respeito. Apesar dos estudos já citados, que nos permitem conhecer um pouco melhor o que se passa com a Observância Franciscana, os Jerónimos ou os Lóios, o seu carácter pioneiro obrigou a traçar panorâmicas que deixam ainda caminho a novas e necessárias incursões que, tal como o estudo aqui apresentado, venham a completar e aprofundar as informações facultadas e as interpretações propostas. O mesmo se diga para outros campos ainda por desbravar, desde a observância dominicana (embora algumas investigações a decorrer possam trazer importantes novidades) ao universo das vivências religiosas dos leigos, em particular as femininas, cuja vitalidade se descortina a partir das incursões já feitas para as cidades de Évora e Lisboa mas que urge estudar de forma mais abrangente e sistemática.

Importa também prosseguir o trabalho de António Domingues de Sousa Costa no levantamento e edição da documentação pontifícia para os séculos finais da Idade Média. O longo período abrangido pela nossa investigação e a vastidão documental a ele respeitante conservada nos Arquivos do Vaticano tornavam impossível um levantamento sistemático, no tempo disponível, das súplicas, bulas ou outros diplomas

pontifícios respeitantes aos eremitas. Apesar do significativo número de bulas conservadas nos acervos documentais por nós investigados, importa reconhecer que a documentação pontifícia se revela imprescindível para conhecermos melhor o percurso das comunidades da pobre vida, as suas relações com o Papado e a intervenção desenvolvida por outros poderes (régio ou eclesiástico) junto da Sé Apostólica relativamente aos eremitas.

Reconhecemos, por último, a ausência, neste trabalho, dos dados facultados pelas fontes arqueológicas. A falta de estudos que, até aqui, impossibilitava um conhecimento sistemático das comunidades da pobre vida, aliada ao abandono, sobretudo a partir de finais do século XVI, de muitos dos lugares habitados pelos eremitas no período medieval, em favor de novas localizações mais acessíveis ou no interior dos núcleos urbanos, com edifícios conventuais monumental e artisticamente mais ricos e complexos, levou ao desconhecimento e falta de interesse da investigação arqueológica e dos historiadores da Arte pelas implantações eremíticas medievais. Algumas informações importantes podem já ser colhidas no *Inventário Artístico de Portugal* (e, aqui, cabe salientar o nome de Túlio Espanca, pelo minucioso e documentado trabalho desenvolvido para muitos concelhos alentejanos), que infelizmente não chegou a ser concluído, ou no importante levantamento, embora provisório, dos vestígios materiais sobreviventes dos eremitérios e conventos medievais incluído no recente *Guia Histórico das Ordens Religiosas em Portugal*, conduzido sob a direcção de Bernardo Vasconcelos e Sousa. Esperemos que os dados reunidos pela nossa investigação possam estimular e suportar o futuro trabalho arqueológico em ordem à identificação e conhecimento dos vestígios materiais deixados pelas comunidades eremíticas, ajudando assim a ultrapassar a escassez das informações facultadas neste domínio pela documentação disponível.

Caminhos, pois, a prosseguir. Esperemos que eles possam iluminar melhor esta aliciante dimensão da vida religiosa medieval e ajudar a uma mais completa compreensão da sua importância, dos seus protagonistas, da sua evolução e do seu significado. O nosso contributo fica aqui dado, com o que nos foi possível fazer de melhor, apoiados pelo estímulo e saber de mestres e amigos. Que outros possam dar-lhe continuidade e completá-lo ou rectificá-lo à luz do que a sua investigação for trazendo de novo e de importante.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. FONTES

I/1. FONTES MANUSCRITAS

BEJA

ARQUIVO DISTRITAL DE BEJA

Convento da Conceição de Beja

- nº 33

Convento de S. Paulo de Serpa

- livro 1

Convento do Carmo da Vidigueira

- Pergaminhos, sem nº [antigo nº 50] (1511.10.03, Roma)

Convento do Carmo de Beja

- nº 44
- nº 45
- nº 52

COIMBRA

ARQUIVO MUNICIPAL DE COIMBRA

Pergaminhos de Elvas

- nº 5, 21

ÉVORA

ARQUIVO DO CABIDO DA SÉ DE ÉvORA

Códices Manuscritos

CEC-3-VI [Tombo 1º das herdades do Cabido, séc. XV]

CEC-6-VIII [Libro B das Escrituras]

Pergaminhos dos Bacharéis

- nº 150, 275

ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora

- Cód. 62 – *Livro de Pergaminhos do Hospital de Jerusalém*

Arquivo Municipal de Évora

- Cód. 67 – *Livro 1º de Pergaminho*
- Cód. 71 – *Livro 1º de Originais*
- Cód. 73 – *Livro 3º de Originais*
- Cód. 145 – *Livro Verde*
- Cód. 146 – *Livro do Pe. José Lopes de Mira*

BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA

Colecção de Códices

- Cód. CII/1-29
- Cód. CVIII/1-30
- Cód. CIX/2-8, nº 54
- Cód. CIX/2-11, nº 6
- Cód. CXI/1-12, maço 1, nº 1, 2, 3, 4, 7; maço 2, nº 1, 2
- Cód. CXI/1-15, maço 4, nº 8

Colecção de Pergaminhos Avulsos

- pasta 1 – *Pergaminhos do Mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro de Évora*, nº 1, 50
- pasta 2 – *Pergaminhos dos Conventos de S. Domingos e S. Francisco – S. Domingos de Évora*, nº 16b
- pasta 5 – *Pergaminhos de S. Bento de Cástris*, pasta 2, nº 73, 96, 107
- pasta 6 – *Pergaminhos dos Conventos:*
 - *Convento de S. Paulo de Portel* [18 docs.]
 - *Convento de Montemuro* [2 docs.]
 - *Convento de S. Paulo de Vila Viçosa* [20 docs.]
- pasta 7 – *Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV, nº 1-96
- pasta 8 – *Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, 2ª parte
- pasta 9 – *Pergaminhos Vários*, 50 (nº 9), nº 4, 26
- pasta 10 – *Pergaminhos Vários*, 50, nº 18, 49
- pasta 11 – *Pergaminhos Avulsos Vários*, 100, nº 33, 69
- pasta 12 – *Pergaminhos Avulsos*, 122, nº 63
- pasta 13 – *Pergaminhos Avulsos*, 200, nº 61, 150, 195
- pasta 15 – *Pergaminhos Avulsos*, 80, nº 19, 22, 29, 64, 68
- pasta 16 – *Pergaminhos Avulsos*, 98, nº 5, 10, 58, 73, 103, 123
- pasta 21 – *Pergaminhos Vários*, 77, nº 21
- pasta 23 – *Pasta com 100 pergaminhos*, nº 43

Colecção Manizola

- Cód. 76, nº 20

- Cód. 317, nº 18, 22, 37, 56
- Cód. 595 – Escrituras referentes a Estremoz e Alcácer do Sal (séc. XV-XVI)

Fundo Rivara

- Arm. X, Cód. 5, nº 14, 15
- Cód. CLXVI/2-41
- Cód. CLXVI/2-42
- Cód. CLXVI/2-43
- Cód. CLXVII/2-2
- Cód. CLXVIII/2-26
- Cód. CLXIX/1-1
- Cód. CLXIX/1-7
- Cód. CLXIX/1-10
- Cód. CLXIX/1-17
- Cód. CLXIX/1-18
- Cód. CLXIX/1-20
- Cód. CLXIX/1-24

Fundos Monástico-Conventuais

Convento de Nossa Senhora da Assunção de Arraiolos, livro 12, nº 6

Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa, livros 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9

Mosteiro de Santa Catarina de Sena de Évora, livros 85, 86

Mosteiro de S. João da Penitência de Estremoz, livro 103, nº 28, 35

Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa, livros 1, 22, 29, 35, 36, 37, 39, 40, 44, 69

Mosteiro de S. Paulo de Borba, livro 7

Mosteiro de S. Paulo de Portel, livros 1, 2, 8

LISBOA

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Arquivo da Casa da Coroa

*Chancelaria Régia*¹

- *D. Fernando*, livros 1, 2
- *D. Afonso V*, livros 1, 2, 3, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37

¹ Não se incluem aqui as chancelarias de D. João I e D. Duarte, por se encontrarem já integralmente publicadas (cf. *infra*, Fontes Impressas).

- *D. João II*, livros 2, 3, 4, 8, 9, 10, 16, 17, 18, 21, 22, 25, 27
- *D. Manuel*, livros 17, 20, 22, 32, 33, 34, 40, 43
- *D. João III*, livro 13
- *D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios*, livro 13; *Confirmações Gerais*, livros 2, 3, 5
- *D. Filipe I, Confirmações Gerais*, livro 7

Leitura Nova

- *Além-Douro*, livros 2, 3
- *Estremadura*, livros 5, 6, 7, 8, 11, 12
- *Odiana*, livros 1, 2, 3, 4, 5, 6

Casa da Suplicação

Provedoria das Capelas e Resíduos de Lisboa e seu termo, livros 5 e 7

Fundos Eclesiásticos

Colegiadas

Colegiada de Santa Maria e Santiago de Almada

- livro 1

Colegiada de Santa Maria de Óbidos

- maço 1, nº 2
- maço 3, nº 52
- maço 4, nº 80
- maço 9, nº 180
- livro 1

Colegiada de São Jorge de Arroios (Lisboa)

- maço 2, nº 52

Colegiada de S. Pedro e Santiago de Óbidos

- maço 1, nº 12
- maço 3, nº 28

Fundos Monástico-Conventuais

Colégio de Montemuro, maço 1

Colégio de Nossa Senhora da Soledade de Borba, maço 1

Colégio de S. Paulo de Coimbra, livros 1 e 2

Colégio de S. Paulo de Évora, maço 1

Convento da Santíssima Trindade de Lisboa

- maço 1, nº 26
- livro 65

Convento da Santíssima Trindade de Santarém

- 1ª incorporação (*Antiga Colecção Especial*), maço 7, nº 11; maço 8, nº 21
- 2ª incorporação, maço 7, nº 425

Convento de S. Bento de Xabregas

- - maço 18

Convento de S. Domingos de Santarém

- 2ª incorporação, maço 10, nº 6

Conventos Diversos, Mosteiro de Alcobaça

- livro 14

Documentação de Conventos por identificar

- caixa 13, maço 1, nº 30
- caixa 19, Pergaminhos, sem nº (2 docs.)

Mosteiro de Nossa Senhora da Ajuda de Tavira, maço 1.

Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Vale Benfeito (Óbidos)

- maço 1, nº 8

Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara

- maços 1, 2, 3

Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Serpa, maço 1

Mosteiro de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros, maço 1

Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica

- maços 1, 2 e 3 de pergaminhos

Mosteiro de Nossa Senhora da Saúde de Penha Longa

- maço 1, nº 30, 34, 36
- maço 3, nº 29.
- maço 10, nº 35.

Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa, maço 1

Mosteiro de Santa Cruz de Rio Mourinho, maço 1

Mosteiro de Santa Margarida de Évora, maço 1

Mosteiro do Santíssimo Sacramento de Lisboa

- maço 3, nº 9, 17
- livros 31, 82

Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante

- livro 2
- maços 1 e 2

Mosteiro de Santo António de Sousel, maço 1

Mosteiro de S. Paulo da Junqueira, maço 1

Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa

- maços 1 e 2

Mosteiro de S. Paulo de Elvas, maço 1

Mosteiro de S. Paulo de Portel, maço 1

Mosteiro de S. Vicente de Fora, 2ª incorporação, caixa 15, nº 45

Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal

- Santa Clara de Santarém, maço 7, nº 323
- São Francisco de Lisboa, maço 28, sem nº

Mesa da Consciência e Ordens

Mosteiro de Santos-o-Novo

- maço 7, nº 121
- maço 12, nº 241

Ordem de Avis / Convento de S. Bento

- caixa 11, maço 8, nº 782

Ordem de Santiago / Convento de Palmela

- (Antiga Colecção Especial), Documentos Particulares, maço 2, nº 10
- [2ª incorporação], maço 1, nº 23, 32

Colecções

Colecção Especial

- *Documentos Pontifícios*
 - cx. 7, nº 20
- *Documentos Régios*
 - cx. 32, nº 39, 40
 - cx. 33, nº 25, 29, 31, 32
 - cx. 34, nº 8, 26, 27, 29, 33, 36, 38
 - cx. 35, nº 31, 34, 36, 37

- cx. 36, nº 4, 5, 18, 19, 20, 21, 22, 28
- cx. 37, nº 11, 22, 32
- cx. 38, nº 17
- cx. 72, maço 7, nº 5; maço 14, nº 1

Manuscritos da Livraria

- Ms. 522 – *Diálogos*, de S. Gregório [finais do séc. XIV-séc. XV]
- Ms. 523 – *Liber capitulorum generalium nostre congregationis* [S. João Evangelista] (1478-1502)

Arquivo Histórico do Ministério das Finanças

- caixa 2208, nº 119 – *Colégio de S. Paulo de Coimbra*.

Arquivos de Família

Arquivo da Casa de Abrantes

- livro 155, nº 3092
- livro 156, nº 3123
- livro 157, nº 3133
- livro 160, nº 3164

Arquivo da Casa de Palmela

- caixa 8, nº 116 (2)

BIBLIOTECA DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS

Série Vermelha, nº 216 – *Memórias Ecclesiasticas e Civis para o uso de frei Vicente Salgado, Ex-Geral e Chronista da Congregação da Terceira Ordem de Portugal* (1797)

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

Colecção de Pergaminhos

- *Série Azul*: Sem cota [doc. de 1429.02.28]
- *Série Preta*: Sem cota – Caderno com tradução de diversas bulas dadas aos eremitas da Serra de Ossa (1402-1433; letra da 2ª metade do séc. XV)
- *Série Roxa*: 3 R; doc. sem cota, de 1450.02.20
- *Série Vermelha*: 37 V, 46 V

Manuscritos

- Mss. 141, nº 31

Reservados

- Cód. 11344 – Livro de profissões do mosteiro de S. Jerónimo de Penhalonga (1420-1512)
- Cód. 11345 – Idem (1479-1509)

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

Colegiada de S. Pedro de Óbidos

- *Documentos em Papel*, nº 2
- *Pergaminhos*, nº129

Manuscritos

- *Cód. 17 - Livro das visitas da igreja de S. João de Mocharro de Óbidos (1447-1560)*

PORTALEGRE

ARQUIVO DISTRITAL DE PORTALEGRE

Convento de Santo António de Sousel

- caixa 1 - *Tomo 3º do Mapa de todos os papeis de importância que se acharam no Arquivo de S. Paulo da vila de Sousel em Agosto de 1816 em visita ordinária (1528-1825)*, nº 45, 83

Convento de São Paulo de Elvas

- *Colecção de Pergaminhos*, nº 1 (12), 3 (14), 5 (16), 6 (17), 7 (18), 8 (19), 10 (21)
- *Tombo nº 28*, caixa 10 (Tombo das capelas e títulos de propriedades [1664-1781])

I/2. FONTES IMPRESSAS

Alguns documentos para servirem à parte 2ª das Memórias para a História, e Theoria das Cortes Geraes, que em Portugal se celebrarão pelos tres estados do Reino, ed. do Visconde de Santarém, Lisboa, na Impressão Régia, 1828.

AZEVEDO, Pedro de «Catálogo dos manuscritos do Museu Etnológico. I – Documentos de S. Pedro de Óbidos», *O Archeologo Português*, 1ª série, vol. XVII, 1912, pp. 196-204, 299-303; vol. XVIII, 1913, pp. 108-129; vol. XIX, 1914, pp. 46-83.

CARDOSO, Jorge, *Agiologio Lusitano*, edição facsimilada com estudo e índices de Maria de Lurdes Correia Fernandes, tomos I-V, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.

Chancelarias Portuguesas. D. Duarte, vol. I, org. e revisão geral por João José Alves Dias, tomos 1 (1433-1435) e 2 (1435-1438); vol. II (*Livro da Casa dos Contos*); vol. III

(1433-1435), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998-2002.

Chancelarias Portuguesas. D. João I, org. e revisão geral por João José Alves Dias, volume I, tomos 1 (1384-1385), 2 (1385) e 3 (1384-1388); vol. II, tomos 1 (1385-1392), 2 (1387-1402) e 3 (1391-1407); vol. III, tomos 1 (1385-1410), 2 (1394-1427) e 3 (1402-1418); vol. IV, tomos 1 (1410-1425) e 2 (1393-1433), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004-2006.

Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537), ed. A. Moreira de Sá *et al.*, vols. I-XV, Lisboa, Instituto de Alta Cultura – INIC – JNICT - FCT, 1966-2003.

COSTA, Pe. António Carvalho da, *Corografia Portuguesa, e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal [...]*, tomos I-III, Lisboa, na officina de Valentim da Costa Deslandes - na Officiana Real Deslandesiana, 1706-1712.

DAMÁSIO, Fr. Manuel de S. Caetano, *Thebaida Portugueza. Compendio Historico da Congregação dos Monges Pobres de Jesu Christo da Serra de Ossa, chamada depois de S. Paulo I Eremita, em Portugal*, tomos I e II, Lisboa, Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1793.

DIAS, João José Alves, *Gentes e espaços. Edição crítica do Numeramento de 1527-1532, Dicionário corográfico do Portugal Quinhentista. Comarca de Entre Tejo e Guadiana*, Cascais, Patrimonia, 1999.

Diálogos de S. Gregório: edição e estudo de um manuscrito medieval português, ed. Américo Venâncio Lopes Machado Filho, Salvador, EDUFBA, 2008.

Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses, coord. por F. M. de Sousa Viterbo, reprodução em fac-símile do exemplar com data de 1904 da Biblioteca da IN-CM, vol. I-III, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988.

Documentos Históricos da Cidade de Évora, ed. Gabriel Pereira, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998 [fac-símile da ed. de Évora, Typographia da Casa Pia – Typographia Economica de José d'Oliveira, 1891, partes I-III].

DUARTE (D.), *Leal Conselheiro*, edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro, prefácio de Afonso Botelho, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

ESPERANÇA, Fr. Manuel da, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, parte II, Lisboa, na Officina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1666.

Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra, edição crítica da «Coronica do Condestabre» com introdução, notas e glossário de Adelino de Almeida Calado, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1991.

Fontes Franciscanas. I – S. Francisco de Assis: Escritos, Biografias, Documentos, 2ª ed., Braga, Editorial Franciscana, 1994.

As Gavetas da Torre do Tombo, ed. António da Silva Rego, 12 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1975.

Grégoire XI (1370-1378). Lettres communes analysées d'après les registres dits d'Avignon et du Vatican, années IV à VII, Rome, École Française de Rome, 1997-2008.

História Florestal, Aquícola e Cinegética. Colectânea de Documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Chancelarias Reais, dir. C. M. L. Baeta Neves, vol. I (1208-1483); vol. II (1439-1481); vol. III (1481-1493); vol. IV (1495-1521), Lisboa, Direcção-Geral das Florestas, 1980-1983.

IRIA, Alberto, *O Algarve e os Descobrimentos*, vol. II dos *Descobrimentos Portugueses*, prefácio de João Martins da Silva Marques, tomo 1, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988 (reprodução fac-similada da ed. de 1956).

«Livro da fazenda da Mesa Episcopal do Bispo de Évora nos séculos XIV e XV: realidade agrária e situação económica», introdução, leitura e anotações por Sebastião Martins dos Reis, in *Boletim da Junta Distrital de Évora*, nº 6, 1965, pp. 1-81.

Livro da Regra de Sancto Agostinho: e das Constituições perpetuas dos Religiosos pobres hermitãos da Serra D ossa, da ordem de S. Paulo primeiro hermitão. Feitas & confirmadas com autoridade Apostolica, s.l., Por Manoel de Lyra, 1594.

Livro de Linhagens do Século XVI, ed. António Machado de Faria, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1956.

Livro dos Conselhos de el-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa). Edição diplomática, transcrição de João José Alves Dias, revisão de A. H. de Oliveira Marques e Teresa F. Rodrigues, Lisboa, Ed. Estampa, 1982.

«*Livro dos Copos* – vol. I», coord. Paula Pinto Costa, in *Militarium Ordinum Analecta*, nº 7, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2006.

«Livro 1º do Registo da Câmara de Beja (1506-1532) / Livro 2º do Registo da Câmara de Beja (1567-1618)», resumos e índices por José Luís Mamede Martins e Natércia M. Ramos Pereira Martins, in *Arquivo de Beja*, 2ª série, vol. II, 1983-1985, pp. 215-278.

LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*, ed. crítica por Giuliano Macchi, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1975.

-----, *Cronica del Rei Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo*, parte I, reprodução fac-similada da edição do *Arquivo Histórico Português* (1915) preparada por Anselmo Braamcamp Freire; parte II, ed. William J. Entwistle, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977.

Monumenta Henricina, ed. António Joaquim Dias Dinis, vols. I-XV e Suplemento, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974.

Monumenta Portugaliae Vaticana, ed., introdução e notas por António Domingos de Sousa Costa, vol. I – *Súplicas dos Pontificados de Clemente VI, Inocêncio VI e Urbano V*; vol. II – *Súplicas dos Pontificados dos Papas de Avinhão Clemente VII e Bento XIII e do Papa de Roma Bonifácio IX*; vol. III/1 – *A Península Ibérica e o Cisma do Ocidente: repercussões do Cisma na nacionalidade portuguesa do século XIV e XV (Introdução aos vols. III/2 e IV de Súplicas do pontificado de Martinho V)*; vol. III/2 – *Súplicas do Pontificado de Martinho V (anos 1-7)*; vol. IV – *Súplicas do Pontificado de Martinho V (anos 8 a 14)*, Roma-Porto, Livraria Editorial Franciscana, 1968-1982.

Ordenações Afonsinas, reprodução fac-símile da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra em 1792, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa e nota textológica de Eduardo Borges Nunes, Livros I a V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

Ordenações del-Rei Dom Duarte, ed. preparada por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rey D. Duarte* in *Crónicas de Rui de Pina [...]*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão Editores, 1977, pp. 479-575.

PORTALEGRE, Pe. Paulo de, *Novo Memorial do Estado Apostólico. Primeira Crónica dos Lóios*, edição crítica, introdução e notas por Cristina Sobral, apresentação de José Mattoso, Lisboa, Roma Editora, 2007.

Portugaliae Monumenta Misericordiarum, coord. José Pedro Paiva, vol. II – *Antes da Fundação das Misericórdias*; vol. III – *A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel I*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas – CEHR da UCP, 2003-2004.

SANTA MARIA, Pe. Francisco de, *O Céu Aberto na Terra. História das Sagradas Congregações dos Cónegos Seculares de S. Jorge em Alga de Veneza & de S. João Evangelista em Portugal*, Lisboa, na Officina de Manoel Lopes Ferreyra, 1697.

SANTO ANTÓNIO, Fr. Henrique de, *Chronica dos Eremitas da Serra de Ossa No Reyno de Portugal, e dos que floresceram em todos os mais Ermos da Christandade; dos quaes nos seguintes séculos se formou a Congregação dos Pobres de Jesu Christo; e muitos depois a Sagrada de S. Paulo primeiro Eremita, chamada dos Eremitas da Serra de Ossa*, tomo I – *Que contém a Historia Anachoretica, e Cenobitica dos primeiros cinco séculos do Mundo Christão*; tomo II – *Que contém a Historia Anachoretica, e Cenobitica dos Seculos Sexto, Settimo, Oitavo e Nono* Lisboa, na Officina de Francisco da Sylva, 1745- 1752.

SÃO BOAVENTURA, Fr. Fortunato de, *História chronologica, e critica da Real Abbadia de Alcobça, da Congregação Cisterciense de Portugal*, Lisboa, na Impressão Régia, 1827.

SOTTO MAIOR, Diogo Pereira, *Tratado da Cidade de Portalegre*, introdução, leitura e notas de Leonel Cardoso Martins, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

SOUSA, António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, tomos I-VI em 12 vols., Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, Lda., 1946-1954.

Synodicon Hispanum, dir. Antonio Garcia y Garcia, II – *Portugal*, ed. Francisco Cantelar Rodriguez, Avelino de Jesus da Costa, Antonio Garcia y Garcia, Antonio Gutierrez Rodriguez e Isaías da Rosa Pereira, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1982.

VARELA, Aires, *Theatro das Antiguidades d’Elvas com a historia da mesma cidade e descripção das terras da sua Comarca*, prólogo de António Thomaz Pires, Elvas, António José Torres de Carvalho, 1915.

VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito, *Notícias Históricas de Tavira (1242-1840)*, prefácio, verificação do texto, notas críticas, apêndice e índice ideográfico por Arnaldo Casimiro Anica, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 1999.

«Visitação à Igreja de S. João do Mocharro d’Obidos por D. Jorge da Costa, em 14 de fevereiro de 1467», ed. A. C. Borges de Figueiredo, in *Revista Archeologica e Historica*, vol. I, 1887, pp. 119-127, 137-144, 152-156.

«As Visitações da Ordem de Santiago em Almada no séc. XVI», ed. Rui Pinto, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 119^a, nº 1-12, Jan.-Dez. 2001, pp. 171-223.

«Visitações de Santiago de Óbidos. I (1434-1481); II (1482-1500)», ed. Isaías da Rosa Pereira, in *Lusitania Sacra*, [1^a série], tomo VIII, 1967-1969, pp. 103-221; tomo IX, 1970-1971, pp. 79-116.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta*, ed. por Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

II. INSTRUMENTOS DE TRABALHO

II/1. DICIONÁRIOS, INVENTÁRIOS, GUIAS E ROTEIROS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICOS

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, *Catálogo dos Manuscritos: Série Vermelha*, 2 vols, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1978.

AZEVEDO, Carlos A. Moreira, «Bibliografia para a história da Igreja em Portugal. I-VII (1961-1984)», *Humanistica e Teologia*, tomo II, 1981, pp. 91-112, 203-238; tomo III, 1982, pp. 99-115, 195-232; tomo V, 1984, pp. 109-133, 233-278; tomo VI, 1985,

pp. 230-248, 337-387; tomo VIII, 1987, pp. 217-258, 335-388; tomo X, 1989, pp. 235-256, 369-402; tomo XI, 1990, pp. 95-133.

BAPTISTA, Júlio César, *Os Pergaminhos dos Bacharéis da Sé de Évora*, sep. *A Cidade de Évora*, nº 65-66, 1982-1983, Évora, Gráfica Eborense, 1983.

COSTA, Américo, *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular [...]*, 12 vols., Porto, Civilização, 1929-1949.

Diccionario de Historia Ecclesiastica de España, dir. Quintino Aldea Vaquero, Tomas Marin Martinez e José Vives Gatell, 4 vols., Madrid, Instituto Enrique Florez - CSIC, 1972-1975.

Dicionário de História de Portugal, dir. Joel Serrão, vols. I-VI, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1985-1990.

Dicionário de História Religiosa de Portugal, 4 vols., dir. Carlos Moreira Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores – CEHR da UCP, 2000-2001.

Dicionário Histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal, dirigido por José Eduardo Franco, José Augusto Mourão e Ana Cristina da Costa Gomes, Lisboa, Gradiva, 2010.

Dictionnaire de Spiritualité Ascétique et Mystique. Doctrine et Histoire, 18 vols., Paris, Beauchesne, 1937-1995.

Dictionnaire du Droit Canonique, dir. R. Naz, 7 vols., Paris, Librairie Letouzey et Ané, 1935-1965.

Dizionario degli Istituti di Perfezione, dir. Gerrino Pellicia e Giancarlo Rocca, 10 vols., Roma, Ed. Paoline, 1974-2003.

ESPANCA, Túlio, «Inventário dos antigos arquivos da Câmara e do Real Celeiro Comum de Évora», *A Cidade de Évora*, 1ª série, ano VII, nº 19-20, Set.-Dez. 1949, pp. 23-122.

-----, «Inventários dos antigos arquivos da Câmara e do Real Celeiro Comum de Évora: aditamento», *A Cidade de Évora*, nº 63-64, 1980-1981, pp. 251-267.

-----, «Os originais do Cartório da Câmara Municipal de Évora», *A Cidade de Évora*, 1ª série, anos XVII-XVIII, nº 43-44, Jan. 1960-Dez. 1961, pp. 221-300; anos XIX-XX, nº 45-46, Jan. 1962-Dez. 1963, pp. 349-427.

FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias; JARA, Anabela Azevedo, *Mesa da Consciência e Ordens*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 1997.

FONTES, João Luís Inglês; SERRA, Joaquim Bastos; ANDRADE, Maria Filomena, *Inventário dos Fundos Monástico-Conventuais da Biblioteca Pública de Évora*, apresentação de José Mattoso, Lisboa, Ed. Colibri – CIDEHUS/UE, 2010.

GUERREIRO, Jerónimo Alcântara, «Inventário e Catálogo do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora (Arquivo Distrital)», *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora nos séculos XVII a XX*, vol. III, Évora, Gráfica Eborense, 1979, pp. 170-174.

«Guia do Arquivo da Universidade», *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. I, 1973, pp. 83-175.

Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo, coord. José Mattoso, Maria Madalena Moura Machado Garcia, Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, José Mariz, António Frazão, Lucília Maria Luís Ferreira Runa, Maria Joana Braga de Sousa, vols. I-III – *Administração Central*; vol. IV – *Administração Periférica. Domínios, Casa real e Casas Anexas*; vol. VI – *Colecções, Arquivos de Pessoas Singulares, de Famílias, de Empresas, de Associações, de Comissões e de Congressos*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 1998-2005.

Guia preliminar dos fundos de arquivo da Biblioteca Nacional, org. Lúcia de Azevedo Martins, Maria da Luz Nogueira Rei, Maria Madalena Garcia e Teresa A. S. Duarte Ferreira, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1994.

MACHADO, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*, 3ª ed., vols. I-IV, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, Ed. Estampa, 1988.

MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João José Alves, *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2003.

Ordens monástico/conventuais: Inventário – Ordem de São Bento, Ordem do Carmo, Ordem dos Carmelitas Descalços, Ordem dos Frades Menores, Ordem da Conceição de Maria, coord. José Mattoso e Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 2002.

Prier et combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge, dir. Nicole Bériou et Philippe Josserand, Paris, Fayard, 2009.

Repertório Bibliográfico da Historiografia Portuguesa (1974-1994), s.l., Instituto Camões – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.

ROSA, Maria de Lurdes, «Catálogo de testamentos e tombos (1296-1521) da Provedoria das Capelas de Lisboa», in *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, dir. Maria do Rosário Themudo Barata e Luís Krus, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, pp. 539-552.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (coord.); PINA, Isabel Castro; ANDRADE, Maria Filomena; SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva, *Ordens Religiosas em Portugal: Das Origens a Trento – Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

TAROUCA, Carlos da Silva, *Inventário das Cartas e dos Códices manuscritos do Arquivo do Cabido da Sé de Évora*, Évora, Edições Nazareth, 1946.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, ed. crítica por Mário Fiúza, vols. I e II, Porto, Livraria Civilização, 1965-1966.

II/2. CARTAS

Carta Corográfica de Portugal, Instituto Geográfico e Cadastral, escala 1:50 000, série M7810, 2004.

Carta Militar de Portugal, Serviço Cartográfico do Exército, escala 1:250 000, série M586, edição de 2005.

Carta Militar de Portugal, Serviço Cartográfico do Exército, escala 1:25 000, série M888 e respectivo *Repertório Toponímico de Portugal*, 3 vols. Lisboa, 1967.

III. ESTUDOS

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, vol. I-IV, Porto, Portucalense Editora, 1967-1971.

Anchorites, Wombs and Tombs. Intersections of Gender and Enclosure in the Middle Ages, ed. Liz Herbert McAvoy and Mari Hughes Edwards, Cardiff, University of Wales Press, 2005.

The Anchoritic Traditions of Western Europe in the Middle Ages, ed. Liz Herbert McAvoy, Cambridge, D. S. Brewer, 2009.

ANDRADE, Amélia Aguiar; GOMES, Rita Costa, «As Cortes de 1481-1482: uma abordagem preliminar», in *Estudos Medievais*, nº 3-4, 1983-1984, pp. 151-212.

ANDRADE, Maria Filomena Pimentel de Carvalho, *In oboedientia, sine proprio et in castitate, sub clausura. A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII-XIV)*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à FCSH da UNL, policop, 2011.

-----, «O papel das ordens religiosas em Sintra (séculos XII-XVI). Espiritualidade e Sociabilidades», *Contributos para a História Medieval de Sintra. Actas do I Curso de Sintra (28 de Março – 2 de Junho de 2007)*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 2008, pp. 99-130.

ANICA, Arnaldo Casimiro, *Freguesias, vilas e cidades do Algarve (sua antiguidade e população)*, Vila Real de Santo António, Edições Viprensa, 1994.

-----, *Tavira e o seu termo: Memorando Histórico*, vol. I-II, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 1993-2001.

ARAÚJO, António de Sousa, «A Província franciscana da Soledade. Notícias sobre o convento da Franqueira (Barcelos) e catálogo dos Ministros Provinciais», *Itinerarium*, ano XVIII, nº 112-113, Jan.-Ag. 1982, pp. 73-121.

ARNAUT, Salvador Dias, *A Crise Nacional dos fins do Século XIV. I – A Sucessão de D. Fernando*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1960.

ARRANZ GUZMÁN, Ana, «Las elecciones episcopales durante el reinado de Pedro I de Castilla», *En la España Medieval*, nº 24, 2001, pp. 421-461.

-----, «Un personaje y un episodio de la guerra civil castellana: el arzobispo don Gómez Manrique y el Ordenamiento de Toledo de 1366», *Anuario de Estudios Medievales*, tomo 18, 1988, pp. 309-321.

-----, «La presencia de prelados en cargos políticos y actividades de gobierno durante el reinado de Pedro I de Castilla», *Estudios de Historia y Arqueología Medievales*, tomo IX, 1993, pp. 11-40.

ARRUDA, Luísa; COELHO, Teresa Campos, *Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, Lisboa, Ed. Inapa, 2004.

AZEVEDO, Rui de, «Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dir. António Baião, Hernani Cidade e Manuel Múrias, vol. I, Lisboa, Ed. Ática, 1937, pp. 7-64.

BALINHA, Hélio, «Convento de Nossa Senhora da Rosa: anotações históricas», *Anais de Almada*, nº 4, 2001, pp. 25-62.

BAPTISTA, Júlio César, «Portugal e o Cisma do Ocidente», *Lusitania Sacra*, [1ª série], tomo I, 1956, pp. 65-203.

BARATA, Carlos *Carta Arqueológica do Concelho de Sertã*, Sertã, Câmara Municipal de Sertã, 1998.

BARBOSA, Isabel Maria de Carvalho Lago, «A Ordem de Santiago em Portugal nos finais da Idade Média (normativa e prática)», *Militarium Ordinum Analecta*, nº 2, Porto, 1998, pp. 93-288.

BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. I-III em 4 tomos, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – FCT, 2000.

BARROS, Maria da Luz Oliveira Barbosa Ferreira de, «Agentes de conflito no Portugal do século XV: os ichacorvos galegos», *Revista de Ciências Históricas*, Porto, vol. XVIII, 2003, pp. 55-64.

BATORÉO, Manuel, «O mosteiro de S. Jerónimo do Mato nos arredores de Alenquer. Monumento manuelino desaparecido», *Revista do Auto-Clube Médico Português (ACMP)*, nº 115, Nov. 1989, pp. 14-21.

BEIRANTE, Maria Ângela Godinho Vieira da Rocha, «O Alentejo na segunda metade do século XV. Évora na crise de 1383-1385», *O ar da cidade. Estudos de História Medieval e Moderna*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, pp. 263-294.

-----, «Capelas de Évora», *A Cidade de Évora*, 1ª série, anos XXXIX-XL, nº 65-66, 1982-1983, pp. 21-43 [reed. in *Territórios do Sagrado. Crenças e Comportamentos na Idade Média em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, pp. 35-60].

-----, *Confrarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, Ed. da Autora, 1990.

-----, «Eremitérios da pobre vida no Alentejo dos séculos XIV-XV», *133/1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV-XV: Jornadas de História Medieval – Actas*, Lisboa, História & Crítica, 1985, pp. 257-266 [reed. in *Territórios do Sagrado. Crenças e Comportamentos na Idade Média em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, pp. 131-144].

-----, «Eremitismo», *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, tomo II, Lisboa, Círculo de Leitores – CEHR da UCP, 2000, pp. 149-154.

-----, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – JNICT, 1995.

-----, *Santarém Medieval*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 1980.

BOESCH GAJANO, Sofia, «Alla ricerca dell'identità eremitica», in *Ermite de France et d'Italie (XI^e-XV^e siècles)*, dir. André Vauchez, Roma, École Française de Rome, 2003, pp. 479-492.

-----, «Paesaggio, solitudine, taumaturgia», in Sofia Boesch Gajano e Edoardo Micati, *Eremi e luoghi di culto rupestre d'Abruzzo*, Pescara, Carsa Edizioni, 1996, pp. 9-22.

BOISSELLIER, Stéphane, *Naissance d'une identité portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (X^e-XIV^e siècles)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999.

-----, *Le peuplement médiéval dans le Sud du Portugal*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003.

BOTÃO, Maria de Fátima, *Poder e influência de uma igreja medieval. A Colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém*, Cascais, Patrimonia, 1998.

BRAGA, Paulo Drumond, *Setúbal Medieval (séculos XIII a XV)*, Setúbal, Câmara Municipal de Setúbal – Biblioteca Pública Municipal, 1998.

BRESC, Henri, «L'eremitisme franciscain en Sicile», *Schede Medievali*, n° 12-13, Jan.-Dez. 1987, pp. 37-44.

BUESCU, Ana Isabel, «A Livraria Régia no tempo de D. Manuel. Alguns aspectos», *III Congresso Histórico de Guimarães “D. Manuel e a sua época” (24 a 27 de Outubro de 2001)* – Actas, vol. IV, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 263-279.

CABY, Cécile, *De l'érémisme rural au monachisme urbain. Les Camaldules en Italie à la fin du Moyen Âge*, Roma, École Française de Rome, 1999.

-----, «*Finis eremitarum?* Les formes régulières et communautaires de l'érémisme medieval», in *Ermîtes de France et d'Italie (XI^e-XV^e siècles)*, dir. André Vauchez, Roma, École Française de Rome, 2003, pp. 47-80.

CADIÑANOS BARDECI, Inocencio, «Necropolis, eremitorios y monasterios altomedievales en el Valle de Tobalina (Burgos)», *Hispania Sacra*, vol. XXXVIII, n° 77, 1986, pp. 9-51.

CAMPOS, Nuno Silva, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, Ed. Colibri . Cidehus, 2004.

CARNEIRO, André, *Carta Arqueológica do Concelho de Fronteira*, Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Fronteira, 2005.

CARVALHO, Afonso de, *Da Toponímia de Évora*, vol. I – *Dos meados do século XII a finais do século XIV*; vol. II – *Século XV*, Lisboa, Edições Colibri, 2004-2007.

CARVALHO, Almeida, *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, vol. IV – *Conventos de Setúbal*, parte II, Setúbal, Junta Distrital de Setúbal, 1970.

CARVALHO, José Adriano Freitas de, «Benfeitores dos franciscanos portugueses em tempos de Fr. João da Póvoa», *Via Spiritus*, n° 6, 1999, pp. 227-231.

-----, «Eremitismo em Portugal na Época Moderna: homens e imagens», *Via Spiritus*, n° 9, 2002, pp. 83-145.

-----, «Um espaço de oração na Época Moderna. O oratório particular: os usos. E também os abusos?», *Via Spiritus*, n° 7, 2000, pp. 145-162.

-----, «A Igreja e as reformas religiosas em Portugal no século XV. Anseios e limites», *El Tratado de Tordesillas y su época. Congreso Internacional de História – Actas*, vol. II, Madrid, Sociedad “V Centenario del Tratado de Tordesillas” – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses – Junta de Castilla y León, 1995, pp. 635-660.

-----, «Joachim de Flore au Portugal: XIII.^{ème}-XVI.^{ème} siècles. Un itinéraire possible», *Il profetismo gioachimita tra Quattrocento e Cinquecento. Atti del III*

Congresso Internazionale di Studi Gioachimiti (S. Giovanni in Fiore, 17-21 settembre 1989), dir. Gian Luca Potestà, Genova, Marietti, 1991, pp. 415-432.

-----, «Nas origens dos Jerónimos na Península Ibérica: do Franciscanismo à Ordem de S. Jerónimo – o itinerário de Fr. Vasco de Portugal», *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, Porto, 2ª série, vol. I, 1984, pp. 11-131.

-----, *Nobres Leteras... Fermosos volumes... Inventários de bibliotecas dos franciscanos observantes em Portugal no século XV. Os traços de união das reformas peninsulares*, Porto, Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade – Instituto de Cultura Portuguesa – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, «Biblioteca da Via Spiritus, nº 1», 1995.

-----, «Príncipes, Armas e Letras», *Nos Confins da Idade Média*, Porto, Instituto Português de Museus, 1992, pp. 69-73.

CAVERO DOMÍNGUEZ, Gregoria, «Fuentes para el estudio del emparedamiento en la España medieval (siglos XII-XV)», *Revue Mabillon*, n.s., tomo 17, 2006, pp. 105-126.

-----, *«Inclusa intra parietes. La reclusión voluntaria en la España medieval*, Toulouse, Méridiennes, 2010.

CEPEDA, Isabel Vilares, «Os livros da rainha D. Leonor, segundo o códice 11352 da Biblioteca Nacional, Lisboa», *Revista da Biblioteca Nacional*, série 2, vol. 2, nº 2, Jul.-Dez. 1987, pp. 51-81.

La choix de la solitude. Parcours érémitiques dans les pays d'Occident, nº 28 de *Médiévales. Langue, Textes, Histoire*, Printemps 1995.

CIDADE, Hernâni, *A Serra d'Ossa e o seu convento*, sep. do *Boletim da Junta de Província do Alto Alentejo*, Évora, s.e., 1959.

CLEMENTE, Manuel, «Lisboa, Diocese e patriarcado de», *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, tomo III, Lisboa, Círculo de Leitores – CEHR da UCP, 2001, pp. 93-113.

COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I, o que re-colheu “Boa Memória”*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.

-----, *D. Filipa de Lencastre: a inglesa rainha (1360-1415)*, Vila do Conde, QuidNovi – Academia Portuguesa da História, 2011.

-----, *D. Leonor de Portugal: a imperatriz (1434-1467)*, Vila do Conde, QuidNovi – Academia Portuguesa da História, 2011.

-----, «No rasto da guerra – o antes e o depois», in *A Guerra e a Sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais – Actas*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho, Saul António Gomes e António Manuel Ribeiro Rebelo, vol. I, Campo Militar de S. Jorge (CIBA) – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 287-306.

COELHO, Maria Helena da Cruz; RILEY, Carlos Guilherme, «Sobre a caça medieval», *Estudos Medievais*, nº 9, 1988, pp. 221-267.

COELHO, Teresa Campos, ver ARRUDA, Luísa.

CORREIA, Fernando Manuel Rodrigues Branco, *Elvas na Idade Média*, 2 vols., Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à FCSH da UNL, policop., 1999.

-----, «Paisagens periurbanas da Elvas medieval», *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, dir. Maria do Rosário Themudo Barata e Luís Krus, coord. Amélia Aguiar Andrade, Hermenegildo Fernandes e João Luís Fontes, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, pp. 187-192.

CORREIA, Vergílio; GONÇALVES, Nogueira, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. II – *Cidade de Coimbra*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947.

CORULLÓN, Isabel, «El eremitismo en las épocas visigoda y altomedieval a través de las fuentes leonesas», *Terras de León*, ano XXVI, nº 63, Jun. 1986, pp. 47-62; nº 64, Set. 1986, pp. 23-36.

COSTA, António Domingues de Sousa, «Aproximação da espiritualidade de Santa Beatriz da Silva e seu irmão Beato Amadeu com os Frades do Santo Evangelho e Capuchos, evangelizadores da África, América e Índia», *Congresso Internacional “Bartolomeu Dias e a sua época” – Actas*, vol. V – *Espiritualidade e Evangelização*, Porto, Universidade do Porto – CNCDP, 1989, pp. 159-341.

-----, *Bispos de Lamego e de Viseu no século XV (Revisão crítica dos autores)*, vol. I (1394-1463), Braga, Editorial Franciscana, 1986.

-----, «Bispos de Lamego e de Viseu no século XV (X-XI)», *Itinerarium*, vol. XXXIV, 1988, pp. 232-273; vol. XXXV, 1989, pp. 124-287, 336-469.

-----, «D. Gomes, reformador da abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV», *Studia Monastica*, vol. V, fasc. I, 1963, pp. 59-164.

-----, «D. João Afonso de Azambuja, cortesão, bispo, arcebispo, cardeal e fundador do convento das dominicanas do Salvador de Lisboa», *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*, Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português IV/2, 1989, pp. 1-150.

-----, «Hospitais e albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XV», *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1^{as} Jornadas Luso-espanholas de História Medieval (Lisboa, 25-30 de Setembro de 1972)*, tomo I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Históricos anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1973, pp. 259-327.

-----, *Portugueses no Colégio de S. Clemente e Universidade de Bolonha durante o século XV*, 2 vols., Bolonha, Publicaciones del Real Colegio de España, 1990.

-----, «Studio critico e documenti inediti sulla vita del Beato Amedeo da Silva nel quinto centenario della morte», *Noscere Sancta. Miscellanea in memoria di Agostino Amore OFM (†1982)*, a cura di Isaac Vásquez Janeiro OFM, vol. II, Roma, Pontificium Athenaeum Antonianum, 1985, pp. 101-360.

COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto, «Algumas achegas para o estudo dos privilégios da Ordem do Hospital na Idade Média», *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa – Actas do II Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes e Paulo Pacheco, Lisboa, Ed. Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 1997, pp. 311-317.

-----, «A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade», *Militarium Ordinum Analecta*, nº 3/4, 1999-2000, pp. 5-592.

-----, «Tavira nos séculos XII a XV – a ocupação cristã», *Tavira: Território e Poder - Catálogo*, coord. Maria Maia, Carla Fernandes, Marco Lopes e Sandra Cavaco, Tavira, Museu Nacional de Arqueologia – Câmara Municipal de Tavira, 2003, pp. 183-203.

COUSSEMACKER, Sophie, *L'Ordre de Saint Jérôme en Espagne (1373-1516)*, tomos I-IV, Thèse de Doctorat en Histoire Médiévale, Université de Paris X – Nanterre, policop., 1994.

CREUSEN, J., «Congrégation religieuse», in *Dictionnaire de Droit Canonique*, dir. R. Naz, tomo IV, Paris, Librairie Letouzey et Ané, 1949, cols. 181-194.

CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança (1560-1640): práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Ed. Estampa, 2000.

-----, *Linhagem, parentesco e poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990.

CUNHA, Mário Raul de Sousa, *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policop., 1991.

CUSCÓ I CLARASÓ, Joan, *Els Beguins. L'heretgia a la Catalunya medieval*, Barcelona, Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 2005.

DIAS, José Sebastião da Silva, *Correntes de sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, tomo I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1960.

DÍAZ Y DÍAZ, M. C., «El eremitismo en la España visigótica», *Revista Portuguesa de História*, tomo VI, vol. I, 1955, pp. 217-237.

DOMINGUEZ RODRIGUEZ, Ana, «Aproximacion a la iconografia de la misa de San Gregorio a traves de varios libros de horas del siglo XV, de la Biblioteca Nacional»,

Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos, vol. LXXIX, nº 4, Madrid, Out.-Dez. 1976, pp. 757-766.

DOYÈRE, P., «Ermîtes», in *Dictionnaire du Droit Canonique*, dir. R. Naz, tomo V, Paris, Librairie Letouzey et Ané, 1953, cols. 412-429.

DUARTE, Luís Miguel, *D. Duarte: requiem por um rei triste*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.

-----, «Marginalidade e marginais» in *História da Vida Privada em Portugal*, dir. José Mattoso, vol. I – *A Idade Média*, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa, s.l., Círculo de Leitores, 2010, pp. 170-196.

L'eremitismo in Occidente nei secoli XI e XII. Atti della seconda settimana internazionale di studio (Mendola, 30 agosto – 6 settembre 1962), Milano, Società Editrice Vita e Pensiero, «Miscellanea del Centro di Studi Medioevali, IV», 1965.

Eremitismo nel francescanesimo medievale. Atti del XVII Convegno Internazionalale (Assisi, 12-14 ottobre 1989), Assisi, Università degli Studi di Perugia – Centro di Studi Francescani, 1991.

Ermîtes de France et d'Italie (XI^e-XV^e siècles), dir. André Vauchez, Roma, École Française de Rome, 2003.

España Eremitica. Actas de la VI Semana de Estudios Monásticos (Abadía de San Salvador de Leyre, 15-20 de septiembre de 1963), Pamplona, Monasterio de San Salvador de Leyre, «Analecta Legerensia, I», 1970.

ESPANCA, Túlio, «O Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora», *A Cidade de Évora*, 1^a série, ano XXX, nº 56, Jan.-Dez. 1973, pp. 15-91.

-----, «Convento de Nossa Senhora do Socorro da Vila de Portel», *A Cidade de Évora*, 1^a série, ano XXXIII, nº 59, Jan.-Dez. 1976, pp. 243-255.

-----, «Convento de S. Paulo da Serra de Ossa», *A Cidade de Évora*, 1^a série, ano XXIX, nº 55, Jan.-Dez. 1972, pp. 149-171.

-----, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. VII – *Concelho de Évora*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1966.

-----, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. VIII/1 – *Distrito de Évora. Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1975.

-----, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. IX/1 – *Distrito de Évora. Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1978.

FARELO, Mário Sérgio da Silva, *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cónegos (1277-1377)*, 2 vols., Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policop., 2003.

-----, «Les clercs étrangers au Portugal durant la période de la papauté avignonnaise: un aperçu préliminaire», *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo XXII, 2010, pp. 85-147.

-----, «La représentation de la Couronne Portugaise à Avignon et ses agents (1305-1377)», *Anuario de Estudios Medievales*, tomo 40/2, Julho-Dez. 2010, pp. 723-763.

FEIO, *Le Bas Alentejo et l'Algarve*, reimpressão da edição de 1949, Évora, INIC – Centro de Ecologia Aplicada da Universidade de Évora, 1983.

FERNANDES, Aires Gomes, «No interromper da oração ou o perturbante reflexo da guerra nalguns mosteiros», in *A Guerra e a Sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais – Actas*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho, Saul António Gomes e António Manuel Ribeiro Rebelo, vol. I, Campo Militar de S. Jorge (CIBA) – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 309-321.

FERNANDES, Hermenegildo Nuno Goinhas, *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medievo. O caso de Beja*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à FCSH da UNL, policop., 1991.

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, *O Castelo de Palmela: do islâmico ao cristão*, Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2004.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, «Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade», *História religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. II – *Humanismos e Reformas*, coord. João Francisco Marques e António Camões Gouveia, Lisboa, Círculo de Leitores – Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, pp. 15-47.

FERRO, João Pedro, *Alenquer Medieval (séculos XII-XV). Subsídios para o seu estudo*, Cascais, Patrimonia, 1996.

FLORES, Alexandre M., *Chafarizes de Almada*, Almada, Câmara Municipal de Almada – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, 1994.

FOIS, Mario, «Il fenomeno dell'Osservanza negli ordini religiosi tra il 1300 e il 1400. Alcuni particolarità dell'Osservanza Franciscana», in *Lettura delle Fonti Francescane attraverso i secoli: il 1400*, a cura di G. Gardaropoli e M. Conti, Roma, Ed. Antonianum, 1981, pp. 53-105.

FONSECA, Jorge, *Montemor-o-Novo no século XV*, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1998.

FONSECA, Luís Adão da, *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, INIC – Centro de História da Universidade do Porto, 1982.

-----, *D. João II*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.

-----, «Vasco da Gama e a Ordem de Santiago», in *Ordens Militares: Guerra, Religião, Poder e Cultura. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares (Palmela, 22 a 25 de Janeiro de 1998)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, vol. II, Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 1999, pp. 277-292.

FONTES, João Luís Inglês, «Cavaleiros de Cristo, monges, frades e eremitas: um percurso pelas formas de vida religiosa em Évora durante a Idade Média (séculos XII a XV)», *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo XVII, 2005, pp. 39-61.

-----, «Entre a tolerância e a protecção: as ordens militares e as comunidades de eremitas da *pobre vida*», *Ordens Militares e Religiosidade. Homenagem ao Professor José Mattoso*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela – Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, 2010, pp. 91-104.

-----, «Entre Faro e Loulé: a terra da “Senhora Santa Bárbara” (séculos XIII-XVI)», *Santa Bárbara de Nexe: a História, a Igreja e a Memória*, coord. João Pedro Bernardes e Luís Filipe Oliveira, Santa Bárbara de Nexe, Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe, 2006, pp. 35-71.

-----, «Eremitas de São Paulo», in *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*, dir. José Eduardo Franco, José Augusto Mourão e Ana Cristina Costa Gomes, Lisboa, Gradiva, 2010, pp. 152-155.

-----, «Frei João Álvares e a tentativa de reforma do mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa no século XV», *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo X, 1998, pp. 217-312.

-----, «Ordem de S. Paulo Primeiro Eremita», *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*, dir. Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 129-148.

-----, *Percursos e Memória. Do Infante D. Fernando ao Infante Santo*, Cascais, Patrimonia, 2000.

-----, «Percursos de um antigo ermitério medieval: o oratório do Alentejo, no termo de Óbidos», *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, dir. Maria do Rosário Themudo Barata e Luís Krus, coord. Amélia Aguiar Andrade, Hermenegildo Fernandes e João Luís Fontes, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, pp. 233-251.

-----, «A *pobre vida* no feminino: o caso das Galvoas de Évora», *O Corpo e o Gesto na Civilização Medieval. Actas do Encontro (11-13 de Novembro de 2003)*, coord. Ana Isabel Buescu, João Silva de Sousa e Maria Adelaide Miranda, Lisboa, Edições Colibri, 2005, pp. 157-178.

-----, «Reclusão, eremitismo e espaço urbano: o exemplo de Lisboa na Idade Média», *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, coord. Luís Krus, Luís Filipe Oliveira e João Luís Fontes, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 259-277.

FORTI I COGUL, Eufemià, «L'eremitisme a la Catalunya Nova», *Studia Monastica*, vol. VII, fasc. 1, 1965, pp. 63-126.

FORTUNA, A. Matos, *Memórias da Agricultura e Ruralidade do Concelho de Palmela*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 1997.

FRANCO, Pe. António, *Évora Ilustrada. Extraída da obra do mesmo nome do Pe. Manuel Fialho*, publicação, prefácio e índices de Armando de Gusmão, Évora, Edições Nazareth, 1945.

I frati penitenti di San Francesco nella società del duecento e trecento. Atti del II Convegno di Studi Francescani (Roma, 12-14 ottobre 1976), a cura di Mariano d'Alatri, Roma, Istituto Storico dei Cappuccini, 1977

FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, reprodução fac-similada da edição de 1973 a partir da de 1921-1930, apresentação e apêndices de Luís Bivar Guerra, vols. I-III, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996.

-----, *As sepulturas do Espinheiro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.

GARAI-OLAUN, Agustín Azkarate, «El eremitismo de época visigótica: testimonios arqueológicos», *Codex Aquilarensis. Cuadernos de Investigación del Monasterio de Santa Maria La Real*, nº 5, Ag. 1991, pp. 141-179.

GARCIA, João Carlos, *O espaço medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1986.

GARCÍA ORO, José, «Los “Frades da Prove Vida”: un nuevo franciscanismo en Galicia y Portugal», *Los Franciscanos Conventuales en España. Actas del II Congreso Internacional sobre el Franciscanismo en la Península Ibérica (Barcelona, 30 de marzo – 1 de abril de 2005)*, ed. Gonzalo Fernández-Gallardo Jiménez, Madrid, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 2006, pp. 245-274.

-----, «La Reforma de las órdenes religiosas en los siglos XV y XVI», in *Historia de la Iglesia en España*, dir. Ricardo García-Villoslada, tomo III-1º - *La Iglesia en la España de los siglos XV y XVI*, Madrid, La Editorial Católica S.A., «Biblioteca de Autores Cristiano, Maior 18», 1980, pp. 211-349.

GOMES, Rita Costa, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Carnaxide, Difel, 1995.

-----, «As Cortes de 1481-1482», in *O Tempo de Vasco da Gama*, dir. Diogo Ramada Curto, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses – Comissariado para o Pavilhão de Portugal-Expo'98 – Difel, 1998, pp. 245-264.

-----, *D. Fernando*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.

-----, «Monarquia e território: residências reais portuguesas, séculos XIV a XVI», *Lugares de Poder: Europa, séculos XV a XX*, coord. Gérard Sabatier e Rita Costa Gomes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, pp. 84-105.

GOMES, Rita Costa, ver ANDRADE, Amélia Aguiar.

GOMES, Saúl António, *D. Afonso V, o Africano*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006.

GONÇALVES, Iria, «Linhas mestras da antroponímia medieval portuguesa», *Media Aetas – Cadernos de Estudos Medievais*, 2ª série, vol. 4, 2009-2010, pp. 93-113.

-----, «O mosteiro de Alcobaça e o recrutamento geográfico dos seus monges», *IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo: Encontro de Alcobaça e Simpósio de Lisboa – Actas*, Braga, Universidade Católica Portuguesa – Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, pp. 233-256.

-----, «O nome» in *História da Vida Privada em Portugal*, dir. José Mattoso, vol. I – *A Idade Média*, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa, s.l., Círculo de Leitores – Temas e Debates, 2010, pp. 198-225.

GONÇALVES, Nogueira, ver CORREIA, Vergílio.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel, «Beguinotismo en Castilla. Nota sobre un documento sevillano», *Historia. Instituciones. Documentos*, nº 4, Sevilha, 1977, pp. 109-114.

GRANDE DEL BRÍO, Ramón, *Eremitorios altomedievales en las Provincias de Salamanca y Zamora. Los monjes solitarios*, Salamanca, Librería Cervantes, 1997.

GRIBOMONT, J.; TILLARD, J.-M.-R., «Religio (religiosus)», in *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, dir. Gerrino Pellicia e Giancarlo Rocca, tomo VII, Roma, Edizioni Paoline, 1983, cols. 1628-1636.

GUAPO, António Rodrigues, ver MELO, António de Oliveira.

GUASP GELABERT, Bartolomé, «La *Lectio Divina* y los eremitas mallorquines», *Studia Monastica*, vol. IX, fasc. 1, 1967, pp. 189-193.

GUERREIRO, J. Alcântara, *Galeria dos Prelados de Évora*, Évora, Gráfica Eborensis, 1971.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, INIC – Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

JUGIE, Pierre, «L'activité diplomatique du Cardinal Gui de Boulogne en France au milieu du XIV^e siècle», in *Bibliothèque de l'École des Chartes*, tomo 145, 1987, pp. 99-127.

KEIL, Luís, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. I - *Distrito de Portalegre*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1943.

KRUS, Luís, «Leituras», *A Construção do Passado Medieval. Textos Inéditos e Publicados*, Lisboa, IEM, 2011, pp. 189-197.

LAVAJÓ, Joaquim Chorão, «Évora, Arquidiocese de», *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, tomo II, Lisboa, Círculo de Leitores – CEHR da UCP, 2000, pp. 210-221.

LECLERCQ, Jean, «L'érémisme en Occident jusqu'à l'an mil», in *L'eremitismo in Occidente nei secoli XI e XII. Atti della seconda settimana internazionale di studio (Mendola, 30 agosto – 6 settembre 1962)*, Milano, Società Editrice Vita e Pensiero, «Miscellanea del Centro di Studi Medioevali, IV», 1965, pp. 27-44.

-----, «Eremus et eremita: pour l'histoire du vocabulaire de la vie solitaire», *Collectanea Ordinis Cisterciensium Reformatorum*, tomo XXV, 1963, pp. 8-30.

LEFEBVRE, Ch., «Castità – Dottrina canónica clássica», in *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, dir. Guerrino Pellicia e Giancarlo Rocca, tomo II, Roma, Edizioni Paoline, 1975, cols. 662-665.

LIBERATO, Marco António Antunes, «A presença nobiliárquica na Estremoz do século XV: tensões, confrontos e reorganização social», *La convivencia en las ciudades medievales (Nájera, Encuentros Internacionales del Medioevo, 2007) - Actas*, ed. Beatriz Arízaga Bolumburu e Jesús Á. Solórzano Telechea, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2008, pp. 191-205.

LLOPIS AGELÁN, Enrique, «Milagros, demandas y prosperidade: el monasterio jerónimo de Guadalupe, 1389-1571», *Revista de Historia Económica*, ano XVI, nº 2, Primavera-Verão 1998, pp. 419-451.

LOPES, Fernando Félix, «Arrábidos», *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. II, Lisboa, Ed. Verbo, 1964, pp. 1307-1308.

-----, «As escolas franciscanas de 1308 a 1570», *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, pp. 371-384.

-----, «Os estudos entre os franciscanos portugueses no séc. XVI», *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, pp. 385-405.

-----, «Fontes narrativas e textos legais para a História da Ordem Franciscana em Portugal», *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, pp. 1-269.

-----, «Franciscanos de Portugal antes de formarem província independente – Ministros provinciais a que obedeciam», *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, pp. 1-93. [L]

-----, «Franciscanos portugueses pretridentinos – escritores, mestres e leitores», *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, pp. 407-460.

-----, «Influência de S. Pedro de Alcântara na espiritualidade portuguesa do seu tempo», *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, pp. 227-283.

LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *O Infante D. Fernando e a nobreza fundiária de Serpa e Moura (1453-1470)*, Beja, Câmara Municipal de Beja, 2003.

LOURO, Henrique da Silva, *Freguesias e capelas curadas da arquidiocese de Braga (séculos XII a XX)*, Évora, s.n., 1974.

MACHADO, J. T. Montalvão, «Paço Real de Frielas», *Olisipo – Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*, ano XXVIII, nº 112, Out. 1965, pp. 187-194.

MARQUES, A. H. de Oliveira, «Para a história do concelho de Cascais na Idade Média – I e II», *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Ed. Presença, 1988, pp. 108-143.

-----, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV da *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Ed. Presença, 1987.

-----, «Sintra e Cascais na Idade Média», *Novos ensaios de história medieval portuguesa*, Lisboa, Ed. Presença, 1988, pp. 144-153.

MARQUES, João Francisco, «Franciscanos e Dominicanos confessores dos reis portugueses das duas primeiras dinastias», *Espiritualidade e Corte em Portugal (Séculos XVI a XVII). Porto, 28 a 30 de Maio de 1992*, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa – Faculdade de Letras do Porto, «Anexo V da *Revista da Faculdade de Letras, Série Línguas e Literaturas*», 1993, pp. 53-60.

MARQUES, José, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

-----, «D. Lourenço Vicente visto de Avinhão», *Theologica*, 2ª série, vol. XXXIII, 1998, pp. 341-365.

-----, *Os Franciscanos no norte de Portugal nos finais da Idade Média*, sep. de *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, vol. I, Porto, 1982.

-----, «A Geração de Avis e a Igreja, no século XV», *Revista de Ciências Históricas*, Porto, vol. IX, 1994, pp. 105-134.

-----, «Igreja e Poder Régio», *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-medieval. Ciclo de Conferências*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 1999, pp. 217-256.

-----, «A Ordem de Santiago e o concelho de Setúbal, em 1341», *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa – Actas do II Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes e Paulo Pacheco, Lisboa, Ed. Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 1997, pp. 285-305.

-----, *O Poder Real e a Igreja em Portugal na Baixa Idade Média*, sep. de *Bracara Augusta*, vol. XLIV, Braga, Câmara Municipal de Braga, 1995.

MARTINS, José Eduardo, ver MELO, António de Oliveira.

MARTINS, Mário, «O ciclo franciscano na nossa espiritualidade medieval» in *Biblos*, vol. XXVII, 1951, pp. 141-247.

-----, «De como eram os Eremitas da Serra de Ossa», *Brotéria*, vol. CXXIX, 1989, pp. 403-410.

-----, «Emparedadas arturianas e vida reclusa em Portugal», *Itinerarium*, vol. XXI, 1974, pp. 410-426.

-----, *Estudos de Literatura Medieval*, Braga, Livraria Cruz, 1956.

-----, «Santo Agostinho nas bibliotecas portuguesas da Idade Média», *Revista Portuguesa de Filosofia*, tomo XI, fasc. 1, 1955, pp. 166-176.

-----, «A vida reclusa e a sua influência na Idade Média», *Revista Lusitana*, nova série, nº 4, 1982-1983, pp. 53-65.

MARTINS, Miguel Gomes, «*Ficou aquela terra estragada que maravilhosa cousa era de ver. Guerra e paisagem no Portugal medieval (1336-1400)*», *Paisagens Rurais e Urbanas: Fontes, Metodologias, Problemáticas*, tomo I – *Actas das Segundas Jornadas*, coord. Iria Gonçalves, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2006, pp. 125-146.

-----, “*Para Bellum*”. *Organização e prática da guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)*, Coimbra, Dissertação de Doutoramento em Letras, na área de História, na especialidade de História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policop., 2007.

MATTOSO, José, «Eremitas portugueses no século XII», *Lusitania Sacra*, [1ª série], tomo IX, 1972, pp. 1-40 [reed. in: *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982, pp. 103-145; *Obras Completas*, vol. IX, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2002, pp. 62-86].

-----, «Eremiti Paolini Portoghesi», *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, dir. Gerrino Pellicia e Giancarlo Rocca, vol. III, Roma, Ed. Paolini, 1976, cols. 1195-1199.

-----, «Estratégias de pregação no século XIII», *Obras Completas*, vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 152-163.

-----, «Forma de Vida Monástica. Nota histórica», in *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento – Guia Histórico*, dir. Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 37-39.

-----, «Leituras cistercienses do século XV», in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, 1ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982, pp. 511-522 [reed. in *Obras Completas*, vol. IX, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, pp. 276-300].

-----, «Mendo Gomes de Seabra», *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, dir. Gerrino Pellicia e Giancarlo Rocca, vol. V, Roma, Ed. Paolini, 1978, cols. 1212-1213.

-----, «Perspectivas de investigação em história religiosa medieval portuguesa», *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo XXI, 2009, pp. 153-171.

-----, «A vida religiosa e espiritual nas Ordens Militares», *Ordens Militares e Religiosidade. Homenagem ao Professor José Mattoso*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela – Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, 2010, pp. 11-21.

MECO, José, ver SERRÃO, Vítor.

MELO, António de Oliveira; GUAPO, António Rodrigues; MARTINS, José Eduardo, *O Concelho de Alenquer: subsídios para um roteiro de Arte e Etnografia*, vol. 3, Alenquer, Comissão Municipal da Feira da Ascensão de Alenquer – Associação para o Estudos e Defesa do Património de Alenquer, 1986.

MENDEIROS, José, «O Convento e a Virgem do Paraíso», *A Cidade de Évora*, 1ª série, ano IX, nº 29-30, Jul.-Dez. 1952, pp. 299-315.

MERLO, Grado Giovanni, *Tra ermo e città. Studi sur Francesco d'Assisi e sul francescanesimo medievale*, Assisi, Edizioni Porziuncola, 1991.

MIURA ANDRADES, José Maria, «Algunas notas sobre las beatas andaluzas», *Las mujeres en el cristianismo medieval. Imágenes teóricas y cauces de actuación religiosa*, ed. Ángela Muñoz Fernández, Madrid, Asociación Cultural Al-Mudayna, 1989, pp. 289-302.

-----, «Beatas y beaterios andaluces en la Baja Edad Media. Su vinculación con la Orden de Predicadores», *Andalucía entre Oriente y Occidente (1236-1492). Actas del V Coloquio Internacional de Historia de Andalucía (Córdoba, 27-30 de noviembre de 1986)*, Córdoba, Diputación Provincial de Córdoba, 1988, pp. 527-535.

-----, «Beatas, eremitas y monasterios de Carmona», *Archivo Hispalense*, 2ª série, tomo LXXX, nº 243-245, 1997, pp. 565-582.

-----, «Formas de vida religiosa femenina en la Andalucía medieval: emparedadas y beatas», *Religiosidad femenina: expectativas y realidades (ss. VIII-XVIII)*, ed. Ángela Muñoz e Maria del Mar Graña, Madrid, Asociación Cultural Al-Mudayna, [1991], pp. 139-164.

-----, *Frailas, monjas y conventos. Las Órdenes Mendicantes y la sociedad sevillana bajomedieval*, Sevilla, Diputación de Sevilla, 1998.

MONREAL JIMENO, Luis Alberto, «Centros eremíticos y semieremíticos en el Valle del Ebro: aspectos metodológicos», *II Semana de Estudios Medievales (Najera, 5-9 de agosto 1991)*, Logroño, Gobierno de la Rioja – Instituto de Estudios Riojanos, 1992, pp. 49-63.

MOITEIRO, Gilberto Coralejo, «Bibliografia sobre Religiosidade Feminina Medieval», disponível em <http://iem.fcsh.unl.pt/disponibilizar/bibliografias/bibliografia-religiosidadePDF.pdf/view> [consultado a 27.04.2012].

MONTEIRO, João Gouveia, «As campanhas que fizeram a história», in *Nova História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I, coord. José Mattoso, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2003, pp. 245-285.

-----, «Orientações da cultura da corte na 1ª metade do séc. XV (A literatura dos Príncipes de Avis)», *Vértice*, 2ª série, nº 5, Ag. 1988, pp. 89-103.

MORENO, Humberto Baquero, «Bandos nobiliárquicos em Olivença nos fins do século XV», *Exilados, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval. Estudos de História*, Lisboa, Ed. Presença, 1990, pp. 156-178.

-----, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, 2ª ed., 2 vols., Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1979-1980.

-----, «A Irmandade de Ribacoa dos fins do século XIII», *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI: estudos de História*, Lisboa, Editorial Presença, 1986, pp. 27-32.

-----, *Itinerários de El-Rei D. Duarte (1433-1438)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1976.

-----, «A vagabundagem nos fins da Idade Média portuguesa», *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV. Estudos de História*, Lisboa, Editorial Presença, 1985, pp. 24-60.

MORUJÃO, Maria do Rosário, «Bispos em tempos de guerra: os prelados de Coimbra na segunda metade do século XIV», in *A guerra e a sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas Luso-espanholas de Estudos Medievais (6 a 8 de Novembro de 2008)*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho, Saul António Gomes e António Manuel Rebelo, vol. I, Coimbra, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 539-550.

MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela, *Beatas y santas neocastellanas: ambivalencia de la religión, correctoras del poder (ss. XIV-XVII)*, Madrid, Instituto de Investigaciones Feministas de la Universidad Complutense de Madrid – Comunidad de Madrid / Dirección General de la Mujer, 1994.

NASCIMENTO, Aires Augusto, «As livrarias dos Príncipes de Avis», *Biblos*, vol. LXIX, 1993, pp. 265-287.

NIETO SORIA, José Manuel, *Iglesia y génesis del Estado moderno en Castilla (1369-1480)*, Madrid, Editorial Complutense, 1993.

NOGUEIRA, Bernardo de Sá, «O espaço eclesiástico em território português (1096-1415)», *História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos A. Moreira Azevedo, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores – CEHR da UCP, 2000, pp. 142-201.

OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de, «Estrutura do povoamento no termo de Almada (séculos XIV e XV)», *Paisagens Rurais e Urbanas: Fontes, Metodologias, Problemáticas*, tomo IV – *Povoamento e População*, coord. Iria Gonçalves, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2009, pp. 153-166.

-----, *Na Península de Setúbal, em finais da Idade Média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à FCSH da UNL, policop., 2008.

-----, «O porto de Coima», *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, dir. Maria do Rosário Themudo Barata e Luís Krus, coord. Amélia Aguiar Andrade, Hermenegildo Fernandes e João Luís Fontes, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, pp. 419-427.

OLIVEIRA, Luís Filipe, «A comenda de Cacela e a visitação de 1478-1482», in *Sic memorat, Estudos em Homenagem a Teresa Júdice Gamito*, org. de João Pedro Bernardes, Faro, Universidade do Algarve, 2008, pp. 139-151.

-----, «Convento da Flor da Rosa (Crato)», *Ordens Religiosas em Portugal... Das Origens a Trento – Guia Histórico*, dir. Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 471-472.

-----, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Faro, Universidade do Algarve, 2009.

-----, «As Definições da Ordem de Avis de 1327», *As Ordens Militares: Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes, vol. I, Palmela, Município de Palmela / GEsOS, 2012, pp. 371-388.

ORLANDIS, José, «La disciplina eclesiástica española sobre la vida eremítica», *Ius Canonicum – Revista de la Facultad de Derecho Canonico de la Universidad de Navarra*, vol. IV, fasc. I, Jan.-Jun. 1964, pp. 147-163.

OURLIAC, Paul, «Le schisme et les conciles (1378-1449)», in *Histoire du Christianisme: des origines à nos jours*, dir. Jean-Marie Mayeur, Charles Petri, André Vauchez e Marc Venard, tomo VI – *Un temps d'épreuves (1274-1449)*, coord. Michel Mollat du Jourdin e André Vauchez, Paris, Desclée-Fayard, 1990, pp. 89-139.

PAGARÁ, Ana Fátima, «O Convento da Ordem de S. Paulo, em Portel», *Conversas à volta dos conventos*, coord. Virgínia Fróis, Évora, Casa do Sul Editora, 2002, pp. 207-227.

PAIVA, José Pedro, *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2006.

Património de Portel. Recenseamento preliminar (áreas rurais), vol. I, Portel, Câmara Municipal de Portel, s.d.

PELLEGRINI, Luigi, «Eremitismo ed esperienza religiosa dei laici tra XIII e XIV secolo», in *Corrado Confalonieri: la figura storica, l'immagine e il culto. Atti delle giornate di studio nel VII centenario della nascita, Noto (SR), Palazzo Villadorata, 24-26 maggio 1990*, a cura di F. Balsamo e V. La Rosa, Noto, Istituto per lo Studio e la Valorizzazione di Noto antica, 1992, pp. 21-43.

-----, «A proposito dei remiti laici d'ispirazione franciscana», in *I frati minori e il terzo ordine: problemi e discussioni storiografiche. Atti dell'XXIII Convegno del Centro di studi sulla spiritualità medievale (17-20 ottobre 1982)*, Todi, Presso l'Accademia Tudertina, 1985, pp. 115-142.

PEREIRA, Gabriel, «S. Gens. Serra de Ossa» in *Estudos Diversos (Arqueologia. História. Arte. Etnografia)*, colectânea organizada e anotada por João Rosa e ilustrada com desenhos do autor, prefácio de D. José Pessanha, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, pp. 360-367.

PEREIRA, Maria Teresa Lopes, *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2000.

-----, «O mel e a cera em Portugal, na Idade Média», *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, dir. Maria do Rosário Themudo Barata e Luís Krus, coord. Amélia Aguiar Andrade, Hermenegildo Fernandes e João Luís Fontes, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, pp. 447-467.

-----, «Sob o governo do Príncipe D. João: o Capítulo da Ordem de Santiago de 1478 e a Visitação a Sines em 1480», *Actas do 2º Encontro de História do Alentejo Litoral*, Sines, Centro Cultural Emmerico Nunes, 2010, pp. 112-118.

PÉREZ DE URBEL, J., «Eremitismo», in *Diccionario de Historia Ecclesiastica de España*, dirigido por Quintino Aldea Vaquero, Tomas Marin Martinez e José Vives Gatell, vol. II, Madrid, Instituto Enrique Florez, CSIC, 1972, pp. 801-804.

PÉREZ MARTÍNEZ, L., «Mallorca, diócesis de» in *Diccionario de Historia Ecclesiastica de España*, dirigido por Quintino Aldea Vaquero, Tomas Marin Martinez, José Vives Gatell, vol. II, Madrid, Instituto Enrique Florez, CSIC, 1972, pp. 1401-1405.

PIMENTA, Maria Cristina Gomes, «A Ordem Militar de Avis (durante o mestrado de D. Fernão Rodrigues de Sequeira)», *Militarium Ordinum Analecta*, nº 1, 1997, pp. 127-242.

PINA, Maria Isabel Pessoa Castro, «Documentos para a história dos Lóios em Portugal: o livro dos capítulos gerais da Congregação (1478-1502)», *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, dir. Maria do Rosário Themudo Barata e Luís Krus, coord. Amélia Aguiar Andrade, Hermenegildo Fernandes e João Luís Fontes, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, pp. 469-474.

-----, *Os Lóios em Portugal: origens e primórdios da Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História apresentada à FCSH da UNL, policop., 2011.

PINHO, Sebastião Tavares de, «O Infante D. Pedro e a “escola” de tradutores da Corte de Avis», *Biblos*, vol. LXIX, 1993, pp. 129-153.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 vols., Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família – Universidade Moderna, 1999.

POLÓNIA, Amélia, «A diocese de Évora em contextos pré e pós-tridentinos. A actuação pastoral do Cardeal Infante D. Henrique», *III Congresso Histórico de Guimarães “D. Manuel e a sua época” (24 a 27 de Outubro de 2001) – Actas*, vol. II, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 439-457.

-----, «Espaços de intervenção religiosa do Cardeal Infante D. Henrique: actuação pastoral, reforma monástica e Inquisição», *Em torno dos espaços religiosos-monásticos e eclesiásticos. Actas do Colóquio de Homenagem a Frei Geraldo Coelho Dias*, coord. Inês Amorim, H. Osswald e Amélia Polónia, Porto, Instituto de História Moderna – Universidade do Porto, 2005, pp. 17-37.

POU Y MARTI, José Maria, *Visionarios, beguinos y fraticelos catalanes (siglos XIII-XV)*, Madrid, Ed. Colegio Cardenal Cisneros, 1991.

Prime manifestazioni di vita comunitaria maschile e femminile nel movimento francescano della penitenza (1215-1447). Atti del IV Convegno di Studi Francescani (Assisi, 30 giugno – 2 luglio 1981), a cura di R. Pazzelli e L. Temperini, Roma, Commissione Storica Internazionale T.O.R., 1982.

RAU, Virgínia, *Sesmaria medievais portuguesas*, prólogo e adenda documental por José Manuel Garcia, Lisboa, Ed. Presença, 1982.

REDON, Odile, «Parcours érémitiques», *Médiévales*, n° 28, printemps 1995, pp. 5-9.

REVUELTA SOMALO, Josemaría, *Los Jerónimos. Una orden religiosa nacida en Guadalajara*, Guadalajara, Institución Provincial de Cultura «Marqués de Santillana», 1982.

RIANO PÉREZ, Eugenio, «Eremitorios rupestres y colonización altomedieval», *Studia Historica. Historia Medieval*, Salamanca, vol. 13, 1995, pp. 47-58.

RIBEIRO, Orlando Ribeiro, «A Sertã: pequeno centro na área de xisto da Beira Baixa», *Finisterra*, vol. V, n° 9, Lisboa, 1970, pp. 103-112.

RILEY, Carlos Guilherme, ver COELHO, Maria Helena da Cruz.

ROCCA, Giancarlo, «Congregazione», in *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, dir. Gerrino Pellicia e Giancarlo Rocca, tomo II, Roma, Edizioni Paoline, 1975, cols. 1465-1466.

-----, «Voto. II – In Occidente: visione storico-giuridica generale del voto solenne e del voto semplice», in *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, dir. Gerrino Pellicia e Giancarlo Rocca, tomo X, Roma, Edizioni Paoline, 2003, cols. 553-564.

RODRIGUES, Ana Maria S. A.; RIBEIRO, João Carlos Taveira; COSTA, Maria Antonieta Moreira da; MACIEL, Maria Justiniana Pinheiro, *Os Capitulares Bracarenses (1245-1374). Notícias Biográficas*, Lisboa, CEHR – UCP, 2005.

RODRIGUES, Manuel Augusto, «D. Pedro Tenório (1371-1378) segundo o *Livro das Vidas dos Bispos da Sé de Coimbra*», in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Prof. Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, coord. Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos, vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Livraria Civilização, 2003, pp. 827-834.

ROSA, Maria de Lurdes, «*As Almas Herdeiras*». *Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*, Lisboa, Tese de Doutoramento em História Medieval apresentada à École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, e à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policop., 2005.

-----, «D. Jaime, duque de Bragança: entre a cortina e a vidraça», *O Tempo de Vasco da Gama*, dir. Diogo Ramada Curto, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses – Difel, 1998, pp. 319-332.

-----, «O Estado manuelino: a reforma de capelas, hospitais, albergarias e confrarias», *O Tempo de Vasco da Gama*, dir. Diogo Ramada Curto, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses – Difel, 1998, pp. 205-210.

-----, «A fundação do Mosteiro da Conceição de Beja pela duquesa Dona Beatriz», *O Tempo de Vasco da Gama*, dir. Diogo Ramada Curto, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses – Difel, 1998, pp. 265-270.

-----, *O Morgadio em Portugal (sécs. XIV-XV): modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Ed. Estampa, 1995.

-----, «Quadros de organização do poder nobre na Baixa Idade Média. Estrutura familiar, patrimónios e percursos linhagísticos de quatro famílias de Portalegre», *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, nova série, nº 6, 1991, pp. 47-65.

-----, «A religião no século: vivências e devoções dos leigos», *História religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. I – *Formação e limites da Cristandade*, coord. Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, Lisboa, Círculo de Leitores – Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, pp. 423-510.

-----, «A santidade no Portugal medieval: narrativas e trajectos de vida», *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo XIII-XIV, 2001-2002, pp. 369-450. [L]

-----, «Sociabilidades e espiritualidades na Idade Média: a historiografia portuguesa sobre os comportamentos religiosos dos leigos medievais», *Lusitania Sacra*, tomo XXI, 2009, pp. 75-124.

ROUILLARD, Ph., «Eremitismo.II. In Occidente. Statuto giuridico» in *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, dir. Guerrino Pellicia e Giancalo Rocca, tomo III, Roma, Edizioni Paoline, 1976, cols. 1239-1240.

RUBIO, E., *Montes y eremitas. Santuarios de roca del sureste de Burgos*, Burgos, Diputación de Burgos, 1986.

SÁNCHEZ HERRERO, José, «Fundación y desarrollo de la Orden de los Jeronimos, 1360-1561», *Codex Aquilarensis. Cuadernos de Investigación de Santa Maria La Real*, nº 10, Dez. 1994, pp. 63-94.

SÁNCHEZ SESA, Rafael, «El Cisma de Occidente en la Península Ibérica: religión y propaganda en la guerra castellano-portuguesa», *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. IV, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 307-320 [F].

-----, «Don Pedro Tenório (c. 1328-1399). Aproximación a la vinculación eclesiástica, familiar y política de un arzobispo toledano al reino de Portugal», *Revista da Faculdade de Letras – História*, Porto, 2ª série, vol. XV, tomo II, 1998, pp. 1479-1492.

-----, «Obispos procedentes de Castilla y proyectos de reforma de la Sede de Coimbra (1358-1407)», *Hispania Sacra*, tomo LI, nº 104, Jul.-Dez. 1999, pp. 753-783.

SANTOS, Cândido Dias dos, *Os Jerónimos em Portugal. Das origens aos fins do século XVII*, Porto, INIC – Centro de História da Universidade do Porto, 1980.

SANTOS, Marco Sousa, «Duas Capelas Laterais medievais do Convento de S. Francisco de Tavira», *Medievalista* [Em linha], nº 10, Julho de 2011. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA10\santos1006.html>. [Consultado a 20.05.2012].

SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva, «As ordens religiosas na diocese de Évora - 1165-1540», *Eborensia*, nº 39, 2007, pp. 185-201.

SANTSCHI, Catherine, *L'encadrement des ermites. Règles et congregations érémitiques en Suisse et autour de Suisse*, Genève, ed. da autora, 1999.

SENSI, Mario, *Le Osservanze Francescane nell'Italia Centrale (Secoli XIV-XV)*, Roma, Collegio San Lorenzo da Brindisi – Istituto Storico dei Cappuccini, 1985.

-----, «La Regola di Niccolò IV dalla Costituzione “Periculoso” alla Bolla “Pastoralis Officii” [1298-1447]», in *La “Supra montem” di Niccolò IV (1289): genesi e diffusione di una regola. Atti del V Convegno di Studi Francescani (Ascoli Piceno, 26-27 ottobre 1987)*, a cura di R. Pazzelli e L. Temperini, Roma, Ed. Analecta T.O.R., 1988, pp. 147-198.

SERRA, Joaquim Bastos, «Entre a promoção do *bem comum* e a defesa dos interesses próprios. A oligarquia concelhia de Évora no século XV», *Media Aetas – Cadernos de Estudos Medievais*, 2ª série, vol. 3, 2008-2009, pp. 69-101.

-----, «O espaço periurbano de Évora nos finais da Idade Média. Uma aproximação ao seu estudo», *Media Aetas – Revista de Estudos Medievais*, 2ª série, nº 2, 2005-2006, pp. 125-143.

-----, «Santa Maria do Espinheiro: um mosteiro na periferia urbana de Évora. Apropriação e organização do espaço», *Paisagens Rurais e Urbanas: Fontes, Metodologias, Problemáticas*, tomo I – *Actas das Segundas Jornadas*, coord. Iria Gonçalves, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2006, pp. 161-179.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Itinerários de el-rei D. João II*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1975.

-----, *Portugueses no Estudo de Salamanca*, vol. I (1250-1550), Lisboa, Imprensa de Coimbra, 1962.

SERRÃO, Vítor; MECO, José, *Palmela Histórico-Artística: um inventário do património artístico concelhio*, Lisboa - Palmela, Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2007.

SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e, «A Ordem de Cristo (1417-1521)», in *Militarium Ordinum Analecta*, nº 6, 2002.

-----, «A Ordem de Cristo durante o mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417)», *Analecta Ordinum Analecta*, nº 1, 1997, pp. 5-126.

SILVA, Manuela Santos, «Contribuição para o estudo das oligarquias urbanas medievais: a instituição de capelas funerárias em Óbidos na Baixa Idade Média», *A Cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares – Actas*, coord. Maria José Ferro Tavares, vol. II, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 113-127. [L]; [reed. in *A região de Óbidos na época medieval – estudos*, Óbidos, Património Histórico – Grupo de Estudos, 1994, pp. 155-169].

-----, *Estruturas urbanas e administração concelhia: Óbidos medieval*, Cascais, Patrimonia, 1997.

-----, *Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média*, 2 vols., Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História apresentada à FLUL, policop., 1996.

-----, «Óbidos, “Terra que foi da Rainha D. Filipa”. O senhorio de Óbidos de 1415 a 1428», *Arqueologia do Estado – I^{as} Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, séculos XIII-XVIII. Comunicações*, vol. I, Lisboa, História & Crítica, 1988, pp. 311-330.

-----, *A rainha inglesa de Portugal: Filipa de Lencastre*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2012.

SILVEIRA, Ana Cláudia, «O espaço peri-urbano de Setúbal na Baixa Idade Média: produções e estruturas produtivas», in *La ciudad medieval y su influencia territorial. Nájera, Encuentros Internacionales del Medievo 2006 – Actas*, ed. Beatriz Arízaga Bolumburu, e Jesús Ángel Solórzano Telechea, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2007, pp. 161-180.

SOMMÉ, Monique, *Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne: une femme au pouvoir au XV^e siècle*, Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, 1998.

SOUSA, Armindo de, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, 2 vols., Porto, INIC – Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, «O crepúsculo da assistência medieval na Évora do século XV», *III Congresso Histórico de Guimarães “D. Manuel e a sua época” (24 a 27 de Outubro de 2001) – Actas*, vol. II, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 349-360.

SOUSA, Ivo Carneiro de, *A Rainha D. Leonor (1458-1525). Poder, misericórdia, religiosidade e espiritualidade no Portugal do Renascimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – FCT, 2002.

SOUSA, João Silva de, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Ed. Presença, 1989.

TAVARES, Pedro Vilas Boas, «Em busca das virtudes primordiais do «Estado Apostólico»: os fundadores lóios nas “Memórias” de Paulo de Portalegre (+ 1510)», *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, Porto, tomo XX, vol. 1, 2003, pp. 261-271.

-----, «Os primitivos «homens bons» de Vilar de Frades segundo um contemporâneo (Paulo de Portalegre)», *III Congresso Histórico de Guimarães “D. Manuel e a sua época” (24 a 27 de Outubro de 2001) – Actas*, vol. IV, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 387-397.

TEIXEIRA, Vítor Gomes, «Frei João da Póvoa e o movimento da Observância Franciscana Portuguesa entre 1447 e 1517», *Lusitania Sacra*, tomo XVII, 2005, pp. 227-254.

-----, *O Movimento da Observância Franciscana em Portugal (1392-1517). História, Património e Cultura de uma Experiência de Reforma Religiosa*, Porto, Centro de Estudos Franciscanos – Editorial Franciscana, 2010.

TILLARD, J.-M.-R., ver GRIBOMONT, J.

VASCONCELOS, António de, «Os Colégios Universitários de Coimbra (Fundados de 1539 a 1779)», *Escritos Vários*, reedição da ed. de 1938-41, vol. I, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1987, pp. 155-295.

VAUCHEZ, André, «Contestations et hérésies dans l'Église latine», in *Histoire du Christianisme: des origines à nos jours*, dir. Jean-Marie Mayeur, Charles Petri, André Vauchez e Marc Venard, tomo VI – *Un temps d'épreuves (1274-1449)*, coord. Michel Mollat du Jourdin e André Vauchez, Paris, Desclée-Fayard, 1990, pp. 320-352.

-----, *A espiritualidade da Idade Média Ocidental (séc. VIII-XIII)*, Lisboa, Ed. Estampa, 1995.

VENTURA, Margarida Garcês, *Igreja e Poder no Século XV. Dinastia de Avis e Liberdades Eclesiásticas (1383-1450)*, Lisboa, Edições Colibri, 1997.

VIANA, Mário, *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém, 1147-1350)*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007.

-----, «Notas sobre a organização paroquial e a toponímia de Portalegre em 1304», *A Cidade – Revista Cultural de Portalegre*, nova série, nº 6, 1991, pp. 67-74.

VILAR, Hermínia Vasconcelos, *As Dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Ed. Estampa, 1999.

-----, «D. Garcia de Meneses e o Cabido de Évora: perspectivas de um governo episcopal (1471-1484)», *III Congresso Histórico de Guimarães “D. Manuel e a sua época” (24 a 27 de Outubro de 2001) – Actas*, vol. II, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 43-55.

-----, «Estruturas e protagonistas religiosos na historiografia medieval portuguesa», *Lusitania Sacra*, tomo XXI, 2009, pp. 125-151.

-----, «Ordens Militares e rendimentos paroquiais no Sul de Portugal, nos séculos XIII e XIV. Algumas linhas de reflexão», *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental – Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes, Lisboa, Ed. Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 279-294.

-----, «Réseau paroissial et droit de patronage dans la diocese d'Évora (XIII^e-XIV^e siècles)», *L'espace rural au Moyen Âge: Portugal, Espagne, France (XII^e-XIV^e)*

siècles). *Mélanges en l'honneur de Robert Durand*, dir. Monique Bourin e Stéphane Boisselier, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2002, pp. 125-140.

-----, «Na sombra da crise de 1383-85: o governo do bispo D. João de Évora», *Eborensia*, ano XX, nº 39-40, 2007, pp. 103-115.

VIVES, J., «Tortosa, diócesis de» in *Diccionario de Historia Eclesiastica de España*, dirigido por Quintino Aldea Vaquero, Tomas Marin Martinez, José Vives Gatell, vol. IV, Madrid, Instituto Enrique Florez, CSIC, 1975, pp. 2585-2587.

LISTA DE MAPAS

Mapa I – A geografia da «pobre vida» segundo a sentença de 1378..... 42/43

Mapa II – A geografia eremítica (1385-1452) 84/85

Mapa III – A geografia eremítica (1452-1510)..... 176/177

Mapa IV – Os eremitérios da Congregação da Serra de Ossa em 1510 182/183

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Percursos da documentação dos eremitérios (1366-1834)..... 22/23

**Quadro II – Diplomas régios relativos aos eremitas emitidos durante a regência do
Infante D. Pedro (Novembro de 1438 – Julho de 1448) 109**

ANEXOS

ANEXO I - EREMITÉRIOS

ÁGUA DAS INFANTES (TERMO DE PORTEL)

Designação:

1. Água das Infantes ou Portel
2. Mosteiro de Nossa Senhora do Socorro ou de S. Paulo de Portel

1ª referência documental / fundação: 1405¹

Localização: Eremitério fundado em Água das Infantes, na proximidade de ermida dedicada a S. Lourenço, no termo de Portel². O local onde o eremitério foi fundado permaneceria, na toponímia, sob a designação de herdade da Provença, na proximidade do Monte da Provença e da ermida de S. Lourenço (actual freg. e conc. de Portel, dist. Évora)³.

Enquadramento à data da fundação: O concelho de Portel pertencia então ao senhorio da Casa de Bragança, que possuía, por doação régia, desde 1385, a vila e o

¹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 61 (1405.09.01, Vidigueira, em traslado não datável por falta da parte superior do pergaminho). Em Dezembro desse ano, já se documenta a presença de eremitas nesse lugar (*ibidem*, lv. 1, nº 53, doc. A e nº 48 – 1405.12.05, Portel, no segundo documento em traslado de 1460.08.03, Portel).

² A proximidade com a ermida de S. Lourenço surge atestada em 1412 (*ibidem*, lv. 1, nº 52 – 1412.05.03, Portel).

³ Cf. *Património de Portel. Recenseamento preliminar (áreas rurais)*, vol. I, Portel, Câmara Municipal de Portel, s.d., pp. 84-87.

respectivo termo e sua alcaidaria⁴. O padroado da respectiva igreja pertencia à Ordem do Hospital, não sendo claro se o monarca teria alguma parte nesse direito, o que, a acontecer, reverteria também, por doação régia de 1387, para Nuno Álvares Pereira⁵.

Trajectória posterior ao período medieval: Após um projecto de mudança para junto de uma ermida dedicada a S. Pedro, mais próxima da vila, ventilado em 1583⁶, o eremitério medieval acabaria por ser definitivamente abandonado em 1598, deslocando-se a comunidade, sob o patrocínio de D. Teodósio II, duque de Bragança, para junto da ermida de S. Luís, no Rossio da vila. Obtidas as devidas licenças camarárias (1601) e do prelado eborense (1602), inicia-se a construção do novo mosteiro em terrenos comprados com o apoio do referido duque, dando-se a sagração da respectiva igreja em 1607, dedicada a Nossa Senhora do Socorro⁷.

Extinção: 1834⁸

Vestígios materiais do eremitério medieval: Do eremitério medieval, persiste apenas uma pequena estrutura em ruínas⁹, possivelmente da parte habitacional, dado que,

⁴ Por doação feita pelo rei João I a Nuno Álvares Pereira em 1385.08.20. Cf. Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, parentesco e poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990, anexo I A, p. 212

⁵ Por doação de 1387.02.05 (*ibidem*, anexo I A, p. 212). Estes bens e direitos seriam explicitamente nomeados na doação feita em 1422 por Nuno Álvares Pereira ao Conde de Arraiolos (*Ibidem*, anexo I B, p. 225). Sobre os direitos da Ordem do Hospital sobre a igreja da vila, cf. Hermínia Vasconcelos Vilar, *As Dimensões de um Poder. A diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Ed. Estampa, 1999, pp. 278-279; Bernardo de Sá Nogueira, «O espaço eclesiástico em território português (1096-1415)», *História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos A. Moreira Azevedo, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores – CEHR da UCP, 2000, p. 191.

⁶ TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios*, lv. 13, fls. 362-362v (1583.11.12, Lisboa).

⁷ Cf. BPE, *Cód. CLXVI/2-41*, nº 1, onde se conserva parte importante da documentação relativa a este processo, bem como em BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 2, nº 2, 7, 15.

⁸ Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, tomo IX – *Distrito de Évora – Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*, vol. I, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1978, p. 209.

segundo Túlio Espanca, o templo aí existente teria sido demolido após 1607, data em que se consuma a sagração da igreja do novo mosteiro¹⁰.

ALCÁCER DO SAL

Designação:

1. Alcácer do Sal

1ª referência documental / fundação: 1465¹¹

Localização: Casa com chão nas traseiras, no interior do castelo da vila, confrontando com os paços do Mestre, com o pano de muralha e postigo, com rua e com casas de mulheres pobres¹² (freg. de Santa Maria do Castelo, conc. Alcácer do Sal, dist. Setúbal).

Enquadramento à data da fundação: Vila pertencente à Ordem de Santiago que, em 1465, ainda aí mantinha o seu convento¹³. A casa e chão em causa pertenciam aos bens

⁹ Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 143; *Património de Portel...*, p. 85; Ana Fátima Pagará, «O Convento da Ordem de São Paulo, em Portel», *Conversas à volta dos conventos*, coord. Virgínia Fróis, Évora, Casa do Sul Editora, 2002, p. 208.

¹⁰ Túlio Espanca, *ob. cit.*, p. 209.

¹¹ BPE, *Col. Manizola*, cód. 595, fl. 26 (1465.10.23, Alcácer) – primeira referência documental.

¹² *Ibidem*. Sobre a sua localização no interior do castelo, cf. Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, Ed. Colibri – Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2000, pp. 60-84 e mapa da p. 68.

¹³ Cf. Maria Teresa Lopes Pereira, *ob. cit.*

adscritos a capela fundada na vila do Torrão e administrada inicialmente por Vasco Eanes do Crato e Guiomar Lourenço, sua mulher¹⁴.

Trajectória posterior ao período medieval: sem informação.

Extinção: A ocupação da dita casa e chão por homens da pobre vida parece ter cessado após a morte do eremita Vasco, ocorrida ainda antes de Abril de 1482¹⁵

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

ALCANHÕES (TERMO DE SANTARÉM)

Designação:

1. Alcanhões

1ª referência documental / fundação: 1471¹⁶

Localização: Ermida situada junto aos paços que o monarca detinha nesse lugar¹⁷ (freg. de Alcanhões, conc. de Santarém, dist. Santarém).

¹⁴ Cf. nota 11. Sobre Guiomar Lourenço e seu marido, cf. os dados aduzidos na biografia de Fernando Gramaxo (Parte II, B 117).

¹⁵ Cf. Parte II, B 381.

¹⁶ Em carta régia de 1471.06.28, Lisboa, pela qual o monarca dá licença para que Fr. Martinho, «proue hermitãao», nela se possa instalar com «quaeesquer outros sseus parceyros que com elle quiserem em ella estar pera seruirem a nosso Senhor deus em ssua vida» (TT, *Chancelaria de D. João II*, lv. 21, fls. 145-145v, em confirmação de 1487.07.16).

¹⁷ *Ibidem*.

Enquadramento à data da fundação: Ermida situada junto aos paços régios de Alcanhões. Estes paços haviam sido frequentados com alguma regularidade pelos monarcas, sobretudo em finais do séc. XIV, mas parece terem entrado em declínio durante o século XV, estando já em ruínas no início do reinado de D. Manuel¹⁸.

Trajectória posterior ao período medieval: sem informação.

Extinção: Não encontramos notícia de ocupação eremítica nesse local após 1487¹⁹.

Vestígios materiais do eremitério medieval: desconhecidos.

ALENTEJO (TERMO DE ÓBIDOS)

Designação:

1. Oratório do Alentejo, termo de Óbidos
2. Oratório de S. João Evangelista²⁰ ou Quinta do Oratório

1ª referência documental / fundação: 1409²¹

¹⁸ Cf. Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal...*, p. 270, que cita documento de 1499.02.26, pelo qual o monarca afora os mesmos paços, ou o que deles restava, a D. João de Meneses, seu mordomo-mor, sem que seja feita qualquer menção à dita ermida ou outro espaço de cariz religioso (publ. por Sousa Viterbo, *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses*, reprodução em fac-símile do exemplar com data de 1904 da INCM, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p. 526).

¹⁹ Cf. carta régia de 1487.07.16, Santarém (TT, *Chancelaria de D. João II*, lv. 21, fls. 145-145v).

²⁰ Já assim aparece designada em 1447, após a sua tomada de posse pelos Lóios.

Localização: Designado actualmente por Quinta do Oratório (freg. de S. Pedro, conc. de Óbidos, dist. Leiria)²².

Enquadramento à data da fundação: Eremitério fundado no termo de Óbidos, vila pertencente, como outras suas congéneres da Estremadura, ao património da casa das rainhas, doada depois de 1387 a D. Filipa de Lencastre²³. As igrejas da vila, à excepção da de Santa Maria, tutelada por Santa Cruz de Coimbra, eram do padroado régio, integrando normalmente a doação da vila às rainhas²⁴.

Trajectória posterior ao período medieval: Eremitério doado aos Lóios em 1434, viria a passar por diversas tentativas de configuração após a constatação, por estes clérigos, da inviabilidade de aí fundarem uma nova casa. Acabaria por se converter numa quinta utilizada esporadicamente para repouso dos cónegos, incluindo uma ermida e diversas propriedades rurais e urbanas cujos rendimentos viriam a ser aplicados a distintas casas da Congregação²⁵.

Extinção (do eremitério): 1434 (e dos eremitas aí existentes d. 1465)²⁶.

²¹ Eremitério já existente em 1409, quando recebe bula de Alexandre V isentando os pobres aí residentes do pagamento da dízima eclesiástica sobre as terras por eles cultivadas (bula de 16 de Setembro, referida em bula de João XXIII, dada em Bolonha a 25.05.1410 – TT, *Convento de S. Bento de Xabregas*, mc. 18, nº 1).

²² Manuela Santos Silva, *Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média*, vol. I, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História apresentada à FLUL, policop., 1996, p. 180.

²³ Cf. Manuela Santos Silva, *Estruturas urbanas e administração concelhia: Óbidos medieval*, Cascais, Patrimonia, 1997, p. 123. Após a morte desta rainha, o senhorio da vila passaria, em 1415, para a sua filha, a Infanta D. Isabel e, em 1428, para a rainha D. Leonor de Urgel (*ibidem*).

²⁴ Cf. Manuela Santos Silva, *Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média*, vol. I, p. 153.

²⁵ Cf. João Luís Inglês Fontes, «Percursos de um antigo ermitério medieval: o oratório do Alentejo, no termo de Óbidos», *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, dir. Maria do Rosário Themudo Barata e Luís Krus, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, pp. 233-251.

²⁶ Cf. *ibidem*.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos. A ermida ainda existente no local deve ter sido construída depois de 1465²⁷.

ALFERRARA (TERMO DE PALMELA)

Designação:

1. *Almouquim, Almocim* ou *Almocrim*²⁸
2. Alferrara (termo de Palmela)
3. Nossa Senhora da Consolação de Alferrara

1ª referência documental / fundação: 1380²⁹

Localização: Alferrara, na encosta sul da Serra dos Gaiteiros, entre Setúbal e Palmela (freg. de Palmela, conc. de Palmela, dist. Setúbal).

Enquadramento à data da fundação: Eremitério fundado no termo de Palmela, vila confiada por iniciativa régia ao senhorio espatário em 1186 e confirmada à Ordem em

²⁷ Cf. *ibidem*.

²⁸ Topónimo referido em diversos documentos, que não conseguimos identificar (surge pela primeira vez em TT, *Documentação de Conventos por identificar*, cx. 13, mç. 1, nº 30 – 1392.05.18, Setúbal) mas que, em documento posterior, é referido como situando-se «no dicto logo d alferrara [...] junto com o dicto lugar dos dictos pobres» (TT, *Convento de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 11 – 1426.02.24, Setúbal).

²⁹ Doação feita a João Gouvinhas, Miguel e Vasco, eremitas da pobre vida, de uma pequena herdade a par da Fonte Santa (TT, *Convento de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 2 – 1380.10.05, Setúbal). A sua presença em Alferrara devia ser muito recente, dado que o eremitério não é referido na sentença emitida dois anos sobre a inquirição conduzida por ordem pontifícia aos eremitas.

1218, após a conquista de Alcácer do Sal. Desde 1194 que os freires ocupam Palmela, datando de 1235 a decisão régia de lhes entregar o padroado das igrejas aí erectas³⁰.

Trajectória posterior ao período medieval: a comunidade manteve-se, após 1578, no local onde fora fundado o eremitério medieval, embora o actual edifício monástico, hoje em avançado estado de ruína, seja fruto de consecutivas campanhas de obras em ordem à sua ampliação e engrandecimento, documentadas pelo menos desde finais do século XVI até finais do século XVIII³¹. A este mosteiro seriam anexadas as rendas da casa de Mendoliva, abandonada em 1531, bem como as da Junqueira, em 1645³².

Extinção: c. 1813, sendo os seus bens anexados ao Mosteiro do Santíssimo Sacramento de Lisboa³³.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desaparecidos face às sucessivas campanhas de obras de que o mosteiro foi alvo no período posterior³⁴.

³⁰ Confirmada pela Sé Apostólica em 1237. Cf. Mário Raul de Sousa Cunha, *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policop., 1991, pp. 46 e 71; Isabel Cristina Ferreira Fernandes, *O Castelo de Palmela: do islâmico ao cristão*, Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2004, pp. 286-292.

³¹ Sobre as campanhas de obras aí documentadas e descrição do que resta actualmente do mosteiro, cf. Vítor Serrão e José Meco, *Palmela Histórico-Artística: um inventário do património artístico concelhio*, Lisboa - Palmela, Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2007, pp. 277-290.

³² Ver fichas respectivas.

³³ Cf. BPE, *Cód. CLXIX/1-1*.

³⁴ Cf. nota anterior.

AMEAL DO GORJÃO (TERMO DE VILA VIÇOSA)

Designação:

1. Ameal do Gorjão (termo de Vila Viçosa)

1ª referência documental / fundação: 1409³⁵

Localização: A documentação sobrevivente refere-se ao lugar como pertencendo ao termo de Vila Viçosa, sabendo-se que ficava próximo do eremitério de Valbom³⁶. É, por isso, possível que se trate do lugar do Ameal, próximo de Valbom (freg. da Conceição, conc. Vila Viçosa, dist. Évora).

Enquadramento à data da fundação: Eremitério fundado no termo de Vila Viçosa, concelho sob o senhorio da Casa de Bragança desde 1384³⁷. O padroado das igrejas da vila era partilhado entre a Casa Ducal, por doação régia de 1387³⁸ e a Ordem de Avis³⁹.

Trajectória posterior ao período medieval: Sem informação.

Extinção: Em 1425, o eremitério é doado pelo eremita Lourenço, um dos seus primeiros habitantes, aos pobres que viviam no termo de Viana do Alentejo⁴⁰, os quais,

³⁵ Eremitério já existente nesta data, habitado por Lourenço e Gonçalo, pobres (BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. C4 – 1409.01.28, Vila Viçosa).

³⁶ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. B2 (1428.06.28, Évora).

³⁷ Confirmada a 20.08.1385 - cf. Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, parentesco e poder...*, Apêndice, I A, p. 211 e 212.

³⁸ Cf. *Ibidem*, Apêndice, I A, p. 212 (por doação régia de 1387.02.05).

³⁹ Cf. Luís Filipe Oliveira, «As Definições da Ordem de Avis de 1327», *As Ordens Militares: Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes, vol. I, Palmela, Município de Palmela / GEsOS, 2012, p. 377, nota 35; idem, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, p. 100.

por sua vez, menos de três anos volvidos, dele fazem doação aos eremitas estantes em Valbom, no termo de Vila Viçosa, dada a proximidade dessa provença com o dito lugar⁴¹.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

AMIEIRA (TERMO DE ESTREMOZ)

Designação:

1. Amieira (termo de Estremoz)

1ª referência documental / fundação: 1428⁴²

Localização: De acordo com as confrontações referidas na carta de sesmaria de 1428 e em carta de compra celebrada pelos eremitas três anos depois⁴³, o eremitério situava-se perto do Ameixial e junto à Água do Castelo, termo que, na Idade Média, designava a actual Ribeira da Vila⁴⁴, devendo, por isso, situar-se na actual freguesia de S. Bento do Ameixial (c. Estremoz, dist. Évora).

Enquadramento à data da fundação: Vila régia, aí mantinham os monarcas o seu senhorio e direitos sobre a respectiva alcaidaria, embora com a cedência de importantes

⁴⁰ BPE, *Mosteiro de Santa Catarina de Évora*, lv. 85, n° 41 (1425.10.09, Vila Viçosa).

⁴¹ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. B2 (1428.06.28, Évora).

⁴² Em carta de 1428.09.20, Estremoz, pela qual uma terra sita em Amieira, no termo de Estremoz, é dada em sesmaria a Fernando Esteves, pobre (TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, maço 1, n° 5).

⁴³ *Ibidem*, mç. 1, n° 6 (1431.01.29, Água do Castelo, no termo de Estremoz).

⁴⁴ Agradecemos ao Dr. Marco Liberato este esclarecimento.

propriedades e diversos direitos à Casa de Bragança⁴⁵. Os direitos sobre as igrejas da vila encontravam-se regulados desde 1279, cabendo o respectivo padroado à Ordem de Avis, salvaguardados o pagamento da terça episcopal e da procuração e a prerrogativa de confirmação dos clérigos para elas apresentados, devidos ao prelado diocesano⁴⁶.

Trajectória posterior ao período medieval: Desconhecida.

Extinção: Deve ter sido extinto antes de 1440, dado que, nesse ano, sabemos que os pobres da Serra de Ossa já haviam vendido as propriedades que detinham no dito lugar⁴⁷. Aliás, um dos seus primeiros habitantes, o pobre Fernando Esteves, a quem havia sido concedida a carta de sesmaria em 1428, aparece posteriormente documentado como residente na casa da Serra de Ossa⁴⁸.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

AMIEIRA (TERMO DE FIGUEIRÓ)

Designação:

1. Amieira (termo de Figueiró)

⁴⁵ Cf. Marco António Antunes Liberato, «A presença nobiliárquica na Estremoz do século XV: tensões, confrontos e reorganização social», *La convivencia en las ciudades medievales (Nájera, Encuentros Internacionales del Medievo, 2007)* - Actas, ed. Beatriz Arízaga Bolumburu e Jesús Á. Solórzano Telechea, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2008, p. 193.

⁴⁶ Hermínia Vasconcelos Vilar, *As Dimensões de um Poder...*, pp. 230-231.

⁴⁷ Conforme carta régia de 1440.05.24, Santarém [em traslado de 1440.12.10, Évora – BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 41 e 46].

⁴⁸ Cf. parte II, B 113.

1ª referência documental / fundação: 1448⁴⁹

Localização: Amieira (freg. do conc. de Oleiros, dist. Castelo Branco).

Enquadramento à data da fundação: O eremitério pertencia, no período medieval, ao termo de Figueiró dos Vinhos, terra detida, juntamente com Pedrógão e a Nóbrega, por João Rodrigues de Vasconcelos e Ribeiro, fidalgo da casa real, por confirmação feita por D. Duarte em 1435⁵⁰.

Trajectória posterior ao período medieval: Sem informação.

Extinção: Deve ter sido abandonado pouco tempo depois, datando de 1449 a última referência documental a este eremitério⁵¹.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

⁴⁹ Conforme carta régia de 1448.11.11 (TT, *Leitura Nova, Estremadura*, lv. 5, fls. 174v-175), que atesta a fundação do eremitério e concede aos seus ocupantes, a pedido de João Rodrigues Ribeiro, senhor de Figueiró e de Pedrógão, os privilégios outorgados aos pobres da Serra de Ossa.

⁵⁰ Confirmada posteriormente pelos reis Afonso V e João II, respectivamente a 30.03.1450 e 15.01.1482, com excepção da terra da Nóbrega. Era filho de Rui Vaz de Vasconcelos e de D. Violante de Sousa, filha do mestre da Ordem de Cristo, D. Lopo Dias de Sousa. Casou em primeiras núpcias com D. Isabel de Sousa, donzela da casa da rainha D. Isabel e, após a morte desta, com D. Maria de Castro, filha de D. Pedro de Castro, membro do conselho do rei e senhor das terras de Reriz e Benviver, e de D. Teresa Vasconcelos. Sobre este fidalgo, cf. Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira...*, ed. cit., vol. II, pp. 933-935.

⁵¹ TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 3, fls. 231v-232 (1449.10.02, Almeirim).

ARRAIOLOS (ERMIDA ACERCA DE)

Designação:

1. Ermida acerca de Arraiolos

1ª referência documental / fundação: 1378⁵²

Localização: A menção genérica a uma ermida «acerca d array[olos]» não permite nenhuma localização mais precisa. É possível que se trate da ermida dedicada a Nossa Senhora das Graças, onde, em 1396, encontramos documentado um outro eremita⁵³. Não encontrámos outros dados que nos permitam identificar esta ermida.

Enquadramento à data da fundação: Vila pertencente a D. Álvaro Peres de Castro, conde de Arraiolos, por doação régia de 1371. A jurisdição sobre a vila seria recuperada por D. João I a 3 de Maio de 1384 e, após a morte do conde, ocorrida a 11 de Julho deste ano, o monarca integraria a vila entre os lugares doados a Nuno Álvares Pereira em 1387, incluindo o padroado dos templos aí existentes⁵⁴.

Trajectória posterior ao período medieval: Desconhecida.

Extinção: Não existem dados sobre a sua ocupação eremítica posteriores a 1396.

⁵² Na inquirição feita por ordem pontifícia aos eremitas – BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 24.

⁵³ Cf. BPE, *Convento de Nossa Senhora da Assunção de Arraiolos*, lv. 12, nº 6 (1396.03.20, Arraiolos).

⁵⁴ Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, reprodução fac-similada da ed. de 1921-1930 da Imprensa da Universidade de Coimbra, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, pp. 68-69, nota 1; Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, parentesco e poder...*, p. 96, mapas 1 a 3 entre as pp. 124 e 125 e Apêndice IA, p. 212.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

ASSEICEIRA (TERMO DE OLIVENÇA)

Designação:

1. Asseiceira ou Cercal de Palhares (termo de Olivença)

1ª referência documental / fundação: 1470⁵⁵

Localização: Não nos foi possível aferir com maior precisão a localização deste eremitério, que sabemos, pela documentação, pertencer ao termo de Olivença, tendo como outros topónimos próximos o *Vale do Çordo* e o *Cercal de Palhares* (actual Olivenza, ayuntamiento de Olivenza, Espanha).

Enquadramento à data da fundação: O concelho de Olivença permanecia, em 1470, sob o senhorio régio, estando a sua alcaidaria confiada a Rui de Melo desde 1469, nomeado nesse mesmo ano como fronteiro-mor da vila e seu termo, na sequência do que já acontecera com seu pai, Martim Afonso de Melo. Era membro do conselho do rei e seu guarda-mor, sendo feito Conde de Olivença em 1476, ano em que o monarca lhe outorga também o padroado das igrejas da vila, acrescido com a possibilidade de nomear os respectivos tabeliães, coudéis, vedor dos vassalos e outros oficiais. No ano seguinte, receberia também a jurisdição civil e criminal sobre a vila, ressalvando a correição e as alçadas⁵⁶. A Ordem de Avis mantinha, contudo, as suas prerrogativas sobre parte dos réditos das igrejas da vila, já atestados nas Definições de 1327⁵⁷.

⁵⁵ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. D1 (doação de 1470.09.04, Olivença). A fundação é confirmada pelo rei Afonso V em 1471 [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Vila Viçosa*, nº 1; TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 16, fl. 56 – 1471.03.23, Santarém).

⁵⁶ Cf. Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira...*, ed. cit., vol. II, pp. 860-863.

Trajectória posterior ao período medieval: O eremitério é doado por Bartolomeu Álvares, seu fundador, aos pobres da Serra de Ossa em 1491⁵⁸ e definitivamente anexado pelo mesmo à provença de Valbom em 1502⁵⁹. Apesar da contestação levantada pelo concelho de Olivença, os pobres de Valbom conseguiriam ver reconhecido o seu direito sobre os bens do antigo eremitério por sentença régia de 23 de Fevereiro do ano seguinte⁶⁰.

Extinção: 1502

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

AZAMBUJEIRA (TERMO DE AVIS)

Designação:

1. Horta velha de Pedro «ffulaz», no termo de Avis, «aalem do Ribeiro»⁶¹.
2. Azambujeira, termo de Avis⁶²

⁵⁷ Cf. Luís Filipe Oliveira, «As Definições da Ordem de Avis de 1327», *As Ordens Militares: Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes, vol. I, Palmela, Município de Palmela / GEsOS, 2012, p. 376 e 382. Segundo documento de 1366, a Ordem recebia 2/6 das respectivas dízimas (cf. idem, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, p. 100).

⁵⁸ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. A3 (1491.06.02, Olivença).

⁵⁹ *Ibidem*, lv. 7, doc. D3 (1502.07.11, Vila Viçosa), doação confirmada pelo monarca a 2 de Agosto do mesmo ano (*ibidem*, no verso).

⁶⁰ *Ibidem*, lv. 7, doc. H1, fls. 4-11 (em traslado de 1776.03.29, Lisboa).

⁶¹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, n° 20 (1371.03.05, Avis, em traslado de 1376.01.14, Evoramonte).

⁶² Desde pelo menos 1423 (cf. *MPV*, vol. IV, doc. 987, pp. 122-123).

3. Fonte Arcada, termo de Avis⁶³

4. Mosteiro de Nossa Senhora da Azambujeira de Fonte Arcada⁶⁴

1ª referência documental / fundação: 1371⁶⁵.

Localização: No lugar de Fonte Arcada (freg. Figueira e Barros, conc. Avis, dist. Portalegre)⁶⁶.

Enquadramento à data da fundação: Pertencente ao termo de Avis, vila confiada à Ordem militar dos antigos freires de Évora desde 1211 e onde haviam fixado a sua sede desde 1223⁶⁷. O templo existente no lugar de Figueira, outrora de invocação mariana, integrava-se entre as igrejas e capelas do padroado da milícia de Avis, surgindo já documentado na composição estabelecida entre a Ordem e o bispo de Évora em 1279⁶⁸.

Trajectória posterior ao período medieval: Em 1566, um incêndio destruiu parte dos edifícios conventuais e todo o cartório⁶⁹. Segundo determinação do capítulo da Ordem de 1592⁷⁰, a casa foi abandonada nesse mesmo ano, mantendo-se nela apenas dois

⁶³ A referência a este topónimo surge pela primeira vez, na documentação por nós recenseada, em 1466, mantendo-se a par com o de Azambujeira (cf. TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 14, fl. 69v – 1466.07.28, Estremoz).

⁶⁴ Formulação já documentada c. 1578 (cf. BPE, *Cód. CLXIX/1-17*, fl. 9).

⁶⁵ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, n.º 20 (1371.03.05, Avis, em traslado de 1376.01.14, Evoramonte).

⁶⁶ Cf. Henrique da Silva Louro, *Freguesias e capelas curadas da arquidiocese de Braga (séculos XII a XX)*, Évora, s.n., 1974, p. 45.

⁶⁷ Cf. Luís Filipe Oliveira, «Ordem Militar de Avis», *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 488.

⁶⁸ Cf. Henrique da Silva Louro, *Freguesias e capelas...*, p. 45; Hermínia Vasconcelos Vilar, *As dimensões de um poder...*, pp. 228-230.

⁶⁹ Cf. ADBEJA, *Convento de S. Paulo de Serpa*, lv. 1, doc. 28 (em lista de bens do mosteiro, copiada de tombo do séc. XVII); Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, *Thebaida Portuguesa...*, tomo II, p. 258.

⁷⁰ BPE, *Cód. CLXIX/1-20*, n.º 19.

religiosos, até ao ano de 1608, data em que é decidido o arrendamento das mesmas casas a particulares⁷¹. Apesar das determinações do referido capítulo que ordenavam a anexação do cenóbio a Nossa Senhora da Rosa da Caparica, este só seria definitivamente extinto em 1618 e as respectivas rendas anexadas ao mosteiro de Santo António de Sousel e posteriormente ao do Santíssimo Sacramento de Lisboa⁷².

Extinção: 1618

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

BARRIGA (TERMO DE ALMADA)

– VER CELA NOVA

CABEÇO DE VIDE (ERMIDA ACERCA DE)

Designação:

1. Ermida acerca de Cabeço de Vide⁷³

⁷¹ ADPTG, *Convento de Santo António de Sousel*, CVSASSL/001 – cx 1, nº 83 (1608.11.29, Évora).

⁷² Cf. *ibidem*, nº 45 (em memória sobre a fundação de Santo António de Sousel, redigida em 1692) e TT, *Mosteiro de Santo António de Sousel*, maço único, nº 2 (memórias diversas, séc. XVIII). A adscrição posterior das rendas de Fonte Arcada ao mosteiro lisboeta é atestada numa cópia oitocentista com lista dos bens deste mosteiro, conservada em ADBEJA, *Convento de S. Paulo de Serpa*, lv. 1, nº 28.

⁷³ Na inquirição feita por ordem pontifícia aos eremitas – BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 24 (1378.02.16, Quinta de Cambeses, em traslado de 1389.08.19, Évora). Eram eremitas nesse lugar os pobres Gonçalo da Beira e João Espartim.

2. Ermida de São Pedro de Montão⁷⁴

1ª referência documental / fundação: 1378⁷⁵

Localização: cremos tratar-se da ermida do Monte de S. Pedro, junto à qual se encontraram abundantes materiais arqueológicos desde o Bronze Final ao período medieval, abarcando uma área que se estende entre as freguesias de Cabeço de Vide e Alter do Chão. O templo pertence já ao concelho de Alter do Chão (Monte de S. Pedro, freg. e conc. de Alter do Chão, dist. Portalegre)⁷⁶.

Enquadramento à data da fundação: Os dados existentes não são claros quanto ao concelho onde a ermida se localizava. Alter do Chão integrava-se entre as terras cuja jurisdição passaria para a Casa de Bragança em vida de Nuno Álvares Pereira⁷⁷. Em Cabeço de Vide, a Ordem de Avis trazia uma comenda, que deve ter passado para a Mesa Mestral em finais do séc. XIV ou inícios da centúria seguinte⁷⁸, pertencendo-lhe também o padroado da igreja da vila⁷⁹.

Trajectória posterior ao período medieval: Desconhecem-se quaisquer outros dados sobre este templo para o período posterior.

⁷⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, n.º 3 (1385.05.25, Portalegre, transcrito em doação de 1419.03.23). Aí se situavam os mesmos Gonçalo da Beira e João Espartim.

⁷⁵ Cf. nota 73.

⁷⁶ Cf. André Carneiro, *Carta Arqueológica do Concelho de Fronteira*, Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Fronteira, 2005, p. 93.

⁷⁷ Cf. Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, parentesco e poder...*, mapa 1, após a p. 125.

⁷⁸ Cf. Maria Cristina Gomes Pimenta, «A Ordem Militar de Avis (durante o mestrado de D. Fernão Rodrigues de Sequeira)», *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 1, 1997, p. 165, 189 e 193.

⁷⁹ Incluída na composição celebrada entre a Ordem e o bispo de Évora em 1279 (cf. Hermínia Vasconcelos Vilar, *As Dimensões de um Poder...*, p. 230).

Extinção: não se documenta qualquer presença eremítica no local após 1385, sabendo-se que os pobres então aí residentes transitaram nessa data para o eremitério de Vale de Flores, junto à Ribeira de Nisa⁸⁰.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos. Os trabalhos arqueológicos realizados atestam apenas a continuidade de ocupação do local no período medieval⁸¹.

CELA NOVA (TERMO DE ALMADA)

Designação:

1. Barriga (termo de Almada)⁸²
2. Cella Nova (termo de Almada)⁸³
3. Vale de Grou (termo de Palmela [sic])⁸⁴
4. Santa Maria de Barriga (termo de Almada)⁸⁵
5. Santa Maria da Rosa (termo de Almada)⁸⁶

⁸⁰ Cf. nota 74.

⁸¹ Cf. nota 76.

⁸² Termo documentado pela primeira vez em 1414 (cf. nota 87), é utilizado paralelamente com o de Cella Nova.

⁸³ Assim referido por Mendo Seabra em 1442 (TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 17). Ao longo do período medieval, é utilizado paralelamente com o de Barriga para designar este eremitério.

⁸⁴ O topónimo surge em duas cartas régias, de 1451 e 1455, na última referindo-se pertencer ao termo de Palmela (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 35, fl. 93v e lv. 15, fl. 183). Contudo, o topónimo pertence efectivamente ao concelho de Almada e à freguesia da Caparica, respeitando os documentos referidos ao eremita Fernando (III) que dirige o eremitério de Cella Nova entre a. 1433 e 1463 (cf. parte II, B 96).

⁸⁵ TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 3, fls. 145v-146 (1457.03.03, Lisboa).

1ª referência documental / fundação: 1414⁸⁷

Localização: Vale da Rosa (freg. Charneca da Caparica, conc. Almada, dist. Setúbal).

Enquadramento à data da fundação: A vila de Almada encontrava-se, desde 1385, entre as terras doadas ao Condestável, com a respectiva jurisdição, mantendo, contudo, a Ordem de Santiago os seus direitos de padroado sobre as igrejas da urbe, na sequência do escambo estabelecido com o rei Dinis em 1297. Em Maio de 1422, Nuno Álvares Pereira doaria a vila e os respectivos direitos jurisdicionais à sua neta Isabel, futura mulher do Infante D. João, administrador do mestrado santiagouista⁸⁸.

Trajectória posterior ao período medieval: Em 1527, uma visitação feita pelos oficiais da Ordem de Santiago revela a existência, neste local, de uma ermida, que aparentava obras recentes e com algum investimento ao nível dos materiais construtivos e decorativos, das pinturas, imagens e alfaia. De nave única, embora com dois altares laterais, dispunha ainda de uma torre sineira, pia baptismal e alpendre. Anexa, refere-se a existência de uma sacristia e de estruturas de habitação para os pobres, rodeadas por uma vinha e pomar⁸⁹. Apesar dos dados disponíveis confirmarem o apoio recebido posteriormente por parte de importantes membros da nobreza, nada se conhece sobre

⁸⁶ Já aparece com a referência a Santa Maria da Rosa em 1511 - TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, maço 2 de pergaminhos, nº 35 [antigo maço 1, nº 33] (1511.06.11, Borba).

⁸⁷ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, maço 2 de pergaminhos, nº 30 [antigo maço 1, nº 1] (1414.12.10, Almada). Pressupõe que o eremitério já existia nessa data, aproximando-se da data de 1410 proposta pela cronística moderna da Ordem para a fundação do eremitério (cf. Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, *Thebaida Portuguesa...*, tomo I, p. 325).

⁸⁸ Cf. José Augusto da Cunha Freitas de Oliveira, *Na Península de Setúbal, em finais da Idade Média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à FCSH da UNL, policop., 2008, pp. 496-501.

⁸⁹ Publ. por Rui Pinto, «As Visitações da Ordem de Santiago em Almada no séc. XVI», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 119ª, nº 1-12, Jan.-Dez. 2001, pp. 186-187.

eventuais reconstruções ou ampliações do mosteiro, sabendo-se que este manteve sempre uma comunidade de pequenas dimensões⁹⁰.

Extinção: c. 1813, sendo as respectivas rendas anexadas ao Mosteiro do Santíssimo Sacramento de Lisboa⁹¹.

Vestígios materiais do eremitério medieval: A igreja do mosteiro já se encontrava em completo estado de ruína e abandono em finais do século XIX, sobrevivendo hoje apenas alguns vestígios arquitectónicos integrados em casas particulares⁹².

ERVEDEIRA (TERMO DE MONTEMOR-O-NOVO)

– VER RIO MOURINHO (TERMO DE MONTEMOR-O-NOVO)

ESPADANEIRA (TERMO DE ESTREMOZ)

Designação:

1. Fonte da Espadaneira (termo de Estremoz)
2. Espadaneira (termo de Estremoz)

⁹⁰ Vejam-se os dados compilados por Hélio Balinha, «Convento de Nossa Senhora da Rosa: anotações históricas», *Anais de Almada*, nº 4, 2001, pp. 25-62.

⁹¹ Cf. BPE, *Cód. CLXIX/1-1*.

⁹² Vejam-se os dados facultados por Alexandre M. Flores em *Chafarizes de Almada*, Almada, Câmara Municipal de Almada – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, 1994, p. 96.

1ª referência documental / fundação: 1433⁹³

Localização: Espadaneira, junto à Ribeira de Alcaraviça (freg. S. Bento de Ana Loura, conc. Estremoz, dist. Évora)⁹⁴.

Enquadramento à data da fundação: ver acima AMEIRA, TERMO DE ESTREMOZ.

Trajectória posterior ao período medieval: Eremitério abandonado possivelmente em finais do séc. XVI, sendo as respectivas rendas anexadas ao convento de S. Paulo de Elvas⁹⁵.

Extinção: finais do séc. XVI.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

FELGUEIRA (TERMO DE MONTEMOR-O-NOVO)

– VER RIO MOURINHO (TERMO DE MONTEMOR-O-NOVO)

⁹³ Data da fundação, em que o lugar é dado em sesmaria por Álvaro Gonçalves, sesmeiro em Estremoz, a Pedro de Avis e Pedro de Borba, para nele fazerem pobre vida (ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas, Colecção de Pergaminhos*, nº 5 [C5 ELV 05, nº 16] – 1433.05.20, Estremoz, em traslado de 1480.10.15, Veiros).

⁹⁴ Cf. Henrique da Sousa Louro, *Freguesias e capelas curadas...*, p. 17.

⁹⁵ Cf. TT, *Mosteiro de S. Paulo de Elvas*, maço 1, nº 6 (memórias diversas, sécs. XVII-XVIII); *ibidem*, lv. 6, fl. 2.

FLOR DA ROSA

Designação:

1. Flor da Rosa

1ª referência documental / fundação: 1410⁹⁶

Localização: É possível que os eremitas referidos como estantes em Flor da Rosa em 1410, se tivessem instalado junto ao mosteiro hospitalário (freg. Flor da Rosa, conc. Crato, dist. Portalegre).

Enquadramento à data da fundação: A vila albergava o convento para onde o prior Álvaro Gonçalves Pereira transferira, em 1356, a sede da Ordem do Hospital⁹⁷. Em 1410, o priorado da milícia estava entregue a Álvaro Gonçalves Camelo, após um interregno em que o cargo fora ocupado por Fr. Lourenço Esteves de Góis⁹⁸.

Trajectória posterior ao período medieval: sem informação.

Extinção: não se documenta a presença eremítica neste local após 1410.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

⁹⁶ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 16 (*Pergaminhos Avulsos*, 98), nº 103 (1410.12.13, Portalegre).

⁹⁷ Cf. Luís Filipe Oliveira, «Convento da Flor da Rosa (Crato)», in *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 471.

⁹⁸ Cf. Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, «A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade», *Militarium Ordinum Analecta*, nº 3-4, 1999-2000, pp. 251-254, a confrontar com o que afirma Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II – *Copus Epigráfico Medieval Português*, tomo II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – FCT, 2000, nº 749, pp. 2145-2153.

FRANQUEIRA (TERMO DE BARCELOS)

Designação:

1. Oratório de Santa Maria da Franqueira⁹⁹
2. Franqueira
3. Eremitério de Jesus da Franqueira¹⁰⁰
4. Convento do Bom Jesus da Franqueira
5. Convento do Bom Jesus de Barcelos¹⁰¹

1ª referência documental / fundação: 1429¹⁰²

Localização: Lugar do Convento de S. Francisco (freg. Pereira, conc. Barcelos, dist. Braga).

Enquadramento à data da fundação: A ermida de Santa Maria da Franqueira já existia em 1429, tendo sido reconstruída após esta data. Próximo da mesma já se refere a existência de um hospital com seu capelão em 1436, melhorado e ampliado com o trabalho de diversos pobres eremitas. Algumas súplicas atestam o apoio de D. Afonso, Conde de Barcelos, a este lugar¹⁰³. As crónicas franciscanas referem a ermida do Bom

⁹⁹ MPV, vol. IV, doc. 1417, p. 435 (1429.07.28); TT, *Leitura Nova, Além-Douro*, lv. 3, fl. 247v (1476.07.01, Porto).

¹⁰⁰ Em súplica de Junho de 1439, referida por António Domingues de Sousa Costa, «Hospitais e albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XV», *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval (Lisboa, 25-30 de Setembro de 1972)*, tomo I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Históricos anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1973, p. 271.

¹⁰¹ Título adoptado após 1563 (cf. *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 284).

¹⁰² Referido em António Domingues de Sousa Costa, «art. cit.», p. 271.

¹⁰³ Cf. *ibidem*. D. Afonso tornar-se-ia senhor da vila e Conde de Barcelos em virtude do seu casamento com D. Beatriz Pereira, filha de Nuno Álvares Pereira, celebrado em 1401 (cf. Mafalda Soares da Cunha, 546

Jesus, edificada perto da Franqueira, como algo distinto do templo mariano já aí existente¹⁰⁴.

Trajectória posterior ao período medieval: Não encontramos referência à presença de homens da pobre vida no local após 1476, quando sabemos aí residir um eremita, de nome Vicente¹⁰⁵. A cronística franciscana situa após a morte deste a fixação no local dos Frades Menores, que é certo aí estarem instalados quando o lugar passa para os “capuchos” fundadores da futura Província da Piedade, em 1505. O local seria abandonado devido à construção de um novo convento, mais a noroeste, em 1563, por iniciativa de D. Henrique de Sousa, comendatário do mosteiro beneditino de Rendufe¹⁰⁶.

Extinção: O eremitério desapareceria após 1476. O Convento aí instalado viria a ser abandonado em 1563, persistindo o novo cenóbio então erecto até 1834. Das antigas instalações sobreviviam alguns vestígios, ainda no século XVIII, em local designado por *Mosteiro Velho*¹⁰⁷.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

Linhagem, parentesco e poder..., pp. 30-32, 60-61; Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I, o que recolheu “Boa Memória”*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 133-135).

¹⁰⁴ Cf. António de Sousa Araújo, «A Província franciscana da Soledade. Notícias sobre o convento da Franqueira (Barcelos) e catálogo dos Ministros Provinciais», *Itinerarium*, ano XVIII, nº 112-113, Jan.-Ag. 1982, p. 78.

¹⁰⁵ TT, *Leitura Nova, Além-Douro*, lv. 3, fl. 247v. As crónicas da Ordem referem-no como estante na Franqueira desde 1429 e dizem-no casado com Catarina Afonso (cf. António de Sousa Araújo, «art. cit.», p. 78), informação questionada por José Marques, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, pp. 840-841.

¹⁰⁶ Cf. António de Sousa Araújo, «art. cit.», pp. 78-80; José Marques, *ob. cit.*, pp. 840-841; *Ordens Religiosas em Portugal...*, pp. 283-284

¹⁰⁷ Cf. António de Sousa Araújo, «art. cit.», p. 78.

FRIELAS

Designação:

1. Frielas

1ª referência documental / fundação: 1378¹⁰⁸.

Localização: Frielas (freg. Frielas, conc. Loures, dist. Lisboa)

Enquadramento à data da fundação: Eremitério fundado nos paços de Frielas, com o objectivo de o integrar na recém-criada Ordem de S. Jerónimo. Estes paços situavam-se no reguengo que o monarca trazia em Frielas, num espaço cercado com sua horta, tendo ainda no seu circuito uma capela. Foram particularmente afectados pelas destruições castelhanas de 1382, que contribuíram para o seu posterior desaparecimento¹⁰⁹. Em 1384, o reguengo de Frielas era já incluído entre os bens doados pelo regedor do Reino a Nuno Álvares Pereira, doação confirmada pelo monarca no ano seguinte¹¹⁰.

Trajectória posterior ao período medieval: não aplicável.

Extinção: a presença no local do eremita Lourenço Eanes, a quem são doados os referidos paços, a ter-se efectivamente concretizado, deve ter cessado aquando das

¹⁰⁸ TT, *Chancelaria de D. Fernando*, lv. 2, fls. 31v-32 (1378.07.01, Santarém). Publ. in José Adriano Freitas de Carvalho, «Nas origens dos Jerónimos na Península Ibérica: do franciscanismo à Ordem de S. Jerónimo – o itinerário de Fr. Vasco de Portugal», *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, 2ª série, vol. I, Porto, 1984, pp. 127-128.

¹⁰⁹ Cf. Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, pp. 259, 267.

¹¹⁰ Cf. Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, parentesco e poder...*, Apêndice IA, pp. 211-212.

referidas invectivas castelhanas sobre o termo de Lisboa, nada se sabendo sobre o seu percurso posterior¹¹¹.

Vestígios materiais do eremitério medieval: inexistentes¹¹².

JUNQUEIRA (TERMO DE SINES)

Designação:

1. Junqueira (termo de Sines)
2. Santa Maria da Junqueira (termo de Sines)¹¹³

1ª referência documental / fundação: 1447¹¹⁴

Localização: Lugar da Provença (freg. e conc. de Sines, dist. Setúbal).

Enquadramento à data da fundação: Sines era um concelho relativamente recente, apenas desmembrado de Santiago do Cacém, terra da Ordem homónima, em 1362¹¹⁵. A

¹¹¹ Cf. parte II, B 267.

¹¹² Sobre os vestígios ainda encontrados do paço em 1965, cf. J. T. Montalvão Machado, «Paço Real de Frielas», *Olisipo – Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*, ano XXVIII, nº 112, Out. 1965, pp. 187-194. Ainda eram visíveis as estruturas que delimitavam o circuito do paço, sendo a capela aí existente fruto de reconstrução operada no séc. XVII.

¹¹³ A associação da invocação mariana a este lugar surge documentada pela primeira vez em 1475 (TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 50 – 1475.05.08, Santiago do Cacém).

¹¹⁴ Carta de sesmaria dada a João Gonçalves, clérigo de Sines, de assentamento no termo da vila para pobres que no dito lugar sirvam a Deus (TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 21 – 1447.06.20, Sines). Recebe carta régia de protecção em 1454 (TT, *Colecção Especial*, cx. 34, nº 36 e TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 10, fl. 57v – 1454.07.12, Lisboa).

milícia manteve, por isso, a jurisdição sobre esta nova vila portuária, a sua alcaidaria e a apresentação do pároco da respectiva igreja, dedicada ao Salvador¹¹⁶, justificando a tardia autonomização das menções a Sines entre a documentação da Ordem.

Trajectória posterior ao período medieval: O Capítulo da Ordem celebrado em 1592 inclui o cenóbio entre as casas a suprimir por motivos de insalubridade ou escassez de rendas, sendo determinada a sua anexação à casa de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara¹¹⁷, o que se concretizaria em 1645.

Extinção: 1645.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

MENDOLIVA (TERMO DE SETÚBAL)

Designação:

1. Albarquel (termo da paróquia de S. Julião de Setúbal)¹¹⁸

¹¹⁵ Cf. João Carlos Garcia, *O espaço medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1986, p. 96.

¹¹⁶ Ainda a única, em 1480 (cf. a visitação publicada em anexo ao estudo de Luís Adão da Fonseca, «Vasco da Gama e a Ordem de Santiago» in *Ordens Militares: Guerra, Religião, Poder e Cultura. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes, vol. 2, Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 1999, pp. 285-292; estudada por Maria Teresa Lopes Pereira, («Sob o governo do Príncipe D. João: o Capítulo da Ordem de Santiago de 1478 e a Visitação a Sines em 1480», *Actas do 2º Encontro de História do Alentejo Litoral*, Sines, Centro Cultural Emmerico Nunes, 2010, pp. 112-118).

¹¹⁷ BPE, *Cód. CLXIX/1-20*, nº 19; TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros*, maço 1, nº 2.

¹¹⁸ Cf. MPV, vol. III/2, doc. nº 616-618 (súplica de 1422.01.21, Roma, solicitando isenção do pagamento da dízima eclesiástica para os eremitas) e TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 1, nº 65 (bula respectiva, da mesma data).

2. Mendoliva (termo de Setúbal)¹¹⁹

3. A de Mendo ou Provença de Mendo Seabra (termo de Setúbal)¹²⁰

1ª referência documental / fundação: c. 1420¹²¹

Localização: Jorge Cardoso identifica este eremitério com o local onde, em 1652, se encontrava construída uma ermida dedicada a S. Brás¹²², local vizinho ao mar, no dizer de Carvalho da Costa¹²³, na actual zona da Comenda, entre Setúbal e Outão¹²⁴. Almeida Carvalho refere que a ermida, caída em ruínas, foi transformada em casa particular, «próxima à raiz da serra de S. Filipe»¹²⁵ (lugar da Comenda, freg. S. Julião, conc. Setúbal, dist. Setúbal).

Enquadramento à data da fundação: Vila pertencente ao senhorio santiaguista, com foral dado pela Ordem em 1249, pertencendo-lhe as rendas da vila e o padroado das

¹¹⁹ Primeira referência em 1433 – TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 13 (1433.01.08, Mendoliva).

¹²⁰ Por referência ao seu fundador, Mendo Seabra (cf. por ex., *ibidem*, maço 3, nº 46 - 1474.02.11, Setúbal).

¹²¹ Paulo de Portalegre atesta como, por esta data, João Vicente, o futuro fundador dos Lóios, aí se hospeda, para procurar orientação espiritual junto de Mendo Seabra (cf. parte II – B 301, biografia de Mendo Seabra).

¹²² Jorge Cardoso, *Agiolégio Lusitano*, edição facsimilada com estudo e índices de Maria de Lurdes Correia Fernandes, tomo I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, p. 241. O mesmo é referido pelo Pe. António Carvalho da Costa (*Corografia Portuguesa, e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal [...]*, tomo III, Lisboa, Na Officina Real Deslandesiana, 1712, p. 304).

¹²³ Cf. nota anterior.

¹²⁴ Cf. A. Matos Fortuna, *Memórias da Agricultura e Ruralidade do Concelho de Palmela*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 1997, p. 148.

¹²⁵ Almeida Carvalho, *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, vol. IV – *Conventos de Setúbal*, parte II, Setúbal, Junta Distrital de Setúbal, 1970, p. 58.

igrejas aí sedeadas, numa divisão fixada, a partir dos Estabelecimentos de 1327, entre a Mesa Mestral e o Convento da Ordem¹²⁶.

Trajectória posterior ao período medieval: Em anotação a um dos documentos do eremitério, feita já no séc. XVII ou XVIII, refere-se que o lugar foi abandonado em 1531 por falta de água e as suas rendas anexadas à casa de Alferrara¹²⁷.

Extinção: 1531.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desaparecidos.

MONTEMURO (TERMO DE ÉVORA)

Designação:

1. Montemuro
2. Mosteiro de Santa Catarina de Montemuro

1ª referência documental / fundação: 1415¹²⁸

¹²⁶ Cf. Paulo Drumond Braga, *Setúbal Medieval (séculos XIII a XV)*, Setúbal, Câmara Municipal de Setúbal, 1998, pp. 243-244, 373; José Marques, «A Ordem de Santiago e o concelho de Setúbal, em 1341», *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa – Actas do II Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes e Paulo Pacheco, Lisboa, Ed. Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 1997, pp. 287-289.

¹²⁷ Cf. TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, maço 3, nº 30 (1463.06.30), no verso.

¹²⁸ BN, *Colecção de Pergaminhos, Série Roxa*, PGS 3R (1415.04.06, com carta do Infante D. Duarte de 1415.02.11, Camarate).

Localização: Serra de Montemuro (freg. de Guadalupe, conc. de Évora, dist. Évora).

Enquadramento à data da fundação: Eremitério fundado em terras do termo de Évora, concelho do senhorio régio, junto ao mato concelhio de Montemuro¹²⁹. A fundação tem o apoio do monarca e do Infante D. Duarte, que redige, em 1415, carta à edilidade eborense para que ceda aos eremitas as terras por eles solicitadas¹³⁰.

Trajectória posterior ao período medieval: O capítulo da Ordem de 1592 inclui o cenóbio entre as casas a suprimir por motivos de insalubridade ou escassez de rendas, sendo determinada a sua anexação ao Colégio de S. Paulo de Évora¹³¹, decisão ratificada por Clemente VII e consumada no ano seguinte¹³².

Extinção: 1593.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

MONTES CLAROS (TERMO DE BORBA)

Designação:

1. Montes Claros (termo de Borba)
2. Mosteiro de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros

¹²⁹ Cf. Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – JNICT, 1995, pp. 389-390.

¹³⁰ Cf. nota 128.

¹³¹ BPE, *Cód. CLXIX/1-20*, nº 19.

¹³² Cf. TT, *Colégio de S. Paulo de Évora*, maço 1, nº 3.

1ª referência documental / fundação: 1407¹³³

Localização: Junto à aldeia de Barro Branco (freg. Rio de Moinhos, conc. Borba, dist. Évora)

Enquadramento à data da fundação: A vila de Borba e a respectiva jurisdição haviam sido doadas pelo rei João I a Nuno Álvares Pereira em 1384, acto que o monarca confirmaria no ano seguinte. Em 1387, nova benesse régia juntava ao património da casa de Bragança o padroado das igrejas da vila¹³⁴, que esta partilhava doravante com a Ordem de Avis, à qual cabia parte das respectivas dízimas¹³⁵.

Trajectória posterior ao período medieval: O mosteiro foi reconstruído em 1574 e sofreu novas campanhas de obras nos começos do séc. XVII e entre 1714 e 1742. Adoptou a invocação de Nossa Senhora da Luz por decisão do Capítulo da Ordem de 1585¹³⁶.

Extinção: 1834.

¹³³ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 1 [4] (1407.10.31, Borba, em traslados de 1436.10.16 e 1441.02.02, Vila Viçosa. Trata-se da primeira doação de terras, dada a diversos eremitas da Serra de Ossa e a todos os pobres «que ao dicto lloguo ujerem pobrar». O lugar já se encontrava habitado por homens da pobre vida em Dezembro desse ano (*ibidem*, lv. 7, nº 1 [5] – 1407.12.15, Mosteiro de Santo Agostinho de Vila Viçosa).

¹³⁴ Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, parentesco e poder...*, Apêndices, Quadro IA, pp. 211-212 e Anexo I, Quadro I, p. 193

¹³⁵ Cf. Luís Filipe Oliveira, «As Definições da Ordem de Avis de 1327», p. 376; *idem*, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, p. 99.

¹³⁶ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros*, maço único, nº 4; Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, tomo IX – *Distrito de Évora. Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*, vol. I, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1978, pp. 162-163.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desaparecidos face às sucessivas campanhas construtivas de que o mosteiro foi alvo entre os sécs. XVI e XVIII¹³⁷.

MOUTELAS /VALE DA RAMADA (TERMO DE ÓBIDOS)

Designação:

1. «lugar que se chama as montellas valle da Ramada» (termo de Óbidos)¹³⁸

1ª referência documental / fundação: 1478

Localização: lugar situado entre a Moita dos Ferreiros e Reguengo Grande, duas freguesias do actual conc. da Lourinhã (dist. Lisboa)¹³⁹.

Enquadramento à data da fundação: o pedaço de vale e chão aí situado pertencia ao termo de Óbidos, terra da rainha. Contudo, é o rei quem o doa a Afonso Eanes, seu vassalo, morador na Lourinhã, para aí fazer um oratório, indiciando talvez a sua inserção em terras reguengas. A povoação da Moita dos Ferreiros possuía, desde pelo menos o séc. XIV, uma capela local, sujeita a S. Pedro de Óbidos mas cuja assistência religiosa estava, desde 1381, entregue, por acordo mútuo, aos clérigos da Colegiada de Santa Maria da Lourinhã¹⁴⁰.

Trajectória posterior ao período medieval: Sem informação.

¹³⁷ Veja-se a respectiva descrição em Túlio Espanca, *ob. cit.*, pp. 163-166.

¹³⁸ TT, *Leitura Nova, Estremadura*, lv. 7, fl. 119 (1478.03.08, Lisboa).

¹³⁹ Manuela Santos Silva cita o mesmo documento, mas não dá outras indicações sobre a sua localização (cf. *Óbidos e a sua região...*, vol. II, p. 182).

¹⁴⁰ Cf. Manuela Santos Silva, *Óbidos e a sua região...*, vol. I, p. 241 e vol. II, pp. 179-180.

Extinção: Não dispomos de quaisquer dados sobre a presença eremítica nesse lugar após 1478.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

OLHO MARINHO (TERMO DE ÓBIDOS)

Designação:

1. Olho Marinho

1ª referência documental / fundação: 1416¹⁴¹

Localização: Olho Marinho (freg. Olho Marinho, conc. Óbidos, dist. Leiria)

Enquadramento à data da fundação: Aldeia do termo de Óbidos, inserindo-se, à data, em terras detidas pela Infanta D. Isabel¹⁴². Aí traziam bens diversos personagens de alguma importância social, inclusive com ligações à Corte régia¹⁴³.

Trajectória posterior ao período medieval: Sem informação.

¹⁴¹ Referência, em confrontações, à posse, pela «casa da prouença do olho marinho», de um quinhão de moinho no lugar da Amoreira: TT, *Convento da Santíssima Trindade de Santarém, 1ª incorporação (Antiga Colecção Especial)*, maço 7, nº 11 (1416.12.08, Óbidos).

¹⁴² Cf. Manuela Santos Silva, *Óbidos e a sua região...*, vol. II, p. 192-194 (por doação de 1415.07.20, Restelo).

¹⁴³ Cf. Manuela Santos Silva, *Óbidos e a sua região...*, vol. I, p. 237.

Extinção: Não encontramos outras referências a esta “Provença” após 1416.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

PENHA LONGA

Designação:

1. Penha Longa
2. Mosteiro de Penha Longa

1ª referência documental / fundação: 1390¹⁴⁴

Localização: Penha Longa (fr. S. Pedro de Penaferrim, conc. Sintra, dist. Lisboa)

Enquadramento à data da fundação: Eremitério fundado no então termo de Cascais, sendo senhor da vila o Dr. João das Regras, que a recebera por doação do monarca, juntamente com o reguengo de Oeiras, em 1386¹⁴⁵.

Trajectória posterior ao período medieval: Eremitério convertido em mosteiro jerónimo pela bula *Piis votis fidelium* de Bonifácio IX (1 de Abril de 1400)¹⁴⁶.

¹⁴⁴ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Saúde de Penha Longa*, maço 1, nº 30 (1390.08.05, Penha Longa). Publ. in Cândido dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal. Das origens aos fins do século XVII*, Porto, INIC – Centro de História da Universidade do Porto, 1980, Apêndice Documental, doc. 1, pp. 259-261, embora com erro na leitura dos nomes dos companheiros de Fr. Vasco.

¹⁴⁵ Cf. A. H. de Oliveira Marques, «Para a história do concelho de Cascais na Idade Média – I e II», *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Ed. Presença, 1988, pp. 108-143.

¹⁴⁶ Cf. *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 155.

Extinção: 1400 (do eremitério); 1834 (do mosteiro).

Vestígios materiais do eremitério medieval: Inexistentes.

PÓ (TERMO DE ÓBIDOS)

Designação:

1. Pó (termo de Óbidos)
2. Santa Catarina do Pó (termo de Óbidos)¹⁴⁷

1ª referência documental / fundação: 1468¹⁴⁸

Localização: Pó (freg. Pó, conc. Bombarral, dist. Leiria)

Enquadramento à data da fundação: Aldeia pertencente ao termo de Óbidos, vila tradicionalmente integrada na Casa das Rainhas, aparece associada à figura de João Eanes do Pó, alcaide de Óbidos entre 1372 e 1382, que instituíra na igreja de S. Pedro de Óbidos uma capela, sustentada por um número considerável de bens, dispersos entre esta aldeia e a Amoreira, pela Lourinhã e em outros lugares¹⁴⁹. A existência de uma capela na aldeia aparece documentada pelo menos desde 1466, talvez ligada à Confraria

¹⁴⁷ O orago da capela é pela primeira vez referido em 1482, quando era seu ermitão um certo Lopo Rodrigues (TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Vale Benfeito (Óbidos)*, maço 1, nº 8 – 1482.04.09, Pó).

¹⁴⁸ MNARQ, *Colegiada de S. Pedro de Óbidos, Documentos em papel*, nº 2 (1468.02.17, Óbidos). O documento refere a presença, no lugar do Pó, de um «Johane o proue», que trazia certos bens da capela instituída na igreja de S. Pedro de Óbidos por João Eanes do Pó.

¹⁴⁹ Manuela Santos Silva, *Óbidos e a sua região...*, vol. I, pp. 238-239; vol. II, pp. 63-64, 124-125.

de Santa Maria da Roliça, que na aldeia do Pó tinha a sua casa de reunião e acolhimento dos confrades¹⁵⁰.

Trajectória posterior ao período medieval: Sem informação.

Extinção: não encontramos dados relativos à entrega desta ermida a pobres após 1533¹⁵¹.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

RIO MOURINHO (TERMO DE MONTEMOR-O-NOVO)

Designação:

1. Felgueira (termo de Montemor-o-Novo)¹⁵²
2. Ervedeira (termo de Montemor-o-Novo)¹⁵³
3. Rio Mourinho (termo de Montemor-o-Novo)¹⁵⁴

¹⁵⁰ Cf. *ibidem*. Da Roliça é um Fernão Vaz, encarregue, em 1466, de fornecer os rendimentos suficientes para que nessa capela se cantassem os ofícios divinos. Na Roliça tinha também a Ordem de Santiago uma das suas comendas, também designada por Rojariça (cf. Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, p. 293, nota 6, e p. 298, nota 13).

¹⁵¹ Entre 1532 e 1533, é referida a entrega da ermida aos cuidados de um Pedro, que um alvará do Cardeal Infante, de Março de 1532, refere como «pobre da congregação da serra d'ossa» (cf. TT, *Colegiada de S. Pedro e Santiago de Óbidos*, maço 3, nº 28).

¹⁵² A permanência eremítica no lugar surge atestada entre 1369 (cf. nota seguinte) e 1401 (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 51 – 1401.12.08, Montemor-o-Novo, em traslado de 1438.04.10, Évora).

¹⁵³ Doação de metade de uma herdade nesse lugar a Mendo Seabra e seus companheiros (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 47 – 1410.05.25, Montemor-o-Novo). Para este eremitério suplica o infante Duarte diversas graças de Martinho V em 1419 (MPV, vol. III/2, nº 275, pp. 187-188 – 1419.03.31, Florença).

4. Mosteiro de Santa Cruz de Rio Mourinho

1ª referência documental / fundação: 1369¹⁵⁵

Localização: Eremitério originalmente situado na actual herdade das Felgueiras (freg. Nossa Senhora da Vila, conc. Montemor-o-Novo, dist. Évora), transitando, cerca de 1410, para a Ervedeira (possivelmente próximo de Rio Mourinho¹⁵⁶) e definitivamente para o lugar de Rio Mourinho, mudança autorizada por Martinho V em 1425¹⁵⁷ (nas imediações de Gamela, freg. Nossa Senhora da Vila, conc. Montemor-o-Novo, dist. Évora).

Enquadramento à data da fundação: Montemor-o-Novo mantém-se como vila régia até 1385, ano em que o rei João I dela faz doação, juntamente com outras terras, a Nuno Álvares Pereira, com todos os seus direitos, senhorio e jurisdição, excepto as alçadas e correição devidas ao monarca; o padroado das igrejas da vila dividia-se entre o prelado (Santa Maria do Bispo e S. Tiago) e o cabido eborenses (Santa Maria do Açougue ou da Praça)¹⁵⁸. No seu termo detinha a Ordem de Santiago a comenda da Represa¹⁵⁹.

¹⁵⁴ O eremitério já surge com este nome em súplica apresentada pelo infante Duarte a Martinho V em 1422 (MPV, vol. III/2, doc. nº 616-618, pp. 439-440 – 1422.01.21, Roma) e nas bulas respectivas, emitidas na mesma data (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 1, nº 62, 68G, 681).

¹⁵⁵ Doação feita a Mateus Jacobo, ermitão (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 20 – 1369.06.01, Montemor-o-Novo, em traslado de 1376.01.14). Nova doação no mesmo lugar em 1377 (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 57, em traslados de 1390.06.10, Montemor-o-Novo e 1399.09.06, Montemor-o-Novo), estando a presença eremítica no lugar atestada pela inquirição feita aos eremitas em 1378 [cf. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 24].

¹⁵⁶ Apesar de encontrarmos outras Ervedeiras no termo de Montemor-o-Novo (por ex., na freg. de Santiago do Escoural), cremos tratar-se do lugar com o mesmo nome que sabemos existir junto ao local onde seria erigido o eremitério de Rio Mourinho [cf. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 11 (*Vários*, 100), nº 33, doc. 2 – 1452.03.07, Montemor-o-Novo).

¹⁵⁷ MPV, vol. IV, doc. 856, pp. 26-27 (1425.05.30) e bula respectiva, emitida na mesma data [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 25).

¹⁵⁸ Cf. Jorge Fonseca, *Montemor-o-Novo no século XV*, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1998, pp. 17-20, 63-64.

Trajectória posterior ao período medieval: Adota, no período moderno, a invocação de Santa Cruz e o título mariano de Nossa Senhora da Saúde. Segundo Túlio Espanca, recebeu importantes obras de valorização arquitectónica em finais do século XVI, ao longo de toda a centúria seguinte e, de novo, em 1734¹⁶⁰. Apesar do decreto que, já em 1797, determinava a extinção do convento e a respectiva anexação, com todos os seus bens e rendimentos, ao Colégio de S. Paulo de Coimbra¹⁶¹, o cenóbio só seria efectivamente extinto em 1823.

Extinção: 1823.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Aparentemente desaparecidos, em função das campanhas de obras operadas já na época moderna e da ruína que já no séc. XIX afectava grande parte do complexo monástico. Túlio Espanca ainda pode observar alguns materiais do antigo edifício claustral no pomar anexo¹⁶².

RIO TORTO (TERMO DE ELVAS)

Designação:

1. Rio Torto (termo de Elvas)

¹⁵⁹ Cf. *ibidem*, p. 35.

¹⁶⁰ Cf. Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, tomo VIII – Distrito de Évora. Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas, vol. I, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1975, p. 343.

¹⁶¹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 1, nº 93.

¹⁶² Cf. Túlio Espanca, *ob. cit.*, pp. 343-345. A ruína das dependências monásticas é já atestada em 1835, aquando da avaliação da dependência feita pelos oficiais nomeados pela Fazenda Nacional (TT, *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças*, caixa 2209, nº 119 – *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, caderno autónomo, fl. 4).

2. Mosteiro de S. Paulo de Elvas

1ª referência documental / fundação: 1380¹⁶³

Localização: Rio Torto, em local chamado Provença (freg. Assunção, conc. Elvas, dist. Portalegre)¹⁶⁴.

Enquadramento à data da fundação: Vila mantida sob o senhorio régio¹⁶⁵, que detinha também o padroado da igreja de S. Salvador. Os proventos das restantes paroquiais repartiam-se entre as Ordens de Cristo (Santa Maria dos Açougues) e Avis (Santa Maria da Alcáçova) e o arcebispo de Braga, por mercê régia (S. Pedro)¹⁶⁶.

Trajectória posterior ao período medieval: O primitivo edifício conventual foi abandonado em 1593, transitando a comunidade para junto da ermida de São Sebastião e, já em 1603, para o interior da vila¹⁶⁷. As guerras da Restauração obrigariam a nova reconstrução, iniciada em 1679 e concluída em 1693¹⁶⁸. A este cenóbio foram anexadas as rendas da provença da Espadaneira, extinta em finais do séc. XVI.

Extinção: 1834.

¹⁶³ ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas*, CVSPELV/Tb nº 28 – cx. 10, fls. 17-17v (1380.06.03, Elvas, em traslado de 1664 sobre cópia de 1651).

¹⁶⁴ Cf. Fernando Manuel Rodrigues Branco Correia, *Elvas na Idade Média*, vol. II, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à FCSH da UNL, policop., 1999, p. 443.

¹⁶⁵ Cf. *ibidem*, vol. I, p. 193 e vol. II, p. 445.

¹⁶⁶ Cf. *ibidem*, vol. I, pp. 191 e 372-374. A doação do padroado da igreja de S. Pedro ao arcebispo de Braga data de 1302. O padroado da igreja do Salvador seria posteriormente doado pelo rei João I ao Condestável Nuno Álvares Pereira (*ibidem*, vol. II, p. 457).

¹⁶⁷ Cf. TT, *Mosteiro de S. Paulo de Elvas*, maço 1, nº 6 (memórias diversas, sécs. XVII-XVIII).

¹⁶⁸ Cf. TT, *Mosteiro de S. Paulo de Elvas*, maço 1, nº 4 e 5.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

SANTA CATARINA DE VALE DE MOUROL (TERMO DE SANTARÉM)

Designação:

1. Santa Catarina de Vale de Mourão ou de Mourol

1ª referência documental / fundação: 1433¹⁶⁹

Localização: No lugar da Senhora da Saúde, nas imediações da Ribeira de Santarém (freg. Santa Iria da Ribeira de Santarém, conc. Santarém, dist. Santarém).

Enquadramento à data da fundação: Santarém permanece, ao longo de todo o período medieval, sob senhorio régio. Vila frequentemente visitada pelos monarcas e com uma importante presença de casas religiosas, com particular enfoque para os mendicantes, o núcleo urbano dividia-se entre sete igrejas paroquiais, cujo padroado pertencia maioritariamente à Coroa¹⁷⁰.

¹⁶⁹ TT, *Convento da Santíssima Trindade de Santarém, 1ª incorporação (Antiga Coleção Especial)*, maço 8, nº 21. Segundo Fr. Manuel da Esperança, a instalação de homens da pobre vida nesse lugar remontaria a 1422 (cf. *Ordens Religiosas em Portugal...*, pp. 355-356).

¹⁷⁰ Cf. Bernardo de Sá Nogueira, «O espaço eclesiástico em território português (1096-1415)», *História Religiosa de Portugal*, vol. I, p. 182; para o número de paróquias, cf. Mário Viana, *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém, 1147-1350)*, Lisboa, Caleidoscópio – Centro de História da Universidade de Lisboa, 2007, p. 87. Fora da alçada dos monarcas ficava o padroado de Santa Maria da Alcáçova, doado pelo rei João I à Ordem de Avis em 1394 (Maria de Fátima Botão, *Poder e influência de uma igreja medieval. A Colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém*, Cascais, Patrimonia, 1998, p. 11).

Trajectória posterior ao período medieval: O lugar foi confiado pelo rei Afonso V a terceiros franciscanos seculares, por carta de 23 de Novembro de 1470. Até 1588, foi sede da Província da Ordem Terceira e aplicado a colégio a partir de 1617¹⁷¹.

Extinção: a. 1470 (eremitério)¹⁷²; 1834 (convento).

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

SANTA MARGARIDA DO AIVADO (TERMO DE ÉVORA)

Designação:

1. Santa Margarida do Aivado [de Évora]

1ª referência documental / fundação: 1406¹⁷³

Localização: Aivado (freg. Nossa Senhora da Graça do Divor, conc. Évora, dist. Évora).

Enquadramento à data da fundação: Eremitério fundado no termo de Évora, junto a ermida dedicada a Santa Margarida. O concelho permaneceu, durante toda a Idade Média, sob senhorio régio.

¹⁷¹ Cf. *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 356.

¹⁷² A última referência à presença de homens da pobre vida no local data de 1 de Setembro de 1451 quando o rei Afonso V concede o oratório a «gill proue» para que aí viva com outros companheiros em serviço de deus (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 11, fl. 127v).

¹⁷³ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, n.º 100(1406.09.09, Aivado).

Trajectória posterior ao período medieval: extinta em 1797, ano em que é anexada, com os respectivos bens e rendimentos, ao Colégio de S. Paulo de Coimbra¹⁷⁴.

Extinção: 1797.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Conjunto monástico parcialmente em ruínas (propriedade privada)¹⁷⁵.

SANTA MARIA DA PENA (SINTRA)

Designação:

1. Santa Maria da Pena

1ª referência documental / fundação: 1477¹⁷⁶

Localização: Onde hoje se encontra o Palácio Nacional da Pena, na Serra de Sintra (freg. S. Pedro de Penaferrim, conc. Sintra, dist. Lisboa).

Enquadramento à data da fundação: Ermida pertencente ao termo de Sintra, concelho integrado na Casa das Rainhas. À data acima referida, era senhora da vila a rainha D. Leonor, mulher de D. João II, por doação de 1473¹⁷⁷.

¹⁷⁴ *Ibidem*, lv. 1, nº 93.

¹⁷⁵ Cf. *Ordens religiosas em Portugal...*, p. 140. Túlio Espanca não refere este convento no inventário artístico do concelho.

¹⁷⁶ João Afonso deixa, no seu testamento, 500 reais «ao Irmitam de santa maria da pena pera uestido» - TT, OFM, *Província de Portugal, São Francisco de Lisboa*, mç. 28 [antigo mç. 40], sem nº (1477.08.30, Lisboa).

Trajectória posterior ao período medieval: No local da antiga ermida é fundado, por iniciativa do rei Manuel I, um mosteiro da Ordem de S. Jerónimo, cuja construção se iniciou em 1503, prolongando-se até 1511¹⁷⁸.

Extinção: Não encontramos referências a outros eventuais eremitas após 1477.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desaparecidos com a construção do mosteiro jerónimo.

SANTA MARIA DE AZAMBUJA (TERMO DE SANTARÉM)

Designação:

1. Santa Maria de Azambuja (termo de Santarém)

1ª referência documental / fundação: 1416¹⁷⁹

Localização: Azambuja (freg. e conc. Azambuja, dist. Lisboa).

Enquadramento à data da fundação: Apesar da referência ao «termo de Santarém», evidenciando uma influência reconhecida da urbe escalabitana sobre a Azambuja, esta

¹⁷⁷ Cf. A. H. de Oliveira Marques, «Sintra e Cascais na Idade Média», *Novos ensaios de história medieval portuguesa*, Lisboa, Ed. Presença, 1988, p. 147.

¹⁷⁸ Cf. Cândidos dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal...*, p. 23.

¹⁷⁹ Referência a um Gonçalo Fernandes «hermjtam morador em Sancta Maria da Azambugia» (TT, *Convento de S. Domingos de Santarém, 2ª incorporação*, maço 10, nº 6 – 1416.06.22, Santarém).

vila encontrava-se, desde o século XIII, autonomizada do referido termo¹⁸⁰, pertencendo o padroado da sua igreja aos monarcas¹⁸¹. A vila fora doada pelo rei Fernando a Álvaro Gonçalves de Moura em 1373, com a respectiva jurisdição e poder de nomear ou exonerar os tabeliães, passando depois para seu filho, Fernão de Moura, em 1395¹⁸².

Trajectória posterior ao período medieval: Sem informação.

Extinção: Não encontramos referências a eremitas ou ermitães após 1416.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

SANTA MARIA DE MONTE VIRGEM (TERMO DO REDONDO)

Designação:

1. Santa Maria de Monte Virgem (termo do Redondo)

1ª referência documental / fundação: 1397¹⁸³

Localização: ermida de Santa Maria de Monte Virgem (freg. e conc. do Redondo, dist. Évora)

¹⁸⁰ Mário Viana, *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém, 1147-1350)*, Lisboa, Caleidoscópio – Centro de História da Universidade de Lisboa, 2007, p. 32.

¹⁸¹ Cf. Bernardo de Sá Nogueira, «O espaço eclesiástico...», nota 194, p. 200.

¹⁸² Cf. Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira...*, vol. I, p. 365, nota 271.

¹⁸³ Nesta data, Fr. Rodrigo Fulcaz doa o seu lugar de Santa Maria da Virgem, que anteriormente lhe fora dado em sesmaria, aos pobres da Serra de Ossa (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 15 – 1397.11.17, Évora). É possível que já aí se encontrasse em 1385, quando é documentado como estante na pobre vida (cf. parte II, B 366).

Enquadramento à data da fundação: O lugar fora doado em sesmaria, em data anterior a 1397, a Fr. Rodrigo Fulcaz pelos sesmeiros do concelho do Redondo, em cujo termo se encontrava¹⁸⁴. O lugar incluía a ermida, umas casas, um pomar e uma fonte. O concelho do Redondo permaneceu até finais do séc. XV sob senhorio régio, datando de 1500 a criação de Vasco Coutinho, anterior Conde de Borba, como primeiro Conde da vila¹⁸⁵.

Trajectória posterior ao período medieval: a ermida e terras a ela anexas permaneceram como propriedade dos pobres, que disputaram com o prior da igreja de Santa Maria do Redondo, ao longo do séc. XV, o direito de apresentar o respectivo ermitão¹⁸⁶. Em 1569, a ermida seria transformada em curado, passando assim a desempenhar funções paroquiais. É deste período a construção actual, à excepção do alpendre dos romeiros e algumas hospedarias, erigidos numa fase posterior¹⁸⁷.

Extinção: Não é clara a relação dos eremitas com este lugar, referindo-se, ainda em 1440, que estes aí tinham casas «em que sse acolhiam»¹⁸⁸. De qualquer modo, fossem estas utilizadas para estadias regulares ou esporádicas, a assunção por esse templo de funções paroquiais em 1559 deve certamente ter posto um fim a alguma eventual vivência eremítica relacionada com esse lugar.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

¹⁸⁴ Conforme é confirmado em sentença de 1440.07.17, Santarém (BPE, *Mosteiro de S. João da Penitência de Estremoz*, lv. 103, nº 35).

¹⁸⁵ Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. I, p. 210.

¹⁸⁶ Cf. nota 184.

¹⁸⁷ Cf. Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, tomo IX – *Distrito de Évora. Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*, vol. I, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1978, pp. 304-306.

¹⁸⁸ Cf. nota 184.

SANTA MARIA DE SERTÃ

Designação:

1. Santa Maria de «Sartace» ou de Sertã¹⁸⁹

1ª referência documental / fundação: 1454¹⁹⁰

Localização: Sertã (freg. e conc. Sertã, dist. Castelo Branco). Não obtivemos outros elementos para uma localização ou identificação mais pormenorizada deste eremitério. Os dados arqueológicos disponíveis apontam para a presença, no concelho, de pelo menos duas igrejas dedicadas a Santa Maria, uma no castelo e outra em Pedrógão Pequeno, também conhecida por Nossa Senhora das Águas Férreas, cujos vestígios foram arrasados, havendo-se ainda recuperado diversas estelas funerárias templárias e da Ordem de Cristo existentes no local¹⁹¹.

Enquadramento à data da fundação: Eremitério protegido pelo rei Afonso V, que lhe concede carta de protecção e privilégio de isenção sobre prestações fiscais e de serviços régios ou concelhios¹⁹². A vila, com o respectivo castelo e jurisdição, pertencia, por doação régia de 1194, à Ordem do Hospital, que aí detinha numerosos direitos e bens integrados na respectiva comenda¹⁹³.

¹⁸⁹ A forma utilizada no documento reporta-se a uma evolução da forma latina do topónimo, designado nas Inquirições de 1220 como *Sartaginis* (cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II – *Corpus Epigráfico Medieval Português*, tomo II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – FCT, 2000, n.º 739, pp. 2101-2013).

¹⁹⁰ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 10, fl. 73v (1454.07.18, Lisboa).

¹⁹¹ Cf. Carlos Barata, *Carta Arqueológica do Concelho de Sertã*, Sertã, Câmara Municipal de Sertã, 1998, pp. 59-85.

¹⁹² Cf. nota anterior.

¹⁹³ Cf. Rui de Azevedo, «Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dir. António Baião, Hernani Cidade e Manuel Múrias, vol. I, Lisboa, Ed. Ática, 1937, p. 42;

Trajectória posterior ao período medieval: Sem dados.

Extinção: não encontramos outras referências documentais a este eremitério após 1454.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

SANTA MARIA DO ESPINHEIRO (TERMO DE ÉVORA)

Designação:

1. Santa Maria do Espinheiro

1ª referência documental / fundação: 1405¹⁹⁴

Localização: Espinheiro (freg. Canaviais, conc. Évora, dist. Évora).

Enquadramento à data da fundação: A ermida de Santa Maria do Espinheiro aparece documentada desde inícios do séc. XV, no termo de Évora, embora só em 1446 encontremos referências a um Geraldo, pobre, aí ermitão¹⁹⁵.

Orlando Ribeiro, «A Sertã: pequeno centro na área de xisto da Beira Baixa», *Finisterra*, vol. V, nº 9, Lisboa, 1970, pp. 105-106; Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, «Algumas achegas para o estudo dos privilégios da Ordem do Hospital na Idade Média», *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa – Actas do II Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes e Paulo Pacheco, Lisboa, Ed. Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 1997, p. 315, nota 315.

¹⁹⁴ Cf. Joaquim Bastos Serra, «Santa Maria do Espinheiro: um mosteiro na periferia urbana de Évora. Apropriação e organização do espaço», *Paisagens rurais e urbanas: fontes, metodologias, problemáticas – Actas das Segundas Jornadas*, coord. Iria Gonçalves, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2006, nota 21, p. 167.

Trajectória posterior ao período medieval: No mesmo local é fundado, em 1457, um mosteiro jerónimo com o apoio expresso de D. Vasco Perdigão, bispo de Évora, concretizando um projecto já antigo de erecção junto à ermida do Espinheiro de uma casa jerónima¹⁹⁶. As obras ficariam concluídas em 1463, embora, na centúria seguinte, a degradação que atingia o complexo conventual obrigasse a novas campanhas em ordem à sua reconstrução. Também uma nova igreja monástica seria construída com o patrocínio dos monarcas e de importantes famílias da nobreza, já concluída em 1566¹⁹⁷.

Extinção: Não encontramos outras referências a eremitas ou eremitães após 1446; o mosteiro foi extinto em 1834.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos. A primitiva ermida desapareceu com a construção da nova igreja monástica, já no século XVI.

SÃO BRISSOS DE XARRAMA (TERMO DE ALCÁÇOVAS)

Designação:

1. São Brissos de Xarrama (termo de Alcáçovas)

1ª referência documental / fundação: 1409¹⁹⁸

¹⁹⁵ Cf. parte II, B 130.

¹⁹⁶ Cf. Joaquim Bastos Serra, «art. cit.», p. 163 e nota 4; João Luís Inglês Fontes, «Cavaleiros de Cristo...», p. 54; *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 159.

¹⁹⁷ Cf. *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 159.

¹⁹⁸ Data da carta de sesmaria pela qual Gonçalo, «pobre ermjtam de Sam briços de xarrama» (que propomos poder identificar com Gonçalo da Silveira – cf. parte II, B 151), recebe dos sesmeiros de

Localização: São Brissos, nas imediações do Rio de Xarrama, junto a ermida dedicada ao referido santo¹⁹⁹ (freg. Alcáçovas, conc. Viana do Alentejo, dist. Évora).

Enquadramento à data da fundação: A vila de Alcáçovas havia sido objecto de diversas doações utilizadas pelo rei João I para retribuir alguns dos seus mais fiéis servidores: a Antão Vasques, cavaleiro e seu vassalo, doara em 1387 a vila com todo o seu senhorio e jurisdição, ressaltando apenas para si as alçadas das apelações e agravos²⁰⁰ e em 1392 garantia ao Doutor Martinho Afonso, seu conselheiro e membro do Desembargo, então bispo de Coimbra, o mesmo lugar com todas as suas entradas e saídas, direitos, pertenças e rendas, como o houvera seu irmão Afonso Peres da Charneca, já falecido²⁰¹. Desconhecemos em que data a vila passou para as mãos de D. Álvaro Peres de Castro, sobrinho do homónimo conde de Arraiolos, que a detinha em 1424²⁰².

Trajectória posterior ao período medieval: O eremitério já havia sido abandonado em 1425, quando documentamos o seu anterior ocupante no lugar de Zarco, no termo de Viana do Alentejo²⁰³. É possível que o abandono de S. Brissos fosse anterior a esta data, dado que recua a 1412 o último documento em que Gonçalo da Silveira se apresenta como eremita neste lugar, data em que já tinha alienado o moinho que construía junto ao Rio de Xarrama²⁰⁴.

Alcáçovas um assentamento junto ao Rio de Xarrama, para aí fazer um moinho de moer pão (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 40 – 1409.05.27, Ribeira de Xarrama).

¹⁹⁹ Cf. *Ibidem*, lv. 2, nº 39 (1412.10.18, Ribeira de Xarrama).

²⁰⁰ *ChDJI*, vol. II, tomo I, doc. 10, pp. 16-17 (1387.06.10, Trancoso).

²⁰¹ *ChDJI*, vol. II, tomo 2, doc. 663, pp. 16-18 (1392.12.11, Lisboa). Sobre o Doutor Martim Afonso [da Charneca], cf. Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, INIC – Centro de História da Universidade do Porto, 1990, p. 365.

²⁰² Cd. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. I, pp. 145-146.

²⁰³ Ver abaixo, o eremitério de Zarco (termo Viana do Alentejo).

²⁰⁴ Cf. nota 199.

Extinção: a. 1425

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

SÃO DOMINGOS DA BRUNHEDA

Designação:

1. São Domingos «da brunheda»
2. São Domingos «de broida»

1ª referência documental / fundação: 1378²⁰⁵

Localização: Não é segura a localização deste eremitério. Maria Ângela Beirante, com base no texto da sentença de 1378 transcrito pelo autor da *Thebaida Portuguesa*, sugere a sua identificação com Ribeira de Brunheta (freg. de Souto, conc. de Abrantes, dist. Santarém)²⁰⁶. Contudo, uma outra referência, feita num testamento celebrado em Elvas em 1405, a um Pedro Lourenço, ermitão de S. Domingos «de broida»²⁰⁷, sugere a hipótese de estarmos perante o mesmo topónimo e da possibilidade de este se reportar ao termo de Elvas, nomeadamente ao lugar de Bruínhas (fr. S. Brás e S. Lourenço, conc. Elvas, dist. Portalegre). A falta de outros elementos não nos permite elucidar esta

²⁰⁵ De acordo com a inquirição conduzida aos eremitas por ordem pontifícia: BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 24 (1378.02.16, Quinta de Cambeses, em traslado de 1389.08.19, Évora).

²⁰⁶ Maria Ângela Beirante, «Eremitérios da pobre vida no Alentejo dos séculos XIV-XV», *Territórios do Sagrado. Crenças e Comportamentos na Idade Média em Portugal*, Lisboa, Ed. Colibri, 2011, p. 143.

²⁰⁷ AMC, *Pergaminhos de Elvas*, nº 5 (1405.09.11, Elvas).

questão, tanto mais que os estudos existentes sobre Elvas no período medieval não recenseiam nenhuma ermida dedicada a S. Domingos no seu termo²⁰⁸.

Enquadramento à data da fundação: ver acima os dados sobre Elvas a propósito do eremitério de Rio Torto.

Trajectória posterior ao período medieval: Sem informação.

Extinção: A confirmar-se a identificação das duas referências com o mesmo local, não documentamos qualquer presença eremítica no mesmo após 1405.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Sem informação.

SÃO JERÓNIMO DO MATO (TERMO DE ALENQUER)

Designação:

1. Mata da Guerra.
2. S. Jerónimo do Mato.

1ª referência documental / fundação: c. 1400²⁰⁹

Localização: Quinta de S. Jerónimo, no lugar do Mato (freg. Ribafria, conc. Alenquer, dist. Lisboa).

²⁰⁸ Cf. Fernando Manuel Rodrigues Branco Correia, *Elvas na Idade Média*, vol. I, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à FCSH da UNL, policop., 1999, pp. 410, 417.

²⁰⁹ Ver, sobre esta data, os dados aduzidos na biografia de Lourenço Eanes (II) (cf. parte II, B 268).

Enquadramento à data da fundação: Alenquer pertencia ao grupo de vilas estremanhas doadas à rainha Filipa de Lencastre, em data necessariamente posterior a 1387, passando, ainda antes da morte da rainha, para a Infanta D. Isabel, sua filha²¹⁰.

Trajectória posterior ao período medieval: O lugar ter-se-á convertido em mosteiro jerónimo em virtude da bula *Piis votis fidelium* emitida por Bonifácio IX a 1 de Abril de 1400. O mosteiro foi reedificado em 1480, na sequência de um violento terramoto que o arruinou, e de novo em tempos do reinado de D. Manuel I²¹¹.

Extinção: 1834

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos. O que resta da igreja e mosteiro denunciam a campanha reconstrutiva operada no reinado de D. Manuel²¹².

SÃO JULIÃO DE ALENQUER

Designação:

1. São Gião ou S. Julião de Alenquer

²¹⁰ Cf. Manuela Santos Silva, *Estruturas urbanas e administração concelhia: Óbidos medieval*, Cascais, Patrimonia, 1997, p. 123; João Pedro Ferro, *Alenquer Medieval (séculos XII-XV). Subsídios para o seu estudo*, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 222.

²¹¹ Cf. *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 155.

²¹² Cf. António de Oliveira Melo, António Rodrigues Guapo e José Eduardo Martins, *O Concelho de Alenquer: subsídios para um roteiro de Arte e Etnografia*, vol. 3, Alenquer, Comissão Municipal da Feira da Ascensão de Alenquer – Associação para o Estudo e Defesa do Património de Alenquer, 1986, pp. 55-58.

1ª referência documental / fundação: 1459²¹³

Localização: Quinta de S. Paulo (freg. de Santo Estêvão, conc. Alenquer, dist. Lisboa).

Enquadramento à data da fundação: Eremitério fundado no termo de Alenquer, em território da freguesia medieval de Santa Maria da Várzea. É possível que o eremitério tenha sido fundado ainda em vida da rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V, donatária de Alenquer desde 1445. Após a morte desta, ocorrida em 1455, a vila regressou à posse da Coroa, tendo sido necessário esperar pelo casamento de D. João II com D. Leonor de Lencastre para que Alenquer voltasse a integrar a casa das rainhas. A doação da vila à nova consorte régia terá ocorrido em data necessariamente posterior a Junho de 1482²¹⁴.

Trajectória posterior ao período medieval: Desconhecem-se quaisquer outros elementos sobre a sua evolução posterior ou eventuais campanhas de obras de que tenha sido alvo. Foi incluído, em 1797, entre os mosteiros a extinguir, decretando-se a respectiva anexação, com todos os seus bens e rendimentos, ao Colégio de S. Paulo de Coimbra²¹⁵, o que só se efectivaria em 1823.

Extinção: 1823.

²¹³ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 102 (1459.04.27, Alenquer). O mau estado do documento, parcialmente ilegível, não permite perceber se a doação então feita marca o início do eremitério ou se os pobres já se encontravam nesse lugar.

²¹⁴ Dado que até então ainda se encontram menções a tabeliães da vila por nomeação régia (cf. João Pedro Ferro, *ob. cit.*, p. 222).

²¹⁵ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 1, nº 93.

Vestígios materiais do eremitério medieval: desconhecidos. O que resta do antigo mosteiro parece revelar uma intervenção tardia, fruto possivelmente de obras ocorridas no período moderno²¹⁶.

SÃO MIGUEL O ANJO (TERMO DE BEJA)

Designação:

1. São Miguel o Anjo (termo de Beja)

1ª referência documental / fundação: 1496²¹⁷

Localização: Rua do Carmo Velho (Bairro da Esperança, freg. Santa Maria da Feira, conc. Beja, dist. Beja).

Enquadramento à data da fundação: Em finais do século XV, o senhorio da vila pertencia à poderosa casa ducal de Beja e Viseu, que detinha o monopólio de parte importante dos respectivos direitos e rendas²¹⁸. A ela se encontra também ligada a fundação do prestigiado mosteiro da Conceição, que a duquesa de Beja consegue, a partir de 1482, sujeitar aos franciscanos observantes²¹⁹.

²¹⁶ Cf. António de Oliveira Melo, António Rodrigues Guapo e José Eduardo Martins, *O Concelho de Alenquer: subsídios para um roteiro de Arte e Etnografia*, vol. 3, Alenquer, Comissão Municipal da Feira da Ascensão de Alenquer – Associação para o Estudos e Defesa do Património de Alenquer, 1986, pp. 99-102.

²¹⁷ ADBEJA, *Convento da Conceição de Beja*, nº 33, fls. 9-9v (1496.07.26, Beja). Pressupõe a presença anterior no local de pelo menos dois eremitas, Pedro Afonso Cordeiro e João.

²¹⁸ Cf. Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes, *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medievo. O caso de Beja*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à FCSH da UNL, policop., 1991, p. 114.

²¹⁹ Cf. *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 326.

Trajectória posterior ao período medieval: Não é claro o percurso do eremitério após a morte dos seus ocupantes, já falecidos em 1502 e cujos bens eram então tomados pelo mosteiro da Conceição de Beja²²⁰. Com efeito, em 1511, um breve apostólico concedia indulgências aos fiéis que contribuíssem para a reparação da ermida, a pedido de Álvaro Fernandes, João de Canha e João Figueira, cuja condição o documento não esclarece²²¹. Em 1525, aí residia um João Calado, clérigo de missa, possivelmente encarregue do cuidado do templo, quando os carmelitas, representados por Fr. João Sobrinho, encetam negociações com a edilidade e com o Infante D. Luís em ordem a obterem o lugar para nele fundaram um novo convento²²². A fundação avançaria no ano seguinte, com a devida licença régia²²³, mantendo-se aí uma comunidade de carmelitas até 1608, data em que se efectua a sua mudança para local mais próximo da vila²²⁴.

Extinção: a. 1526

Vestígios materiais do eremitério medieval: Inexistentes.

²²⁰ ADBEJA, *Convento da Conceição de Beja*, nº 33, fl. 9v (1502.01.03, Beja).

²²¹ Cf. ADBEJA, *Convento do Carmo da Vidigueira*, Pergaminhos, sem nº [antigo nº 50] (1511.10.03, Roma).

²²² Cf. ADBEJA, *Convento do Carmo de Beja*, nº 52, fls. 1-2v (1525.10.06, Beja).

²²³ Cf. *ibidem*, fl. 3 (1526.05.04, Almeirim); «Livro 1º da Câmara de Beja (1506-1532) / Livro 2º do Registo da Câmara de Beja (1567-1618)», resumos e índices por José Luís Mamede Martins e Natércia M. Ramos Pereira Martins, in *Arquivo de Beja*, 2ª série, vol. II, 1983-1985, p. 239. A posse do lugar é dada a 19 de Junho do mesmo ano (ADBEJA, *Convento do Carmo de Beja*, nº 52, fls. 3v-5v).

²²⁴ Cf. *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 413.

SÃO PEDRO DE BENCATEL (TERMO DE VILA VIÇOSA)

Designação:

1. São Pedro de Bencatel (termo de Vila Viçosa)

1ª referência documental / fundação: 1395²²⁵

Localização: São Pedro de Bencatel, junto a ermida da mesma invocação (actual ermida de Nossa Senhora das Mercês, freg. Bencatel, conc. Vila Viçosa, dist. Évora).

Enquadramento à data da fundação: Vila Viçosa pertencia, desde 1384, ao extenso património doado pelo futuro rei João I a Nuno Álvares Pereira, com todas as suas terras, direitos e senhorio, doação confirmada em 1385 e alargada ao padroado das igrejas da vila em 1387²²⁶, que era, aqui, partilhado com a Ordem de Avis²²⁷.

Trajectória posterior ao período medieval: A ermida é dita dos pobres da Serra de Ossa ainda em 1441, quando já se documenta, há várias décadas, a presença de outros eremitas a eles ligados em Valbom, também no termo de Vila Viçosa. O documento parece ainda pressupor, nessa data, a persistência, em Bencatel, de alguns pobres²²⁸. Não encontramos referências posteriores à presença de eremitas nesse lugar. O templo que aí subsiste nada conserva da antiga ermida medieval, denunciando antes a sua

²²⁵ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 8, fls. 39v-41 (1395.04.16, Vila Viçosa, em traslados de 1409.02.05, Vila Viçosa e 1542.12.08, Redondo). O documento pressupõe já a presença de eremitas nesse lugar.

²²⁶ Cf. Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, parentesco e poder...*, apêndice IA, pp. 211-212.

²²⁷ Cf. Luís Filipe Oliveira, «As Definições da Ordem de Avis de 1327», *As Ordens Militares: Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes, vol. I, Palmela, Município de Palmela / GEsOS, 2012, p. 377, nota 35; idem, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, p. 100.

²²⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 10 (*Pergaminhos Vários*, 50), nº 49 (1441.07.21, Vila Viçosa).

reconstrução ao longo dos séculos XVI e XVII. A esta ermida se associaria, no século XVII, a invocação, cada vez mais popular, de Nossa Senhora das Mercês, fruto da doação ao lugar de uma imagem da Virgem que congregaria a devoção crescente dos fiéis, a ponto de motivar a posterior construção de uma outra capela adossada à igreja e de instalações para os romeiros que a ele afluíam²²⁹.

Extinção: d. 1441

Vestígios materiais do eremitério medieval: Inexistentes.

SÃO PEDRO DE MONTÃO

- VER CABEÇO DE VIDE (ERMIDA ACERCA DE)

SERPA (MATA DE)

Designação:

1. Mata de Serpa.

1ª referência documental / fundação: 1378²³⁰

²²⁹ Cf. Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, tomo IX – *Distrito de Évora – Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*, vol. I, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1978, pp. 765-766.

²³⁰ Na inquirição feita por ordem pontifícia aos eremitas – BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 24.

Localização: A menção genérica à «mata de Serpa» e a ausência de outras referências documentais a este eremitério não permitem nenhuma localização mais específica (conc. Serpa, dist. Beja).

Enquadramento à data da fundação: Vila sob o senhorio da Ordem do Hospital desde 1295, situação que manteria até à sua doação, pelo rei Afonso V, a D. Fernando, duque de Beja. O padroado das igrejas da vila era partilhado, desde 1307, entre a Ordem de Avis e o rei²³¹.

Trajectória posterior ao período medieval: o eremitério deve ter desaparecido pouco depois, não se conhecendo nenhuma referências documentais ao mesmo depois de 1378.

Extinção: d. 1378.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

SERPA, NOSSA SENHORA DA CONSOLAÇÃO DE

Designação:

1. Nossa Senhora da Consolação de Serpa

²³¹ Cf. João Carlos Garcia, *O espaço medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1986, pp. 64-65; Sebastiana Alves Pereira Lopes, *O Infante D. Fernando e a nobreza fundiária de Serpa e Moura (1453-1470)*, Beja, Câmara Municipal de Beja, 2003, p. 111; Hermínia Vasconcelos Vilar, «Ordens Militares e rendimentos paroquiais no Sul de Portugal, nos séculos XIII e XIV. Algumas linhas de reflexão», *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental – Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes, Lisboa, Ed. Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2005, p. 283 e nota 13.

1ª referência documental / fundação: 1494²³²

Localização: O eremitério situava-se no termo de Serpa, a uma légua da vila, junto ao Guadiana e ao Ribeiro de D. Sancha, em terra dita do Amendoeiro, correspondendo ao actual lugar da Provença, perto de S. Brás (freg. S. Salvador, conc. Serpa, dist. Beja).

Enquadramento à data da fundação: Vila sob o senhorio do duque de Beja desde 1457, regressaria à Coroa após a morte deste (1470), só sendo confirmado a D. Beatriz, sua viúva, em 1496, o usufruto dos direitos reais daí decorrentes²³³.

Trajectória posterior ao período medieval: No capítulo de 1592, este mosteiro é incluído entre as casas a suprimir por motivos de insalubridade ou escassez de rendas, sendo determinada a sua anexação à casa de Nossa Senhora do Socorro de Portel²³⁴. Após alguns anos em que as respectivas rendas foram efectivamente anexadas a Portel, os Paulistas obteriam o terreno para a edificação de um novo mosteiro no interior da vila, recebendo para tal, em 1617, a licença de Filipe III²³⁵ e a anuência das autoridades municipais²³⁶. A construção acabaria por prolongar-se no tempo, ainda não estando concluída em 1689, devido às guerras com Castela, à falta de esmolas e a outros encargos pastorais assumidos pela comunidade²³⁷.

²³² ADBEJA, *Convento de S. Paulo de Serpa*, lv. 1, nº 13 (1494.11.05, Beja). É uma doação feita aos fundadores do eremitério, os clérigos Martim Gonçalves Baralho e João Manuel, com o compromisso de nas terras então doadas edificarem um oratório dedicado a Nossa Senhora da Consolação.

²³³ Cf. Sebastiana Alves Pereira Lopes, *ob. cit.*, p. 107 e 116-117.

²³⁴ BPE, *Cód. CLXIX/1-20*, nº 19.

²³⁵ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Serpa*, maço único, nº 1A (petição dos monges, s.d., a. 1617) e ADBEJA, *Convento de S. Paulo de Serpa*, lv. 1, nº 33 (licenças régias – 1617.01.16, Lisboa e 1617.02.18, Lisboa). O monarca concede nova licença em 1618 para a aquisição, para o efeito, de certas casas no interior da vila (*ibidem*, lv. 1, nº 28).

²³⁶ ADBEJA, *Convento de S. Paulo de Serpa*, lv. 1, nº 45 (1617.05.16, Serpa).

²³⁷ Cf. *ibidem*, lv. 1, nº 53 (1688.09.06, Lisboa) e 28 (1689.10.18).

Extinção: 1592 (mosteiro primitivo); 1834 (mosteiro seiscentista).

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

SERRA DE OSSA (TERMO DE REDONDO)

Designação:

1. Serra de Ossa (termo de Redondo)
2. Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa

1ª referência documental / fundação: 1366²³⁸

Localização: O eremitério da Serra de Ossa é fundado no termo do Redondo, correspondendo, contudo, a designação inicial de “pobres da Serra de Ossa” aos eremitas que, por toda a Serra, se distribuía em pequenas comunidades de quatro elementos, situação ainda atestada em 1378, na sequência da visitação então efectuada por ordem pontifícia²³⁹. Segundo as crónicas da Ordem, as primeiras instalações da comunidade ter-se-iam situado na Valadeira²⁴⁰, topónimo que encontramos apenas uma vez, identificando um eremita, de nome Afonso, residente na comunidade da Serra de Ossa em 1427²⁴¹. As doações mais antigas de terras feitas aos pobres na Serra de Ossa

²³⁸ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 40, macete 1 (Pergaminhos), nº 36 (1366.03.09, Estremoz).

²³⁹ Cf. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 24 (1378.02.16, Quinta de Cambeses, em traslado de 1389.08.19, Évora).

²⁴⁰ Cf. Fr. Manuel de S. Caetano Damázio, *Thebaida Portuguesa...*, tomo II, p. 472.

²⁴¹ Cf. parte II, B 17.

são demasiado vagas para atestar esta hipótese e, de qualquer modo, pressupõem já a prévia presença de eremitas no local²⁴². As mesmas crónicas interpretam um privilégio concedido pelo rei Duarte a certos mesteiros que em 1434 se encontravam ao serviço dos pobres²⁴³ para reforçar a afirmação de transferência da comunidade para o local do actual mosteiro, que se deveria situar um pouco mais próximo de S. Gens, em local associado à herdade vizinha das Cortes, que também pertencia aos pobres²⁴⁴. Os dados disponíveis não esclarecem a questão, embora já encontremos referência à presença dos pobres junto ao lugar das Cortes em 1368²⁴⁵. Fr. Manuel de S. Caetano Damásio refere que o antigo mosteiro, do qual ainda subsistiam algumas ruínas no séc. XVIII, ficava na extrema da cerca do novo cenóbio, mais fundo no vale²⁴⁶, podendo alguns microtopónimos encontrados na documentação de finais do séc. XIV, como Vale de Roçadas, Vale de Inferno ou Vale do Salgueiro, corresponder a esta localização²⁴⁷. Não é contudo impossível que o citado diploma eduardino respeite sobretudo a eventuais obras de ampliação das estruturas de apoio à vida comunitária ou do próprio oratório já existentes no local. O mosteiro fica actualmente a 3 km do lugar de Aldeia da Serra (freg. e conc. do Redondo, dist. Évora).

²⁴² Vejam-se, por exemplo: BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 24 (1372.05.11, Redondo – doação de «hũu logar que el [doador] auja na serra termho da dicta vila»); BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 15 (*Pergaminhos Avulsos*, 80), nº 22 (1373.11.09, Redondo – doação de «hũu çarrado que he na serra termo da ujlla do Redondo camjinho d Estremoz»).

²⁴³ O diploma data de 20 de Fevereiro desse ano, privilegiando quaisquer «messeiraes E seruiçaes» ou outros que «de ssuas proprias vontades vaao ou queiram hir ffazer alguuas obras E seruiços aos pobres da sserra d oossa per sseus Jornaes ou pello amoor de deus»: BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Vila Viçosa*, nº 2 (em traslado de 1434.04.11, Estremoz).

²⁴⁴ Segundo o mesmo cronista, a mudança teria sido decidida em 1400, durante o governo de João Fernandes, prolongando-se as obras durante várias décadas (cf. Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, *ob. cit.*, tomo II, pp. 473-476).

²⁴⁵ Cf. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 75 (1368.05.10, Évora).

²⁴⁶ Cf. Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, *ob. cit.*, tomo II, pp. 472-473.

²⁴⁷ Vale de Roçadas, no termo do Redondo (1378.05.23, Évora – BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 20); Vale de Inferno, no termo do Redondo (1378.09.12, Estremoz – *Ibidem*, lv. 35, nº 19; 1390.11.13, Redondo – *ibidem*, lv. 35, nº 27), que as crónicas também identificam com o local onde estava o mosteiro da Serra de Ossa (cf. Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, *ob. cit.*, tomo II, p. 398); Vale do Salgueiro, no termo do Redondo (1390.05.22, Redondo – BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 10).

Enquadramento à data da fundação: Vila do senhorio régio, assim se manteria ao longo da centúria de Quatrocentos. A partir de 1438, encontramos a família dos Melos associados à respectiva alcaidaria²⁴⁸, embora só em 1500 a vila passe a estar sujeita a jurisdição senhorial, com a criação de D. Vasco Coutinho como 1º Conde do Redondo²⁴⁹. A matriz da vila, dedicada a Santa Maria, tinha colegiada criada pelo bispo de Évora em 1342, repartindo-se os respectivos rendimentos entre o vigário, que recebia metade dos proventos daí auferidos, e o bispo, o cabido e os porcionários, que dividiam entre si o restante²⁵⁰. A apresentação do vigário parece caber ao prelado.

Trajectória posterior ao período medieval: O mosteiro foi reconstruído e significativamente ampliado em 1578²⁵¹, precisamente no ano de aprovação definitiva da Congregação dos Eremitas da Serra de Ossa, de acordo com os ditames definidos pelo Concílio de Trento; novas campanhas de obras, realizadas ao longo de todo o séc. XVIII, levariam a uma efectiva renovação das dependências conventuais e da própria igreja, esta última sagrada em 1798 pelo bispo de Beja Fr. Manuel do Cenáculo²⁵².

Extinção: 1834.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Do eventual primitivo edifício situado nas imediações da cerca conventual não se conhecem hoje quaisquer vestígios. O actual

²⁴⁸ Com João de Melo, filho de Martim Afonso de Melo, guarda-mor de D. João I e alcaide-mor de Évora (cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. I, p. 452).

²⁴⁹ Cf. *ibidem*, vol. I, p. 210 e vol. III, p. 336.

²⁵⁰ Cf. Hermínia Vasconcelos Vilar, *As dimensões de um poder...*, p. 241 e nota 109.

²⁵¹ Cf. Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, *ob. cit.*, tomo II, p. 476.

²⁵² BPE, *Cód. CVIII/1-30 e Cód. CIX/2-11*, nº 6; cf. Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. IX, tomo I, p. 307.

mosteiro revela sobretudo os traços das sucessivas campanhas de obras operadas nos sécs. XVI e XVIII²⁵³.

VALBOM (TERMO DE VILA VIÇOSA)

Designação:

1. Valbom (termo de Vila Viçosa)
2. Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa

1ª referência documental / fundação: 1416²⁵⁴

Localização: Quinta dos Padres ou Quinta de Valbom, na Provença (freg. Conceição, conc. Vila Viçosa, dist. Évora).

Enquadramento à data da fundação: Eremitério fundado no termo de Vila Viçosa, concelho sob o senhorio da Casa de Bragança desde 1384²⁵⁵. O padroado das igrejas da vila era partilhado entre a Casa Ducal, de acordo com doação régia de 1387²⁵⁶ e a Ordem de Avis²⁵⁷.

²⁵³ Cf. Túlio Espanca, *ob. cit.*, vol. IX, tomo I, pp. 308-321; para a descrição do imóvel, veja-se também Luísa Arruda e Teresa Campos Coelho, *Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, Lisboa, Edições Inapa, 2004.

²⁵⁴ Carta de sesmaria outorgada a Pedro Afonso, pobre, e seus parceiros (1416.10.20, Vila Viçosa – TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 103).

²⁵⁵ Confirmada a 20.08.1385 - cf. Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, parentesco e poder...*, Apêndice, I A), p. 211 e 212.

²⁵⁶ Cf. *Ibidem*, Apêndice, I A, p. 212 (por doação régia de 1387.02.05).

²⁵⁷ Cf. Luís Filipe Oliveira, «As Definições da Ordem de Avis de 1327», *As Ordens Militares: Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina F. 586

Trajectória posterior ao período medieval: A esta casa são anexados os eremitérios do Ameal do Gorjão, que lhe ficava próximo, doado pelos pobres de Viana do Alentejo em 1428, e de Asseiceira, no termo de Olivença, entregue em 1502 por iniciativa do respectivo fundador. Em 1585, a casa adoptou, por determinação do capítulo da Ordem, o título mariano de Nossa Senhora do Amparo²⁵⁸. A comunidade passou em 1590 para umas casas da vila, transitando daí para um novo mosteiro edificado no interior da vila, sob o patrocínio da Casa de Bragança. Iniciado em 1597, o cenóbio encontrava-se concluído em 1613²⁵⁹.

Extinção: 1834.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

VALE ABRAÃO (TERMO DE REDONDO)

Designação:

1. Vale Abraão
2. Mosteiro de Santo Onofre de Vale Abraão

Fernandes, vol. I, Palmela, Município de Palmela / GEsOS, 2012, p. 377, nota 35; idem, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, p. 100.

²⁵⁸ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 11 (memórias diversas do mosteiro, séc. XVIII).

²⁵⁹ Cf. *ibidem*; TT, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, maço único, nº 6; Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, tomo IX, vol. I, pp. 677-681.

1ª referência documental / fundação: 1390²⁶⁰

Localização: Junto à Albufeira de Vale Abraão (freg. e conc. Redondo, dist. Évora).

Enquadramento à data da fundação: ver acima o que ficou dito para a Serra de Ossa.

Trajectória posterior ao período medieval: Em 1592, o Capítulo da Ordem decidiu a inclusão do mosteiro entre as casas a suprimir por motivos de insalubridade ou escassez de rendas, sendo determinada a sua anexação à casa da Serra de Ossa. A decisão seria ratificada por Clemente VIII no ano seguinte²⁶¹.

Extinção: 1593.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Conjunto monástico em ruínas²⁶².

²⁶⁰ A data é aqui conjectural. Com efeito, as biografias de Álvaro Martins (I) e de Afonsilho (cf. Parte II, B 42 e 1) ligam-nos à comunidade de Vale Abraão, documentando-se o primeiro na pobre vida em 1390 e o segundo entre 1397 e 1443. As crónicas da Ordem fazem remontar a fundação deste eremitério a 1375, ligando-o à figura de Vasco Peres de Avis (cf. Fr. Manuel Caetano Damásio, *Thebaida Portuguesa*, tomo II, p. 259), eremita que nos parece estar antes associado a Vale da Infante (cf. parte II, B 390). O carácter genérico de muitas referências a pobres viventes na Serra de Ossa impede de perceber com clareza a autonomização dos diversos eremitérios aí fundados. As primeiras referências explícitas a Vale Abraão datam de 1425, referentes precisamente ao eremita Afonsilho – cf. BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 1 [4] (1425.10.02, Vila Viçosa, em traslados de 1436.10.16 e 1441.02.02, Vila Viçosa).

²⁶¹ BPE, *Cód. CLXIX/1-20*, nº 19.

²⁶² Já em 1878, Gabriel Pereira atestava a completa ruína em que caíra o antigo complexo monástico. Cf. Gabriel Pereira, «S. Gens. Serra de Ossa» in *Estudos Diversos (Arqueologia. História. Arte. Etnografia)*, colectânea organizada e anotada por João Rosa e ilustrada com desenhos do autor, prefácio de D. José Pessanha, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, p. 363.

VALE DA INFANTE (TERMO DO CANAL)

Designação:

1. Serra de São Gens (termo do Canal)
2. Vale da Infante²⁶³
3. Mosteiro de Santo Antão de Vale da Infante

1ª referência documental / fundação: c. 1374²⁶⁴

Localização: Na Serra de Ossa, próximo de Aldeia da Serra (fr. Glória, conc. Estremoz, dist. Évora).

Enquadramento à data da fundação: Eremitério situado no termo da vila do Canal, em terras pertencentes à Infanta D. Beatriz, filha do rei Pedro I e de Inês de Castro e viúva do conde D. Sancho, senhor de Albuquerque²⁶⁵, razão pela qual o lugar ficaria conhecido por Vale da Infante. A Infanta havia recebido do rei Fernando, em doação

²⁶³ A referência ao lugar «da Jnffante» aparece pela primeira vez em 1397 – cf. TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale da Infante*, maço 1, nº 8 (1397.04.27, Estremoz, em traslado de 1435.11.14, Estremoz) e torna-se recorrente a partir de 1410, com a designação de «vall da Jffamte» (cf. TT, *Colecção Especial*, cx. 32, nº 39 – 1410.01.14, Évora).

²⁶⁴ Conhecemos a doação do lugar aos pobres por meio de confirmações posteriores (TT, *Colecção Especial*, cx. 34, nº 8, em confirmação régia de 1466.07.26, Estremoz; *ibidem*, cx. 35, nº 37, em traslado de 1386.08.24, Estremoz, em carta régia de confirmação de 1466.07.23, Estremoz). Esta é aí apresentada como tendo sido redigida na vila de Albuquerque a 2 de Março de 1372 (Era de 1410). Contudo, tal data está necessariamente errada, dado que D. Beatriz casa com D. Sancho, irmão bastardo de Henrique II de Castela, em 1373, talvez a 9 de Abril, na sequência do tratado de paz assinado com o monarca castelhano no mês anterior. Além disso, D. Beatriz apresenta-se como viúva, pelo que a doação teria que ser posterior a 29 de Fevereiro de 1374, data da morte do dito Conde e, no máximo, anterior ao falecimento da própria Infanta, que Dias Arnaut afirma anterior a 24 de Setembro de 1381 (cf. Salvador Dias Arnaut, *A crise nacional dos fins do século XIV. I – A sucessão de D. Fernando*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1960, pp. 17- 19, nota). Uma outra referência, datada de 01.05.1379, já refere a presença de eremitas na Serra de S. Gens, propondo a dita doação como anterior a esta data (cf. BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 6).

²⁶⁵ Irmão bastardo de Henrique II de Castela. Cf. nota anterior.

feita em 1367, a «quinta do Canal»²⁶⁶, sendo possivelmente donatária da mesma vila, que na doação aos pobres designa como «o meu lugar do canall»²⁶⁷. Estes bens devem-lhe ter sido confiscados pelo monarca pouco depois de 1374, consumando um afastamento da Corte que se havia tornado cada vez mais efectivo após o casamento de D. Fernando com Leonor Teles (1372) e o refúgio da Infanta em Castela, por meio do enlace negociado no ano seguinte no âmbito das novas pazes celebradas com o Trastâmara²⁶⁸.

Trajectória posterior ao período medieval: Segundo informação transmitida por Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, o cenóbio manteve-se como comunidade monástica até pouco antes de 1642, ano em que o cartório deste mosteiro foi integrado no do mosteiro do Santíssimo Sacramento de Lisboa, acompanhando certamente a transferência dos frades para o recém-fundado cenóbio lisboeta²⁶⁹. Parece ter sofrido diversos melhoramentos ainda nas primeiras décadas do séc. XVII²⁷⁰. No ano de 1657 servia somente de granja do convento da Serra de Ossa e era habitado por três frades que tratavam e recolhiam os frutos do pomar²⁷¹.

Extinção: c. 1642

Vestígios materiais do eremitério medieval: Conjunto monástico em ruínas, evidenciando sobretudo os melhoramentos efectuados no séc. XVII²⁷².

²⁶⁶ Cf. Salvador Dias Arnaut, *ob. cit.*, p. 18, nota.

²⁶⁷ Cf. nota 264.

²⁶⁸ Cf. Salvador Dias Arnaut, *ob. cit.*, pp. 18-19, nota; Rita Costa Gomes, *D. Fernando*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, pp. 99-100. Dias Arnaut atesta a execução de diversos confiscos sobre bens anteriormente doados a D. Beatriz a partir de 1375.

²⁶⁹ Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, *Thebaida Portuguesa*, tomo II, p. 361.

²⁷⁰ Cf. Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, tomo VIII, vol. I, p. 246.

²⁷¹ Cf. *ibidem*.

²⁷² Cf. *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 137; Túlio Espanca, *ob. cit.*, tomo VIII, vol. I, p. 246. A ruína do complexo monástico já é atestada por Gabriel Pereira em 1878: cf. Gabriel Pereira, «S. Gens. Serra de 590

VALE DE FLORES (TERMO DE PORTALEGRE)

Designação:

1. Vale de Flores (termo de Portalegre)
2. Mosteiro de S. Jerónimo de Vale de Flores
3. Oratório de S. Jerónimo de Vale de Flores

1ª referência documental / fundação: 1375²⁷³

Localização: Casa da Provença, perto da povoação de Ribeira de Nisa (fr. Ribeira de Nisa, conc. Portalegre, dit. Portalegre).

Enquadramento à data da fundação: Eremitério sito no termo de Portalegre, junto à Ribeira de Nisa, com implantação eremítica anterior a 1375, possivelmente sob protecção do monarca, a quem pertencia o lugar²⁷⁴. Já havia sido abandonado pelos pobres nessa data, quando o rei Fernando o doa a Fernando Álvares Pereira, seu vassalo, filho de Álvaro Gonçalves Pereira, prior do Hospital²⁷⁵. Em 1385, o lugar é de novo doado a pobres por sua mãe, Iria Gonçalves do Carvalhal²⁷⁶, que o recebera após a morte do filho²⁷⁷, doação que o monarca confirma em 1397²⁷⁸. A vila, de senhorio

Ossa» in *Estudos Diversos (Arqueologia. História. Arte. Etnografia)*, colectânea organizada e anotada por João Rosa e ilustrada com desenhos do autor, prefácio de D. José Pessanha, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, p. 363.

²⁷³ TT, *Chancelaria de D. Fernando*, lv. 1, fl. 177v (1375.09.23, Pó).

²⁷⁴ Conforme atestado pelo monarca na doação que dele faz em 1375 (cf. nota anterior).

²⁷⁵ Cf. nota 273. É-lhe doado «o nosso lugar em que soyam de morar os da pobre vida que he em termo da nossa villa de portalegre».

²⁷⁶ BPE, *Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 3 (1385.05.25, Portalegre, inserida em carta de doação de 1419.03.23, Provença de Ribeira de Niza).

²⁷⁷ Conforme referido em carta régia de confirmação da doação de 1385 emitida em Évora a 31.01.1397 (*ChDJI*, vol. II, tomo 3, doc. 1084, pp. 22-23).

régio, tivera a sua alcaidaria confiada, até 1383, a um outro dos filhos do prior do Hospital, Pedro Álvares Pereira²⁷⁹, e a Ordem do Hospital era também padroeira de duas das igrejas da vila (S. Tiago e S. Martinho), a par com as ordens de Cristo (Santa Maria a Grande) e Santiago (S. Pedro, S. Vicente, S. João e S. Lourenço) e aos regrantes de S. Jorge de Coimbra (Sta. Maria Madalena)²⁸⁰.

Trajectória posterior ao período medieval: O lugar já havia sido abandonado pelos pobres em 1436, quando o rei Duarte o cede à Ordem de S. Jerónimo²⁸¹. Aí permanece uma comunidade de monges até 1467, quando os jerónimos fazem renúncia do lugar, regressando o mesmo à posse da Coroa. Em Janeiro desse ano, o rei Afonso V doa-o de novo aos pobres²⁸², outorgando-lhes os mesmos privilégios usufruídos pela Serra de Ossa²⁸³. Mas, três meses depois, os eremitas já haviam desistido do lugar, cedendo-o o monarca a Álvaro de Sousa, seu conselheiro e mordomo-mor e a D. Guiomar de Meneses, sua mulher²⁸⁴. Após a morte de Álvaro de Sousa, e falecendo também a dita Guiomar sem descendentes²⁸⁵, o lugar de Vale de Flores foi cedido pelo monarca, em 1479, a Fernão da Silva de Meneses, seu irmão²⁸⁶. Em finais do século XV, Vale de

²⁷⁸ Cf. nota anterior.

²⁷⁹ Cf. Maria de Lurdes Rosa, «Quadros de organização do poder nobre na Baixa Idade Média. Estrutura familiar, patrimónios e percursos linhagísticos de quatro famílias de Portalegre», *A Cidade – Revista Cultural de Portalegre*, nova série, nº 6, 1991, p. 48.

²⁸⁰ Cf. Mário Viana, «Notas sobre a organização paroquial e a toponímia de Portalegre em 1304», *ibidem*, p. 68; Santa Maria a Grande, então do padroado de Avis, passaria para a Ordem de Cristo em 1332 [cf, Isabel Luísa Morgado de Sousa e Silva, «A Ordem de Cristo durante o mecenado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417)», *Militarium Ordinum Analecta*, nº 1, 1997, p. 34].

²⁸¹ *ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 1111, p. 337 (1436.11.08, Lisboa).

²⁸² TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 6, fls. 87v-88 (1467.01.15, Évora).

²⁸³ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 68 e TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 6, fls. 86v-87 (1467.01.17, Évora).

²⁸⁴ TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 6, fls. 89-89v (1467.04.09, Évora).

²⁸⁵ Cf. Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira*, vol. II, p. 968.

²⁸⁶ TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 5, fls. 287-287v. Publ. António Domingues de Sousa Costa, «Studio critico e documenti inediti sulla vita del Beato Amadeo da Silva nel quinto centenario della morte», *Noscere Sancta. Miscellanea in memoria di Agostino Amore OFM (†1982)*, a cura di Isaac Vásquez Janeiro, vol. II, Roma, Pontificium Athenaeum Antonianum, 1985, doc. 38, p. 297.

Flores pertencia já ao convento de S. Francisco de Portalegre, que aí trazia seus caseiros, não tendo consequência a iniciativa então tomada pelos pobres junto do monarca para reaverem o seu antigo eremitério²⁸⁷. Com efeito, em 1509, o lugar permanecia sob tutela dos Menores, quando o papa Júlio II concede ao franciscano Nuno Calvo o oratório de S. Jerónimo de Vale de Flores, com a obrigação de permanecer sob a obediência do respectivo ministro provincial²⁸⁸. Segundo Luís Keil, o lugar viria à posse de D. Jorge de Melo, bispo da Guarda e fundador do mosteiro das bernardas de Portalegre, que aí construiu, no século XVI, o seu solar, integrando no mesmo e reconstruindo a capela ou oratório anteriormente existente²⁸⁹, aparentemente já então em ruínas²⁹⁰.

Extinção: 1436 / 1467.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos²⁹¹. Luís Keil ainda pode observar, em 1943, vestígios do antigo oratório, que denotavam sobretudo as intervenções feitas no templo aquando da instalação no local de D. Jorge de Melo²⁹².

²⁸⁷ Conforme setença régia de 13.11.1500 (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 37, nº 23).

²⁸⁸ Publ. António Domingues de Sousa Costa, «Aproximação da espiritualidade de Santa Beatriz da Silva e seu irmão Beato Amadeu com os Frades do Santo Evangelho e Capuchos, evangelizadores da África, América e Índia», *Congresso Internacional “Bartolomeu Dias e a sua Época” – Actas*, vol. V – *Espiritualidade e Evangelização*, Porto, Universidade do Porto – CNCDP, 1989, doc. 49, pp. 327-328.

²⁸⁹ Cf. Luís Keil, *Inventário Artístico de Portugal*, tomo I – *Distrito de Portalegre*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1943, p. 152. Sobre D. Jorge de Melo, bispo da Guarda entre 1519 e 1545 e falecido a 5 de Agosto de 1548, cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. I, pp. 463-465; José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2006, pp. 294-295, 580.

²⁹⁰ Segundo o testemunho dado por Diogo Pereira Sotto Maior em 1619, no *Tratado da Cidade de Portalegre* (introdução, leitura e notas de Leonel Cardoso Martins, Lisboa, IN-CM, 1984, cap. XIII, pp. 111-112); o mesmo autor afirma, à data, a ruína das construções então feitas pelo dito bispo.

²⁹¹ Cf. *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 139.

²⁹² Cf. Luís Keil, *ob. cit.*, p. 152.

VALE DE GROU (TERMO DE ALMADA)

– VER CELA NOVA

VALE DE INFERNO (TERMO DO REDONDO)

– VER SERRA DE OSSA

VALE DO BISPO (TERMO DE BEJA)

Designação:

1. Vale do Bispo (termo de Beja)

1ª referência documental / fundação: 1479²⁹³

Localização: Vale do Bispo (fr. Santa Maria da Feira, conc. Beja, dist. Beja). Não é impossível que se trate de um dos “beguinos” estantes na ermida de S. Miguel o Anjo, que lhe ficava próxima.

Enquadramento à data da fundação: veja-se, acima, o que ficou dito a propósito do eremitério de São Miguel o Anjo.

²⁹³ Referência a um «pero diaz begujno» entre as confrontações de um vinha com seu chão, sita em Vale do Bispo, no termo de Beja (ADBEJA, *Convento do Carmo de Beja*, nº 45, fl. 345 – 1479.12.29, Beja).

Trajectória posterior ao período medieval: sem informação.

Extinção: Não encontramos referências a eremitas ligados a este topónimo após 1479.

Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

VALE FORMOSO (TERMO DE TAVIRA)

Designação:

1. Termo de Tavira ou Serra de Tavira
2. Vale Formoso (termo de Tavira)²⁹⁴
3. Mosteiro de Nossa Senhora da Ajuda de São Marcos de Tavira

1ª referência documental / fundação: 1401²⁹⁵

Localização: Vale Formoso de São Marcos, na Serra de Tavira (freg. Santa Maria de Tavira, conc. Tavira, dist. Faro).

Enquadramento à data da fundação: A vila de Tavira pertencia, desde 1272, ao senhorio régio, por acordo estabelecido com a Ordem de Santiago que, na mesma data, recebera do monarca, entre outros, o padroado da paroquial de Santa Maria. A igreja de

²⁹⁴ O topónimo surge identificado pela primeira vez em carta régia de 1466 (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 14, fl. 69v – 1466.07.28, Estremoz).

²⁹⁵ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Ajuda de Tavira*, maço único, n.º 2 (1401.04.08, Tavira, em cópia do séc. XVII). O diploma reporta-se possivelmente à fundação do eremitério. Sobre a sua datação, cf. parte II, B 171 [João (IV)].

Santiago, menos rentável, era da apresentação do prelado algarvio, também por doação régia celebrada em 1270²⁹⁶.

Trajectória posterior ao período medieval: O primitivo mosteiro é abandonado em finais do séc. XVI, transitando a comunidade para novas dependências, no interior da vila de Tavira, junto à igreja de Nossa Senhora da Ajuda. Apesar da tradição colocar esta transferência em 1606, Arnaldo Anica aponta elementos documentais que atestam que a comunidade já se encontrava instalada na vila em 1601²⁹⁷.

Extinção: 1834.

Vestígios materiais do eremitério medieval: A antiga ermida de S. Marcos converteu-se em templo dedicado a Nossa Senhora da Saúde²⁹⁸. Nada resta do antigo eremitério.

VIANA DO ALENTEJO (A PAR DE ALVITO)

Designação:

1. No termo de Viana a par de Alvito

1ª referência documental / fundação: 1436²⁹⁹

²⁹⁶ Cf. Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, «Tavira nos séculos XII a XV – a ocupação cristã», *Tavira: Território e Poder - Catálogo*, coord. Maria Maia, Carla Fernandes, Marco Lopes e Sandra Cavaco, Tavira, Museu Nacional de Arqueologia – Câmara Municipal de Tavira, 2003, pp. 185-186; João Luís Inglês Fontes, «Entre Faro e Loulé: a terra da “Senhora Santa Bárbara” (séculos XIII-XVI)», *Santa Bárbara de Nexe: a História, a Igreja e a Memória*, coord. João Pedro Bernardes e Luís Filipe Oliveira, Santa Bárbara de Nexe, Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe, 2006, pp. 39-41.

²⁹⁷ Cf. Arnaldo Casimiro Anica, *Tavira e o seu termo: memorando histórico*, vol. I, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 1993, p. 77.

²⁹⁸ Cf. *ibidem*, vol. II, pp. 91-94.

Localização: A referência genérica ao termo de Viana do Alentejo não permite qualquer localização mais precisa (fr. Viana do Alentejo, conc. Viana do Alentejo, dist. Évora).

Enquadramento à data da fundação: Ver abaixo e que é dito a propósito do eremitério de Zarco.

Trajectória posterior ao período medieval: Eremitério já abandonado em 1450 e vendido com autorização do monarca³⁰⁰.

Extinção: c. 1450

Vestígios materiais do eremitério medieval: Sem informação.

ZARCO (TERMO DE VIANA A PAR DE ALVITO)

Designação:

1. Acerca de Viana a par de Alvito
2. Zarco

1ª referência documental / fundação: 1425³⁰¹

²⁹⁹ ChDD, vol. I, tomo 2, doc. 1037, pp. 307-308 (1436.08.29, Torres Vedras).

³⁰⁰ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 34, fl. 60 (1450.04.17, Évora).

³⁰¹ BPE, *Mosteiro de Santa Catarina de Sena de Évora*, lv. 85, nº 41 (1425.10.09, Vila Viçosa). O diploma pressupõe a presença anterior dos eremitas em Viana do Alentejo, consagrando, nessa data, a

Localização: Não nos foi possível identificar o topónimo Zarco, omissos dos Dicionários Corográficos, sabendo-se apenas que pertencia ao concelho de Viana do Alentejo (dist. Évora).

Enquadramento à data da fundação: A vila de Viana do Alentejo estava associada, desde 1373, à linha secundogénita da família condal de Barcelos, por via de João Afonso Telo, então criado seu primeiro conde. Falecido em 1384 e confiscados os seus bens, suceder-lhe-ia como conde de Viana o seu filho, D. Pedro de Meneses, capitão de Ceuta e primeiro conde de Vila Real, titulado ainda antes da morte de D. João I³⁰².

Trajectória posterior ao período medieval: O lugar é abandonado pelos eremitas em 1436, por «seer mjnguido d agoa», transitando os seus anteriores ocupantes para outro local próximo, também no termo de Viana do Alentejo³⁰³.

Extinção: 1436

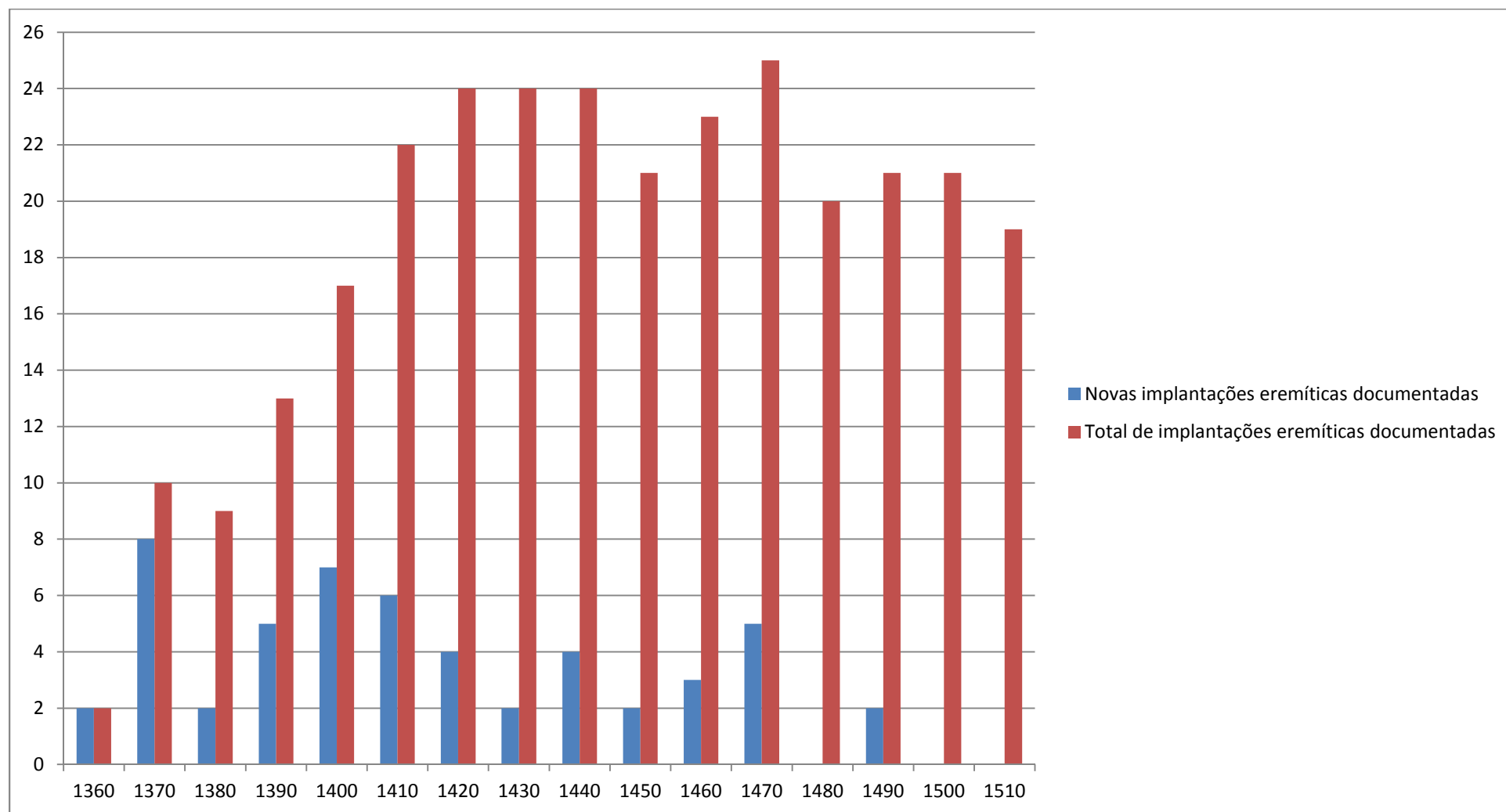
Vestígios materiais do eremitério medieval: Desconhecidos.

doação que lhes é feita, pelos seus anteriores ocupantes, do eremitério do Ameal do Gorjão, no termo de Vila Viçosa.

³⁰² Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. I, pp. 120-122; Nuno Silva Campos, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, Ed. Colibri - Cidehus, 2004, pp. 38-40, 109.

³⁰³ *ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 1037, pp. 307-308 (1436.08.29, Torres Vedras).

ANEXO I/A - A EVOLUÇÃO DAS IMPLANTAÇÕES EREMÍTICAS (1366-1510)



ANEXO II – JUÍZES DOS POBRES E PROVINCIAIS¹

JUÍZES DOS POBRES

Francisco (I) [de Vale da Infante] (1452-1466)

* Gonçalo Vasques [da Serra de Ossa] (1452-d. 1455)

Fernando Afonso Cicioso (1452)

* Fernão Vasques (I) [de Vale da Infante] (1466-a. 1476)

Gonçalo de Pinhel [da Serra de Ossa] (1466-1470)

Lopo de Santa Marta (1466-1469)

Lopo Godinho de Portel (1475-1482)

* Rodrigo Eanes [de Vale Abraão] (1475-1482)

João Brandão [de Alferrara] (1478-1482)

PROVINCIAIS

Lopo Godinho de Portel (1482-1485)

Pedro (X) (1491)

Vasco de Elvas (1492-1493)

¹Sobre os nomes aqui referidos, cf. parte I, Cap. II (sobre Fernando Afonso Cicioso) e parte II (para os restantes). Os nomes são dispostos por ordem cronológica da primeira referência documental encontrada, assinalando-se com um asterisco (*) os pobres de condição clerical.

ANEXO III – A POPULAÇÃO DOS EREMITÉRIOS¹

ÁGUA DAS INFANTES (TERMO DE PORTEL)

1. Regedores

Vasco (III) (1405-a. 1439)

Álvaro (IV) (1440-1460)²

Lopo Godinho de Portel (d. 1460-1486)³

Lourenço Cebolinho (1509)

2. Eremitas

João de Torres (1405-1406)

Lourenço (II) (1405-1406)

Vicente (I) (1405-1411)

Gonçalo (IV) (1411)

João de Beja (1411)

João de Évora (1411)

Álvaro (IV) (1434-1440)⁴

Gomes (III) (1439)

Álvaro (V) (1450)⁵

Gil (IV) (1488)

João de Abrantes (II) (1509)

¹ As listagens aqui apresentadas baseiam-se nas biografias contidas na parte II da presente dissertação, onde se justificam as identificações e datas propostas para cada eremita, bem como as funções por eles desempenhadas e as respectivas ligações a um ou outro eremitério. Dentro de cada eremitério, foram separados dos restantes pobres aqueles que sabemos terem desempenhado, nessa comunidade, funções de governo. Os nomes são dispostos por ordem cronológica da primeira referência documental encontrada, assinalando-se com um asterisco (*) os pobres de condição clerical.

² Documentado como pobre no mesmo eremitério desde 1434.

³ Escolhido como juiz dos pobres (1475-1482) e seu primeiro provincial (1482-1485).

⁴ Regedor desta comunidade após 1440.

⁵ Oriundo do eremitério de Viana do Alentejo.

ALCÁCER DO SAL

1. Eremitas

Vasco (VII) (1465-1482)

ALCANHÕES (TERMO DE SANTARÉM)

1. Eremitas

Martinho (VIII) (1471-1487)

ALENTEJO (TERMO DE ÓBIDOS)

1. Regedores

* João Eanes do Baleal (a. 1409-a. 1434)

* João Eanes de Atouguia (1434)⁶

2. Eremitas

João de Amoreira (1434)

Estêvão Eanes (1434-1447)

* João Eanes de Atouguia (1434-a. 1463)⁷

Nuno (1434-1465)

Martim Dias (1447-1465)

Fernão Peres (1465)

Pedro Eanes (II) (1465)

ALFERRARA (TERMO DE PALMELA)

1. Regedores

Mendo de Seabra (c. 1428-1442)

Rodrigo (II) (1428)

⁶ Mantém-se no eremitério como pobre após esta data.

⁷ Fora regedor da comunidade antes desta data.

* João Eanes (I) (1442-1445)⁸

João Brandão (1462-1497)⁹

Francisco (III) (1510)

2. Eremitas

João Gouvinhas (1380-1381)¹⁰

Miguel (1380-1381)

Vasco (II) (1380-1381)

Afonso Aranha (1385)

João Gonçalves (I) (1385-1434)

Martinho (II) (1385)

Diogo (I) (1418)

Afonso Chamiço (1427-1448)

Lopo (III) (1427)

Salvado (1427-1428)

Pedro (V) (1443)

João de Viana (II) (1494)

* Fernão Vasques (III) (1510)

AMEAL DO GORJÃO (TERMO DE VILA VIÇOSA)

1. Regedor

Lourenço (III) (1409-1425)

2. Eremitas

Gonçalo (III) (1409-1425)

Pedro (III) (1417)

⁸ Regedor de Mendoliva, superintende também, após a morte de Mendo Seabra, ao governo deste eremitério e do de Alferrara.

⁹ Vindo da Serra de Ossa. Em 1478, é escolhido como juiz dos pobres.

¹⁰ Deve ter saído deste eremitério pouco depois, sendo possível que tivesse estanciado com a comunidade de Felgueiras, no termo de Montemor-o-Novo, antes de se instalar na Serra de Ossa, em 1389.

AMIEIRA (TERMO DE ESTREMOZ)

1. Eremitas

Fernando Esteves (1428-1431)¹¹

Rodrigo (IV) (1431)

AMIEIRA (TERMO DE FIGUEIRÓ)

1. Regedores

* Fernão Vasques (I) (1449)

ARRAIOLOS (ERMIDA ACERCA DE)

1. Eremitas

Martim Ovelheiro (1378)

Álvaro Martins (II) (1396)

ASSEICEIRA (TERMO DE OLIVENÇA)

1. Regedores

* Bartolomeu Álvares (1470-1491)¹²

AZAMBUJEIRA (TERMO DE AVIS)

1. Regedores

Fernando Gonçalves (1423-1437)

2. Eremitas

Afonso Galego (1371)

¹¹ Documentado posteriormente na Serra de Ossa.

¹² Possivelmente oriundo da comunidade de Valbom, funda o eremitério da Asseiceira, no termo de Olivença, em 1470. Volta para Valbom em 1491.

* João (II) (1371)

Afonso Eanes (I) (1423-1426)

Pedro Eanes (I) (1423-1426)

Rodrigo (VII) (1458-1469)

BARRIGA (TERMO DE ALMADA) - VER CELA NOVA.

CABEÇO DE VIDE (ERMIDA ACERCA DE)

1. Eremitas

Gonçalo da Beira (1378)¹³

João Espartim ou Espertim (1378)¹⁴

CELA NOVA (TERMO DE ALMADA)

1. Regedores

Mendo de Seabra (c. 1428-1442)

Fernando (III) (a. 1433-1463)¹⁵

* João Eanes (I) (1442-1445)¹⁶

2. Eremitas

Afonso Vasques (1414)

João de Aragão (1414)

Lourenço (IV) (1414)

Estêvão (V) (1472)

¹³ Passa posteriormente para a ermida de S. Pedro de Montão e, em 1385, para Vale de Flores.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Exerce estas funções sob supervisão, primeiro de Mendo Seabra e, após a morte deste (1442), da de João Eanes.

¹⁶ Regedor de Mendoliva, superintende também, após a morte de Mendo Seabra, ao governo deste eremitério e do de Alferrara.

ESPADANEIRA (TERMO DE ESTREMOZ)

1. Regedores

João de Elvas (1453)

Gonçalo Ferreira (1458)

Gonçalo Camino (1462-1463)

Rodrigo (XII) (1478)

Fernando (X) (c. 1481-c. 1490)¹⁷

Vasco de Elvas (1493-1494)¹⁸

2. Eremitas

Pedro de Avis (1433)

Pedro de Borba (1433)

Fernando (X) (1480)¹⁹

Vasco (X) (1485)

FELGUEIRA (TERMO DE MONTEMOR-O-NOVO) [→ RIO MOURINHO]

1. Eremitas

Gonçalo (I) (1377-1378)

Lourenço (I) (1377-1401)

Tomé (1377-1378)

João Preto (1378)²⁰

Lopo (I) (1378)

João Gouvinhas [c. 1385-1389]²¹

Afonso (I) (1399-1412)

Fernando (I) (1401)

¹⁷ Documentado como pobre neste lugar desde 1480.

¹⁸ Documentado anteriormente como regedor na Serra de Ossa e Vale Abraão. Foi também provincial.

¹⁹ Assume pouco depois o governo do eremitério.

²⁰ Passa posteriormente para a Serra de Ossa.

²¹ Vindo de Alferrara, instala-se posteriormente na Serra de Ossa.

FLOR DA ROSA

1. Eremitas

Afonso Martins (1410)

Álvaro (II) (1410)

Geraldo (I) (1410)

FRANQUEIRA

1. Eremitas

Vicente (III) (1476)

FRIELAS (PAÇO DE)

1. Eremitas

Lourenço Eanes (I) (1378)

JUNQUEIRA (TERMO DE SINES)

1. Regedores

* João Gonçalves (II) (1447-a.1485)

Diogo Paixão [ou Pousão] (1485)

Diogo Moreno (1488)²²

Cristóvão (I) (1492-1496)

2. Eremitas

Diogo (IV) (1459)

Diogo Moreno (c. 1462-a. 1488, 1492)²³

Gonçalo Vicente (a. 1470-a. 1488)

²² Pobre neste eremitério desde 1462, aí se manteria até 1492.

²³ Documentado como regedor do eremitério em 1488.

Vasco (IX) (1474)
Pedro da Junqueira (c. 1481)
Diogo do Campo (1484)
Fernão Gil (II) (1485)
Afonso Beçudo (1492)

LISBOA (CASAS JUNTO AO MOSTEIRO DA TRINDADE)

1. Eremitas

Barnabé (1425)
Gonçalo Martins (1435)
Lourenço Afonso (1440)

MENDOLIVA (TERMO DE SETÚBAL)

1. Regedores

Mendo de Seabra (c.1420-1442)
* João Eanes (I) (1442-1445)²⁴
* Álvaro de Valença (1450-1451)²⁵
Pedro Ferreira ([1468-1470])²⁶
Bartolomeu Gordino (1471-1474)
João Eanes (II) (1486-1493)
João Vaqueiro (II) (1504-1505)²⁷
Diogo (X) (1506)

2. Eremitas

* João Eanes (I) (c. 1423-1442)²⁸

²⁴ Documentado nessa comunidade desde c. 1423. Entre 1442 e 1445, superintende também ao governo dos eremitérios de Alferrara e Cela Nova.

²⁵ Documentado como pobre de Mendoliva desde 1450.

²⁶ Documentado anteriormente como regedor em Rio Mourinho.

²⁷ Fora, anteriormente, regedor de Santa Margarida do Aivado de Évora.

Diogo (II) (1433)
Antão (II) (1433-1442)
Álvaro (VI) (1442-1443)
Pedro (IV) (1442-1452)
* Álvaro de Valença (1450-1451)²⁹
Diogo (V) ([1468-1470])

MONTELAS /VALE DA RAMADA (TERMO DE ÓBIDOS)

1. Eremitas

Afonso Eanes (II) (1478)

MONTEMURO (TERMO DE ÉVORA)

1. Regedores

Álvaro (III) (1415-1434)
Lourenço Chaínho (1460)³⁰
Rodrigo (X) (1475-1479)
Lopo (VII) (1483-1484)

2. Eremitas

João (V) (1415)
Lopo (II) (1415-1434)
Jorge (1432-1434)
* Fernando (V) (1450)
Vasco (VI) (1451)
Luís Galvão (1450-1460)
Fernando Espadarrão (1460)³¹

²⁸ Assume o governo do eremitério em 1442. Entre esta data e 1445, superintende também ao governo dos eremitérios de Alferrara e Cella Nova.

²⁹ Assume o governo do eremitério em 1451.

³⁰ Passa posteriormente para Santa Margarida do Aivado de Évora.

Lourenço (VII) (1460)
Álvaro (IX) (1479)
Bartolomeu (II) (1479)
Estêvão (VI) (1479)
Fernando Serrão (1479)
Rodrigo (XIII)
João Gamito (a. 1494)³²

MONTES CLAROS (TERMO DE BORBA)

1. Regedores

Gonçalo Neto (1407-1427)
Gonçalo Neto, Martim de Barbosa e * Martim Escrivão (1427-a. 1436)
* Martim Escrivão (1436-1443)
Estêvão (IV) (1442-1443)
Rodrigo (VI) (1443-1470)³³
Pedro Afonso de Sereira (1474)³⁴
Rodrigo de Monforte (I) (1480-1486)³⁵
André (III) (1493)

2. Eremitas

* Pedro Afonso (I) (1407-1425)
João Vasques (I) (1427)³⁶
Rodrigo (VI) (a. 1443)³⁷
Lopo (IV) ([d. 1443- a. 1466])

³¹ Passa posteriormente para Santa Margarida do Aivado de Évora.

³² É admitido entre os Lóios nesse mesmo ano.

³³ Ingressara antes no eremitério.

³⁴ Eremita nessa comunidade desde 1466.

³⁵ Transita posteriormente para a Serra de Ossa.

³⁶ Pertença incerta a este eremitério.

³⁷ Assume, em 1443, o governo do eremitério.

Pedro Afonso de Sereira (1466)³⁸

Rodrigo de Olivença (1466)

Álvaro Amieiro ou de Amieira (1474-c. 1481)³⁹

Gonçalo (VII) (1486)

* João de Abrantes (I) (1486)⁴⁰

PENHA LONGA (TERMO DE CASCAIS)

1. Eremitas

Antão (I) (1390)

Antão «Nicolò» (1390)

Humberto (1390)

* Vasco (I) (c.1390-a. 1405)⁴¹

Jerónimo (1396)

Lourenço Eanes (II) (1396)⁴²

PÓ (TERMO DE ÓBIDOS)

1. Eremitas

João (XI) (1468)

RIO MOURINHO (TERMO DE MONTEMOR-O-NOVO)

1. Regedores

Mendo de Seabra (a. 1407-1437)

João Rodrigues (c. 1424/1425-a. 1435)

³⁸ Documentado como regedor em 1474.

³⁹ Assume posteriormente o governo dos eremitérios de Santa Margarida do Aivado de Évora (1486) e de Vale da Infante (1492).

⁴⁰ Passa pouco depois para Santa Margarida do Aivado de Évora.

⁴¹ Estivera anteriormente em eremitério ligado aos pobres da Serra de Ossa.

⁴² Deve ter transitado depois para S. Jerónimo do Mato.

Luís (II) (1435-1438)⁴³
Rodrigo de Serpa (1450-d.1451)⁴⁴
Fernão de Lamego [d. 1451-a. 1458]
Pedro Ferreira (1458)⁴⁵
Bartolomeu (I) (1463)
* Fernão Gil (I) (1468-1471)⁴⁶
Rodrigo (XI) (1475)
Luís (IV) (1484)
Fernando (XI) (1495)
Afonso Barbudo (1498)
Martinho (XIV) (1507)
João de Rio Mourinho (1508-1510)

2. Eremitas

Tomé de Foios (a. 1425-a. 1431)
Luís (II) (1424/25-1435)⁴⁷
Estêvão (II) (1430-1445)
Rodrigo (III) (1430-1434)
Vasco (IV) (1430-1435)
Rodrigo de Alcácer (I) (1435)
Rodrigo de Serpa (1435)⁴⁸
Afonso (V) (1438-1447)
Gonçalo (V) (1439)
Rui Manso (1439)
Martinho (V) (1447)
João (VIII) (1449)

⁴³ Eremita nesta comunidade desde 1424/25.

⁴⁴ Já documentado neste eremitério em 1435.

⁴⁵ Assume posteriormente o governo de Mendoliva.

⁴⁶ Deixa posteriormente o governo da comunidade, embora aí permaneça até 1475.

⁴⁷ Continua posteriormente no mesmo eremitério como regedor.

⁴⁸ Documentado como regedor deste eremitério a partir de 1470.

Fernando (VI) (1450)
* Fernão Gil (I) (1468-1471)⁴⁹
Diogo (VI) (1478)
* Fernão Vasques (II) (1478)⁵⁰
Rui Tates (1478)
* Francisco (II) (1497)⁵¹
Fernando Álvares (1508)

RIO TORTO (TERMO DE ELVAS)

1. Eremitas

João Lopes (1380-1385)
Lourenço Mateus (1380-1385)
Pedro Afonso Durão (a. 1481)
João (XII) (1481)
André (II) (1489-1490)

SANTA CATARINA DE VALE DE MOUROL (TERMO DE SANTARÉM)

1. Eremitas

Afonso Domingues de Pele (a. 1433-1434)
Fernando (VII) (a. 1451)
Gil (II) (1451-a. 1470)

SANTA MARGARIDA DO AIVADO DE ÉVORA

1. Regedores

Gomes (I) (1406-1462)
Pedro (VII) (1475)

⁴⁹ Fora anteriormente regedor do eremitério.

⁵⁰ Oriundo da Serra de Ossa. Fora juiz dos pobres (1466-a. 1476).

⁵¹ É aceite nesse ano na Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista.

Álvaro Amieiro ou de Amieira (1486)⁵²

João Vaqueiro (II) (1489)⁵³

João Francês (1501)

Diogo (VIII) (1502)

2. Eremitas

João de Lamego (I) (1406-1418)

Martinho (III) (1426)

Fernão Peres de Miranda (1437)

Lourenço (VI) (1439-1442)

João do Algarve (1442-1443)

Gomes «Barrocal» (1450)⁵⁴

Pedro Garção (1456-1459)

Fernando Gramaxo (1460-1469)

João (X) (1460-1462)

Lopo (VI) (1460)

Pedro Velho (1460-1462)

Lourenço Chaínho (1462)⁵⁵

* Martim Peres (1462)

Fernando Espadarrão (1462)⁵⁶

Vasco (VIII) (1472)

Luís (III) (1478)

* João de Abrantes (I) (1486)⁵⁷

Lopo Ilharga (1489)

Afonso Dias (1491)

⁵² Oriundo da comunidade de Montes Claros, assume posteriormente o governo do eremitério de Vale da Infante (1492).

⁵³ Transita posteriormente para Mendoliva.

⁵⁴ Anteriormente pobre na Serra de Ossa.

⁵⁵ Anteriormente pobre em Montemuro.

⁵⁶ Anteriormente pobre em Montemuro.

⁵⁷ Vindo do eremitério de Montes Claros.

Afonso (VIII) (1501)

João (XVI) (1501)

João do Porto (1501)

SANTA MARIA DE AZAMBUJA

1. Eremitas

Gonçalo Fernandes (1416)⁵⁸

SANTA MARIA DE MONTE VIRGEM

1. Eremitas

Frei Rodrigo Fulcaz (c. 1385-1397)⁵⁹

SANTA MARIA DE SERTÃ

1. Eremitas

João Vicente (1454)

SANTA MARIA DO ESPINHEIRO (TERMO DE ÉVORA)

1. Eremitas

Geraldo (II) (1446)

SÃO BRISSOS DE XARRAMA (TERMO DE ALCÁÇOVAS)

1. Eremitas

Gonçalo da Silveira (1409-1412)⁶⁰

⁵⁸ Estatuto incerto.

⁵⁹ Parece deixar a pobre vida após esta data.

⁶⁰ Passa posteriormente para o eremitério de Zarco, no termo de Viana do Alentejo.

SÃO DOMINGOS DE BRUNHEDA

1. Eremitas

Guterre (1378)

Pedro Lourenço (1405)

SÃO JERÓNIMO DO MATO (TERMO DE ALENQUER)

1. Eremitas

Lourenço Eanes (II) (c. 1400-a.1405)⁶¹

SÃO JULIÃO OU S. GIÃO (TERMO DE ALENQUER)

1. Regedores

João de Santa Maria (1468-a. 1490)

Vasco (XI) (1510)

2. Eremitas

Lourenço (VIII) (1485)

Pedro do Pó (1485-1490)

Pedro de Abrantes (1491)

Martinho (XII) (1502)

SÃO MIGUEL O ANJO (TERMO DE BEJA)

1. Eremitas

João (XV) (1496-c. 1502)

Pedro Afonso Cordeiro (1496-a. 1502)

⁶¹ Esteve anteriormente em Penha Longa. Passaria com Fr. Vasco, antes de 1405, para Castela, em ordem a fundar o mosteiro Jerónimo de Valparaíso.

SÃO PEDRO DE BENCATEL (TERMO DE VILA VIÇOSA)

1. Eremitas

Domingos Peres (1395)

João Afonso (I) (1395)⁶²

SÃO PEDRO DE MONTÃO (CABEÇO DE VIDE?)

1. Eremitas

Gonçalo da Beira (1385)⁶³

João Espartim ou Espertim (1385)⁶⁴

SERPA (MATA DE)

1. Eremitas

Martim Velho (1378)

SERPA, NOSSA SENHORA DA CONSOLAÇÃO

1. Regedores

* João Manuel e * Martim Gonçalves Baralho (1494-c. 1496)

* João Manuel (c. 1496-1502)

2. Eremitas

Diogo de Alegrete (1498-1502)

Fernando de Montemor (1498-1502)

⁶² Em 1409, já havia transitado para a Serra de Ossa.

⁶³ Documentado em 1378 em ermida junto a Cabeço de Vide. Passa, em 1385, para Vale de Flores.

⁶⁴ Idem.

SERRA DE OSSA (TERMO DE REDONDO)

1. Regedores

João Fernandes (I) (1368- a. 1433)

Gonçalo de Pinhel (1443-1470)⁶⁵

* Fernão Vasques (II) (1475-1477)⁶⁶

Pedro de Queirã (1478)

Fernando Pinheiro (1481)⁶⁷

Pedro de Queirã (1483)

Afonso de Arronches (1488)

Rodrigo de Monforte (I) (1489)⁶⁸

Pedro (IX) (1491)

* João de Lamego (II) (1492)⁶⁹

Gonçalo (VIII) (1493)

Diogo Pedreiro (1504)⁷⁰

2. Eremitas

João (I) (1366)⁷¹

Luís (I) (1366)⁷²

Martinho (I) (1366)⁷³

Mateus Jacobo (1366-1373)⁷⁴

⁶⁵ Também juiz dos pobres entre 1466 e 1470.

⁶⁶ Esteve inicialmente no eremitério de Vale da Infante. Foi juiz dos pobres (1466-a. 1476), tendo mantido o governo da Serra de Ossa em nome dos Jerónimos após 1476. Transitaria depois para Rio Mourinho.

⁶⁷ Encontramo-lo posteriormente em Valbom.

⁶⁸ Fora anteriormente regedor do eremitério de Montes Claros.

⁶⁹ Esteve anteriormente em Vale da Infante.

⁷⁰ Oriundo da comunidade de Vale Abraão. Em 1502, já se encontra documentado na Serra de Ossa.

⁷¹ Pertença incerta a este eremitério.

⁷² Pertença incerta a este eremitério.

⁷³ Pertença incerta a este eremitério.

Pedro (I) (1367-1405)
João Domingues Cepelheiro (1372-1378)
Pedro Meirinho (1372-1378)
Álvaro (I) (1373-1407)
João (III) (1373)
Fernando de Barcarrota (1378)
João de Lagos (1378)
Estaço (1386-1399)
Bento (I) (1389-1390)
João Gouvinhas (1389-1394)⁷⁵
João Preto (1389)⁷⁶
* Gil Martins (1397-1434)⁷⁷
* Gonçalo (II) (1401-1448)
Mem de Oliveira (1404)⁷⁸
Estêvão (I) (1407)
Fernando (II) (1408)
Simão (1408-1426)
Gomes (II) (1409)
João Afonso (I) (1395)⁷⁹
Pedro (II) (1413-1432)
Afonso de Arraiolos (1413-1440)
Afonso (III) (1422)
João Belo (1423)
Rodrigo (I) (1425)
Afonso de Valadeira (1427)

⁷⁴ Pertença incerta a este eremitério. Está na origem da fundação de Vale da Infante, em 1374.

⁷⁵ Aqui se instala após ter passado por Alferrara e possivelmente por Felgueira, no termo de Montemor-o-Novo.

⁷⁶ Esteve anteriormente no eremitério de Felgueira, no termo de Montemor-o-Novo.

⁷⁷ Fora deão de Évora. Não é seguro se integraria esta comunidade ou a de Vale da Infante.

⁷⁸ Este, possivelmente, em Vale de Infante antes de transitar para esta comunidade.

⁷⁹ Vindo do eremitério de S. Pedro de Bencatel.

João de Veiros (1428)
Lourenço (V) (1428)
Vasco (V) (1430)⁸⁰
* Gonçalo Vasques (1437-d. 1455)
Gil (I) (1438-1443)
Estêvão (III) (1440)
* Martinho de Seabra (1441)
Vicente (II) (1448)
Gomes «Barrocal» (a. 1450)⁸¹
Diogo (III) (1450)
João de Amieira (1450)
João de Vila Viçosa (1450-1470)
Vasco Galego (1450)⁸²
João Brandão (1459)⁸³
Álvaro (VII) (1460)
João (IX) (1460)
João Ruivano (1460)
Rodrigo (IX) (1463-1466)
Pedro de Estremoz (1467)
Fernando (VIII) (1469)
Fernando Esteves (1469-1470)⁸⁴
Pedro de Mogadouro (1469-1470)
Vasco de Elvas (1476)⁸⁵
Gil (III) (1479-c. 1481)
Afonso (VII) (c. 1481)

⁸⁰ A sua pertença a este eremitério é incerta.

⁸¹ Em 1450, já havia transitado para Santa Margarida do Aivado de Évora.

⁸² Estivera anteriormente em eremitério no termo de Viana do Alentejo.

⁸³ Transita posteriormente para Alferrara, sendo também, em 1478, escolhido como juiz dos pobres.

⁸⁴ Documentado anteriormente como eremita na Amieira, termo de Estremoz.

⁸⁵ Passa depois para a comunidade de Vale Abraão, onde foi regedor. Foi também provincial (1492-1493).

Álvaro (X) (c. 1481-1483)
Diogo (VII) (c. 1481)
Gonçalo (VI) (c. 1481)
João (XIII) (c. 1481)
Pedro de Pina (c. 1481)
Rodrigo de Alcácer (II) (c. 1481-1483)
João Vasques (II) (1485)
Diogo Godinho (1493-1495)
Diogo Pedreiro (1502)⁸⁶
Nuno Caldeira (1500)

VALBOM (TERMO DE VILA VIÇOSA)

1. Regedores

Pedro Afonso (II) (1416-a. 1428)⁸⁷
Bento (II) (1428-1443)⁸⁸
Lopo (V) [c. 1453-1460]
Álvaro de Braga (1471-1482)
João de Viana (I) (1491)
Rodrigo Sancho ou Rodrigo de Vila Viçosa (1492)
* Bartolomeu Álvares (c. 1493?)⁸⁹
João da Guarda (1496)⁹⁰
Rodrigo Sancho ou Rodrigo de Vila Viçosa (1498-1502)
Diogo (IX) (1502)
Fernando Vargo (1505)⁹¹

⁸⁶ Oriundo da comunidade de Vale Abraão. Em 1504, assume o governo da Serra de Ossa.

⁸⁷ Continua neste eremitério após deixar o respectivo governo.

⁸⁸ Já documentado neste eremitério desde 1412.

⁸⁹ Funda o eremitério da Asseiceira, no termo de Olivença, em 1470. Volta para Valbom em 1491, sendo possível que tenha assumido as funções de regedor deste lugar na data proposta.

⁹⁰ Passa depois para Vale da Infante.

⁹¹ Presente no eremitério desde 1505.

2. Eremitas

Bento (II) (1422)⁹²

Gonçalo de Abrantes (1412)

Afonso (II) (1422)

João de Nisa (1422)

Gonçalo de Odemira (1428)

João Vaqueiro (1428)

Martinho (IV) (1428)

Pedro Afonso (II) (1428)⁹³

Vasco Coelho (1434-1443)

Martinho (VI) (1450)

Diogo Gil (1456)

* Bartolomeu Álvares (1470, 1491-1503)⁹⁴

Rodrigo de Braga (1476-1478)

Gomes (1479)

Fernando Pinheiro (1492)⁹⁵

Rodrigo Chamiceiro (1492-1507)

Martinho (X) (1498-1505)

Arnau (1502-1503)

Afonso Ramalho (1504)

Fernando Vargo (1505)⁹⁶

Lopo (VIII) (1507)

⁹² Assume seguramente o governo do eremitério após esta data.

⁹³ Regedor do eremitério entre 1416 e essa data.

⁹⁴ Funda o eremitério da Asseiceira, no termo de Olivença, em 1470. Volta para Valbom em 1491, sendo possível que tenha assumido as funções de regedor deste lugar por volta de 1493.

⁹⁵ Documentado anteriormente na Serra de Ossa, onde aparece como regedor em 1481.

⁹⁶ Assume posteriormente o governo do eremitério.

VALE ABRAÃO

1. Regedores

Afonsilho (1397-1443)⁹⁷

Rodrigo Eanes (1443-a. 1488)⁹⁸

Vasco de Elvas (1488)⁹⁹

Rodrigo Eanes (1491)

Diogo Pedreiro (1498)¹⁰⁰

2. Eremitas

Álvaro Martins (I) (1390)

Afonsilho (1443-1448)¹⁰¹

Pedro (VI) (1450)

João Alfange (1491)

Rodrigo Eanes «Rousirino» (1502)

VALE DA INFANTE

1. Regedores

Mateus Jacobo (c. 1374)¹⁰²

João Fernandes (II) (1378-1436?)

Fernando (IV) (1435-1441)¹⁰³

Francisco (I) (d. 1443-a. 1471)¹⁰⁴

⁹⁷ Mantém-se no eremitério após 1443, embora deixando o governo do mesmo.

⁹⁸ Também juiz dos pobres entre 1475 e 1482.

⁹⁹ Documentado anteriormente na Serra de Ossa. Seria escolhido como provincial (1492-1493), assumindo depois o governo do eremitério de Espadaneira.

¹⁰⁰ Transita para a Serra de Ossa, onde já se encontra documentado em 1502.

¹⁰¹ Regedor antes desta data.

¹⁰² Já vivia na pobre vida na Serra de Ossa desde 1366.

¹⁰³ Documentado como pobre desta comunidade desde 1434.

Luís de Évora (1471-1482)¹⁰⁵

Álvaro (VIII) (1484)¹⁰⁶

Luís de Évora (1485)

Álvaro Amieiro ou de Amieira (1486)¹⁰⁷

Álvaro de Borba (1503-1504)

2. Eremitas

Vasco Peres de Avis (1376-1379)

* Gonçalo Peres (1394-a. 1439)

Mem de Oliveira (1401)¹⁰⁸

Rodrigo (V) (1433-1434)

Fernando (IV) (1434)¹⁰⁹

Francisco (I) (1436-1443, 1471-a. 1479)

Bartolomeu Domingues (c. 1440)¹¹⁰

Martinho (VII) (1450)

Pedro Afonso Sertão (1462)

* Fernão Vasques (II) (1462-1475?)¹¹¹

Álvaro (VIII) (1462-1466)¹¹²

Rodrigo (VIII) (1462-1472)

Luís de Évora (1463-1492)¹¹³

¹⁰⁴ Documentado como eremita nesta comunidade desde 1436; mantém-se na mesma após deixar o governo do eremitério.

¹⁰⁵ Retoma o governo do eremitério em 1485. Pobre documentado nessa comunidade entre 1463 e 1492.

¹⁰⁶ Documentado como eremita nesta comunidade entre 1462 e 1466.

¹⁰⁷ Oriundo da comunidade de Montes Claros (1474-c. 1481), assumira já o governo de Santa Margarida do Aivado de Évora (1486).

¹⁰⁸ Pertença incerta a este eremitério. Aparece em 1404 como pobre da Serra de Ossa.

¹⁰⁹ Assume o governo da comunidade a partir de 1435.

¹¹⁰ Condição eremítica incerta. Era ermitão de Santa Maria de Monte Virgem.

¹¹¹ Transita posteriormente para a Serra de Ossa (1475-77) e Rio Mourinho (1478). Foi juiz dos pobres (1466-a. 1476).

¹¹² Documentado como regedor do eremitério em 1484.

Rodrigo Carvalho (1467)
Diogo de Estremoz (1471-1478)
Martinho (IX) (1471-1478)
Rodrigo de Estremoz (1471-1478)
Rodrigo de Fronteira (1471)
Fernando (IX) (1478)
Fernando de Bragança (1478)
João de Estremoz (1478)
* João de Lamego (II) (1478)¹¹⁴
Vasco de Evoramonte (1478)
João de Serpa (1497)
Estêvão (VII) (1504)
Fernando (XII) (1504)
João da Guarda (1504)¹¹⁵
João de Santiago (1504)
Martinho (XIII) (1504)
Rodrigo de Monforte (II) (1504)
João Carujo (1505)

VALE DE FLORES (TERMO DE PORTALEGRE)

1. Regedores

Gonçalo da Beira (1385)¹¹⁶
Gonçalo (ou Gonçalinho) de Paredes (1419)¹¹⁷

2. Eremitas

Álvaro Esteves da Prata (a. 1375)¹¹⁸

¹¹³ Neste período, assume por duas vezes o governo do eremitério.

¹¹⁴ Passa posteriormente para a Serra de Ossa, onde surge como regedor em 1492.

¹¹⁵ Documentado anteriormente como regedor do eremitério de Valbom.

¹¹⁶ Documentado em 1378 em ermida junto a Cabeço de Vide e, antes de 1385, em S. Pedro de Montão.

¹¹⁷ Eremita neste lugar desde 1410.

João Espartim ou Espertim (1385-a. 1401)¹¹⁹

Estêvão de Paredes (1410)

Gonçalo (ou Gonçalinho) de Paredes (1410-1419)¹²⁰

VALE DE GROU (TERMO DE ALMADA). VER CELA NOVA.

VALE DO BISPO (TERMO DE BEJA)

1. Eremitas

Pedro Dias (1479)

VALE FORMOSO (TERMO DE TAVIRA)

1. Regedores

João (IV) (1401- c. 1406)

Mateus (1488)

VIANA DO ALENTEJO

1. Eremitas

Gonçalo da Silveira (a. 1425-1436)¹²¹

Afonso (IV) (1425-1428)

Vasco Galego (1436-c. 1450)¹²²

Álvaro (V) (c. 1438-1450)¹²³

¹¹⁸ Deve ter abandonado o eremitério antes desta data, desconhecendo-se para onde terá transitado.

¹¹⁹ Documentado em 1378 em ermida junto a Cabeço de Vide e, antes de 1385, em S. Pedro de Montão.

¹²⁰ Recebe o governo do lugar em 1419.

¹²¹ Anteriormente estante em S. Brissos de Xarrama, no termo de Alcáçovas e no eremitério de Zarco, também no termo de Viana do Alentejo.

¹²² Passou depois para a Serra de Ossa.

¹²³ Abandona o eremitério nesta data, passando para o de Portel.

ZARCO (TERMO DE VIANA DO ALENTEJO)

1. Eremitas

Gonçalo da Silveira (a. 1425-1436)¹²⁴

Vasco Galego (a. 1436)¹²⁵

EREMITÉRIO NÃO IDENTIFICADO

Álvaro Esteves da Prata (1376)¹²⁶

André Gonçalves de Thoro (1376)

Diogo Vasques (1376)

Gonçalo de Illeiscas (1376)

Gonçalo Peres de Podentes (1376)

João Comunaus (1376)

João Fernandes (III) (1376)

João Fernandes (IV) (1376)

* João Peres (1376)

Pedro Francisques (1376)

Tomé Esteves (1376)

* Vasco (I) (1376)¹²⁷

Afonso Fernandes (1401)

* João (VI) (1419)

Diogo Afonso (1431-1441?)

João Mateus (1426)

Gonçalo Eanes (1437)

João (VII) (1437)¹²⁸

¹²⁴ Anteriormente estante em S. Brissos de Xarrama, no termo de Alcáçovas. Passa posteriormente para um outro eremitério, também no termo de Viana do Alentejo.

¹²⁵ Passa posteriormente para um outro eremitério, também no termo de Viana do Alentejo.

¹²⁶ Antes de 1375, levou vida eremítica em Vale de Flores, no termo de Portalegre.

¹²⁷ Passa depois para Penha Longa.

¹²⁸ Estatuto incerto.

João Afonso (II) (1458)
Afonso (VI) (1462)
André (I) (c. 1481)
Fernando de Santiago (1485)¹²⁹
Pedro (VIII) (1485)¹³⁰
Pedro de Beja (1485)¹³¹
João (XIV) (1487)¹³²
Afonso de S. Lucas (1495)¹³³
Cristóvão (II) (1494)
Diogo de Santa Maria (1497)¹³⁴
João de Alcácer (1497)¹³⁵
Martinho (XI) (1499)¹³⁶

¹²⁹ Ingressa neste ano nas fileiras Lóios.

¹³⁰ Solicita, nesta data, o seu ingresso entre os Lóios.

¹³¹ Admitido neste ano como noviço pelos Lóios.

¹³² É admitido entre os Lóios nesse ano.

¹³³ É admitido nesse ano como noviço pelos Lóios.

¹³⁴ Recebido na Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista nesse ano.

¹³⁵ Solicita nesse ano a sua admissão entre os Lóios.

¹³⁶ Admitido ao noviciado dos Lóios nesta data.

ANEXO IV/1 – BENFEITORES¹

Siglas utilizadas: c/c – casado(a) com; f. – filho(a); m. – morador; t. – termo; v. - vizinho

Nome	Naturalidade / residência	Contexto familiar	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens	Obs.	Fonte
Afonso (D.)		c/c D. Beatriz, filha do Condestável Nuno Álvares Pereira	Conde de Barcelos, 1º duque de Bragança	Doação	a. 1442.02.01, Évora	Serra de Ossa	Direitos sobre a herdade das Cortes, no t. de Evoramonte		²
Afonso Amigo		c/c Irene Afonso	Sacador e tabelião pelo Infante D. Fernando em Palmela	Doação	[c. 1465].12.03, Palmela	Alferrara (t. Palmela)	Herdade de pão com 1 oliveira (nos Barraís, acerca da Fonte do Sol, t. de Palmela)	Doação feita em conjunto com a mulher.	³

¹ O termo, de espectro alargado, integra todos os indivíduos que beneficiam os eremitas, quer através de doações, quer por meio de vendas ou escambos, sabendo-se que muitos destes actos podem, mesmo se muitas vezes não são tão explícitos como desejaríamos, ter subjacente um intuito de apoio ou de favorecimento destes homens da pobre vida e suas comunidades. No extremo, são incluídos todos os actos de cedência de bens que não implicam qualquer tipo de contencioso com os pobres. No caso de doações feitas por casais, a entrada é dada pelo nome do marido, excepto nos casos em que as respectivas cônjuges protagonizam actos individualizados de cedência de bens aos pobres, ainda em vida dos maridos ou após o falecimento destes. Do presente quadro, foram excluídos os monarcas, pelo carácter multifacetado da sua intervenção, tratada na parte I da tese, ou outras entidades, senhoriais ou eclesiásticas, cuja intervenção eventual a favor dos pobres assumia contornos distintos da cedência de bens. Do mesmo modo, não foram aqui contemplados os concelhos que fazem muitas vezes doações aos eremitas, a maior parte das vezes por meio da concessão de terras em sesmaria, mas cuja intervenção se estende muito para além destas. Também este assunto é tratado na primeira parte da tese. As doações feitas por eremitas foram referidas nas respectivas biografias, tratadas na parte II.

² A doação é referida em alvará que, nesta data, dirige ao Conde de Arraiolos, pedindo-lhe que o almoxarife que este tem em Evoramonte não exija aos pobres os referidos direitos: BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 69, nº 19 (em confirmação de 1478.06.02, Vila Viçosa, dada por Fernando (II), 3º Duque de Bragança). Filho ilegítimo de D. João I, D. Afonso foi criado Conde de Barcelos na sequência do casamento celebrado em 1401 com D. Beatriz, filha do Condestável Nuno Álvares Pereira; é feito 1º duque de Bragança em 1442, título que manteria até à sua morte, ocorrida em Dezembro de 1461 (cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. III, pp. 254-255; Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, parentesco e poder...*, pp. 60-61, 66).

³ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mc. 3, nº 26. A doação deve ser desta década de 60, dado que encontramos o dito Afonso Amigo a redigir outros documentos relativos a estes pobres em 1465: *ibidem*, maço 3, nº 31 (1465.03.27, Palmela), 32 (1465.04.17, Almouquim) e 33 (1465.04.27, Palmela).

Afonso Cardoso	m. em Benatolaz, termo de Santiago do Cacém	c/c Margarida Esteves	Escudeiro	Venda	1475.09.06, Alvalade do Sado	Junqueira (t. Sines)	Parte de herdade na Cabela do Marco, no t. de Panóias	Venda feita em conjunto com a mulher.	⁴
Afonso de Carvalho			Administrador de capela instituída no Torrão; fidalgo e vedor da casa da Rainha; é referido um seu criado, Diogo Afonso	Aforamento com quitação de foro em vida	1465.10.23, Alcácer do Sal	Vasco, pobre de Alcácer do Sal	Casa com chão, no interior do castelo da vila		⁵
				Pagamento de 300 reais pelas benfeitorias feitas	1465.11.11, Alcácer do Sal	Vasco, pobre de Alcácer do Sal			⁶
				Pagamento de 1000 reais por casa deixada pelo eremita ao Hospital do Espírito Santo	1482.04.27, Alcácer do Sal	Vasco, pobre de Alcácer do Sal			⁷
Afonso Domingues		Tinha um filho de Catarina Peres Vouzelha	Bacharel da Sé de Évora e prior de Ouriola	Venda	1418.05.18, Évora	Sta Margarida do Aivado (t. Évora)	Casas com anteporta e quintal, em Évora, com 2 talhas		⁸

⁴ *Ibidem*, mç. 3, nº 51.

⁵ BPE, *Col. Manizola*, cód. 595, fl. 26.

⁶ *Ibidem*, fl. 26v.

⁷ *Ibidem*, fl. 19.

⁸ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 83; presente no respectivo instrumento de posse, celebrado no dia seguinte (*ibidem*, lv. 2, nº 84). A venda é outorgada, a 24 de Maio, por Catarina Peres Vouzelha, por ter um filho do dito clérigo, Fernando Afonso (*ibidem*, lv. 2, nº 85).

Afonso Domingues	m. em Borba	c/c Catarina Eanes, filha de Afonso Eanes Sertão		Venda	1463.05.08, Estremoz	Vale da Infante	Quinhão na herdade de <i>Alfanger</i> , t. de Monforte	Venda feita em conjunto com a mulher.	⁹
Afonso Domingues, dito Pelado	m. em Évora	c/c Mor Pombeira, filha de Pedro Pombeiro		Doação	1406.09.14, Évora	Sta Margarida do Aivado (t. Évora)	Quinhões de vinha morta no Aivado que foram de Pedro Pombeiro	Doação feita em conjunto com a mulher e com Vasco Lourenço, dito “Pintudo”, testamentário de Pedro Pombeiro	¹⁰
Afonso Eanes	m. em Antas	c/c Estevaínha Eanes		Doação	1405.09.01, Vidigueira	Serra de Ossa	As suas partes na corte de Água das Infantes, t. de Portel	Doação feita em conjunto com a mulher e os casais Gonçalo Afonso e Catarina Eanes, Estêvão Afonso e Margarida Eanes, João Lourenço “Castelão” e Catarina Eanes, Afonso Esteves e Margarida Eanes	¹¹
Afonso Eanes		c/c Guiomar Esteves	Tabelião em Setúbal	Doação	1426.02.24, Setúbal	Alferrara	Um olival com seu chão, em <i>Almouquim</i> , junto com o lugar dos pobres	Doação feita em conjunto com a mulher.	¹²

⁹ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. F4.

¹⁰ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 82.

¹¹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 61 (em traslado, s.d.).

¹² TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mc. 3, nº 11.

Afonso Eanes, dito “Nobre”	m. em Portel	c/c Beatriz Gonçalves, filha de Gonçalo Rodrigues e de Domingas Álvares		Doação	1440.03.14, Portel	Água das Infantes	Assentamento de terra, casarias e águas na Serra de Portel, sob a ermida de S. Lourenço	Doação feita em conjunto com a mulher, a sogra, Domingas Álvares, já viúva, e o cunhado, Gonçalo Gonçalves	¹³
Afonso Esteves	m. em Vila de Frades	c/c Margarida Eanes		Doação	1405.09.01, Vidigueira	Serra de Ossa	As suas partes na corte de Água das Infantes, t. de Portel	Doação feita em conjunto com a mulher e os casais Gonçalo Afonso e Catarina Eanes, Estêvão Afonso e Margarida Eanes, João Lourenço “Castelão” e Catarina Eanes, Afonso Eanes e Estevaínha Eanes	¹⁴
Afonso Ligeiro	v. e m. em Borba	c/c Margarida (ou Maria) Esteves		Doação	1407.10.31, Borba	Serra de Ossa	Courela de herdade em mato, sob a Cabeça do Bravo, t. de Borba	Doação feita em conjunto com a mulher.	¹⁵
Afonso Lopes	v. e m. em Vila Viçosa	c/c Marinha Domingues	Testamenteiro, com a mulher, de Catarina Esteves «praceyra»	Venda	1395.05.16, Vila Viçosa	S. Pedro de Bencatel	Casa na vila, na Rua dos Paços de El-Rei	Venda feita em conjunto com a mulher. Já falecido em 1409, quando se solicita o traslado do documento	¹⁶
Afonso Lourenço	m. em Abrantes	f. de Lourenço Domingues; c/c Margarida Peres		Venda	1480.01.25, Borba	Montes Claros	Casa de morada na vila de Borba, na Rua do Rego, com seu chão	Venda feita em conjunto com a mulher.	¹⁷

¹³ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 30 e 62.

¹⁴ Cf. nota 9.

¹⁵ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 1 [4] (em traslados de 1436.10.16 e 1441.02.02, Vila Viçosa).

¹⁶ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 8, fls. 39v-41 (em traslados de 1409.02.05, Vila Viçosa e 1542.12.08, Redondo).

¹⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 23 [33].

Afonso Martins	v. e m. em Portel	f. de Martim Vicente; c/c Catarina Lourenço, f. de Constança Esteves		Doação	1411.08.15, Portel	Água das Infantes	Chão de casaria, no arrabalde de Portel	Doação feita em conjunto com a mulher, a sogra e os cunhados Gomes Eanes e Inês Lourenço	¹⁸
Afonso Martins Jurgo	m. em Vila Viçosa	c/c Aldonça Eanes		Doação	1444.12.28, Vila Viçosa	Serra de Ossa	Chão de casaria, no arrabalde de Vila Viçosa, na Rua dos Pobres	Doação feita em conjunto com a mulher.	¹⁹
Afonso Pais			Almoxarife régio em Tavira	Doação	1401.04.08, Tavira	Vale Formoso	Horta que foi de Pedro Machado, ao pé da Serra de Tavira		²⁰
Afonso Peres, dito »Romeu«	m. em Évora	c/c Bernarda Fernandes		Venda	1378.05.23, Évora	Serra de Ossa	Herdade e pomar em Vale de Roçadas, t. do Redondo	Venda feita em conjunto com a mulher.	²¹
Afonso Rodrigues	m. em Alenquer	c/c Branca Eanes, f. de Maria Colaça	Criados de Martim de Távora, já falecido	Venda	1468.10.26, Alenquer	S. Gião de Alenquer	Toda a sua herança no lugar de S. Gião, com 2 oliveiras	Venda feita em conjunto com a mulher.	²²

¹⁸ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 36.

¹⁹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 19.

²⁰ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Ajuda de Tavira*, maço único, nº 2 (em cópia do séc. XVII). Sobre a datação crítica deste documento, cf. parteII, B 171, baseada em documentação que obriga a entender a data de 1439 como referente à Era de César, dado que Afonso Pais já surge como almoxarife de Tavira em 1397 e já havia sido substituído no cargo por Afonso Lopes em 1415. Terá o antigo detentor desta horta alguma relação com a família que, possivelmente ainda em finais do século XIV, institui uma capela, dita dos Machados, no mosteiro de S. Francisco de Tavira? (cf. Marco Sousa Santos, «Duas Capelas Laterais medievais do Convento de S. Francisco de Tavira», *Medievalista* [Em linha], nº 10, Julho de 2011 [Consultado a 20.05.2012]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA10\santos1006.html>).

²¹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 20.

²² TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 98. Sobre Martim de Távora, filho de Pedro Lourenço de Távora e de D. Beatriz Esteves, criado do Infante D. Fernando e reposteiro-mor de D. Afonso V e diversas vezes utilizado como embaixador pelos monarcas, cf. Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira...*, vol. II, pp. 983-987; João Luís Inglês Fontes, *Percursos e Memória: do Infante D. Fernando ao Infante Santo*, Cascais, Patrimonia, 2000, p. 250.

Afonso Rodrigues	m. em Évora	c/c Catarina Gonçalves		Venda	1450.07.28, Évora	Sta Margarida do Aivado	Vinha a par de Sta. Margarida	Venda feita em conjunto com a mulher.	²³
Afonso Rodrigues	m. em Sines	c/c Leonor Dias		Venda	1474.05.09, Sines	Junqueira	Courela de herdade nos chãos da vila, onde chamam A do Calvino	Venda feita em conjunto com a mulher.	²⁴
Afonso Vasques	m. em Vila Viçosa	f. de Vasco Afonso Ratinho e de Constança Peres, dita “Coudeleira”; irmão de Gonçalo e Pedro		Doação	1442.03.18, Vila Viçosa	Montes Claros	Casarias que jazem em chão em Vila Viçosa, na Rua do Alandroal	Em conjunto com a mãe, já viúva; ratificada pelos irmãos Gonçalo e Pedro	²⁵
Afonso Vicente	m. em Belas	c/c Beatriz Gonçalves		Doação	1451.11.26, Murfacém	Barriga (Cela Nova)	Da herança que têm dentro do cerrado do eremitério, assim casas como vinhas, matos, árvores e fontes	Doação feita em conjunto com a mulher e com Martim Gonçalves e Maria Eanes, moradores em Murfacém, t. de Almada	²⁶
Álvaro Eanes	m. em Palhais	Genro de Afonso Eanes da Mata		Venda	a. 1485.05.11	Alferrara	Pedaço de terra na mata dos Barris	Terra herdada por morte do sogro	²⁷
Álvaro Fernandes	m. em Évora (?)	f. de João Fernandes, que foi sobrejuiz; irmão de Gonçalo Fernandes		Venda	1450.07.28, Évora	Sta Margarida do Aivado	Vinha junto com Sta. Margarida, foreira	Venda feita em conjunto com o irmão	²⁸

²³ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 75 (1).

²⁴ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 47.

²⁵ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 23 [35].

²⁶ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, maço 2 de pergaminhos, nº 44 [antigo mç. 1, nº 6].

²⁷ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 54 (carta de quitação do pagamento do valor da venda).

Álvaro Gil	v. e m. em Borba	f. de Gil Baço; c/c Catarina Martins		Venda	1462.02.10, Monte de Gonçalo Eanes do Álamo (t. de Monforte)	Vale da Infante	¼ de herdade, junto à aldeia de Figueira, t. de Monforte	Venda feita em conjunto com a mulher e com o casal Álvaro Martins Carujo e Beatriz Gonçalves, m. em Monforte	²⁹
				Venda	1463.03.01, Borba	Vale da Infante	Quinhões de herdade em <i>Alfanxe</i> , t. de Monforte	Venda feita em conjunto com a mulher e com o casal Rodrigo Afonso «Semgo» e Leonor Afonso, m. em Borba	³⁰
				Composição	1471.03.30, Borba	Vale da Infante	Casa com seu celeiro e quinhão de rossio e courela de terra de pão, na aldeia de Figueira, t. de Monforte	Composição feita em conjunto com a mulher. Aceitam libertar os ditos bens, recebendo dos pobres 1500 reais brancos	³¹
Álvaro Gonçalves			Escudeiro régio e seu chanceler-mor	Doação	[1406].12.19	Vale Formoso	Parte que lhe pertence da horta que foi de Pedro Machado [na Serra, t. de Tavira]		³²

²⁸ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 75 (2).

²⁹ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. A7.

³⁰ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, mç. 1, nº 16.

³¹ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. C5.

³² TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Ajuda de Tavira*, maço único, nº 5, fls. 1v-2 (em traslados de 1508.03.25 e 1570.04.27, em cópia de 1741). Sobre a datação crítica deste documento, cf. parte II, B 171. Álvaro Gonçalves aparece documentado como chanceler-mor de D. João I entre 1400 e 1406. Sobre o seu percurso ao serviço dos monarcas portugueses, cf. Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto. INIC-Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 275-279.

Álvaro Machado	m. em Vila Viçosa	c/c Joana Garcia	escudeiro	Doação	1425.10.02, Vila Viçosa	Montes Claros Serra de Ossa	Herdade que jaz em mato, junto à Lagoa de Travaços, no t. de Borba	Doação feita em conjunto com a mulher.	³³
Álvaro Martins Carujo	m. em Monforte	c/c Beatriz Gonçalves; genro de Gonçalo Eanes do Álamo e de Maria Eanes		Venda	1462.02.10, no Monte de G. Eanes do Álamo (t. de Monforte)	Vale da Infante	¼ de herdade na aldeia de Figueira, t. de Monforte	Venda feita em conjunto com a mulher e com o casal Álvaro Gil e Catarina Martins, m. em Borba	³⁴
				Escambo	1462.10.27, Monforte	Vale da Infante	Cede uma cavalaria de terra no t. de Monforte, junto à Ribeira de Gatuz, e a sua parte em casas na aldeia de Figueira	Escambo feito em conjunto com a mulher.	³⁵
				Venda	1472.04.11, A de Cotão (termo de Monforte)	Vale da Infante	Herdade do Ferreiro, e outras terras herdadas dos sogros e pela mulher do seu anterior casamento, todas no t. de Monforte	Venda feita em conjunto com a mulher.	³⁶
Álvaro Martins Louçano	m. em Monforte	c/c Catarina Vaz; irmão de Vasco Martins	Proprietário de outras terras no termo de Monforte	Escambo	1504.01.20, Monforte	Vale da Infante	Cede pedaço de terra confrontante com terras dos pobres, no t. de Monforte	Escambo feito em conjunto com a mulher.	³⁷

³³ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 1 [4] (em traslados de 1436.10.16 e 1441.02.02, Vila Viçosa). A condição de escudeiro do doador é referida em *ibidem*, lv. 7, nº 3 [9] (1425.12.09, Borba).

³⁴ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. A7.

³⁵ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 9.

³⁶ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, mç. 1, nº 18. Beatriz Gonçalves fora casada com Martim Afonso.

³⁷ *Ibidem*, mç. 2, nº 9.

Álvaro Pereira			Freire da Ordem do Hospital; comendador de Santa Vera Cruz e de S. Brás de Lisboa	Doação	1420.03.30, Água das Infantes	Água das Infantes	Uma cova em que os pobres se enterrem, na igreja de Santa Maria de Portel, diante do altar de S. Pedro		³⁸
Álvaro Peres	m. em Odemira	c/c Sancha Peres	Escudeiro	Venda	1473.01.18, Odemira	Junqueira	Courelas de terras de pão em Campo de Ourique, no t. de Panóias	Venda feita em conjunto com a mulher.	³⁹
André de Seixas	m. em Santiago do Cacém	f. de Luís Álvares, escudeiro; c/c Isabel Dias		Venda	1475.05.08, Santiago do Cacém	Junqueira	Courela de herdade nos chãos da vila de Sines	Venda feita em conjunto com a mulher.	⁴⁰
André Rodrigues	m. em Alenquer	c/c Isabel Álvares		Venda	1491.03.02, Alenquer	S. Julião ou S. Gião de Alenquer	Terra em Vale do Junco, no t. de Alenquer, com todas as suas oliveiras e azamujeiros	Venda feita pela mulher, com licença do juiz da vila, por o marido se encontrar preso	⁴¹
Beatriz (Infanta D.)		Filha do rei Pedro I e de Inês de Castro; viúva do Conde D. Sancho		Doação	[1374?].03.02, Albuquerque	Vale da Infante	Toda a sua terra na Serra de S. Gens (t. do Canal)		⁴²

³⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 6 (*Pergaminhos dos Conventos*), *Convento de S. Paulo de Portel*, nº 2. Não encontramos outras informações sobre este comendador, que devia já ter falecido em 1427, quando é relembrado a propósito do pedido das comendas de Santa Cruz de Moura e de S. Brás de Lisboa para Frei Pedro de Góis (MPV, vol. IV, nº 1173, pp. 255-256, súplica de 1427.09.19, Roma).

³⁹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 41.

⁴⁰ *Ibidem*, mç. 3, nº 50.

⁴¹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 106.

⁴² TT, *Colecção Especial*, cx. 34, nº 8 (em confirmação régia de 1466.07.26, Estremoz) e cx. 35, nº 37 (em traslado de 1386.08.24, Estremoz, inserto em confirmação régia de 1466.07.23, Estremoz). Sobre a datação crítica desta carta, cf. Anexo I, ficha do eremitério de Vale da Infante.

Beatriz Álvares	m. em Sines			Venda	1473.07.27, Sines	Junqueira	Courela de herdade nos chãos da vila		43
Beatriz de Melo	m. em Évora	Viúva de Álvaro da Cunha		Doação	1421.01.11, Évora (nos paços régios, nas pousadas da doadora)	Vale da Infante	Quintal em Estremoz	Refere cumprir vontade do marido, que em vida prometera aos pobres o dito quintal.	44
Beatriz Eanes	m. em Alferrara	Viúva de Pedro de Barro, escudeiro; mãe de Jorge Rodrigues e de João de Barro e sogra de Fernão Vasques, barbeiro		Venda	1494.04.06, Setúbal	Alferrara	Casal, com suas terras de pão, pinhal, forno de cal, pedreiras e oliveiras		45
Beatriz Gonçalves		Viúva de Gil Álvares e sobrinha de Francisco (I), pobre de Vale da Infante		Renúncia de bens que trazia do tio	1479.10.25, Estremoz	Vale da Infante	Metade de um pomar, três oliveiras, um chão e metade de uma alcaçaria, tudo no t. de Estremoz		46

⁴³ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, n° 43.

⁴⁴ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale da Infante*, mç. 1, n° 15. Beatriz de Melo era filha de Martim Afonso de Melo, descrito por Braamcamp Freire como «rico homem, 5° senhor de Melo» e alcaide mor de Lisboa, e de D. Inês de Brito, sua segunda mulher. Casou com Álvaro de Sousa, depois Álvaro da Cunha, filho de João Lourenço da Cunha, o conhecido primeiro marido de Leonor Teles, e da futura rainha, reconhecido como tal após pelo rei João I, que lhe confirmaria também, em 1385, a posse sobre os bens anteriormente confiscados a seu pai (cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. I, pp. 189-190 e vol. III, p. 80; Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal...*, p. 81). Possivelmente, esta é a mesma Beatriz de Melo em cujas casas encontramos documentada a presença, desde meados do século XV, de um pequeno grupo de mulheres da pobre vida, ditas precisamente «de Beatriz de Melo», que mais tarde viriam a dar origem ao mosteiro de Santa Mónica de Évora (cf. Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora na Idade Média*, pp. 521, 530; João Luís Inglês Fontes, «Cavaleiros de Cristo, monges, frades e eremitas...», pp. 53, 58-59).

⁴⁵ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, n° 64.

⁴⁶ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, n° 15.

Beatriz Rodrigues	m. em Évora, em casas à Palmeira	Irmã de Mestre Lourenço	Mulher da pobre vida	Testamento	1439.01.12, Évora	Água das Infantes	Todos os seus bens	Nomeia Álvaro, pobre desse lugar, como seu testamenteiro e herdeiro.	⁴⁷
				Doação	1440.09.01, Évora	Água das Infantes	Casas de morada com seu quintal, em Évora	A Álvaro, pobre, que considera como seu irmão espiritual. Intenta ingressar no mosteiro de S. Bento de Cástris.	⁴⁸
				Testamento	1447.05.24, Évora	Água das Infantes	Todos os seus bens	Nomeia Álvaro, pobre desse lugar, como seu testamenteiro e herdeiro.	⁴⁹
Bernardo Buxo	m. no Redondo	c/c Margarida Lourenço		Escambo	1394.01.06, Redondo	Serra de Ossa	Cede aos pobres uma vinha, lugar e árvores na Serra de Ossa, junto a chão dos pobres	Escambo feito em conjunto com a mulher.	⁵⁰
Branca Eanes	m. e v. em Setúbal	Viúva de Pedro Esteves Farinha		Doação	1436.03.12, Setúbal	Mendoliva	Casas da doadora; vinha com olival em Galvão, t. de Palmela		⁵¹
Carlos Pessanha		Filho de Lançarote Pessanha e neto de Manuel Pessanha	Almirante do Reino	Doação	1425.07.23, Lisboa	Serra de Ossa	Casas com seu pedaço de chão a par do mosteiro da Trindade de Lisboa		⁵²

⁴⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 27.

⁴⁸ *Ibidem*, lv. 1, nº 44.

⁴⁹ *Ibidem*, lv. 1, nº 29.

⁵⁰ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 5 (em traslado de 1394.01.06, Redondo).

⁵¹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mc. 3, nº 15. A doação é feita com reserva de usufruto dos bens em vida da doadora. Esta já tinha falecido em Março de 1443, quando uma doação aos pobres é celebrada nas casas que outrora lhe pertenceram (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 18).

Catarina Afonso Guilhelma	m. em Coina	f. de Guilherme Afonso e sobrinha de Elvira Peres; viúva ⁵³		Doação	1443.03.03, Setúbal (nas casas dos pobres)	Mendoliva Serra de Ossa	Casa com sua câmara e quintal, no lugar de Coina		⁵⁴
				Doação	1458.07.17, Coina	Serra de Ossa, Mendoliva, Vale da Infante, Vale Abraão, e todos os pobres «do teJo pera riba d odjana»	Casas já anteriormente doadas, acrescidas de uma cavalaria		⁵⁵
				Doação	1468.07.30, Coina	Mendoliva	Herdades de pão no t. de Palmela onde chamam a Fonte do Sol, com seu casal	Reserva para si o usufruto, em vida, de metade desses bens	⁵⁶

⁵² BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 31. Carlos Pessanha fora confirmado no almirantado pelo rei João I por carta de 12 de Novembro de 1397. Curiosamente – ou nem tanto – a memória dos seus sucessores no almirantado ficaria também ligada a este mosteiro da Trindade, onde seriam sepultados o seu neto, também Lançarote, e o seu pai Rui de Melo (cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. I, pp. 193-196).

⁵³ Em retribuição pela hospedagem que concedia aos pobres e a «outras pessoas Rellegiosas», Gonçalo Vasques, eremita da Serra de Ossa, obtém em seu favor carta de privilégio, em 1455, isentando de aposentadoria as suas casas, adegas e cavalaria. Índícios de riqueza que deveria estar também ligada à mercancia, dado que o mesmo diploma determina que «hã sua barca de careto que ella tem» não seja tomada para nenhuns carretos ou outros serviços (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 15, fl. 138v – 1455.05.18, Lisboa). Numa doação de 1458, ela é referida como «ujuua honrrada» (cf. nota 54). É possível que estivesse ligada por laços familiares a outros proprietários da região de Coina, como um Fernão Guilherme, cidadão de Lisboa, casado com Iria Eanes, que também possuía casas em Coina e aí trazia, em 1400, diversos bens aforados do mosteiro de S. Vicente de Fora, a par com outros que detinha junto a Azeitão (cf. José Augusto da Cunha Freitas de Oliveira, *Na Península de Setúbal, em finais da Idade Média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à FCSH da UNL, policop., 2008, p. 293, nota 1588; sobre os bens que possuía em Azeitão, cf. TT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora, 2ª incorporação*, caixa 15, nº 45; agradecemos ao Doutor Mário Farelo esta última indicação).

⁵⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 18.

⁵⁵ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 24.

⁵⁶ *Ibidem*, mç. 3, nº 35.

				Testamento	1474.08.10, Coina	Todos os eremitas das provenças da Serra de Ossa, Alferrara e Mendoliva	Casal da Fonte do Sol, Duas «casetas» com seu quintal e cavalariça, com duas camas de roupa	Deixa a casa onde dorme, junto com a casa dos pobres, casa dianteira de morada e duas camas de roupa, aos frades de S. Francisco da Observância	⁵⁷
Catarina de Almada (D.)	m. em Beja	Viúva de Artur de Brito		Venda	1494.11.05, Beja	N. Sra. da Consolação de Serpa	Herdade e assentamen- to de casas e terras de pão, horta e pomar, com suas árvores, águas, matos, rossios, logramentos e couda- das, no t. de Serpa, junto ao Guadiana e ao Ribeiro de D. Sancha	Com condição de aí fazerem um oratório, da invocação de Nossa Senhora da Consolação	⁵⁸
Catarina Eanes	m. em Vila Viçosa	c/c Mestre Joane; irmã de Afonso Eanes		Doação	1409.01.28, Vila Viçosa	Ameal do Gorjão	Herdamento do lugar do Ameal do Gorjão	Doação feita em conjunto com o marido, estando esta já doente	⁵⁹

⁵⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 27 (em traslados de 1475.03.07, Coina e 1479.02.20, Coina). A ligação de Catarina Afonso à Observância franciscana é reforçada pelo facto do seu testamento ser redigido por Fr. João da Póvoa, «vigário prouinçiall dos frades menores da osseruuaamcia destes rreinos de Purrtugall». A testadora refere ainda pretender «morrer no avito do bem auemturado padrrre ssam framçisquo E ser em elle emterrada».

⁵⁸ ADBEJA, *Convento de S. Paulo de Serpa*, lv. 1, nº 13. Segundo o *Livro de Linhagens do Século XVI*, D. Catarina de Almada é filha de João Vaz de Almada, tendo casado com Artur de Brito, filho de Estêvão de Brito, que foi alcaide-mor de Beja. A família tinha um morgadio, instituído na mesma vila (*Livro de Linhagens do Século XVI*, ed. António Machado de Faria, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1956, p. 361).

⁵⁹ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. C4.

				Testamento	a. 1409.01.31, Vila Viçosa	Serra de Ossa	Adega com casa sobrada, dentro do castelo da vila, na Rua da Porta do Sol		⁶⁰
Catarina Eanes		Viúva de Gomes Eanes Samarro		Venda	1485.05.03, Palmela	Alferrara	Terra de pão no lugar dos Esporões, t. de Palmela		⁶¹
Catarina Eanes	m. em Elvas	Viúva de Pedro Afonso Durão, que foi eremita em Rio Torto		Composição e partilhas	1481.10.19, Elvas	Rio Torto	Fica à Provença um moio de trigo de um moinho junto à Ribeira de Chinchês		⁶²
Catarina Eanes Cavaleira	m. no Redondo	Viúva de Rodrigo Eanes, com quem deve ter casado em 2 ^{as} núpcias; mãe de Joane		Venda o	1399.09.19, Redond	Serra de Ossa	Quinhão em azenha na Serra de Ossa	A azenha fora anteriormente doada pelo marido e por um outro Lourenço Martins e sua mulher	⁶³
Catarina Lopes	v. e m. em Lisboa	Viúva de Vicens Peres «Sardinha e Meia», cidadão de Lisboa		Testamento	1438.01.06, Lisboa	Serra de Ossa (casas junto ao mosteiro da Trindade)	200 varas de burel		⁶⁴

⁶⁰ Testamento desaparecido, referido no codicilo ao mesmo, feito a 31 de Janeiro de 1409. Neste último, introduz uma alteração ao aí estipulado, afirmando que tal doação não deverá ter efeito caso o seu irmão, Afonso Eanes, precise de as vender para assegurar o seu mantimento (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 16 – 1409.01.31, Vila Viçosa). Tal não deve ter acontecido, dado que, a 11 de Abril do mesmo ano, os pobres da Serra de Ossa solicitam traslado de aforamento das mesmas casas celebrado em 1401, afirmando-se herdeiros, por vontade da dita Catarina Eanes, de metade do foro das mesmas casas (*ibidem*, lv. 39, nº 6). Os pobres haveriam de renunciar a estes bens ainda em Agosto desse ano, para evitar contendas com os herdeiros da doadora (*ibidem*, lv. 44, nº 16 – 1409.08.05, Vila Viçosa).

⁶¹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 53.

⁶² ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas, Colecção de Pergaminhos*, nº 6 [C5 ELV 06, nº 17].

⁶³ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 26 (em traslado de 1412.12.31, Redondo).

⁶⁴ TT, *Provedoria das Capelas e Resíduos de Lisboa e seu termo*, lv. 7, fls. 323-328v (em traslado de 1862). Agradeço a indicação deste documento à Doutora Maria de Lurdes Rosa.

Clara Peres	m. em Évora	c/c Lourenço Eanes Magro, f. de Catarina Magra; já viúva em 1427		Doação	1406.09.26, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Panasqueiras que foram vinhas e herdade no Aivado	Doação feita em conjunto com o marido	⁶⁵
				Venda	1427.12.22, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Vinha no Aivado	Doa o remanescente, caso a vinha valha mais	⁶⁶
Constança Domingues	m. em Almada	Viúva de Lourenço Domingues da Rosa; mãe de Estêvão da Rosa, c/c Maria Eanes		Doação	1453.05.03, Almada	Barriga (Cela Nova)	A parte da sua herança dentro da cerca dos pobres	Doação feita em conjunto com o filho e a nora	⁶⁷
Constança Esteves	m. e v. em Portel	Viúva; mãe de Catarina Lourenço, c/c Afonso Martins e de Inês Lourenço, c/c Gomes Eanes, m. em Portel		Doação	1411.08.15, Portel	Água das Infantes	Chão de casaria no arrabalde de Portel	Doação feita em conjunto com as filhas e genros	⁶⁸
Constança Martins	m. em Serpa	Viúva de Gonçalo Eanes, mãe de Martim Gonçalves Baralho, clérigo de missa e fundador do eremitério		Doação	1496.04.04, Serpa	N. Sra. da Consolação de Serpa	Todos os bens móveis e de raiz que herdar por morte do filho		⁶⁹

⁶⁵ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 80.

⁶⁶ *Ibidem*, lv. 2, nº 68.

⁶⁷ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, mç. 2 de pergaminhos, nº 39 [antigo mç. 1, nº 8].

⁶⁸ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 36.

Constança Peres, dita Coudeleira	m. em Vila Viçosa	Viúva de Vasco Afonso Ratinho e mãe de Afonso Vasques, Gonçalo e Pedro		Doação	1442.03.18, Vila Viçosa	Montes Claros	Casarias «que Jazem em chãao», em Vila Viçosa, na Rua do Alandroal	Doação feita em conjunto com os filhos	⁷⁰
Constança Vasques	v. e m. em Vila Viçosa	Viúva de Vasco Vicente		Doação	1430.07.04, Vila Viçosa	Montes Claros e Serra de Ossa	Chão de casaria em Vila Viçosa		⁷¹
Diogo Álvares da Silveira	m. no Redondo	c/c Mor Esteves	Escudeiro	Doação	1404.07.06, Redondo	Serra de Ossa	Lugar e chão na Serra de Ossa, onde chamam Fontainhas	Doação feita em conjunto com a mulher	⁷²
Diogo Fernandes	m. em Vila Viçosa	c/c Leonor Fernandes		Venda	1484.08.30, Vila Viçosa	Vale Abraão	Parte na herdade de João Fernandes da Serra, na Argolhia	Venda feita em conjunto com a mulher e com o casal João Martins e Isabel Fernandes, também m. em Vila Viçosa	⁷³
Diogo Infante	m. em Montemor-o-Novo	c/c Beatriz Afonso	Escudeiro	Escambo	1468.01.30, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Os pobres recebem três pedaços de terra dentro da Provença e um outro junto a terra a eles pertencente	Confirmado pela mulher a 1 de Fevereiro.	⁷⁴

⁶⁹ ADBEJA, *Convento de S. Paulo de Serpa*, lv. 1, nº 4. Por outros documentos, conhecemos um outro seu filho, Antão Gonçalves Baralho, casado com Bárbara Gonçalves e morador na mesma vila (cf. *ibidem*, lv. 1, nº 98 – 1496.[...].25, Serpa).

⁷⁰ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 23 [35].

⁷¹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 8 (em parte ilegível) e BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 8, fls. 38-39 (em traslado de 1542.12.08).

⁷² BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 15 (*Pergaminhos Avulsos*, 80), nº 68 (em traslado de 1440.08.19, Évora).

⁷³ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 40, macete 1 (Pergaminhos), nº 30.

⁷⁴ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 35.

Diogo Lopes Brandão	m. em Évora	c/c Catarina Fernandes	Escudeiro e criado do Infante D. João	Doação	1442.08.02, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Pedaço de chão que foi vinha, junto ao lugar dos pobres	Doação feita em conjunto com a mulher	⁷⁵
Diogo Valente	v. e m. em Juromenha			Doação	1439.04.08, Olivença	Valbom	Herdade com seu assentamento, no t. de Juromenha; pedaço de terra no mesmo termo, junto ao Guadiana		⁷⁶
Domingas Afonso	m. em Viana do Alentejo	Viúva de Martim Lourenço, mãe de Luís, pobre de Rio Mourinho		Venda	a. 1431.11.20	Rio Mourinho	Metade de assentamento de moinho em S. Briços de Xarrama, no t. de Alcáçovas		⁷⁷

⁷⁵ *Ibidem*, lv. 2, nº 97. No mesmo diploma, são referidos diversos criados do doador: Afonso Eanes, seu mordomo e amo; Rui Pais, também seu amo; Nuno Calça, seu criado. Neto de Fernão Martins Brandão, morador em Évora, detinha uma herdade no termo da cidade, a par de Santa Margarida, junto com a Ribeira de Pera Manca, coutada por mercê régia desde 1373, ainda em vida do avô. Diogo Lopes Brandão veria renovado este privilégio, a seu pedido, pelos reis Duarte (1436.03.28, Évora – *ChDD*, vol. I, tomo 2, doc. 989, pp. 245-247) e Afonso V (1449.12.22, Évora – TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 11, fl. 153). Em 1439, foi procurador de Évora às Cortes de Lisboa (*MH*, tomo VII, doc. 15, p. 22). É possivelmente com o concurso de Diogo Lopes Brandão que, em 1450, os eremitas de Montemuro conseguem entrar em acordo com Gonçalo Boto, mercador de Lisboa, sobre uns pedaços de terra que mediavam entre as terras dos pobres e uma herdade do mercador, dado que a composição é celebrada em Évora, nas casas do dito Diogo Lopes. Entre as testemunhas, consta também um Afonso Eanes, seu mordomo e amo (BN, *Colecção de Pergaminhos, Série Roxa*, sem nº - 1450.02.20, Évora). Em 1459, surge documentado como juiz em Évora, sancionando o pedido feito pelas pobres da casa das Galvoas para a abertura de uma sacada (cf. BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Paraíso de Évora*, lv. 94, nº 38 – 1459.06.02, Évora). Alguns membros da sua família documentam-se também como comendadores entre as fileiras santiaguistas (cf. Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, pp. 441-442).

⁷⁶ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. D9. A doação seria confirmada pelo rei Afonso V por carte de 09.07.1439 (*ibidem*, lv. 7, doc. A4; TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 19, fls. 59-59v).

⁷⁷ Venda referida pelo dito Luís, pobre de Rio Mourinho, na doação da sua metade do dito assentamento que nessa data renova aos seus companheiros (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 63).

Domingas Álvares	m. em Portel	Viúva de Gonçalo Rodrigues; mãe de Beatriz, Gonçalo, João e Lourenço Gonçalves		Doação	1440.03.14, Portel	Água das Infantes	Assentamento de terra, casarias e águas na serra da vila, sob a ermida de S. Lourenço	Doação feita em conjunto com os filhos e genro; o dito assentamento coubera ao dito defunto em sesmaria	⁷⁸
Domingas Bacias	m. e v. em Setúbal	Viúva de Fernão Fernandes Calvo; mãe de Gonçalo Eanes Anadal, inquiridor na vila de Palmela e seu testamenteiro		Doação	1381.03.13, Setúbal	Alferrara	Herdade na Fonte Santa, t. de Palmela		⁷⁹
				Doação	1385.12.03, Setúbal	Alferrara	Pedaco de chão e mato em <i>Almouquim</i> , no t. de Palmela e do lugar de Alferrara	Doação feita em conjunto com Estêvão Martins e Clara Lourenço, moradores em Alferrara, que dela traziam em foro o dito chão	⁸⁰
Domingos Domingues	m. em Estremoz			Venda	1389.09.08, Estremoz	Serra de Ossa	Herdade das Cortes		⁸¹
Estêvão Afonso	m. em «conda d ell rrey» (?)	c/c Margarida Eanes		Doação	1405.09.01, Vidigueira	Serra de Ossa / Água das Infantes	Partes que têm na corte de Água das Infantes, no t. de Portel	Doação feita em conjunto com a mulher e com outros 4 casais	⁸²

⁷⁸ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 30 e 62. A doação é confirmada pelos filhos João Gonçalves e Lourenço Gonçalves em Julho de 1445, sabendo-se que o primeiro estava ausente, à data do acto, por se encontrar em Castela e que o segundo residia em Beja (*ibidem*, lv. 1, nº 40 – 1445.07.15, Vidigueira; *ibidem*, lv. 1, nº 4 – 1445.07.16, Beja).

⁷⁹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 9.

⁸⁰ *Ibidem*, mç. 3, nº 3 (parcialmente ilegível). Já tinha falecido em 1427, quando Gonçalo Eanes Anadal, seu filho e testamenteiro, vende aos mesmos pobres uma propriedade em Alferrara, cujo preço acaba por lhes devolver (cf. *ibidem*, , mç. 3, nº 5 – 1427.06.27, Palmela). Os mesmos bens são confirmados pelo dito Gonçalo Eanes em 1434 (*ibidem*, mç. 3, nº 7).

⁸¹ A venda deve ter sido contratada anteriormente, dado que é nesta data que João Gouvinhas, pobre, conclui o respectivo pagamento (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 22).

⁸² BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 61 (em traslado sem data). Acompanham-nos na doação: Gonçalo Afonso e Catarina Eanes, m. em S. Covado; João Lourenço «Castelão» e Catarina Eanes, m. em Cuba; Afonso Esteves e Margarida Eanes, m. em Vila de Frades; Afonso Eanes e Estevaínha Eanes, m. em Antas.

Estêvão André Galego	m. em Montemor-o-Novo	c/c Leonor Esteves; pai de Fernando Esteves, c/c Beatriz Eanes		Venda	1463.06.06, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Um chão por detrás das casas dos pobres, sitas na dita vila, na Rua Verde	Doação feita em conjunto com a mulher e a nora	⁸³
Estêvão da Rosa	m. em Almada	f. de Constança Domingues e de Lourenço Domingues da Rosa; c/c Maria Eanes		Doação	1453.05.03, Almada	Barriga (Cela Nova)	Parte da herança que têm dentro do cerrado do lugar dos pobres	Doação feita em conjunto com a mulher e a mãe, já viúva	⁸⁴
Estêvão Eanes	m. e v. no Redondo	Irmão de Martim Eanes Nobre e de Gil Eanes		Venda	1478.11.15, Redondo	Vale Abraão	Herdade no termo do Redondo, confrontante com o lugar dos pobres	Doação feita em conjunto com os irmãos	⁸⁵
Estêvão Martins	m. em Alferrara	c/c Clara Lourenço		Doação	1385.12.03, Setúbal	Alferrara	Chão e mato em <i>Almouquim</i> , t. de Palmela	Doação feita em conjunto com Domingas Bacias, de quem traziam o dito chão em foro	⁸⁶
Estêvão Martins	m. em Évora	Viúvo de Mor Gil, f. de Gil Lourenço e irmã de Gonçalo Gil		Venda	1433.07.13, Évora	Montemuro	Herdade e folha de herdade no t. de Évora, junto à Ribeira do Degebe	Venda feita em conjunto com o cunhado, os filhos de Mor Gil e o seu testamenteiro	⁸⁷

⁸³ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 66.

⁸⁴ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, maço 2 de pergaminhos, nº 39 [antigo mç. 1, nº 8].

⁸⁵ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 40, macete 1 (Pergaminhos), nº 33.

⁸⁶ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 3 (parcialmente ilegível).

⁸⁷ BPE, *Mosteiro de Santa Catarina de Sena de Évora*, lv. 86, nº 1 (em carta régia de confirmação, de 1478.08.29, Évora).

Estêvão Martins Cesteiro				Doação	1381.03.13, Setúbal	Alferrara	Herdade na Fonte Santa, t. de Palmela	Ratifica, enquanto foreiro da dita herdade, a doação feita por Domingas Bacias	⁸⁸
Estêvão Martins «Picalgeso»	m. em Setúbal	Viúvo e testamenteiro de Teresa Fernandes; c/c Constança Gil		Venda	1392.05.18, Setúbal	Alferrara	Metade de um pomar em <i>Almouquim</i> , termo de Palmela, junto com o lugar dos pobres		⁸⁹
Fernando	m. em Évora	f. de Lourenço Eanes «Píncaro de Figo» e de Mor Gil, já finada		Venda	1433.07.13, Évora	Montemuro	Herdade e folha de herdade no t. de Évora, junto à Ribeira do Degebe	Venda feita em conjunto com o cunhado, os restantes filhos de Mor Gil e o seu testamenteiro	⁹⁰
Fernando Afonso	m. em Évora	f. de Fernando Afonso Cicioso, cavaleiro, m. em Évora, e de Inês Mendes; irmão de João Fernandes, cavaleiro, comendador das Olalhas	Cónego da Sé de Évora	Doação	1452.02.25, Évora	Serra de Ossa	Herdade no t. do Redondo, junto com a dita provença	Dos bens deixados a Fernando Afonso por Pedro Eanes de Génova, criado do rei João I e filho de D. João, bispo de Évora, para serem aplicados por sua alma. Doação feita em conjunto com o pai e com o irmão.	⁹¹

⁸⁸ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 9.

⁸⁹ TT, *Documentação de Conventos por identificar*, cx. 13, mç. 1, nº 30.

⁹⁰ BPE, *Mosteiro de Santa Catarina de Sena de Évora*, lv. 86, nº 1 (em carta régia de confirmação, de 1478.08.29, Évora).

⁹¹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 4. Sabemo-lo ainda irmão de Nuno Fernandes.

Fernando Afonso Cicioso	m. em Évora	c/c Inês Mendes; pai de Fernando Afonso, cónego de Évora, de João Fernandes, cavaleiro, comendador das Olalhas, e de Nuno Fernandes	Escudeiro (depois cavaleiro); criado do Infante D. Henrique	Doação	1432.12.20, Mértola	Montemuro	Quinhões e assentamentos de moinhos no termo de Évora, junto à Ribeira de Rio de Moinhos	Doação feita em conjunto com a mulher.	⁹²
				Doação	1434.08.30, Évora	Montemuro	Metade dos mesmos moinhos	Adquiridos anteriormente com os dinheiros deixados por Pedro Eanes de Génova, de quem o doador era testamentário	⁹³
				Doação	1434.08.30, Évora	Montemuro	Herdade junto ao Degebe	Doadada anteriormente a João, eremita de Montemuro, é agora estendida a todos os pobres do eremitério	⁹⁴

⁹² BN, *Reservados*, Mss. 141, doc. n.º 31. Entre as testemunhas ao acto, encontramos um Fernando Airas, escudeiro do doador e seu criado, que reaparece a testemunhar uma outra doação em favor dos mesmos pobres, celebrada «ante as poussadas de Fernando afonso ciçiosso», em Évora (BPE, *Mosteiro de Santa Catarina de Sena de Évora*, lv. 86, n.º 1 – 1433.07.13, Évora, em confirmação régia de 1478.08.29, Évora).

⁹³ BN, *Colecção de Pergaminhos, Série Vermelha*, PGS 46 V. A compra aqui referida data de 28.02.1429 (cf. BN, *Colecção de Pergaminhos, Série Azul*, sem n.º).

⁹⁴ *ChDD*, vol. I, tomo 1, doc. n.º 632, pp. 380-384 (em carta régia de confirmação de 1434.12.24, Évora). Entre as testemunhas ao acto, são referidos dois amos do doador, Vasco Martins e João Vasques, além do seu filho Nuno Fernandes. Ambos os amos serão objecto, a pedido do mesmo Fernando Afonso, de privilégio régio de isenção de aposentadoria, referindo-se a propósito do primeiro que criou uma sua filha (cartas régias de 1435.04.23, Évora – *ChDD*, vol. III, docs. 564 e 597, pp. 405 e 431). Na mesma data, o mesmo privilégio é estendido a um seu mordomo, também Vasco Martins (*ChDD*, vol. III, doc. 490, p. 350), para o qual obteria carta de aposentação em 1441, renovada em 1444 (*MH*, vol. VII, doc. n.º 189, pp. 275-276 – 1441.12.19, Santarém; vol. VIII, doc. n.º 70, p. 121 – 1444.01.06, Évora).

				Doação	1452.02.25, Évora	Serra de Ossa	Herdade no t. do Redondo, junto com a dita provença	Dos bens deixados por Pedro Eanes de Génova, criado de D. Diogo, bispo de Évora, para serem aplicados por sua alma. Doação feita em conjunto com os filhos Fernando Afonso e João Fernandes; já é viúvo à data.	⁹⁵
Fernão Álvares	v. e m. em Montemor-o-Novo	Irmão de Leonor Álvares, c/c Fernão Peres		Venda	1438.10.25, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Courela de herdade e parte de outras duas herdades em Rio Mourinho, uma das quais dentro da herdade dos pobres		⁹⁶
Fernão Álvares	m. em Juromenha	f. de Álvaro Eanes Abegão e Leonor Vasques Morgada		Venda	1482.01.03, provença de Valbom	Valbom	Moinho de moer pão na Ribeira de Mures, no t. de Juromenha, com seu assentamento e aparelhos, foreiro à Ordem de Avis	Caso valha mais que o fixado no acto de compra, faz doação do remanescente	⁹⁷
Fernando Eanes	m. em Serpa	c/c Beatriz Grande, fª. de João Grande		Venda	1494.11.20, Serpa	N. Sra. da Consolação de Serpa	Herdade no t. da vila, onde chamam a Foz de D. Sancha, com seu pomar e casas.	Bens aforados pelos fundadores do eremitério, que agora os retomam	⁹⁸

⁹⁵ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 4. Fernando Afonso Cicioso será, desde cedo, um importante elemento de apoio aos pobres nas várias questões que se viram obrigados a dilucidar, por vezes mesmo legalmente, sendo escolhido, em 1452, como um dos três juizes com capacidade para tratar das causas dos eremitas. Sobre este personagem, ver o que ficou dito no Cap. II.

⁹⁶ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 20.

⁹⁷ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. G9.

⁹⁸ ADBEJA, *Convento de S. Paulo de Serpa*, lv. 1, nº 23.

Fernando Esteves	m. em Montemor-o-Novo	f. de Estêvão André Galego e Leonor Esteves; c/c Beatriz Eanes		Venda	1463.06.06, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Chão atrás das casas dos pobres na Rua Verde, no arrabalde da vila	Venda feita pelos pais e pela sua mulher	⁹⁹
Fernão Farto	v. e m. em Avis	c/c Constança Gonçalves		Doação	1371.03.05, Avis	Azambujeira	Parte na horta velha de Pedro Fulaz, «aquém do Ribeiro»		¹⁰⁰
Fernão Gonçalves	m. em Monforte	c/c Beatriz Afonso, f.ª de Pedro Afonso Carujo		Venda	1484.12.30, Monforte	Vale da Infante	Courela de terra, confrontante com o lugar dos pobres		¹⁰¹
Fernão Lourenço	m. em Évora	f. de Lourenço Mendes; c/c Inês Eanes		Doação	1406.09.09-10, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Pedaço de chão da sua herdade, no Aivado		¹⁰²
Fernão Luís Condinho	m. no Areal, arrabalde de Alenquer			Venda	a. 1502.05.08	S. Julião ou S. Gião de Alenquer	Sesmaria no Vale do Junco e Cabeça da Carapinha		¹⁰³
Fernão Martins Carriço	m. em Montemor-o-Novo	c/c Inês Gomes		Venda	1469.09.25, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Parte num courela de terra confrontante com o lugar dos pobres		¹⁰⁴

⁹⁹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 66.

¹⁰⁰ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 20 (em traslado de 1376.01.14). No mesmo traslado, é copiada outra doação, celebrada na mesma data em Avis, de outra fracção da mesma horta, constando o anterior doador entre as respectivas testemunhas.

¹⁰¹ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, mç. 2, nº 2.

¹⁰² TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 100.

¹⁰³ Referida entre as terras da provença, em sesmaria dada aos pobres na data acima indicada (*ibidem*, lv. 2, nº 105).

¹⁰⁴ *Ibidem*, lv. 2, nº 61.

Fernão Peres	v. e m. em Montemor-o-Novo	c/c Leonor Álvares; cunhado de Fernão Álvares		Venda	1438.10.25, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Courela de herdade e parte de outras duas herdades em Rio Mourinho, uma das quais dentro da herdade dos pobres		¹⁰⁵
Fernão Sobrinho	m. em Montemor-o-Novo	c/c Inês Gonçalves, fª de Simão Gonçalves, tabelião, e de Isabel Afonso		Venda	1471.04.27, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Chão de regadio em Rio Mourinho, dentro de uma herdade da provença	A venda é feita em conjunto com a sua mulher e ratificada pelos sogros, que cedem a sua parte	¹⁰⁶
Fernão Vasques	m. em Olivença	Irmão de Leonor Vasques e João Vasques «Mata Judeus», o Moço		Doação	1455.05.11, Olivença	Valbom	Courela de terra dentro de herdade dos pobres	Doação feita em conjunto com os irmãos e respectivos cônjuges	¹⁰⁷
Garcia Afonso	m. em Évora	Viúva de Domingos Garcia; mãe de Leonor Domingues, c/c Lourenço Gabriel		Venda	1386.12.09, Évora	Serra de Ossa	Casa em Évora, junto à casa dos pobres	Venda feita em conjunto com a filha e genro	¹⁰⁸
Garcia Lopes de Armez	v. e m. em Montemor-o-Novo	c/c Alda Rodrigues	Criado de el-rei	Escambo	1438.09.04, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Os pobres recebem um assentamento de herdade em Rio Mourinho		¹⁰⁹

¹⁰⁵ *Ibidem*, lv. 2, nº 20.

¹⁰⁶ *Ibidem*, lv. 2, nº 50.

¹⁰⁷ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 6, nº 86.

¹⁰⁸ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 2.

¹⁰⁹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 60.

Gil Afonso	m. e v. em Estremoz	c/c Maria Afonso	Vassalo do Infante D. Fernando	Doação	1366.03.09, Estremoz	Serra de Ossa	Casa com pardeeiro e pedaço de chão, no lugar dito de Sancha da Ribeira, no t. de Estremoz, com acesso a poço junto a uma azenha		¹¹⁰
Gil Eanes	v. e m. no Redondo	Irmão de Estêvão Eanes e de Martim Eanes Nobre; c/c Constança Dias		Venda	1478.11.15, Redondo	Vale Abraão	Herdade no t. do Redondo, confrontante com o lugar dos pobres	Venda feita em conjunto com os irmãos, que o representam, por se encontrar preso em Castela	¹¹¹
Gil Vasques Mures	v. e m. em Olivença	c/c Teresa Martins		Venda	1474.02.07, Olivença	Asseiceira	Terra na Asseiceira, mística com os compradores		¹¹²
Gomes Afonso Sertão	m. em Veiros	c/c Inês Dias; possivelmente irmão de João Afonso Sertão		Venda	1463.03.28, Estremoz	Serra de Ossa	Quinhão em herdade de <i>Alfanger</i> , no t. de Monforte, mística com os ditos pobres	Venda feita em conjunto com a mulher e com João Afonso Sertão e Mor Esteves, sua mulher	¹¹³
Gomes Eanes	m. no termo de Portel	c/c Inês Lourenço, fª de Constança Esteves		Doação	1411.08.15, Portel	Água das Infantes	Chão de casaria no arrabalde da vila de Portel	Doação feita em conjunto com a mulher, a sogra e os cunhados (Afonso Martins e Catarina Lourenço)	¹¹⁴

¹¹⁰ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 40, macete 1 (Pergaminhos), nº 36.

¹¹¹ *Ibidem*, lv. 40, macete 1 (Pergaminhos), nº 33.

¹¹² BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. E8, nº 2.

¹¹³ *Ibidem*, lv. 7, doc. F3.

¹¹⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 36.

Gomes Lourenço Murganho	m. no termo de Montemor-o-Novo	c/c Isabel Gomes		Venda	1434.06.30, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Quinhões na courela dentro da herdade dos pobres, em Rio Mourinho	Venda feita em conjunto com a mulher e com outro casal com quinhões na mesma courela (Lourenço Martins e Maria Gonçalves)	¹¹⁵
Gonçalo Afonso	m. em S. Covado	c/c Catarina Eanes		Doação	1405.09.01, Vidigueira	Serra de Ossa Água das Infantes	Quinhão na corte de Água das Infantes, no t. de Portel	Doação feita em conjunto com a mulher e quatro outros casais	¹¹⁶
Gonçalo de Sousa		c/c Leonor Ribeiro	Fidalgo da casa de el-rei	Venda	1489.08.08, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Courela de terra além do Aivado, confrontante com os pobres	Venda feita em conjunto com a mulher	¹¹⁷
Gonçalo Eanes	m. em Portel	c/c Constança Eanes		Doação	1405.12.05, Portel	Água das Infantes	Quinhão na herdade de Água das Infantes, no t. de Portel	Doação feita em conjunto com a mulher e com outro casal, Gonçalo Eanes e Constança Eanes	¹¹⁸
Gonçalo Eanes	m. em Setúbal	f. de João Martins e de Maria Afonso		Doação	1427.12.01, Setúbal	Alferrara	Mato com seu chão em <i>Almouquim</i>	Doação feita em conjunto com a mãe, já viúva	¹¹⁹

¹¹⁵ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 58.

¹¹⁶ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº. 61 (em traslado s.d.).

¹¹⁷ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 92-93. Tratar-se-á do Gonçalo de Sousa, filho de Pedro de Sousa, que, no final do séc. XV tinha o direito de levar o palio nas festas da cidade de Évora e que acabaria por erigir a sua sepultura no Espinheiro? O epitáfio, que traz a data de 1516, dá-o como casado com Leonor Faleiro, segundo a leitura proposta por Braamcamp Freire (cf. Maria Ângela da Rocha Beirante, *Évora na Idade Média*, p. 529; Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. III, p. 130, nota; idem, *As sepulturas do Espinheiro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, p. 20).

¹¹⁸ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº. 53 (de difícil leitura) e nº 48 (em traslado de 1460.08.03, Portel).

¹¹⁹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 6.

Gonçalo Fernandes	m. em Évora (?)	f. de João Fernandes, que foi sobrejuiz; irmão de Álvaro Fernandes		Venda	1450.07.28, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Foro de 80 reais brancos de vinha junto com o lugar dos pobres	Venda feita em conjunto com o irmão	¹²⁰
Gonçalo Fernandes Bergano	m. em Évora	Castelhano; c/c Isabel Rodrigues		Venda	1491.01.22, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Casas de morada ao talho do mouro, na Rua dos ditos pobres, em Évora	Venda feita em conjunto com a mulher	¹²¹
Gonçalo Gil	m. em Évora	Irmão de Mor Gil; f. de Gil Lourenço; c/c Beatriz Gonçalves	Lavrador	Venda	1433.07.13, Évora	Montemuro	Herdade no t. de Évora, junto à Ribeira do Degebe	Venda feita em conjunto com o cunhado, Estêvão Martins e os descendentes da irmã; é ratificada pela sua mulher	¹²²
Gonçalo Gonçalves	m. em Portel	f. de Gonçalo Rodrigues e de Domingas Álvares; irmão de Beatriz Gonçalves		Doação	1440.03.14, Portel	Água das Infantes	Assentamento de terra, casarias e águas sob a ermida de S. Lourenço, no t. de Portel	Doação feita em conjunto com a mãe, já viúva, e com a irmã e cunhado	¹²³
Gonçalo Martins Carujo	m. em Abrantes	c/c Beatriz Ferreira; irmão de Rodrigo (VIII), pobre de Vale da Infante	Escudeiro de D. Afonso de Vasconcelos, Conde de Penela	Venda	1472.05.07, Abrantes	Vale da Infante	Dois assentamentos de herdade no t. de Monforte	Venda feita em conjunto com a mulher	¹²⁴

¹²⁰ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 75 (2).

¹²¹ *Ibidem*, lv. 2, nº 74.

¹²² BPE, *Mosteiro de Santa Catarina de Sena de Évora*, lv. 86, nº 1 (em confirmação régia de 1478.08.29, Évora).

¹²³ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 30 e 62.

¹²⁴ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, mç. 1, nº 19. O seu apelido é confirmado pelo instrumento de posse das referidas propriedades (*ibidem*, lv. 2, fls. 61v-63 – 1472.09.23, Monforte, em traslado de 1637).

Gonçalo Mateus	m. em Vila Alva	c/c Leonor Vicente		Doação	1406.01.06, Portel	Água das Infantes	Quinhões na herdade de Água das Infantes	Doação feita em conjunto com a mulher e com um outro casal, Lourenço Eanes «dito jaquim» e Catarina Geraldês, m. em Portel	¹²⁵
Gonçalo [Vasques]		f. de Constança Peres, dita Coudeleira, e de Vasco Afonso Ratinho; irmão de Afonso Vasques e Pedro		Doação	1442.03.18, Vila Viçosa	Montes Claros	Casarias «que Jazem em chãao», em Vila Viçosa, na Rua do Alandroal	Doação feita em conjunto com a mãe, já viúva, e com os irmãos	¹²⁶
Guiomar Lourenço		Viúva de Vasco Eanes do Crato	Administradora de capela instituída no Torrão por Madalena Fernandes, mulher de Pedro Gramaxo	Venda	a. 1465.10.23, Alcácer	Vasco, pobre de Alcácer do Sal	Casa com chão dentro do castelo de Alcácer		¹²⁷
Henrique de Albuquerque		c/c Catarina Henriques	Fidalgo da Casa do Duque de Viseu	Venda	1472.03.03, Évora	Rio Mourinho	Duas courelas de terra em Vilares, no t. de Alcáçovas, confrontante com herdade dos pobres	Venda feita em conjunto com a mulher	¹²⁸

¹²⁵ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, n° 53, doc. B.

¹²⁶ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, n° 23 [35].

¹²⁷ Venda referida pelo dito Vasco, pobre, em 1465 (BPE, *Col. Manizola*, cód. 595, fl. 26). Sobre Guiomar Lourenço e Vasco Eanes do Crato, ver o que ficou dito na biografia de Fernando Gramaxo (Parte II, B 117).

¹²⁸ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, n° 27. Entre as testemunhas, consta um Diogo Álvares, criado dos vendedores. Deve tratar-se do filho de João de Albuquerque e de Catarina Pereira e senhor de Angeja e Pinheiro. Seu pai integrara, como cavaleiro, a casa do Infante D. Henrique (cf. Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira*, vol. II, pp. 691-693).

Inês Álvares Machado	m. em Lisboa			Venda	1450.09.16, Lisboa	Montes Claros	Herdade de pão no lugar de Montes Claros		¹²⁹
Inês de Bem	m. em Monforte	Viúva		Escambo	1504.01.20, Monforte	Vale da Infante	Os pobres recebem um pedaço de terra na do Barroso, t. de Monforte	Escambo celebrado em conjunto com os filhos e herdeiros (Pedro Fernandes e Catarina Lopes, sua mulher; Gonçalo Gil e Constança Lopes, sua mulher; João Gonçalves e Beatriz Peres, sua mulher; António Luís e Leonor Vaz, sua mulher)	¹³⁰
Inês Eanes	m. em Évora	Viúva de João Teixeira		Venda	1475.01.18, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Quintã e seu assentamento, sita no Aivado	Caso a quintã valha mais, doa o valor remanescente	¹³¹
Inês Vasques	m. em Almada	c/c Rodrigo Eanes de Barbudo		Doação	1451.11.17, Almada	Barriga (Cela Nova)	Chão e casas dentro do cerrado dos pobres		¹³²

¹²⁹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7 [13].

¹³⁰ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, mç. 2, nº 10.

¹³¹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 94-95. Entre as testemunhas, contam-se Lopo Fernandes e João Gonçalves, ambos criados da vendedora.

¹³² TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, maço 2 de pergaminhos, nº 33 [antigo mç. 1, nº 5]. Entre as testemunhas, conta-se um Afonso Eanes, criado da doadora. Rodrigo Eanes de Barbudo surge documentado como criado e escudeiro régio e partidário do Mestre de Avis em 1384 (cf. Fernão Lopes, *Crónica del Rei Dom João I da Boa Memória*, parte I, ed. Anselmo Braamcamp Freire, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977, cap. CLXI, p. 305), recebendo deste, nesse mesmo ano, o Reguengo de Colares (doação de 07.01.1384 – *ChDJI*, vol. I, tomo 1, doc. nº 183, p. 95). No ano seguinte, o monarca confirmava-lhe a doação de bens anteriormente detidos por Gil Vasques de Barbudo, bem como de certas casas sitas em Lisboa (*ChDJI*, vol. I, tomo 2, doc. nº 747, p. 122 – 1385.05.27, Guimarães). Em 1392, detinha o ofício de escrivão dos maravedis do rei, quando D. João I lhe doa a terra e lugar de Pavia, com os respectivos direitos e jurisdição (*ChDJI*, vol. II, tomo 1, doc. nº 618, pp. 318-319 – 1392.08.01, Semide).

Iria Gonçalves do Carvalhal		mãe do Condestável Nuno Álvares Pereira		Doação	1385.05.25, Portalegre	São Pedro de Montão Vale de Flores	Lugar de Vale de Flores, junto à Ribeira de Nisa	Recebera o lugar por morte de Fernão Pereira, seu filho	¹³³
				Doação	1401.03.26, Lisboa	Vale de Flores	Idem	Renova a doação, possivelmente devido à morte de um dos pobres a quem a 1ª doação foi feita	¹³⁴
Isabel Dias	m. em Setúbal	f. de Diogo Esteves e Violante Nunes; irmã de Nuno Gonçalves e Teresa Dias		Doação	1465.04.07, Setúbal	Alferrara	Chão que foi olival e forno de cal em <i>Almouquim</i> ou Alferrara, t. de Palmela, junto ao lugar dos pobres	Doação feita em conjunto com a mãe, já viúva, e com os irmãos	¹³⁵
Isabel Peres		viúva de Martim Esteves, vendedor de Azeitão		Venda	1491.01.18, Setúbal	Alferrara	Herdade e terras de pão, acerca da Fonte do Sol		¹³⁶
Joana Peres	m. em Estremoz	Fora manceba de Afonso Fernandes, clérigo		Venda	1378.09.12, Estremoz	Serra de Ossa	Horta e pomar em Vale de Inferno, t. do Redondo		¹³⁷

¹³³ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 3 (inserta em carta de doação do lugar pelo seu fundador, Gonçalo da Beira, a Gonçalo de Paredes – 1419.03.23, Provença da Ribeira de Nisa). A doação é confirmada pelo rei João I em 1397 (*ChDJI*, vol. II, tomo 3, doc. 1084, pp. 22-23 – 1397.01.31, Évora). Inês Gonçalves integrara o núcleo de mulheres ao serviço da infanta D. Beatriz (cf. Rita Costa Gomes, *D. Fernando*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p. 132), tendo tido diversos filhos do prior do Hospital, Álvaro Gonçalves Pereira [cf. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. II, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família – Universidade Moderna, 1999, pp. 308-309, que refere três filhos, número alargado por Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal...*, p. 79, Esquema 9A). Era irmã de Martim Gonçalves do Carvalhal, que asseguraria as funções de aio do seu filho Nuno Álvares Pereira após o seu ingresso na Corte, como escudeiro do séquito de Leonor Teles (cf. Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I, o que re-colheu “Boa Memória”*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p. 39).

¹³⁴ Documento do Cartório da Casa de Bragança, inserto em traslado de 1528.07.17, Vila Viçosa, publ. por António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova ed. revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, tomo III, parte II, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, Lda., 1949, nº 33, pp. 89-91.

¹³⁵ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 32.

¹³⁶ *Ibidem*, mç. 3, nº 61.

Joane (Mestre)	m. em Vila Viçosa	c/c Catarina Eanes; irmão de João Eanes; tio de Gonçalo Eanes do Paço		Doação	1409.01.28, Vila Viçosa	Ameal do Gorjão	Herdamento do lugar do Ameal do Gorjão	Doação feita em conjunto com a mulher, estando esta «doente em hũa cama»	¹³⁸
				Testamento	1413.10.02, provença da Serra de Ossa	S. Pedro de Bencatel	Casa contra a cerca de Vila Viçosa, com courela com duas figueiras	A reverter para os pobres após a morte de Inês, então moradora na dita casa	¹³⁹
						Serra de Ossa	Parte em vinha no t. de Borba; proventos de todas as dívidas que lhe forem devidas		
João Afonso				Testamento	1477.08.30, Lisboa	Santa Maria da Pena	500 reais «pera uestido»		¹⁴⁰
João Afonso Leboreiro	v. e m. em Montemor-o-Novo	c/c Mor Lourenço		Venda	1489.01-31, termo de Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Courela de terra de pão em Rio Mourinho, confrontante com herdade dos pobres	Venda feita em conjunto com a mulher	¹⁴¹

¹³⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 19.

¹³⁸ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. C4. Catarina Eanes acrescenta um codicilo ao seu testamento (este último desaparecido), alterando a doação que no testamento deixava feita aos pobres de umas casas que tinha em Vila Viçosa, que ficará sem efeito caso o seu irmão, Afonso Eanes, precise de as vender para assegurar o seu mantimento (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 16 – 1409.01.31, Vila Viçosa).

¹³⁹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 16 (*Pergaminhos Avulsos*, 98), nº 5.

¹⁴⁰ TT, *OFM, Província de Portugal, São Francisco de Lisboa*, mç. 28, sem nº.

¹⁴¹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 59.

João Afonso Sertainho	m. em Veiros	c/c Mor Esteves, irmão de Gomes Afonso Sertainho e possivelmente de Pedro Sertainho, eremita de Vale da Infante		Venda	1463.03.28, Estremoz	Vale da Infante	Quinhões da herdade de <i>Alfanger</i> , no t. de Monforte	Venda feita em conjunto com a mulher, o irmão Gomes Afonso e a cunhada	¹⁴²
João Álvares dos Órgãos	m. no Alandroal	c/c Leonor Garcia		Venda	1493.11.01, Alandroal	Asseiceira	Courela de pão no t. de Juromenha, além do Guadiana	Venda feita em conjunto com a mulher	¹⁴³
João Álvares Nobre	m. em Évora	c/c Guiomar Lopes		Venda	1508.09.01, Évora	Rio Mourinho	Quinhão e terço de herdade de meio arado em A dos Ruivos, junto a Rio Mourinho	Venda feita em conjunto com a mulher	¹⁴⁴
João Eanes	v. e m. em Évora	c/c Maria Vicente, fª de Vicente Eanes «cobronbo»; irmão de Mestre Joane		Doação	1409.11.26, Évora	Ameal do Gorjão	Quinhão no herdamento que fora vinha e agora jazia em mato, no Ameal do Gorjão	Doação feita em conjunto com a mulher	¹⁴⁵

¹⁴² BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. F3.

¹⁴³ *Ibidem*, lv. 7, doc. E10 (parcialmente ilegível) e lv. 6, nº 78, fls. 108v-109 (em traslado do séc. XVIII). Esta propriedade é mais tarde referida pelo fundador do eremitério da Asseiceira, quando doa esse lugar aos pobres de Valbom (*ibidem*, lv. 7, doc. D3 – 1502.07.11, Vila Viçosa).

¹⁴⁴ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 53.

¹⁴⁵ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. D6. Entre as testemunhas, consta um Estêvão Lopes, seu criado.

João Eanes, dito Clérigo	v. e m. em Montemor-o-Novo	c/c Catarina Domingues	mercador	Doação	1369.06.01, Montemor-o-Novo	Felgueira	Pomar regadio em Felgueira, no t. de Montemor-o-Novo, com águas, árvores, casas e rossio	Doação feita em conjunto com a mulher	¹⁴⁶
				Doação	1377.10.14, Montemor-o-Novo	Felgueira	Lugar cerrado com suas casas, árvores e valado, acima da Água da Felgueira, t. de Montemor-o-Novo	Doação feita em conjunto com a mulher	¹⁴⁷
João Eanes “Salta Palha”	m. em Évora	c/c Leonor Fernandes		Doação	1406.10.03, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Courela de vinha	Doação feita em conjunto com a mulher	¹⁴⁸
João Fernandes		f. de Fernando Afonso Cicioso, cavaleiro, e Inês Mendes, m. em Évora; irmão de Nuno Fernandes e de Fernando Afonso, cónego de Évora	Cavaleiro, comendador das Olalhas (O. Cristo)	Doação	1452.02.25, Évora	Serra de Ossa	Herdade no termo do Redondo, acerca da dita provença	Dos bens deixados por Pedro Eanes de Génova, criado do rei João I e filho de D. João, bispo de Évora, para serem aplicados por sua alma. Doação feita em conjunto com o pai e com o irmão.	¹⁴⁹
João Gil	m. em Estremoz	c/c Catarina Rodrigues	escudeiro	Venda	1431.01.29, Estremoz	Amieira (termo de Estremoz)	Chão no lugar de Amieira	Venda feita em conjunto com a mulher	¹⁵⁰

¹⁴⁶ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 20 (em traslado de 1376.01.14, Evoramonte).

¹⁴⁷ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 57 (em traslados de 1390.06.10, Montemor-o-Novo e de 1399.09.06, Montemor-o-Novo).

¹⁴⁸ *Ibidem*, lv. 2, nº 78.

¹⁴⁹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 4.

¹⁵⁰ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale da Infante*, mç. 1, nº 6.

João Gonçalves		f. de Gonçalo Rodrigues e de Domingas Álvarores, m. em Portel; irmão de Beatriz Gonçalves, c/c Afonso Eanes dito “Nobre”, e de Lourenço Gonçalves		Doação	1445.07.15, Vidigueira	Água das Infantes	Assentamento de terra e casarias e águas na Serra de Portel, sob a ermida de S. Lourenço		¹⁵¹
João Lourenço «Castelão»	m. em Cuba	c/c Catarina Eanes		Doação	1405.09.01, Vidigueira	Água das Infantes e Serra de Ossa	Quinhão na corte de Água das Infantes, no t. de Portel	Doação feita em conjunto com a mulher e outros quatro casais	¹⁵²
João Fernandes Mascarenhas		f. de Fernão Martins Mascarenhas, comendador-mor de Santiago, e de Beatriz Rodrigues Gramaxa		Escambo	1469.05.04, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Os pobres recebem um foro de 150 reais de umas casas em Évora, na Rua do Raimundo	João Mascarenhas faz-se representar por Fernão Gramaxo, pobre de Santa Margarida do Aivado, certamente parente da mãe do primeiro	¹⁵³

¹⁵¹ Uma primeira doação da mesma propriedade fora feita pela mãe, já viúva, e pelos irmãos Beatriz Gonçalves e Lourenço Gonçalves, em 1440 (BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 30 e 62 – 1440.03.14, Portel). João Gonçalves estivera em Castela, doando agora o seu quinhão no dito assentamento (*Ibidem*, lv. 1, nº 40), acto seguido, no mesmo dia, por um outro seu irmão, Lourenço Gonçalves (*ibidem*, lv. 1, nº 4).

¹⁵² *Ibidem*, lv. 1, nº 61 (em traslado sem data).

¹⁵³ TT. *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 38. Fernão Martins Mascarenhas, já falecido à data, teve pelo menos outros dois filhos, Nuno Mascarenhas e Martim Vasques Mascarenhas, ambos comendadores da Ordem de Santiago (cf. Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores...*, pp. 429-433, 479-481). João Fernandes Mascarenhas acompanhou o regente D. Pedro em Alfarrobeira, vindo a ser perdoado a 28.10.1451 (*Ibidem*, p. 430; Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira...*, vol. I, pp. 433, 647).

João Martins	m. em Vila Viçosa	c/c em 2 ^{as} núpcias com Beatriz Gil		Venda	1479.02.04, Vila Viçosa	Vale Abraão	Herdade de pão, de João Fernandes da Serra, no termo do Redondo, confrontante com terra dos pobres	Venda em conjunto com a mulher e as filhas, todas menores, oriundas do anterior casamento de Beatriz Gil com João Fernandes da Serra	¹⁵⁴
João Martins	m. em Vila Viçosa	c/c Isabel Fernandes, filha de João Fernandes da Serra		Venda	1484-08.30, Vila Viçosa	Vale Abraão	Partes na herdade de João Fernandes da Serra, herdade sita na Argolhia	Venda feita em conjunto com a mulher e com os cunhados Diogo Fernandes e Leonor Fernandes	¹⁵⁵
João Martins	m. no Pinhal, t. de Palmela	c/c Maria Afonso		Venda	1475.01.12, Lisboa	Alferrara	Casal de pão, junto à mata do Barril	Venda feita em conjunto com a mulher	¹⁵⁶
João Mendes	m. em Évora	c/c Mor Lopes, fº de Lopo Fernandes, criado de Diogo Lopes Lobo		Doação	1406.09.10, Évora	Sta. Margarida do Aivado de Évora	Parte de pedaço de chão no Aivado, onde chamam a Fonte do Louro	Doação feita em conjunto com a mulher, após a restante parte haver sido doada no dia anterior aos pobres por um João Lourenço, m. em Évora	¹⁵⁷
João Peres	m. em Setúbal	c/c Leonor Eanes Pita		Venda	1497.02.14, Setúbal	Alferrara	Olival com dois fornos de cal na serra, junto com a dita provença	Doação feita em conjunto com a mulher. Caso os bens valham mais, doam a parte remanescente.	¹⁵⁸
João Rodrigues (?)		c/c Maria Fernandes	Escudeiro régio	Doação	1459.04.27, Alenquer	S. Julião ou S. Gião de Alenquer	Chão e Olival junto ao eremitério	Doação feita em conjunto com a mulher	¹⁵⁹

¹⁵⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 21.

¹⁵⁵ *Ibidem*, lv. 40, macete 1 (Pergaminhos), nº 30.

¹⁵⁶ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 49.

¹⁵⁷ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 100.

¹⁵⁸ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 65.

João Rodrigues Mouzinho		c/c Filipa Dias	Cavaleiro da casa do Infante D. Fernando	Doação	1465.03.27, Palmela	Alferrara	Chão onde chamam a Redesa, em <i>Almouquim</i>	Doação feita em conjunto com a mulher	¹⁶⁰
João Silveiro	m. em Vila Viçosa	c/c Madalena Fernandes, fª de João Fernandes		Doação	1492.05.17, Vila Viçosa	Vale Abraão	Quinhão da herdade de João Fernandes da Serra	Doação feita em conjunto com a mulher	¹⁶¹
João Vasques «Mata Judeus», o Moço	m. em Olivença	c/c Leonor Martins; irmão de Leonor Vasques e Fernão Vasques		Doação	1455.05.11, Olivença	Valbom	Courela de terra dentro da herdade dos pobres	Doação feita em conjunto com a mulher, os irmãos e um cunhado	¹⁶²
João Vicente	m. em Cortes, t. de Almada	f. de Vicente Luís e de Leonor Esteves; c/c Violante Rodrigues		Doação	1442.03.17, Almada	Barriga (Cela Nova)	Todos os bens (chãos e casas) que detinham junto ao eremitério	Doação feita em conjunto com o pai e a mulher (a mãe já havia falecido)	¹⁶³
Jorge de Castro (D.)		c/c Beatriz Pereira	Fidalgo da casa de el-rei	Venda	1503.09.15, Lisboa	Vale da Infante	Herdade de pão no t. de Estremoz, na Serra de Sousel	Venda feita em conjunto com a mulher	¹⁶⁴

¹⁵⁹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 102. Documento em grande parte ilegível, sendo muitas das informações retiradas do resumo quatrocentista inscrito no verso e do resumo feito em 1790 e cosido ao original. Em ambos é ilegível o nome do doador, assumindo-se como hipótese o de João Rodrigues, em cujas casas o acto é redigido.

¹⁶⁰ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 31.

¹⁶¹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 14.

¹⁶² BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 6, nº 86.

¹⁶³ Resumido em doc. de 1445.09.29, Setúbal (TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, mç. 2 de pergaminhos, nº 34 [antigo mç. 1, nº 4]).

¹⁶⁴ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, mç. 2, nº 7. Segundo o *Livro de Linhagens do séc. XVI*, era filho de D. Garcia de Castro, irmão de D. Álvaro de Castro, 1º Conde de Monsanto, dos quais tinha como irmãos D. Álvaro, D. Filipa e D. Guiomar de Castro, esta última casada com Aires da Silva, regedor da Casa da Suplicação e camareiro-mor do rei João II; Beatriz Pereira, sua mulher, era filha de Fernão Pereira de Angeja, senhor de Castro Daire (*ed. cit.*, p. 98), fidalgo da casa do duque de Bragança (Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira*, vol. II, p. 912).

Leonor Afonso	m. em Évora	c/c Lourenço Domingues, atafoneiro		Doação	1416.01.27, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Courela de vinha com suas figueiras e um pedaço de chão, atrás das casas dos pobres, no Aivado	Doação feita em conjunto com o marido	¹⁶⁵
				Venda	1428.01.03, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Vinha Panasqueira no Aivado	Venda feita em conjunto com João Martins, tabelião, como testamenteiros do dito Lourenço Domingues e o segundo também como curador dos filhos menores do casal; a venda visa obter um marco de prata para dar ao pároco do testador	¹⁶⁶
Leonor Afonso	v. e m. em Montemor-o-Novo	Viúva de Vasco Gil		Doação	1410.05.25, Montemor-o-Novo	Felgueira (Rio Mourinho)	Metade de herdade na Ervedeira, t. de Montemot-o-Novo		¹⁶⁷
Leonor Eanes	m. em Evoramonte	Viúva		Venda	1458.09.13, Evoramonte	Vale da Infante	Casas em Evoramonte, na Rua de S. Brás		¹⁶⁸
Leonor Gomes Pinheira	m. em Alferrara, t. de Palmela	f. de Gomes Afonso, já falecido		Venda	1476.11.27, Setúbal	Alferrara	Courela de herdade de pão em Paradas, t. de Palmela, junto à mata do Barril		¹⁶⁹

¹⁶⁵ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 77.

¹⁶⁶ *Ibidem*, lv. 2, nº 96.

¹⁶⁷ *Ibidem*, lv. 2, nº 47.

¹⁶⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 13 (*Pergaminhos Avulsos*, 200), nº 195.

¹⁶⁹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 52. No mesmo diploma, é referida uma sua madrastra, Catarina Eanes.

Leonor Martins	m. em Sines	Viúva de Álvaro Afonso; mãe de Diogo Afonso		Doação	1490.06.30, Sines	Junqueira	Courela de terra junto com o lugar dos pobres	Ratifica doação feita em vida pelo marido.	¹⁷⁰
Lopo Afonso	m. em Alvalade do Sado	c/c Maria Mendes		Venda	1474.09.06, Alvalade do Sado	Junqueira	Parte de herdade na Cabeça do Marco, t. de Panóias, junto com herdade dos pobres	Venda feita em conjunto com a mulher	¹⁷¹
Lopo Esteves	v. e m. em Évora	f. de Estêvão Eanes Feltreiro; c/c Mécia Afonso		Doação	1385.04.06, Évora	Santa Maria de Monte Virgem?	Herdade em Monte Redondo, no t. de Évora	Doação feita em conjunto com a mulher	¹⁷²
Lopo Fernandes Brandão	m. em Évora	c/c Beatriz Rodrigues		Doação	1406.09.26, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Pedaço de chão de herdade no Aivado	Doação feita em conjunto com a mulher	¹⁷³
Lopo Rodrigues	m. em Castelo Picão, no t. de Arraiolos	c/c Constança Eanes, fª de João Fernandes		Venda	1485.02.02, Vila Viçosa	Vale Abraão	Parte de uma herdade na Argolhia, t. do Redondo	Venda feita em conjunto com a mulher	¹⁷⁴
Lourenço Cordovil	m. em Setúbal	c/c Leonor Rodrigues	Escudeiro	Venda	1462.08.05, Setúbal	Alferrara	Chão em Alferrara, junto ao lugar dos pobres	Venda feita em conjunto com a mulher	¹⁷⁵

¹⁷⁰ *Ibidem*, mç. 3, nº 21. O documento está apenso a carta de sesmaria de 1447.06.20, dada à mesma provença, na qual participara o dito Álvaro Afonso.

¹⁷¹ *Ibidem*, mç. 3, nº 48.

¹⁷² TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 90 (em traslado de 1428.04.28, Évora).

¹⁷³ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 79. Apesar de não dispormos de outros dados sobre os doadores, é conhecida a ligação desta família, que Maria Ângela Beirante integra entre a média nobreza, com o governo da cidade de Évora e a posse de importantes conjuntos patrimoniais no seu termo (cf. Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora na Idade Média*, p. 537).

¹⁷⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 17.

¹⁷⁵ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 27.

Lourenço Domingues	m. em Évora	c/c Leonor Afonso	Atafoneiro	Doação	1416.01.27, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Courela de vinha com suas figueiras e um pedaço de chão atrás das casas dos pobres, tudo no Aivado	Doação feita em conjunto com a mulher	¹⁷⁶
Lourenço Domingues Azeitoninhas	v. e m. em Portel	c/c Margarida Martins		Doação	1411.01.09, Portel	Água das Infantes	Chão de casaria no arrabalde de Portel	Doação feita em conjunto com a mulher	¹⁷⁷
Lourenço Domingues da Rosa	m. em Almada	c/c Constança Domingues; pai de Estêvão da Rosa, c/c Maria Eanes, m. em Almada		Doação	1427.11.21, Almada	Barriga (Cela Nova)	Usufruto de casas em Almada, que agora mandara recuperar, por estar em palheiro		¹⁷⁸
Lourenço Domingues Tomé	v. e m. em Montemor-o-Novo	f. de Tomé Domingues e Maria Eanes		Doação	1458.06.12, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Metade de uma herdade, assentamento e pomar, em Rio Mourinho		¹⁷⁹
Lourenço Eanes, dito «jaquim» (?)	v. e m. em Portel	c/c Catarina Geraldês		Doação	1406.01.06, Portel	Água das Infantes	Quinhão de herdade em Água das Infantes	Doação feita em conjunto com a mulher e com o casal Gonçalo Mateus e Leonor Vicente, m. em Vila Alva	¹⁸⁰

¹⁷⁶ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 77. Faz o seu testamento em 3-4 de Dezembro de 1427, já tendo falecido em Janeiro do ano seguinte (cf. *ibidem*, lv. 2, nº 96).

¹⁷⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 34.

¹⁷⁸ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, mç. 2 de pergaminhos, nº 43 [antigo mç. 1, nº 2]. Já era falecido em 1453, quando a sua viúva, Constança Domingues, e seu filho, Estêvão da Rosa, doam aos mesmos pobres certos bens que detinham junto ao seu eremitério, em cumprimento do prometido por Lourenço Domingues (cf. *ibidem*, mç. 2 de pergaminhos, nº 39 [antigo mç. 1, nº 8] – 1453.05.03, Almada)

¹⁷⁹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 52. A sua ascendência é esclarecida em sentença posterior, quando alguns familiares procuram questionar a validade da doação, já após a morte do doador (*ibidem*, lv. 2, nº 46 – 1463.05.18, Lisboa).

¹⁸⁰ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 53, doc. B.

Lourenço Eanes Magro	m. em Évora	f. de Catarina Magra; c/c Clara Peres		Doação	1406.09.26, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Panasqueiras que foram vinhas e herdade, no Aivado	Doação feita em conjunto com a mulher	¹⁸¹
Lourenço Eanes Reguengo	v. e m. em Elvas	c/c Margarida Domingues		Doação	1380.06.03, Elvas	Rio Torto	Pedaço de chão no t. de Elvas, em Rio Torto, com duas fontes	Doação feita em conjunto com a mulher	¹⁸²
Lourenço Gabriel	m. em Évora	c/c Leonor Domingues, f. ^a de Domingos Garcia e Gracia Afonso		Venda	1386.12.09, Évora	Serra de Ossa	Casa em Évora, junto com casa dos pobres	Venda feita em conjunto com a mulher e a sogra, então já viúva	¹⁸³
Lourenço Gomes, dito de S. Pedro	m. em Vila Viçosa	c/c Maria Vasques	Escudeiro	Doação	1441.07.21, Vila Viçosa	Serra de Ossa / São Pedro de Bencatel	Mortório de vinha com suas árvores nas Fontaínhas, e um olival, queimado e metido em mato, no caminho para Bencatel, tudo no t. de Vila Viçosa	Doação feita em conjunto com a mulher	¹⁸⁴
Lourenço Gonçalves	m. em Beja	f. de Gonçalo Rodrigues e de Domingas Álvares; irmão de Beatriz, Gonçalo e João Gonçalves		Doação	1445.07.16, Beja	Água das Infantes	Parte e quinhão de herdade e terra de pão junto ao dito eremitério	Doação que ratifica e completa doações anteriores feitas pela mãe, já viúva, e pelos irmãos	¹⁸⁵

¹⁸¹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 80. Já havia falecido em 1427, quando a sua viúva vende aos mesmos pobres uma vinha no mesmo lugar (*ibidem*, lv. 2, nº 68 – 1427.12.22, Évora).

¹⁸² ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas*, CVSPELV/Tb nº 28 – cx. 10, fls. 17-17v (em traslado de 1664 sobre cópia de 1651). A mulher confirma a doação mas acusa os pobres de tomarem terra para além do demarcado, o que se prova ser falso (cf. ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas*, *Colecção de Pergaminhos*, nº 1 – C5 ELV 01, nº 12 – 1383.09.24, Elvas).

¹⁸³ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 2.

¹⁸⁴ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 10 (*Pergaminhos Vários*, 50), nº 49.

Lourenço Martins	m. no Redondo	casado		Doação	a. 1399.09.19	Serra de Ossa	Azenha velha com seu chão na Serra de Ossa	Doação feita em conjunto com a mulher, cujo nome não é referido, e com Rodrigo Eanes e a sua mulher	¹⁸⁶
Lourenço Martins	m. em Évora	f. de Martim Lourenço Gale-tes; testamentei-ro de Mor Gil, sua prima, f ^a de Gil Lourenço		Venda	1433.07.13, Évora	Montemuro	Herdade junto à Ribeira do Degebe, no t. de Évora	Venda feita em conjunto com os herdeiros de Mor Gil e do irmão desta, Gonçalo Gil	¹⁸⁷
Lourenço Martins Carriço	m. no t. de Montemor-o-Novo	c/c Maria Gonçalves		Venda	1434.06.30, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Quinhões em courela dentro de herdade dos pobres, em Rio Mourinho	Venda feita em conjunto com a mulher e um outro casal, Gomes Lourenço Murganho e Isabel Gomes	¹⁸⁸
				Venda	1469.09.16, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Quinhão de courela junto com herdade dos pobres, em Rio Mourinho	Venda feita em conjunto com a mulher	¹⁸⁹

¹⁸⁵ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 4. As restantes partes da referida herdade são objecto de doação em 1440.03.14 (*ibidem*, lv. 1, nº 30 – mãe e os irmãos Gonçalo e Beatriz Rodrigues, esta com o marido) e 1445.07.15 (*ibidem*, lv. 1, nº 40 – pelo irmão João Gonçalves).

¹⁸⁶ Doação referida em venda do quinhão detido na dita azenha pelo filho de Rodrigo Eanes, um dos doadores (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 26 – em traslado de 1413.12.31, Redondo).

¹⁸⁷ BPE; *Mosteiro de Santa Catarina de Sena de Évora*, lv. 86, nº 1 (em confirmação régia de 1478.08.29, Évora).

¹⁸⁸ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 58.

¹⁸⁹ *Ibidem*, lv. 2, nº 19.

Lourenço Vicente	m. em Évora	f. de Teresa Fernandes, mercadeira; c/c Sabina Peres, fª de Pedro de Pombeiro		Doação	1406.09.14, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Quinhão em vinha morta, no Aivado	Doação feita em conjunto com a mulher; completa outra doação feita no mesmo dia das restantes partes da vinha pela sua cunhada, Mor Pombeira, e pelo testamenteiro do dito Pedro Pombeiro	¹⁹⁰
Luís Álvares	m. em Sines	c/c Catarina Salvada		Venda	1463.07.01, Sines	Junqueira	Courela de herdade nos chãos da vila	Venda feita em conjunto com a mulher	¹⁹¹
Luís Álvares	m. em Lisboa, na freg. dos Mártires	f. de Álvaro Gonçalves, tecelão; c/c Margarida Eanes	Tecelão	Venda	1442.09.22, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Panasqueira de vinha no Aivado, junto ao lugar dos pobres	Venda feita em conjunto com a mulher; é concretizada pelo pai, como seu procurador	¹⁹²
Luís Lourenço	v. e m. no Redondo	c/c Inês Martins		Venda	1479.04.21, Redondo	Vale Abraão	Herdade no t. do Redondo, junto com herdade dos pobres	Venda feita em conjunto com a mulher	¹⁹³
Luís Martins	m. no t. de Évora			Venda	1488.03.26, Portel	Água das Infantes	Quinhão de herdade em Água do Boi, no t. de Portel		¹⁹⁴

¹⁹⁰ *Ibidem*, lv. 2, nº 81. A outra doação encontra-se no mesmo livro, com o nº 82.

¹⁹¹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 44.

¹⁹² TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 76.

¹⁹³ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 12.

¹⁹⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 21.

Luís Vasques	v. e m. em Beja	f. de Vasco Esteves «Perna Seca»	Provedor da capela de Miguel da Serra	Aforamento	1423.01.11, Portel	Água das Infantes	Pardieiro que foi adega, da dita capela, na R. de Évora, no arrabalde de Portel	Foro fixado em três reais brancos, com proibição de ser aumentado, e doando o restante, caso a casa mais valha	¹⁹⁵
Margarida Afonso	v. e m. em Borba	Viúva de João Gil; fª de Afonso Domingues Janeiro		Venda	1421.01.06, Borba	Montes Claros	Pedaço de herdade de mato, junto com herdade da doadora e lugar dos pobres		¹⁹⁶
				Doação	1441.02.21, Vila Viçosa	Montes Claros	Grande soma de terra com seu mato e sobral, ao fundo do lugar dos pobres		¹⁹⁷
Margarida Afonso	m. em Vila Viçosa	Viúva de João Mealha		Venda	1417.02.21, Vila Viçosa	Ameal do Gorjão	Pardieiro na Rua do Alandroal, no arrabalde de Vila Viçosa		¹⁹⁸
Margarida da Silva	m. no Redondo			Venda	1394.01.06, Redondo	Serra de Ossa	Vinha e cerrado com suas árvores, na Serra de Ossa		¹⁹⁹
Margarida Esteves Valente	v. e m. em Montemor-o-Novo	Viúva de Lourenço Gomes		Doação	1445.08.05, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Pedaço de chão em Rio Mourinho		²⁰⁰

¹⁹⁵ *Ibidem*, lv. 1, nº 49.

¹⁹⁶ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 3 [8] (ilegível) e lv. 7, nº 1 [4] (em traslados de 1436.10.16 e 1441.02.02, Vila Viçosa).

¹⁹⁷ *Ibidem*, lv. 7, nº 11 [18].

¹⁹⁸ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. B10.

¹⁹⁹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 9.

²⁰⁰ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 48.

Maria		f. de Afonso Eanes Sertão e de Margarida Esteves, m. em Monforte; irmã de Pedro Sertão, pobre de Vale da Infante	Pobre da casa das Galvoas de Évora	Doação	1463.02.15, Évora	Vale da Infante	Quinhão na herdade de Afonxe, no termo de Monforte		²⁰¹
Maria Afonso	m. em Setúbal	Viúva de João Martins; mãe de Gonçalo Eanes		Doação	1427.12.01, Setúbal	Alferrara	Mato com seu chão, em Almouquim	Doação feita em conjunto com o filho	²⁰²
Maria Fernandes	m. em Montemor-o-Novo	Sobrinha de Lourenço Mendes [de Carvalho], comendador de Montemor-o-Novo		Doação	1401.12.08, Montemor-o-Novo	Felgueira (Rio Mourinho) / Serra de Ossa	Lugar, vinhas, árvores, águas e oliveiras na Ribeira de <i>Javalacira</i> , no t. de Montemor-o-Novo		²⁰³
Maria Gonçalves	m. em Estremoz	Viúva; mãe de Joane; irmã de Gonçalo Peres, pobre		Doação	1394.01.02, Estremoz	Serra de Ossa (?) / Vale da Infante (?)	Todos os bens que ela e o filho detêm no Redondo e seu termo		²⁰⁴
Marinha Lourenço	m. em Almada	Viúva de Vasco Vicente Cristos		Doação	1414.12.10, Almada	Barriga (Cela Nova)	Pardieiro que foi curral de bois, em Almada		²⁰⁵

²⁰¹ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. G6.

²⁰² TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 6.

²⁰³ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 51 (em traslado de 1438.04.10, Évora). Sobre o comendador Lourenço Mendes de Carvalho, cf. Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores*, pp. 465-466.

²⁰⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 5 (em traslado de 1394.01.06, Redondo).

²⁰⁵ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, mç. 2 de pergaminhos, nº 30 [antigo mç. 1, nº 1].

Martim Eanes	v. e m. em Setúbal	c/c Constança Eanes	Foi almoxarife do Mestre de Santiago em Setúbal	Doação	1448.12.08, Setúbal	Alferrara	Propriedade em Almoquim, t. de Palmela	Doação feita em conjunto com a mulher, estando o doador já doente	²⁰⁶
Martim Eanes	m. em Jerumenha	c/c Mor Lopes	Escudeiro	Venda	1479.12.21, Provença de Valbom	Valbom	Azenha e moinho na Palmeira, junto ao Guadiana, t. de Jerumenha	Venda feita em conjunto com a mulher; doa o remanescente, caso os bens valham mais	²⁰⁷
Martim Eanes do Casal	m. no t. de Cascais	Sobrinho de Vasco Esteves Esteiro, m. em Lisboa, e de Maria Esteves, sua irmã		Testamento	1396.05.02, t. de Cascais	Penha Longa	Todos os seus bens móveis e de raiz		²⁰⁸
Martim Eanes Nobre	v. e m. no Redondo	Irmão de Estêvão Eanes e de Gil Eanes		Venda	1478.11.15, Redondo	Vale Abraão	Herdade no t. do Redondo, junto com o lugar dos pobres	Venda feita em conjunto com os irmãos	²⁰⁹
Martim Gomes	m. em Grândola	c/c Isabel Eanes		Escambo	1473.06.07, Santiago do Cacém	Junqueira	Os pobres recebem uma terra nos chãos de Sines, em lugar dito de S. Geraldo	Escambo feito em conjunto com a mulher	²¹⁰
Martim Gomes Menino	m. no t. de Montemor-o-Novo	c/c Beatriz Gonçalves		Venda	1471.02.04, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Quinhão de courela em Rio Mourinho, junto com o lugar dos pobres	Venda feita em conjunto com a mulher	²¹¹

²⁰⁶ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 16.

²⁰⁷ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. B6.

²⁰⁸ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Saúde de Penha Longa*, mç. 1, nº 34.

²⁰⁹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 40, macete 1 (Pergaminhos), nº 33.

²¹⁰ TT, *Mosteiro de Nossa da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 42.

²¹¹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 23.

Martim Gonçalves	m. em Murfacém, t. de Almada	c/c Maria Eanes		Doação	1451.11.26, Murfacém	Barriga (Cela Nova)	Herança que têm dentro de cerrado dos pobres, tanto casas como vinhas, matos, árvores e fontes	Doação feita em conjunto com a mulher e o casal Afonso Vicente e Beatriz Gonçalves, m. em Belas	²¹²
Martim Gonçalves Bexiga	v. e m. em Palmela	c/c Isabel Gonçalves		Venda	1469.07.15, Palmela	Alferrara	Casa na vila de Palmela	Venda feita em conjunto com a mulher. Doam o remanescente, se a casa valer mais.	²¹³
Martim Vaqueiro	m. em Setúbal	c/c Isabel Martins		Doação	1380.10.05, Setúbal	Alferrara	Parcela de herdade a par da Fonte Santa, t. de Palmela	Doação feita em conjunto com a mulher	²¹⁴
Martim Vaz Azedo	m, no termo de Montemor-o-Novo	c/c Beatriz Fernandes, fª de Fernando Esteves Ruivo e de Beatriz Fernandes		Venda	1510.08.20, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Quinhão de terra em herdade sita em Rio Mourinho	Venda feita em conjunto com a mulher	²¹⁵
Martinha Eanes	v. e m. em Évora	Viúva de Soeiro Zagalo, tia de Lourenço da Rosa		Doação	1367.01.10, Évora	Serra de Ossa	Casa com seu quintal na Rua de Pero Seco, em Évora		²¹⁶

²¹² TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, mç. 2 de pergaminhos, n° 44 [antigo mç. 1, n° 6].

²¹³ TT, *Mosteiro de Nossa da Consolação de Alferrara*, mç. 3, n° 56.

²¹⁴ *Ibidem*, mç. 3, n° 2. Entre as testemunhas, consta um João Vaqueiro, filho do doador.

²¹⁵ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, n° 56.

²¹⁶ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, n° 20 (em traslados de 1367.08.20, Évora e de 1376.01.14, Evoramonte).

Mor Afonso	m. em Évora	irmã de Gonçalo da Silveira, pobre; c/c Lopo Dias de Espinho		Testamento	a. 1415.10.01, Évora	São Brissos de Xarrama	Moinho junto à Ribeira do Degebe, t. de Portel		217
Mor Luís	m. em Estremoz	Viúva de Afonso Eanes Sertão		Venda	1463.02.05, Estremoz	Vale da Infante	Quinhão na herdade de Alfange, no t. de Monforte		218
Mor Peres	m. em Estremoz	Viúva de Diogo Afonso, «o Negro»		Doação	1465.11.15, Estremoz	Vale da Infante	Herdade em Redemoiros, t. de Estremoz; terça de um olival	Reserva o usufruto da herdade para si e do olival para Pedro, seu neto, enquanto viverem	219
				Doação	1466.06.16, Estremoz	Vale da Infante	Celeiro de casa com três talhas, dentro do castelo da vila, junto com casas da doadora e dos pobres		220
Mor Rodrigues	m. na Serra de Ossa	Viúva de Afonso Peres		Venda	1467.04.08, Évora	Serra de Ossa	Quintã de Pamplona, na Serra de Ossa, com suas casas, vinhas, pomares, águas e pertenças		221

²¹⁷ A referência ao testamento é feita em carta dada a Gonçalo da Silveira pelo rei João I, resumida em novo diploma régio emitido em favor deste eremita em 1447 (TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 3, fls. 187-188 – 1447.12.20, Évora). O testamento é necessariamente anterior a 1 de Outubro de 1415, data em que o irmão a afirma já falecida, doando os bens que anteriormente lhe deixara a Nuno Martins da Silveira, o escrivão da puridade do infante D. Duarte e primo de ambos (TT, *Arquivo da Casa de Abrantes*, lv. 155, nº 3092).

²¹⁸ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. G6.

²¹⁹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 13 (*Pergaminhos Avulsos*, 200), nº 150. Trata-se possivelmente da herdade dita da Alcaria que, mais tarde, seria contestada pelos seus herdeiros, acabando os pobres, para evitar demandas, por ceder um terço da herdade e comprar o restante (cf. carta régia de 1481.05.20, Torres Novas - TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, lv. 2, fls. 98-99, em traslado de 1637).

²²⁰ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, lv. 2, fls. 165v-166v (em traslado de 1637).

Nuno Gonçalves	m. em Setúbal	f. de Violante Nunes e de Diogo Esteves; irmão de Teresa Dias, c/c Vasco Gonçalves, e de Isabel Dias		Doação	1465.04.07, Setúbal	Alferrara	Chão que foi olival e um forno de fazer cal, em Alferrara	Doação feita em conjunto com a mãe, já viúva, e com os irmãos	²²²
Pedro Afonso	m. em Cabrela	f. de Afonso Rodrigues, solteiro		Venda	1462.10.05, Lisboa	Alferrara	Herdade de pão, onde chamam os Barris, t. de Palmela		²²³
Pedro Afonso		c/c Leonor Dias, neta de Mor Pires e irmã de Pedro Dias	Lavrador no t. de Estremoz	Venda	1467.12.17, Estremoz	Vale da Infante	Dois quinhões numa herdade que foi de Mor Pires, entre os t. de Estremoz e do Redondo	Venda feita em conjunto com a mulher	²²⁴
Pedro de Lagos	v. e m. em Montemor-o-Novo	c/c Maria Lourenço; fora casado com Constança Gil, ama da condessa de Arraiolos	Escudeiro	Doação	1451.05.23, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Casas com seu quintal na Rua Verde, no arrabalde de Montemor-o-Novo	Doação feita em conjunto com a mulher.	²²⁵
				Venda	1471.02.01, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Quintal na Rua Verde, junto à casa e quintal dos pobres, em Montemor-o-Novo	Venda feita em conjunto com a mulher.	²²⁶

²²¹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 7. A venda é confirmada pelo monarca três dias depois (BPE, *Col. Manizola*, cód. 317, nº 37; TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 6, fls. 81v-82).

²²² TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 32.

²²³ *Ibidem*, mç. 3, nº 28.

²²⁴ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale da Infante*, lv. 2, fls. 93-94v (em traslado de 1637). Mor Peres fora também benfeitora dos mesmos pobres.

²²⁵ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 28.

²²⁶ *Ibidem*, lv. 2, nº 9.

Pedro Lourenço Frade	m. em Borba	c/c Inês Peres		Venda	1470.08.07, Borba	Vale da Infante	Um quarto de terra de herdade no t. de Monforte, místico com herdade dos pobres, com seus pardieiros	Venda feita em conjunto com a mulher	²²⁷
Pedro Martins Cabeça	v. e m. em Avis	c/c Maior Mendes		Doação	1371.03.05, Avis	Azambujeira	Quinhão da horta velha de Pedro «Fulaz», além do Ribeiro de Avis	Doação feita em conjunto com a mulher	²²⁸
Pedro Trigo	m. em Camarnal, t. de Alenquer		Lavrador	Venda	1510.01.30, Alenquer	S. Gião ou S. Julião de Alenquer	Pedação de vinha com seu mortório, junto do eremitério	Venda feita em conjunto com a mulher	²²⁹
Pedro [Vasques]		f. de Constança Peres, dita «Coudeleira» e de Vasco Afonso Ratinho; irmão de Afonso e Gonçalo		Doação	1442.03.18, Vila Viçosa	Montes Claros	Casarias derrubadas na Rua do Alandroal, no arrabalde de Vila Viçosa	Doação feita em conjunto com a mãe, já viúva, e com os irmãos	²³⁰
Rodrigo Afonso de Magalhães	m. em Olivença	c/c Leonor Vasques, irmã de Fernão Vasques e de João Vasques «Mata Judeus»		Doação	1455.05.11, Olivença	Valbom	Courela de terra dentro de herdade dos pobres	Doação feita em conjunto com a mulher e os cunhados	²³¹

²²⁷ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, lv. 2, fls. 37v-38v (em traslado de 1637).

²²⁸ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 20 (em traslado de 1376.01.14, Evoramonte).

²²⁹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 1, nº 81 A.

²³⁰ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 23 [35].

²³¹ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 6, nº 86.

Rodrigo Afonso Leboreiro	m. no t. de Montemor-o-Novo	c/c Isabel Afonso		Venda	1471.01.08, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Quinhão de terra em Rio Mourinho, junto ao lugar dos pobres	Venda feita em conjunto com a mulher	²³²
Rodrigo Afonso «Seengo» (?)	m. em Borba	c/c Leonor Afonso		Venda	1463.03.01, Borba	Vale da Infante	Quinhões de herdade em Alfange, no t. de Monforte	Venda feita em conjunto com a mulher e o casal Álvaro Gil e Catarina Martins, m. em Borba	²³³
Rodrigo Eanes	m. em Portel	c/c Catarina Vasques		Doação	1405.12.05, Portel	Água das Infantes	Quinhões na herdade de Água das Infantes, no t. de Portel	Doação feita em conjunto com a mulher e com o casal Gonçalo Eanes e Constança Eanes	²³⁴
Rodrigo Eanes	m. no Redondo	c/c Catarina Eanes Cavaleira; padrao de Joane		Doação	a. 1399.09.19	Serra de Ossa	Azenha velha com seu chão, na Serra de Ossa	Doação feita em conjunto com a mulher.	²³⁵
Rui Gonçalves	v. e m. em Vila Viçosa	c/c Catarina Eanes		Venda	1422.06.30, Vila Viçosa	Valbom	Casa e quintal no arrabalde de Vila Viçosa, na Rua do Alandroal	Venda feita em conjunto com a mulher.	²³⁶
Rui Gonçalves, o	m. em Estremoz		Clérigo de missa	Doação	1401.07.10, Estremoz	Serra de Ossa / Vale da Infante	Casas em Estremoz		²³⁷

²³² TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 17.

²³³ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, mç. 1, nº 16.

²³⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 53, doc. A (de difícil leitura) e lv. 1, nº 48 (em traslado de 1460.08.03, Portel).

²³⁵ Doação referida em instrumento de compra, pelos pobres, de quinhão pertencente ao referido Joane (BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 26 – 1399.09.19, Redondo, em traslado de 1413.12.31, Redondo).

²³⁶ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. D8.

²³⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 1.

Velho				Doação	1409.04.21, Estremoz	Serra de Ossa / Vale da Infante	Quintal junto à muralha de Estremoz, na Rua dos Cortinhos, junto a casa dos pobres		238
				Testamento	1412.09.17, Estremoz	Serra de Ossa /Vale da Infante	Bens que restarem após a execução do seu testamento		239
Rui Lopes	m. em S. Vicente da Beira		Clérigo	Doação	1433.01.08, Mendoliva	Mendoliva	Todos os seus bens em S. Vicente da Beira e Penamacor e seus termos		240
Rui Lopes de Veiros		f. de Lopo de Veiros e de Cla- ra Gonçalves; irmão de Beatriz Lopes; c/c Beatriz Álvares	Escudeiro régio; escrivão da Torre do Tombo	Venda	1484.09.21, Estremoz	Vale da Infante	Herdade no termo de Fronteira e de Veiros	Venda feita em conjunto com a mulher. Doa o remanescente, caso a herdade mais valha.	241
Rui Peres	m. em Évora	c/c Maria Gonçalves	Escudeiro	Doação	1415.02.25, Évora	Montemuro	Pardieiro, vale e fonte em Montemuro, na herdade que foi do Pacheco	Doação feita em conjunto com a mulher	242
Simão Gonçalves	m. em Estremoz	c/c Catarina Vasques	Carpinteiro	Doação	1412.10.14, Estremoz	Serra de Ossa / Vale da Infante	Casas no castelo da vila, na Rua da Porta de Albocaz	Doação feita em conjunto com a mulher	243

²³⁸ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale da Infante*, mç. 1, nº 2.

²³⁹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 5 (em traslado de 1412.09.24, Estremoz). Tal seria cumprido a 5 de Maio do ano seguinte (*ibidem*, lv. 35, nº 4).

²⁴⁰ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 13.

²⁴¹ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale da Infante*, mç. 2, nº 1.

²⁴² BN, *Colecção de Pergaminhos, Série Vermelha, PGS 37 V; ChDD*, vol. I, tomo 1, doc. 632, pp. 380-384 (em confirmação régia de 1434.12.24, Évora).

Simão Gonçalves	m. em Montemor-o-Novo	c/c Isabel Afonso; pai de Inês Gonçalves, c/c Fernão Sobrinho	Tabelião	Venda	1471.04.27, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Chão de regadio em Rio Mourinho, dentro de herdade dos pobres	Doação feita em conjunto com a mulher, a filha e o genro	²⁴⁴
Vasco Afonso, dito «Magro»	m. em Alcácer do Sal	c/c Catarina Eanes		Venda	1430.08.07, Alcáçovas	Rio Mourinho	Herdade no termo de Alcáçovas, dita da Boieira; courela junto ao Guadiana; cova de pão na Rua dos Sevilhanos	Venda feita em conjunto com a mulher	²⁴⁵
Vasco Coutinho			Conde de Borba	Sesmaria	1504.10.18, Pavia	Sta. Margarida do Aivado	Terra no t. de Pavia, próxima do t. de Arraiolos		²⁴⁶
Vasco Fernandes da Espada	v. e m. em Olivença	c/c Inês Afonso		Doação	1470.09.04, Olivença	Asseiceira	Vale com sua água na Asseiceira, termo de Olivença	Doação feita em conjunto com a mulher	²⁴⁷

²⁴³ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale da Infante*, mç. 1, nº 3 (em instrumento de 1413.01.09, Estremoz). Os doadores haviam comprado as ditas casas aos testamenteiros de Rui Gonçalves, clérigo da vila, entre os quais se encontrava o eremita Gonçalo Peres, em acto celebrado a 3 de Outubro desse ano (*ibidem*). Gonçalo Peres, como herdeiro do dito clérigo, acabaria por doar o produto da venda das casas aos mesmos pobres, por meio do referido instrumento celebrado a 9 de Janeiro de 1413, cumpridas as disposições testamentárias de Rui Gonçalves.

²⁴⁴ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 50.

²⁴⁵ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 32.

²⁴⁶ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 67. D. Vasco Coutinho foi criado Conde de Borba a 3 de Fevereiro de 1485, acrescentando-se aos bens afectos ao condado os direitos e alcaidaria do Redondo e Pavia em 2 de Junho de 1500. A vila de Borba ser-lhe-ia retirada por carta de 5 de Junho do mesmo ano, em troca das referidas vilas do Redondo e Pavia, tornando-se no 1º conde do Redondo. Contudo, manteria o título de Conde de Borba mesmo após essa data. Detinha igualmente a capitania de Arzila. Casou com D. Catarina da Silva. Faleceu em 1522 (cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. III, pp. 335-337).

²⁴⁷ BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 7, doc. D1.

				Venda	1473.03.29, Olivença	Asseiceira	Terra na Asseiceira e courela de terra no Cercal de Palhares, t. de Olivença	Venda feita em conjunto com a mulher; doam o remanescente, caso os bens valham mais	²⁴⁸
Vasco Gonçalves	m. em Setúbal	c/c Teresa Dias, fª de Violante Nunes e de Diogo Esteves e irmã de Nuno Gonçalves e Isabel Dias		Doação	1465.04.07, Setúbal	Alferrara	Chão que foi olival em Alferrara e um forno de fazer cal	Doação feita em conjunto com a mulher, a sogra (já viúva) e os cunhados	²⁴⁹
Vasco Lou- renço, dito «Pintado»	m. em Évora		Testamenteiro de Pedro Pombeiro	Doação	1406.09.14, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Quinhões numa vinha morta no Aivado	Doação feita em conjunto com Mor Pombeira, filha de Pedro Pombeiro, e o seu marido, Afonso Do- mingues dito «Pelado»	²⁵⁰
Vasco Martins de Sousa Chichorro		c/c Violante Nunes	Fidalgo da casa de el-rei e do seu conselho	Doação	1465.06.03	S. Gião ou S. Ju- lião de Alenquer	Olival do Junco, com seu chão		²⁵¹
				Doação	1468.09.09, Lisboa	S. Gião ou S. Ju- lião de Alenquer	Olival do Junco, com seu chão	Doação feita em conjunto com a mulher	²⁵²
Vicente Eanes «Cobrombo»	m. no Redondo			Doação	1396.03.19, Redondo	Serra de Ossa	Vinha		²⁵³

²⁴⁸ *Ibidem*, lv. 7, doc. E8, nº 1.

²⁴⁹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 32.

²⁵⁰ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 82.

²⁵¹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 111.

²⁵² *Ibidem*, lv. 2, nº 110. Filho de Martim Afonso de Sousa e de Violante Lopes de Távora, foi capitão dos ginetes de D. Afonso V, fronteiro-mor de Trás-os-Montes e alcaide-mor de Bragança e Outeiro. (*Livro de Linhagens do Século XVI*, p. 36; Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. I, pp. 388-389 e vol. III, pp. 148-149; Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira*, vol. II, p. 975).

Vicente Luís	m. em Cortes, t. de Almada	Viúvo de Leonor Esteves; pai de João Vicente, c/c Violante Rodrigues		Doação	1442.03.17	Barriga (Cela Nova)	Parte no lugar de Barriga, do cerrado para dentro	Doação feita em conjunto com o filho e nora	²⁵⁴
Violante Nunes	m. em Setúbal	Viúva de Diogo Esteves; mãe de Nuno Gonçalves, Teresa Dias e Isabel Dias		Doação	1465.04.07, Setúbal	Alferrara	Chão que foi olival em Alferrara e um forno de fazer cal	Doação feita em conjunto com os filhos	²⁵⁵

²⁵³ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 13 (de difícil leitura).

²⁵⁴ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, mç. 2 de pergaminhos, nº 34 [antigo mç. 1, nº 4] – sumariada em instrumento de 1445.09.29, Setúbal.

²⁵⁵ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 32.

ANEXO IV/2 – BENFEITORES POR ERMITÉRIO

Siglas utilizadas: c/c – casado(a) com; f. – filho(a); m. – morador; t. – termo; v. - vizinho

ÁGUA DAS INFANTES (TERMO DE PORTEL)

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Ermitério	Bens
Afonso Eanes, dito “Nobre”	m. em Portel		Doação	1440.03.14, Portel	Água das Infantes	Assentamento de terra, casarias e águas na Serra de Portel, sob a ermida de S. Lourenço
Afonso Martins	v. e m. em Portel		Doação	1411.08.15, Portel	Água das Infantes	Chão de casaria, no arrabalde de Portel
Álvaro Pereira		Freire da Ordem do Hospital; comendador de Santa Vera Cruz e de S. Brás de Lisboa	Doação	1420.03.30, Água das Infantes	Água das Infantes	Uma cova em que os pobres se enterrem, na igreja de Santa Maria de Portel, diante do altar de S. Pedro
Beatriz Rodrigues	m. em Évora, em casas à Palmeira	Mulher da pobre vida	Testamento	1439.01.12, Évora	Água das Infantes	Todos os seus bens
			Doação	1440.09.01, Évora	Água das Infantes	Casas de morada com seu quintal, em Évora
			Testamento	1447.05.24, Évora	Água das Infantes	Todos os seus bens
Constança Esteves	m. e v. em Portel		Doação	1411.08.15, Portel	Água das Infantes	Chão de casaria no arrabalde de Portel
Domingas Álvares	m. em Portel		Doação	1440.03.14, Portel	Água das Infantes	Assentamento de terra, casarias e águas na serra da vila, sob a ermida de S. Lourenço
Estêvão Afonso	m. em «conda d ell rrey» (?)		Doação	1405.09.01, Vidigueira	Serra de Ossa / Água das Infantes	Partes que têm na corte de Água das Infantes, no t. de Portel
Gonçalo Afonso	m. em S. Covado		Doação	1405.09.01, Vidigueira	Serra de Ossa / Água das Infantes	Quinhão na corte de Água das Infantes, no t. de Portel
Gomes Eanes	m. no termo de Portel		Doação	1411.08.15, Portel	Água das Infantes	Chão de casaria no arrabalde da vila de Portel
Gonçalo Eanes	m. em Portel		Doação	1405.12.05, Portel	Água das Infantes	Quinhão na herdade de Água das Infantes, no t. de Portel
Gonçalo Gonçalves	m. em Portel		Doação	1440.03.14, Portel	Água das Infantes	Assentamento de terra, casarias e águas sob a ermida de S. Lourenço, no t. de Portel

Gonçalo Mateus	m. em Vila Alva		Doação	1406.01.06, Portel	Água das Infantes	Quinhões na herdade de Água das Infantes
João Gonçalves			Doação	1445.07.15, Vidigueira	Água das Infantes	Assentamento de terra e casarias e águas na Serra de Portel, sob a ermida de S. Lourenço
João Lourenço «Castelão»	m. em Cuba		Doação	1405.09.01, Vidigueira	Água das Infantes e Serra de Ossa	Quinhão na corte de Água das Infantes, no t. de Portel
Loureço Domingues Azeitoninhas	v. e m. em Portel		Doação	1411.01.09, Portel	Água das Infantes	Chão de casaria no arrabalde de Portel
Lourenço Eanes, dito «jaquim» (?)	v. e m. em Portel		Doação	1406.01.06, Portel	Água das Infantes	Quinhão de herdade em Água das Infantes
Lourenço Gonçalves	m. em Beja		Doação	1445.07.16, Beja	Água das Infantes	Parte e quinhão de herdade e terra de pão junto ao dito eremitério
Luís Martins	m. no t. de Évora		Venda	1488.03.26, Portel	Água das Infantes	Quinhão de herdade em Água do Boi, no t. de Portel
Luís Vasques	v. e m. em Beja	Provedor da capela de Miguel da Serra	Aforamento	1423.01.11, Portel	Água das Infantes	Pardieiro que foi adega, da dita capela, na R. de Évora, no arrabalde de Portel
Rodrigo Eanes	m. em Portel		Doação	1405.12.05, Portel	Água das Infantes	Quinhões na herdade de Água das Infantes, no t. de Portel

ALCÁÇER DO SAL

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
Afonso de Carvalho		Administrador de capela instituída no Torrão; fidalgo e vedor da casa da Rainha; é referido um seu criado, Diogo Afonso	Aforamento com quitação de foro em vida	1465.10.23, Alcácer do Sal	Vasco, pobre de Alcácer do Sal	Casa com chão, no interior do castelo da vila
			Pagamento de 300 reais pelas benfeitorias feitas	1465.11.11, Alcácer do Sal	Vasco, pobre de Alcácer do Sal	
			Pagamento de 1000 reais por casa deixada pelo eremita ao Hospital do Espírito Santo	1482.04.27, Alcácer do Sal	Vasco, pobre de Alcácer do Sal	
Guiomar Lourenço		Administradora de capela instituída no Torrão por Madalena Fernandes, mulher de Pedro Gramaxo	Venda	a. 1465.10.23, Alcácer	Vasco, pobre de Alcácer do Sal	Casa com chão dentro do castelo de Alcácer

ALFERRARA (TERMO DE PALMELA)

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
Afonso Amigo		Sacador e tabelião pelo Infante D. Fernando em Palmela	Doação	[c. 1465].12.03, Palmela	Alferrara (t. Palmela)	Herdade de pão com 1 oliveira (nos Barraís, acerca da Fonte do Sol, t. de Palmela)
Afonso Eanes		Tabelião em Setúbal	Doação	1426.02.24, Setúbal	Alferrara	Um olival com seu chão, em <i>Almouquim</i> , junto com o lugar dos pobres
Álvaro Eanes	m. em Palhais		Venda	a. 1485.05.11	Alferrara	Pedaço de terra na mata dos Barris
Beatriz Eanes	m. em Alferrara		Venda	1494.04.06, Setúbal	Alferrara	Casal, com suas terras de pão, pinhal, forno de cal, pedreiras e oliveiras
Catarina Eanes			Venda	1485.05.03, Palmela	Alferrara	Terra de pão no lugar dos Esporões, t. de Palmela
Domingas Bacias	m. e v. em Setúbal		Doação	1381.03.13, Setúbal	Alferrara	Herdade na Fonte Santa, t. de Palmela
			Doação	1385.12.03, Setúbal	Alferrara	Pedaço de chão e mato em <i>Almouquim</i> , no t. de Palmela e do lugar de Alferrara
Estêvão Martins	m. em Alferrara		Doação	1385.12.03, Setúbal	Alferrara	Chão e mato em <i>Almouquim</i> , t. de Palmela
Estêvão Martins Cesteiro			Doação	1381.03.13, Setúbal	Alferrara	Herdade na Fonte Santa, t. de Palmela
Estêvão Martins «Picalgeso»	m. em Setúbal		Venda	1392.05.18, Setúbal	Alferrara	Metade de um pomar em <i>Almouquim</i> , termo de Palmela, junto com o lugar dos pobres
Gonçalo Eanes	m. em Setúbal		Doação	1427.12.01, Setúbal	Alferrara	Mato com seu chão em <i>Almouquim</i>
Isabel Dias	m. em Setúbal		Doação	1465.04.07, Setúbal	Alferrara	Chão que foi olival e forno de cal em <i>Almouquim</i> ou Alfer-rara, t. de Palmela, junto ao lugar dos pobres
Isabel Peres			Venda	1491.01.18, Setúbal	Alferrara	Herdade e terras de pão, acerca da Fonte do Sol
João Martins	m. no Pinhal, t. de Palmela		Venda	1475.01.12, Lisboa	Alferrara	Casal de pão, junto à mata do Barril
João Peres	m. em Setúbal		Venda	1497.02.14, Setúbal	Alferrara	Olival com dois fornos de cal na serra, junto com a dita provença

João Rodrigues Mouzinho		Cavaleiro da casa do Infante D. Fernando	Doação	1465.03.27, Palmela	Alferrara	Chão onde chamam a Redesa, em <i>Almouquim</i>
Leonor Gomes Pinheira	m. em Alferrara, t. de Palmela		Venda	1476.11.27, Setúbal	Alferrara	Courela de herdade de pão em Paradas, t. de Palmela, junto à mata do Barril
Lourenço Cordovil	m. em Setúbal	Escudeiro	Venda	1462.08.05, Setúbal	Alferrara	Chão em Alferrara, junto ao lugar dos pobres
Maria Afonso	m. em Setúbal		Doação	1427.12.01, Setúbal	Alferrara	Mato com seu chão, em Almouquim
Martim Eanes	v. e m. em Setúbal	Foi almoxarife do Mestre de Santiago em Setúbal	Doação	1448.12.08, Setúbal	Alferrara	Propriedade em Almoquim, t. de Palmela
Martim Gonçalves Bexiga	v. e m. em Palmela		Venda	1469.07.15, Palmela	Alferrara	Casa na vila de Palmela
Martim Vaqueiro	m. em Setúbal		Doação	1380.10.05, Setúbal	Alferrara	Parcela de herdade a par da Fonte Santa, t. de Palmela
Nuno Gonçalves	m. em Setúbal		Doação	1465.04.07, Setúbal	Alferrara	Chão que foi olival e um forno de fazer cal, em Alferrara
Pedro Afonso	m. em Cabrela		Venda	1462.10.05, Lisboa	Alferrara	Herdade de pão, onde chamam os Barris, t. de Palmela
Vasco Gonçalves	m. em Setúbal		Doação	1465.04.07, Setúbal	Alferrara	Chão que foi olival em Alferrara e um forno de fazer cal
Violante Nunes	m. em Setúbal		Doação	1465.04.07, Setúbal	Alferrara	Chão que foi olival em Alferrara e um forno de fazer cal

AMEAL DO GORJÃO (TERMO DE VILA VIÇOSA)

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
Catarina Eanes	m. em Vila Viçosa		Doação	1409.01.28, Vila Viçosa	Ameal do Gorjão	Herdamento do lugar do Ameal do Gorjão
			Testamento	a. 1409.01.31, Vila Viçosa	Serra de Ossa	Adega com casa sobrada, dentro do castelo da vila, na Rua da Porta do Sol
Joane (Mestre)	m. em Vila Viçosa		Doação	1409.01.28, Vila Viçosa	Ameal do Gorjão	Herdamento do lugar do Ameal do Gorjão
			Testamento	1413.10.02, provença da Serra de Ossa	S. Pedro de Bencatel	Casa contra a cerca de Vila Viçosa, com courela com duas figueiras
					Serra de Ossa	Parte em vinha no t. de Borba; proventos de todas as dívidas que lhe forem devidas
João Eanes	v. e m. em Évora		Doação	1409.11.26, Évora	Ameal do Gorjão	Quinhão no herdamen-to que fora vinha e agora jazia em mato, no Ameal do Gorjão
Margarida Afonso	m. em Vila Viçosa		Venda	1417.02.21, Vila Viçosa	Ameal do Gorjão	Pardieiro na Rua do Alandroal, no arrabalde de Vila Viçosa

AMIEIRA (TERMO DE ESTREMOZ)

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
João Gil	m. em Estremoz	escudeiro	Venda	1431.01.29, Estremoz	Amieira (termo de Estremoz)	Chão no lugar de Amieira

ASSEICEIRA (TERMO DE OLIVENÇA)

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
Gil Vasques Mures	v. e m. em Olivença		Venda	1474.02.07, Olivença	Asseiceira	Terra na Asseiceira, mística com os compradores
João Álvares dos Órgãos	m. no Alandroal		Venda	1493.11.01, Alandroal	Asseiceira	Courela de pão no t. de Juromenha, além do Guadiana
Vasco Fernandes da Espada	v. e m. em Olivença		Doação	1470.09.04, Olivença	Asseiceira	Vale com sua água na Asseiceira, termo de Olivença
			Venda	1473.03.29, Olivença	Asseiceira	Terra na Asseiceira e courela de terra no Cercal de Palhares, t. de Olivença

AZAMBUJEIRA (TERMO DE AVIS)

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
Fernão Farto	v. e m. em Avis		Doação	1371.03.05, Avis	Azambujeira	Parte na horta velha de Pedro Fulaz, «aquém do Ribeiro»
Pedro Martins Cabeça	v. e m. em Avis		Doação	1371.03.05, Avis	Azambujeira	Quinhão da horta velha de Pedro «Fulaz», além do Ribeiro de Avis

BARRIGA / CELA NOVA (TERMO DE ALMADA)

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
Afonso Vicente	m. em Belas		Doação	1451.11.26, Murfacém	Barriga (Cela Nova)	Da herança que têm dentro do cerrado do eremitério, assim casas como vinhas, matos, árvores e fontes
Constança Domingues	m. em Almada		Doação	1453.05.03, Almada	Barriga (Cela Nova)	A parte da sua herança dentro da cerca dos pobres
Estêvão da Rosa	m. em Almada		Doação	1453.05.03, Almada	Barriga (Cela Nova)	Parte da herança que têm dentro do cerrado do lugar dos pobres
Inês Vasques	m. em Almada		Doação	1451.11.17, Almada	Barriga (Cela Nova)	Chão e casas dentro do cerrado dos pobres
João Vicente	m. em Cortes, t. de Almada		Doação	1442.03.17, Almada	Barriga (Cela Nova)	Todos os bens (chãos e casas) que detinham junto ao eremitério
Lourenço Domingues da Rosa	m. em Almada		Doação	1427.11.21, Almada	Barriga (Cela Nova)	Usufruto de casas em Almada, que agora mandara recuperar, por estar em palheiro
Marinha Lourenço	m. em Almada		Doação	1414.12.10, Almada	Barriga (Cela Nova)	Pardieiro que foi curral de bois, em Almada
Martim Gonçalves	m. em Murfacém, t. de Almada		Doação	1451.11.26, Murfacém	Barriga (Cela Nova)	Herança que têm dentro de cerrado dos pobres, tanto casas como vinhas, matos, árvores e fontes
Vicente Luís	m. em Cortes, t. de Almada		Doação	1442.03.17	Barriga (Cela Nova)	Parte no lugar de Barriga, do cerrado para dentro

JUNQUEIRA (TERMO DE SINES)

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
Afonso Cardoso	m. em Benatolaz, termo de Santiago do Cacém	Escudeiro	Venda	1475.09.06, Alvalade do Sado	Junqueira	Parte de herdade na Cabela do Marco, no t. de Panóias
Afonso Rodrigues	m. em Sines		Venda	1474.05.09, Sines	Junqueira	Courela de herdade nos chãos da vila, onde chamam A do Calvino
Álvaro Peres	m. em Odemira	Escudeiro	Venda	1473.01.18, Odemira	Junqueira	Courelas de terras de pão em Campo de Ourique, no t. de Panóias
André de Seixas	m. em Santiago do Cacém		Venda	1475.05.08, Santiago do Cacém	Junqueira	Courela de herdade nos chãos da vila de Sines
Beatriz Álvares	m. em Sines		Venda	1473.07.27, Sines	Junqueira	Courela de herdade nos chãos da vila
Leonor Martins	m. em Sines		Doação	1490.06.30, Sines	Junqueira	Courela de terra junto com o lugar dos pobres
Lopo Afonso	m. em Alvalade do Sado		Venda	1474.09.06, Alvalade do Sado	Junqueira	Parte de herdade na Cabeça do Marco, t. de Panóias, junto com herdade dos pobres
Luís Álvares	m. em Sines		Venda	1463.07.01, Sines	Junqueira	Courela de herdade nos chãos da vila
Martim Gomes	m. em Grândola		Escambo	1473.06.07, Santiago do Cacém	Junqueira	Os pobres recebem uma terra nos chãos de Sines, em lugar dito de S. Geraldo

MENDOLIVA (TERMO DE SETÚBAL)

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
Branca Eanes	m. e v. em Setúbal		Doação	1436.03.12, Setúbal	Mendoliva	Casas da doadora; vinha com olival em Galvão, t. de Palmela
Catarina Afonso Guilhelma	m. em Coina		Doação	1443.03.03, Setúbal (nas casas dos pobres)	Mendoliva Serra de Ossa	Casa com sua câmara e quintal, no lugar de Coina
			Doação	1458.07.17, Coina	Serra de Ossa, Mendoliva, Vale da Infante, Vale Abraão, e todos os pobres «do teJo pera riba d odjana»	Casas já anteriormente doadas, acrescidas de uma cavalaria
			Doação	1468.07.30, Coina	Mendoliva	Herdades de pão no t. de Palmela onde chamam a Fonte do Sol, com seu casal
			Testamento	1474.08.10, Coina	Todos os eremitas das provenças da Serra de Ossa, Alferrara e Mendoliva	Casal da Fonte do Sol, duas «casetas» com seu quintal e cavalaria, com duas camas de roupa
Rui Lopes	m. em S. Vicente da Beira	Clérigo	Doação	1433.01.08, Mendoliva	Mendoliva	Todos os seus bens em S. Vicente da Beira e Penamacor e seus termos

MONTEMURO (TERMO DE ÉVORA)

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
Estêvão Martins	m. em Évora		Venda	1433.07.13, Évora	Montemuro	Herdade e folha de herdade no t. de Évora, junto à Ribeira do Degebe
Fernando	m. em Évora		Venda	1433.07.13, Évora	Montemuro	Herdade e folha de herdade no t. de Évora, junto à Ribeira do Degebe
Fernando Afonso Cicioso	m. em Évora	Escudeiro (depois cavaleiro); criado do Infante D. Henrique	Doação	1432.12.20, Mértola	Montemuro	Quinhões e assentamentos de moinhos no t. de Évora, junto à Ribeira de Rio de Moinhos
			Doação	1434.08.30, Évora	Montemuro	Metade dos mesmos moinhos
			Doação	1434.08.30, Évora	Montemuro	Herdade junto ao Degebe
			Doação	1452.02.25, Évora	Serra de Ossa	Herdade no t. do Redondo, junto com a dita provença
Gonçalo Gil	m. em Évora	Lavrador	Venda	1433.07.13, Évora	Montemuro	Herdade no t. de Évora, junto à Ribeira do Degebe
Lourenço Martins	m. em Évora		Venda	1433.07.13, Évora	Montemuro	Herdade junto à Ribeira do Degebe, no t. de Évora
Rui Peres	m. em Évora	Escudeiro	Doação	1415.02.25, Évora	Montemuro	Pardieiro, vale e fonte em Montemuro, na herdade que foi do Pacheco

MONTES CLAROS (TERMO DE BORBA)

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
Afonso Lourenço	m. em Abrantes		Venda	1480.01.25, Borba	Montes Claros	Casa de morada na vila de Borba, na Rua do Rego, com seu chão
Afonso Vasques	m. em Vila Viçosa		Doação	1442.03.18, Vila Viçosa	Montes Claros	Casarias que jazem em chão em Vila Viçosa, na Rua do Alandroal
Álvaro Machado	m. em Vila Viçosa	escudeiro	Doação	1425.10.02, Vila Viçosa	Montes Claros Serra de Ossa	Herdade que jaz em mato, junto à Lagoa de Travaços, no t. de Borba
Constança Peres, dita Coudeleira	m. em Vila Viçosa		Doação	1442.03.18, Vila Viçosa	Montes Claros	Casarias «que Jazem em chãao», em Vila Viçosa, na Rua do Alandroal
Constança Vasques	v. e m. em Vila Viçosa		Doação	1430.07.04, Vila Viçosa	Montes Claros e Serra de Ossa	Chão de casaria em Vila Viçosa
Gonçalo [Vasques]			Doação	1442.03.18, Vila Viçosa	Montes Claros	Casarias «que Jazem em chãao», em Vila Viçosa, na Rua do Alandroal
Inês Álvares Machado	m. em Lisboa		Venda	1450.09.16, Lisboa	Montes Claros	Herdade de pão no lugar de Montes Claros
Margarida Afonso	v. e m. em Borba		Venda	1421.01.06, Borba	Montes Claros	Pedaço de herdade de mato, junto com herdade da doadora e lugar dos pobres
			Doação	1441.02.21, Vila Viçosa	Montes Claros	Grande soma de terra com seu mato e sobral, ao fundo do lugar dos pobres
Pedro [Vasques]			Doação	1442.03.18, Vila Viçosa	Montes Claros	Casarias derrubadas na Rua do Alandroal, no arrabalde de Vila Viçosa

PENHA LONGA (TERMO DE CASCAIS)

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
Martim Eanes do Casal	m. no t. de Cascais		Testamento	1396.05.02, t. de Cascais	Penha Longa	Todos os seus bens móveis e de raiz

RIO MOURINHO / FELGUEIRAS (TERMO DE MONTEMOR-O-NOVO)

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
Diogo Infante	m. em Montemor-o-Novo	Escudeiro	Escambo	1468.01.30, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Os pobres recebem três pedaços de terra dentro da Provença e um outro junto a terra a eles pertencente
Domingas Afonso	m. em Viana do Alentejo		Venda	a. 1431.11.20	Rio Mourinho	Metade de assentamento de moinho em S. Briços de Xarrama, no t. de Alcáçovas
Estêvão André Galego	m. em Montemor-o-Novo		Venda	1463.06.06, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Um chão por detrás das casas dos pobres, sitas na dita vila, na Rua Verde
Fernão Álvares	v. e m. em Montemor-o-Novo		Venda	1438.10.25, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Courela de herdade e parte de outras duas herdades em Rio Mourinho, uma das quais dentro da herdade dos pobres
Fernando Esteves	m. em Montemor-o-Novo		Venda	1463.06.06, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Chão atrás das casas dos pobres na Rua Verde, no arrabalde da vila
Fernão Martins Carriço	m. em Montemor-o-Novo		Venda	1469.09.25, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Parte num courela de terra confrontante com o lugar dos pobres
Fernão Peres	v. e m. em Montemor-o-Novo		Venda	1438.10.25, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Courela de herdade e parte de outras duas herdades em Rio Mourinho, uma das quais dentro da herdade dos pobres
Fernão Sobrinho	m. em Montemor-o-Novo		Venda	1471.04.27, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Chão de regadio em Rio Mourinho, dentro de uma herdade da provença
Garcia Lopes de Armez	v. e m. em Montemor-o-Novo	Criado de el-rei	Escambo	1438.09.04, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Os pobres recebem um assentamento de herdade em Rio Mourinho
Gomes Lourenço Murganho	m. no termo de Montemor-o-Novo		Venda	1434.06.30, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Quinhões na courela dentro da herdade dos pobres, em Rio Mourinho
Henrique de Albuquerque		Fidalgo da Casa do Duque de Viseu	Venda	1472.03.03, Évora	Rio Mourinho	Duas courelas de terra em Vilares, no t. de Alcáçovas, confrontante com herdade dos pobres

João Afonso Leboreiro	v. e m. em Montemor-o-Novo		Venda	1489.01-31, termo de Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Courela de terra de pão em Rio Mourinho, confrontante com herdade dos pobres
João Álvares Nobre	m. em Évora		Venda	1508.09.01, Évora	Rio Mourinho	Quinhão e terço de herdade de meio arado em A dos Ruivos, junto a Rio Mourinho
João Eanes, dito Clérigo	v. e m. em Montemor-o-Novo	mercador	Doação	1369.06.01, Montemor-o-Novo	Felgueira	Pomar regadio em Felgueira, no t. de Montemor-o-Novo, com águas, árvores, casas e rossio
			Doação	1377.10.14, Montemor-o-Novo	Felgueira	Lugar cerrado com suas casas, árvores e valado, acima da Água da Felgueira, t. de Montemor-o-Novo
João Fernandes Mascarenhas			Escambo	1469.05.04, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Os pobres recebem um foro de 150 reais de umas casas em Évora, na Rua do Raimundo
Leonor Afonso	v. e m. em Montemor-o-Novo		Doação	1410.05.25, Montemor-o-Novo	Felgueira (Rio Mourinho)	Metade de herdade na Ervedeira, t. de Montemot-o-Novo
Lourenço Domingues Tomé	v. e m. em Montemor-o-Novo		Doação	1458.06.12, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Metade de uma herda-de, assentamento e pomar, em Rio Mourinho
Lourenço Martins Carriço	m. no t. de Montemor-o-Novo		Venda	1434.06.30, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Quinhões em courela dentro de herdade dos pobres, em Rio Mourinho
			Venda	1469.09.16, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Quinhão de courela junto com herdade dos pobres, em Rio Mourinho
Margarida Esteves Valente	v. e m. em Montemor-o-Novo		Doação	1445.08.05, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Pedaço de chão em Rio Mourinho
Maria Fernandes	m. em Montemor-o-Novo		Doação	1401.12.08, Montemor-o-Novo	Felgueira (Rio Mourinho) / Serra de Ossa	Lugar, vinhas, árvores, águas e oliveiras na Ribeira de <i>Javalacira</i> , no t. de Montemor-o-Novo
Martim Gomes Menino	m. no t. de Montemor-o-Novo		Venda	1471.02.04, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Quinhão de courela em Rio Mourinho, junto com o lugar dos pobres
Martim Vaz Azedo	m, no termo de Montemor-o-Novo		Venda	1510.08.20, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Quinhão de terra em herdade sita em Rio Mourinho

Pedro de Lagos	v. e m. em Montemor-o-Novo	Escudeiro	Doação	1451.05.23, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Casas com seu quintal na Rua Verde, no arrabalde de Montemor-o-Novo
			Venda	1471.02.01, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Quintal na Rua Verde, junto à casa e quintal dos pobres, em Montemor-o-Novo
Rodrigo Afonso Leboreiro	m. no t. de Montemor-o-Novo		Venda	1471.01.08, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Quinhão de terra em Rio Mourinho, junto ao lugar dos pobres
Simão Gonçalves	m. em Montemor-o-Novo	Tabelião	Venda	1471.04.27, Montemor-o-Novo	Rio Mourinho	Chão de regadio em Rio Mourinho, dentro de herdade dos pobres
Vasco Afonso, dito «Magro»	m. em Alcácer do Sal		Venda	1430.08.07, Alcáçovas	Rio Mourinho	Herdade no termo de Alcáçovas, dita da Boieira; courela junto ao Guadiana; cova de pão na Rua dos Sevilhanos

RIO TORTO (TERMO DE ELVAS)

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
Catarina Eanes	m. em Elvas		Composição e partilhas	1481.10.19, Elvas	Rio Torto	Fica à Provença um moio de trigo de um moinho junto à Ribeira de Chinchês
Lourenço Eanes Reguengo	v. e m. em Elvas		Doação	1380.06.03, Elvas	Rio Torto	Pedaco de chão no t. de Elvas, em Rio Torto, com duas fontes

SANTA MARGARIDA DO AIVADO (TERMO DE ÉVORA)

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
Afonso Domingues		Bacharel da Sé de Évora e prior de Ouriola	Venda	1418.05.18, Évora	Sta Margarida do Aivado (t. Évora)	Casas com anteporta e quintal, em Évora, com 2 talhas
Afonso Domingues, dito Pelado	m. em Évora		Doação	1406.09.14, Évora	Sta Margarida do Aivado (t. Évora)	Quinhões de vinha morta no Aivado que foram de Pedro Pombeiro
Afonso Rodrigues	m. em Évora		Venda	1450.07.28, Évora	Sta Margarida do Aivado	Vinha a par de Sta. Margarida
Álvaro Fernandes	m. em Évora (?)		Venda	1450.07.28, Évora	Sta Margarida do Aivado	Vinha junto com Sta. Margarida, foreira
Clara Peres	m. em Évora		Doação	1406.09.26, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Panasqueiras que foram vinhas e herdade no Aivado
			Venda	1427.12.22, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Vinha no Aivado
Diogo Lopes Brandão	m. em Évora	Escudeiro e criado do Infante D. João	Doação	1442.08.02, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Pedaço de chão que foi vinha, junto ao lugar dos pobres
Fernão Lourenço	m. em Évora		Doação	1406.09.09-10, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Pedaço de chão da sua herdade, no Aivado
Gonçalo de Sousa		Fidalgo da casa de el-rei	Venda	1489.08.08, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Courela de terra além do Aivado, confrontante com os pobres
Gonçalo Fernandes	m. em Évora (?)		Venda	1450.07.28, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Foro de 80 reais brancos de vinha junto com o lugar dos pobres
Gonçalo Fernandes Bergano	m. em Évora		Venda	1491.01.22, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Casas de morada ao talho do mouro, na Rua dos ditos pobres, em Évora
Inês Eanes	m. em Évora		Venda	1475.01.18, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Quintã e seu assenta-mento, sita no Aivado
João Eanes “Salta Palha”	m. em Évora		Doação	1406.10.03, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Courela de vinha
João Mendes	m. em Évora		Doação	1406.09.10, Évora	Sta. Margarida do Aivado de Évora	Parte de pedaço de chão no Aivado, onde chamam a Fonte do Louro

Leonor Afonso	m. em Évora		Doação	1416.01.27, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Courela de vinha com suas figueiras e um pedaço de chão, atrás das casas dos pobres, no Aivado
			Venda	1428.01.03, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Vinha Panasqueira no Aivado
Lopo Fernandes Brandão	m. em Évora		Doação	1406.09.26, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Pedaço de chão de herdade no Aivado
Lourenço Domingues	m. em Évora	Atafoneiro	Doação	1416.01.27, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Courela de vinha com suas figueiras e um pedaço de chão atrás das casas dos pobres, tudo no Aivado
Lourenço Eanes Magro	m. em Évora		Doação	1406.09.26, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Panasqueiras que foram vinhas e herdade, no Aivado
Lourenço Vicente	m. em Évora		Doação	1406.09.14, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Quinhão em vinha morta, no Aivado
Luís Álvares	m. em Lisboa, na freg. dos Mártires	Tecelão	Venda	1442.09.22, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Panasqueira de vinha no Aivado, junto ao lugar dos pobres
Vasco Coutinho		Conde de Borba	Sesmaria	1504.10.18, Pavia	Sta. Margarida do Aivado	Terra no t. de Pavia, próxima do t. de Arraiolos
Vasco Lourenço, dito «Pintado»	m. em Évora	Testamenteiro de Pedro Pombeiro	Doação	1406.09.14, Évora	Sta. Margarida do Aivado	Quinhões numa vinha morta no Aivado

SANTA MARIA DA PENA (TERMO DE SINTRA)

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
João Afonso			Testamento	1477.08.30, Lisboa	Santa Maria da Pena	500 reais «pera uestido»

SANTA MARIA DE MONTE VIRGEM (TERMO DE REDONDO)

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
Lopo Esteves	v. e m. em Évora		Doação	1385.04.06, Évora	Santa Maria de Monte Virgem?	Herdade em Monte Redondo, no t. de Évora

SÃO BRISSOS DE XARRAMA (TERMO DE ALCÁÇOVAS)

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
Mor Afonso	m. em Évora		Testamento	a. 1415.10.01, Évora	São Brissos de Xarrama	Moinho junto à Ribeira do Degebe, t. de Portel

SÃO JULIÃO DE ALENQUER

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
Afonso Rodrigues	m. em Alenquer	Criados de Martim de Távora, já falecido	Venda	1468.10.26, Alenquer	S. Gião de Alenquer	Toda a sua herança no lugar de S. Gião, com 2 oliveiras
André Rodrigues	m. em Alenquer		Venda	1491.03.02, Alenquer	S. Julião ou S. Gião de Alenquer	Terra em Vale do Junco, no t. de Alenquer, com todas as suas oliveiras e azambujeiros
Fernão Luís Condinho	m. no Areal, arrabalde de Alenquer		Venda	a. 1502.05.08	S. Julião ou S. Gião de Alenquer	Sesmaria no Vale do Junco e Cabeça da Carapinha
João Rodrigues (?)		Escudeiro régio	Doação	1459.04.27, Alenquer	S. Julião ou S. Gião de Alenquer	Chão e Olival junto ao eremitério
Pedro Trigo	m. em Camarnal, t. de Alenquer	Lavrador	Venda	1510.01.30, Alenquer	S. Gião ou S. Julião de Alenquer	Pedaço de vinha com seu mortório, junto do eremitério
Vasco Martins de Sousa Chichorro		Fidalgo da casa de el-rei e do seu conselho	Doação	1465.06.03	S. Gião ou S. Julião de Alenquer	Olival do Junco, com seu chão
			Doação	1468.09.09, Lisboa	S. Gião ou S. Julião de Alenquer	Olival do Junco, com seu chão

SÃO PEDRO DE BENCATEL (TERMO DE VILA VIÇOSA)

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
Afonso Lopes	v. e m. em Vila Viçosa	Testamenteiro, com a mulher, de Catarina Esteves «praceyra»	Venda	1395.05.16, Vila Viçosa	S. Pedro de Bencatel	Casa na vila, na Rua dos Paços de El-Rei
Joane (Mestre)	m. em Vila Viçosa		Doação	1409.01.28, Vila Viçosa	Ameal do Gorjão	Herdamento do lugar do Ameal do Gorjão
			Testamento	1413.10.02, provença da Serra de Ossa	S. Pedro de Bencatel	Casa contra a cerca de Vila Viçosa, com courela com duas figueiras
					Serra de Ossa	Parte em vinha no t. de Borba; proventos de todas as dívidas que lhe forem devidas
Lourenço Gomes, dito de S. Pedro	m. em Vila Viçosa	Escudeiro	Doação	1441.07.21, Vila Viçosa	Serra de Ossa / São Pedro de Bencatel	Mortório de vinha com suas árvores nas Fontaínhas, e um olival, queimado e metido em mato, no caminho para Bencatel, tudo no t. de Vila Viçosa

SERPA, NOSSA SENHORA DA CONSOLAÇÃO

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
Catarina de Almada (D.)	m. em Beja		Venda	1494.11.05, Beja	Serpa, N. Sra. da Consolação de	Herdade e assentamen-to de casas e terras de pão, horta e pomar, com suas árvores, águas, matos, rossios, logramentos e couta-das, no t. de Serpa, junto ao Guadiana e ao Ribeiro de D. Sancha
Constança Martins	m. em Serpa		Doação	1496.04.04, Serpa	Serpa, N. Sra. da Consolação de	Todos os bens móveis e de raiz que herdar por morte do filho
Fernando Eanes	m. em Serpa		Venda	1494.11.20, Serpa	Serpa, N. Sra. da Consolação	Herdade no t. da vila, onde chamam a Foz de D. Sancha, com seu pomar e casas.

SERRA DE OSSA (TERMO DE REDONDO)

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
Afonso (D.)		Conde de Barcelos, 1º duque de Bragança	Doação	a. 1442.02.01, Évora	Serra de Ossa	Direitos sobre a herdade das Cortes, no t. de Evoramonte
Afonso Eanes	m. em Antas		Doação	1405.09.01, Vidigueira	Serra de Ossa	As suas partes na corte de Água das Infantes, t. de Portel
Afonso Esteves	m. em Vila de Frades		Doação	1405.09.01, Vidigueira	Serra de Ossa	As suas partes na corte de Água das Infantes, t. de Portel
Afonso Ligeiro	v. e m. em Borba		Doação	1407.10.31, Borba	Serra de Ossa	Courela de herdade em mato, sob a Cabeça do Bravo, t. de Borba
Afonso Martins Jurgo	m. em Vila Viçosa		Doação	1444.12.28, Vila Viçosa	Serra de Ossa	Chão de casaria, no arrabalde de Vila Viço-sa, na Rua dos Pobres
Afonso Peres, dito »Romeu«	m. em Évora		Venda	1378.05.23, Évora	Serra de Ossa	Herdade e pomar em Vale de Rçadas, t. do Redondo
Álvaro Machado	m. em Vila Viçosa	escudeiro	Doação	1425.10.02, Vila Viçosa	Montes Claros Serra de Ossa	Herdade que jaz em mato, junto à Lagoa de Travaços, no t. de Borba
Bernardo Buxo	m. no Redondo		Escambo	1394.01.06, Redondo	Serra de Ossa	Cede aos pobres uma vinha, lugar e árvores na Serra de Ossa, junto a chão dos pobres
Carlos Pessanha		Almirante do Reino	Doação	1425.07.23, Lisboa	Serra de Ossa	Casas com seu pedaço de chão a par do mosteiro da Trindade de Lisboa
Catarina Eanes	m. em Vila Viçosa		Doação	1409.01.28, Vila Viçosa	Ameal do Gorjão	Herdamento do lugar do Ameal do Gorjão
			Testamento	a. 1409.01.31, Vila Viçosa	Serra de Ossa	Adega com casa sobrada, dentro do castelo da vila, na Rua da Porta do Sol
Catarina Eanes Cavaleira	m. no Redondo		Venda o	1399.09.19, Redond	Serra de Ossa	Quinhão em azenha na Serra de Ossa
Catarina Lopes	v. e m. em Lisboa		Testamento	1438.01.06, Lisboa	Serra de Ossa (casas junto ao mosteiro da Trindade)	200 varas de burel

Constança Vasques	v. e m. em Vila Viçosa		Doação	1430.07.04, Vila Viçosa	Montes Claros e Serra de Ossa	Chão de casaria em Vila Viçosa
Diogo Álvares da Silveira	m. no Redondo	Escudeiro	Doação	1404.07.06, Redondo	Serra de Ossa	Lugar e chão na Serra de Ossa, onde chamam Fontaínhas
Domingos Domingues	m. em Estremoz		Venda	1389.09.08, Estremoz	Serra de Ossa	Herdade das Cortes
Estêvão Afonso	m. em «conda d ell rrey» (?)		Doação	1405.09.01, Vidigueira	Serra de Ossa / Água das Infantes	Partes que têm na corte de Água das Infantes, no t. de Portel
Fernando Afonso	m. em Évora	Cónego da Sé de Évora	Doação	1452.02.25, Évora	Serra de Ossa	Herdade no t. do Redondo, junto com a dita provença
Fernando Afonso Cicioso			Doação	1452.02.25, Évora	Serra de Ossa	Herdade no t. do Redondo, junto com a dita provença
Garcia Afonso	m. em Évora		Venda	1386.12.09, Évora	Serra de Ossa	Casa em Évora, junto à casa dos pobres
Gil Afonso	m. e v. em Estremoz	Vassalo do Infante D. Fernando	Doação	1366.03.09, Estremoz	Serra de Ossa	Casa com pardeiro e pedaço de chão, no lugar dito de Sancha da Ribeira, no t. de Estremoz, com acesso a po-ço junto a uma azenha
Gomes Afonso Sertão	m. em Veiros		Venda	1463.03.28, Estremoz	Serra de Ossa	Quinhão em herdade de <i>Alfanger</i> , no t. de Monforte, mística com os ditos pobres
Gonçalo Afonso	m. em S. Covado		Doação	1405.09.01, Vidigueira	Serra de Ossa / Água das Infantes	Quinhão na corte de Água das Infantes, no t. de Portel
Joana Peres	m. em Estremoz		Venda	1378.09.12, Estremoz	Serra de Ossa	Horta e pomar em Vale de Inferno, t. do Redondo
Lourenço Gabriel	m. em Évora		Venda	1386.12.09, Évora	Serra de Ossa	Casa em Évora, junto com casa dos pobres
Lourenço Gomes, dito de S. Pedro	m. em Vila Viçosa	Escudeiro	Doação	1441.07.21, Vila Viçosa	Serra de Ossa / São Pedro de Bencatel	Mortório de vinha com suas árvores nas Fontaínhas, e um olival, queimado e metido em mato, no caminho para Bencatel, tudo no t. de Vila Viçosa
Lourenço Martins	m. no Redondo		Doação	a. 1399.09.19	Serra de Ossa	Azenha velha com seu chão na Serra de Ossa
Joane (Mestre)	m. em Vila Viçosa		Doação	1409.01.28, Vila Viçosa	Ameal do Gorjão	Herdamento do lugar do Ameal do Gorjão
			Testamento	1413.10.02, provença da Serra de	S. Pedro de Bencatel	Casa contra a cerca de Vila Viçosa, com courela com duas figueiras

				Ossa	Serra de Ossa	Parte em vinha no t. de Borba; proventos de todas as dívidas que lhe forem devidas
João Fernandes		Cavaleiro, comendador das Olalhas (O. Cristo)	Doação	1452.02.25, Évora	Serra de Ossa	Herdade no termo do Redondo, acerca da dita provença
João Lourenço «Castelão»	m. em Cuba		Doação	1405.09.01, Vidigueira	Água das Infantes e Serra de Ossa	Quinhão na corte de Água das Infantes, no t. de Portel
Margarida da Silva	m. no Redondo		Venda	1394.01.06, Redondo	Serra de Ossa	Vinha e cerrado com suas árvores, na Serra de Ossa
Maria Gonçalves	m. em Estremoz		Doação	1394.01.02, Estremoz	Serra de Ossa (?) / Vale da Infante (?)	Todos os bens que ela e o filho detêm no Redondo e seu termo
Martinha Eanes	v. e m. em Évora		Doação	1367.01.10, Évora	Serra de Ossa	Casa com seu quintal na Rua de Pero Seco, em Évora
Mor Rodrigues	m. na Serra de Ossa		Venda	1467.04.08, Évora	Serra de Ossa	Quintã de Pamplona, na Serra de Ossa, com suas casas, vinhas, pomares, águas e pertenças
Rodrigo Eanes	m. no Redondo		Doação	a. 1399.09.19	Serra de Ossa	Azenha velha com seu chão, na Serra de Ossa
Rui Gonçalves, o Velho	m. em Estremoz	Clérigo de missa	Doação	1401.07.10, Estremoz	Serra de Ossa / Vale da Infante	Casas em Estremoz
			Doação	1409.04.21, Estremoz	Serra de Ossa / Vale da Infante	Quintal junto à muralha de Estremoz, na Rua dos Cortinhos, junto a casa dos pobres
			Testamento	1412.09.17, Estremoz	Serra de Ossa / Vale da Infante	Bens que restarem após a execução do seu testamento
Simão Gonçalves	m. em Estremoz	Carpinteiro	Doação	1412.10.14, Estremoz	Serra de Ossa / Vale da Infante	Casas no castelo da vila, na Rua da Porta de Albocaz
Vicente Eanes «Cobrombo»	m. no Redondo		Doação	1396.03.19, Redondo	Serra de Ossa	Vinha

VALBOM (TERMO DE VILA VIÇOSA)

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
Diogo Valente	v. e m. em Juromenha		Doação	1439.04.08, Olivença	Valbom	Herdade com seu assentamento, no t. de Juromenha; pedaço de terra no mesmo termo, junto ao Guadiana
Fernão Álvares	m. em Juromenha		Venda	1482.01.03, provença de Valbom	Valbom	Moinho de moer pão na Ribeira de Mures, no t. de Juromenha, com seu assentamento e aparelhos, foreiro à Ordem de Avis
Fernão Vasques	m. em Olivença		Doação	1455.05.11, Olivença	Valbom	Courela de terra dentro de herdade dos pobres
João Vas-ques «Mata Judeus», o Moço	m. em Olivença		Doação	1455.05.11, Olivença	Valbom	Courela de terra dentro da herdade dos pobres
Martim Eanes	m. em Jerumenha	Escudeiro	Venda	1479.12.21, Provença de Valbom	Valbom	Azenha e moinho na Palmeira, junto ao Guadiana, t. de Jerumenha
Rodrigo Afonso de Magalhães	m. em Olivença		Doação	1455.05.11, Olivença	Valbom	Courela de terra dentro de herdade dos pobres
Rui Gonçalves	v. e m. em Vila Viçosa		Venda	1422.06.30, Vila Viçosa	Valbom	Casa e quintal no arrabalde de Vila Viçosa, na Rua do Alandroal

VALE ABRAÃO

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
Diogo Fernandes	m. em Vila Viçosa		Venda	1484.08.30, Vila Viçosa	Vale Abraão	Parte na herdade de João Fernandes da Serra, na Argolhia
Estêvão Eanes	m. e v. no Redondo		Venda	1478.11.15, Redondo	Vale Abraão	Herdade no termo do Redondo, confrontante com o lugar dos pobres
Gil Eanes	v. e m. no Redondo		Venda	1478.11.15, Redondo	Vale Abraão	Herdade no t. do Redondo, confrontante com o lugar dos pobres
João Martins	m. em Vila Viçosa		Venda	1479.02.04, Vila Viçosa	Vale Abraão	Herdade de pão, de João Fernandes da Serra, no termo do Redondo, confrontante com terra dos pobres
João Martins	m. em Vila Viçosa		Venda	1484-08.30, Vila Viçosa	Vale Abraão	Partes na herdade de João Fernandes da Serra, herdade sita na Argolhia
João Silveiro	m. em Vila Viçosa		Doação	1492.05.17, Vila Viçosa	Vale Abraão	Quinhão da herdade de João Fernandes da Serra
Lopo Rodrigues	m. em Castelo Picão, no t. de Arraiolos		Venda	1485.02.02, Vila Viçosa	Vale Abraão	Parte de uma herdade na Argolhia, t. do Redondo
Luís Lourenço	v. e m. no Redondo		Venda	1479.04.21, Redondo	Vale Abraão	Herdade no t. do Redondo, junto com herdade dos pobres
Martim Eanes Nobre	v. e m. no Redondo		Venda	1478.11.15, Redondo	Vale Abraão	Herdade no t. do Redondo, junto com o lugar dos pobres

VALE DA INFANTE (TERMO DE CANAL)

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
Afonso Domingues	m. em Borba		Venda	1463.05.08, Estremoz	Vale da Infante	Quinhão na herdade de <i>Alfanger</i> , t. de Monforte
Álvaro Gil	v. e m. em Borba		Venda	1462.02.10, Monte de Gonçalo Eanes do Álamo (t. de Monforte)	Vale da Infante	¼ de herdade, junto à aldeia de Figueira, t. de Monforte
			Venda	1463.03.01, Borba	Vale da Infante	Quinhões de herdade em <i>Alfanxe</i> , t. de Monforte
			Composição	1471.03.30, Borba	Vale da Infante	Casa com seu celeiro e quinhão de rossio e courela de terra de pão, na aldeia de Figueira, t. de Monforte
Álvaro Martins Carujo	m. em Monforte		Venda	1462.02.10, no Monte de G. Eanes do Álamo (t. de Monforte)	Vale da Infante	¼ de herdade na aldeia de Figueira, t. de Monforte
			Escambo	1462.10.27, Monforte	Vale da Infante	Cede uma cavalaria de terra no t. de Monforte, junto à Ribeira de Gatuz, e a sua parte em casas na aldeia de Figueira
			Venda	1472.04.11, A de Cotão (termo de Monforte)	Vale da Infante	Herdade do Ferreiro, e outras terras herdadas dos sogros e pela mulher do seu anterior casamento, todas no t. de Monforte
Álvaro Martins Louçano	m. em Monforte	Proprietário de outras terras no termo de Monforte	Escambo	1504.01.20, Monforte	Vale da Infante	Cede pedaço de terra confrontante com terras dos pobres, no t. de Monforte
Beatriz (Infanta D.)			Doação	[1374?].03.02, Albuquerque	Vale da Infante	Toda a sua terra na Serra de S. Gens (t. do Canal)
Beatriz de Melo	m. em Évora		Doação	1421.01.11, Évora (nos paços régios, nas pousadas da doadora)	Vale da Infante	Quintal em Estremoz

Beatriz Gonçalves			Renúncia de bens que trazia do tio	1479.10.25, Estremoz	Vale da Infante	Metade de um pomar, três oliveiras, um chão e metade de uma alcaçaria, tudo no t. de Estremoz
Fernão Gonçalves	m. em Monforte		Venda	1484.12.30, Monforte	Vale da Infante	Courela de terra, confrontante com o lugar dos pobres
Gonçalo Martins Carujo	m. em Abrantes	Escudeiro de D. Afonso de Vasconcelos, Conde de Penela	Venda	1472.05.07, Abrantes	Vale da Infante	Dois assentamentos de herdade no t. de Monforte
Inês de Bem	m. em Monforte		Escambo	1504.01.20, Monforte	Vale da Infante	Os pobres recebem um pedaço de terra na do Barroso, t. de Monforte
João Afonso Sertão	m. em Veiros		Venda	1463.03.28, Estremoz	Vale da Infante	Quinhões da herdade de <i>Alfanger</i> , no t. de Monforte
Jorge de Castro (D.)		Fidalgo da casa de el-rei	Venda	1503.09.15, Lisboa	Vale da Infante	Herdade de pão no t. de Estremoz, na Serra de Sousel
Leonor Eanes	m. em Evoramonte		Venda	1458.09.13, Evoramonte	Vale da Infante	Casas em Evoramonte, na Rua de S. Brás
Maria		Pobre da casa das Galvoas de Évora	Doação	1463.02.15, Évora	Vale da Infante	Quinhão na herdade de Afonxe, no termo de Monforte
Mor Luís	m. em Estremoz		Venda	1463.02.05, Estremoz	Vale da Infante	Quinhão na herdade de Alfange, no t. de Monforte
Mor Peres	m. em Estremoz		Doação	1465.11.15, Estremoz	Vale da Infante	Herdade em Redemoinhos, t. de Estremoz; terça de um olival
			Doação	1466.06.16, Estremoz	Vale da Infante	Celeiro de casa com três talhas, dentro do castelo da vila, junto com casas da doadora e dos pobres
Pedro Afonso		Lavrador no t. de Estremoz	Venda	1467.12.17, Estremoz	Vale da Infante	Dois quinhões numa herdade que foi de Mor Pires, entre os t. de Estremoz e do Redondo
Pedro Lourenço Frade	m. em Borba		Venda	1470.08.07, Borba	Vale da Infante	Um quarto de terra de herdade no t. de Monforte, místico com herdade dos pobres, com seus pardieiros
Rodrigo Afonso «Seengo» (?)	m. em Borba		Venda	1463.03.01, Borba	Vale da Infante	Quinhões de herdade em Alfange, no t. de Monforte
Rui Lopes de Veiros		Escudeiro régio; escrivão da Torre do Tombo	Venda	1484.09.21, Estremoz	Vale da Infante	Herdade no termo de Fronteira e de Veiros

VALE DE FLORES (TERMO DE PORTALEGRE)

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
Iria Gonçalves do Carvalho			Doação	1385.05.25, Portalegre	São Pedro de Montão Vale de Flores	Lugar de Vale de Flores, junto à Ribeira de Nisa
			Doação	1401.03.26, Lisboa	Vale de Flores	Idem

VALE FORMOSO (TERMO DE TAVIRA)

Nome	Naturalidade / residência	Contexto Sócio-Profissional	Natureza do acto	Data	Eremitério	Bens
Afonso Pais		Almoxarife régio em Tavira	Doação	1401.04.08, Tavira	Vale Formoso	Horta que foi de Pedro Machado, ao pé da Serra de Tavira
Álvaro Gonçalves		Escudeiro régio e seu chanceler-mor	Doação	[1406].12.19	Vale Formoso	Parte que lhe pertence da horta que foi de Pedro Machado [na Serra, t. de Tavira]

ANEXO V – O ELEMENTO HUMANO EM TORNO DOS EREMITAS

V/1 - PROCURADORES

Nome	Naturalidade / residência	Contexto familiar	Contexto Sócio-Profissional	Data	Eremitério que representa	Acto em que participa	Obs.	Fonte
Afonso de Barros			Bacharel	c.1481	Todos os eremitas do viver da Serra de Ossa	Contenda contra os Jerónimos de Santa Maria do Espinheiro sobre a tentativa de apropriação da casa da Serra de Ossa	Referido pelo monarca como procurador dos eremitas	¹
Diogo Gonçalves Botafogo (Doutor)			Arcediago de Montemor-o-Novo e cônego de Évora	1483.02.05, Évora	Serra de Ossa	Composição com os Jerónimos de Santa Maria do Espinheiro sobre a devolução aos eremitas do lugar de Rio Mourinho	Aparece entre as testemunhas presentes ao acto	²
Estêvão Eanes Sobrinho	m. em Setúbal		Clérigo	1442.02.12, [Sta. Margarida do Aivado]		Testamento de Mendo Seabra.	Aparece entre as testemunhas presentes ao acto.	³
				1442.10.11-12, Mendoliva – Setúbal	Mendoliva	Traslado do testamento de Mendo Seabra e pedido da devida autorização judicial	Referido como clérigo requeredor das esmolas e coisas do dito lugar	⁴

¹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 88 (sentença régia de 1483.02.26, Santarém). Sobre a datação desta contenda, cf. parte I, cap. III.

² TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 3.

³ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 17.

⁴ *Ibidem*, mç. 3, nº 18.

				1443.11.17, Palmela	Alferrara	Publicação de certo diploma [ilegível].	Referido como requeredor dos pobres de Alferrara	⁵
Fernando Afonso Cicioso	m. em Évora	c/c Inês Mendes; pai de Fernando Afonso, cónego de Évora, de João Fernandes, cavaleiro, comendador das Olalhas, e de Nuno Fernandes	Escudeiro (depois cavaleiro); criado do Infante D. Henrique	1437.06.12, Lisboa	Serra de Ossa e Rio Mourinho	Contenda relativa ao regimento, governação e jurisdição dos pobres da Serra de Ossa sobre o lugar de Rio Mourinho	Enviado como representante dos pobres da Serra de Ossa e de Rio Mourinho, bem como de Mendo Seabra, fundador deste eremitério	⁶
				1438.04.10, Évora	Rio Mourinho	Pedido de traslado, feito em conjunto com Gil, pobre de Rio Mourinho, de doação e cartas régias anteriores relativas ao eremitério		⁷
Lopo Fernandes		Genro de Rui Gonçalves, carcereiro dos presos do bispo de Évora		1406.06.30, Évora	Serra de Ossa	Traslado de carta de privilégio do rei João I, em nome de João Fernandes, pobre		⁸

⁵ *Ibidem*, mç. 3, nº 1.

⁶ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 51 (em traslado de 1438.04.10, Évora) e TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 19, fl. 38 (em confirmação régia de 1439.06.22, Lisboa – publ. in *MH*, vol. VI, doc. nº 33, pp. 64-65). Benfeitor dos pobres, documentam-se diversas doações feitas por Fernando Afonso Cicioso aos pobres de Montemuro (entre 1432 e 1434) e da Serra de Ossa (1452). Sobre o mesmo cf. parte I, capítulo II, e Anexo IV/1.

⁷ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 51. Em 1452, é nomeado pelo rei Afonso V como um dos três juízes ou regedores dos pobres e o único de condição não eremítica [BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 64 (1452.06.27, Évora, em traslado de 1452.11.20, Estremoz)]. Cf. parte I, cap. III, e Anexo II.

⁸ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 10. Tratar-se-á do mesmo Lopo Fernandes, morador em Évora, criado de Diogo Lopes Lobo e sogro de Lopo Fernandes, casado com Mor Lopes, sua filha, em cujas casas se celebra, a 10 de Setembro desse mesmo ano, uma doação feita pela filha e o marido aos pobres de Santa Margarida do Aivado? Entre as testemunhas ao acto, é referido um certo Gonçalo, seu criado (cf. TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 100).

Luís Afonso			Procurador do número na vila de Alcáçovas	1439.01.29-06.05, Alcáçovas	Rio Mourinho	Contenda sobre certa canada aberta pelos pobre em herdade que tinham no termo dessa vila		⁹
Martim Vasques	m. em Évora		Alfaiate	1433.07.13, Évora	Montemuro	Compra pelos pobres de herdade junto à Ribeira do Degebe, no t. de Évora		¹⁰
Mendo Afonso				1475.05.08, Santiago do Cacém	Junqueira	Compra de courela de herdade nos chãos da vila de Sines		¹¹
Pedro Correia				1481.05.15, Alenquer	S. Gião ou S. Julião de Alenquer	Sentença sobre contenda com o prior e beneficiados da igreja de Sta. Maria da Várzea de Alenquer relativa ao pagamento de dízimos		¹²

⁹ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 10.

¹⁰ BPE, *Mosteiro de Santa Catarina de Sena de Évora*, lv. 86, nº 1 (em carta régia de confirmação de 1478.08.29, Évora).

¹¹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 50.

¹² TT, *Colégio de S. Paulo de Évora*, lv. 1, nº 63, no verso.

V/2 – LAVRADORES E FOREIROS

Nome	Naturalidade / residência	Contexto familiar	Contexto Sócio-Profissional	Data	Eremitério	Estatuto	Obs.	Fonte
Afonso Eanes	m. em Évora	c/c Inês Afonso	Trabalhador	1498.01.02, Évora	Rio Mourinho	Foreiro	Traziam aforadas umas casas de morada dos pobres, em Évora, na Rua do Raimundo, por 150 reais brancos	¹³
Álvaro Eanes Pipeiro				1486.09.01, Borba	Montes Claros	Foreiro	Afora aos pobres um chão e pardieiro que os pobres traziam em Borba	¹⁴
Diogo Fernandes	m. em Évora		Tintureiro	1495.04.07, Évora	Rio Mourinho	Foreiro	Trazia aforadas umas casas de morada dos pobres, em Évora, na Rua do Raimundo, por 150 reais brancos	¹⁵
Diogo Lopes	m. em Alenquer	c/c Catarina Álvares	Criado de Gonçalo Gomes de Azevedo	1480.10.26, Alenquer	S. Gião ou S. Julião de Alenquer	Foreiro	Afora um mato com oliveiras em Vale do Junco, t. de Alenquer	¹⁶
				1484.02.09, Alenquer	S. Gião ou S. Julião de Alenquer	Foreiro	Desiste da propriedade anteriormente aforada	¹⁷
Duarte Rodrigues	m. em Évora	c/c Isabel Fernandes	Tintureiro	1498.01.02, Évora	Rio Mourinho	Foreiro	Afora umas casas de morada dos pobres, em Évora, na Rua do Raimundo, por 150 reais brancos	¹⁸

¹³ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 37. Nesta data, desistem do dito foro, vendendo-o, com licença dos pobres, a Duarte Rodrigues, tintureiro, e a Isabel Fernandes, sua mulher, moradores em Évora.

¹⁴ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 23 [34]. Documento em grande parte ilegível, impossibilitando a recolha de outros dados sobre o foreiro em causa.

¹⁵ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 15. Nesta data, desiste do dito foro, vendendo-o, com licença dos pobres, a Fernando Eanes e a Guiomar Álvares, sua mulher, moradores em Évora.

¹⁶ *Ibidem*, lv. 2, nº 101.

¹⁷ *Ibidem*, lv. 2, nº 104.

¹⁸ *Ibidem*, lv. 2, nº 37.

Estêvão Eanes				1485.01.16, Alenquer	S. Gião ou S. Julião de Alenquer	Foreiro	Afora o olival do Junco, t. de Alenquer, com seu chão, mato e azambujeiros	¹⁹
Estêvão Eanes «da calleua» (?)				1443.09.14, Serra de Ossa	Vale Abraão	Lavrador da herdade das Fontaínhas, t. de Vila Viçosa	Empraza a dita herdade em três vidas, com foro anual de um alqueire de azeite ou o seu justo valor	²⁰
Estêvão Mendes	m. no t. do Redondo	c/c Beatriz Eanes	Lavrador	1492.02.01, Estremoz	Serra de Ossa	Foreiro	Empraza, em 4 vidas, um pedaço de terra junto à ermida de Santa Maria de Monte Virgem, com foro anual de 2 galinhas	²¹
Fernando Eanes	m. em Évora	c/c Guiomar Álvares	Carpinteiro	1495.04.07, Évora	Rio Mourinho	Foreiro	Afora umas casas de morada dos pobres, em Évora, na Rua do Raimundo, por 150 reais brancos	²²
Fernando Eanes	m. em Elvas	c/c Inês Martins		1490.08.02, Elvas	Rio Torto	Foreiro	Afora um moinho na Ribeira de Chinchas, t. de Elvas, pelo foro anual de um moio de trigo	²³
Fernando Eanes Calção				1483.02.06, Rio Mourinho	Rio Mourinho	Lavrador de herdade junto ao eremitério	Trazia também arrendados uns moinhos pertencentes ao eremitério, junto à Ribeira de Rio Mourinho	²⁴
Fernando Eanes Galego				1483.02.06, Rio Mourinho	Rio Mourinho	Lavrador em meia herdade junto ao eremitério		²⁵

¹⁹ *Ibidem*, lv. 2, nº 108.

²⁰ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 5.

²¹ *Ibidem*, lv. 39, nº 11, doc. 1.

²² TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 15.

²³ ADPTG, *Convento de S. Paulo de Elvas, Coleção de Pergaminhos*, nº 7 [C5 ELV 07, nº 18].

²⁴ Referido no instrumento de posse dos bens do eremitério tomada pela Serra de Ossa (TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 30).

²⁵ *Ibidem*.

Fernão Gomes				1483.02.06, Rio Mourinho	Rio Mourinho	Lavrador de herdade no t. de Alcáçovas		²⁶
Gomes Eanes	n. do Alandroal			1442.02.01, Évora	Serra de Ossa	Lavrador da herdade das Cortes, t. de Evoramonte		²⁷
Gonçalo Peres	m. em Évora			1444.04.06, Évora	Serra de Ossa	Lavrador da herdade da Palheta	Privilegiado com isenção de aposentadoria para as suas casas em Évora.	²⁸
João Godinho	m. em Évora	Irmão de Pedro Godinho		1492.02.01, Estremoz	Serra de Ossa	Foreiro	Empraza, com o irmão, em 4 vidas, um pedaço de terra junto à ermida de Santa Maria de Monte Virgem, com foro anual de um frangão	²⁹
João Lourenço Carvalho				1439.01.29, Alcáçovas	Rio Mourinho	Lavrador da herdade da Boieira, no t. de Alcáçovas		³⁰
João Martins				1506.01.29, Palmel	Mendoliva	Lavrador do casal da Fonte do Sol		³¹
Lopo Afonso	m. na Moita, t. de Alenquer	c/c Isabel Dias	Lavrador	1500.11.18, Alenquer	S. Gião ou S. Julião de Alenquer	Foreiro	Empraza, em 3 vidas, certas terras e olival em Vale do Junco, t. de Alenquer	³²

²⁶ *Ibidem.*

²⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 69, nº 19 (em confirmação de 1478.06.02, Vila Viçosa). Já devia ter deixado estas funções à data do diploma.

²⁸ BPE, *Col. Manizola*, cód. 317, nº 18 e TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 25, nº 85.

²⁹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 11, doc. 2.

³⁰ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 10. À data, João Lourenço já deixara de trabalhar na dita herdade, sendo então nela lavrador um Pedro Afonso Paião.

³¹ TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, mç. 3, nº 70.

³² TT. *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 109. Documento parcialmente ilegível.

Lopo Dias	m. em Viana do Alentejo		Escudeiro	1475.10.16, Alcáçovas	Rio Mourinho	Foreiro do moinho com seu pisão e assentamento, detidos pelos pobres junto à Ribeira de Xarrama, no t. de Alcáçovas	Por emprazamento em três vidas, celebrado 10 ou 12 anos antes	³³
Lopo Fernandes Borrego				1483.02.06, Rio Mourinho	Rio Mourinho	Lavrador de herdade junto ao eremitério		³⁴
Luís Eanes	m. em Évora			1444.04.06, Évora	Serra de Ossa	Lavrador na herdade da Palheta	Carta régia de isenção de aposentadoria sobre as suas casas de Évora	³⁵
Luís Esteves				1492.02.11, t. de Veiros	Vale da Infante	Lavrador na herdade de Vale de Maceiras, no t. de Veiros	Testemunha instrumento de demarcação da dita herdade.	³⁶
Luís Mendes de Oliveira	m. em Évora		Fidalgo da casa do rei	1501.03.22, Sta. Margarida do Aivado	Sta. Margarida do Aivado	Foreiro	Empraza, em 1 vida, metade de uma azinhaga ou corredoura em Évora, entre as casas dos pobres e as do foreiro, por um alqueire de bom pão cozido	³⁷
Pedro Afonso Paião				1439.01.29, Alcáçovas	Rio Mourinho	Lavrador na herdade da Boieira, t. de Alcáçovas		³⁸

³³ *Ibidem*, lv. 2, nº 64.

³⁴ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 30.

³⁵ BPE, *Col. Manizola*, cód. 317, nº 18 e TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 25, nº 85.

³⁶ TT, *Mosteiro de Santo Antão de Vale de Infante*, mç. 2, nº 4 e 5.

³⁷ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 73.

³⁸ *Ibidem*, lv. 2, nº 10.

Pedro Godinho	m. em Évora	Irmão de João Godinho		1492.02.01, Estremoz	Serra de Ossa	Foreiro	Empraza, com o irmão, em 4 vidas, um pedaço de terra junto à ermida de Santa Maria de Monte Virgem, com foro anual de um frangão	³⁹
Rodrigo Eanes Batel	m. em Évora			1444.04.06, Évora	Serra de Ossa	Lavrador na herdade das Cortes	Carta régia de isenção de aposentadoria sobre as suas casas de Évora	⁴⁰
Rui Fernandes	m. em Alcarovisca, t. do Redondo			1502.03.14, Lisboa	Serra de Ossa	Lavrador na herdade do Bispo, t. do Redondo	Era também lavrador em outras duas herdades no t. do Redondo, uma sua e outra de Álvaro Rodrigues	⁴¹
Vasco Martins				[1453-1460]	Valbom	Lavrador na herdade do Poço, t. de Juromenha		⁴²

³⁹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 11, doc. 2.

⁴⁰ BPE, *Col. Manizola*, cód. 317, nº 18 e TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 25, nº 85.

⁴¹ BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 40, macete 2-3, nº 92 e *Pergaminhos Avulsos*, pasta 10 (*Pergaminhos Vários*, 50), nº 18.

⁴² BPE, *Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, lv. 6, nº 81. Documento truncado. Sobre a sua datação crítica, cf. parte II, nota 178.

V/3 – OUTROS SERVIDORES

Nome	Naturalidade / residência	Contexto familiar	Contexto Sócio-Profissional	Data	Eremitério que serve	Cargo	Obs.	Fonte
Afonso Martins				1475.01.19, Sta Margarida do Aivado	Sta. Margarida do Aivado	Servidor	Testemunha instrumento de posse de quintã adquirida pelos pobres no Aivado	⁴³
João Eanes de Alconchel		f. de João Miguel		1462.10.04, Sta. Margarida do aivado	Sta. Margarida do Aivado	Mancebo	Testemunha ao testamento de Gomes, fundador do eremitério	⁴⁴
Lopo Fernandes	m. em Estremoz		Alfaiate	1434.05.01, Vimieiro	Serra de Ossa / Vale da Infante	Servidor	Carta régia de isenção protecção, isenção de aposentadoria e de quaisquer encargos fiscais ou militares	⁴⁵
				1435.12.28, Évora	Serra de Ossa / Vale da Infante		Carta régia isentando-o de ser besteiro do conto e de servir pessoalmente ou com suas bestas em quaisquer encargos concelhios	⁴⁶
				1436.10.16, Mértola	Vale da Infante	Servidor	Acompanha o regedor de Vale da Infante em assuntos do interesse dos pobres	⁴⁷
Margarida Gonçalves	m. em Estremoz			1481.06.27, Setúbal	Serra de Ossa / Vale da Infante	Vendedora de fruta dos eremitas	Carta régia determinando que não seja constrangida «que venda a ffrujta que ella teuer delles na praça nem que leu ela pera vender»	⁴⁸

⁴³ TT, *Colégio de S. Paulo de Coimbra*, lv. 2, nº 94-95.

⁴⁴ *Ibidem*, lv. 2, nº 91.

⁴⁵ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), nº 33.

⁴⁶ *ChDD*, vol. III, nº 298, p. 196.

⁴⁷ BPE, *Mosteiro de S. Paulo de Borba*, lv. 7, nº 5 [11] (original, em parte ilegível) e nº 1 [4] (em traslado de 1441.02.02, Vila Viçosa).

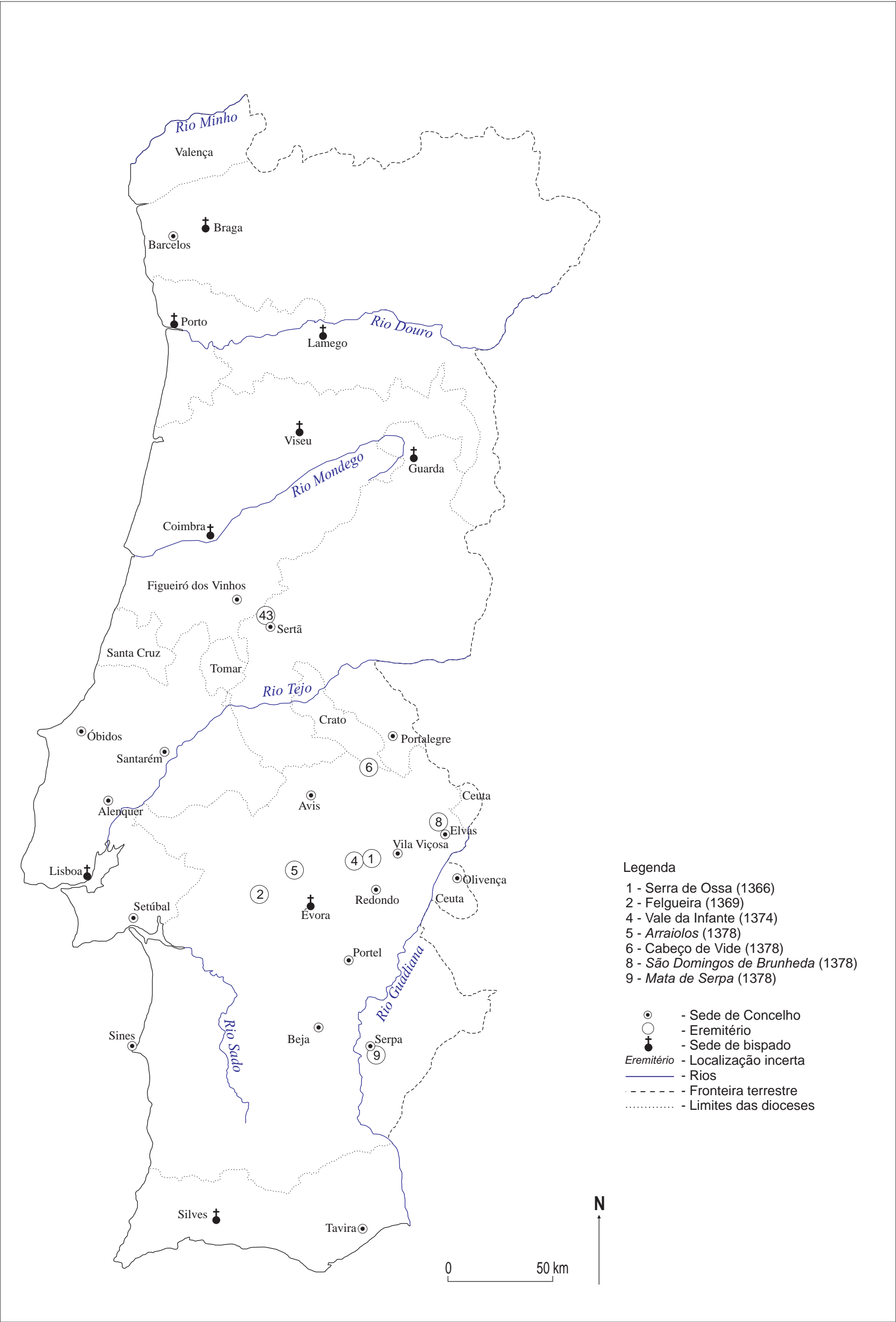
Pedro Eanes	m. em Évora		Tcelão	1452, Évora	Montemuro	Servidor; tem também carrego das casas que os pobres trazem em Évora	A sua mulher também serve os pobres, vendendo-lhes a fruta na dita cidade; o monarca isenta-os de quaisquer encargos concelhios, enquanto servirem os pobres	⁴⁹
				1479.12.27, Montemuro	Montemuro	Criado da provença	Testemunha no acto de profissão do voto de castidade pelos pobres da comunidade	⁵⁰

⁴⁸ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 26, fl. 80.

⁴⁹ TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 12, fl. 71v (sem indicação do dia ou do mês).

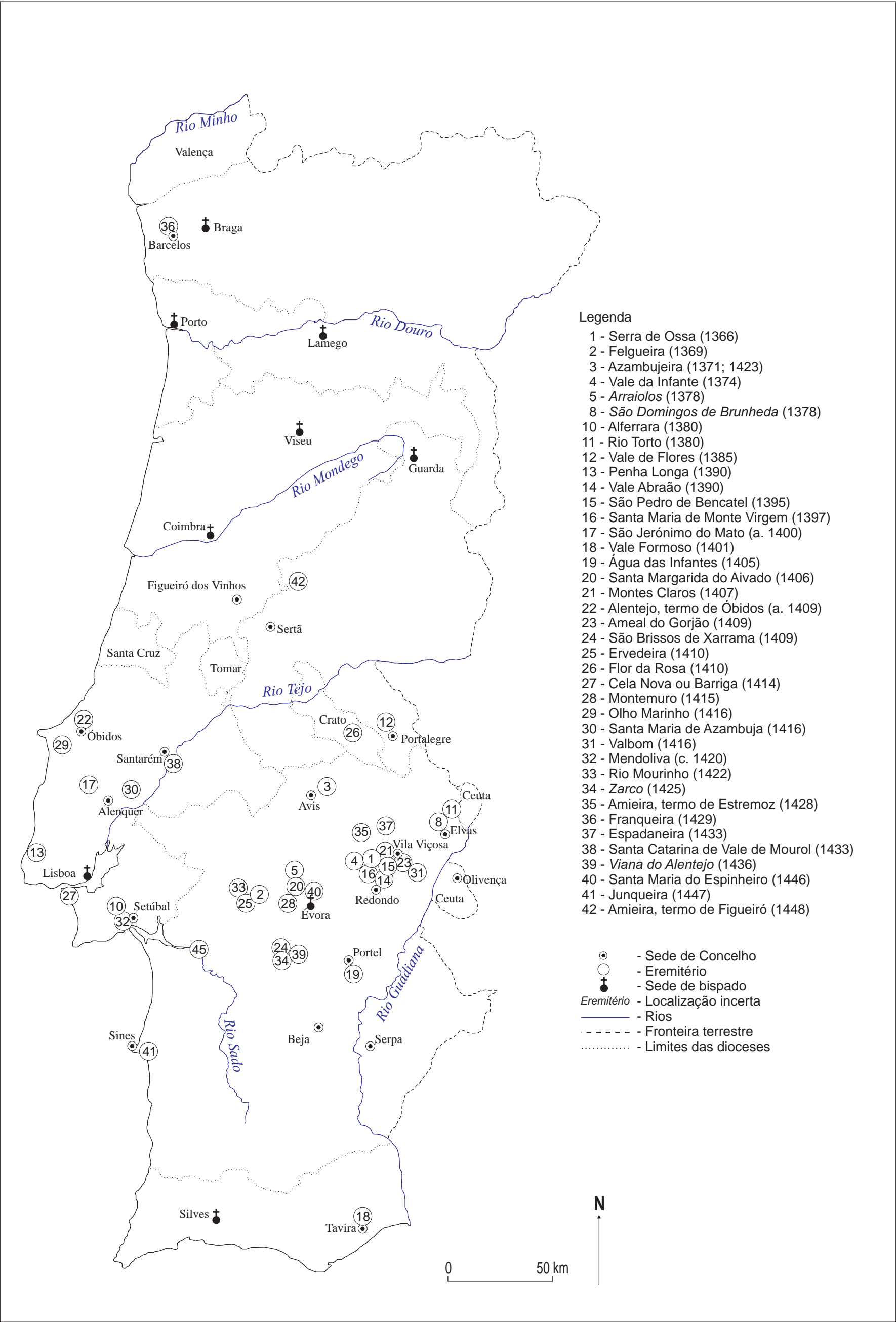
⁵⁰ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7 (*Pergaminhos do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, sécs. XIV-XV), n° 86.

Mapa I – A geografia da «pobre vida» segundo a sentença de 1378



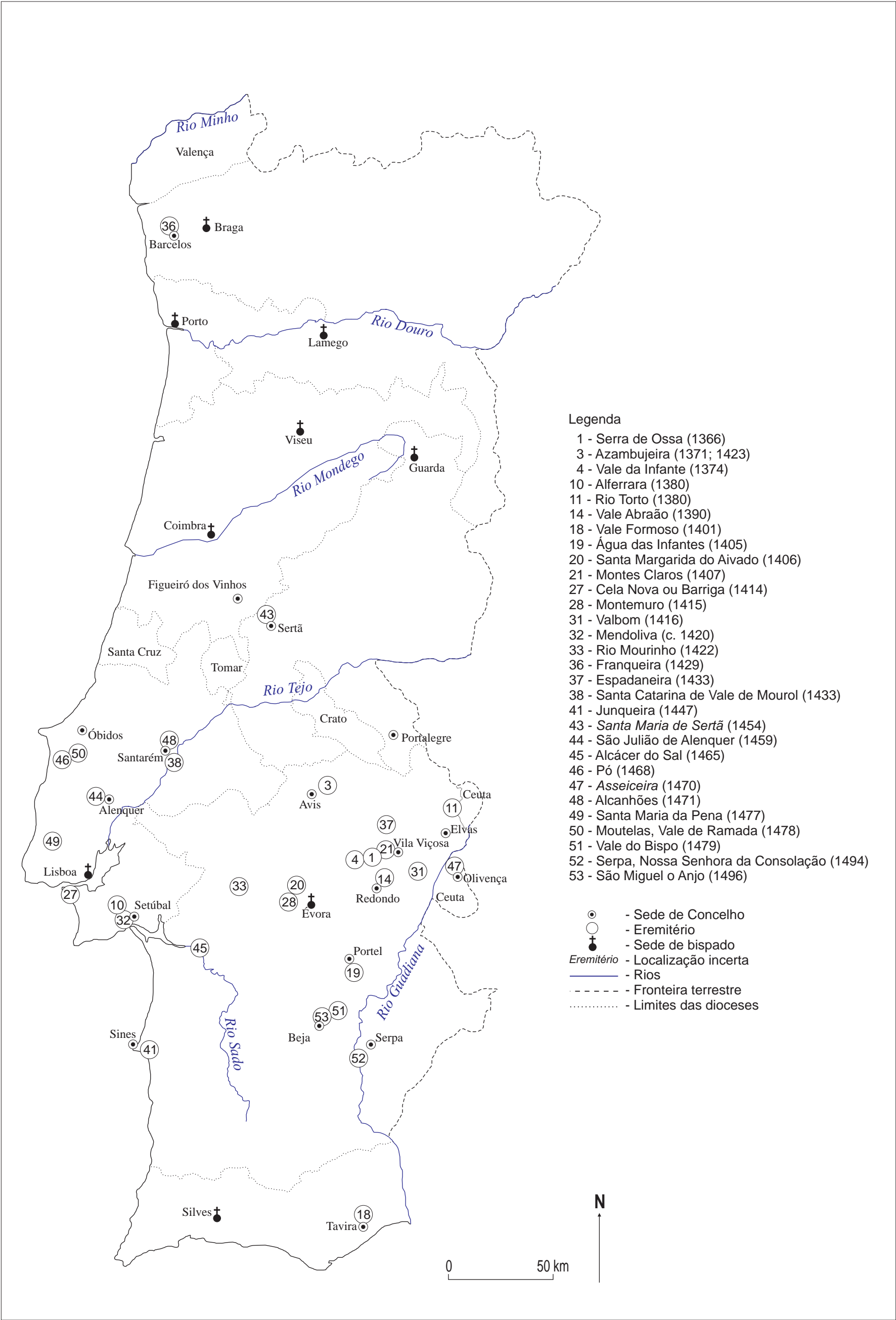
Nota: todos os mapas tomam como base a divisão eclesiástica vigente entre 1444 e 1472, de acordo com a cartografia proposta por A. H. de Oliveira Marques e João Alves Dias no Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português (Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 111). Apesar das variações registadas nos limites de várias dioceses portuguesas, já durante o reinado de D. João I, decorrentes da anexação de territórios outrora pertencentes a dioceses castelhanas e galegas, e das vicissitudes que afectaram a zona do Entre Lima e Minho, estas não condicionam directamente a região de maior implantação eremítica. No mapa, são ainda assinalados, a par das dioceses, a administração de Valença, os territórios associados ao bispado de Ceuta e os isentos de Santa Cruz de Coimbra, Tomar e Crato. Para a sua elaboração, foram utilizadas diversas cartas geográficas, mencionadas na bibliografia.

Mapa II – A geografia eremítica (1385-1452)

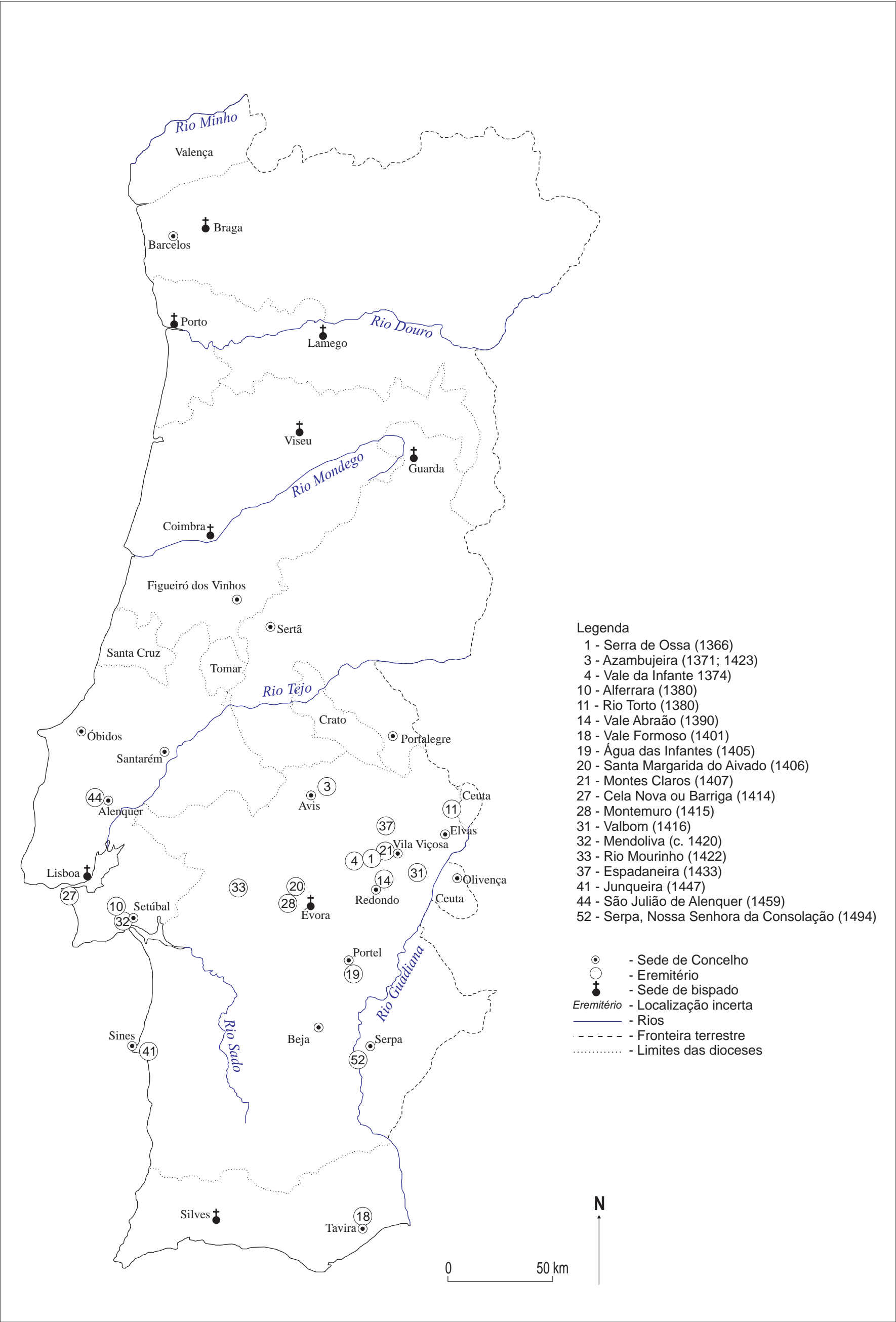


Nota: para os eremitérios de Felgueira / Ervedeira / Rio Mourinho e de S. Brissos de Xarrama / Zarco / Viana do Alentejo, as mudanças sucessivas de lugar ocorridas no período em causa são assinaladas por distintas numerações.

Mapa III – A geografia eremítica (1452-1510)



Mapa IV – Os eremitérios da Congregação da Serra de Ossa em 1510



Quadro I – Percursos da documentação dos eremitérios (1366-1834)

